

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***UM PROTETOR DA NATUREZA:
Trajetória e memória de Henrique Luiz Roessler***

Elenita Malta Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Weber

Banca examinadora:

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt
Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina de Moura Carvalho
Prof. Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Porto Alegre,

2011.



Figura 1 - Roessler com armas apreendidas (APHR)

“Proteção à natureza ficará sendo uma das grandes realizações da humanidade, assim como foi a abolição da escravatura; como é a proteção às crianças, velhos e doentes, a preocupação com os feridos de guerra e sofredores de catástrofes (...). Estamos vencendo vagarosamente, graças a Deus, sem necessidade de pedir verbas ao governo, que se alheia completamente desses sonhos de visionários. Provamos assim que o idealismo e a força de vontade, aliados a duro trabalho, tudo conseguem neste mundo.”

(Roessler, H. “Modificação de mentalidade”. *Correio do Povo Rural*. Porto Alegre, 29/07/1960).

Para meu querido filho, Gabriel.

Agradecimentos

Chegou a hora de dizer muito obrigado a todos que me acompanharam nesta jornada. Começo agradecendo à minha orientadora, Professora Regina Weber, por ter aceitado me orientar, depositando confiança no meu trabalho. Me deixou tranquila, sem cobranças, mas esteve sempre “ali”, quando precisei, e isso foi muito importante para o andamento da pesquisa. Suas observações precisas colaboraram para meu crescimento profissional e para o aprofundamento teórico da dissertação.

Ao Professor Benito Schmidt, pelo acompanhamento deste trabalho desde o início; pelas dicas, pelas correções do texto apresentado na qualificação, pelas críticas, pela disciplina oferecida no PPG História sobre “os usos públicos do passado”, tratando da memória, um dos eixos-base desta dissertação. No entanto, agradeço, mais do que tudo, pelo artigo que publicou em 2005, no Caderno de Cultura da Zero Hora, onde sugeriu que alguém escrevesse a biografia, dentre outras personalidades, do Roessler. Graças a esse primeiro impulso, atrevi-me à tarefa que aqui apresento.

À professora Isabel Carvalho, pela acolhida positiva ao meu trabalho na banca de qualificação e na defesa; pelas dicas e sugestões de melhora que puderam enriquecê-lo. Ao professor Jalcione Almeida, pelos apontamentos precisos e criteriosos que também contribuíram muito para a versão final. Especialmente por me alertar para o caráter utilitarista da expressão “recursos naturais”, sugerindo que eu utilizasse, em seu lugar, “elementos naturais”.

Agradeço aos funcionários dos Programas de Pós-Graduação em História, Geografia, Direito e Educação da UFRGS, onde cursei as disciplinas do Mestrado, pela atenção dispensada às minhas solicitações burocráticas. Meu muito obrigado vai também para os professores: Adolar Koch, do Departamento de História, pelos instigantes debates sobre Cidadania, nas disciplinas que ministrou sobre esse tema fundamental; Anderson Zalewski Vargas e Marçal Paredes, do PPG em História, pelo aprofundamento com que trataram as temáticas da retórica e história das ideias, respectivamente, e que foram essenciais para alguns capítulos da dissertação. Nos outros PPGs da Universidade, ao Professor Marcos Reigota (UNISO), colaborador do PPG Geografia, pela discussão do meu projeto sob o foco da educação ambiental, ampliando minha visão sobre o assunto; à Professora Cláudia Lima Marques, do PPG Direito, que valorizou minha pesquisa, e incentivou debates sobre desenvolvimento sustentável em sua disciplina; ao Professor Alfredo Veiga-Neto, do PPG

Educação, pela maneira como expôs conceitos de Foucault, facilitando bastante sua compreensão. De maneira direta ou não, todos eles deram sua contribuição para este trabalho e para minha formação como historiadora.

Ao CNPq, pela bolsa que me manteve financeiramente durante o Mestrado, fundamental e indispensável à realização da pesquisa.

Ao Professor René Gertz (PUCRS/UFRGS), pelos esclarecimentos e dicas, importantíssimos nas “espinhosas” questões interétnicas, envolvendo imigrantes italianos e alemães, no Rio Grande do Sul, e por ter me emprestado material bibliográfico sobre o assunto. Agradeço também pela indicação da dissertação de mestrado de Isabel Gritti, a partir da qual tomei conhecimento da relação entre Roessler e a ICA, o que me permitiu aprofundar essa parte da pesquisa.

À Rosana Peccini, pela generosidade de me enviar sua dissertação de mestrado sobre o *galeto al primo canto*, assim que a aprontou, para que eu pudesse entender um pouco mais sobre a passarinhada, costume cultural que tanto incomodou Roessler. Agradeço também à Rosana pela busca preliminar de documentos que realizou no AHMJSA, para que eu não me deslocasse em vão até Caxias do Sul.

Aos funcionários de todos os arquivos, museus e bibliotecas em que pesquisei, pelo atendimento eficiente que me prestaram, tão necessário para que o trabalho se concretizasse.

À Maria Luiza Roessler, por ter disponibilizado o acesso irrestrito à documentação deixada pelo avô. Esse ato de extrema generosidade foi fundamental para a pesquisa.

Agradeço a todos os entrevistados, por me receberem em suas casas ou locais de trabalho e por aceitarem compartilhar suas lembranças ou informações a respeito de Roessler: a própria Maria Luiza, Augusto Carneiro, Alceu Feijó, Arno Kaiser, Luiz Carlos Sanfelice, Olávio Santana, Germano Moehlecke, Henrique Prietto, Kurt Schmeling, Pe. Walter Hoppe e Vinícius Bossle. Agradeço também à Marli Guinter, pelas memórias via *e-mail*.

Aos amigos que fiz e me acompanharam na graduação, Adileide Maciel, Anelise Licht e Maximiliano Trintin. Mesmo que agora estejamos longe, sua amizade foi importantíssima para que esse período fosse lúdico, além de um grande aprendizado. Ao Jocelito Zalla, que compartilha o interesse pela biografia, também amigo desde a graduação, pelo apoio, por ter ouvido algumas de minhas ideias e angústias, durante a escrita deste texto.

Agradeço a todos os colegas de aula da pós, pela convivência, amizade e pelos ricos debates travados; em especial à Lyvia Vasconcelos, Mônica Karawejczyk, Luciana Boeira e Patrícia Bosenbecker. Aos colegas do Conselho Editorial da Revista Aedos, da gestão 2009-2010, quando aprendemos muito sobre o funcionamento de uma revista acadêmica.

À minha mãe, pelo apoio durante a graduação, para que eu pudesse trabalhar e estudar. Durante a pós, tive mais tempo para mim e meu filho - o que foi uma bênção - mas, sem o suporte que ela me ofereceu, cuidando de muitas coisas enquanto eu pesquisava e escrevia, este trabalho não existiria. Ao meu pai, pelas palavras de incentivo, pelo apoio, e por ter me ensinado, desde criança, que dignidade e honestidade são os pilares desta vida, que não devemos nunca perdê-los de vista.

Um super agradecimento aos meus amores, Gabriel e Marcelo.

Ao Gabriel, por existir e por fazer com que minha vida fosse muito mais do que o Roessler, durante esses dois anos.

Ao Marcelo, pelo companheirismo, pelo amor, por me incentivar sempre, por me ouvir, e por discutir comigo alguns pontos “cabeludos” da dissertação. Mas, antes de tudo, por ter plantado a semente deste trabalho, quando me disse: “por que tu não estudas a AGAPAN, ou alguma coisa a ver com a natureza, a ecologia?”, quando eu tive que escolher um tema para pesquisar, em 2005, na disciplina de Técnica de Pesquisa. A partir dessa ótima sugestão, fui atrás de livros, fontes, etc, e aí... deu no que deu!

Como não poderia deixar de fazer, agradeço ao próprio Roessler, pela defesa dos elementos naturais do Rio Grande do Sul, e por ajudar a me transformar num ser melhor. Essa que coloca o ponto final não é a mesma que apresentou o projeto de pesquisa. Afinal, a vida é, como nos ensinou Guimarães Rosa, citado pela Presidenta Dilma em seu discurso de posse, um “esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”. E o Roessler teve a coragem de fazer muito pela natureza, do jeito que era possível no contexto dele, nos “esquenta e esfria” de sua existência.

Termino este trabalho em meio a péssimas notícias sobre a relação do homem com a natureza. Em 2011, ocorreram desastres no Brasil, com destaque para os deslizamentos no Rio de Janeiro, com centenas de mortos, e para a enchente, na minha cidade natal, São Lourenço do Sul, onde também houve mortes e milhares de pessoas perderam tudo o que tinham. No Japão, houve o maior terremoto de sua história, que desencadeou um sério problema nuclear. Em Porto Alegre, a sede da AGAPAN foi demolida irregularmente, no dia anterior à defesa desta dissertação. Como disse o professor Benito, este trabalho está inserido numa “terrível atualidade”. Mesmo diante de um cenário tão ruim (ainda teria outros exemplos), finalizo com uma mensagem, se não otimista, pelo menos, de esperança. Que hoje, quando o planeta precisa tanto, saibamos ter a coragem de Roessler para defender a vida, em suas diversas formas. Que, como ele, não nos esquivemos de “mexer na abelheira”... Isso representa uma mudança de atitude em relação à natureza, extremamente necessária à nossa própria sobrevivência.

Resumo

A presente pesquisa visa a construir uma biografia histórica de Henrique Luiz Roessler (1896-1963), um dos mais importantes *agentes da proteção à natureza* no Rio Grande do Sul, antes da constituição de movimentos ecologistas no Estado. O trabalho se desdobra em dois eixos, a *trajetória* de Roessler e a *memória* construída sobre ele. No eixo da trajetória, tenho como objetivo, a partir da análise de sua produção oral e escrita, bem como de suas estratégias de atuação, acessar, além dos meandros de seu *projeto* pessoal, uma dimensão mais ampla, a saber, as ideias e práticas da proteção à natureza no Rio Grande do Sul, nos anos 1930-60. Enfoco também os elementos que possibilitaram a construção de uma memória que o situou como precursor do movimento ambientalista/ecologista no Estado, através de suportes escritos e da construção de *lugares de memória*. Examino elementos da vida pessoal de Roessler, assim como das duas principais fases em que se divide sua atuação em prol da natureza para compreender como seu projeto se desenvolveu no *campo de possibilidades* a que pertenceu. Esse projeto recebeu apoio, através da rede de relações de Roessler, mas também foi alvo de fortes resistências. Analiso a fiscalização florestal e da caça e pesca no Estado, comandada por ele como Delegado Florestal Regional, e os conflitos originados dessa fiscalização. A pesquisa trata a criação (1955) e o funcionamento da União Protetora da Natureza (UPN), onde Roessler desenvolveu um importante trabalho de educação ambiental. Analiso também as ideias presentes em seus textos (crônicas jornalísticas), palestras e nos cartazes educativos distribuídos pela UPN, com destaque para sua concepção de natureza, articulada a partir de um discurso nacionalista, educativo e sacralizante. Por fim, enfoco a construção das memórias sobre Roessler: ele mesmo já operava uma *construção de si* como “pioneiro do Serviço Florestal”, que é transformada por diversos agentes, após sua morte, em “pioneiro da ecologia” no Rio Grande do Sul.

Palavras-Chave: Henrique Luiz Roessler, proteção à natureza, fiscalização florestal, fiscalização da caça e da pesca, União Protetora da Natureza, biografia, história ambiental, construção de si, memória.

Abstract

This research aims to construct a historical biography of Henrique Luiz Roessler (1896-1963), one of the most relevant agents for nature protection in Rio Grande do Sul, before the emergence of environmentalist movements in the State. This work opens into two lines: Roessler's trajectory and memories on him. As for his trajectory, I will analyze his oral and written works and his strategies for action, in order to gain access to his personal project and a broader dimension of his ideas and practices for nature protection in Rio Grande do Sul from 1930 to 1960. I will also focus the elements which enabled the building of records which made him a pioneer of environmental movement in the State, through written reports and the building of places of memory. His personal life facts, as well as his two main periods of action in favor of nature will be explored in order to understand how his project was developed in its possibilities. This project was supported by Roessler's relations, but also found resistances. Forest control and hunting and fishing surveillance in the State, conducted by Roessler as a Regional Forest Officer, and the conflicts caused by this surveillance, will be analyzed as well. This research deals with creation (1955) and operation of Union for Nature Protection (UPN), where Roessler made an important work for environmental education. His ideas, lectures and posters distributed by UPN will be analyzed, as well as his idea of nature through a nationalist, instructional and sacred discourse. Finally, the memories on Roessler will be focused: he had already made his construction of himself as a "pioneer in Forest Service", which became "ecology pioneer" in Rio Grande do Sul, after his death.

Key Words: Henrique Luiz Roessler, nature protection, forest control, hunting and fishing surveillance, Union for Nature Protection, biography, environmental history, self construction, memory.

Lista de figuras

Figura 1 - Roessler com armas apreendidas (APHR)	2
Figura 2 - Casa em que Roessler morou na infância, em São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)	32
Figura 3 - Vista do interior do pátio da casa em que Roessler morou na infância, com o Rio dos Sinos ao fundo (Foto da autora, 24/08/2010).....	32
Figura 4 - Vista do Colégio Conceição (AHAAV)	35
Figura 5 - Foto do tanque-piscina no Colégio Conceição (AHAAV).....	38
Figura 6 - Campanha de Educação Florestal - 1956. <i>Chácaras e Quintais</i> , dez. 1956, p. 878 (MCSHJC).....	91
Figura 7 - Medalha "Honra ao Mérito", recebida por Roessler, em 25/07/1953 (APHR).....	93
Figura 8 - Campanha contra Roessler. <i>Diário do Nordeste</i> , 02/04/1954 (APHR).....	117
Figura 9 - Versão do “Juramento de Proteção”, publicada no Boletim Renner, de Dez/Jan 1957 (MVSL).....	158
Figura 10 - <i>Folha da Tarde</i> , 23/02/1961 - Roessler à direita na foto (MCSHJC)	175
Figura 11 - Panfleto da UPN "Retrato de um Tarado" (AHRS)	181
Figura 12 - Panfleto da UPN "Os assassinos estão entre nós" (MVSL)	182
Figura 13 - Roessler em seu escritório - <i>A Hora</i> , 06/03/1955 (MCSHJC)	183
Figura 14 - <i>Moonrise over the sea</i> - Caspar David Friedrich -1822-(Nationalgalerie, Berlin).208	
Figura 15 - O viajante sobre o mar de névoa - 1818 - Caspar David Friedrich (Portal do Professor, MEC).....	208
Figura 16 - Desenho que acompanhava a crônica "Bicho estúpido e feroz" (AHRS)	237
Figura 17 - Roessler plantando árvore. <i>CPR</i> , 22/11/1963 (APHR)	261
Figura 18 - Roessler (APHR).....	262
Figura 19 - Parque Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)	284
Figura 20 - Entrada do Parque Henrique Luiz Roessler, em Novo Hamburgo (Foto da autora, 18/06/2009).....	287
Figura 21 - Folha de Avisos afixada no Parque Henrique Luiz Roessler, em Novo Hamburgo (Foto da autora, 18/06/2009).....	287
Figura 22 - Casa da família de Roessler - Sede da Repartição, da UPN e do Ateliê de Bordados (Foto da autora, 24/08/2010).....	340
Figura 23 - Rua Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010).....	340
Figura 24 - Ponte Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)	341
Figura 25 - Parque Henrique Luiz Roessler - Matinho Padre Réus, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)	341
Figura 26 - Nota sobre a UPN, na Revista <i>Chácara e Quintais</i> , 15/09/1958 – Roessler à direita, com roupa e chapéu estilo safári (MCSHJC).....	342
Figura 27 - Ministério da Marinha - Edital N° 1, de 15 de fevereiro de 1939 (AHRS).....	342
Figura 28 - Panfleto da UPN “A coruja come rato!” (MVSL).....	343
Figura 29 - Panfleto da UPN “Mais Pássaros, Melhores Colheitas” (APHR).....	343
Figura 30 - Panfleto da UPN “Responsáveis são os pais” (AHRS).....	344
Figura 31 - Panfleto da UPN “Fundas não...” (AHRS).....	344
Figura 32 - Panfleto da UPN “Que espécie de caçador é você?” (MVSL).....	345
Figura 33 - Panfleto da UPN “O reflorestamento em ação” (MVSL)	345
Figura 34 - Panfleto da UPN “A ruína da pesca” (APHR)	346
Figura 35 - Editorial sobre o falecimento de Roessler. <i>CPR</i> , 15/11/1963 (APKS)	346
Figura 36 - Discurso Gen. Mário Fonseca. <i>CP</i> , 22/09/1974 (MVSL)	347
Figura 37 - Roessler - Foto 3x4 ampliada (APHR).....	347

Lista de Abreviaturas dos Acervos Consultados

- AHA AV - Arquivo Histórico da Associação Antônio Vieira (Porto Alegre-RS)
- AHRS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS)
- AHJB - Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (São Paulo-SP)
- AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (Caxias do Sul-RS)
- APHR - Arquivo Privado de Henrique Roessler (São Leopoldo-RS)
- APAC - Arquivo Privado de Augusto Carneiro (Porto Alegre-RS)
- APKS - Arquivo Privado de Kurt Schmeling (Novo Hamburgo-RS)
- BPUCRS - Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica RS (Porto Alegre-RS)
- BINAGRI - Biblioteca do Ministério da Agricultura (Brasília-DF)
- CMVNH - Câmara Municipal de Vereadores de Novo Hamburgo-RS
- ICJMC - Instituto Cultural Judaico Marc Chagall (Porto Alegre-RS)
- IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (São Leopoldo-RS)
- ML-RS - Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS)
- MCSHJC - Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (Porto Alegre-RS)
- MVSL - Museu Visconde de São Leopoldo (São Leopoldo-RS)
- TRE-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS)

Sumário

Lista de figuras -----	9
Lista de Abreviaturas dos Acervos Consultados -----	10
<i>O mapa da “abelheira”</i>: Introdução e considerações teórico-metodológicas -----	13
1 - A paixão pelo rio -----	31
1. 1 - O menino Roessler -----	31
1. 2 - Uma relação muito bonita-----	39
1. 3 - Cartas em família -----	43
1. 4 - Complicações com vizinhos -----	48
2 - Passarinho não é caça: O Delegado Florestal em ação (1939-1954)-----	52
2. 1 - A interação do Público com o Privado-----	52
2. 2 - Legislação ambiental no Brasil-----	54
2. 3 - O cargo e o Serviço Florestal -----	57
A dinâmica dos Delegados Florestais no Rio Grande do Sul -----	63
2. 4 – Roessler, um intelectual?-----	75
2. 5 - A passarinhada -----	77
2. 6 – “O maior patriota brasileiro”-----	87
2. 7 - As “batidas” -----	96
A fiscalização florestal -----	96
“Uma perfeita contradição”: Roessler e a ICA -----	98
A fiscalização da caça e da pesca-----	108
2. 8 - “Xerife e Cangaceiro”: o processo e a campanha difamatória -----	116
Um duro golpe: a destituição dos cargos federais-----	146
3 - A União Protetora da Natureza (1955-1963) -----	149
3. 1 - A nova credencial -----	149
3. 2. A UPN -----	152
3. 3 - A campanha educativa da UPN -----	166
A eficiência retórica de Roessler -----	184
Escola e proteção à natureza-----	187
3. 4 - A fase final das diligências como Fiscal de Caça e Pesca -----	189
3. 5 - O “sonho” acabou: a morte de Roessler e o fim da UPN -----	198
4 - Deus, pátria e educação: Roessler, o missionário da natureza -----	202

4. 1 - Alemanha e natureza -----	204
“Um romântico incorrigível” -----	205
Hermann Löns -----	210
4. 2 - Natureza na sociedade do início do século XX -----	212
Proteção à natureza no Rio Grande do Sul -----	212
Proteção em âmbito nacional -----	224
4. 3. A proteção à natureza como uma missão -----	236
Sacralização da natureza e nacionalismo -----	243
5 - A construção do “pioneiro da ecologia” -----	252
5. 1 - Roessler, o primeiro construtor de sua memória: <i>escrita de si e retórica</i> -----	254
5. 2 - A construção em torno da morte de Roessler -----	257
5. 3 - A construção do “pioneiro” por entidades ecologistas -----	262
AGAPAN-----	262
UPAN -----	265
Movimento Roessler -----	266
5. 4 - As efemérides: datas para lembrar Roessler -----	268
5. 5 - Os guardiães da memória -----	273
Pequenas dissonâncias -----	277
5. 6 - Lugares de memória para Roessler -----	279
<i>Uma vida “mexendo na abelheira”</i> : Conclusões-----	292
Fontes -----	306
Correspondência -----	306
Crônicas selecionadas de Roessler, publicadas no jornal <i>Correio do Povo</i> -----	309
<i>Consultadas em arquivos</i> -----	309
<i>Consultadas em ROESSLER, 2005</i> -----	310
Documentos oficiais-----	312
Escritos de Roessler (datilografados e manuscritos)-----	314
Fontes orais -----	314
<i>Entrevistas gravadas</i> -----	314
<i>“Conversas” não gravadas</i> -----	315
Legislação -----	315
Panfletos-----	318
<i>Oficiais</i> -----	318
<i>Panfletos da UPN</i> -----	319
Periódicos -----	320
Sítios na internet-----	323
Referências -----	326
Apêndices -----	340
Anexos -----	342

***O mapa da “abelheira”*: Introdução e considerações teórico-metodológicas**

Num fim de tarde, em 1955, o sol se escondia por trás das árvores, nas margens do Rio Cadeia¹, provocando a coloração violeta típica do crepúsculo, quando Henrique Roessler bateu à porta de uma casa próxima da margem e pediu licença ao proprietário para dormir debaixo de uma figueira. O morador se assustou com o pedido e quis saber com quem estava tratando. Roessler se identificou, e o dono da casa lhe ofereceu um quarto para descansar, argumentando que se consideraria ofendido se ele não aceitasse. Então Roessler, com muita calma, explicou que precisava dormir embaixo da figueira para flagrar algumas pessoas que pescavam com dinamite, durante a noite².

O episódio mostra um pouco da construção sobre o personagem-tema desta pesquisa, Henrique Luiz Roessler (1896-1963). Sua trajetória foi marcada por um projeto de proteção à natureza que, sediado em São Leopoldo, estendia-se para várias cidades do Rio Grande do Sul. Sua atuação prática se deu na esfera pública, através de cargos federais e da entidade que ele mesmo fundou, a União Protetora da Natureza (UPN), assim como por meio de panfletos educativos, palestras em escolas e crônicas publicadas no jornal *Correio do Povo (CP)*³.

Nascido em 16 de novembro de 1896, em Porto Alegre, Henrique muito cedo foi com a família para São Leopoldo, cidade natal de seus pais, uma violinista e um funcionário público. Descendente de alemães, frequentou o Colégio Nossa Senhora da Conceição, abandonando o curso ginásial antes da conclusão. Exerceu várias profissões, como desenhista, escultor em

¹ Um dos afluentes do Rio Caí, no município de Picada Café-RS.

² TOSI, Juarez. Há 25 anos, Estado perdeu seu primeiro defensor da ecologia. *Zero Hora*, 13 de novembro de 1988 (APAC).

³ Jornal fundado em 1895, em Porto Alegre. No contexto em que Roessler viveu, foi um dos jornais de maior circulação do Estado. Nos anos 1930, “alcança a supremacia no Rio Grande do Sul, com mais de 35 mil exemplares ao dia” (KARAWEJCZYK, 2008, p. 90).

madeira, construtor de barcos e contador, sendo a última a mais constante, inclusive com carteira registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Em 1937, foi empossado como funcionário (Capataz) da Delegacia dos Portos, no Ministério da Marinha e, a partir de 1939, acumulou o cargo não remunerado de Delegado Regional do Serviço Florestal, começando a distribuir editais - no formato de panfletos - em que orientava a população sobre a proteção dos elementos naturais do Estado. Além dessas duas funções, em 1944 foi nomeado Fiscal de Caça e Pesca, pelo Ministério da Agricultura.

No trabalho como Delegado Florestal, Roessler era informado das contravenções à natureza⁴ em todo o Rio Grande do Sul. As mais comuns eram desmatamento, pesca e caça irregulares, principalmente caça de passarinhos. Começou, já na década de 1940, a formar uma rede de colaboradores – fiscais e delegados florestais do Serviço Federal - e passou a perseguir os “passarinheiros”, como eram chamados os matadores de passarinhos.

Roessler defendia que os passarinhos não eram comida e sim necessários ao bom desenvolvimento da lavoura, pois se alimentavam de insetos. Por conta de sua batalha contra os “passarinheiros”, ele recebeu várias ameaças de morte; numa delas, em Bento Gonçalves, foi deixado no para-brisa do carro da fiscalização um sabiá enforcado com um cartão, onde estava escrito: “Este será o fim dos fiscais de caça” (ROESSLER, 2005, p. 123).

No final de 1954, foi destituído do cargo de Delegado Florestal, juntamente com seus companheiros em todo o Estado, por conta de um artigo do Estatuto do Funcionário Público (Título I, Art. 4º), de 1952, que não permitia funções não remuneradas (BRASIL, Lei 1.711, 28/10/1952). Permanecendo no cargo de Capataz, Roessler, através de sua rede de relações, conseguiu recuperar a credencial de Fiscal de Caça e Pesca, no âmbito da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, onde deu seguimento a seu trabalho de fiscalização.

Fora do Serviço Florestal, resolveu mudar de tática. No primeiro dia de janeiro de 1955, em São Leopoldo, fundou a primeira entidade de proteção ambiental no Rio Grande do Sul, a União Protetora da Natureza - UPN. Reuniu os ex-delegados florestais que o acompanhavam, funcionários públicos, jornalistas, advogados, comerciantes e em 1957, portanto dois anos depois, a instituição já contava com cerca de 280 sócios.

Em 15 de fevereiro do mesmo ano, passou a escrever crônicas para a seção “Assuntos Rurais” do *Correio do Povo*⁵, espaço que ocupou frequentemente, às sextas-feiras. Até uma

⁴ Não convém aos propósitos deste trabalho uma teorização sobre o conceito de natureza, alvo de inesgotáveis discussões. Para uma boa sistematização da ideia de natureza ao longo da história ocidental, ver Lenoble (1990).

⁵ Os textos de Roessler saíam, inicialmente, na seção “Assuntos Rurais”, no corpo do jornal, às sextas-feiras. A partir de 06/09/1958, com a criação de um suplemento, chamado *Correio do Povo Rural (CPR)*, seus textos passaram a ser publicados no encarte, que circulou até 15/09/1984.

semana antes de falecer, no ano de 1963, ele escreveu sobre reflorestamento, criticou caçadores e pescadores irresponsáveis, bem como denunciou maus-tratos a animais, a poluição dos rios e avaliou as consequências do tão propagado “progresso”.

A presente dissertação propõe a construção de uma *biografia histórica* de Henrique Luiz Roessler, na qual buscará articular a análise do indivíduo, do cotidiano e de seu trabalho ambiental, às questões mais gerais de sua sociedade e época. Desta forma, a problemática de pesquisa foi pensada em dois eixos. Em primeiro lugar, procuro examinar através da *trajetória* e da produção escrita, como foi possível a Roessler articular um *projeto* de proteção à natureza num contexto em que o movimento ecológico ainda não havia se constituído como um efetivo sujeito político na arena pública? Que motivações o levaram a empreender este projeto? Que ações ele empreendeu neste sentido? Existiam elementos na estrutura burocrática do Estado na época que incentivavam a prática que hoje denominamos ecológica, através do cargo de Delegado Florestal? De que maneira este projeto se transformou em função das mudanças na sua trajetória ou das determinações do contexto social?

Outro eixo que proponho é a questão da *memória*. Principalmente através de suas crônicas, Roessler se tornou uma referência para os fundadores da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, a AGAPAN, em 1971, sendo escolhido como patrono da entidade. Posteriormente à sua morte, houve muitas homenagens, como no nome de praças em São Leopoldo e Porto Alegre, e no nome da FEPAM, que se chama Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. Além disso, Roessler deixou um arquivo privado, onde constam escritos que relatam fatos de seu cotidiano como Delegado Florestal, tais como “batidas”, agressões, ameaças, o acidente em que perdeu o pé, o processo judicial, etc. Portanto, diante disso, emergem os questionamentos: Qual a *memória* que Roessler queria construir de si, para passar ao futuro? Que tipo de *enquadramento* foi realizado em sua memória e por que agentes? Quais memórias de Roessler persistiram após sua morte? Quais foram os suportes utilizados para veicular essas memórias? E quais esquecimentos podem ser verificados? Quais as justificativas para a criação de tantos “lugares de memória” para Roessler? Há disputas em torno de suas memórias, dissonâncias?

Estudo o tema do ambientalismo desde 2005, quando escrevi monografia sobre o movimento ambientalista gaúcho, nas disciplinas de Técnica de Pesquisa I e II, no curso de História – Licenciatura, na UFRGS. Na ocasião, concentrei meus estudos no início da década de 1970, com a fundação da Associação Gaúcha de Proteção Ambiental – AGAPAN. Durante a elaboração daquele trabalho, entrei em contato com a figura de Roessler, que me chamou a

atenção pela campanha educativa já nos anos 1950 e por uma série de discursos⁶ que repetidamente o denominavam “pioneiro”. Durante o ano de 2008, enquanto cursava o Bacharelado em História também na UFRGS, pesquisei sobre o conteúdo educativo nos panfletos e crônicas de Roessler, enquanto preparava o projeto para a seleção do Mestrado no PPGH-UFRGS.

Considero importante esclarecer que não sou ecologista. Nunca fiz nem faço parte de nenhum grupo de militância ecológica, meu interesse no tema é provocado pela importância que ele vem ocupando no espaço público, ao longo dos últimos anos. É motivado por questões do presente que meu olhar se direciona ao passado, portanto⁷.

Acredito que esta dissertação se justifica principalmente por dois motivos. O primeiro é a necessidade de se compreender melhor as possibilidades de constituição de projetos de proteção à natureza antes da configuração de um movimento ecológico em sentido estrito. Não pretendo explicar o “ambientalismo” gaúcho posterior, através de suas “origens”, como se estas determinassem o que ocorreu mais tarde. Há continuidades e rupturas neste processo. O grande alcance e a atualidade do debate sobre questões ambientais podem ser melhor compreendidos se estudarmos projetos de proteção à natureza que tiveram visibilidade no passado, e quais as memórias resgatadas deles, no entanto, sem utilizar um enfoque evolucionista. Como alertam Gerhardt e Almeida (2005, p. 6), não considero o projeto de Roessler “como algo já dado ou identificável desde o princípio, mas sim construído em meio a conflitos de toda a ordem que não necessariamente deveriam estar vinculados diretamente, por exemplo, a ideias de preservação ou conservação do meio ambiente”.

O segundo motivo é a carência de trabalhos acadêmicos na área de História sobre Roessler. Pelo levantamento bibliográfico realizado, foi encontrado apenas um trabalho acadêmico dedicado exclusivamente a Henrique Luiz Roessler, no campo da Educação Ambiental, desenvolvido na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Os poucos livros que falam sobre sua vida - e que serão examinados logo a seguir - foram escritos pela neta e por

⁶ Utilizo “discurso” no sentido de Orlandi (1983, p. 145-46), para quem é “linguagem em interação, ou seja, aquele em que se considera a linguagem em relação às suas condições de produção, (...), em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação (...) o discurso é lugar social”, e que se relaciona com a concepção de Foucault (1986, p. 136), para quem o discurso “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa”.

⁷ Isso nos ensina Marc Bloch (2001, p. 65-66): “essa faculdade de apreensão do que é vivo, eis justamente, com efeito, a qualidade mestra do historiador (...). Pois o frêmito da vida humana, que exige um duríssimo esforço de imaginação para ser restituído aos velhos textos, é [aqui] diretamente perceptível a nossos sentidos”.

um jornalista. Existem algumas obras que apenas citam o personagem como “pioneiro”, contudo em âmbito não acadêmico⁸.

Na Tese de Doutorado *A figueira e o machado. Raízes da educação ambiental no Sul do Brasil: Práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler*, o historiador Daniel Prado (PPG Educação Ambiental, FURG, 2008) reconstituiu as práticas educativas de Roessler, principalmente através da análise de suas crônicas. Prado concluiu que já é possível identificar nos escritos e ações de Roessler fundamentos de Educação Ambiental, bem como os alicerces do movimento ambientalista no Rio Grande do Sul e no Brasil. Diferentemente da tese de Prado, como mencionei acima, não considerarei a obra de Roessler como uma raiz, originária do ambientalismo posterior.

Sobre o movimento ambientalista no Vale do Rio dos Sinos, há a dissertação de mestrado de Fabiano Quadros Rückert, *História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos* (PPG História Unisinos, 2007). A pesquisa de Rückert busca analisar as primeiras lutas pela natureza na região, através de textos escritos por vários ambientalistas bem como da memória desses sujeitos. O autor dedica cerca de dez páginas para analisar alguns pontos do discurso de Roessler, considerado o pioneiro, através de crônicas selecionadas. Trata-se de uma análise geral, de aspectos mais frequentes nos textos de Roessler, até porque o estudo não é focado nele e sim em todo o movimento no Vale do Rio dos Sinos.

Fora do âmbito acadêmico, como já foi dito, há dois livros específicos sobre Roessler. Sua neta, Maria Luiza Roessler⁹, escreveu *O Homem do Rio* (1999), uma “biografia íntima” do avô. O livro é uma homenagem ao homem, como ela mesma denomina, “mais importante” de sua vida. Um relato emocionado, em que a autora vai descortinando aspectos da vida familiar dos Roessler, onde o patriarca, Henrique, é relatado como “um homem de personalidade forte e encantadora” (ROESSLER, 1999, p. 72). A obra é interessante por descrever situações do cotidiano de Roessler, de seus antepassados e da convivência em família. Também pode se perceber, através deste livro, a memória que a neta preserva e quer divulgar para o grande público, de homem exemplar, quase um “herói-defensor da natureza”.

Relatando aspectos do trabalho pioneiro de Henrique e relacionando-os com outros estudos sobre o ambientalismo, o jornalista Augusto Centeno escreveu *Roessler – o primeiro ecológico* (2006). É um perfil biográfico com o objetivo de divulgar a figura de Roessler, valorizando a importância de seu pioneirismo antes de existir um movimento ambientalista

⁸ Encontrei referências a Roessler em BONES, HASSE (2002); CARNEIRO (2003); URBAN (2001).

⁹ Maria Luiza Roessler é pianista e escritora. Filha de Milton Roessler, que foi uma espécie de secretário para Roessler.

organizado. Centeno relaciona Roessler com outros defensores da natureza, e comenta obras sobre o descaso com o meio ambiente brasileiro. O texto se concentra na militância ambiental do biografado, apresentando poucos aspectos do dia a dia particular de Roessler. O trabalho a que me proponho aqui se diferencia pelo tipo de questionamento que faço. O livro de Centeno, bem documentado, procura resgatar a memória do “ambientalista antes do ambientalismo” (Subtítulo do livro), com a intenção de “repor, para conhecimento e julgamento dos leitores, uma trajetória ao mesmo tempo ignorada e luminosa”, para mostrar que o trabalho de Roessler está nas raízes do movimento ecológico posterior, como “o cara que começou tudo isso” (p. 8). Já a presente dissertação propõe, situando o biografado em seu tempo, entender como foi possível a ele empreender um trabalho de proteção ambiental, no contexto dos anos 1930-60. Não quero exaltar, reafirmar a figura de Roessler como pioneiro, tampouco censurar o uso dessa expressão, mas sim *investigar quais os mecanismos utilizados por ele, por sua rede de relações e por discursos após sua morte, para elaborar essa construção.*

Em 1986, a diretoria da AGAPAN resolveu homenagear a memória do pioneiro com a publicação de um livro com 95 das crônicas publicadas no *Correio do Povo*, intitulado *O Rio Grande do Sul e a Ecologia* (ROESSLER, 1986). Um dos fundadores da AGAPAN, Augusto Carneiro, foi o responsável pela seleção, fazendo uma classificação temática dos textos, de acordo com o assunto destacado em cada crônica. Este ambientalista, hoje com quase 90 anos, possui um arquivo privado muito rico em termos de biblioteca e documentos (jornais, panfletos e todo tipo de escrito sobre o meio ambiente). Ele possui material sobre Roessler; lia suas crônicas na época em que foram publicadas no *Correio do Povo*, e passou a admirar seu trabalho.

A figura de Roessler é reclamada pelo movimento ecológico em Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo, como precursora do ambientalismo, o que faz também com que existam entidades em cuja denominação conste seu nome. Analisar como se deu sua trajetória e as apropriações¹⁰ que se fez dela pode lançar luz para compreender melhor seu trabalho, dentro do *campo de possibilidades* da época.

Meu estudo se insere no campo historiográfico da biografia. A vida de reis e santos é contada desde a Antiguidade, porém, é no Renascimento que a noção de biografia como conhecemos hoje começa a se formar¹¹. Peter Burke atribui a este período o início de uma

¹⁰ Utilizo aqui o conceito de apropriação, como formulado por Chartier (2002, p. 68), “uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritas em práticas específicas que os produzem”.

¹¹ Os prefácios das obras renascentistas passam a conter a história da vida dos escritores, a partir do século XV, e começa a ser importante conhecer o autor para melhor compreender sua obra.

busca pela *individualidade*, com uma grande produção de biografias de reis, santos, poetas, artistas e até de mulheres famosas. A obra de Plutarco foi resgatada e sua distinção entre “histórias” e “vidas” passou a influenciar os trabalhos, tanto para enaltecê-los, como para julgá-los sem qualidade. Nas “vidas”, ou biografias, “havia espaço para abordar tanto a vida privada quanto a pública, para descrever a personalidade individual através de pequenas pistas” (BURKE, 1997a, p. 91). Essa separação entre gêneros culminou no século XIX na constituição da disciplina histórica, centrada na narrativa dos acontecimentos, comprometida com o real e a verdade, como uma ciência, e da literatura, onde eram permitidos a arte, o irreal, o devaneio, a anedota. Entretanto, os historiadores científicos, influenciados pela historiografia metódica, continuaram escrevendo biografias, nas quais estava presente a noção de *historia magistra vitae*. O exemplo de vida dos biografados poderia ajudar nas decisões a serem tomadas no presente.

No início do século XX, há uma reação contra essa história predominantemente política e centrada nos documentos escritos, na vida dos “grandes homens”. Em 1929, os jovens Marc Bloch e Lucien Febvre fundam a Revista *Annales*, na França, com a proposta de uma nova abordagem na disciplina histórica. Era necessário diversificar o fazer historiográfico, e novos temas passaram a interessar os historiadores, como a economia e a sociedade (BURKE, 1997b, p. 7-8), pois se queria colocar ênfase no coletivo. Essa nova orientação fez com que as biografias fossem relegadas a um segundo plano, salvo algumas exceções¹², na primeira geração de historiadores. Em 1956, quando Fernand Braudel assume a direção da revista, a biografia perde seu espaço nos *Annales*, sendo privilegiada a história econômica e social, com a influência do paradigma estruturalista (SCHMIDT, 1996, p. 170). O retorno da biografia acontece com a crise dos sistemas estruturalistas, sobretudo nos anos 1980. Benito Schmidt (1996, p. 171) aponta que, além da falência das explicações estruturais, “descarnadas de humanidade”, este novo interesse nas histórias de vida vem com a massificação da sociedade contemporânea, que leva à busca da individualidade e com a crise do espaço público, que faz com que as pessoas procurem conhecer a vida de outros sujeitos.

Um dos estímulos para essa renovação da biografia partiu do grupo de historiadores italianos que divulgou o método da “micro história”, em que “a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos” (REVEL, 1998, p. 20); no entanto, ainda mais importante é o

¹² O próprio Lucien Febvre escreveu biografias sobre Lutero, Rabelais e Margarida de Navarra. Contudo, a biografia para os *Annales* era proposta através da *história-problema*, tratando de compreender a sociedade por meio do indivíduo e incorporando conhecimentos de outras áreas (geografia, demografia, economia, psicologia, entre outras) em suas análises.

princípio de variação de escala, não apenas a escolha de uma escala em particular. Essa variação da lente, ou do foco de análise, permite que se percebam fenômenos, tramas, diversidades, que uma escala macro não revelaria. A biografia aqui proposta compartilha desse método, partindo da análise da trajetória de Henrique Roessler, considerando suas relações com os indivíduos de seu contexto, mas também transcendendo “seu universo pessoal”, pois a variação entre as lentes possibilitou abordar questões mais amplas que o envolveram. No caso desta pesquisa, a partir do estudo da trajetória de Roessler, acredito que foi possível chegar a uma generalização a respeito das ideias e práticas de proteção à natureza nos anos 1930-60, no Rio Grande do Sul.

Roessler, assim como outros personagens que aparecem nessa pesquisa, pode ser pensado como um “agente”. Para Bourdieu, o agente é o indivíduo construído, através da cultura e da educação, ou seja, do *habitus*; os indivíduos são agentes na medida em que atuam e lutam dentro de um campo de interesses. Toda ação é *interessada* e pressupõe um *investimento*, para que o agente obtenha o que deseja (BOURDIEU, 2007b, p. 139). Em geral, os agentes visam a obtenção de poder e prestígio.

Roessler foi um agente na medida em que fez um grande investimento pessoal e profissional interessado em proteger a natureza no Rio Grande do Sul. Além disso, seus interesses foram também particulares, na construção da imagem de um pioneiro da proteção à natureza no Estado, posição que lhe conferia poder, prestígio na sociedade daquela época e, mais ainda, poderia torná-lo alguém “digno de nota” no futuro. Da mesma forma, os indivíduos que operaram o enquadramento das memórias de Roessler podem ser pensados como agentes no sentido proposto por Bourdieu, porque investiram esforços numa ação interessada em perpetuar essa memória e, até mesmo, em obter prestígio pessoal através dela.

Bourdieu também alerta para a tentação de construir histórias de vida em que os acontecimentos ocorrem em sequência, como se o agente estivesse destinado a ocupar determinada posição social desde seu nascimento (a “ilusão biográfica”), e também a necessidade de se levar em conta o contexto em que se insere o personagem biografado. Para tentar compreender a vida de um indivíduo, é necessário estar atento, pois “os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social” (BOURDIEU, 2005, 190), ou seja, é preciso considerar os diversos campos de atuação do sujeito, sua interação política, social, e suas relações cotidianas. No caso de Roessler, ele atuava fortemente na esfera pública, através dos cargos federais. A partir dos contatos que tinha no trabalho, formou uma rede de relações que muito contribuiu no seu trabalho de proteção à natureza. Em contraponto a essa noção de vida linear, Bourdieu formula a noção de “*trajetória*”, de que me

valho nesta dissertação, no primeiro eixo de meu problema de pesquisa, como “uma série de posições sucessivamente ocupada por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele mesmo um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BOURDIEU, 2005, p. 189). A vida de Henrique Roessler, como a de qualquer pessoa, *foi construída* a partir de avanços e recuos, aproximações e deslocamentos, não foi uma linha reta, com a infância determinando o adulto; toda existência humana está sempre em elaboração, com um devir ignorado.

As considerações sobre a “ilusão biográfica” são extremamente pertinentes, no entanto, Sabina Loriga percebe nelas uma tendência que reforça demasiado o *habitus*, em detrimento da individualidade, das possibilidades do eu. Loriga resolve o impasse, tirando das obras de Bourdieu um ensinamento muito diferente do proposto pelo sociólogo: “utilizar o eu para romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1998, p. 246-47). Da mesma forma, o biógrafo não pode incorrer no caminho inverso, considerando o indivíduo autônomo de um contexto; a liberdade de escolha é sempre relativa, “culturalmente e socialmente determinada, limitada, pacientemente conquistada (...) uma liberdade consciente, que os interstícios inerentes aos sistemas gerais de normas deixam aos atores” (LEVI, 2005, p. 179).

Nesse sentido, a noção de *projeto* é capaz de articular a relação entre o agente e o contexto de forma não determinista. Gilberto Velho (1998, p. 40) entende, a partir de A. Schutz, que projeto “*é a conduta organizada para atingir finalidades específicas*”. Para que essa proposta não seja acusada de racionalista, ele a alia à “noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de projetos”. Considero que o trabalho de Roessler pode ser entendido como um projeto de proteger a natureza, inserido no contexto sociocultural da época e lugar em que viveu, o qual lhe oferecia um campo de possibilidades para agir. Dentre as escolhas possíveis, ele pôde realizar seu projeto, lidando com o jogo de forças e circunstâncias de seu tempo. Para Velho, na interação entre indivíduo e contexto, desenvolve-se “um processo de definição e negociação da realidade”, em que a elaboração de projetos traz consistência às trajetórias. O projeto de um indivíduo é viável dependendo “do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidades” (VELHO, 1998, p. 47).

No segundo eixo de minha problemática de pesquisa, surgem questionamentos sobre a *memória*. Nos anos 1970, quando o ambientalismo começava a se constituir como movimento social no Rio Grande do Sul, foi preciso “buscar as raízes”, recuperar projetos anteriores de

proteção à natureza. Dentre outras possibilidades, foram escolhidos como “pioneiros” Henrique Luiz Roessler, Padre Balduino Rambo e Antônio Guerra, talvez por terem maior visibilidade em seus escritos, especialmente o primeiro, que publicava frequentemente na imprensa da capital.

Segundo Jacques Le Goff (2003, p. 419), a memória tem a “propriedade de conservar certas informações”, sendo “um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (LE GOFF, 2003, p. 469). Em meu caso de estudo, ocorre a recuperação de uma atuação anterior – de Roessler –, a qual é quase sacralizada, para ser transformada em uma memória herdada “por tabela” (POLLAK, 1992, p. 201), constitutiva do grupo ambientalista, garantindo-lhe identidade social.

Roessler entendia que a contemplação e o contato da natureza eram essenciais para que o homem percebesse a importância de protegê-la. O homem, segundo ele, privilegiava o dinheiro e o progresso, não tinha “mais interesse pelas coisas simples e estimulantes da vida, [...] como acariciar um animal; como descansar na beira dum murmurante arroio; deitar-se na relva, debaixo duma grande árvore; como passar uma noite estrelada, ao pé do fogo, junto à barraca; como ouvir os hinos da passarada ao alvorecer do novo dia”, e sentenciava “como são invejáveis os animais silvestres” (ROESSLER, 2005, p. 80). O exame da trajetória e da produção de Roessler pode contribuir nos estudos da relação homem-natureza, que são objeto da *história ambiental*, campo historiográfico que surgiu nos Estados Unidos na década de 1970, em meio ao interesse despertado pelo movimento ambientalista e as conferências internacionais realizadas pela ONU. Os historiadores norte-americanos concentram boa parte dos trabalhos na área, porém a França, através de historiadores ligados à revista *Annales*, também é um centro de estudos sobre o tema¹³. Segundo Donald Worster (1991, p. 200), a revista criada por Marc Bloch e Lucien Febvre “há décadas vem chamando atenção para o ambiente”. O grande livro de Braudel, “O Mediterrâneo”, já seria um estudo de história ambiental, pois é centrado no Mar Mediterrâneo e na vida humana que se desenvolveu ao seu entorno.

¹³ A revista *Annales* publicou um número especial sobre História e Ambiente, em 1974. Na apresentação do número, o editor, Emmanuel Le Roy Ladurie “fez questão de afirmar que não estava cedendo aos imperativos de uma moda, pois desde longo tempo a revista havia escolhido se interessar pelos temas de uma história ecológica” (PÁDUA, 2010, p. 82). No entanto, a história ambiental não surgiu a partir da *nouvelle histoire* francesa, que defendia o estudo de novos objetos e de novas temáticas pela história (LE GOFF, 1998). Como Pádua explica em seu artigo, para compreender o surgimento da história ambiental como campo historiográfico, é preciso levar em consideração fatores sociológicos e epistemológicos. Foram tanto a emergência de movimentos ambientalistas em diversos países, quanto as mudanças no mundo do conhecimento consolidadas no século XX sobre “o entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana” (PÁDUA, 2010, p. 83), que instigaram o interesse dos historiadores sobre as relações entre homem e natureza.

No Brasil, Regina Horta Duarte tem se dedicado a discutir profundamente a História Ambiental, destacando três autores clássicos que estudaram as relações existentes entre sociedade e natureza em suas obras, ainda na primeira metade do século XX. O primeiro é João Capistrano de Abreu (1853-1927), em seu *Capítulos de História Colonial*, “logo nas primeiras páginas, o autor detém-se numa preciosa análise dos aspectos físicos do território brasileiro, abordando sua formação geológica, suas bacias hidrográficas, seu relevo, sua vegetação e sua fauna” (DUARTE, 2005, p. 88). Entretanto, Capistrano não apenas descreve a paisagem, e sim a analisa historicamente, mostrando o meio em que os indígenas se constituíram, as condições encontradas e transformadas pelos colonizadores. Caio Prado Júnior (1907-1990) também incorporou as análises sobre sociedade e natureza em seus estudos. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, o autor “ressaltou como a atividade monocultora assumiu um aspecto comercial devastador, com a exploração absurda dos recursos naturais em proveito da economia portuguesa” (DUARTE, 2005, p. 90). Quando aqui chegaram, os portugueses encontraram uma natureza exuberante, porém hostil ao homem. Não souberam criar uma estratégia de povoamento de integração ao meio; movidos pela lógica mercantil, trataram de pilhar o que aqui encontraram. Prado Júnior acreditava que só o rompimento com esse passado colonial, de exploração, poderia fazer com que a sociedade se constituísse de forma moderna, vencendo os desafios da natureza para preservá-la. Duarte cita também Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) como destaque na análise homem-natureza. Sua obra *Monções* “estuda as expedições através dos rios em direção ao oeste no Brasil colonial, com grande destaque para o enfrentamento dos obstáculos representados pelo meio natural” (DUARTE, 2005, p. 91). No avanço sobre as matas, os colonizadores contaram com a ajuda dos índios e, adaptando seus saberes, conseguiram enfrentar o ambiente hostil. Em *Visões do Paraíso*, Holanda também denuncia o desfrute irresponsável dos elementos naturais, como se eles fossem inesgotáveis, o que gerou uma devastação sem precedentes e irreversível em nosso país.

A história ambiental trata, em linhas gerais, “do papel e do lugar da natureza na vida humana” (WORSTER, 1991, p. 201). Entre as questões básicas da história ambiental estão as próprias noções de “natureza”, as interações do domínio socioeconômico com o ambiente, o âmbito ético, de valores, na dinâmica homem-natureza, e o pensamento crítico-ambiental, na qual a análise do projeto protecionista de Roessler se insere. Talvez a característica mais importante dessa nova área de pesquisa seja a interdisciplinaridade. O diálogo com a geografia, geologia, botânica, zoologia, paleontologia, agronomia, demografia, sociologia, antropologia e, principalmente, com a ecologia, dependendo do estudo, pode ser indispensável.

Convém, desde já, esclarecer uma importante questão que me preocupou desde o início da pesquisa: como denominar a atuação de Roessler? Conservacionista, ecologista, ou ambientalista? Como situá-lo num período em que não havia o que hoje costumamos definir como “movimento ecológico”? Não queria chamá-lo de ecologista, afinal não existia esse termo na época em que ele atuou; cheguei até a utilizar “conservacionista”, durante um tempo, mas este termo não é apropriado, porque remete a um debate nos Estados Unidos¹⁴, do qual Roessler não participou e, depois de aprofundar nas leituras e avançar na escrita do texto, cheguei a uma decisão satisfatória.

Como Franco e Drummond (2009) que, preocupados com a historicidade, evitaram o uso dos termos “ambientalismo”, “ecologia política” e “desenvolvimento sustentável”, creio que a noção que melhor define a atuação de sujeitos contra a destruição ambiental na primeira metade do século XX seja “proteção à natureza”. Duarte (2010), ao analisar a trajetória de três cientistas vinculados ao Museu Nacional¹⁵, utiliza a mesma expressão e entende, especialmente para o período dominado por Vargas, que a questão da proteção à natureza apareceu como um assunto educacional, importantíssimo para a construção da nação brasileira. Foi no âmbito dessa expressão, fundamental num projeto maior, de construção da identidade nacional, que o personagem desta pesquisa agiu: ela aparece no nome da entidade que fundou, a “União Protetora da Natureza”, em suas crônicas jornalísticas e documentos pessoais.

No entanto, é preciso considerar que, no Brasil, para esse período, “os conceitos de proteção, conservação e preservação eram intercambiáveis” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 49). Da mesma forma, Roessler defendia a natureza articulando tanto a exploração racional dos elementos naturais para o usufruto das gerações presentes e futuras, quanto a reserva da diversidade biológica em parques naturais para pesquisa científica e contemplação estética. Seu discurso estava plenamente de acordo com o contexto em que viveu. Portanto, utilizarei “proteção à natureza” para designar todo o projeto de Roessler, que abrangia tanto conservação quanto preservação dos elementos naturais¹⁶.

¹⁴ Nos Estados Unidos, desde o século XIX, havia o debate entre “conservacionistas” e “preservacionistas”. “Os primeiros se preocupavam, sobretudo, com a racionalidade na utilização dos recursos naturais, enquanto os outros defendiam a natureza com os argumentos da fruição estética e da transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 46). Em termos práticos, os “conservacionistas” propunham o uso dos elementos naturais com responsabilidade para as gerações futuras; já os preservacionistas sugeriam a reserva de áreas – de preferência as mais belas – para a constituição de parques naturais, sem a presença humana.

¹⁵ Edgard Roquette-Pinto (1884-1954), Cândido de Mello Leitão (1886-1948) e Alberto José Sampaio (1881-1946).

¹⁶ Utilizarei “elementos naturais”, pois a expressão “recursos naturais” tem cunho utilitarista, ao tratar a natureza como um recurso econômico; mantereí a expressão, quando estiver citando autores que a utilizaram. Esclareço também que estou ciente do debate entre conservação e preservação, no Brasil, a partir do anúncio dos princípios

Por último, cabe expor o tratamento dado às fontes e a própria visão acerca das possibilidades de utilização dos documentos que fundamentam a presente dissertação. Sobre a produção escrita publicada por Roessler, foi necessária uma seleção temática, pois são cerca de 300 textos, tendo como crivo a problemática desta biografia. Selecionei 62 crônicas seguindo o critério de assuntos a serem tratados em cada capítulo. Ao analisar o projeto ambiental de Roessler a partir da trajetória e memória construída, relacionando vida e obra, cabe um exame do conteúdo do material produzido em duas etapas de sua vida. Primeiro, desde o momento em que ingressou no Serviço Público Federal, na Capitania dos Portos, e também desenvolvendo as funções de Delegado Florestal e Fiscal de Caça e Pesca, no Ministério da Agricultura. Este trabalho inicial é ligado aos órgãos federais, dos quais se utiliza para publicar diversos editais, avisos, panfletos. Num segundo momento, quando é destituído dos cargos públicos, passa a atuar através de uma instituição que ele cria para proteger a natureza, a UPN, até o final de sua vida (1955-1963) – período em que escreve as crônicas. Há continuidades e rupturas interessantes entre uma etapa e outra.

A documentação analisada, presente no Arquivo Particular de Roessler no AHRS, além das crônicas jornalísticas, consiste em panfletos do Serviço Florestal (1939 a 1954), panfletos da UPN (1955 a 1963), recortes de jornais e revistas diversos. Foi necessário utilizar legislação ambiental (decretos municipais, estaduais e federais, a maior parte disponíveis na *internet*), correspondências e documentos, disponíveis em outros arquivos, museus e bibliotecas e no arquivo privado de Roessler, guardado pela neta.

Maria Luiza facultou o acesso a tudo o que ela ainda tinha em casa sobre o avô. Eram dois pacotes grandes de documentos, um deles envolto em papel pardo e amarrado com barbante, tal como Roessler havia deixado há cerca de 50 anos. Seu filho Milton jamais deixara abrirem aquele pacote, pois continha os documentos do processo judicial enfrentado pelo pai de 1954 a 1956. Além disso, fazem parte da documentação cartas, ofícios, telegramas, atestados, panfletos da UPN e recortes de jornais.

fundamentais de uma política ambiental nacional (BRASIL, Lei 6.938, de 31/08/1981), quando se intensificou a criação de “Unidades de Conservação (UCs). Como apontou Audibert (2004, p. 193-94), se num primeiro momento (nos anos 1930/50), “os parques e reservas eram criados por iniciativas de governos e por políticas que atendiam ao reclame público pela preservação desse patrimônio”, a partir dos anos 1980, “a ação de algumas pessoas ou organizações dentro dos próprios governos ou não-governamentais, que afirmam uma perspectiva negativa sobre o futuro da humanidade (...), passou a lograr êxito na aprovação de legislações e regulamentos protecionistas, tornando-se o mote principal da criação de novas áreas de proteção ambiental”. A questão-chave é se as pessoas podem ficar na área reservada ou não, dependendo do impacto de sua presença sobre a natureza. Em áreas com “populações tradicionais”, a maioria indígena, a discussão possui contornos socioambientais, já que muitas dessas populações dependem do extrativismo e outras atividades “sustentáveis” para sobreviver e, se forem expulsas dessas áreas, certamente virão engrossar as fileiras das camadas miseráveis nos centros urbanos (DUARTE, 2005, p. 46).

A própria seleção de documentos em um arquivo privado já pode ser pensada como *uma construção, uma coleção de si*. Para Ribeiro (1998, p. 35), este é um meio de preservar-se: os arquivos pessoais podem indicar o “anseio de ser, *a posteriori*, reconhecido por uma identidade digna de nota”. Da vida de todo dia, somente alguns papéis ficam, “porque fazemos triagens nos nossos papéis: guardamos alguns, jogamos fora outros” (ARTIÈRES, 1998, p. 10). Não arquivamos nossas vidas de qualquer maneira, “fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens” (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

É preciso estar atento para o que Ângela de Castro Gomes chama de “feitiço dos arquivos privados”. No arquivo privado, o personagem se revelaria de “forma verdadeira”, “o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marcam boa parte dos registros” (GOMES, 1998, p. 125), daí o termo “feitiço”. Porém, não podemos esquecer que os documentos do arquivo foram elaborados, consciente ou inconscientemente, para deixar um registro à posteridade. E nesta lógica, o que ocorre é a *construção de si* mesmo como uma personagem para o futuro; através dos documentos pessoais, o indivíduo acaba “construindo sua imagem para si e para os outros, em muitos tempos e na história” (GOMES, 1998, p. 126). Esse caráter de “verdade”, “espontaneidade” e “autenticidade” deve ser problematizado, através do tratamento rigoroso das fontes.

Luciana Heymann lembra ainda que os arquivos privados são constituídos intencionalmente, pois “cabe a uma pessoa física, o titular do arquivo, escolher os documentos que, no fluxo dos papéis manuseados cotidianamente, merecem ser retidos e acumulados”. A autora alerta que o arquivo deve ser visto como “um esforço de representação, ou melhor, de produção de si mesmo” (HEYNEMANN, 1997, p. 42-44). O historiador não deve procurar coerência, portanto, pois, assim como a vida, o arquivo esteve em permanente construção, durante e após a existência do biografado.

A partir desses referenciais, percebo que Roessler já construía a si mesmo como pioneiro em sua escrita. Alertada pelos autores, procurarei não me enredar nas “malhas do feitiço”; não busco a verdade nos relatos de Roessler. Entendo que seu objetivo maior, quando escrevia sobre si mesmo, selecionando alguns acontecimentos de sua vida (destacando o acidente, por exemplo) e omitindo outros, era registrar *o Roessler* que ele queria deixar para o futuro.

Cabe mencionar que, quase no final da pesquisa, entrei em contato com documentos sobre a atuação de Roessler no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, em Caxias do Sul. No arquivo particular de João Pedro de Lisboa, que foi Delegado Florestal da cidade,

constam documentos (formulários, modelos, atestados, panfletos) sobre a atividade dos delegados florestais e a correspondência trocada entre Roessler e Lisboa. A “descoberta” dessa documentação foi muito importante, pois possibilitou entrever com maior clareza o cotidiano dos delegados florestais. Também relevante para a pesquisa foi encontrar documentos envolvendo Roessler e a Jewish Colonization Association (ICA) nos arquivos judaicos de Porto Alegre e São Paulo. Apesar das lacunas nas fontes, foi possível vislumbrar um lado diferente da atuação de Roessler. Além desses documentos, utilizei os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, visando perceber como essa esfera da política tratava diversas questões ambientais da época. Nos Anais encontrei um amplo debate sobre a passarinhada, a fiscalização florestal e a fiscalização da caça e da pesca, inclusive com duras críticas às práticas dos fiscais.

Dentro dos arquivos pesquisados, encontram-se vários recortes de jornal com reportagens sobre Roessler. Alguns textos foram escritos enquanto ele vivia (para difamá-lo, inclusive), porém a maior parte trata de sua memória. Constam matérias comemorativas aos aniversários de nascimento ou morte (mais frequente), marcando a cada 5, ou 10 anos de falecimento, bem como os 100 e 110 anos de nascimento, em 1996 e 2006. Essa produção jornalística confere sentidos a Roessler, contribuindo para a construção de uma memória sobre ele que persiste até hoje. O uso do jornal como fonte para o historiador é relativamente recente, ocorreu durante o século XX, depois que as concepções positivistas da chamada “Escola Metódica” perderam a hegemonia nos estudos históricos. Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, o jornal “é uma verdadeira mina de conhecimento: fonte de sua própria história e das situações mais diversas; meio de expressão de ideias e depósito de cultura. Nele encontramos dados sobre as sociedades, seus usos e costumes, informes sobre questões econômicas”. (CAPELATO, 1988, p. 20). Para Mônica Karawejczyk (2008, p.70) “os textos jornalísticos devem ser compreendidos como uma representação que deixa entrever a sociedade da época retratada e atitudes ali introjetadas”. Não podemos encarar o jornal - e nenhum outro documento - como um documento da verdade dos fatos, mas como uma representação desses, que pressupõe escolhas de alguém que produz o texto, a informação publicada. Da mesma forma, não podemos esquecer “a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação a nossa experiência de leitura” (ELMIR, 1995, p. 25).

A pesquisa se utiliza também de fontes orais, coletando depoimentos de pessoas ligadas a Roessler (parentes, conhecidos) e ao movimento ambientalista em Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo (militantes atuais e remanescentes da época). Foram gravadas dez entrevistas, cada uma com duração, em média, de uma hora, em diversas datas, no decorrer do trabalho. O formato utilizado foi da entrevista semidirigida; tinha preparado questões amplas, a

partir de estudo prévio, com a intenção de, no decorrer do encontro, permitir que o entrevistado aprofundasse os temas, ou que sugerisse pontos de vista diferentes, desviantes o que deve ser objeto de atenção especial do historiador (ALBERTI, 2008, p. 185). Ao longo da dissertação, são transcritos alguns trechos, respeitando ao máximo as falas originais, mas com algumas edições, necessárias para que possam ser lidas. Também cito como informação “conversas” informais, não gravadas. Duas delas foram realizadas por *e-mail*, o que as torna de difícil classificação, no entanto, seu conteúdo pode ser tão válido quanto as entrevistas gravadas, por representarem as memórias da neta Marli Guinter sobre o avô já que, devido à distância (ela mora em São Paulo), não foi possível um encontro “ao vivo”.

As fontes orais são a forma mais importante de manifestação da memória. Paul Thompson defende o seu uso, na medida em que a entrevista se torna uma oportunidade de descobertas, onde “o meio ambiente imediato também adquire uma dimensão histórica viva do passado, o qual não é apenas conhecido, mas sentido pessoalmente” (THOMPSON, 1992, p. 30). No caso desta dissertação, além das entrevistas revelarem informações e impressões não encontradas nos documentos escritos, trata-se, também, de compreender como a imagem de Roessler é percebida hoje, porque o depoimento, mesmo que remonte ao passado, é permeado pelo presente. Como observa Beatriz Sarlo (2005, p. 10), “el tiempo *propio* del recuerdo es el presente: es decir, el único tiempo *apropiado* para recordar y, también, el tiempo del cual el recuerdo se apodera, haciéndolo *propio*”. Quem depõe está no presente, assim, o passado ganha vida porque vive aqui e agora, através da memória de alguém.

A partir da própria trajetória de Roessler, bem como das questões a que me propus, a partir das fontes, dividi a dissertação em cinco capítulos. Optei pela narrativa em ordem cronológica, pois me pareceu a estratégia mais coerente para expor as análises a partir dos diversos planos da vida de meu personagem.

No primeiro capítulo, enfoco as relações familiares e a trajetória de Roessler antes de ocupar os cargos federais de fiscalização. Através da análise de documentos do Colégio Nossa Senhora da Conceição, apresento suas notas e atividades escolares. Também focalizo seu trabalho como contabilista e relações com vizinhos. Examinando as diferentes experiências vividas por ele, almejo identificar fatores que possam ter influenciado sua atuação futura como protetor da natureza.

No segundo e terceiro capítulos dedico-me às duas fases principais do projeto protecionista de Roessler. O capítulo 2 - o mais longo - é focado na primeira etapa desse projeto: em pleno Estado Novo, 1939, ele se ofereceu para trabalhar como Delegado Florestal, cargo público não remunerado, vinculado ao Serviço Florestal, órgão da alçada do Ministério

da Agricultura. Neste capítulo, apresento um panorama da atuação dos Delegados Florestais no Estado. Como Delegado Florestal Regional, Roessler atuava na fiscalização de madeireiros, bem como de caçadores ilegais – principalmente de passarinhos – e de curtumes que despejavam seus resíduos sem tratamento em vários rios gaúchos. Roessler e seus colaboradores - delegados e fiscais florestais, policiais - costumavam organizar diligências, as chamadas “batidas”, principalmente durante a madrugada, horário preferido dos caçadores ilícitos. Numa dessas “batidas”, em março de 1954, em Bento Gonçalves, dois caçadores não aceitaram a atitude do fiscal e resolveram processá-lo. Roessler foi muito criticado e até difamado por setores da imprensa - ligados a políticos da região - em vários municípios de colonização italiana. Essa campanha difamatória abalou o nosso personagem, como fica claro nas correspondências em que mobilizou sua rede de relações para ajudá-lo. A fiscalização de Roessler, ao condenar a “passarinhada”, costume cultural dos imigrantes italianos, acabou ganhando implicações interétnicas, as quais trato neste capítulo. A questão da passarinhada tornou-se a maior batalha de sua vida, uma verdadeira “luta de representações”, travada entre ele e os “passarinheiros”, através de estigmas e imagens negativas atribuídas de ambos os “lados”.

A atuação de Roessler na União Protetora da Natureza, primeira entidade de proteção à natureza do Rio Grande do Sul, fundada por ele em 1955, é o tema do terceiro capítulo. Com o desligamento do cargo federal, ocorreu uma virada em sua trajetória. Nessa nova fase, seu projeto se concentrou principalmente na educação, através da confecção e distribuição de uma série de panfletos para diversas escolas do estado, do proferimento de palestras, bem como da publicação de textos no jornal *Correio do Povo*, às sextas-feiras, de 1957 até 1963. Toda essa produção oral e escrita possui elementos educativos, no sentido de uma ação orientada, com o objetivo de alertar as pessoas da importância da proteção à natureza, tanto em seu presente, quanto para as gerações futuras. Também neste capítulo enfoco os meandros da atuação de Roessler como Fiscal de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura do Estado, através dos depoimentos de dois de seus auxiliares sobre as diligências realizadas nessa fase. Ele conseguiu uma credencial, através de sua rede de relações para continuar perseguindo passarinhos, desmatadores, serrarias e curtumes, nos finais de semana.

No quarto capítulo, através da análise de crônicas e documentos selecionados, pretendo vislumbrar as ideias que embasaram o projeto de proteção à natureza de Roessler. Procuo, neste capítulo, relacionar sua produção escrita com textos que abordavam o assunto, no início do século XX; o “norte” é a tentativa de compreender o contexto de preocupações ambientais dos anos 1930 a 1960 no Brasil e no Rio Grande do Sul - através da análise de obras científicas

e de divulgação geral sobre a proteção à natureza - e como nosso personagem se inseriu nesse debate. Procuo conhecer o “teor” de alguns discursos protecionistas correntes naquela época, que devem ter influenciado os escritos de Roessler. Da mesma forma, identifico três ideias principais, em seus textos, a saber: religiosidade, nacionalismo e educação diretiva. Na articulação desses três “eixos” principais, Roessler concebeu sua própria ideia de natureza, uma visão idealizada, sacralizante, que, a meu ver, foi um dos fatores responsáveis pela aceitação de seu discurso naquele campo de possibilidades.

O quinto e último capítulo é dedicado ao segundo eixo de minha pesquisa, como mencionado acima, a questão da memória. Através da análise de uma série de documentos pessoais, reportagens de jornais e revistas, bem como de textos avulsos, pretendo compreender como se deu o *enquadramento das memórias* sobre Roessler. Parto do pressuposto de que ele já operava em vida uma *construção de si* (GOMES, 2004) como pioneiro do Serviço Florestal, através da escrita e da retórica empregada em textos e palestras. Posteriormente à sua morte, ocorreu uma espécie de reconstrução, por uma série de agentes, tais como jornalistas, entidades ambientalistas, membros da família, de Roessler como “pioneiro da ecologia”. Além disso, analiso vários *lugares de memória* (NORA, 1993) que foram erigidos para homenageá-lo.

A vida de Roessler é um desafio estimulante¹⁷. Em meio à documentação que embasa a presente pesquisa, é grande a responsabilidade perante a trajetória e a memória de um personagem tão rico em possibilidades. Senti isso a partir do contato com os dois pacotes de documentos que Maria Luiza, sua neta, me entregou. Desatar o nó do barbante foi um ato simbólico, como se tocasse no fio da vida de Roessler, que tentarei recuperar para costurar o tecido da sua história e memória, através desta biografia.

¹⁷ Como bem expressa François Dosse (2009, p. 11), escrever sobre uma vida é um desafio, pois estamos tratando de um horizonte inacessível, mas que sempre nos estimula o desejo de narrar e compreender.

1 - A paixão pelo rio

1. 1 - O menino Roessler

No pátio de casa, Henrique brincava diariamente, com a recomendação de que não saísse para o lado de fora do portão, pois bastariam alguns passos para vislumbrar o Rio dos Sinos. O cuidado dos pais deve ter atiçado a curiosidade do menino, que um dia não resistiu e, abrindo a porteira, passou a desbravar as cercanias da residência. Segundo Roessler (1999, p. 59-62), seu avô, desde pequeno “ia para junto do rio para olhar as águas, a mata e as aves”. Nas margens do Sinos, ainda limpo nos primeiros anos do século XX, ele deve ter vivido aventuras infantis, entre a vegetação que o protegia e os pássaros que habitavam o local.

A casa da família ficava na Rua da Margem, hoje denominada Rua da Praia, ao lado do Clube de Regatas Humaitá. A construção ainda está de pé, hoje colorida de amarelo, com vários arbustos e árvores no terreno. O local parece agradável, e ainda se pode avistar o Rio dos Sinos do lado de dentro do pátio. Roessler passou a primeira infância rodeado pelos cuidados da mãe, a violinista Henrietta Luise Blauth, e pelos barcos do pai, João Felipe Roessler.



Figura 2 - Casa em que Roessler morou na infância, em São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)

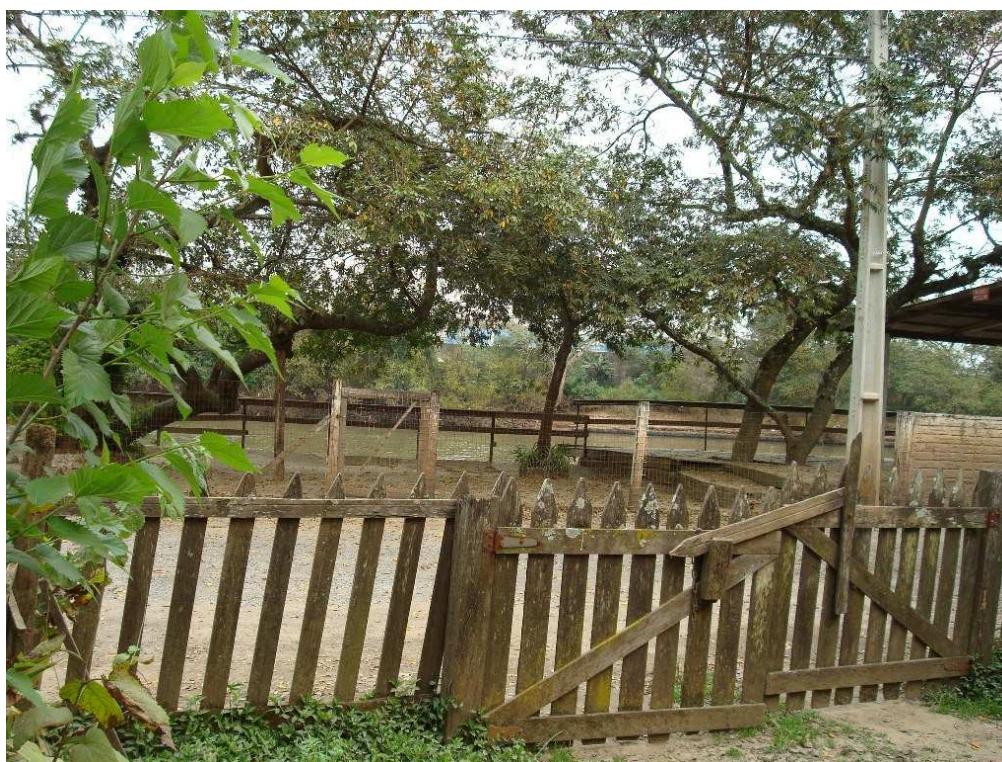


Figura 3 - Vista do interior do pátio da casa em que Roessler morou na infância, com o Rio dos Sinos ao fundo (Foto da autora, 24/08/2010)

A família Blauth havia emigrado da Alemanha. Os bisavós maternos de Roessler, Johann Nicolaus Blauth (1819-1898) e Anna Barbara Jung (1819-1912) vieram, respectivamente, das cidades de Weltersbach e de Weiler¹⁸. Um dos filhos do casal, Jacob Blauth, foi um dos precursores da navegação em São Leopoldo, “estabelecendo a comunicação entre São Leopoldo, Porto Alegre e Mundo Novo – hoje, Taquara” (REINHEIMER, 2007, p. 117). Jacob comprou um terreno na beira do rio dos Sinos, na margem oposta à Vila de São Leopoldo, onde instalou uma companhia de navegação. Embora a extensão do lote não fosse muito grande, obteve sucesso em seu negócio, pois a localização era privilegiada, próxima do porto e do local onde havia pressão para a construção de uma ponte para ligar os dois lados da vila (REINHEIMER, 2007, p. 117).

Em 1896, o irmão de Jacob, Peter Blauth, encontrava-se à frente dos negócios; a empresa, denominada Pedro Blauth & Comp., foi organizada como uma sociedade e possuía os vapores São Leopoldo e Pedro 1 e as lanchas Itapuhy e São Pedro. Peter (Pedro) morreu em 1897, e não sabemos quem ficou no comando da empresa. Entretanto, em 1916, ocorreu nova mudança na sociedade, quando o pai de nosso personagem, João Felipe Roessler¹⁹ adquiriu as ações de diversos sócios, tornando-se o segundo acionista da empresa.

João Felipe era genro de Pedro Blauth; havia casado com sua filha, Henrietta Luise Blauth (Henriqueta Luiza) em 16 de novembro de 1895, em São Leopoldo. Segundo Roessler (1999, p. 64-65), o romance entre os dois não foi bem aceito pela família Blauth, de religião evangélica, já que os Roessler eram católicos. Com o impedimento do namoro, João Felipe passou uma temporada de estudos na Alemanha, enquanto Henriqueta ficou em São Leopoldo, inclusive chegando a noivar com outro pretendente. No entanto, por volta de 1893-94, João Felipe retornou e Henriqueta rompeu o noivado, ocorrendo o casamento em 1895²⁰. Exatamente um ano após, às 8:30 da manhã (segundo registro de batismo na IECLB), em 16 de novembro de 1896, nasceu Henrique Luiz. Seu nome, como podemos observar, é a versão masculina do nome da mãe.

¹⁸ FAMÍLIA BLAUTH. Projeto Família Blauth no Brasil. Disponível em: <<http://blauth.jimdo.com>>. Acesso em 25 de junho de 2010. No endereço, era possível encontrar a genealogia da família Blauth no Brasil, desde os primeiros membros que saíram da Alemanha, em 1827. Infelizmente, em 2011, o autor do website teve que retirar o conteúdo do ar, por motivo de desavenças que, segundo ele, “estavam totalmente fora dos limites da razão”. As cidades de Weltersbach e Weiler ficam cerca de 100 km de distância uma da outra, próximas a Hamburgo, região de fronteira com a França.

¹⁹ Infelizmente, não há nenhuma pesquisa genealógica mais aprofundada da família Roessler. Segundo Centeno (2006, p. 96), “no século XIX, os Roessler vieram da fronteira da Alemanha com a França, da região da Alsácia-Lorena para tentar a vida no Brasil”.

²⁰ É interessante observar que a noiva, Henriqueta, nasceu em 11 de junho de 1866. Tinha na data do casamento 29 anos, portanto. Analisando a árvore genealógica da família, e mesmo para os padrões sociais da época, essa poderia ser considerada uma idade bastante tardia para casar. Talvez em função disso, quando João Felipe manifestou novamente interesse em unir-se a Henriqueta, os pais da noiva não tenham manifestado objeção.

A questão religiosa parece ter sido resolvida. De acordo com Roessler (1999, p. 65), João Felipe procurou primeiro a Igreja Católica, porém o padre se negou a realizar uma cerimônia normal; teriam que se casar atrás do altar da igreja. O motivo seria a religião evangélica da noiva. Exigência entendida como afrontosa pelos noivos, o casamento foi realizado na Igreja Evangélica Luterana.

Provavelmente, João Felipe e Henriqueta se casaram em São Leopoldo e, em função de negócios da empresa da família, moraram durante um período em Porto Alegre, pois Henrique nasceu na capital. Devido aos vínculos com São Leopoldo e, é possível inferir, à conduta ofensiva do padre católico no episódio do casamento, o batismo do menino ocorreu na Igreja Luterana da cidade, no dia 25 de dezembro de 1896²¹.

Depois do casamento, João Felipe passou a trabalhar na companhia de navegação, chegando a assumir sua direção em 1916. Nos documentos analisados, não constam indícios de que Roessler tenha se envolvido diretamente com a Pedro Blauth & Cia. Entretanto a convivência diária com o rio e barcos deve ter influenciado, de certa forma, suas escolhas posteriores, pois, entre as profissões a que admitiu ter se dedicado, ele citou “construtor de barcos”, em documento autobiográfico²². Além disso, em 1937, foi nomeado Capataz do Porto de São Leopoldo, pela Marinha do Brasil, como funcionário extranumerário mensalista²³, categoria que não possuía vínculo efetivo com a União. Essa foi uma atividade que manteve ao longo de muitos anos, paralelamente ao cargo de Delegado Florestal. A função de Capataz envolvia vistoria de embarcações, expedição de licenças de pesca, entre outras tarefas²⁴. Em 11 de agosto de 1954, foi publicada uma lei que vetava “extranumerários mensalistas da União e das autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não”, por isso eles seriam “equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos” (BRASIL, Lei nº 2.284, 11/08/1954). Roessler, que tinha 17 anos de serviço na ocasião, além de outros servidores da Marinha, foi equiparado a “funcionário efetivo”,

²¹ IECLB. Registro de Batismo de Henrique Roessler. São Leopoldo, 25/12/1896 (IECLB).

²² ROESSLER, H. Dados sobre Henrique Roessler. S/data, folha 1 (APHR).

²³ Funcionário extranumerário mensalista era o termo utilizado para designar uma categoria que existiu, antes da Constituição de 1988, para funcionário público não concursado; eram empregados que não estavam incluídos nos quadros aprovados ou oficiais, mas foram admitidos segundo os princípios das leis vigentes. Eram os funcionários ditos contratados, mensalistas, diaristas, nomeados ou admitidos em caráter temporário, segundo a natureza e a necessidade do serviço. JUS BRASIL. Extranumerário. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/291788/extranumerario>>. Acesso em 23 de dezembro de 2010.

²⁴ Sobre a atuação de Roessler como Capataz do Rio dos Sinos sobraram pouquíssimos documentos em seu arquivo privado. Entrei em contato com a Delegacia da Marinha em Porto Alegre, onde os funcionários me afirmaram nunca ter existido uma Capatazia em São Leopoldo. Telefonei e enviei e-mails para o Ministério em Brasília e no Rio de Janeiro, mas não obtive nenhuma informação a respeito. Aliás, até mesmo conseguir contato é difícil; os funcionários me passavam para outros setores e, em suma, parece não haver setor responsável por arquivos, ou se houver, o acesso é bastante complicado.

resolução publicada em portaria específica no Diário Oficial da União (DOU) quase um ano depois, em 8/06/1955. Creio que ocupou esse cargo até o falecimento, pois não encontrei nenhuma referência de sua destituição.

Infelizmente, não sobraram muitos vestígios sobre a infância de nosso personagem. No entanto, pelo menos, foi possível analisar parte de sua vida escolar (de 1910 a 1912). Segundo o próprio Roessler, não completou o curso ginasial no Colégio/Ginásio Nossa Senhora da Conceição, porque este se transformou num Seminário. E a “falta de recursos impediram a continuação dos estudos fora de S. Leopoldo”²⁵.

O Colégio Nossa Senhora da Conceição foi fundado por padres jesuítas em 1869²⁶. Segundo Ernesto Seidl (2008, p. 96),

no Colégio Conceição, em São Leopoldo, os jesuítas alemães já forneciam estudos para jovens não direcionados ao sacerdócio e iniciavam um trabalho de ensino cuja reputação teria seu auge no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, a partir de 1907. Com um corpo docente “importado” da Europa e qualificado tanto nas áreas “humanas” quanto nas “naturais”, “disciplina rígida” e resultados destacados nos exames de seleção ao ensino superior, a “educação jesuítica” tornou-se marca de distinção para aqueles que haviam frequentado suas escolas, e isso não apenas quanto à educação formal, mas também em relação a um conjunto de atributos morais e de hábitos de vida, como uma “visão humanista”, “disciplina”, “higiene pessoal”, entre outros.



Figura 4 - Vista do Colégio Conceição (AHA AV)

²⁵ ROESSLER. Dados. Op. Cit.

²⁶ Os documentos do Colégio Conceição se encontram no Arquivo Histórico da Província do Brasil Meridional da Associação Antônio Vieira, que fica na Cúria Provincial de Porto Alegre, aos fundos do Colégio Anchieta, em Porto Alegre-RS.

É interessante analisarmos mais de perto como pode ter sido a formação intelectual de Roessler no Ginásio Conceição. Em primeiro lugar, saliento o fato de que o estabelecimento era católico – lembrando que a mãe era evangélica e Roessler foi batizado na confissão luterana. É importante também a origem jesuíta do educandário, cujas bases nortearam toda sua filosofia de ensino.

Segundo Bohnen e Ullmann (1989, p. 167), para que o Colégio fosse considerado uma instituição de ensino modelar, “disciplina, seriedade, culto do intelecto e dos valores espirituais exigiram sacrifícios ingentes dos jesuítas”. A educação empreendida pelos seguidores de Santo Inácio de Loyola era baseada em normas severas, “ao estilo germânico” (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 175). Todas as atividades desenvolvidas na escola estavam regulamentadas. Entre as regras citadas pelos autores, destaco:

É somente por intermédio do Pe. Reitor que os alunos poderão receber ou mandar cartas, bilhetes, pacotes ou qualquer outro objeto, como também não usarão de livros, brochuras ou jornais que não tenham sido apresentados e aprovados.

Quem se entrega à preguiça habitual ou mostrar-se incorrigível, principalmente em artigo de sujeição e de moralidade, será entregue a seus pais, pois não pode ficar no colégio. (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 175).

Além do regulamento severo, havia um “zelo dos padres pela pureza e integridade moral dos meninos e meninas”, preocupação vigente na época em São Leopoldo, pois “os padres, todos vindos da Europa, melhor, da Alemanha, achavam-se imbuídos de um espírito de quase puritanismo, o qual também vigorava aqui, nas colônias” (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 179). A escola recebia estudantes tanto no regime de internato, como de externato. Em 26 de fevereiro de 1910, aos 13 anos, Roessler se matriculou no curso ginásial literário²⁷, na modalidade de externato²⁸. No 1º ano do curso, revelou-se um aluno muito aplicado. Pelo que pude inferir ao analisar o Livro de Relatórios da escola, as notas dos estudantes eram somadas, totalizando um escore que formava uma espécie de “ranking”, ao final do ano letivo. Os melhores alunos de cada série – primeiro (prêmio de excelência) e segundo lugares - eram premiados e recebiam condecorações. Quem ficava do 3º ao 6º lugares no geral da turma recebia menção honrosa, bem como ganhavam prêmios e menções honrosas as cinco melhores posições por disciplina (1º ao 5º lugares).

²⁷ O Ginásio Conceição oferecia três cursos: ensino primário (4 anos); curso comercial (ginásio de 4 anos), que preparava para a carreira comercial, “durante o qual merecerão especial atenção o estudo do inglês e sobretudo do alemão”; e um curso literário de cinco anos, preparatório ao ensino superior. GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livreto do Ginásio N. Senhora da Conceição, s/data (AHA AV).

²⁸ GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livro de Matrículas 1910-1912 (AHA AV).

No primeiro ano de ginásio, Roessler obteve 1.452 pontos, ficando em terceiro lugar entre os alunos da sua série, o que lhe garantiu uma menção honrosa²⁹. Já no segundo ano do curso, 1911, Roessler dedicou-se ainda mais, chegando a receber prêmio e condecoração pelo segundo lugar entre os alunos de sua turma, com 1.545 pontos³⁰. No terceiro ano, houve um decréscimo em seu desempenho escolar, pois foi o quarto colocado da série, com 1.290 pontos, o que lhe garantiu uma menção honrosa³¹.

Suas notas diminuíram porque ocorria um aumento de dificuldade do 1º e 2º anos para o 3º. Havia um número maior de disciplinas, com aprofundamento dos estudos. A intenção da família devia ser prepará-lo para cursar alguma faculdade e, para isso, boas notas eram fundamentais.

Roessler não chegou a cursar os últimos dois anos, devido ao término das atividades do estabelecimento. O motivo oficial³² alegado para cerrar as portas do Ginásio foi a Lei Rivadavia, de 05 de abril de 1911, que anulava todas as equiparações ao Ginásio Nacional Dom Pedro II. Como estabelecimento equiparado, desde 3 de fevereiro de 1900, o Conceição podia realizar os exames para ingresso no ensino superior; a nova lei provocou abalo nos jesuítas e transtorno aos alunos, que teriam que ir até o Rio de Janeiro para realizar os testes.

Além das disciplinas oficiais, a escola estimulava o teatro e a música. Os jesuítas de São Leopoldo acreditavam que “o teatro e a música representam um meio pedagógico excelente para educar a sensibilidade, a voz, a elegância dos movimentos” (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 186). De acordo com os autores, o teatro era praticado nas instituições jesuítas há séculos. Muitas peças importantes foram representadas no Conceição, por seus alunos. O ensino do teatro tinha dupla finalidade: pedagógico (apuro no sentido estético, domínio da língua, exercício de declamação, de expressão dos afetos, etc), bem como havia uma intenção apostólica, pois “o *gran finale* devia deixar uma mensagem de triunfo do bem sobre o mal, da justiça sobre a injustiça, da verdade sobre o erro, ou mostrar a falácia das ilusões do mundo” (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 187).

Além do estímulo ao teatro e ao canto, faziam parte da formação dos alunos os passeios grandes. No livro de Relatórios, consta que foi realizado um passeio grande em 03 de maio de

²⁹ GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livro de Relatórios p. XX e XXI (AHAUV).

³⁰ Ibidem, p. XVIII, XIX e XXIX.

³¹ Ibidem, p. VIII-XI.

³² Bohnen e Ullmann sugerem razões mais profundas para o término das atividades do Conceição. Segundo um manuscrito do Pe. Luís Koch, traduzido pelos autores, havia “longas intrigas” e “brigas internas” nos colégios jesuítas em São Leopoldo. Havia também sobrecarga de trabalho. Mas o motivo principal de descontentamento era o Pe. Lütgen, Reitor nos anos finais do Ginásio Conceição: “sua maneira de governar é, segundo todos, estreita, não-simpática, de desconfiança, funesta”. O Pe. Lütgen era temido e respeitado, mas ninguém queria proximidade com ele, para não se tornar alvo de seu “policamento tirânico” (BOHNEN, ULLMANN, 1989, p. 204).

1912: “Os grandes [alunos mais velhos] dirigiram-se para um dos montes dos Dois Irmãos. Na jornada foram servidos fiambres e vinho. Pouco depois a divisão acampou no Königsberg. Os demais fizeram o seu passeio a Sapucaia, à tarde voltaram todos de trem”³³.

Chamavam-se de passeios grandes os dias inteiros de folga, concedidos de surpresa pelo Reitor do Colégio aos estudantes. Nestes dias, longas caminhadas eram realizadas, pelo mato e às margens de arroios, com a duração de duas horas ou mais – por isso o termo “passeio grande”. Após andarem, os grupos de alunos preparavam sua comida, em meio à natureza. Professores e alunos participavam de jogos variados, durante o resto do dia. Segundo Bohnen e Ullmann (1988, p. 189), à tardinha, “todos voltavam revigorados para mais um mês de estudos. Tais excursões costumavam ser realizadas mensalmente”.

Também relevante para nosso estudo é o fato de que os alunos do Conceição tomavam banhos no Rio dos Sinos, pois suas águas, no final do século XIX, início do XX, ainda possibilitavam isso. Inclusive, para que os estudantes não corressem risco de afogamento, uma espécie de piscina foi construída, em 1888, dentro dos muros da escola.

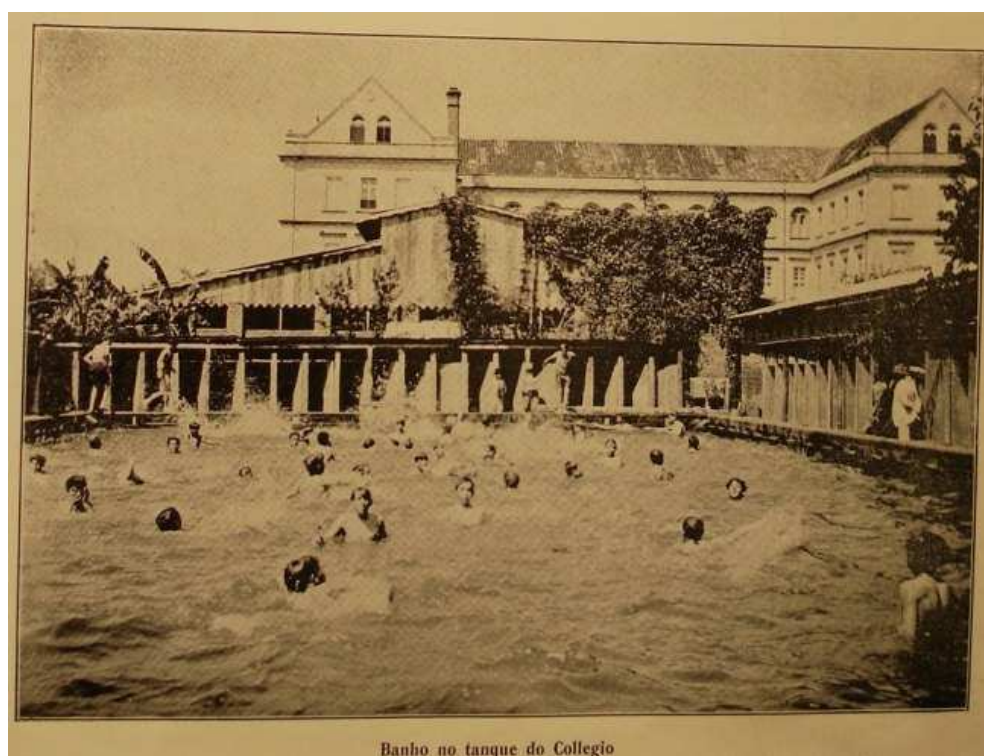


Figura 5 - Foto do tanque-piscina no Colégio Conceição (AHAAV)

Como se pode constatar, os jesuítas exigiam uma forte disciplina por parte dos alunos, entretanto, havia também espaço para o lúdico, para a diversão, através dos passeios, banhos e

³³ GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livro de Relatórios, p. 49 (AHAAV).

estímulo à música e ao teatro. Os padres jesuítas estimulavam a formação integral dos estudantes, cultivada no equilíbrio entre rigor e entretenimento.

Destaquei os passeios e banhos especialmente, pois Roessler referiu-se várias vezes simpático a eles. Suas atividades fiscalizadoras se davam no mato. E a própria neta mencionou que costumava tomar banhos no Rio dos Sinos com o avô (ROESSLER, 1999, p. 36). Creio que, além da formação curricular, os anos no Conceição contribuíram para alimentar a paixão de Roessler pela natureza, bem como para a formação de seu caráter, cujo traço de disciplina e ordem pode ser verificado em seus escritos e ações.

Não quero, ao afirmar que alguns elementos da infância e de seus estudos *podem* ter influenciado a atuação futura pela proteção à natureza, elaborar uma “ilusão biográfica” da vida de Roessler. Se fosse tão simples assim, todos os colegas do Colégio Conceição, ou seus vizinhos da beira do rio teriam tornado-se defensores da natureza. Muito longe de qualquer determinismo, o que estou inferindo é provável, a partir dos documentos analisados e de declarações do próprio Roessler. Na vida de qualquer pessoa, sempre há idas, vindas e reviravoltas, cortes e permanências. O que vivemos na infância pode, dependendo do momento e do indivíduo, ser mais um elemento a refletir no adulto. Afinal, todo ser humano está em constante formação - baseada nos valores que vão sendo construídos *ao longo de toda sua vida*. O convívio com os outros, no *campo de possibilidades* da época e do local em que vive, é que vai permitir que alguns elementos se destaquem mais e outros menos, na trajetória de qualquer sujeito.

1. 2 - Uma relação muito bonita

Após os três anos no Ginásio Conceição, Roessler afirmou em seu texto autobiográfico que não teve recursos para continuar os estudos fora de São Leopoldo. Deveria estar com 16 anos na época e, por volta dessa idade, passou três anos trabalhando em Porto Alegre - ele não esclareceu em qual atividade -, entretanto, o ordenado insuficiente para cobrir suas despesas o motivou a retornar para a cidade anterior, na qual abriu um armazém, que liquidou para servir ao exército³⁴. Nesse meio tempo, conheceu sua futura esposa, Thekla Hasse.

Henrique Roessler e Thekla Hasse se casaram no dia 30 de setembro de 1916, às 15 horas da tarde, em São Leopoldo³⁵. Ambos estavam com 20 anos de idade. No registro de

³⁴ ROESSLER. Dados. Op. Cit.

³⁵ CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL. Certidão de Casamento de Henrique Roessler e Thekla Hasse, São Leopoldo, 20/11/1963 (APHR).

casamento, não consta se houve cerimônia religiosa – católica ou evangélica. Creio que o casamento se deu na época em que Roessler tinha o armazém, pois sua profissão no documento consta “do comércio”.

Os dois se conheceram muito jovens. O pai de Thekla era “dono de um armazém de gêneros alimentícios que ficava junto à residência própria (...). A família numerosa vivia com simplicidade e fartura, enquanto a mãe educava as filhas para serem boas esposas e, principalmente, ótimas cozinheiras” (ROESSLER, 1999, p. 82). Thekla, de fato, cozinhava muito bem e, o que mais agradava a família, era excelente quituteira.

Educada para ser uma “boa esposa”, tinha também habilidades na costura e no bordado, que permitiram a abertura de um ateliê de costura. Segundo Olavio Santana, um dos fiscais que acompanharam as diligências finais de Roessler, Thekla “fazia umas rendas e aqueles botões forrados”³⁶. Logo no início do enlace, foi acometida de grave doença e, após sua recuperação, conseguiu dinheiro emprestado para comprar uma máquina de bordar. Com o trabalho, acumulou economias para comprar mais máquinas, dando início a um Atelier de Bordados. Essa passou a ser a principal fonte de renda da família, provendo seu sustento “para que o marido pudesse se dar ao luxo de manter uma Repartição Pública à sua própria custa. A ela cabe a honra do que foi realizado pela Delegacia Florestal Regional”³⁷.

A Repartição, bem como o Atelier de Bordados, ficava na mesma casa em que Roessler e Thekla foram morar após o casamento, na Praça Tiradentes, nº 40³⁸. Essas atividades ocupavam três peças da casa, ficando a parte dos fundos reservada para a vida familiar. Entretanto, não havia muito contato no horário de expediente, apesar da proximidade física: “A mulher dele, uma mulher calma, não se metia nas coisas dele. Tinha uma meia dúzia trabalhando com ela. (...) Ela nem ia lá, o escritório dele era na frente, e a peça do lado era onde tinha o material apreendido, e onde tinham as conferências do material. E na peça de trás

³⁶ SANTANA, Olavio. Entrevista à autora. São Leopoldo, 20/10/2010.

³⁷ ROESSLER. Dados. Op. Cit. É possível constatar aqui certa “emancipação feminina”, entretanto dentro dos limites do lar. A esposa de Roessler trabalhava, só que em casa. Não era comum na época uma mulher sustentar o marido, e isso não era bem visto na sociedade. Em artigo sobre as mulheres do Sul, Joana Pedro (2006, p. 304) relata que, “segundo o ideário positivista, ao homem cabia o trabalho e o sustento financeiro da casa; à mulher, respeitar ao pai e o marido, cuidar da educação dos filhos e do lar”. Segundo Maluf e Mott (1998, p. 381), o trabalho era o que de fato conferia poder ao marido e, diante da impossibilidade de ser o único provedor da família, havia casos de homens que se suicidavam. Sentiam-se humilhados, por não conseguirem cumprir seu dever. Era considerada desonrosa “a alternância ou complementariedade do trabalho remunerado dos cônjuges para enfrentar os custos da sobrevivência familiar, pois se acreditava que feria tanto a identidade social desejável da mulher quanto a do homem”. O próprio Código Civil de 1916 – ano do casamento de Roessler – previa que a mulher só poderia trabalhar se o homem consentisse (MALUF, MOTT, 1998, p. 376).

³⁸ A casa deve ter sido cedida aos recém-casados pelos pais de Roessler. Em 18 de agosto de 1943, a propriedade passa a ser sua, como herança da mãe, Henriqueta Luiza Blauth Roessler. REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LEOPOLDO. Certidões. 2010.

ficavam as costuras dela. A parte dele eram duas peças, o escritório com balcão e o outro do material apreendido”³⁹.

Após o serviço militar, Roessler declarou ter exercido diversas profissões: desenhista - essa habilidade já aparecia na escola, nas ótimas notas na disciplina de desenho -, escultor em madeira, construtor de barcos e contador. A última, ele exerceu por muitos anos, paralelo ao trabalho como Delegado Florestal, pelo menos até o ano de 1959, quando a firma João Feldmann & Cia., depois de 35 anos de prestação de serviços, dispensou-o, “em virtude da mecanização de sua contabilidade”⁴⁰.

Não podemos precisar a data exata, porém certamente Roessler começou a atuar como contabilista na década de 1920 e, na empresa Feldmann, em 1924. Ele era registrado no CRC/RS como contador, sob o nº 1.561. Na carteira de contador de 1948⁴¹, consta que ele foi provisionado em 10 de maio de 1932, de acordo com a Alínea VIII do Artigo 2º do Decreto nº 21.033, de 1932.⁴² A referida legislação estabelecia novas condições para o registro de contadores e guarda-livros. Além do contabilista que possuísse certificados e diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino comercial, poderiam exercer a profissão aqueles que, de acordo com a alínea VIII, “tenham assinado laudos periciais, igualmente em data anterior à referida na alínea precedente [na alínea VII constava a data, 9 de julho de 1931]” (BRASIL, Decreto 21.033, 08/02/1932). Como estava enquadrado em uma ressalva do decreto, fica claro que Roessler não possuía diploma e que deve ter aprendido o ofício na prática. Ele comprovou a assinatura de laudos periciais antes de 9 de julho de 1931 e, com isso, recebeu da DEC um título de habilitação que tinha o mesmo valor de um diploma de curso na área comercial.

No entanto, mesmo Roessler atuando como contador, o salário não era suficiente, por isso o trabalho de Thekla era muito importante para o sustento do lar. O casal teve dois filhos, Milton e Lilian. Milton, na juventude, começou a ajudar o pai no escritório. Roessler afirma que foi “desinteressadamente assessorado pelo filho”⁴³, e Maria Luiza (1999, p. 89) menciona que “Milton não brilhava em seu trabalho porque estava ao lado, à sombra, atrás, mas fazia acontecerem as ideias de seu pai e favorecia condições e situações, agindo nos bastidores”. Era

³⁹ SANTANA. Entrevista. Op. Cit.

⁴⁰ JOÃO FELDMANN & CIA. Memorandum. São Leopoldo, 29/07/1959 (APHR).

⁴¹ CRC-RS. Carteira de Contador . Expedida a Henrique Luiz Roessler. Porto Alegre, 25/02/1948 (APHR).

⁴² Em contato com a funcionária Leila, do setor de Registro do CRC/RS, foi esclarecido que ele tinha registro na DEC (Diretoria de Ensino Comercial), órgão imediatamente subordinado ao ministro da Educação, parte da Divisão de Ensino Comercial. Criada em 1946, substituiu a Superintendência do Ensino Comercial (de 1931). A Diretoria de Ensino Comercial tinha por finalidade “orientar e fiscalizar a aplicação das leis do ensino sob a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde” (BRASIL, Art. 3º do Decreto-Lei 8.835, 02/01/1946).

⁴³ ROESSLER, Dados, fl. 1.

uma espécie de secretário, em que Roessler poderia confiar para substituí-lo, quando precisava ausentar-se nas fiscalizações. Inclusive Milton e sua esposa Anelise moraram durante alguns anos na casa dos Roessler, onde nasceram seus filhos, Maria Luiza e Luiz. Mais tarde, Milton construiu na Rua Osvaldo Aranha, também em São Leopoldo, uma casa para sua própria família.

A primeira neta a nascer foi Marli, filha de Lilian. Em entrevista, Marli afirmou que a relação dos avós era “muito bonita”:

Ele, muito alto; ela, gordinha e baixa; ele, de temperamento forte; ela, muito calma e sempre satisfeita. Eram muito admirados quando caminhavam pelas ruas de braços dados. Todas as noites, eles jantavam ou na nossa casa ou na casa do tio Milton. Quase todos os dias, à tardinha, ele vinha trabalhar na construção dos seus barcos. O mais famoso foi o “Monstro Marinho”. Com esse barco subíamos o rio (Maria Luiza e eu) com o vovô e a vovó para passarmos férias na chácara da beira do rio⁴⁴.

Também Maria Luiza percebia a afetividade entre os avós; formavam “um casal feliz que sempre fazia as saudações entre si, acompanhados de um gesto afetivo, no mínimo com um beijo e um afago, mesmo nos encontros rápidos rotineiros” (ROESSLER, 1999, p. 84). No entanto, fora do âmbito familiar, a conduta de nosso personagem era bem mais discreta. O jornalista aposentado Vinícius Bossle, que trabalhou na Caldas Júnior por muitos anos (*Correio do Povo* e *Folha da Tarde*), conversou inúmeras vezes com Roessler, publicando matérias sobre episódios em que este se envolvia. Para Bossle, Roessler era uma pessoa reservada, “um homem isolado, que trabalhava sozinho. Se dava com todo mundo, era gentil, mas ele não tinha um amigo, eu nunca notei que ele tivesse um amigo. E fez falta pra ele, eu sei, porque tive amigos, inclusive o Feijó. Isso fazia muita falta pra ele, ele ficou muito isolado no trabalho dele, muito solitário”. Roessler se abria somente com as pessoas da família, o que o jornalista considera uma “falta de comunicação, era um homem muito calado (...). Não era a vocação dele falar. Ele era calado demais, era um homem de ação, não de conversa”⁴⁵. Grande amigo de Bossle, o jornalista e fotógrafo Alceu Feijó, seu companheiro de reportagens durante 33 anos, também conheceu Roessler, ao realizar matérias sobre o Rio dos Sinos. Segundo a memória de Feijó, pelo fato de ser fiscal, Roessler, “não era uma figura querida”. Por sua atuação “dura”, era amado por uns, mas odiado por muitos. “Ele era famoso por isso (...). Era um cara bem ‘caxias’, ele cumpria sua função e cumpria bem, era um cara íntegro, ele não se vendia pra um cara lá que matava um veado... Com essa atividade ele ajudou muito o Rio dos Sinos”⁴⁶.

⁴⁴ GUNTER, Marli. Entrevista por *e-mail*. 03/07/2009.

⁴⁵ BOSSLE, Vinícius. Entrevista à autora. Lomba Grande, 17/11/2010.

⁴⁶ FEIJÓ, Alceu. Entrevista à autora. Novo Hamburgo, 17/11/2010.

O barco Monstro Marinho, citado por Marli, foi um dos tantos construídos por Roessler. Não é possível afirmar que o nome seja uma referência a alguma obra literária. A neta Marli acredita que o avô chamasse o barco assim por causa do tamanho: “O ‘Monstro Marinho’ era assim chamado por ter sido um barco muito maior dos que usualmente andavam pelo rio. Não acho que tenha nada a ver com o Lago Ness”⁴⁷. O ex-fiscal Olávio Santana relatou-me que Roessler teve, primeiro, uma canoa grande, da qual não recorda o nome, e depois “um caique grande, largo, 1,20 m de largura por 6 metros de comprimento, aquilo até eu cheguei a usar. Podia botar 10, 12 pessoas em cima”⁴⁸. Talvez esse segundo barco tenha sido o mesmo lembrado pela neta. Na última peça da casa, Roessler montou uma oficina, onde esculpia em madeira – móveis e esculturas – realizava reparos, inclusive nas máquinas do Ateliê, e construía barcos. Ele “sempre estava construindo um barco, um após o outro” (ROESSLER, 1999, p. 55).

As diversas atividades assumidas por Roessler não proviam os recursos financeiros necessários para o sustento da família, por isso o trabalho de Thekla era tão importante e valorizado pelo marido. Talvez essa responsabilidade compartilhada para suprir as necessidades de sobrevivência tenha contribuído para reforçar os laços entre o casal diante das dificuldades. Além disso, essa sólida base familiar deve ter fornecido segurança a Roessler, para que, mais tarde, ele se dedicasse à fiscalização da natureza rio-grandense, uma função de caráter policial bastante difícil, em que a violência esteve presente em vários momentos, o que devia dificultar a formação de vínculos mais fortes de amizade. A família era seu “porto seguro”, onde o afeto garantido era a recompensa dos esforços diários.

1.3 - Cartas em família

Além dos depoimentos das netas, as cartas pessoais trocadas com o irmão Waldemar revelam um pouco do nosso personagem “em família”. A maior parte das missivas é datilografada, tanto as recebidas como as enviadas por Roessler.

Vivendo em um contexto dominado pelas inovações tecnológicas, estamos acostumados com a rapidez do *e-mail*, e até mesmo a instantaneidade de *softwares* de conversação e das redes sociais, entretanto, no início do século XX, a carta ainda era o instrumento de relações à distância por excelência. Mesmo que demorasse alguns dias para chegar ao seu destino e ser respondida, era importantíssima para que as pessoas soubessem notícias de seus familiares,

⁴⁷ GUNTER, Marli. Entrevista por *e-mail*. 05/10/2010.

⁴⁸ SANTANA. Entrevista. Op. Cit.

enviassem convites para festas, casamentos, etc, assim como nas relações profissionais, para fazer perguntas, enviar ordens, pedir e agradecer favores, enfim, a carta foi a única forma de comunicação, durante séculos. Era ansiosamente aguardada, diversas vezes relida, retida na imaginação e na memória.

Segundo Michel Foucault, a correspondência é uma das formas da “escrita de si”, pois, ao escrevermos ao outro, falamos de nós para nós mesmos também; “a carta enviada atua, em virtude do próprio gesto da escrita, sobre aquele que a envia, assim como atua, pela leitura e releitura, sobre aquele que a recebe” (FOUCAULT, 1995, p. 145). Além disso, a carta confere presença, quem escreve fica próximo do destinatário, na leitura e releituras, ela “proporciona um face-a-face” (FOUCAULT, 1995, p. 150).

A carta é planejada, pensada por alguém, que a escreve em função do outro, que vai recebê-la. Angela de Castro Gomes entende que a troca de correspondências é “uma prática eminentemente relacional”, e constata que, ao mesmo tempo em que confere presença, como percebeu Foucault, a troca de cartas “ressalta os múltiplos distanciamentos constitutivos dessa prática cultural”, tais como a distância no tempo e no espaço entre quem escreve e quem lê, o distanciamento entre o escritor e os acontecimentos narrados, que já estão no passado, e que serão lidos no futuro pelo destinatário (GOMES, 2004, p. 19-20). Outro aspecto a observar na correspondência é o “lugar social” de quem escreve, “a posição ocupada pelo missivista, num dado momento, no campo intelectual e político” (GOMES, 2004, p. 54). No caso da correspondência profissional de Roessler, os lugares estão bem marcados, e é interessante observar que tanto quem escreve quanto quem recebe a carta ocupam um “lugar”, muitas vezes, beneficiando-se deste.

As cartas de Waldemar são interessantes lugares de afetividade familiar, que provocam reações inusitadas no irmão Henrique. Ele sempre utilizava o vocativo “Prezado irmão e amigo Luiz”; era pelo segundo nome que Roessler era chamado pelos familiares (vovô Luiz, tio Luiz, etc). Na primeira carta, enviada em 06 de outubro de 1946, Waldemar contou que, dias atrás, “um infeliz dum bastardo entrou no jardim e pelou as roseiras mais lindas; mas não há de ser nada – a floração vem de novo”⁴⁹. Roessler sublinhou a palavra “bastardo” na leitura, e na resposta que enviou ao irmão foi o primeiro assunto comentado, confessando não ter entendido o significado da expressão: “O bastardo foi o filho de mula com homem ou filho de dois bichos de diferentes espécies? Quantas patas tem o tal? E por que é infeliz? Ele comeu ou roubou as rosas? Tu deves compreender que quem não conhece a história a fundo a achará

⁴⁹ ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 06/10/1946 (APHR).

complicadíssima”. Não esperando a resposta do irmão “para evitar perda de precioso tempo”, Roessler sugeriu alguns conselhos, baseados na sua “prática”, para defender as roseiras de Waldemar contra novas investidas do “bastardo”, fosse ele “bípede ou quadrúpede”:

1º conselho – Diante da roseira mais linda deverás cavar um buraco no chão com 1,20 m. de diâmetro e 2 m de fundura, cobrindo-o com varas finas, palha e terra em camada rala (...). No fundo cravarás no chão 3 ou 4 taquaras bem fortes e pontudas, com cerca de 1 metro, com as pontas para cima, antes de fechar o mundéu. Depois podes ir dormir, porque o berreiro te despertará na certa. Para tirar o animal espetado nas taquaras, terás que fazer alguma força. Se tiveres água fervendo no fogo na ocasião, despeja-lhe antes uma chaleirada por cima para pelar-lhe um pouco o couro, como uma vingança por ter ele pelado as tuas roseiras.

2º conselho – Arma umas ratoeiras, daquelas de pegar capivara ou onça, das de serrilhas no fecho e coloca-as nos trilhos entre os canteiros, amarrando-as em fortes estacas. O bastardo, pisando numa destas armadilhas, não se poderá livrar ele próprio; ele bradará por socorro e tu terás tempo para meter-lhe alguns bordunaços pela cabeça, para livrá-lo sem ser mordido. Depois o levarás ao hospital para mandar amputar-lhe a canela esfacelada, o que é coisa certa. É pena pelas roseiras, porque no desespero o danado levará tudo por diante, deixando limpa uma roda de regular tamanho. Se não conseguires ratoeiras por lá, posso te arrumar algumas por empréstimo.

3º conselho – Aplica num palanque perto do portão dois aparelhos destes de fiscas como viste o modelo no meu rancho, sendo que um deve trabalhar de cima para baixo e outro no sentido lateral, que o miserável ficará estaqueado ali mesmo, provavelmente com as tripas dependuradas⁵⁰.

Os conselhos de Roessler surpreendem pela extrema agressividade. Se o “bastardo” fosse humano, provavelmente morreria, ou ficaria, no mínimo, gravemente ferido ao cair em um buraco com taquaras pontudas de um metro. O bípede ou quadrúpede poderia ter queimaduras gravíssimas, ao receber água fervente por cima. Neste ponto, ele aconselha inspirado na lei de talião, “olho por olho, dente por dente”: se o bastardo pelou as rosas, merece ser pelado em água fervente, como vingança. Se fosse um animal, também poderia morrer nas estacas ou ratoeiras. O terceiro conselho é ainda mais terrível, pois levaria à morte instantânea. Mesmo que o tom das recomendações fosse “na brincadeira”, os castigos ao “bastardo” soam bastante exagerados. No entanto, ele se diz “absolutamente contrário a crueldades”, justificando seus conselhos “quando o assunto é demais e se a Polícia, principalmente a guarda noturna, dorme, uma autodefesa torna-se necessária”⁵¹. Na verdade, Roessler estava ironizando o fato e, pelas sugestões ao irmão, entendia que o ladrão era humano. Ele considerava uma pena que as roseiras pudessem ser atingidas pelo desespero do “bastardo” na fuga das armadilhas; com isso, parece-me, está demonstrando que as rosas valiam mais do que o homem – que era, em seu entender, afinal, responsável pela destruição da natureza.

Waldemar responde também de forma irônica:

⁵⁰ ROESSLER, H. Carta a Waldemar Roessler. São Leopoldo, 11/10/1946 (APHR).

⁵¹ *Ibidem*.

Em primeiro lugar, devo dizer que raciocinaste erroneamente, quando procuraste interpretar a maneira como foram vandalizadas as minhas roseiras. Eu disse que o sujeito que fez a sujeira era bastardo (...). Ele não podia de forma alguma ser filho de uma mula com um homem, porque segundo sei, uma mula não pode parir. Também não podia ser filho de animais de espécies diferentes, porque dificilmente a fêmea pegaria cria, e mesmo que isso acontecesse, o produto seria híbrido e não bastardo. Bastardo é um filho concebido fora do matrimônio, portanto filho da puta, em português clássico. E é a este gênero que pertence o autor da devastação praticada em meu jardim. E ainda perguntas por que é que eu chamei o desgraçado de infeliz? É claro que tem que ser infeliz um sujeito portador de tara congênita, isto é que absorveu no útero materno maldade suficiente para saturá-lo por toda a vida. Os meios de defesa que me sugeres devem ser muito eficientes, e foram mesmo objeto de uns croquis que eu fiz para submetê-los à apreciação da Branca. Mas chegamos a conclusão que o estrago que a instalação de tais aparelhos causaria, aliados ao alarme que os berros da vítima provocaria nos arredores não compensam a defesa de uma roseira⁵².

Em tom de galhofa, Waldemar reconhece o exagero dos conselhos do irmão para acabar com o “bastardo”. É interessante perceber que ele compartilha da concepção de “tara congênita”, para explicar as agressões à natureza. Roessler iria, mais tarde, expressar ideia semelhante em relação aos comedores de passarinhos e rãs, em suas crônicas no *Correio do Povo*. Waldemar, de forma zombeteira, demonstra que os conselhos do irmão, ao contrário do que este pensava, eram bastante cruéis, não compensando a perda das rosas.

Uma constatação possível na análise dessa correspondência, pois certamente não se pode tomá-la por seu sentido literal, é o uso de uma boa dose de ironia em sua escrita, assim como uma manifestação de total rigor com quem tivesse qualquer conduta depredativa em relação à natureza. *A vida de um elemento natural – até mesmo uma rosa – era mais importante que a de um ser humano*. Em outro trecho da carta de 11/10/1946, isso fica mais claro:

Admiro a vida simples e bela dos animais, sem complicações e dificuldades, sem preocupações de torturar outros, sem leis e outras cousas infernais que levam tanta gente aos hospícios e cárceres. Por isto não sou sócio de nenhuma destas sociedades de granfinagem aputarada e bandalha, cujas finalidades são os borres e a vilania; não tenho amigos, porque todos demonstraram ser ursos e aproveitadores e não faço visitas. Por isto vou para o mato com a companheira da minha vida, para buscar a felicidade em contato com os bichos e a terra, para fugir desta gente cheia de miséria moral, de preconceitos e de grandezas, podre de caráter e pobre de sentimentos⁵³.

O fragmento mostra também um pouco do caráter de Roessler, um tanto pessimista, arredo e moralista, declarando não ter amigos e não fazer visitas. Ele parecia não conseguir encaixar-se na sociedade leopoldense, em que, na sua interpretação, a falsidade e os preconceitos baseavam as relações. Podemos perceber aí uma crítica moral à civilização, uma das características do Romantismo, movimento pelo qual nosso personagem foi influenciado, como veremos no capítulo 4. Espelho se as pessoas não faziam comentários maldosos sobre

⁵² ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 20/11/1946 (APHR).

⁵³ ROESSLER, H. Carta a Waldemar Roessler. São Leopoldo, 11/10/1946 (APHR).

Roessler, em função de que o trabalho da esposa contribuía em grande medida para sustentar a família. Por conta disso, talvez, não quisesse participar em nenhuma das sociedades leopoldenses⁵⁴. Na sociedade patriarcal e conservadora, após a segunda guerra mundial, de uma cidade interiorana, isso poderia ser malvisto. Talvez esse fato, aliado à admiração da “vida simples e bela dos animais” - uma idealização de Roessler -, tivesse estimulado a querer tornar-se um deles; não um animal qualquer, mas um passarinho, que ele defendia desde o início de seu trabalho como Delegado Florestal.

Junto com a carta de 11 de outubro, Roessler enviou uma caixa de verduras – colhidas na sua chácara - ao irmão: repolhos, mandioca, nabos, entre outros legumes, que foram recebidos com muita alegria pela família. Na resposta de Waldemar, consta que “todos exprimiram admiração pelo tamanho e qualidade das coisas mandadas”. Sua esposa Branca preparou-os de diversas formas, e “o fato de se tratar de produtos da tua chácara dá a tudo um sabor especial”⁵⁵. É claro que a afetividade conferia um gosto a mais às verduras, mas o interessante é que nesta e em outras ocasiões elas eram ansiosamente esperadas e compartilhadas em família, assim como as cartas do irmão e tio Luiz (era como as filhas de Waldemar o chamavam). A carta de Roessler “foi lida e relida, em conjunto, isoladamente, no todo, em partes, de todo o jeito. Quase você se tornou responsável por uma síncope coletiva, de tanto que rimos [certamente por causa dos conselhos ao bastardo]”⁵⁶. Waldemar havia visitado Roessler, sozinho, e contou para a mulher e filhas que foi muito bem tratado na estadia em São Leopoldo. Com isso, elas todo dia lhe perguntavam “quando é que vamos lá, no tio Luiz? Conta mais alguma coisa do tio Luiz? E é o tio Luiz para cá e tio Luiz para lá”⁵⁷.

A chácara ficava distante em São Leopoldo. A propriedade foi constituída por sucessivas compras de terras, durante os anos 1930 e 1940. Roessler comprou também uma área próxima a uma curva do Rio dos Sinos. Além de uma casa convencional, um chalé, ele construiu (provavelmente nos anos 1940) uma casa de passarinho em cima de uma árvore, às margens do Rio dos Sinos, para ele e sua amada. O formato lembrava uma casinha que ele mesmo costumava recomendar para nidificação⁵⁸, só que em tamanho bem maior, suficiente

⁵⁴ Entre as principais sociedades da primeira metade do século XX em São Leopoldo, podemos citar a “Sociedade ginástica”, fundada em 1885, e a “Sociedade Orpheu”, que existia desde 1858. Para um estudo das principais sociedades leopoldenses de 1850 a 1930, ver RAMOS, 2000.

⁵⁵ ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 20/11/1946 (APHR).

⁵⁶ Ibidem.

⁵⁷ ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 02/12/1946 (APHR).

⁵⁸ Um dos panfletos da UPN tratava do assunto, com desenhos explicativos de como construir casinhas para corruíras, tico-ticos, canários da terra, pica-paus, andorinhas, etc. As orientações indicavam qual material usar, a maneira de armar, a pintura, a conservação da casa, bem como os cuidados necessários quando os pássaros estivessem ocupando-as. UPN. Panfleto “Campanha de proteção aos pássaros”. São Leopoldo, S/data (APKS).

para acomodar uma espécie de sofá-cama, onde Roessler e Thekla passavam as noites, eventualmente. Segundo Roessler (1999, p. 96), a casa ficava bem amarrada e se sustentava bem nos galhos, não causando danos à árvore, assim como não oferecia riscos de queda ao casal. Infelizmente, não encontramos nenhuma fotografia dessa pitoresca casa.

Waldemar também convida o irmão a visitá-lo. Roessler responde: “Ficando difícil nós irmos a Cruz Alta, (...) aguardaremos aqui a visita de vocês. Nós te entregaremos o nosso chalé e iremos dormir no ninho em cima da árvore”⁵⁹. Como ficava às margens do rio, a casa na árvore tinha dupla importância, além de um local reservado para encontros amorosos com sua esposa, era onde ele acreditava encontrar a felicidade, no contato com a natureza. Ao referir-se à casa como “ninho”, expressava seu desejo de viver o mais parecido possível com um pássaro, para ele, o ideal sublime de simbiose com a natureza.

1. 4 - Complicações com vizinhos

A vida na chácara não foi somente encanto e beleza. Na propriedade, Roessler cultivava, além da horta, uma plantação de eucaliptos. O problema era que um dos seus vizinhos, Bruno Wasem, possuía um pequeno rebanho de reses, as quais frequentemente entravam nas terras de Roessler para comer as verduras. Ele chegou a escrever uma carta a Wasem, para cobrar providências, pois oito reses estiveram na sua propriedade, “fazendo estragos, pisoteando, quebrando e retorcendo os eucaliptos novos, de maneira que o meu prejuízo foi muito grande”. Alguém disse a Roessler que o vizinho “viu os animais dentro da roça e não se interessou em tocá-los para o seu campo. Se isso for verdade, é uma demonstração do seu nenhum interesse pelo que pertence ao seu vizinho”⁶⁰.

Havia uma cerca entre as propriedades, feita com três fios de arame comprados por Roessler, que também a confeccionou; Wasem só forneceu os moirões. Como os três fios não estavam barrando o gado, havia necessidade de colocar mais um. O missivista queixava-se que arcou com quase toda a despesa (elevada), e, por isso, considerava “de justiça o amigo entrar com o fio de arame que falta para atacar com segurança o seu gado, principalmente agora, que pretendo plantar cinco hectares de milho, cuja invasão e destruição lhe custaria muito dinheiro de indenização”. Roessler afirmava também estar “farto de encrencas com vizinhos, que já houve muitas, como o amigo sabe, o que é muito desagradável e já me trouxe muito

⁵⁹ ROESSLER, H. Carta a Waldemar Roessler. São Leopoldo, 11/10/1946 (APHR).

⁶⁰ ROESSLER, H. Carta a Bruno Wasem. São Leopoldo, 26/08/1947 (APHR).

descontentamento”⁶¹. Portanto, não era a primeira vez que havia atritos com os proprietários em torno da chácara.

Dois anos depois, Roessler escreveu novamente a Wasem, reclamando que ele não atendeu ao convite de colocar mais um fio de arame na cerca, aliás, o vizinho sequer respondeu a primeira carta. Porém, muito pior do que isso, Wasem passara a arrombar a cerca para dar passagem ao seu gado. Dessa vez, Roessler fez uma advertência grave, demonstrando que já perdera a paciência com a situação:

Admiro-me do seu procedimento, abrindo a minha cerca, nela construindo uma trama, para por ela passar o seu gado leiteiro para as minhas plantações. Tendo fechado aquela passagem já duas vezes, torna o Sr. a arrombá-la, fazendo uma porteira de varas. Hoje fechei-a de novo, pela última vez, tome boa nota. Não desejo, como já várias vezes lhe escrevi e lhe disse, inimizades com os vizinhos, mas o meu prejuízo já é tão grande, que vou ser obrigado a recorrer à autoridade policial, para coibir os seus abusos (...). Já perdi plantações de milho e aveia devorados pelo seu gado e centenas de mudas de eucaliptos mortos pelo pisoteamento e quebrados pelas haspas de gado. E o senhor nunca me indenizou coisa alguma (...). Por isso peço-lhe mais uma vez, encarecidamente, não faça mais isso. Procure evitar de me proporcionar prejuízos, porque o pior que pode haver são vizinhos inimizados⁶².

A carta termina com a frase “estou mesmo farto de lhe escrever e de lhe pedir”. Isso demonstra o quanto a atitude do vizinho o incomodou, pois além de contribuir muito pouco para a confecção da cerca, sequer ajudou a consertá-la. Wasem não respondeu a carta de Roessler, chegando a aproveitar-se das plantações da chácara para alimentar seu gado. Sem a possibilidade de um acordo, restava ao prejudicado recorrer à autoridade policial. Não há documentação em seu arquivo que comprove alguma ação nesse sentido, entretanto, como Roessler mantinha boas relações com diversos policiais, seria muito fácil denunciar o vizinho.

Em outra propriedade, Roessler teve atrito com a prefeitura de São Leopoldo, em função de uma suposta dívida de imposto territorial, que teria sido “descoberta” em 1952, e já estaria há vários anos em atraso. Roessler enviara em 22/09/1952 um requerimento ao Prefeito solicitando o cancelamento da dívida e, em 19/09/1955, escreveu à Câmara de Vereadores do município, pedindo providências para solucionar o assunto. Ele havia recebido um aviso de cobrança executiva da dívida, entretanto, nada devia. Dirigindo-se aos “nobres senhores vereadores”, afirmava que todos o conheciam, que sempre se esforçou em estar em dia com seus impostos:

(...) passo uma vida de extrema economia para poder pagar meus compromissos no vencimento, como o faço há 40 anos, inclusive e principalmente os impostos. Para mim uma dívida é uma vergonha e já

⁶¹ Ibidem.

⁶² ROESSLER, H. Carta a Bruno Wasem. São Leopoldo, 15/09/1949 (APHR).

há 3 anos carrego a pecha de devedor da Prefeitura, porque no meu requerimento não foi dado nenhum despacho, apesar de meus reiterados pedidos nesse sentido ⁶³.

Roessler assegurava que a dívida se referia a anos atrasados de impostos esquecidos pela Prefeitura, de terrenos que já não lhe pertenciam, “porque foram desapropriados a grito [sublinhado pelo autor]. Uma propriedade rural, adquirida para garantia das necessidades da velhice e reflorestada para ficar isento de impostos, como determina a lei, estou perdendo aos pedaços”. No entanto, ele não queria acusar ninguém da Prefeitura, porque todos eram seus amigos, apenas pedia “imparcialidade e justiça” ⁶⁴.

As desapropriações a que ele se referia ocorreram em seu imóvel na Rua Hillebrand, nº 1140 – Bairro Rio dos Sinos, com 18.900 metros quadrados, reduzidos a cerca de 11.000, “por sucessivas desapropriações, a primeira pela Prefeitura Municipal, para doação de uma faixa transversal ao D. N. E. R., a fim de construir a rodovia Getúlio Vargas, a segunda, pelo DNER, para uma segunda pista e a respectiva faixa de domínio, a terceira, pela CEEE, para a passagem de uma linha elétrica, e a quarta pelo DTC, para a passagem de uma linha telegráfica” ⁶⁵.

Ao finalizar a carta, Roessler lembrava aos vereadores sua situação recente, como argumento para convencê-los:

Como não posso contratar um advogado para defender minhas pretensões, apelo à VV. SS. no sentido de julgarem o caso, solicitando que tenham em mente meus minguados recursos financeiros; que fiquei aleijado no exercício de um cargo gratuito e que estou sendo processado por defender o Patrimônio Natural do Estado, achando-me em dificuldades para manter às minhas expensas um Serviço público que administro ⁶⁶.

Como veremos nos próximos capítulos, os argumentos de “minguados recursos financeiros”, “aleijado” e “exercício de cargo gratuito” serão trazidos à tona por Roessler inúmeras vezes. O fato é que ele conseguiu o que queria. Em 12 de março de 1956, os vereadores decretaram e o Prefeito Paulo Couto, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sancionou uma lei que cancelava “a dívida ativa de Cr\$ 6.908,00, inclusive multas e taxas, relativas a 4 áreas de terras, lançada, nesta Prefeitura, em nome de Henrique Luiz Roessler” ⁶⁷. Seu bom relacionamento com as autoridades pode ter influenciado no perdão da dívida, pois,

⁶³ ROESSLER, H. Carta à Câmara de Vereadores de São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).

⁶⁴ Ibidem.

⁶⁵ REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LEOPOLDO. Certidões. 2010.

⁶⁶ ROESSLER. 19/09/1955. Op. Cit.

⁶⁷ SÃO LEOPOLDO, Lei Municipal nº 619/56.

como veremos, ele era simpático ao PTB e o Prefeito Paulo Couto acabou sendo homenageado como Patrono da UPN⁶⁸.

Podemos perceber, portanto, na infância e vida familiar de Roessler, elementos que contribuíram para sua atuação como protetor da natureza. O contato com o rio, muito cedo, aliado à observação do trabalho do pai - as idas e vindas nos vapores, pelo rio - e ao rigor da educação jesuíta devem ter influenciado suas ideias e práticas posteriores. Tanto em casa, quanto na escola, ele convivia com a natureza: na residência, a poucos passos do portão, podia interagir com a paisagem do rio, rodeada de vegetação e animais; no Conceição, havia a prática dos “passeios grandes” e dos banhos na “piscina-rio”.

Não quero dizer com isso que o interesse de Roessler pela natureza ocorreu automaticamente, como se o menino determinasse o adulto; isso seria incorrer na “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2005). Não somente as vivências da infância constituíram o sujeito amadurecido. Além delas, toda uma confluência de fatores colaborou para suas escolhas.

A correspondência trocada com o irmão e com o vizinho revela um lado mais agressivo da personalidade de Roessler. Mesmo em tom de galhofa, as sugestões para acabar com o “bastardo” são muito hostis, podendo levá-lo à morte. As cartas demonstram uma afetividade bastante reservada, o que está de acordo com o que disseram alguns entrevistados – como veremos na sequência: Roessler era um homem de poucos sorrisos, ou melhor, que guardava os sorrisos para os momentos íntimos, em família. Era na casa da árvore, talvez, que ele se sentisse mais feliz, pois, tal como um pássaro no ninho, podia estar ao lado de seus maiores amores, a natureza e a parceira de vida, Thekla.

As necessidades econômicas, ou seja, a obrigação de prover o sustento da família, aliadas às oportunidades abertas com a publicação do Código Florestal, em 1934, levaram Roessler a vislumbrar um novo projeto para sua vida. Não sei se ele tinha plena consciência disso, no entanto, foi nesse campo de possibilidades que ele encontrou as brechas para mover-se, dentro do que era aceito pela sociedade leopoldense. No contexto dos anos 1930, dominado por Vargas, ofereceu-se para trabalhar como Delegado Florestal, inserindo-se num projeto nacional, de valorização da natureza como maior riqueza da Pátria. Com essa atividade, Roessler se tornou conhecido, respeitado, mas, ao mesmo tempo, odiado e temido. É esse período que analisarei a seguir.

⁶⁸ O perdão da dívida foi reconhecido por Roessler. Em reunião da UPN, em 15 de outubro de 1956, na qual foram escolhidos os membros da Primeira Diretoria da entidade, o Prefeito Paulo Couto foi eleito “Patrono” UPN. Circular nº 122. São Leopoldo, 16/10/1956(AHRS).

2 - Passarinho não é caça: O Delegado Florestal em ação (1939-1954)

2.1 - A interação do Público com o Privado

Neste capítulo, analiso a atuação de Roessler na esfera pública, através dos cargos de Delegado Florestal e Fiscal de Caça e Pesca. O período de 1939 a 1954 correspondeu à primeira fase de sua trajetória como agente pela proteção da natureza, em que foi condicionado pelas obrigações inerentes às posições que ocupou, relações com chefes e subordinados, bem como sofreu as consequências dessa atuação: um processo judicial acompanhado de uma campanha difamatória, permeada de rivalidades étnicas.

Utilizo aqui o conceito de esfera pública ciente de sua interação com o plano privado, numa razão dialógica, ou, como define Arfuch (2010, p. 92), a partir de Norbert Elias, “um processo histórico e compartilhado de conhecimento e reconhecimento que gera estruturas comuns de intelecção”. No caso desta dissertação, a divisão dos capítulos ocorreu por motivos de organização da escrita: optei por tratar primeiro da vida “privada” no capítulo anterior; neste e no próximo, abordo as duas fases da trajetória “pública” de Roessler, para facilitar a estrutura e até a compreensão das diferentes facetas de sua vida, tão rica. Entretanto, as duas esferas estavam lado a lado o tempo todo, até porque o escritório de Roessler ficava em uma salinha de sua casa. A família também se envolvia no seu projeto: o filho era secretário e, mais tarde, as netas ajudaram-no a organizar e distribuir cartazes educativos.

A relação entre público e privado, uma das questões-chave nos estudos biográficos, foi pensada por importantes filósofos, no século XX. Arfuch (2010) discute as abordagens de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Norbert Elias sobre o assunto. A autora percebe um

pessimismo em Arendt, para quem “é a emergência da sociedade no mundo burguês como uma grande administração doméstica, com suas tarefas, planificações e problemas, que apaga definitivamente a fronteira clássica entre público e privado, desnaturalizando até tornar irreconhecível o significado de ambos os termos” (ARFUCH, 2010, p. 84). Como a aparência é o valor que se destaca no mundo moderno, segundo Arendt (2000), a nova esfera pública implica outra perda, a da própria realidade.

Comentando Habermas⁶⁹, Arfuch entende que, para o autor, a opinião pública surgida nos encontros em âmbitos de conversa, como cafés, clubes, salões, exercitava um pensamento político e também literário, no século XVIII. Nesses espaços ocorriam relações e discussões políticas importantes. O advento da sociedade de meios de comunicação de massas causou a perda da densidade crítica “e da fiscalização racional do poder que a velha esfera da publicidade exercia” (ARFUCH, 2010, p. 89).

Para Arfuch, tanto Arendt como Habermas conferem uma valoração positiva ao surgimento da esfera íntima burguesa, porém, ao mesmo tempo, os dois autores possuem um ponto pessimista em comum, uma certa nostalgia pelo desaparecimento, ou a alteração, de um modelo qualitativamente superior, assim como pela perda ou enfraquecimento do conteúdo ideológico/pragmático da ação política. Já em Elias, Arfuch percebe que “indivíduo e sociedade constituem dois aspectos interdependentes e não confrontados” (ARFUCH, 2010, p. 91). O próprio título de uma de suas obras expressa essa visão: *A sociedade dos indivíduos*. É outra forma de tratar a questão dos espaços públicos e privados.

Na obra citada, Elias (1994, p. 52) afirma que “o modo como uma pessoa decide e age desenvolve-se nas relações com outras pessoas, numa modificação de sua natureza pela sociedade”, assim como suas ações individuais podem causar mudanças sociais. Os dois âmbitos são indissociáveis para o autor. Os sujeitos, em geral, têm a percepção de que indivíduo e sociedade são esferas opostas não porque elas podem ser observadas como entidades distintas, “mas porque as pessoas associam essas palavras a sentimentos e valores emocionais diferentes e, muitas vezes, contrários” (ELIAS, 1994, p. 75).

Acredito que as noções de Elias podem contribuir para entender a interação de Roessler com seus contemporâneos, nos diversos planos de sua vida até porque se articulam muito bem com os conceitos norteadores desta pesquisa, de Bourdieu e Velho (agente, trajetória e campo de possibilidades):

⁶⁹ Habermas cunhou o conceito de “esfera pública”, em 1962, na obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Entretanto, o próprio Habermas o alterou várias vezes, a partir de seus estudos, ao longo do tempo (LUBENOW, 2010).

(...) o importante não é o que tal ou qual pessoa pode pensar. Rica ou ousada que seja a imaginação de um indivíduo, ele nunca pode afastar-se muito do padrão contemporâneo de pensamento e discurso. Está preso a esse padrão, nem que seja apenas pelos instrumentos linguísticos a seu dispor. Se os utilizar de um modo que se afaste demais do uso vigente, deixará de ser inteligível. Suas palavras perderão a função principal de instrumentos de comunicação entre as pessoas. O potencial de desenvolvimento delas pelo indivíduo pode ser considerável, mas é sempre limitado. É que as ideias que deixam de ser comunicáveis não têm sentido (ELIAS, 1994, p. 79).

O projeto empreendido por Roessler, a partir de 1939, de propagar a proteção à natureza no Rio Grande do Sul, e que deveria ser seguido e desenvolvido pelas gerações futuras, só foi possível porque era inteligível aos padrões da época. Tanto sua atividade prática como suas ideias foram formuladas através de códigos compreensíveis para seus conterrâneos. Como veremos ao longo deste trabalho, o tema da proteção ambiental já estava presente na esfera pública brasileira e rio-grandense, incentivado pelo Estado e por agentes privados.

O impulso inicial para que o projeto de Roessler se consolidasse foi dado com a publicação de uma série de leis e a instituição de órgãos responsáveis pela proteção à natureza, a partir de 1934, pelo governo Getúlio Vargas. A lei passou a ser o guia de seu plano de atuação e de vida; era como se tudo se resumisse em “dentro”, ou “fora” da lei. Se ela permitia, tudo bem, se não, ele se posicionava contra. No entanto, houve exceções a essa regra. Somente compreendendo Roessler dentro de seu contexto é que poderemos entender aparentes ambiguidades, que são expostas no decorrer desta pesquisa, em torno de sua atuação protecionista.

2. 2 - Legislação ambiental no Brasil

No documento autobiográfico, anterior a 1954, narrado em terceira pessoa, Roessler explica seu interesse pela proteção à natureza ao observar

durante longos anos as devastações que vinham sendo praticadas impunemente nas florestas, na caça e na pesca e estudando os meios para combatê-las, acompanhando os protestos dos bem intencionados, reconheceu que sem uma legislação especializada nada se podia impedir. Na ocasião do advento das Leis de Proteção à Natureza, em 1939, ofereceu gratuitamente os seus Serviços ao Governo Federal, a fim de combater o desperdício e o aniquilamento dos nossos recursos naturais⁷⁰.

Como os diplomas legais surgidos na década de 1930, durante o governo Getúlio Vargas, influenciaram a escolha de Roessler, é interessante para nosso estudo uma análise

⁷⁰ ROESSLER. Op. Cit. S/data, fl. 1.

mínima de seu conteúdo. Segundo Warren Dean (1997, p. 272), Vargas estimulou o nacionalismo, o que fez com que a classe média se afastasse do liberalismo e a classe operária do internacionalismo, resultando numa “atmosfera [em que] os recursos naturais passavam a ser encarados como uma reserva coletiva a ser usada eficientemente em favor da nação”. Nesse período histórico, também conhecido como “Era Vargas”, houve um grande esforço de modernização do país, com a publicação de um conjunto expressivo de leis e a instalação de diversos órgãos administrativos.

Zélia Silva abordou os debates que levaram à formulação de diversas leis protecionistas, a partir de 1934. Para a autora, elas são resultado da pressão de “um grupo de intelectuais de projeção, que ocuparam espaço na mídia com o intuito de esclarecer e formar uma opinião pública, ao mesmo tempo em que realizavam eventos científicos e educativos para avaliar a situação do país nesse campo” (SILVA, 2005, p. 179). Esse grupo, composto por cientistas e escritores⁷¹, teve espaço de influência na atmosfera tecnocrata e elitista do governo Vargas; o chefe da nação foi assessorado por muitos deles, e, ouvindo seus conselhos, decretou uma série de legislações, códigos e mudanças na tutela do meio ambiente⁷² (DEAN, 1997, p. 273-276). Essa aproximação ocorreu dentro do “clima de mobilização patriótica vigente entre a Revolução de 1930 e a Constituinte de 1934”, e da “crença na necessidade de um Estado forte e nas potencialidades do novo governo” (FRANCO, DRUMOND, 2009, p. 41). Esse grupo de intelectuais foi tão bem sucedido que, além da publicação de uma série de leis, conseguiu que o Governo Provisório de Vargas patrocinasse a Primeira Conferência de Proteção à Natureza, realizada no Rio de Janeiro, de 8 a 15 de abril de 1934⁷³ (FRANCO, DRUMOND, 2009, p. 43).

⁷¹ A maior parte dos integrantes era cientista das áreas da biologia e geografia, ligados ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Podemos citar os diretores do Museu Nacional, Alberto José de Sampaio e Edgar Roquette-Pinto, os professores Armando Magalhães Correa e Cândido de Mello Leitão; a bióloga do Museu Nacional Berta Lutz; o agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, que introduziu o eucalipto australiano no país; e o diretor do Instituto Botânico de São Paulo, Frederico Hoehne. Autor bastante conhecido na época pelas polêmicas em que participava, o escritor Monteiro Lobato - lido e citado por Roessler - também fazia parte do grupo que propunha a proteção da natureza. Para uma análise da atuação de alguns intelectuais desse grupo (Sampaio, Correa, Mello Leitão e Hoehne) como contribuição à formação da identidade nacional, ver FRANCO, DRUMOND (2009).

⁷² Segundo Milaré (2000, p. 52), a expressão “meio ambiente” foi “utilizada pela primeira vez pelo naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire na obra *Études progressives d'un naturaliste*, de 1835, tendo sido perflhada por Augusto Comte em seu *Curso de filosofia positiva*”.

⁷³ A Conferência foi o primeiro grande evento em que se debateu seriamente a proteção à natureza no Brasil. O encontro foi organizado pela Sociedade dos amigos das Árvores e “contou com forte apoio e infraestrutura do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Alberto José Sampaio foi seu relator. Estavam representados no evento e em sua organização a Associação Brasileira de Educação, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, a Liga Brasileira de Higiene Mental, a Associação Brasileira de Farmacêuticos, a Academia Brasileira de Ciências, o Instituto Histórico de Ouro Preto, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, a Sociedade de Amigos de Alberto Torres, o Tijuca Tennis Club, o Instituto Nacional de Música, a Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e a Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica” (FRANCO, DRUMOND, 2009, p. 43).

A Carta Magna de 1934 iniciou a proteção “oficial” à natureza, ao subordinar a conservação da flora, da mata virgem e dos minérios à União, e não mais aos Estados, como havia determinado a Constituição de 1891, o que dificultava uma política federal de proteção às florestas (DRUMMOND, 1999). Já a Constituição de 1937 avançou no sentido de considerar a natureza como patrimônio nacional (Art. 134). Em 1934, foi publicado o primeiro Código Florestal (BRASIL, Decreto-Lei 23.793, 23/01/1934), que estabelecia a criação de uma *guarda florestal*, para fiscalizar as florestas brasileiras, em seu Artigo 56. Nessa guarda florestal, Roessler se ofereceu para trabalhar.

Além do primeiro Código Florestal, também em 1934, em 10 de julho, foram promulgados dois diplomas legais importantes: o Código das Águas (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.643) e o Código de Caça e Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.645)⁷⁴, que estabelecia medidas de proteção aos animais. Ele dispunha, em seu Artigo 1º que “todos os animais existentes no País são tutelados pelo Estado” (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.645, 10/07/1934), e determinava valores de multas às pessoas que aplicassem maus-tratos aos bichos. Em 30 de novembro de 1937, surgiu uma legislação sobre o Patrimônio Cultural, que organizava “a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana” (BRASIL, Decreto-Lei nº 25, 30/11/1937). Esse dispositivo legal instituiu que, a partir do tombamento destes bens, ficava proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem que o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) autorizasse. Esse órgão também deveria ser notificado se houvesse dificuldade financeira para conservar algum bem. A partir desse Decreto, “qualquer atentado contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional” (BRASIL, Decreto-Lei nº 25, 30/11/1937).

Em 19 de outubro de 1938 a caça e a pesca foram desmembradas, e surgiu o Código de Pesca (BRASIL, Decreto-Lei nº 794), que estabeleceu que a

administração, direção, fiscalização técnica do pessoal e material respectivos, a instrução especializada dos pescadores e sua organização profissional, e tudo mais que com a mesma se relacione no interesse da defesa da fauna e flora agrícolas e desenvolvimento de suas indústrias, ficam inteiramente

⁷⁴ O anteprojeto que deu origem a esse código foi elaborado por cientistas vinculados ao Museu Nacional (Roquette-Pinto, Mello Leitão e Alberto Sampaio). Segundo Duarte (2010, p. 27), “o anteprojeto trazia temas e ideias que já pautavam o debate dos estudiosos da fauna no Brasil havia algumas décadas”, cientistas como Emílio Goeldi e Hermann Von Ihering já haviam publicado sobre o assunto, porém, no caso dos três primeiros autores, o diferencial era “o lugar de onde falavam”, que “configurou-se como uma significativa conquista”. No entanto, uma vez publicado o Código, “não se acompanhou as medidas efetivas que garantissem sua observância. Pelo Brasil, as práticas de caça e pesca pouco mudaram e os cientistas continuaram acompanhando a grade tragédia da fauna silvestre” (DUARTE, 2010, p. 71).

subordinados ao Ministério da Agricultura pelo seu órgão competente, o Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.

Para regular a caça, foi publicado em 20 de outubro de 1943 um novo Código de Caça (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894), que estabelecia normas para o exercício da caça (não proibiu a caça profissional, o que só ocorreria em 1967), o respeito ao período de defeso – reprodução dos animais, que durava sete meses, no mínimo –, proibia a caça de animais úteis à agricultura, de pombos correios, pássaros, aves ornamentais e espécies raras (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).

Foi nesse contexto de publicação de várias leis ambientais que Henrique Luiz Roessler se ofereceu para trabalhar no Serviço Florestal. O órgão foi desativado em 1959, quando foi sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis – DRNR, também subordinado ao Ministério da Agricultura e que atuou até 1967 (MARCONDES, 2005, p. 150). O DRNR, por sua vez, foi substituído pela criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF (BRASIL, Decreto-Lei nº 289, 28/02/1967), autarquia com o objetivo de “formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País” (Art. 2º). Outro importante órgão foi criado em 30 de outubro de 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior (BRASIL, Decreto nº 73.030). Em 1989, a responsabilidade pela proteção e fiscalização da flora e da fauna no Brasil deixou definitivamente de fazer parte das atribuições do Ministério da Agricultura; o IBDF foi extinto pela Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro, e no mesmo ano foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (BRASIL, Lei nº 7.735/89⁷⁵) - que passou a ser o órgão responsável pela gestão ambiental. Em 1990, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/PR (BRASIL, Medida Provisória nº 150, 15/03/1990) como órgão de assistência direta e imediata ao Presidente da República⁷⁶ e, finalmente, em 1992, ela foi transformada em Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, Lei nº 8.490, de 19/11/1992), que, desde essa data, é responsável pela política nacional de gestão dos elementos naturais, bem como da sua política de preservação, conservação e utilização sustentável.

2. 3 - O cargo e o Serviço Florestal

⁷⁵ A Lei 7735/89 também extinguiu a SEMA.

⁷⁶ O ecologista gaúcho José Lutzenberger foi o primeiro Secretário do Meio Ambiente (hoje com status de Ministro) no âmbito da SEMAM/PR, subordinado diretamente ao presidente Fernando Collor de Mello.

O cargo de Delegado Florestal Regional era um cargo fora da folha de pagamento do Serviço Florestal. Roessler não recebia remuneração por exercê-lo. A nomeação era realizada por meio de portarias ministeriais, não havendo um vínculo empregatício direto com o Ministério da Agricultura.

O primeiro “Serviço Florestal do Brasil” foi criado em 1921 pelo Decreto nº 4.421, tendo como objetivo “a conservação, beneficiamento, reconstituição, formação e aproveitamento das florestas” (Art. 1º), na forma de uma seção especial, dentro do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Apesar da criação de um órgão responsável pelas florestas representar certo avanço, nos primeiros anos de trabalho “o serviço carecia de orçamento, de um código para aplicar e até de florestas para manter, porque a Constituição republicana havia devolvido todas as terras públicas para os estados” (DEAN, 1997, p. 272). Essa situação foi revertida na década seguinte, com a publicação das diversas leis citadas no subcapítulo anterior, e a União passou a ter o controle sobre os elementos naturais, após a Constituição de 1934.

No Decreto 4.421, já constava uma rápida menção à polícia florestal, para realizar “a inspeção geral de todas as matas” (Art. 39), mas não estabelecia as condições de sua formação, tampouco cargos e atribuições dos funcionários, o que só ocorreu no primeiro Código Florestal. O “Serviço Florestal do Brasil”, provavelmente, foi desativado, pelos impasses citados acima. Em 1930, houve uma reformulação no Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (BRASIL, Decreto nº 19.448, 03/12/1930), que transferiu vários órgãos e funções para outras pastas do governo, relativos à indústria e comércio, passando a denominar-se simplesmente Ministério da Agricultura.

Em 1934, surgiu o Código Florestal⁷⁷, resultado de um anteprojeto cujo relator foi Luciano Pereira da Silva, procurador jurídico do Serviço Florestal (AHRENS, 2003, p. 4). A publicação do Código ocorreu em um momento crítico para as reservas florestais. Em São Paulo, as lavouras de café⁷⁸ avançavam pelos morros do Vale do Paraíba, causando a derrubada da vegetação nativa; também a pecuária tomava o espaço das florestas; o uso de lenha como

⁷⁷ A criação de um Código Florestal no Brasil já havia sido proposta em 1900, pelo botânico sueco Alberto Loefgren, que chegou no país em uma expedição de coleta. O cientista encantou-se com a exuberante natureza ainda existente em São Paulo na época, declinando um convite para voltar à Europa com a justificativa de que lá “tudo o que havia para pesquisar eram as ‘múmias pálidas’ das plantas deslumbrantes que ele pesquisava ao vivo no Brasil” (DEAN, 1997, p. 247). Loefgren tentou convencer o legislativo a tomar medidas conservacionistas, mas não obteve sucesso. Entretanto, inspirou a comemoração do Dia da Árvore no Brasil, comemorado pela primeira vez em 1902, em Araras-SP (DEAN, 1997, p. 248).

⁷⁸ Dean (1997, p. 263) comenta que a crença de que os solos de floresta primária seriam mais adequados à cultura do café fez com que enormes extensões da Mata Atlântica fossem queimadas e desmatadas.

combustível para as ferrovias⁷⁹ e indústrias siderúrgicas, têxteis, engenhos de açúcar, moinhos de farinha, etc, também motivou a diminuição das matas; na região sul a *Araucária angustifolia*, ou pinheiro-brasileiro⁸⁰, era explorada à exaustão, num ritmo muito rápido. Tal cenário aqueceu os debates que já vinham ocorrendo entre a elite letrada e científica do país, culminando com a série de leis protetoras da natureza nos anos 1930.

O Artigo 1º do Código Florestal estabelecia que “as florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do país”, e seus proprietários ficavam proibidos de queimá-las para o preparo da terra para a agricultura, de derrubar as árvores para transformá-las em lenha e de promover a devastação das encostas de morros (Art. 22). No Capítulo IV, constava a formação de uma polícia florestal, no Art. 56, inciso 1º, com o seguinte texto: “a execução das medidas de polícia e conservação das florestas, constantes deste código, será mantida em todo o território nacional, por delegados, guardas ou vigias, do governo da União, nomeados, ou designados, especialmente para esse fim”. O artigo 58 estabelecia que houvesse delegados remunerados e não remunerados⁸¹. Roessler se encaixaria entre os últimos, que seriam “nomeados por dois anos, dentre as pessoas idôneas da região, constituindo relevante o exercício regular do cargo” (Parágrafo 2). Os funcionários florestais⁸² eram equiparados

aos agentes de segurança pública e oficiais de justiça, sendo-lhes facultado o porte de armas, e cabendo-lhes, em relação à polícia florestal, as mesmas atribuições e deveres consignados nas leis vigentes. Parágrafo único: Nessa qualidade, deverão os mesmos agentes prender e autuar os infratores em flagrante delito, efetuar apreensões autorizadas por este código, requisitar força às autoridades locais, quando necessário, e promover as diligências preparatórias do respectivo processo judiciário (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.793, 23/01/1934).

⁷⁹ Em 1901, Euclides da Cunha escreveu que, quem passava pelas estradas do oeste paulista, deparava “de momento em momento, perlongando as linhas férreas, com desmedidas rimas de madeira em achas ou em toros, aglomeradas em volumes consideráveis de centenas de estéreos (...) são o combustível único das locomotivas”. CUNHA, Euclides. Fazedores de desertos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22/10/1901. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/euclides-da-cunha-nas-paginas-do-estadao,55175.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2010..

⁸⁰ Segundo Michel (2001, p. 16-17), “o pinheiro-brasileiro ocorre em grupamentos densos nas partes mais altas do Planalto Sul-Brasileiro, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (...) A *Araucaria angustifolia* ou ‘curiirama’ dos indígenas é espécie gregária de alto valor econômico e paisagístico. (...) Ela constituiu as florestas de maior valor econômico do país (...) muito cortada para fins industriais (madeira, celulose e outros)”.

⁸¹ Na documentação analisada nesta dissertação, não encontrei indícios de delegados remunerados no Rio Grande do Sul.

⁸² Para o estado do Paraná, a tese de Ely Berço de Carvalho revelou um cenário diferente. Havia guardas florestais, que recebiam baixos salários, porém estes eram vinculados à 5ª Inspeção de Terras, órgão estadual, subordinado ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Ministério da Agricultura. Mesmo vinculados a órgãos diferentes, as condições de trabalho eram, como no Rio Grande do Sul, bastante precárias. Segundo Carvalho (2008, p. 168), “a atuação dos guardas florestais aponta uma ação efetiva de controle do território, mesmo que pouco eficiente do ponto de vista da proteção da floresta”.

Roessler lavrou centenas de autos de infração, bem como costumava requisitar apoio às autoridades locais, através de correspondências com sua rede de relações, como veremos a seguir. Além disso, portava arma, embora, segundo relatos orais e escritos, nunca tenha utilizado o revólver em suas diligências. Ele tinha permissão tanto para dar voz de prisão e multar os infratores, quanto para portar armas; o código o equiparava a um agente de segurança pública, ou seja, conferia-lhe autoridade.

O Serviço Florestal a que Roessler estava vinculado foi criado em dezembro de 1938 (BRASIL, Decreto-Lei nº 982), subordinado ao Ministério da Agricultura, mas teve o regimento aprovado apenas no ano seguinte, estabelecendo que o órgão tinha a seu cargo a ambiciosa tarefa da “proteção das florestas do país, sua guarda e conservação, de acordo com o Código Florestal, o fomento da silvicultura e a organização de parques nacionais, de reservas florestais e de florestas típicas” (BRASIL, Decreto nº 4.439, 26/07/1939). Como veremos, nem sempre o Serviço Florestal conseguiu, de fato, cumprir com suas responsabilidades.

Não encontrei nenhum documento oficial no Ministério da Agricultura sobre a atuação de Roessler como funcionário do órgão, ou sobre as atividades da delegacia florestal. O Diretor Técnico da Superintendência Federal do Ministério no Rio Grande do Sul, senhor José Euclides Vieira Severo, em março de 2010, comprometeu-se a empreender uma busca em seus arquivos de documentação sobre Roessler. Infelizmente, nada foi encontrado⁸³.

No entanto, localizei no Diário Oficial da União (DOU), através do Portal Jus Brasil na *internet*, algumas pistas sobre sua nomeação. No DOU de 25 de março de 1939, o Diretor do Serviço Florestal, H. Blanc de Freitas, dirigiu-se a Roessler, em resposta a um ofício enviado por este, através do qual trazia ao conhecimento da Diretoria as irregularidades constatadas na sua primeira viagem de inspeção como Capataz do Rio dos Sinos, notando “a derrubada de mato em suas margens e pesca por meio de bombas de dinamite”, solicitando “informações sobre o assunto e vos oferecis para exercer o cargo de guarda florestal, gratuitamente”. Freitas declarou que aceitava “com prazer a vossa proposta para exercer a função de guarda florestal

⁸³ Entrei em contato com o Ministério da Agricultura desde o início da pesquisa, em 2009, quando conversei com arquivistas do órgão, em Porto Alegre. Fui informada que o arquivo estava em processo inicial de organização, e que o volume de documentos era muito grande. Funcionários do departamento de pessoal também me responderam que não havia nada relativo a Roessler em documentos funcionais. Em 2010, o Sr. Severo me atendeu em seu gabinete na sede da Superintendência do Ministério da Agricultura, em Porto Alegre, e me disse, na ocasião, que era pouco provável que se encontrassem os documentos, porque não havia uma estrutura do ministério no Estado, nos anos 1930. Segundo Severo (em 16/03/2010), “as pessoas que atuavam como Roessler, na época, eram a própria instituição, expedindo editais, despachos, licenças, de forma praticamente autônoma, pois não havia uma centralização de processos como há hoje, bem como mecanismos de controle de suas funções, por parte do ministério, cuja sede ficava no Rio de Janeiro”. Apesar da boa vontade demonstrada pelo funcionário e pelas arquivistas, pouco ou nada obtive. Infelizmente, a relação com o ministério passou-me a impressão de um descaso com sua própria história, na ausência de registros e até mesmo de um esforço maior em obter subsídios para conhecê-la e preservá-la.

gratuitamente, a qual agradeço, louvando a atenção que dispensais à questão de tanta importância em nosso país”. Entretanto, como a repartição - Serviço Florestal - havia sido recentemente criada pelo Decreto-Lei nº 982, de 23/12/1938, somente depois de expedido seu regimento “ser-nos-á permitido lavrar o ato de vossa designação para a referida função que, desde já, podeis desempenhar, contando sempre com o apoio do Serviço Florestal”⁸⁴. O regimento foi publicado meses mais tarde (BRASIL, Decreto nº 4.439, 26/07/1939). No ofício a Freitas, Roessler formulou questões sobre a derrubada de matas e a pesca com dinamite. O Diretor respondeu que os esclarecimentos seriam encontrados na legislação e, por isso, informava ter enviado um exemplar do Código Florestal a Roessler, bem como solicitava à Divisão de Caça e Pesca que lhe enviasse exemplares do Código de Caça e Pesca, para que pudesse remeter um deles ao Capataz.

O expediente do Diretor Freitas confirma a declaração do próprio Roessler, em seu documento autobiográfico: foi ele quem se ofereceu para ocupar o cargo, a partir da observação *in loco* da situação do Rio dos Sinos. Presente em sua vida desde a infância, o rio motivou o início da atuação de Roessler como defensor da natureza. Ao constatar sinais de devastação nas matas ciliares, bem como a pesca com dinamite (temas do primeiro edital publicado pelo Delegado Florestal, quando assumiu o cargo⁸⁵), nas vistorias como Capataz do Porto de São Leopoldo, ele tomou a decisão de proteger o rio, projeto que se estendeu às florestas e aos animais. Não sei se neste momento inicial Roessler tinha plena consciência das implicações que resultariam de seu oferecimento, mas, ao longo da trajetória, esse plano, esse projeto, assume importância fundamental em sua existência. É como ele se sentisse imbuído por uma missão, no sentido religioso do termo - como veremos - apresentando-se mesmo como um profeta defensor da natureza.

No DOU de 21 de junho de 1939, o Ministro da Agricultura comunicou ao Ministro da Marinha a designação oficial de Roessler para exercer gratuitamente a função de Delegado Florestal, pela Portaria nº 3, de 15 de maio do mesmo ano:

No desempenho das atribuições que vem de lhe ser confiadas, já teve o Serviço Florestal deste Ministério oportunidade de observar a noção de cumprimento do dever, a capacidade de trabalho, o discernimento e o desejo de cooperar, que possui o capataz do Rio dos Sinos, Henrique Luiz Roessler. Dando rigoroso cumprimento aos dispositivos do Código Florestal, tem aquele funcionário tomado as medidas que estão ao seu alcance para impedir a destruição das matas que margeiam o Rio dos Sinos, destruição essa que provocava a erosão das terras, situadas nas margens do rio, pela ação dos agentes naturais. Levando ao conhecimento de S. Ex. o que tem sido a atuação do serventuário de quem se trata,

⁸⁴ JUS BRASIL. Diário Oficial da União de 25/03/1939. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em 10/06/2010.

⁸⁵ Ver nos anexos (Edital Nº 1).

rogo a S. Ex. se digne de mandar indicar ao Serviço Florestal deste Ministério o nome e o endereço de outros capatazes dos rios do Brasil que possam prestar à mesma repartição colaboração semelhante⁸⁶.

O ministro estava tão satisfeito com a atuação de Roessler, que resolveu estender a outros capatazes de rio a função de Delegado Florestal. É interessante observar que, desde o início de sua designação, ele já recebia fartos elogios. E isso seria uma constante em sua trajetória, tanto da parte dos superiores, como da rede de relações, demonstrando o prestígio que a posição lhe conferia.

A partir de 1944, através da Portaria Ministerial nº 718, os Delegados Florestais também ficaram incumbidos da fiscalização da caça e da pesca, observando os “direitos e deveres consignados nos artigos 46 e 47 e seus parágrafos, do Código de Caça”⁸⁷. Além da fiscalização, os funcionários ficavam encarregados de arrecadar taxas, receber papéis, assim como expedir licenças referentes à caça. A portaria designava que todos os Delegados Florestais ficassem subordinados ao Delegado Florestal de São Leopoldo (ou seja, Roessler), que, por sua vez, deveria manter “estreita colaboração com o Posto de Fiscalização de Caça e Pesca de Porto Alegre”⁸⁸.

A partir da publicação dessa portaria, Roessler passa a ser o chefe dos Delegados Florestais do Rio Grande do Sul; a norma determinava a concentração do serviço em Roessler, e que este fosse auxiliado pelo Posto de Fiscalização de Caça e Pesca em Porto Alegre. Veremos que isso efetivamente ocorre, no decorrer de seu trabalho, através de intensa troca de correspondências com colegas da capital, solicitando cartazes, o jipe para viagens e outros tipos de ajuda. Também podemos perceber a concentração de poder em Roessler: ele era, ao mesmo tempo, Capataz do Rio dos Sinos, Delegado Florestal Regional e Fiscal de Caça e Pesca. Isso representava uma economia para o Estado, obviamente, mas, ao mesmo tempo, conferia um alto grau de autoridade e autonomia que, penso, eram necessárias para o exercício de uma função bastante difícil na época. O fiscal, em um Estado com regiões onde a caça e a pesca eram hábitos culturais arraigados na população, era uma figura antipática; temido, odiado e com poucos amigos. As três credenciais contribuíam para que Roessler fosse respeitado em

⁸⁶ JUS BRASIL. Diário Oficial da União de 21/06/1939. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em 10/06/2010.

⁸⁷ No Código de Caça, Decreto-Lei nº 5.894, o art. 46 tratava do porte de armas, a que os fiscais teriam direito para sua defesa. Para isso, a Polícia Civil teria que conceder, “gratuitamente, a licença para porte de arma”. E o art. 47 dispunha que “as pessoas legalmente incumbidas da fiscalização terão autoridade para atuar e prender os infratores deste Código” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).

⁸⁸ MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria Ministerial nº 718. 22/11/1944 (BINAGRI). O Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre estava vinculado à Divisão Nacional de Caça e Pesca, órgão subordinado ao Ministério da Agricultura.

suas diligências, além de sua personalidade forte, de “homem que não sorria” no cumprimento de suas funções⁸⁹.

O texto da Portaria chama a atenção também porque, pelo que a documentação indica, por volta dessa época Roessler foi promovido a Delegado Florestal Regional – de 1939 até 1944 ele era Delegado Florestal apenas, porém não podemos precisar com certeza a data da promoção. Em telegrama enviado pelo Presidente do Conselho Florestal, José Mariano Filho, foi mencionado um relatório redigido por Roessler que provocou aplausos na reunião de 27/10/1944 do Conselho Florestal⁹⁰, que manifestava o “já comprovado interesse defesa florestal comprova a inteligência e energia com que a isso se dedica [por isso] o conselho desejava providenciar a publicação e divulgação desse interessante documento”, além disso, o relatório seria entregue ao próprio ministro da Agricultura, conforme sugestão de Roessler⁹¹.

Os elogios e promessas de apoio eram recorrentes. Datado de 04 de setembro de 1945, outro telegrama de Mariano Filho comunicava que a atuação de Roessler, nos “seis últimos anos, foi maximamente aplaudida, e que resultou telegrama expedido ao interventor federal desse estado⁹², solicitando todo apoio e prestígio aquela autoridade vossas funções delegado regional (...) apresento louvores e congratulações por tudo vindes fazendo proveito causa florestal em vosso setor”⁹³. É possível perceber, através dos telegramas, o quanto o trabalho de Roessler era bem conceituado entre os altos funcionários do Serviço Florestal. Além disso, os delegados florestais dos municípios do Rio Grande do Sul ficariam subordinados a ele, para a “perfeita execução” das atribuições da portaria 718; a redação do texto demonstra o prestígio e a confiança depositada no trabalho de Roessler para o bom andamento das fiscalizações. Seus relatórios devem ter causado muito boa impressão, pois foram aplaudidos e enviados ao Ministro, bem como motivaram telegrama à maior autoridade do Estado. Ele era a pessoa certa para assumir a incumbência, por estar de acordo com a “causa florestal”.

A dinâmica dos Delegados Florestais no Rio Grande do Sul

⁸⁹ Essa afirmação foi repetida nas entrevistas do fiscal Olavio Santana, e dos jornalistas Vinícius Bossle e Alceu Feijó. Para eles, Roessler era um homem sério, de semblante fechado, que, aos amigos, concedia um “meio sorriso”.

⁹⁰ A criação do Conselho Florestal foi prevista no Capítulo VIII do primeiro Código Florestal. Suas incumbências, entre outras, eram promover e zelar pelo cumprimento do Código e outras leis que defendessem as florestas; resolver casos omissos no Código; emitir pareceres; difundir a educação florestal e de proteção à natureza; promover a “festa da árvore” anualmente; organizar congressos de silvicultura, etc (BRASIL, Decreto nº 23.793, 23/01/1934).

⁹¹ FILHO, José Mariano. Telegrama a Roessler. 08/11/1944 (APHR).

⁹² O Interventor Federal na época era Ernesto Dornelles (governou entre 11/09/1943 e 01/11/1945).

⁹³ FILHO, José Mariano. Telegrama a Roessler. 04/09/1945 (APHR).

No Arquivo Municipal de Caxias do Sul, encontrei documentos que envolviam Roessler e o Delegado Florestal da cidade, Joaquim Pedro Lisboa⁹⁴. Foi uma ótima descoberta, já que a documentação é composta de modelos de formulários utilizados pelos delegados florestais (enviados por Roessler a Lisboa), instruções quanto aos autos de infração florestais e farta correspondência entre os dois colegas. Posso afirmar que este arquivo supriu parcialmente a carência de documentos do Ministério da Agricultura, pois através dele foi possível compreender alguns meandros das funções desempenhadas por nosso personagem. Além disso, possibilitou vislumbrar parcialmente como era feita a aplicação do Código Florestal no Rio Grande do Sul.

Lisboa deu conhecimento, em janeiro de 1944, que fora sediada uma Delegacia do Serviço Florestal na cidade, através de um Edital⁹⁵, semelhante ao publicado por Roessler em 1939. No documento ele destacava que nenhuma derrubada poderia ser iniciada no município sem autorização do Serviço Florestal e sem a assinatura de um compromisso de reflorestamento. Também constava que o desmatamento não poderia exceder $\frac{3}{4}$ partes da vegetação nativa da propriedade, sendo que o $\frac{1}{4}$ restante constituiria reserva florestal (essa orientação estava prevista no artigo 23 do Código Florestal). Não seriam tolerados cortes das matas ciliares (20 metros da margem), de árvores em encostas de morros com mais de 30 graus de inclinação, a derrubada de madeiras de lei com menos de 30 centímetros de diâmetro, as queimadas como processo de preparo das plantações e cortes de lenha sem licença. Além disso, alertava que o descumprimento dessas instruções acarretaria multas de 500 até 10.000 cruzeiros e, dependendo do caso, penas de prisão previstas no Código Florestal.

Quem quisesse derrubar árvores em sua propriedade deveria preencher um formulário denominado “Termo de obrigação de replantio e de trato cultural”⁹⁶, conforme disposto no artigo 51 do Código, onde devia constar a quantidade e espécie que seria abatida, bem como a ser replantada. O documento também estabelecia o prazo para o cumprimento do replantio, que era de seis ou doze meses⁹⁷. Além de assinar o termo, o proprietário devia apresentar uma

⁹⁴ Joaquim Pedro Lisboa (1887-1974) exerceu diversas atividades em Caxias do Sul. Além de Delegado Florestal, foi tipógrafo, telegrafista da Viação Férrea, escrivão, idealizador da Festa da Uva e correspondente do *Correio do Povo*. Em 1964 foi eleito membro da Academia Caxiense de Letras. S/AUTOR. Vida de Joaquim Pedro Lisboa. Caxias do Sul, Maço JPL 001 (AHMJSA).

⁹⁵ SERVIÇO FLORESTAL. Edital (Abertura de Delegacia Florestal). Caxias do Sul, jan/1944. Inventário Joaquim Pedro Lisboa, JPL0386, Maço JPL 15 (AHMJSA).

⁹⁶ SERVIÇO FLORESTAL. Delegacia em Caxias do Sul. Termo de obrigação de replantio e de trato cultural. Modelos JPL 0389, fl. 5, Maço JPL 15 (AHMJSA).

⁹⁷ O prazo de reflorestamento era de seis meses para os cortes de até cinco hectares, e doze meses para os cortes maiores (DIVERSOS MODELOS FORMULÁRIOS, JPL 0389, fl. 16, Maço JPL 15, AHMJSA).

planta de suas terras, onde deveria estar representada, através de desenho, a vegetação existente e o local da derrubada requerida.

Em modelos de requerimento de derrubada e compromisso de reflorestamento, o dono das terras solicitava vistoria do Inspetor Municipal, do Fiscal ou do Delegado Florestal de sua zona. Se a madeira restante do corte correspondesse à área maior do que $\frac{1}{4}$ de sua propriedade, não precisaria realizar reflorestamento. A vistoria do Delegado/Fiscal, presumo, devia ser necessária para confirmar a veracidade das informações prestadas e orientar o proprietário nos processos tanto de derrubada quanto de replantio.

Em outro modelo de formulário, também para a autorização de corte em que o proprietário apresentava a planta do local a ser desmatado, constava que o “requerente solicita [va] o comparecimento da fiscalização florestal, sujeitando-se ao pagamento das despesas respectivas e ...”⁹⁸. Os pontinhos a serem preenchidos, dependendo da tarefa a ser cobrada, bem como a menção ao pagamento das vistorias, revelam que essa poderia ser uma das remunerações de um Delegado Florestal, já que eles não recebiam salário. Em correspondência de 14 de novembro de 1950, Lisboa afirmava remeter dois cheques a Roessler, “provenientes de recebimentos destinados às despesas de vistorias de derrubadas de pinheiros”. Um dos cheques referia-se à derrubada de dois mil pinheiros em São Francisco de Paula pela Construtora Caxiense Ltda., e o outro a um total de quatro mil e trezentos pinheiros, derrubados pelos serradores Mauro Cauduro & Irmão em Caxias, São Francisco de Paula e Aparados da Serra. Quanto ao reflorestamento, Lisboa afirma que “correm e correram por conta dos vendedores”, ou seja, das empresas desmatadoras⁹⁹. Também em outro documento, uma espécie de recibo, datado de 20 de dezembro de 1951, Lisboa enviava a Roessler dois mil e quinhentos cruzeiros, proveniente da venda de dois mil e quinhentos pinheiros de propriedade em São Francisco de Paula, referente “a sua quota, para despesas com vistoria de reflorestamento”¹⁰⁰.

Se o cargo de Delegado Florestal era “honorário”, sem vencimentos em folha de pagamento, pelo menos as despesas das viagens até as propriedades para vistoriá-las eram ressarcidas. Entretanto, não sabemos se, ou até que ponto, essa cobrança era autorizada pelo Serviço Florestal. Até onde pude pesquisar, na legislação da época, não encontrei instruções detalhadas sobre o pagamento de taxas ao órgão. Em correspondência a Lisboa, Roessler

⁹⁸ DELEGADO FLORESTAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (Caxias do Sul). Requerimento. Modelos JPL 0389, fl. 26, Maço JPL 15 (AHMJSA).

⁹⁹ LISBOA, Joaquim. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 14/11/1950. Maço JPL 15 (AHMJSA).

¹⁰⁰ LISBOA, Joaquim. Recibo enviado a Roessler. Caxias do Sul, 20/12/1951. Recibo JPL 0421, Maço JPL 15 (AHMJSA).

menciona a criação de uma Inspeção Regional do Serviço Florestal no Estado, a qual ambos deveriam reportar-se. O novo Inspetor, o agrônomo Dael Pires Lima, enviou um ofício a todos os Delegados Florestais do Rio Grande do Sul, em 27 de setembro de 1951, comunicando a criação da Inspeção e que esta ficaria responsável por toda a atuação do Serviço Florestal no Estado ¹⁰¹. Roessler recomendava ao colega que respondesse ao Inspetor “em seguida, dizendo que estais ao seu inteiro dispor, pretendendo prestar a costumada cooperação, aguardando ordens e nova orientação (...). Será conveniente prometer a remessa de um relatório no fim do ano”. Era necessário responder logo, pois “o Sr. Inspetor Regional resolveu exonerar os colegas que deixarem de responder o referido ofício dentro de 30 dias”. Há um bilhete colado no alto da página, onde podemos ler a seguinte frase: “Não convém referir-se à cobrança de diligências nesta resposta, conforme já ficou combinado” ¹⁰². Essa frase, colocada à parte da carta, indica que a cobrança poderia não ser bem vista pelo novo Chefe. Havia uma combinação entre ambos que não podia ser revelada na resposta de Lisboa ao novo Inspetor, por isso as recomendações de Roessler ao colega, enviadas logo que Pires Lima comunicou sua nomeação.

Além de indicar que o trabalho dos Delegados Florestais não era desprovido de algum tipo de remuneração, os dois ofícios demonstram que estava ocorrendo uma mudança na hierarquia do Serviço Florestal no Estado. Até 30 de setembro de 1951, os delegados estavam subordinados a Roessler. Porém, a partir de 1º de outubro do mesmo ano, no Rio Grande do Sul, “todas as Delegacias Florestais deverão dirigir-se à 8ª Inspeção Regional, sediada em Pelotas”, de acordo com “as atribuições contidas no artigo 25, alínea VI, do Regimento do Serviço Florestal, aprovado pelo Decreto nº 29.093, de 08 de janeiro de 1951” ¹⁰³.

Através do Decreto nº 29.093, que estabelecia o novo regimento do órgão, foram criadas nove inspeções estaduais ¹⁰⁴. Podemos perceber um grande esforço de organização do

¹⁰¹ LIMA, Dael Pires. Ofício ao Delegado Florestal de Caxias do Sul. Pelotas, 27/09/1951. Maço JPL 15 (AHMJA).

¹⁰² ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 3.823 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 16/10/1951. Maço JPL 15 (AHMJA)

¹⁰³ LIMA. 27/09/1951. Op. Cit. No art. 25 do novo regimento, constavam as competências das Inspeções Regionais, nas respectivas regiões. Na Alínea VI: “promover o cumprimento do Código Florestal na respectiva região, ficando-lhes, para isso, diretamente subordinados os delegados e guardas florestais” (BRASIL, Decreto nº 23.093, 08/01/1951).

¹⁰⁴ “1ª Inspeção Regional (1ª I.R.), com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão e nos territórios do Acre, Amapá e Rio Branco; 2ª I.R., com sede em Fortaleza e jurisdição nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte; 3ª I.R., com sede em Recife e jurisdição nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas e no Território de Fernando de Noronha; 4ª I.R., com sede em Salvador e jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe; 5ª I.R, com sede em Belo Horizonte e jurisdição no Estado de Minas Gerais; 6ª I.R., com sede em São Paulo e jurisdição no Estado de São Paulo; 7ª I.R., com sede em Curitiba e jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catarina; 8ª I.R., com sede em Porto Alegre e jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul; 9ª I.R), com sede em Goiânia e jurisdição nos Estados de Goiás e Mato Grosso e no Território de Guaporé (BRASIL, Artigo 26,

Serviço Florestal no país, na tentativa de padronizar os procedimentos e instruções, começando com a instituição de uma hierarquia organizada de funcionários. A centralização no Rio de Janeiro não estava dando certo, as florestas continuavam sendo derrubadas - com licenças concedidas pelos próprios delegados e fiscais florestais, cuja atuação foi criticada, como veremos a seguir - e os compromissos de reflorestamento não passavam de papéis assinados ao sabor do vento, revelando a ineficácia na aplicação do Código Florestal. Depois de 12 anos de sua criação, um novo regimento tentava reverter os fracassos do Serviço Florestal.

Os Delegados Florestais, no novo regimento, estavam classificados na base da estrutura hierárquica do Serviço Florestal; suas atribuições sequer constavam no Decreto nº 29.093. Podemos constatar também uma iniciativa de profissionalização do órgão, sobretudo nas funções de chefia, que deveriam ser “preferentemente exercidas por agrônomos silvicultores lotados no S.F.” (Art. 73). Como Roessler tinha grau de instrução primário, não poderia exercer posições mais elevadas no novo organograma, o que o colocava, a partir de 1º de outubro de 1951 em pé de igualdade com os outros Delegados Florestais do Estado. Com a maior organização do órgão, vinham também esperanças de um orçamento maior: segundo Roessler, a 8ª Inspetoria seria dotada de verbas para 1952, e por isso, ele alimentava “a esperança de dias melhores” para o ano seguinte, “com o provimento de verbas para as mais elementares despesas das nossas delegacias”¹⁰⁵. Talvez fosse justamente para suprir a falta de verbas que os delegados florestais cobrassem pelas vistorias.

Lisboa, atento às recomendações de Roessler, respondeu no mesmo dia ao Inspetor Pires, congratulando-se “pelas inovações estabelecidas, as quais, certamente, deverão trazer inúmeros benefícios ao Serviço Florestal, proporcionando também maiores possibilidades no sentido de sustar, cada vez mais, o inqualificável hábito de destruição de nossas matas”. As mudanças deveriam inspirar “ainda mais amplo apoio na continuação do patriótico afã, de, pelo menos, conter, como já estamos fazendo, as derrubadas desordenadas que se sucediam, principalmente nesta zona, onde a pequena propriedade se desdobra pelas constantes sucessões, trazendo consigo a prática devastadora que tantos males trazem à nossa Pátria”¹⁰⁶.

No entanto, o novo Inspetor, em sua primeira viagem pelo interior do Estado, acompanhado de Roessler, observou “horrorizado (...) a existência de grandes derrubadas não licenciadas, o desperdício incrível de madeira e o relaxamento proposital do reflorestamento por parte dos madeireiros, especialmente dos exploradores do pinho”, motivo pelo qual

Decreto nº 29.093, 08/01/1951). Embora conste que Porto Alegre seria a sede da 8ª I.R., ela se estabeleceu de fato em Pelotas-RS.

¹⁰⁵ ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 3.823. Op. Cit.

¹⁰⁶ LISBOA, J. Carta a a Dael Pires de Lima. Caxias do Sul, 16/10/1951, Maço JPL 15 (AHMJSA).

ordenou que a fiscalização fosse mais rigorosa, com “a autuação dos culpados recalcitrantes”¹⁰⁷. De fato, analisando as correspondências com data anterior, de 1948 a 1950, parece que a fiscalização não era suficientemente dura para com os transgressores do Código Florestal.

Em 15 de maio de 1948, Roessler escreveu a Lisboa dizendo que teriam que “desenvolver uma ação mais enérgica e decisiva contra os exploradores mal intencionados, que assinaram compromissos de replantio das áreas devastadas como mera formalidade para obterem as licenças para efetuar derrubadas”, preocupando-se apenas com “os lucros fáceis da exploração florestal”. Ele se mostrava bastante indignado:

Chegou o momento da aplicação de providências drásticas contra os recalcitrantes, pois não há mais motivo para escusas: já terminaram as inquietações políticas; não há mais seca; acabaram-se os gafanhotos; há abundância de sementes e mudas; venenos bons e baratos contra formigas não faltam; ninguém mais desconhece os dispositivos do Código Florestal; as agências florestais estão disseminadas sobre todo o território gaúcho (...). Comprovou a experiência que as medidas aconselhadas no ofício 815 de 10/07/1943 e postas em prática com demasiada tolerância se demonstraram de todo ineficientes e por isso continuamos sendo criticados pela imprensa e pela opinião pública como responsáveis pela destruição das nossas florestas, principalmente dos pinheirais, sem compensações¹⁰⁸.

As “medidas drásticas” que Roessler propunha eram o chamamento, com urgência, de todos os exploradores das matas que estivessem com seus compromissos de reflorestamento em atraso, para que fossem autuados, multados, e compelidos pelos meios legais a executar o replantio das árvores desmatadas, conforme já haviam se comprometido nos documentos assinados. O próprio Delegado Florestal reconhecia que os desmatadores eram tratados com excesso de tolerância e de “compensações”. Em virtude dessa atuação tolerante, os fiscais receberam críticas da imprensa e até mesmo dos deputados estaduais, como pude verificar lendo os Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Na imprensa, um artigo do industrial A. J. Renner pode ser considerado crítico, ao sugerir mudanças na fiscalização florestal no Estado. Em seu texto, publicado no jornal *Diário de Notícias*, em 24 de outubro de 1948 e, posteriormente, em Renner (2003), citou o exemplo da Europa, “onde as autoridades municipais velam diretamente pela conservação das matas”, o que não impediria a existência de “delegados da União” sugerindo que, no Brasil, houvesse “um acordo que [visasse] coordenar a ação das três ordens de poderes [o que] seria de inegáveis resultados”. O empresário foi além, recomendando que para os cargos de fiscalização fossem escolhidos “não quem os aspire simplesmente como emprego e sim quem tenha entusiasmo e

¹⁰⁷ ROESSLER, H. Ofício Circular nº 3.840 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 25/10/1951, Maço 15 (AHMJA).

¹⁰⁸ ROESSLER, H. Ofício Circular nº 2.253 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 15/05/1948, Maço 15 (AHMJA).

conhecimento do problema e esteja disposto até a *sacrifícios* para o ver resolvido [grifo meu]” (RENNER, 2003, p. 112). Surpreende a descrição do “agente ideal”, pois se encaixa no perfil que Roessler construiu para si mesmo, em seus textos e documentos pessoais.

A instituição, assim, de um corpo de inspetores dedicados, mantidos pelo Estado, seria o ponto de partida para chegarmos, com o tempo, através da educação e do exemplo, ao pleno resultado indispensável para evitar-se a grave consequência da diminuição da produção nacional, os evidentes prejuízos gerais a que nos vai conduzindo a atual indiferença pelo assunto. O que é certo é que problema de tanta importância para o nosso futuro econômico e de tanta urgência, não pode passar descurado (RENNER, 2003, p. 112-13).

Para Renner, o problema florestal estava sendo negligenciado, porque os agentes florestais não eram escolhidos corretamente; a função era ocupada por quem queria apenas um cargo, um emprego. A sociedade esperava que a função fosse exercida por pessoas “entusiasmadas” e dispostas a “sacrifícios” (justamente qualidades que Roessler atribuía a si). Dezoito dias depois, em 11 de novembro de 1948, foi publicado um artigo de Roessler no *Correio do Povo*, que talvez tenha sido motivado, entre outras razões, pelo texto de Renner, realizando um balanço dos dez anos do Serviço Florestal no Rio Grande do Sul (1939-1948).

Roessler mencionou uma série de devastações que ocorriam na época, para fornecer madeira para 1.500 serrarias, fábricas de compensado e móveis; lenha e carvão; postes para fios e moirões de cercas; o consumo mensal de 40.000 dormentes e 60.000 metros cúbicos de lenha na Viação Férrea. Diante desse quadro, a opinião pública queria saber o que fazia o Serviço Florestal e criticava seus funcionários, responsabilizando-os “por todos os danos causados às florestas, como se eles estivessem armados de poderes suficientes para protegê-las”¹⁰⁹. O artigo fora motivado por tais críticas; Roessler considerava oportuno esclarecer a população, através da imprensa, a respeito do assunto e, para se defender das acusações recebidas, enumerava cinco argumentos. Em primeiro lugar, a causa de tanta devastação era o próprio Código Florestal, e que só a sua reforma poderia frear “a impressionante destruição dos pinheirais e florestas de madeira nobre, porque a legislação em vigor permite a derrubada de ¾ partes das matas existentes em cada propriedade privada”. Se o solicitante da licença para o corte se comprometesse a reflorestar a quarta parte (25% da área), a autoridade florestal tinha o dever de deferir a petição. Para Roessler, a lei engessava o funcionário florestal, limitando seu poder de atuação. Na tentativa de reverter o quadro, ele sugeria alterações no Código, que diminuiriam os cortes de madeira no Estado; a mudança de resultado mais imediato seria a proibição da exportação de madeira tanto bruta como beneficiada, autorizando as derrubadas

¹⁰⁹ ROESSLER, H. Serviço Florestal Federal. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 11/11/1948, (MCSHJC).

apenas para suprir a demanda interna. Para “salvar do tombamento árvores de grande valor e rara beleza”, Roessler aconselhava a desapropriação de terras nos municípios de Lagoa Vermelha e nos Aparados da Serra¹¹⁰, onde seriam criadas reservas naturais.

O segundo argumento desenvolvido por Roessler era a “suposta inexistência de reflorestamento”. Segundo o articulista, já havia inúmeras iniciativas de reflorestamento no Estado, como hortos de eucalipto, acácia negra, bracatinga, angico, pinheiros, plantados voluntariamente ou por iniciativa do Serviço Florestal. O problema era que as árvores eram novas e demorariam cerca de 60 a 80 anos para ser aproveitadas economicamente. É perceptível uma postura de defesa no texto de Roessler. Ele menciona que ocorriam derrubadas clandestinas e, muitas vezes, compromissos de reflorestamento não eram cumpridos. Entretanto, quando isso ocorria, os infratores responsáveis eram autuados, multados e compelidos a reflorestar. O problema não era a inércia dos funcionários do Serviço Florestal, e sim que estes serviam

gratuitamente e não recebem verbas para manutenção das suas repartições e despesas de fiscalização, nem quotas-partes das multas impostas. Desprovidos assim dos mais elementares recursos; incompreendidos e perseguidos; sem cooperação oficial; sofrendo a oposição sistemática de elementos irresponsáveis; contrariando interesses financeiros ou políticos pelas medidas fiscais, muitas vezes encontram insuperáveis dificuldades para tornar efetivas as providências adotadas.

Mas nem por isso deixam de zelar com entusiasmo e todos os meios ao seu alcance pela preservação da última quarta parte e das matas protetoras das encostas dos morros e dos cumes altos, das margens dos cursos d'água e das proximidades de fontes e pela execução do programa do reflorestamento, principal finalidade do Serviço Florestal¹¹¹.

Em seu terceiro argumento, Roessler respondia à sociedade, defendendo-se da crítica de que os funcionários florestais seriam uma força mal aparelhada, enfrentando destruidores organizados, declarando que, mesmo com a falta de verbas, não deixavam de cumprir seu dever com entusiasmo. Com isso, ele rebatia a crítica de Renner: não faltava entusiasmo, e sim melhores condições de trabalho, para que os fiscais conseguissem, de fato, impedir o esgotamento das reservas florestais do Estado.

O argumento nº 4 correspondia a uma lista de “realizações” da Delegacia Regional, nos dez anos de atividade, enumerada por Roessler para “mostrar serviço”. Entre os dezesseis itens, destaque: “campanha de propaganda florestal e prestação de instruções e esclarecimentos aos agricultores por meio de avulsos e pela imprensa; elaboração das instruções de serviço para

¹¹⁰ A sugestão de Roessler (e do Padre Balduino Rambo, como veremos) tornou-se realidade dez anos depois, por iniciativa federal, não estadual. “O Parque Nacional de Aparados da Serra foi criado pelo Decreto nº 47.446 de 17 de dezembro de 1959 e posteriormente alterado pelo Decreto nr 70.296 de 17 de março de 1972, que lhe deu a configuração atual e área nominal de 10.250 hectares” (IBAMA, 1999, p. 7).

¹¹¹ ROESSLER, H. 11/11/1948, Op. cit.

delegados e guardas; nomeação de 60 delegados e 300 guardas e instalação das respectivas delegacias no interior; serviço de inspeção das delegacias subordinadas e uniformização dos seus trabalhos; fiscalização direta e periódica das derrubadas e do reflorestamento; colaboração com o Serviço de Caça e Pesca”¹¹². As realizações da Delegacia Regional citadas por Roessler confirmam o que o Sr. Severo declarou: não havia organização institucional; a pessoa era a instituição. Pelo menos até 1951, quando o novo regimento do Serviço Florestal entrou em vigor, não havia procedimentos padrão nem verbas oficiais para suprir as despesas das delegacias florestais. No caso de Roessler, até 1951, ele era praticamente autônomo em sua Delegacia. Recebia a ajuda do filho e contava com uma rede de relações influente, que lhe possibilitava ter tempo para uma atuação mais prática do que burocrática.

O Delegado Florestal Regional detinha um grau de poder considerável, comandando o Serviço Florestal no Estado. Entretanto, estava constrangido por uma série de elementos, como a própria legislação, outras autoridades – principalmente policiais e políticas - com interesses contrários à proteção da natureza, muitas vezes, e, além disso, as limitações financeiras, causadas pela ausência de verbas (o que é contraditório: o governo cria o órgão - para satisfazer uma demanda social, mas não envia dinheiro para que a proteção florestal se efetive de fato). Dentro do campo de possibilidades em que podia atuar, Roessler tinha que responder à sociedade, o que não deixava de ser uma forma de demarcar seu espaço e legitimar sua ação perante ela.

No final do artigo, ele considerava que a “mentalidade materialista dos exploradores” não seria modificada pela campanha educativa, nem por apelos dos idealistas, nem por discursos inflamados, nem pela comemoração do “Dia da Árvore”, mas sim “unicamente pelas medidas rigorosas e coercitivas do Código Florestal, aplicadas integralmente, sem transigências”¹¹³. Roessler acreditava no poder da lei, se aplicada rigorosamente, o que nem sempre ocorria. É interessante constatar neste artigo, escrito bem antes de tornar-se cronista do jornal, uma visão otimista da situação florestal no Estado, de que as leis estavam sendo cumpridas, e de que o reflorestamento realmente estaria ocorrendo. Essa atitude positiva foi motivada pelas críticas recebidas, para defender sua posição de Delegado Florestal, pois, mais tarde, nos textos que escreveu semanalmente para o mesmo jornal, adotaria uma postura crítica, e até pessimista, revelando o envolvimento do próprio Estado em negociatas de madeira.

Os fiscais florestais também foram criticados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Em 14 de junho de 1951, o deputado Norberto Schmidt (do Partido Libertador-PL)

¹¹² Ibidem.

¹¹³ Ibidem.

pronunciou um discurso sobre o problema da pesca no Estado. Segundo Schmidt, “dia a dia o peixe está minguando”, e a grande culpa disso recaía sobre os plantadores de arroz, “por não adotarem o ralo protetor e obrigatório nas bombas sugadoras” de água para irrigar suas lavouras, o que evitaria a morte de uma enorme quantidade de “crias”. Também eram agentes culpados os indivíduos que utilizavam bombas explosivas para pescar, provocando a “mortandade enorme de peixes”. Um dos problemas era que o órgão fiscalizador (Serviço de Caça e Pesca) só atuava “obrigando os pescadores profissionais a se registrarem para o exercício de sua profissão, como também aos amadores”; o que estes pescariam em um ano “meia dúzia de bombas destroem num mês, na época da desova... Esta é uma verdade irrefutável, e precisa ser considerada pela fiscalização, se ela não quiser se tornar corresponsável pelo crime que se vem consumando impunemente! Parece esquecer aquele órgão a essência de sua finalidade, para se perder nas minúcias”¹¹⁴. O deputado, contradizendo informações do artigo de Roessler, argumentou que o problema maior era a forma de pagamento aos fiscais:

Existem os fiscais, os chamados guardas florestais, em diversas zonas do interior do Estado, cuja atividade não tem sido desenvolvida nesse sentido. Eles acumulam os serviços da fiscalização da caça e da pesca ao do reflorestamento, dedicando-se quase que exclusivamente, por um motivo óbvio, a este último, já que, para cada requerimento feito, às vezes ao arrepio de todo e qualquer senso de lógica ou de justiça, pois, são feitos com vistas às vantagens pecuniárias, cabem, aos guardas florestais, como único rendimento pelo trabalho prestado, determinados emolumentos. Urge, assim, que o órgão central determine uma inspeção rigorosa no sentido da pronta remoção do mal, ou melhor, da imediata instalação dos ralos, fazendo assim jus à sua finalidade precípua, que por certo não é a de divorciar-se ou alhear-se de um dos seus fins (...). Servem os exemplos citados para comprovar os inconvenientes dos servidores da fiscalização não receberem vencimentos fixos, mas sim, serem pagos pelos mesmos em razão de serviços prestados, requerimentos feitos e atos semelhantes. Resulta daí haver interesse efetivo dos encarregados da fiscalização somente, pelo menos, principalmente, na atenção daqueles que lhes dão rendimentos, circunstância, aliás, muito natural e humana, mas que fere os interesses da coletividade e do próprio serviço público. É claro, evidente, que o fiscal não se interessa na fiscalização propriamente dita, de vez que, se quisesse fiscalizar, por exemplo, toda a lavoura de arroz, da zona que lhe é subordinada, deveria dirigir-se às mesmas por sua conta e risco, sem qualquer compensação direta. Daí a situação calamitosa que nos apresenta, carecedora de reparos¹¹⁵.

Schmidt citou o exemplo de corrupção de um dos fiscais, para comprovar o quanto a situação se encontrava “calamitosa”. Segundo ele, dias atrás, num final de semana, um grupo de sete rapazes resolveu pescar com espinheis no rio Taquari. No domingo à tarde, quando retornavam, encontraram um fiscal de caça e pesca, que vinha de camioneta, “com o produto de sua caça, pois estivera caçando e trazia mais de 70 codornas”. Revistou o veículo dos rapazes e, ao verificar que estes traziam espinheis, tarrafas e linhas comuns, apreendeu tudo, “colocou em

¹¹⁴ ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. 14/06/1951, p. 429-430 (ML-RS).

¹¹⁵ Ibidem.

sua camioneta e se foi. Ele, como fiscal do Serviço de Caça e Pesca, devia ser o primeiro a obedecer à lei, aliás, isso é um mal muito nosso o de desrespeito à lei pelos próprios fiscalizadores”. Ao ouvir a narrativa, o deputado Helmuth Closs, do Partido de Representação Popular (PRP), acrescentou: “Como fiscal do Serviço de Caça, parece não conhecer o código, que permite caçar de 15 a 20 animais, no máximo, por caçador, conforme a zona, porque em algumas não pode passar de três”¹¹⁶.

Um segundo caso foi relatado pelo deputado Derly de Azevedo Chaves, do Partido Social Progressista (PSP), “de um fiscal que foi em Lagoa Vermelha e ao passar pela frente duma sapataria, desses sapateiros remendões, viu que ele tinha uma pelezinha lá qualquer. Chegou, tomou da pele e levou-a”. A esta menção, Schmidt também se lembrou de que, “no município de Candelária, até de cassetete esbordoaram um sujeito, porque possuía a pele de um bicho qualquer”. Closs, debatendo com os colegas, comentou que “um dos males maiores, nesse setor de fiscalização de caça e pesca, como em outros muitos setores da administração pública, é a multiplicidade de órgãos para um mesmo e determinado fim”. Segundo o deputado, havia “o Serviço Federal de Caça e Pesca, independente; há este mesmo serviço, executado pelo Ministério da Agricultura, que não tem relação nenhuma com o outro. O Estado por sua vez também tem uma seção de caça e pesca. São três organismos para o mesmo fim”. Não tive como comprovar a existência desse órgão independente. O Serviço em que Roessler trabalhava estava vinculado ao Ministério da Agricultura, era federal.

Seriam três órgãos, segundo Closs, ao que Schmidt retorquiu “e no fim nenhum faz nada”. O deputado do PRP concordou: “exatamente. O Estado solicitou da União, por contrato, ficar afeto a si exclusivamente esse serviço, como também os de reflorestamento. Entretanto, a União, até hoje, não atendeu e essa seria a solução, o Estado ficar encarregado exclusivamente desses serviços”. Closs acreditava que essa seria a melhor solução, “porque [os serviços] são eminentemente regionais e não podem ter caráter nacional, porque o Brasil tem uma extensão enorme e a fauna é a mais diversa, assim como sua distribuição, e o mesmo acontece com as florestas. Portanto, de região para região, os métodos devem ser diferentes”¹¹⁷. Segundo o deputado, a Secretaria da Agricultura desejava muito ficar responsável pelo serviço de caça e pesca. A responsabilidade sobre a fiscalização dos elementos naturais (florestais e animais) era regida pela mesma lógica em que a tutela deles fora regulamentada pela Constituição de 1934; à União cabiam as duas prerrogativas, pois a experiência anterior, quando tocava aos Estados o encargo dos elementos naturais, revelou-se muito ruim, pela devastação acelerada que

¹¹⁶ ANAIS AL-RS. 14/06/1951. Op. Cit., p. 431.

¹¹⁷ ANAIS AL-RS. 14/06/1951. Op. Cit., p. 431-432.

propiciou. Influenciada pelo grupo de intelectuais mencionado anteriormente, a legislação publicada por Vargas nos anos 1930 centralizava a responsabilidade sobre o meio ambiente, assegurando, assim, o controle do governo federal nos mecanismos de proteção à natureza. Ao final, Schmidt apelava ao Departamento Nacional de Produção Animal – Divisão de Caça e Pesca, que agisse “prontamente para por em cobro ao abuso e ao crime que continua sendo praticado desenfreada e impunemente”. Do contrário, se não tomasse as medidas necessárias, poderia “vir a ser apontada pelo povo como conivente dos infratores”¹¹⁸. O discurso do deputado Schmidt confirma que os fiscais recebiam pagamento por alguns serviços, “emolumentos”. Acredito que se tratava de taxas de expedição de licenças de desmatamento e de caça, de carteiras de caçador, requerimentos diversos, etc, que os interessados pagariam diretamente aos fiscais. Essa poderia ser uma solução mais barata para o Serviço Florestal, do que efetivá-los como funcionários e arcar com todas as obrigações trabalhistas. Dessa forma, economizava recursos, no entanto, colaborava indiretamente para que ocorressem os problemas relatados pelos deputados. Sem remuneração fixa, os funcionários acabavam concentrando sua atuação nas tarefas que poderiam render mais, o que, em alguns casos, poderia desvirtuá-los de sua função, ou o que era mais grave, aproveitar-se dela para obter privilégios. Esse impasse revela as dificuldades na aplicação do Código Florestal no Estado: mais do que seu próprio texto, o problema era a maneira como a legislação era aplicada por alguns fiscais.

Há uma tensão interessante nesse ponto. Ao mesmo tempo em que era constatada a necessidade de remuneração dos guardas e delegados florestais – afinal, como iriam sobreviver? – a sociedade cobrava deles um caráter *abnegado*, de *sacrifício*, como vimos no artigo de Renner; para proteger os elementos naturais era preciso idealismo, doação, que a pessoa tivesse um perfil altruísta, que aceitasse trabalhar por amor à natureza e por dever patriótico. Defender a natureza, lugar “sagrado”, “intocável”, não combinava com dinheiro, ou qualquer interesse material. Os fiscais, entre eles Roessler, ao enfatizar a abnegação com que atuavam, procuravam também corresponder às expectativas de seus contemporâneos. Isso poderia garantir apoio à função, bem como sua aceitação perante a sociedade, pois, afinal, “da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um” (GINZBURG, 2004, p. 25). A “jaula” comporta a diferença em certos limites, que acabam condicionando a ação dos indivíduos, no entanto, quem se arriscar a

¹¹⁸ ANAIS AL-RS. 14/06/1951. Op. Cit., p. 432.

afrouxar muito suas barras acaba sofrendo preconceito e discriminação, o que não é nada bom, em qualquer contexto.

2. 4 – Roessler, um intelectual?

Vamos tentar compreender um pouco mais sobre o trabalho de Roessler no Ministério da Agricultura, através da correspondência presente em seu arquivo privado. O volume de cartas de cunho profissional não é muito grande: dos anos iniciais não restou praticamente nada; a maior parte das correspondências enviadas e recebidas se concentra na década de 1950, especialmente em função dos episódios do acidente em que Roessler perdeu o pé (1952) e do processo judicial (1954-55).

Acredito que a análise da correspondência que restou pode ser significativa para entendermos, além do funcionamento do cargo de Delegado Florestal, os meandros da rede de relações tecida por Roessler que, em momentos críticos de sua trajetória, teve importância fundamental, como veremos. Para Haike Silva (2006, p. 34), a biografia “não se limita, em seus objetivos, à análise da vida de um indivíduo, mas se propõe partir deste para as redes de relações que o envolvem e das quais faz parte”. No caso de Roessler, as redes se formaram em função, primeiramente, de seu cargo no Serviço Florestal. Havia troca de correspondências, envio de cartazes/panfletos, e fiscalizações em que os delegados atuavam em conjunto. Roessler mantinha correspondência com diversas autoridades políticas, especialmente membros do PTB, trocando informações e solicitando favores. Mais tarde, na UPN, algumas dessas relações continuaram assim como novas redes se formaram.

Sirinelli (2003, p. 248-49) entende as “redes” como estruturas de sociabilidade. Exemplos de estruturas seriam revistas, manifestos e abaixo-assinados, por meio dos quais um grupo de intelectuais trocava ideias e as divulgava para o público em geral. Percorrer as redes pode ser interessante, porque permite acessar, por trás da sociabilidade, os “microclimas” (vínculos afetivos e ideológicos entre intelectuais). Dessa forma, “a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo ‘redes’ que estruturam e ‘microclima’ que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 2003, p. 252-253). Entretanto, em meu caso de estudo, a noção de microclima não é muito adequada, porque Roessler não participou de nenhum grupo de intelectuais que se dedicasse ao tema da proteção à natureza. Ele não escrevia cartas para trocar ideias sobre o assunto, nem fez parte de alguma revista especializada. Na verdade, até os anos 1970, não havia no Rio Grande do Sul nenhum grupo organizado institucionalmente - fora do âmbito acadêmico - para estudar ou debater sobre questões ambientais.

Outro aspecto a ser investigado é se Roessler pode ser considerado um intelectual; a meu ver, depende do conceito de intelectual que tomarmos como referência. Sirinelli propõe duas acepções, ciente do caráter polissêmico da palavra e da dificuldade de estabelecer uma definição para um grupo multifacetado. Ele procura, então,

uma definição de geometria variável, mas baseada em invariantes. Estas podem desembocar em duas acepções do intelectual, uma ampla e sociocultural, englobando os criadores e os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento. No primeiro caso, estão abrangidos tanto o jornalista como o escritor, o professor secundário como o erudito (...). uma segunda definição, mais estreita e baseada na noção de engajamento na vida da cidade como ator - mas segundo modalidades específicas, como por exemplo a assinatura de manifestos - testemunha ou consciência. Uma tal acepção não é autônoma da anterior, já que são dois elementos de natureza sociocultural (...) o historiador do político deve partir da definição ampla, sob a condição de, em determinados momentos, fechar a lente, no sentido fotográfico do termo (SIRINELLI, 2003, p. 242-243).

Roessler, parece-me, encaixa-se ora em uma definição, ora na outra. Ele não foi jornalista, professor ou escritor, mas um mediador cultural¹¹⁹, através de suas crônicas no *Correio do Povo*, nas quais divulgava ideias sobre proteção à natureza. Por outro lado, apesar de não ter assinado manifestos formais, seus panfletos transmitiam conceitos educativos. E ele era atuante na vida da cidade, até mesmo do Estado, nas questões ambientais. Na verdade, Roessler não se acomoda facilmente nessas categorias e, de certa forma, apesar de realizar uma louvável tentativa de sistematização, ainda pode haver casos que não se enquadrem nas definições de Sirinelli (2003).

Tive essa percepção lendo *Representações do intelectual*, de Edward Said (2005), onde o autor propõe questões muito interessantes. Não chega a formular um conceito tão preciso como o de Sirinelli, entretanto, penso que suas reflexões sejam mais ricas em possibilidades para refletir sobre a atuação intelectual de Roessler. Para Said, o intelectual é aquele que tem senso crítico sobre a sociedade, que não se deixa manipular. Ele seria “um indivíduo dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público”. A razão de ser do intelectual “é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete (...). O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que

¹¹⁹ Referindo-se a religiosos católicos, Seidl (2007, p. 78) afirma que a mediação cultural se insere “entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais empreendidas dentro de diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa”. O “mediador cultural”, para o autor, é peça fundamental na dinâmica do fluxo de recursos materiais e simbólicos entre diferentes níveis, esferas e espaços sociais. No caso de Roessler, através do espaço ocupado na imprensa, dava-se esse fluxo, difundindo informações e ideias sobre a proteção ambiental.

seu público se sinta bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável" (SAID, 2005, p. 25-27).

Roessler parece ter essa “vocação” para articular a mensagem da proteção da natureza, ou melhor, penso que ele mesmo se sentia imbuído dessa vocação, de acordo com várias referências em seus escritos, como veremos no capítulo 4. Em suas crônicas, ele enviava mensagens educativas, mas também era combativo e denunciador do descaso para com a natureza; ao apontar alguns problemas, descobria o tapete, para que o público tivesse o conhecimento. Em certa medida, alguns de seus textos são de leitura desagradável, escritos com a intenção de chocar os leitores, na tentativa de conscientizá-los¹²⁰.

Said (2005, p. 33) também propõe que “saber usar bem a língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual”. Aqui entra a questão da retórica, da qual Roessler tinha muito bom domínio, utilizando argumentos de maneira eficiente para convencer seus públicos. Finalizando a caracterização do intelectual, o autor entende que ele

não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público” (SAID, 2005, p. 35-36).

Penso que a maneira como Said entende o intelectual seja mais fluída e valorize o caráter combativo que, em geral, ele representa na sociedade. Posso afirmar, a partir de Said, que Roessler foi um intelectual, engajado em seu ideal de proteção à natureza. Através de seus textos, exerceu a crítica, “metendo a colher” onde achavam que ele não devia envolver-se, “doar a quem doar”¹²¹.

2. 5 - A passarinhada

As regiões que receberam grupos étnicos¹²² de origem italiana no Rio Grande do Sul costumavam ser palco de embates e até mesmo de duelos entre Roessler e caçadores de aves

¹²⁰ Exemplos disso são as crônicas “Vítimas da ciência” (ROESSLER, 2005, p.176-79) e “Barbarismo nos ranários” (ROESSLER, 2005, p. 189-90).

¹²¹ Roessler escreveu: “Contrariando a advertência de ‘não meter a colher em angu alheio’, continuarei, sem polêmicas estéreis e sem desfalecimento, na luta em benefício da Natureza, revelando verdades documentadas ou testemunhadas, doar a quem doar”. ROESSLER, H. Metendo a colher de novo. *CPR*, Porto Alegre, 12/01/1962 (AHRs).

¹²² Para Giralda Seyferth (1986, p. 530-532), “uma definição de grupo étnico deve incluir dois aspectos importantes: é um grupo cujos membros possuem uma identidade distintiva atribuída, e sua distintividade como grupo tem quase sempre por base uma cultura, origem e história comuns (...). O principal critério para a definição

silvestres, pois os imigrantes trouxeram ao Brasil o hábito da caça. Quando se instalaram na região serrana do Estado, vieram armados e, antes de poderem colher suas plantações, tiveram que se alimentar do que o ambiente oferecia. Além de frutas e vegetais, a abundância de diversas espécies animais - incluindo os passarinhos - fez com que a caça se tornasse um costume transmitido às gerações seguintes, o que causou, com o tempo, um grave problema ambiental. A polenta, item básico da gastronomia italiana, seria, aqui, acompanhada de passarinhos, possibilitando o surgimento da *passarinhada*, prato também chamado de *osei, polenta e toccio*: pássaro, polenta e molho.

Em 14 de julho de 1949, Almo Martins Bento escreve a Roessler, relatando que “é alarmante o que está acontecendo no Estado com relação à destruição de nossa fauna”, um dos problemas mais graves era a invasão de propriedades, o que deixava os fazendeiros apreensivos, pois não dispunham “de meios para evitar a matança desenfreada de animais de toda espécie”. Bento citou problemas nos municípios de Encruzilhada, Palmeira, Vacaria (onde encontrou diversos caxienses matando pica-paus), e até mesmo a capital do Estado, onde o comércio de perdizes “campeia livremente”, abastecendo os melhores restaurantes ¹²³. A situação era bem difícil, mas a culpa não era dos fiscais e sim da falta de pessoal e aparelhagem necessária. Um dos maiores problemas era a falta de um meio de transporte para o deslocamento até os locais de infração. Roessler solicitava, frequentemente, o *jeep* da fiscalização ao Serviço de Caça e Pesca, em Porto Alegre, com “fins atender reclamações autoridades e interessados moralização esporte naqueles municípios [colônia italiana], atualmente o problema mais importante desse serviço” ¹²⁴. Esse era o único veículo do qual ele podia dispor eventualmente em suas diligências ¹²⁵.

Roessler chegou a solicitar um meio de transporte a instâncias superiores do Ministério da Agricultura, na capital do país. O Diretor da Divisão da Caça e Pesca, Aldyr Gomes respondeu, agradecendo pela “valiosíssima colaboração que nos tem prestado, seja no plano federal, seja no estadual, em matéria de caça e pesca” e elogiando a “prestimosa e eficiente colaboração nos trabalhos de repressão às atividades de uns tantos maus brasileiros que insistem, criminosa ou inconscientemente, em dilapidar um patrimônio que tudo aconselha

de grupo étnico nos estudos mais recentes é a identidade étnica, fundamentada na noção de etnicidade (que enfatiza os aspectos positivos de pertencer a um grupo étnico)”.

¹²³ BENTO, Almo Martins. Carta a Henrique Roessler. Porto Alegre, 14/07/1949 (APHR).

¹²⁴ ROESSLER, H. Telegrama ao Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre. São Leopoldo, 15/03/1954 (APHR).

¹²⁵ Além das diligências de fiscalização, um veículo seria importante para outras tarefas do Serviço Florestal, inclusive as referente à execução de campanhas educativas. Em dezembro de 1952, Roessler comunicou ao chefe “Dr. Meira” que recebeu da Divisão de Caça e Pesca do Rio de Janeiro “100 cartazes de propaganda, que pretendo afixar pessoalmente, se conseguir uma condução”. ROESSLER, H. Carta a Carlos Costa Meira. São Leopoldo, 17/12/1952 (APHR).

resguardar com o maior cuidado”. Apesar dessa boa atuação, Gomes lamentava, mas a divisão não podia “fornecer-lhe, como é do meu desejo, a viatura que tão útil lhe seria no alargamento das atividades de V. S.”¹²⁶. Roessler resolvia a falta de transporte próprio de diversas formas, do jeito que era possível em cada momento. Seu filho Milton, em entrevista ao jornal *Zero Hora*, afirmou que viajavam em um velho jipe da Secretaria de Agricultura, mas também, “muitas vezes, de ônibus, a Vacaria, São Francisco de Paula, Lagoa Vermelha, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e muitos outros municípios”. Na ocasião, Milton mencionou que passavam por situações constrangedoras, “como a de motoristas de ônibus que não aceitavam carregar as armas de caça apreendidas ou de brigadianos que não queriam acompanhá-los em batidas por ter que viajar em incômodos ônibus”¹²⁷.

Roessler, por sua função “antipática”, sofreu alguns processos judiciais; no final dos anos 1940, parece que já havia uma denúncia contra ele. Em correspondência do Tenente Artemin Karan ao Diretor da Produção Animal (órgão do Ministério da Agricultura) Manoel Correa Soares, é mencionada uma petição contra Roessler engendrada “por um grupo de colonos de Flores da Cunha, o ‘QUARTEL GENERAL’ das famosas passarinhadas”. Segundo Karan, a petição continha assinaturas falsas, muitas pessoas colocaram o nome no papel sem saber do que se tratava, e até mesmo menores de idade assinaram. Tudo era

uma trama bem urdida, com a finalidade de entravarem o desempenho honesto, criterioso e por todos louvável, a ação do infatigável fiscal HENRIQUE LUIZ ROESSLER, (...) cidadão digno e educado, que sacrificando horas e dias, na inclemência de noites invernosas, debaixo de chuvaradas torrenciais, vem moralizando as Leis e Código na regulamentação da Caça nesta zona, onde nem sequer um pássaro canoro ou de ornamentação os nossos netos terão a ventura de conhecer¹²⁸.

Tendo em vista o bom desempenho de Roessler, a carta tinha o objetivo de solicitar a Soares que “seja negado qualquer despacho favorável à citada petição”. Além disso, os argumentos utilizados por Karan para defender Roessler e condenar os caçadores merecem ser citados. Segundo o Tenente, os detratores do Delegado Florestal alegavam que “o SABIÁ causa danos à lavoura; que danifica os bagos de uva”, e estariam sempre “com os olhos voltados para a imagem daquele prato que vandalicamente devoram, com tripa e tudo, não perdendo sequer a cabeça do infeliz canoro”. Nos municípios de colonização italiana, “o vício das passarinhadas (...) chegou ao limite máximo, é tanto absurdo e é tão maior o vício, que não

¹²⁶ GOMES, Aldyr (Diretor da Divisão de Caça e Pesca). Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 01/12/1952 (APHR).

¹²⁷ TOSI. Op. Cit.

¹²⁸ KARAN, Artemin. Carta ao Diretor da Produção Animal, Manoel Correa Soares. Caxias do Sul, 10/12/1949, (APHR).

se erra afirmando, teria a própria cachaça e o corrupto pife-pafe cedido lugar àquele”. A caçada aos passarinhos era praticada “até por homens industriais, de representação social conhecidas (...) que não se envergonham de portar passarinhos abatidos em cunhetes de munição”. Depois de enunciar os motivos, nos quais podemos perceber uma desqualificação moral dos amantes da passarinhada, Karan apela para o nacionalismo de Soares, que recordasse em “vosso coração de brasileiro o canto mavioso da passarada, a alvorada sonora do nosso tradicional sabiá (...) o rouxinol do Rio Grande”, para que o Diretor concedesse a Roessler “todo o apoio moral e material” no episódio em questão. Um dos objetivos¹²⁹ de uma correspondência pode ser o pedido de favores. No caso da carta em análise, isso é bem evidente. Segundo Guimarães e Araújo (2004, p. 102), a troca e o pedido de favores eram comuns, “em um horizonte institucional precariamente desenvolvido”. Se o destinatário seguisse o conselho do missivista, ficaria “registrado na história gaúcha, como um marco de bronze, a repulsa que V. S. der a essa petição subalterna e vergonhosa”¹³⁰. É possível perceber toda uma construção argumentativa para seduzir o interlocutor a colaborar com o delegado Roessler.

A questão da passarinhada, que provocou a apaixonada defesa do sabiá, foi, como o próprio Roessler mencionou no telegrama citado acima, o maior problema ambiental por ele enfrentado. Segundo De Boni e Costa (1979, 170), a caça era um costume italiano “que surgiu da necessidade de alimentação e estimulada pela abundância de pássaros”¹³¹. Para os autores, não é possível falar em caça, sem falar das “passarinhas”,

que foram um grande motivo sociológico de festas, e motivadoras da solidariedade comunitária. Nos tempos hábeis à caça, num determinado dia, se reunia um grupo de amigos caçadores, dividiam entre si as áreas de caça, partindo bem cedo, com assobios especiais para chamar a passarada. Caçavam até o meio-dia e, à tarde, limpavam a caça. No dia seguinte, combinavam o preparo da caça (a passarinhada) na casa de algum amigo. Aí se reuniam várias famílias, preparavam-se também outras comidas, todos tinham licença do grupo para tomar um copo de vinho a mais (DE BONI, COSTA, 1979, p. 170).

¹²⁹ De acordo com Gastaud (2009, p. 99), “as cartas tem objetivos táticos e se apoiam em recursos de estilo para tentar produzir no destinatário a impressão desejada”. Na carta em análise, o estilo é argumentativo, demonstrando uma série de motivos pelos quais Roessler merecia apoio de Soares. A própria organização da carta, em tópicos (letras “a” até “i”), reforça a quantidade de razões para tal apoio, além da retórica de Karan, apaixonado pelo “rouxinol do Rio Grande”.

¹³⁰ KARAN, Artemin. 10/12/1949. Op. Cit.

¹³¹ De Boni e Costa (1979, p. 125), citando Fortini, transcrevem interessante narrativa de um imigrante ao Cônego Barea (primeiro bispo de Caxias do Sul): “se não fossem os pinhões, não sei como teríamos sobrevivido, pois somente em princípios de 1877 começaram as primeiras colheitas de produtos essenciais à nossa alimentação! Quando, porém, veio a bendita safra, constatamos que ela seria disputada por muitos pretendentes, entre os quais macacos, papagaios e outros animais e aves que em grande número investiam contra as plantações. Se nos prejudicavam, justiça devemos confessar que muitos deles, apanhados e mortos, mais de uma vez, encheram nossas panelas, proporcionando-nos um caldo e uma carne mais do que saborosa”.

Para preparar o prato, separavam-se as aves (pombos, nhambus, saracuras, sabiás) e passarinhos (por exemplo, o tico-tico). Este último seguia um preparo especial, após retirar as vísceras, eram temperados com toucinho e folhas de sálvia e cozidos inteiros ou partidos ao meio. O importante é que deviam ficar “torradinhos, a ponto de se poder aproveitar também os ossinhos” (DE BONI, COSTA, 1979, p. 170). Entre as técnicas e armas utilizadas para caçar os passarinhos, os autores citam “as arapucas para as aves”; o bodoque¹³², utilizado nas “caças clandestinas, nas épocas de proibições”, pois não eram percebidos pelos fiscais; e as espingardas, dos mais diversos tipos, “nos períodos legais para a caça” (DE BONI, COSTA, 1979, 170-171). Nem sempre a época do defeso era respeitada, no entanto, os caçadores se arriscavam com espingardas mesmo nessas datas.

É importante ressaltar que o termo “passarinhada” era utilizado por Roessler tanto para denominar o ato da caça, quanto o prato e as festividades que muitas vezes o acompanhavam. Rosana Peccini (2008, p. 3) observa que “as passarinhadas eram festivas porque reuniam os amigos e vizinhos da comunidade em torno da comida (...), cheias de contos, causos e façanhas, constituindo verdadeiras odisséias”. A caçada, o preparo e a partilha do prato foram elementos culturais importantes para os imigrantes italianos. Tornou-se um costume tão arraigado, que só declinou no final dos anos 1960, quando foram publicadas leis mais severas, como o novo Código de Caça (BRASIL, Lei nº 5.197, 03/01/1967)¹³³. Entretanto, uma interessante troca cultural, no âmbito gastronômico, compensou a perda da passarinhada. Ocorreu a invenção do galeto *al primo canto*¹³⁴ que, segundo Ruben Oliven (2006, p. 202), foi “inventado pelos colonos italianos que migraram para o Brasil; não existe na Itália, sendo um prato característico do estado do Rio Grande do Sul”.

Entretanto, o cardápio de caça dos italianos não se restringia aos passarinhos. Afirmar que o galeto se originou das passarinhadas é uma redução, ou meia verdade. O mais correto “é

¹³² O bodoque, também chamado de funda, estilingue, atiradeira, era usado por indígenas e europeus. Os índios Charruas e Minuanos utilizavam-no como arma de guerra (BECKER, 1956, p. 7-8; TESCHAUER, 2002, p. 59), assim como os “antigos portugueses” (BLUTEAU, 1712-28, p. 230).

¹³³ Podemos destacar, no novo código, o Art. 1º: “Os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase do seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha”. O Art. 2º: “É proibido o exercício da caça profissional”. O Art. 3º: “É proibido o comércio de espécimes da fauna silvestre e de produtos e objetos que impliquem na sua caça, perseguição, destruição ou apanha”. No entanto, a caça poderia ser feita por clubes ou Sociedades Amadoristas de Caça e de tiro ao vôo e em criadouros, cuja construção seria estimulada pelo Poder Público (BRASIL, Lei nº 5.197, 03/01/1967). De certa forma, essas restrições atingiam os pequenos caçadores, que não tinham condições econômicas para participar de clubes nem para construir criadouros. Sancionado por Castelo Branco, o novo código parecia estar reservando o que ainda restava de caça aos que tivessem condições de sustentar o caro esporte.

¹³⁴ *Galeto al primo canto* é uma expressão em italiano que, traduzida, significa galeto ao primeiro canto, ou seja, que é abatido ainda bem jovem, com cerca de 25 dias. Segundo Peccini (2008, p. 1), “é uma expressão usada para identificar o frango com peso de 550 gramas, limpo”.

dizer que os colonos preparavam seus assados, as caças e entre elas os passarinhos, espetando pedaços de carne intercalados com toicinho e sálvia. As carnes eram variadas, podendo também ser passarinhos, cabritos, coelhos ou ainda as perdizes”. O que ocorreu foi uma espécie de troca, o galeto passou a representar “os passarinhos, as perdizes, o cabrito, ou até mesmo os marrecões, além de outros” (PECCINI, 2010, p. 120-121).

Para se ter uma ideia do problema ambiental que a passarinhada representava na época, transcrevo o depoimento do caçador Genuino Cerutti, em 17 de agosto de 1950, no auto de infração 144/50, aplicado por Roessler, pois exemplifica a complexidade do comportamento humano, dividido entre o prazer da caça e a culpa de ter matado um ser “inofensivo”:

Julgava que caçar passarinhos, um pouco ou quase nada infringiria o Código de Caça. Depois, refletindo bem achei que matar sabiás era uma injustiça, por tratar-se de um passarinho inofensivo e que tantas alegrias causa a quem quer que seja pelo seu bonito canto. Porém, chega domingo, para distrair-me um pouco, pego na minha arminha e saio a passear no mato, encontro um sabiá e escuto a linda melodia de seu canto, mas depois de terminado, atiro e derrubo morto com o fim duplo de comer um passarinho e me adestrar no tiro ao alvo ¹³⁵.

Os debates sobre a passarinhada chegaram também à Assembleia Legislativa do Estado. Em 23 de junho de 1949, o deputado integralista (PRP) Helmuth Closs ocupou a tribuna para ler uma matéria publicada no jornal *O Pioneiro*, de Caxias do Sul, que reproduzia o conteúdo de um telegrama enviado pelo Secretário de Agricultura à Associação Rural da cidade. Em resposta à solicitação da Associação Rural, de permissão para caçar as aves prejudiciais às plantações, a Secretaria da Agricultura afirmou que “aves daninhas que devastam plantações devem ser combatidas”. A matéria considerava, então, diante das palavras do telegrama, que não podia haver dúvidas quanto à caça dos tico-ticos, sabiás, etc: eram prejudiciais; logo, podiam ser perseguidos e mortos ¹³⁶.

Tratava-se, como podemos ver, de um problema de interpretação das palavras do Secretário, o que Closs considerou “deveras lamentável e lastimável”. O deputado argumentou que nunca o tico-tico ou o sabiá foi considerado caça: “as nossas leis são bem claras nesse sentido. Anualmente se publicam portarias do Serviço de Fiscalização da Caça estabelecendo, estipulando, quais as espécies da nossa avifauna que podem ser caçadas”. Concordando com o que seria difundido por Roessler em suas crônicas e nos panfletos da UPN, para Closs, os pássaros canoros não podiam ser caçados, pois eram “insetívoras por excelência e

¹³⁵ DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL – SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Certidão, Auto 144/50. Porto Alegre (APHR).

¹³⁶ ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 602-03 (ML-RS).

absolutamente nenhum prejuízo trazem à nossa agricultura, muito ao contrário, são grandes auxiliares da nossa lavoura”¹³⁷.

O então deputado estadual Aquiles Mincarone¹³⁸ (PTB) concordou, dizendo que “o sabiá principalmente tem predileção por determinada qualidade de uva. Mas este mal é fartamente compensado pelos inestimáveis benefícios que estas duas aves prestam aos agricultores, destruindo inúmeros insetos daninhos prejudiciais à lavoura”. Na sequência, o deputado Fernando Ferrari (PTB) convidou Mincarone a ingressar nos quadros da Associação Protetora dos Animais¹³⁹. Closs retomou o discurso, defendendo o sabiá, cujo prejuízo para viticultores não tinha valor econômico; as poucas frutas por ele destruídas eram compensadas pelos benefícios de sua presença, “destruindo as pragas dos pomares e toda sorte de insetos que infestam os pomares; são, portanto auxiliares dos nossos agricultores”. Raimundo Zanin (PTB), em aparte, declarou ser conhecedor, “do sabiá e do tico-tico, desde criança fui caçador, que tenho para mim que o sabiá é o menos daninho de todas as aves que infestam nossos capões e culturas, e o tico-tico em muito pequena quantidade se aproxima (...). Se há ave daninha, essas são o chupim, o pássaro-preto e o pardal¹⁴⁰, etc”. Closs concordou que essas espécies eram daninhas; já “o pardal é alienígena, não é nosso”. O deputado cita exemplos de animais que foram transportadas para *habitats* diferentes do de origem, onde teriam se transformado em “pragas tremendas”, como a lebre europeia, que não conseguiam ser reduzidas por falta de “inimigos naturais”. O problema era o homem, que “tem procurado extirpar animais tão úteis

¹³⁷ ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 603 (ML-RS).

¹³⁸ Achilles Mincarone (1897-1986) era natural de Bento Gonçalves. Foi Advogado; vereador, deputado estadual de 1947 a 1951, deputado federal de 1951 a 1955, prefeito de Bento Gonçalves de 02/01/1960 a 07/02/1963, todos os mandatos pelo PTB (Informação solicitada e respondida por *e-mail*, pela Coordenação de Estudos Legislativos da Câmara Federal, em 16 de julho de 2010).

¹³⁹ Associação Rio-Grandense de Proteção aos Animais (ARPA), entidade fundada por Palmira Gobbi Dias, em 10 de junho de 1934 (CP, 05/12/2010). Esse convite a Mincarone parece ter sido feito em tom de ironia (já que Mincarone era descendente de imigrantes italianos, de Bento Gonçalves), porque Lino Braun pergunta a Ferrari (também descendente de italianos, de São Pedro do Sul) se ele pertencia à Associação. Ferrari responde “Estou sendo candidato neste instante”. Mincarone se tornaria um dos maiores inimigos de Roessler, como veremos a seguir.

¹⁴⁰ O pardal era considerado o grande vilão da lavoura. Publicações como *Chácaras e Quintais* e *Lavoura Arrozeira* publicavam reportagens contendo dicas de como exterminar a espécie. Na *Chácara*, Francisco Barros Jr, respondendo a carta de um leitor, afirmou que os pardais eram muito inteligentes, por isso os métodos convencionais (armas, arapucas, eletricidade nas cercas, etc) eram ineficientes. O repórter relatou um “processo bem americano”, aplicado nos EUA: o departamento de agricultura colocou um anel de alumínio num pardal e anunciou que daria 100 dólares para quem o apresentasse, dentro de um mês. Assim, “ao cabo de 20 dias, foi apresentado e recebido o prêmio. Mas calcularam que para mais de 2 milhões de pardais haviam sido mortos, ficando livre a região”. CHÁCARAS E QUINTAIS. Como destruir os pardais? São Paulo, 15/03/1959, p. 310 (MCSHJC). Já a *Lavoura Arrozeira* aconselhava a usar iscas envenenadas – arroz com estricnina – no meio do arrozal, mas que se “prefira a espingarda ao veneno, porque dá morte rápida, evitando o sofrimento dos pobres passarinhos”. E também, “boa prática seria destruir os ninhos com os respectivos ovos”. LAVOURA ARROZEIRA. Contra os passarinhos no arrozal. Porto Alegre, nº 110, Fevereiro/1956, p. 60 (MCSHJC).

como têm sido todas as nossas espécies”¹⁴¹. Mincarone, ao perguntar a Closs se o colega nunca havia comido uma passarinhada, recebeu a seguinte resposta: “Não; confesso que nunca comi e jamais pretenderei comer, porque entendo que é um crime comer-se passarinhada feita de sabiás ou de tico-ticos”. Ferrari, retornando ao debate, afirmou estar de acordo com Closs, comparando a “intenção de destruir os pássaros, dos nossos patrícios de Caxias, Bento Gonçalves e toda essa zona colonial” à fábula do Lobo e do Cordeiro:

o inocente cordeirinho era realmente inocente e está sendo inocente através da história, mas o lobo não deixou de comê-lo. Assim acontece com os nossos patrícios daquela região que precisam da matança dos pássaros para fazer passarinhadas e estão acusando os pássaros de daninhos à agricultura, justamente para dar motivos e causa ao crime em massa que têm cometido diariamente¹⁴².

Mincarone não concordava com o colega de partido, que estaria colocando “veneno no assunto”. Provavelmente eleito com votos dos passarinheiros, ele se revelaria defensor dos praticantes da caça também no Congresso Nacional, discursando contra Roessler, em 1954. Já em 1949, na discussão na Assembleia se manifestava estendendo a caça a diversos animais, talvez para amenizar a atuação dos caçadores. Para Mincarone, na região colonial italiana, não haveria “esse interesse de atribuir aos pássaros essa qualidade de daninhos, porque lá se caçam outros pássaros, que são realmente daninhos à agricultura, e se dá combate também à lebre”.

No entanto, Ferrari argumentou que o assunto era “público e notório, há uma verdadeira sede de pássaros na zona colonial para a clássica passarinhada, tanto assim que a gíria popular diz que foram instaladas estações de rádio para avisar os caçadores em Garibaldi sempre que um sabiá escapa dos arredores”. Closs retomou o discurso, mencionando que nos “países civilizados” existiam leis severíssimas, cumpridas à risca, que protegiam suas respectivas faunas. No Brasil, existiam “também leis úteis. Entretanto, não têm sido cumpridas como deveriam ser”. O deputado apelava aos órgãos públicos encarregados da proteção das espécies animais, para que tomassem “a sério isto, e evitem que se consuma um crime desta ordem (...). Daqui faço apelo ao Sr. Secretário da Agricultura e aos serviços de fiscalização à caça, para que ponham mais rigor na fiscalização, evitando que se exterminem completamente estas espécies preciosas da nossa fauna”¹⁴³. O apelo era dirigido ao setor à que Roessler estava vinculado, portanto, e do qual era um dos mais importantes fiscais.

O discurso de Helmuth Closs, bem como os apartes dos outros deputados confirma a presença e a importância do tema da passarinhada e, por conseguinte, de questões ambientais,

¹⁴¹ ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 603-4 (ML-RS).

¹⁴² ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 604 (ML-RS).

¹⁴³ Ibidem.

no debate público da época. Também foi possível entrever que Aquiles Mincarone não ficou à vontade na discussão: não podia defender seus conterrâneos – ele próprio deu a entender que apreciava passarinhadas – mas tentava minimizar a matança dos passarinhos, como apenas mais um tipo de caça realizada na região. Closs, como integralista, devia encarar a defesa dos passarinhos como um dever patriótico, pois faziam parte do “patrimônio rico que nós temos”¹⁴⁴. Entretanto, o que mais chama a atenção é a semelhança do discurso do deputado do PRP com os termos utilizados por Roessler em suas cartas e, principalmente, nas crônicas que escreverá anos mais tarde. Ambos consideravam que os passarinhos eram úteis à lavoura, concepção difundida há bastante tempo por, entre outros, Rodolpho Von Ihering, como veremos no capítulo 4.

A relação entre Roessler e os clubes de caça e pesca também era interessante e, de certa forma, curiosa. Ele trocava correspondências com representantes dos clubes, principalmente orientando quanto às portarias de caça e ao cumprimento dos Códigos de Caça e Pesca. Ao que as cartas indicam, seu relacionamento com os caçadores profissionais era ótimo. Em missiva de 14 de março de 1952, enviada pela Sociedade Canoense de Caça, Pesca e Tiro a Carlos Costa Meira, os integrantes expressavam repúdio a uma campanha “violenta e inconcebível” que o serviço de fiscalização estaria sofrendo¹⁴⁵, solidarizando-se com “o digno e desprezado funcionário Henrique Luiz Roessler (...), pois sem isso [a fiscalização] que será de nós, os verdadeiros caçadores?”¹⁴⁶. Podemos perceber que havia uma distinção: os verdadeiros caçadores, ou seja, os que cumpriam as leis, que caçavam apenas no período permitido, respeitando o defeso, bem como somente os animais permitidos; por outro lado, havia os “falsos caçadores”, e que estes não respeitavam portarias, leis, caçando em períodos proibidos assim como espécies não consideradas caça pelos dispositivos legais vigentes.

A Sociedade de Caça e Pesca “Pescador”, de Frederico Westphalen, escolheu Roessler “por unanimidade para Presidente de Honra desta Sociedade”¹⁴⁷. Mais tarde, em abril de 1954, quando foi constituída a Sociedade de Caça e Pesca de Panambi, na reunião inaugural, Roessler também foi escolhido “Presidente de Honra”, por unanimidade¹⁴⁸. A relação dele com os

¹⁴⁴ Ibidem.

¹⁴⁵ Não encontrei documentação sobre essa campanha de 1952. Como veremos a seguir, uma outra campanha, ainda mais violenta, seria organizada contra Roessler, em 1954.

¹⁴⁶ SOCIEDADE CANOENSE DE CAÇA, PESCA E TIRO. Carta a Carlos Costa Meira. Canoas, 14/03/1952 (APHR).

¹⁴⁷ SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA PESCADOR. Carta a Henrique Roessler. Frederico Westphalen, 10/09/1953 (APHR).

¹⁴⁸ SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA DE PANAMBI. Carta a Henrique Roessler. Panambi, 15/05/1954 (APHR). A Sociedade estava sendo constituída para “terminar de uma vez por todas com os caçadores clandestinos (...) neste distrito de Cruz Alta, onde estamos completamente sem fiscalização por parte do Delegado Florestal Municipal bem como do Guarda-Florestal deste Distrito, que não se importa com o serviço e a

“verdadeiros caçadores” era tão boa que foi escolhido como Presidente de Honra de duas sociedades de caça e pesca. Acredito que, além de querer apresentar-se ao Delegado Florestal como uma entidade correta, cujos membros seguiriam as leis, seria muito mais interessante para os novos caçadores manter uma relação cordial com Roessler, o que poderia evitar problemas em “batidas”, ou até mesmo nas permissões para ampliar o período de caça. Isso ocorreu em 1953, quando Walter Tschiedel - futuro advogado de Roessler -, membro do Club de Caçadores e Pescadores de Porto Alegre, agradeceu a ele por “sua preciosa colaboração no sentido de obtermos, como de fato obtivemos, a prorrogação, por 48 horas, da permissão para a caça à perdiz”, o que provocou “grande contentamento entre os caçadores e, ao mesmo tempo, serviu para um melhor entendimento e compreensão entre o Serviço de Caça e Pesca e os caçadores em geral”. Tschiedel esperava que esse “clima de harmonia” continuasse, para que o Club pudesse colaborar com o Serviço, “no sentido de, protegendo a fauna, dar oportunidade aos caçadores e pescadores de exercerem o seu esporte predileto, sem que isso acarrete a destruição das espécies”¹⁴⁹. Aparece aqui uma troca de favores entre caçadores e fiscalização. Enquanto o Serviço concedia uma prorrogação no prazo da caça, os caçadores se comprometiam a não exterminar as espécies. A harmonia no relacionamento dependia de concessões dos dois lados, o que era muito importante e, no final, contentava ambas as partes. Surpreende que Roessler tenha colaborado para uma distensão no prazo para a caça da perdiz, tão criticada em suas crônicas, entretanto, podemos considerar 48 horas um período curto e, para garantir a colaboração e “clima de harmonia” com os caçadores responsáveis, ele deve ter avaliado que valia a pena uma concessão. Outra possibilidade é que a eleição de Roessler como presidente de honra de algumas entidades também tivesse como objetivo atingir sua vaidade, o que poderia abrandar seu ímpeto fiscalizador.

Roessler não era contra a caça, pois ela era permitida por lei. Inclusive foi grande amigo do pai de Annelise, esposa de seu filho Milton, um “bom caçador”. Para Maria Luiza, “o vovô Fritz era tipo um nobre arruinado, então ele falava alemão perfeitamente, assoviava óperas, sabia o libreto das óperas todas, e daí ele conversava e o meu avô ficava embevecido – esse daqui [Roessler]”¹⁵⁰. Havia, além de um bom relacionamento, uma admiração mútua. Roessler apreciava o outro avô de seus netos, o Sr. Fritz, por caçar com responsabilidade e talvez pelas

fiscalização, e sim, comentários constam que o mesmo fornece licença provisória, cobrando uma certa taxa”. Aqui se encontra mais uma queixa aos funcionários florestais em geral; já Roessler era diferente, admirado pelos caçadores de Panambi por sua “fiscalização sem trégua”.

¹⁴⁹ TSCHIEDEL, Walter. Carta a Henrique Roessler. Porto Alegre, 06/08/1953 (APHR).

¹⁵⁰ ROESSLER, M. Entrevista. Op. Cit.

trocas culturais que poderia haver entre eles, pois ambos eram descendentes de imigrantes alemães e tinham domínio da língua germânica.

2. 6 – “O maior patriota brasileiro”

Em 10 de maio de 1952, Roessler sofreu um acidente de automóvel em que perdeu o pé direito. Esse acontecimento foi um marco em sua trajetória, repercutindo nos rumos que a vida tomaria, mas também foi importante para a construção de si que ele teceu ao longo da vida. Além disso, o episódio seria recuperado por diversos agentes que enquadraram sua memória, como veremos no capítulo 5.

O acidente foi tão grave, que o pé teve que ser amputado e Roessler foi obrigado a ficar 10 meses em repouso, ou seja, sem poder realizar as diligências de fiscalização, o que para ele representava uma tortura. Nesse intervalo forçado, entretanto, aproveitou para escrever, refletir sobre sua atuação e até mesmo lançar uma campanha educativa de cunho patriótico, que teria grande repercussão entre sua rede de relações.

O próprio Roessler deixou registrado, em um caderninho, as circunstâncias do acidente. Esse documento manuscrito é autobiográfico, na medida em que narra em detalhes o episódio, em primeira pessoa. Ele tenta ser objetivo na escrita, que intitula como “Relatório do acidente”. No início do texto, tenta eximir-se de alguma culpa, pois afirma ter pressentido um desastre e aconselhado prudência ao motorista. Da forma como narrou, o responsável pelo acidente teria sido Pedro Silva que, mesmo não conhecendo a estrada, “desobedeceu”, não acatou suas advertências:

Tendo concluído às 17 horas a fiscalização no município de Farroupilha, resolvi pernoitar em Bento Gonçalves. Sabendo ser estrada desconhecida para o motorista Pedro Soares Silva, recomendei logo de partida marcha moderada e todo o cuidado. Quando o motorista esquecia a recomendação diante de alguma reta, insistia em que não corresse (...). Pelas 18 horas, pouco depois de acesos os faróis, deu-se o desastre. Logo depois de uma curva fechada vem a ponte de São Pedro. Ao fazer a curva e ver a ponte, o motorista procurou levar o carro mais para o centro da estrada, para atingir os planchões do centro da ponte. O carro começou a derrapar num caibro e cascalho fino ali colocado e devido à inclinação errada do leito da rodovia foi bater de lado no parapeito da ponte, quebrando-o e saltando no abismo de 8 metros, caindo sobre pedras e rochas do leito do rio (...). Uma trave do parapeito da ponte se espetou para dentro do jeep e me esmagou e esfacelou completamente o pé direito, ofendendo ainda um pouco a perna esquerda. No salto que o jeep deu no ar, caí para fora e fui jogado de costas para dentro da água do rio, entre diversos e enormes blocos de rochas, o que me salvou a vida. Ao alcançar a margem, depois do mergulho, vi o estrago no pé e fiquei imobilizado de dor. O motorista veio pela água, caindo entre as pedras, me chamando. Quando me encontrou em mau estado, bradou por socorro. Logo vieram 2 moradores próximos, que me carregaram rampa acima (...). O motorista desmaiou em virtude do choque na queda (...), e eu tratei de segurar a massa informe do pé, à espera de condução para o hospital. Demorou muito até que veio o primeiro caminhão de carga, um carro de Marcelino Ramos (...). Levamos quase uma hora para chegar ao hospital. (...) Depois houve a amputação do pé, dores

horríveis e coisas ruins. (...) *Este relatório tem –apenas – a finalidade de deixar documentado para o futuro a ocorrência nesse serviço* [grifos meus]¹⁵¹.

O relato é significativo por diversos motivos. É uma descrição muito bem articulada, rica em detalhes, escrita após o acidente (talvez no período em que ficou hospitalizado), a partir das lembranças guardadas na memória. Na narrativa há um tom de superação - que seria recuperado insistentemente mais tarde -, pois o motorista desmaiou, enquanto ele ficou segurando o pé dilacerado, até que uma condução os levasse ao hospital. Por último, o relatório confirma que houve, de fato, um acidente; não foi nenhuma “armação” dos inimigos de Roessler.

Em virtude do ocorrido, Roessler recebeu várias manifestações de apoio de seus amigos e colegas. No seu arquivo privado, constam 14 telegramas recebidos, nos dias seguintes ao acidente, sete deles foram enviados diretamente para o Hospital Tacchini, em Bento Gonçalves, onde ele ficou internado. Os telegramas lamentavam o desastre e faziam votos pelo “pronto restabelecimento” de Roessler. Destaco dois deles, um de Santo Ângelo, enviado pelo presidente do Clube de Caça e Pesca da cidade, lamentando “grave acidente sofrido prezado amigo Henrique desempenhando espinhosa missão serviço”; no outro, enviado por seu amigo, Tenente Karan, consta “perdeste teu pé cumprimento sagrado dever pt não perdeste porém o conceito e dignidade perante os homens que te farão justiça”. O trabalho de Roessler é tratado como uma *missão*, como um *dever sagrado*, já nessa época.

Karan, que intercedeu por Roessler em 1949, escreveu nova carta ao amigo em 20 de julho de 1952, na qual, além de desejar que ele melhorasse, teceu um amplo relato da desordem da caça na Serra, durante a ausência do Delegado Florestal Regional. Para Karan, o acidente causou duas desgraças ao mesmo tempo: “uma a ti, que tens sofrido a perda de teu pé e outra a nossa fauna que chora tua ausência. Aquele ditado de que QUANDO OS GATOS SAEM DE CASA OS RATOS TREPAM PARA CIMA DA MESA [grifo do autor] é uma verdade incontestes”. Com Roessler impossibilitado de atuar nas diligências, “a anarquia, o abuso, a destruição, o comércio de aves, as passarinhadas, o vandalismo, tudo voltou a imperar nestas paragens”. O tenente morava em Caxias do Sul, em plena região da passarinhada:

Tudo ficou às soltas. Comem passarinhadas. Mercantilizam passarinhos às dúzias e industrializam passarinhadas, cobrando por cabeça os comilões. Perdizadas: Este mercado está solto. Está tudo num mar de rosas. Em Vacaria, organizaram um entreposto verdadeiro. Vem para Caxias, semanalmente, de

¹⁵¹ ROESSLER, Henrique. Relatório sobre o acidente. S/data (APHR).

duzentas a trezentas perdizes, que são vendidas a 10 cruzeiros (...). O Restaurante QUITANDINHA está industrializando e vende servida na mesa a 50 cruzeiros¹⁵².

Além disso, havia um esquema de distribuição de perdizes e codornas para outras cidades da região, e até para São Paulo-SP, onde também eram vendidas a 50 cruzeiros. Karan atribui toda a “anarquia” ao acidente de Roessler, mas “para o ano [que vem], se Deus quiser, e te der saúde, então poderás moralizar novamente tudo isto”. O tenente passou informações preciosas, de que a temporada acabaria em 10 dias (30 de julho), mas soube que os caçadores pretendiam adentrar a primeira quinzena de agosto. Ele deu conselhos a Roessler, se quisesse “fazer uma boa safra”, em Vacaria, no domingo seguinte: poderia “ativar as encomendas em nome de outros” e, na entrega, surpreender os infratores.

Não somente em Vacaria, mas também em Ana Rech (distrito de Caxias do Sul), segundo Karan, “as passarinhadas se tem feito aparecer, nestes últimos dias (...) em casas de famílias e estão eles ensinados que nenhuma autoridade poderá invadir uma casa sem mandado do Juiz. Eles têm consultado até advogados”. Em vista disso, o tenente aconselhava prudência a Roessler: “precisas agir com muito cuidado para que não tenhas aborrecimentos”. No final, uma última recomendação, para que Roessler tratasse de forma diferente as passarinhadas e as perdizadas. As primeiras podiam continuar sendo reprimidas com a interpelação do caçador, pois não era permitido caçar passarinhos. Já a perdizada deveria ser pega no momento da venda aos hotéis e restaurantes, “justamente o contrário da outra, porque nada te adianta pegar o caçador; eles possuem licença para caçar e tu não terás prova se eles vão vender ou não”¹⁵³. No caso das perdizes, o Código de Caça permitia a caça - com licença - mas a venda do produto não, o que gerava multa ao infrator (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).

Roessler teve que amputar a perna e colocar uma prótese mecânica, que provocava fortes dores, no entanto, possibilitaria que ele desse andamento às fiscalizações, meses mais tarde, quando voltasse à ativa. Roessler, mesmo depois de sofrer o acidente, não perdeu o ânimo para defender a natureza, o que foi motivo de admiração em sua rede de relações. Luciano Pereira da Silva (ex- presidente do Conselho Florestal) afirmou que “essa lamentável ocorrência” não afetou “o seu entusiasmo pela causa a que vem dedicando, há 14 anos, seus

¹⁵² KARAN, Artemin. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 20/07/1952 (APHR).

¹⁵³ Ibidem. No Capítulo VI do Código de Caça vigente na época (BRASIL, Decreto-Lei 5.894/1943) constavam as normas para o comércio de animais silvestres. Ele era permitido, porém as empresas que fizessem as negociações deveriam ter registro na Divisão de Caça e Pesca. E não era permitido a caçadores amadores – os que visavam fim exclusivamente esportivo, de acordo com o Art. 12 - negociar o produto de sua caça; apenas os caçadores profissionais – que procuravam auferir lucros com o produto de sua atividade – poderiam comercializar determinadas espécies. Todo o ano, o Ministério da Agricultura divulgava uma portaria, contendo o período, os animais e quantidades permitidas para a temporada de caça.

mais ingentes esforços, como é natural nos verdadeiros *pioneiros* [grifo meu]”¹⁵⁴. Silva agradecia o envio de “expressivos exemplares de Propaganda Educativa sobre Proteção aos recursos naturais da Pátria, lançada por esta Delegacia Florestal Regional¹⁵⁵”, felicitando-o “pela sua patriótica iniciativa, certamente destinada ao mais completo êxito, eis que idealizada e posta em execução por um *pioneiro* [grifo meu] da envergadura do Delegado Florestal Regional do Rio Grande do Sul”¹⁵⁶. Já aqui podemos constatar duas vezes o epíteto de *pioneiro*, pelo qual Roessler será conhecido após sua morte.

A propaganda educativa mencionada é o “Juramento de Proteção”, um cartaz que continha desenhos de animais (peixes, pássaros, tatu, rato, etc) e de uma paisagem da floresta com um rio¹⁵⁷. No centro, havia o texto do “Juramento”:

JURO SOLENEMENTE como filho do Brasil, orgulhoso de suas belezas e riquezas naturais, zelar pelas suas florestas, sítios e campos, protegendo-os contra fogo e desolação, fomentar o reflorestamento, conservar a fertilidade do solo, a pureza das águas e a perenidade das fontes e impedir o extermínio dos animais¹⁵⁸.

O Delegado Florestal de Viamão, Tulito Rodrigues, comentando o cartaz do “Juramento”, confessa que não se surpreendeu com “tão oportuna e patriótica iniciativa, pois sei que é entre os patriotas o maior patriota brasileiro, procurando sempre por todos os meios lícitos e honrados, despertar os sentimentos de milhares de brasileiros que infelizmente desconhecem as nossas riquezas florestais”. O gesto de Roessler, “tão nobre e patriótico”, de colocar ao alcance de todos os Delegados Florestais o material de propaganda, sensibilizou-o. Ele solicitou 250 cópias do panfleto, as quais pagaria em 30 de agosto do mesmo ano¹⁵⁹.

O “Juramento” foi elaborado no período das “férias forçadas” de Roessler, por conta do acidente. Nos meses em que ficou em repouso, teve tempo para pensar, refletir sobre seus anos de atuação, e isso fez com que ele considerasse necessário lançar uma campanha educativa que abrangesse todos os elementos naturais brasileiros. O texto e os desenhos¹⁶⁰ do cartaz são muito representativos do projeto de Roessler; sua elaboração deve ter sido pensada detalhadamente, porque, em um parágrafo, estão presentes todos os elementos pelos quais ele lutava desde 1939:

¹⁵⁴ SILVA, Luciano Pereira. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/10/1953 (APHR).

¹⁵⁵ Essa menção confirma o depoimento de Severo. Vários cartazes educativos partiram da Delegacia Florestal Regional de São Leopoldo, foram confeccionados e distribuídos por ele, não pelo Ministério da Agricultura. Com isso, podemos perceber que não havia uma instituição bem estruturada ainda; o próprio Roessler era o responsável pela campanha, através dos panfletos que emitia e vendia aos outros delegados florestais do Estado.

¹⁵⁶ Ibidem.

¹⁵⁷ O cartaz “Juramento de Proteção” é reproduzido na página 158 desta dissertação.

¹⁵⁸ ROESSLER, H. Juramento de Proteção. In: BOLETIM RENNEN, Jan/1957 (MVSL).

¹⁵⁹ RODRIGUES, Tulito. Ofício nº 6 a Henrique Roessler. Viamão, 18/07/1953 (APHR).

¹⁶⁰ É muito provável que o próprio Roessler tenha sido o autor dos desenhos. Ele desenhava bem, chegando a receber menção honrosa na disciplina de Desenho no Ginásio Conceição.

a proteção às florestas do fogo e do desmatamento; a necessidade de reflorestamento; o cuidado para impedir a poluição dos rios; a necessidade de se impedir o extermínio dos animais (silvestres, aves e peixes), ou seja, o problema da caça e da pesca ilegais. E todo esse compromisso – pois se tratava de um juramento – se dava em nome da Pátria, de um “filho do Brasil”, que se orgulhava das riquezas naturais de seu país. O sentimento patriótico movia o amor à natureza, e deveria estar presente na consciência de todos os cidadãos. Ser nacionalista não era opção na época, e sim a tônica da maioria dos discursos até os anos em que o regime militar vigorou no Brasil.

Talvez o panfleto distribuído por Roessler tenha influenciado a confecção de outro bem semelhante, três anos mais tarde. Encontrei sua reprodução na *Chácaras e Quintais* de dezembro de 1956, como um dos instrumentos da “Campanha de educação florestal”, lançada na comemoração do Dia da Árvore daquele ano. Campanhas como essa eram frequentes no Serviço Florestal – e certamente inspiraram Roessler desde 1939 – no entanto, dessa vez, a circulação da mensagem parece ter se dado no sentido inverso, pois os dizeres do cartaz lembram muito o “Juramento”, como podemos ver na foto a seguir:

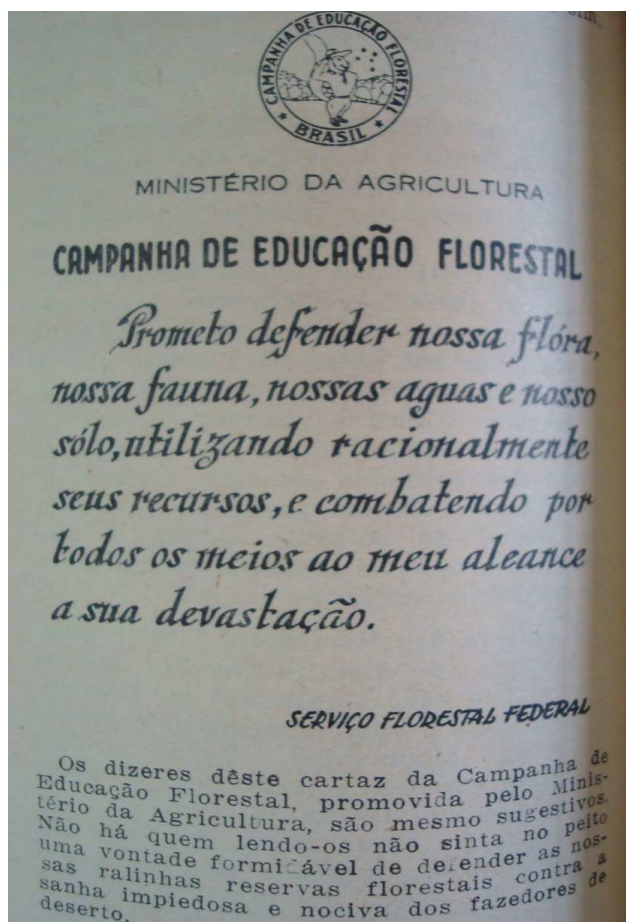


Figura 6 - Campanha de Educação Florestal - 1956. *Chácaras e Quintais*, dez. 1956, p. 878 (MCSHJC)

Os panfletos eram necessários, pois “sem uma campanha educativa persistente e eficiente, não é possível desenvolver os serviços que nos foram confiados”¹⁶¹. Na carta ao colega de Caxias do Sul¹⁶² para oferecer alguns de seus panfletos - entre eles, o “Juramento” -, convidava-o “a contribuir para o custeio dessa propaganda, encomendando a parte dos boletins que lhe interessam que poderei fornecer a preço de custo”¹⁶³. Até aquele momento, os panfletos haviam sido fornecidos gratuitamente, “em pequena e insuficiente quantidade”; com a necessidade de continuar divulgando “os ensinamentos sobre economia e preservação dos nossos recursos naturais”, o delegado resolvera mandar imprimir novos lotes. Roessler, dessa vez, queria dividir o custo da campanha com os colegas, Delegados Florestais de outras cidades. Seu argumento era de que “com a afixação desses avulsos nos locais públicos e casas comerciais do interior desse município, certamente aumentará muito o movimento de sua Delegacia e conseqüentemente a sua renda, de maneira que a pequena despesa despendida com essa campanha rapidamente ficará amortizada”¹⁶⁴. É interessante essa menção de Roessler à possibilidade de “renda” que os panfletos poderiam ocasionar. Ela vem ao encontro do que já abordamos, a respeito da remuneração dos fiscais, através da cobrança de taxas. Além disso, podemos perceber que Roessler não arcava sozinho com os custos de confecção dos panfletos, e que, mais do que apenas fruto de um ideal, poderiam ser o “chamariz” das Delegacias, capaz de proporcionar rendimentos aos responsáveis por elas. Como ele próprio escreveu, eram “material de propaganda”, tanto de ideais de proteção à natureza, quanto das delegacias florestais.

Em julho de 1953, Roessler recebeu a maior homenagem em vida, a medalha “Honra ao Mérito”.

¹⁶¹ ROESSLER, H. Ofício circular nº 4.635 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 15/05/1953 (AHMJSA).

¹⁶² Ofício com papel timbrado do Serviço Florestal. Tratava-se de mais uma circular-padrão, que ele deve ter enviado para diversos Delegados, pois o texto era datilografado, sobrando apenas espaço em branco para alterar a cidade do destinatário, que era escrita à mão.

¹⁶³ Roessler oferecia quatro modelos de panfletos: “Passarinho não é caça”; “O reflorestamento é obrigatório”; “Fogo Florestal”; “Juramento de Proteção”. Os preços de impressão variavam de acordo com a quantidade solicitada, 100 folhas a Cr\$ 30,00; 250 folhas a Cr\$ 60,00; 500 folhas a Cr\$ 110,00; 1000 folhas a Cr\$ 200,00. Os valores se referiam a quaisquer modelo, sendo permitido ao solicitante mesclá-los “de acordo com sua escolha” ROESSLER, H. 15/05/1953. Op. Cit.

¹⁶⁴ Ibidem.



Figura 7 - Medalha "Honra ao Mérito", recebida por Roessler, em 25/07/1953 (APHR).

A medalha foi conferida por lei municipal, pelo prefeito de São Leopoldo, Germano Hauschild, a cidadãos destacados da cidade. Roessler foi indicado pelo “Centro Cívico e Cultural” de São Leopoldo. O texto publicado no Diário Oficial do Município (15/08/1953), justificando a homenagem, já enuncia categorias discursivas¹⁶⁵ que serão recuperadas na construção de memória do nosso personagem:

Fica instituída, oficialmente, pelo Município de São Leopoldo, com a denominação de “Honra ao Mérito”, uma medalha de ouro, a ser conferida, anualmente, em solenidade pública, ao cidadão leopoldense, ou ao vinculado à vida do Município, que, através de um passado de *renúncia, abnegação, devotamento* [grifo meu] e exemplar conduta em prol do bem público e do mais elevado conceito da coletividade, se tenha evidenciado, acima do simples cumprimento de seus deveres, como paradigma de inteireza moral digna de ser imitada e seguida, e como tal for considerado merecedor de tão eminente distinção¹⁶⁶.

A medalha transformava-o em cidadão leopoldense, já que ele havia nascido em Porto Alegre. Foi uma maneira que o município encontrou de acolhê-lo formalmente, além de demonstrar apreço e reconhecimento pelo seu trabalho, considerado “paradigma de inteireza

¹⁶⁵ Utilizo a expressão “categorias discursivas”, de acordo com Foucault, para quem o discurso “é prática, e que as práticas discursivas instituem figuras sociais, constroem identidades e objetivam o fato histórico, dando-lhe visibilidade e imprimindo-lhe um sentido determinado” (RAGO, 1993, p. 28).

¹⁶⁶ SÃO LEOPOLDO. Lei municipal nº 433 (24/07/1953). Institui a Medalha Honra ao Mérito. *Jornal Oficial do Município de São Leopoldo*, 15/08/1953, (APHR).

moral digna de ser imitada e seguida”. É interessante perceber aqui a referência a um passado de *renúncia*, *abnegação*, *devotamento*, categorias que seriam inúmeras vezes repetidas em discursos sobre Roessler.

Para entregar a medalha, foi organizada uma solenidade no dia 25 de julho. Convém ressaltar que essa data carrega forte significado para a memória do município, pois em 25 de julho de 1824 chegaram os primeiros imigrantes alemães, os quais deram início à ocupação do local. Apesar do caráter multifacetado dos festejos, “o vínculo entre as comemorações do 25 de julho e a identidade étnica de imigrantes e seus descendentes esteve sempre presente” (WEBER, 2000, p. 158). Talvez a homenagem concedida neste dia, aos olhos dos leopoldenses, ganhasse ainda mais brilho, pois Roessler era “abnegado”, “devotado” e descendente de alemães. Roessler “recebeu o prêmio de sua abnegação em praça pública, em solene cerimônia levada a efeito junto ao monumento ao imigrante alemão, tendo falado, interpretando o sentir da população, o jovem acadêmico Olímpio Albrecht Filho”¹⁶⁷.

No início de 1953, Roessler já estava recuperado do acidente e se preparava para a temporada de caça desse ano, pois enviou um aviso, solicitando que Karan o divulgasse em Caxias, no qual tomava a resolução de aplicar multas com total rigor. O tenente aprovou a medida do Delegado Florestal, pois acreditava que somente a apreensão da arma não era suficiente para coibir a caça, “porque eles compram outra ou arrumam a do vizinho. A melhor e mais acertada medida é arrancar dinheiro; dinheiro para eles é sangue; é o que mais dói”. Para demonstrar a verdade do que escreve, Karan conta a Roessler um caso ocorrido na Delegacia de Polícia de Caxias. Pelo inusitado do acontecido e pelas considerações interétnicas que podemos tecer, vale a pena transcrever o trecho da carta:

Certa ocasião apareceram dois gringos¹⁶⁸, um dando queixa que o outro havia “PEGADO” a mulher dele - pegado, tu sabes o que quero dizer; o Delegado declarou então que não era com ele aquele assunto, que era um caso de Justiça, que eles fossem no Juiz e que o ofendido botasse advogado; eles relutaram muito, choraram as misérias, reclamaram que não queriam gastar e etc e etc... Nota bem, a mulher estava presente e assistia tudo¹⁶⁹, pois o marido não queria mais ela porque ela devia ter feito

¹⁶⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Homenageado em São Leopoldo o Sr. Henrique Luiz Roessler. Porto Alegre, 11/08/1953 (APHR). Entrei em contato com o Sr. Olímpio Albrecht, porém, infelizmente, ele não possui mais o texto do discurso proferido em 1953.

¹⁶⁸ O significado mais geral de "gringo" é estrangeiro; o emprego desse termo para referir-se aos italianos, por parte dos alemães, deve-se ao fato daqueles terem chegado posteriormente a estes no processo imigratório do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁹ Podemos perceber implicações de gênero aqui. A mulher na colônia tinha pouco valor sentimental; sua importância advinha da força de trabalho que representava. Segundo Loraine Giron (2008, p. 119), “a mulher deveria ser sujeita ao marido e ser uma enxada a mais na família”. No caso ocorrido na delegacia de Caxias do Sul, a mulher é submissa, apenas ouvindo, aguardando a solução dos homens para o impasse. A falta de afetividade do marido em relação à esposa é evidente: ele ficou incomodado com o local do acontecimento, não com a traição em si e, além disso, resolveu a querela cobrando dinheiro do homem que “pegou” sua mulher. Após o pagamento, os

aquele serviço na roça e não em casa; então dizia o sedutor: “eu ia pro mato, mas ela disse que estava já acostumada e que tu sempre vinha mais tarde na volta da bodega”. Agora é que vem a coisa..... [sic] O delegado vendo as marchas e contramarchas, interferiu na conversa e pediu uma solução ou que fossem embora, porque ele tinha mais o que fazer. Eles pensaram mais um pouquinho e então com certa ênfase o marido ultrajado e desonrado volta-se para o Sr. Delegado e exclama em tom firme: “ENTÃO SENHOR DELEGADO DOUTOR, EU VOU FAZER UMA PROPOSTA PARA ACABAR COM A HISTÓRIA E FICAMOS SEMPRE AMIGO E CUMPADRE”..... [sic] “Qual é a sua proposta, seu Juseppi?” [pergunta o delegado]..... “ELE ME DÁ DUZENTOS FIORINI E PRONTO, EU DEIXA TUDO ACABADO”. Eis aí me amigo velho... Esta eu creio que tu não sabias. Não é anedota... Esta é verídica e passou-se aqui na Delegacia de Polícia de Caxias do Sul¹⁷⁰.

Para além dos risos que hoje a história possa provocar, é possível perceber elementos de uma rivalidade étnica, e até mesmo preconceitos para com os imigrantes italianos e/ou seus descendentes, expressos em imagens negativas destes. Nas cartas anteriores de Karan, já é possível verificar indícios dessa rivalidade, na maneira como são chamados: “gringos”, “RATOS”, e que eles praticariam o vício das passarinhadas, “vandalismos” e “anarquias”.

Segundo Poutignat e Streiff-Fenart, é na relação dialética entre as definições exógena e endógena que se define a pertença étnica. No caso acima, ocorrem definições exógenas, que recobrem “processos de etiquetagem e de rotulação pelos quais um grupo se vê atribuir, do exterior, uma identidade étnica” (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 142). Roessler também seria rotulado pelos ítalo-brasileiros, como veremos adiante, o que caracteriza uma espécie de “luta de representações” (BOURDIEU, 2007a).

Esse mal-estar de Karan frente aos italianos é compartilhado por Roessler, em cartas e em diversas crônicas e panfletos da UPN, nos quais é perceptível uma crítica muito forte – pesadíssima até – aos costumes gastronômicos da população de origem italiana. Karan, pelo que pude averiguar, é um sobrenome árabe (sírio-libanês), entretanto, como Roessler possuía origem alemã, e como a colonização da parte norte do Rio Grande do Sul, no século XIX, deu-se, em grande parte, por grupos étnicos alemães e italianos¹⁷¹, seria interessante encontrar indícios de uma contenda mais profunda entre elas, que explicasse o preconceito, principalmente em relação aos italianos.

Talvez isso tenha se dado, inicialmente, porque os alemães foram os primeiros a chegar, em 1824, percebendo a chegada de italianos a partir de 1875 como uma espécie de “invasão”. Inúmeros historiadores já abordaram a questão da rivalidade entre alemães e italianos, como Piccolo (1990), Gertz (1996; 2010) e Giron (2008). Resumindo seus argumentos, podemos

dois homens voltariam a ser amigos, ou seja, a amizade entre homens “valia” mais do que o “amor” entre homem e mulher.

¹⁷⁰ KARAN, Artemin. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 17/01/1953 (APHR).

¹⁷¹ Para a colonização do Rio Grande do Sul, em geral, atribuiu-se uma classificação trinar (alemães, italianos e poloneses), o que, segundo Regina Weber (2002, p. 207), na verdade, é “uma imagem, uma representação que foi se sedimentando ao longo do tempo (...) dentre as várias possibilidades de se representar o real, esta foi a que predominou”.

elencar as diferenças de religião, língua, a concorrência comercial e populacional, e a dificuldade de integração dos italianos como principais causas dessa rivalidade.

Um dos problemas seria o grande número de italianos entrando no Estado, superando os alemães¹⁷², o que causaria “efeitos sérios para os alemães e descendentes”. Com isso, o grande comércio correria “o risco de passar da mão dos alemães para as dos italianos, com o que também os produtos de origem alemã seriam substituídos por outros de origem italiana” (GERTZ, 1996, p. 129).

Quanto a Roessler, a luta contra a passarinhada foi a “grande guerra” de sua vida. Como descendente de alemães, foi acusado de nazista – entre outros epítetos desagradáveis – pelos “gringos”, que não aceitavam a atuação do fiscal contra seus costumes gastronômicos. Como o tenente Karan morava “no centro do furacão”, conhecendo bem as práticas de caça da região, e era amigo de Roessler - acompanhando as diligências, ou pelo menos, designando oficiais para isso -, creio que ambos compartilhavam o sentimento de aversão aos caçadores e comedores de passarinhos – imigrantes italianos e seus descendentes.

2. 7 - As “batidas”

A fiscalização florestal

As diligências de fiscalização eram a principal atribuição de um Delegado Florestal, atividade mais importante prevista no Código Florestal (Decreto nº 23.793, Capítulo IV). Era por meio da ida às florestas, *in loco*, que os guardas florestais poderiam protegê-las da devastação pelo corte ou pelo fogo.

Em “Dados sobre Henrique Roessler”, nosso personagem menciona números dos “serviços prestados”, desde sua nomeação. Licenças para realizar derrubadas: 16.200; obrigações de reflorestamento já cumpridas: 13.800; reflorestamento efetuado: 50 milhões de árvores; autuação por transgressões florestais: 108; autuações por transgressões do Código de Caça: 1.085. Isso tudo até por volta de 1953, data em que o documento deve ter sido escrito.

¹⁷² Weber (2004) analisa algumas hipóteses para explicar o “avanço” dos “italianos”, chegando a suplantarem os “alemães”, no Rio Grande do Sul. Para a historiadora, a predominância atual desses grupos coloniais está associada à condenação do nazismo e pangermanismo, no Estado Novo; aos facilitadores culturais dos italianos: transparência aos nomes e símbolos identitários, e a religião católica, somados à expressiva presença dos italianos no país; por último, à autopromoção dos italianos. A seu favor, a construção de mitos históricos (Garibaldi), triunfos do desenvolvimento das colônias, telenovelas, estado europeu em projeção (Itália), intelectuais regionais, entre outros fatores.

Podemos perceber que o número de autuações na área da caça superava em dez vezes o de autuações florestais. No arquivo privado de Roessler, não consta nenhum auto de infração florestal, indício de que realmente o número deve ter sido muito menor do que as autuações de caça. Isso não quer dizer que o Código Florestal não era transgredido – muito pelo contrário. Havia entraves no processo de autuação por infrações florestais, dificuldades muito maiores para multar uma contravenção dessa natureza, comparando com a autuação de um caçador. O principal obstáculo era o próprio Estado, muitas vezes envolvido na venda ilegal de madeira.

Na crônica “Pinheiros Desvitalizados” (ROESSLER, 2005, p. 31), consta o relato de uma fiscalização noturna em Três Passos, onde a equipe de fiscalização encontrou vários caminhões carregados de madeira de lei proveniente de uma reserva florestal. A madeira vinha de Ijuí, e os motoristas a conduziam por uma estrada ruim, porque na rodovia morava um guarda florestal “duro”, ou seja, honesto. O fiscal apreendeu a madeira, porém, mais tarde ela foi devolvida, “de acordo com o despacho incompreensível, num processo ridículo”. Segundo o cronista, em geral, não eram abertos inquéritos, “a não ser que sejam casos gravíssimos, porque as despesas das comissões de Inquéritos são enormes e não recompensam o prejuízo havido e o valor da madeira nunca foi reavido dos desonestos”. Mas a pior constatação era que grande parte da madeira clandestina era extraída de terras devolutas e reservas do Estado para ser vendida “como vigas para construção de vagões e dormentes para a Viação Férrea, a qual as recebia por intermédio de seus compradores de madeira e lenha credenciados. (...) O próprio Estado receptava o roubo feito no seu patrimônio florestal”.

Em outra fiscalização, na Reserva do Turvo¹⁷³, foram encontradas 400 toras de cedro, louro e timbaúva. Roessler denunciou o caso, indicando o nome do “madeireiro improvisado” (ROESSLER, 2005, p. 31-32). O funcionário responsável, guarda do parque – que morava em Tenente Portela, a 32 km do local – informou no processo que a madeira provinha de lotes coloniais vizinhos e que fora levada até a reserva para ser embalsada ali. Como Roessler verificou no local, acompanhado de policiais, a declaração do guarda era mentirosa. Protegido pelo funcionário, o contraventor vendeu a madeira na Argentina, para onde também se mudou.

Nas crônicas citadas e na documentação analisada a seguir, veremos o quanto era complexa a fiscalização florestal. Já que as regras e procedimentos não estavam muito bem definidos, tanto o Estado quanto os fiscais poderiam incorrer em erros. Como denunciado por

¹⁷³ Foi o primeiro parque instituído no Estado, em 1947, onde fica o Salto do Yucumã - uma queda d'água com 1.800 metros de extensão e até 20 metros de altura. Localiza-se no município de Derrubadas, a 490 Km de Porto Alegre, região do Planalto gaúcho, na divisa com o Estado de Santa Catarina e com a Argentina, às margens do Rio Uruguai. SEMA-RS. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>>. Diversos acessos em 2010.

Roessler, muitas vezes, partia do próprio Estado a permissão para que terceiros explorassem suas reservas florestais.

“Uma perfeita contradição”: Roessler e a ICA

A partir do livro de Isabel Gritti (1997), tomei conhecimento da relação de Roessler com a Jewish Colonization Association (ICA), companhia de imigração judaica fundada em 1891 pelo Barão de Hirsh, que intermediava a vinda de judeus da Rússia e leste da Europa para a Argentina e o Brasil. Sua atuação no Rio Grande do Sul se deu no município de Erechim, a partir de 1903, com a compra de terras nas quais constituiu duas colônias, Filipson e Quatro Irmãos. Esta última foi a mais importante, em função da cobertura florestal que abrigava. A tese de Gritti é que, inicialmente, a ICA se apresentou como uma companhia filantrópica, sem fins lucrativos, interessada apenas em ajudar os judeus, no entanto, seu real objetivo era explorar sistematicamente as florestas presentes em suas terras.

Neste ponto é que Roessler entra na história, porque ele era a autoridade que autorizava as derrubadas, bem como fiscalizava o reflorestamento. A atuação do Delegado Florestal na ICA é diferente de tudo o que eu havia encontrado na pesquisa até aqui¹⁷⁴. Tive acesso, por indicação de Gritti, a documentos da companhia, principalmente cartas, encontradas em dois arquivos, uma parte em Porto Alegre (ICJMC), outra em São Paulo¹⁷⁵ (AHJB). No entanto, a correspondência não é completa e, em função desta documentação lacunar, tentarei narrar os fatos a partir do que é possível inferir de acordo com o material disponível.

Ciente de que em suas terras havia uma “mina de ouro”, a companhia incluía já nos contratos de compra e venda aos colonos “uma cláusula proibindo-os de desmatar o lote adquirido, sem prévia autorização da Companhia”. Se o adquirente não era judeu, os terrenos só eram vendidos “após a ICA ter extraído a madeira dos respectivos lotes” (GRITTI, 1997, p. 123). Essa exploração florestal intensiva gerou denúncias aos poderes públicos. Em duas dessas situações, Roessler esteve envolvido, uma em 1949, outra em 1951.

Em maio de 1949, ao solicitar licença para derrubar 11.350 pés de pinheiro, a ICA recebeu indeferimento do Delegado Florestal de Erechim¹⁷⁶ (subordinado a Roessler), o qual alegou que a companhia estava na obrigação de reflorestamento de 153.706 pés de pinheiros,

¹⁷⁴ Tive acesso a essa documentação na fase final da pesquisa, quando já estava com a dissertação quase pronta.

¹⁷⁵ Não fui a São Paulo, a documentação foi solicitada por *e-mail* e cópias dos documentos foram enviadas pelos correios.

¹⁷⁶ Antonio Pereira de Souza, nomeado em 16 de janeiro de 1947. JUS BRASIL. Diário Oficial da União de 23/01/1947. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em 18 de julho de 2010.

bem como suas terras passaram a fazer parte de reserva florestal¹⁷⁷, em março do mesmo ano, o que tinha poder de restringir as derrubadas (GRITTI, 1997, p. 126). Em discurso, no mês seguinte, o deputado estadual Guido Giacomazzi (PTB), relatou a existência de um

Movimento de protesto de mais de uma dezena de promitentes compradores que chegaram a firmar um abaixo assinado ao Delegado Florestal, pedindo sua intervenção no sentido de impedir a derrubada, ou seja, no sentido de fazer cumprir o Código Florestal. É interessante notar que, no período compreendido entre 15 de fevereiro a 6 de julho de 1943, os pedidos feitos pela empresa, ao Delegado Florestal para derrubada, atingem o montante de 40.595 pinheiros, com o compromisso de reflorestamento na base de cinco para um; nessas condições deveria ter plantado duzentos mil pinheiros em razão do que derrubou naquele período. No entanto, nada mais plantou, mas pelo contrário, continua devastando o existente e pretende continuar a fazê-lo, extorquindo, além disso, explorando miseravelmente, e por todos os meios, o nosso pobre colono, fraco, desamparado, eterna vítima da astúcia organizada¹⁷⁸.

Impedida de explorar as árvores, pois o Delegado Florestal de Erechim atendeu ao pedido do abaixo-assinado, a ICA entrou em contato com Roessler para resolver o impasse. Ele foi averiguar a situação *in loco*, acompanhado por “Batista”, também mencionado na documentação como “Dr. B” (infelizmente, não consegui descobrir de quem se tratava, embora pareça atuar como advogado da empresa). O próprio Roessler, em vários trechos é chamado de “Sr. R”.

Referente a esse primeiro envolvimento de nosso personagem com a companhia de imigração encontrei cinco correspondências no arquivo do ICJMC. Na primeira delas, um funcionário de Quatro Irmãos (não consta a assinatura, mas, pelo estilo da escrita e por outras cartas do arquivo, deve ter sido enviada pelo dirigente local, Herbert Schall) relatava ao administrador da ICA no Brasil na época, Isidoro Eisenberg, em Porto Alegre, o resultado da inspeção realizada por Roessler. Essa carta foi enviada somente para Eisenberg - o funcionário menciona que outra fora enviada à Administração Central (no exterior) - pois precisava “acrescentar certos detalhes que, *por motivos óbvios*, não quisemos relatar”, os quais pedia a Eisenberg transmitir diretamente aos superiores.

A carta contém a narrativa da visita de Roessler e seus desdobramentos. Quando chegou em Erechim, ele e o “Dr. B.” teriam ido falar com o Delegado Florestal da cidade. Essa primeira visita teria o objetivo de “conhecer os motivos do indeferimento do nosso pedido e para, depois, poder colher *in loco* os necessários elementos para refutar, em devida forma, as alegações em que se baseou o dito indeferimento”. Por conta desse procedimento, o missivista conclui que os senhores em apreço demonstravam interesse pelo caso da companhia.

¹⁷⁷ Trata-se do Parque Estadual do Espigão Alto, criado pela Lei Estadual nº 658, de 10 de março de 1949.

¹⁷⁸ ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 611-612 (ML-RS).

Quanto à alegação de que “as zonas que pretendemos explorar estejam nas proximidades da Reserva Florestal”, o Dr. B. mostrou a Roessler no mapa da região que era um absurdo, pois a distância entre os locais era de 40 km. A escritura da propriedade também foi analisada pelo visitante, como prova de que a ICA não tinha “compromisso algum para com o Estado”. O funcionário e Roessler trabalharam durante várias horas, “examinando, em conjunto, os nossos arquivos para juntar todos os elementos que ele precisa para o seu relatório para o Rio”. Roessler teria verificado, entrando na mata, “apesar de uma chuva muito forte”, que a empresa realizava o reflorestamento de forma satisfatória, diferente do que alegava o Delegado Florestal de Erechim. Em um trecho, consta a menção de um acordo:

O Dr. B. nos disse que ele ia continuar a interessar-se pelo assunto. (...) no decorrer da palestra [a carta não deixa claro se Roessler estava presente ou não], o Dr. B. nos contou que o cargo do Sr. R. é honorário, sem proventos, e nos deu para entender que não seria justo se deixaríamos de reconhecer os serviços prestados [sic]. Respondemos que, sem dúvida, a nossa diretoria não deixaria de tomar em consideração os serviços por eles prestados, porém somente depois de ser solucionada satisfatoriamente a questão. Para, em todo o caso, poder consultar a nossa diretoria a respeito desde já, pedimos usar toda a franqueza conosco.

O interessado fez, então, alusão aos cuidados que o caso exigiria ainda, também em Porto Alegre, pois seria necessário obter ali um parecer favorável das competentes repartições em vista do decreto com respeito a “Reserva Florestal” que, apesar de achar-se longe, poderia encerrar o assunto. Também mencionou a orientação do Secretário de Agricultura no sentido de restringir quanto mais a exploração das reservas florestais existentes no Estado e pertencentes seja ao próprio Estado seja a particulares (...). Aludiu, então, a uma gratificação, para todos os colaboradores, de Cr\$ 10,00 por cada árvore cuja autorização de exploração for conseguida. Calculando por dúzias, a importância precitada acarretaria uma despesa de Cr\$ 5,00 por dúzia. Não queríamos pechinchar naquele momento. Prometemos de comunicar-nos, imediatamente, com a nossa diretoria. Para todos os fins, pedimos tanto ao Dr. B. quanto ao Sr. R. procurar V. S. em Porto Alegre, para informar-lhe sobre as impressões aqui colhidas. Talvez, nessa ocasião, V. S. poderá, outra vez, tocar no assunto. Quem sabe, se não dá para reduzir a respectiva despesa. Seria um favor, se V. S. quisesse informar a nossa Administração Central sobre o assunto pedindo a ela que nos mande, na maior brevidade, instruções a respeito, a fim de podermos dizer algo aos interessados, quando os mesmos voltarem a nossa presença ¹⁷⁹.

As declarações da carta trazem indagações ao historiador. Até onde pude investigar, não encontrei nenhuma lei que autorizasse a cobrança pela concessão de licenças para derrubar árvores. Neste caso, além disso, a área encontrava-se próxima de uma reserva florestal, recém-decretada, o que, de acordo com o Código Florestal, proibia a exploração de sua madeira. Ao mesmo tempo, não encontrei provas de que Roessler tenha, de fato, recebido o dinheiro, que, pelo conteúdo da carta, seria dividido entre outros “colaboradores”.

Eisenberg respondeu a Herbert Schall de Montreal, Canadá, com uma carta escrita em inglês, datada de 30/12/1949. Nela, além de assuntos corriqueiros, como a situação de alguns colonos em Quatro Irmãos, consta um parágrafo sobre Roessler e o reflorestamento na

¹⁷⁹ FUNCIONÁRIO DE QUATRO IRMÃOS. Carta a Isidoro Eisenberg. Quatro Irmãos, 22/11/1949, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

propriedade. Eisenberg afirmava ter transmitido a Londres, onde ficava uma das sedes da companhia no exterior, a informação sobre as solicitações de Schall, através de carta enviada em 18/12/1949, na qual sugeria aos superiores “that we give Mr. Roessler and Dr. Batista the amount of \$ 5 per tree. As soon as I hear from London, I will communicate with you”¹⁸⁰. O missivista ainda perguntou a Schall sobre a situação do eucalipto plantado durante 1949, se estava bem, ou se teria sofrido por causa da seca.

Eisenberg menciona outra carta enviada pelo funcionário de Quatro Irmãos, em 27/11/1949, que, infelizmente, não consta nos arquivos. Talvez os envolvidos tenham feito um acordo, porque o valor diminuiu, de Cr\$ 10,00 para Cr\$ 5,00 por árvore. O administrador precisava do aval da sede da companhia, para liberar o pagamento. Na sequência, consta, no ICJMC, outra carta de Eisenberg, também enviada de Montreal, Canadá, em 31/01/1950, respondendo à carta que Schall enviou em 12/01/1950 (que não se encontra no arquivo - outra lacuna). Sobre o assunto do reflorestamento, ele agradecia pela informação e ficava contente de saber que a plantação dos pinheiros e eucaliptos estava crescendo, apesar do período seco. Eisenberg informou ao funcionário que repassou o caso de Roessler ao Sr. Girmounsky¹⁸¹, o qual pediu informações adicionais em relação ao “premium to be paid for receiving the licence and as soon as I will have some definite instructions I will communicate with you”¹⁸².

Em 14 de fevereiro, Eisenberg envia outra carta a Schall, também do Canadá, em que menciona já ter uma decisão sobre o pagamento para obter a licença de derrubar árvores em Quatro Irmãos:

I hope that you have received definite instructions in the interim as to the amount of gratification to be disbursed for permission to cut trees to the end of 1949. In my private letter to Mr. Girmounsky, I have assured him that we will not have any expenses for the year 1950 as this will represent a heavy burden in our forest exploitation under the present low prices of timber¹⁸³.

Infelizmente a documentação é lacunar; não constam nos arquivos as outras cartas mencionadas por Eisenberg, especialmente as enviadas a ele por Schall e a que decide sobre o valor a ser pago pelas permissões. Convém ressaltar a alusão do administrador de que a “gratificação” seria paga apenas referente à exploração florestal de 1949. Para 1950, como os preços da madeira haviam decrescido, a companhia não estava disposta a desembolsar nenhum valor a mais. Apesar disso, o funcionário de Quatro Irmãos respondeu a Eisenberg, em março

¹⁸⁰ EISENBERG, I. Carta a Herbert Schall. Montreal, 30/12/1949, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

¹⁸¹ Diretor-geral da ICA (GRITTI, 1997, p. 116).

¹⁸² EISENBERG, I. Carta a Herbert Schall. Montreal, 31/01/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

¹⁸³ EISENBERG, I. Carta a Herbert Schall. Montreal, 14/02/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

do mesmo ano, contando que, na semana seguinte, iria comunicar-se com “Roessler para regularizar a questão da autorização dos cortes. Já falei com ele, ele vai dar-nos a autorização tanto para 1949 quanto 1950”¹⁸⁴. Nessa mesma correspondência, o funcionário aborda outros assuntos, entre eles a “situação da madeira”, aludindo a uma “comissão” a um suposto “amigo”, que, mesmo com o seu pagamento, a companhia sairia “ainda lucrando”. Essas referências podem revelar que o pagamento de “gratificações”, “prêmios”, “comissões” era constante na atividade da ICA, para atingir seus objetivos econômicos, mesmo que afirmasse não ter fins lucrativos. Um trecho da carta é bem ilustrativo de como o funcionário percebia a situação: “As coisas aqui não vão muito bem, tudo está bastante paralisado e assim todos procuram uma vaca gorda para tirar leite ou mesmo nata. Nos olhos deles, a JCA representa aquela vaca”¹⁸⁵.

Como disse antes, não posso afirmar com certeza que Roessler tenha recebido dinheiro da ICA para autorizar as derrubadas em sua propriedade. No entanto, segundo o conteúdo da documentação, ainda que lacunar, ele teria recebido um determinado valor (possivelmente, 5 cruzeiros por árvore) referente às autorizações concedidas no ano de 1949. Esse tipo de acontecimento revela que as funções dos agentes do Estado, no Serviço Florestal, ainda não estavam bem delimitadas; não havia distinção entre os papéis de consultor e fiscalizador. Isso mostra, mais uma vez, o baixo nível de burocratização vigente na época.

Em maio de 1951, novamente a companhia foi acusada por problemas em sua exploração florestal. Também de Erechim, dessa vez, o denunciante foi Antonio Olivatti, que se apresentou como um dos “trabalhistas deste município”, em correspondência ao Governador do Estado, Ernesto Dornelles, do PTB. Na carta, Olivatti relatou duas denúncias, a primeira que os pinhais da ICA estavam “sendo estragados de tal forma, que diante da escassez, merece a atenção das autoridades superiores, pois os pinheiros são aproveitados somente a tora de 1ª, que corresponde a um terço do total da árvore; o restante fica a apodrecer, visto que a companhia não se interessa em aproveitar e não permite que outros aproveitem”. A segunda denúncia era de que a companhia estaria praticando uma “política de terra arrasada, para estabelecer o desinteresse de parte de possíveis compradores e até mesmo de possível desapropriação do governo, para isso estão loteando e vendendo a parte da propriedade, o imóvel total talvez se aproxime ou seja superior a 22.000 hectares”¹⁸⁶. O petebista, ao final, colocou-se à disposição,

¹⁸⁴ SCHALL, H. Carta a Isidoro Eisenberg. Quatro Irmãos, 28/03/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

¹⁸⁵ Ibidem.

¹⁸⁶ OLIVATTI, Antonio. Carta a Ernesto Dornelles. Erechim, 15/05/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

para eventuais esclarecimentos, ou acompanhar um emissário, se o governador quisesse verificar a situação.

O governante deve ter repassado a denúncia à Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura do Estado, pois é ao Diretor desse órgão que Roessler dirige um ofício, a respeito das “derrubadas desordenadas de pinheiros na Fazenda Quatro Irmãos”, no qual contesta as acusações de Olivatti, argumentando em favor da ICA. Segundo o Delegado Florestal, “a empresa requereu anualmente ao Serviço Florestal licença para derrubar os pinheiros de sua exploração (...) [e estava] perfeitamente enquadrada nos dispositivos do Código Florestal, estando com suas obrigações de reflorestamento em dia, conforme foi verificado pessoalmente pelo signatário deste em diversas diligências de vistorias procedidas na Fazenda Quatro Irmãos”¹⁸⁷.

Contra a primeira acusação do petebista, Roessler relata o seguinte: “nada observei por ocasião de minhas diligências de inspeção, mas vi sim muita madeira até de 4ª qualidade, o que prova o aproveitamento integral dos pinheiros”, até porque “seria um contra-senso não explorar a madeira de qualidade inferior e não permitir que outros a aproveitem”. A respeito da segunda denúncia, sobre a política de terra arrasada, Roessler entende que “é uma perfeita contradição e ninguém acredita que se faça a autopropaganda contra o próprio negócio, como alvitra o denunciante”. Isso seria “serviço de loucos e temos a Diretoria da ICA em conta de homens sérios e exímios administradores”. As afirmações de Roessler chamam a atenção pela defesa enfática à companhia, uma das grandes exploradoras florestais do Estado, e que já havia recebido inúmeras críticas da imprensa e de políticos¹⁸⁸. No entanto, um argumento levantado pelo Delegado Florestal no ofício pode embasar sua tão exaltada defesa. O problema estava na própria Legislação Florestal, para Roessler, “obsoleta”, que, de fato, não impedia a exploração florestal, o máximo que os fiscais podiam fazer era “aconselhar os proprietários das terras, para não continuá-la”.

O missivista já havia sugerido em junho de 1947 a reforma do Código Florestal e a “proibição da exportação da madeira gaúcha”. Só com essas medidas seria possível “evitar o que acontece em Quatro Irmãos e em mais de duas mil serrarias espalhadas pelo território rio-grandense, a acelerada exploração dos pinhais, direito que assiste aos proprietários por força de

¹⁸⁷ ROESSLER, H. Carta ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura. São Leopoldo, 30/06/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

¹⁸⁸ Na Assembleia Legislativa do Estado, houve amplas discussões sobre a ICA, em 1948 e 49. O deputado Raimundo Zanin (PTB) chegou a pedir a desapropriação da Fazenda Quatro Irmãos. Também Guido Giacomazzi (PTB) afirmou estranhar “que essa empresa os localizasse [colonos] justamente nas terras improdutivas, nos campos, desinteressando-se por completo de atraí-los para as terras de cultura onde domina a mata virgem” (ANAIS AL/RS, 23/06/1949, p. 608). Entre 1948 e 1950, a fazenda sofreu inúmeras invasões (GRITTI, 1997, p. 140).

dispositivo legal, desde que replantem essências florestais”. Infelizmente, Roessler tinha razão, porque o Código Florestal em vigor, em alguns artigos, mais estimulava do que proibia as derrubadas¹⁸⁹. Desde que se comprometesse com o reflorestamento – inclusive com espécies diferentes, ou com apenas uma espécie (monocultivo), para substituir florestas mistas, como a Mata Atlântica, por exemplo – o proprietário estava livre para desmatar 3/4 de seus domínios (BRASIL, Decreto-Lei nº 23.793/34, Artigo 23). Na maioria dos casos, esse comprometimento não passava de uma promessa, um papel assinado, porque, na prática, o reflorestamento não ocorria, o que seria criticado pelo próprio Roessler, anos mais tarde.

Entretanto, nesse particular, para Roessler, a ICA estava “em melhor posição contra todas as outras empresas madeireiras, porque está com o reflorestamento em dia”. Finalizando a correspondência, o Delegado informa que “examinará o assunto *in loco*, numa nova viagem de inspeção que em breve será realizada à Fazenda Quatro Irmãos”, e recomenda ao denunciante que faça “uma visita também às áreas de reflorestamento da empresa, onde várias centenas de milhares de pinheiros novos provam o zelo dos dirigentes pela perpetuação da essência nas terras de sua propriedade, não negociáveis em lotes”¹⁹⁰.

Como autoridade máxima do Serviço Florestal no Estado, Roessler não deveria afirmar que a ICA estava com o reflorestamento em dia, se, de fato, não estivesse. Ele não colocaria sua posição em jogo por um fato que poderia ser verificado por qualquer pessoa habilitada que resolvesse visitar a fazenda para conferir, ainda mais se tratando de uma resposta solicitada pelo Governador do Estado. Entretanto, mais difícil de explicar, é a atitude do Delegado Florestal, ao comunicar, através de correspondência, a denúncia de Olivatti à companhia, enviando ao funcionário de Quatro Irmãos, Herbert Schall, cópias tanto da carta do petebista, como de seu ofício defendendo a empresa. Roessler ressalta que estava “repassando essas cópias às vossas mãos em caráter confidencial para que examineis os motivos da denúncia e providências cabíveis, sem represálias, unicamente para fins preventivos [grifo do autor]”. Ele também lamentava que a ICA estivesse “sendo molestada com expediente dessa natureza, quando é sabido que é uma das poucas que cumprem suas obrigações com o Serviço Florestal”¹⁹¹.

¹⁸⁹ Um exemplo disso era o artigo 51: “É permitido aos proprietários de florestas heterogêneas, que desejarem transformá-las em homogêneas, *para maior facilidade de sua exploração industrial*, executar trabalhos de derrubada, ao mesmo tempo, de toda a vegetação que não houver de subsistir, *sem a restrição do art. 23*, contanto que, durante o início dos trabalhos, assinem, perante a autoridade florestal, termo de obrigação de replantio e trato cultural por prazo determinado, com as garantias necessárias” [grifos meus] (BRASIL, Decreto-Lei 23.793/34).

¹⁹⁰ ROESSLER, H. 30/06/1951. Op. Cit.

¹⁹¹ ROESSLER, H. Ofício n 3689 a Herbert Schall. São Leopoldo, 30/06/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

Em resposta a tanto interesse, Herbert Schall felicitou o Delegado “pela brilhante maneira com que o amigo refutou a denúncia feita ao Sr. Governador do Estado”. O funcionário concordava com os argumentos utilizados por Roessler: “no que diz respeito ao não aproveitamento das toras, bem o amigo explicou, que nenhum serrador vai deixar de serrar madeira aproveitável. Somente tratando-se de toras que não valem o arrasto e a mão-de-obra que precisa empregar para serrá-las, o respectivo serrador vai deixar de desdobrá-las”. Também quanto à “segunda parte da denúncia, referente à política de ‘terra arrasada’ é tão idiota (não acho outra expressão), que já se pode tirar desta as devidas conclusões para aquela”. Schall finaliza dizendo aguardar “com todo o prazer” a visita do Delegado e “dos que querem acompanhar o amigo”, pois a companhia não teria

Nada para esconder e acho que cada pessoa, de boa fé, depois de verificar ‘in loco’ o que estamos fazendo, não pode levar outra impressão do que muita coisa andaria melhor em nosso Brasil se todos trabalhassem como a ICA em Quatro Irmãos. Até agora, sempre podíamos constatar que o motivo de todas as denúncias era inveja ou a expressão de descontentamento por parte de gente que não conseguiu o que desejava. Satisfazer a todos é, porém, uma arte que ninguém no mundo ainda aprendeu ¹⁹².

Apesar de Roessler e a empresa garantirem que o reflorestamento acontecia de fato, na Assembleia Legislativa se afirmava o contrário. Para os deputados, a ICA estaria em débito com o Serviço Florestal. Uma das possibilidades para entender a postura de Roessler é que ele tenha, de fato, constatado que a companhia realizava o reflorestamento nas proporções exigidas por lei, na época. Como um ferrenho defensor dos preceitos legais, Roessler deve ter ficado muito entusiasmado com as experiências realizadas pela empresa em Quatro Irmãos. Confirmaria isso um trecho da carta de 22/11/1949, em que o funcionário relatou que ele teria feito questão de verificar as áreas plantadas, *in loco*, mesmo que, na ocasião, chovesse forte. Ao verificar que quase todos os pinhões plantados durante o ano nasceram, Roessler teria se mostrado muito satisfeito. Como ele escreveu na correspondência em resposta ao Governador, a ICA era uma das poucas empresas que estava com o reflorestamento em dia, ou seja, que estava cumprindo o que determinava a lei. E esse fato era de imensa importância para ele, já que a maioria dos desmatadores se comprometia, mas não cumpria a promessa de replantio. Nesse sentido, a empresa atraiu a simpatia de Roessler, ao mostrar, na prática, afinidade com as ideias de reflorestamento defendidas por ele. Isso, de certa forma, conferia prestígio ao Delegado Florestal e, por consequência, ao Serviço Florestal, que não possuía muita credibilidade, na época. Um dos interesses da atuação de Roessler pode ter sido a obtenção de

¹⁹² SCHALL, H. Carta a Henrique Roessler. Quatro Irmãos, 14/07/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

poder e prestígio, através dos quais seria reconhecido positivamente entre seus contemporâneos, já que a função fiscal era tão “antipática”.

Somente com mudanças na própria lei, é que o desmatamento poderia ser combatido, e objeto de multa. Essa é a explicação que encontro para justificar a defesa tão enfática de Roessler à ICA. Entretanto, ela não esclarece o recebimento de valores para autorizar o desmatamento nem o envio de documentos em caráter confidencial, para prevenir a empresa diante da acusação de Olivatti. Do contrário, se o Delegado Florestal de Erechim e o petebista estivessem corretos, seria mais difícil encontrar argumentos para entender a atitude do fiscal. Outra hipótese é que Roessler tenha sido ingênuo, e a partir do que viu na propriedade e em declarações falsas da ICA, acreditasse que a empresa estaria reflorestando corretamente, quando, na realidade, não estivesse. A companhia poderia ter plantado certa quantidade de árvores, porque era obrigada por lei, porém longe do número que realmente deveria.

Se a empresa reflorestou na medida certa, não temos como saber com exatidão. Segundo Gritti (1997, p. 128), os resultados do reflorestamento observados pela própria ICA diferiam totalmente do apregoado por Roessler, em uma avaliação de 1959: “Como resultado do reflorestamento, temos atualmente uma área de 200 hectares com plantio de eucaliptos, cuja idade varia entre um e dez anos. Esta área está incluída nas nossas reservas. Infelizmente, este eucaliptal não tem valor comercial maior do que se fosse apenas considerado o valor da terra. Este plantio de eucaliptos foi uma consequência do compromisso de reflorestamento a que estávamos sujeitos por lei”¹⁹³.

Em 1962, Roessler publicou uma crônica no *Correio do Povo Rural* em que mencionava o caso da ICA. Ao dirigir-se ao local, mais de dez anos depois dos episódios acima, lamentou

o que restou da Fazenda 4 Irmãos, Jewish Colonization Association (ICA), coberta outrora de extensíssimo pinhal centenário. *Lotearam as colônias, mas antes de entregá-las, tiraram toda a madeira.* Para este fim instalaram 32 serrarias. Para transportar a enorme produção de madeira, construíram uma Estrada de Ferro própria, até a Estação Erebangó. Corria o ouro e floresceu a Vila de 2 Irmãos. Todo o lucro foi para o exterior. O que há dez anos ainda era mato fechado, hoje está tudo devastado (...). *O reflorestamento do pinho, iniciado com tantas esperanças, está sendo estragado, porque sobre ele derrubam o eucalipto, no meio do qual foi cultivado, quebrando-se todos os pinheirinhos novos.* Este eucalipto está sendo transformado em lenha. Não mais se refloresta. Os viveiros foram abandonados e se perderam (...). O Rio Grande do Sul está perdendo seu mais precioso fundo de reserva com a devastação dos seus majestosos pinhais. *E as pessoas de influência não se importam de intervir porque as derrubadas dão muito lucro.* [grifos meus] (ROESSLER, 2005, p. 49-50).

¹⁹³ ANEXO à Correspondência n 1524, de Quatro Irmãos para Paris. 23/05/1959. Cx. 19, M 4 (AHJB).

O trecho da crônica de Roessler permite duas inferências. A primeira é que talvez a empresa de fato tenha reflorestado, no período em que ele realizava as diligências, no final dos anos 1940 até 1954 (ano em que foi destituído do cargo), e, no final da década de 1950, tenha derrubado, além do restante da floresta primária, a área reflorestada. Por isso, em 1959, haveria apenas 200 hectares restantes do reflorestamento. A empresa, antes de liquidar suas atividades em Quatro Irmãos, em 1961, teria aproveitado toda a madeira de sua propriedade. A última frase do trecho citado leva à segunda dedução. Não era ele, nos episódios de 1949 e 1951, uma pessoa influente, com poder para intervir, evitando as derrubadas? Teria também o Delegado Florestal não se importado? Depois de tanto tempo, talvez, ele pode constatar que havia sido enganado.

Nos anos 1930-40, em que foi decretada a legislação ambiental vigente, o Brasil era um país eminentemente agrário. As elites com maior poder econômico e político comandavam os setores agrícola, pecuário e extrativista, com destaque especial para a exploração madeireira. Portanto, era do interesse dessas elites que a legislação não colocasse impasses à exploração¹⁹⁴. Isso explica a estrutura precária do Serviço Florestal, a insuficiência de verbas, a ausência de remuneração de muitos funcionários, que acabava levando os fiscais a terem que cobrar pelos serviços prestados nas diligências de fiscalização. A legislação permissiva e a precariedade da sua aplicação atendiam aos interesses dos proprietários desmatadores: bastava assinar um papel para derrubar maciços florestais, como foi o caso da ICA, exploradora de uma grandiosa floresta de araucárias. A relação de Roessler com a companhia pode ser encarada como um exemplo do que devia ser prática comum no país e no Rio Grande do Sul, frente à omissão do Estado.

Outra consideração a fazer é que esses episódios foram, ao que tudo indica, silenciados com o tempo. Como veremos no último capítulo desta dissertação, dedicado às questões da memória sobre Roessler, não consta nenhuma referência a relações com a ICA, tanto na documentação analisada, quanto nos depoimentos concedidos à pesquisa. Podemos já perceber

¹⁹⁴ Nesse sentido, é representativa a criação do Instituto Nacional do Pinho - INP (BRASIL, Decreto-Lei n° 3.124, 19/03/1941), como “órgão oficial dos interesses dos produtores, industriais e exportadores de pinho” (Art. 1°). Órgão da União, em vez de proteger as florestas de pinheiros brasileiras, tinha, entre outras atribuições, “coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho; promover o fomento do seu comércio no interior e exterior do País; promover os meios de satisfazer os produtores, industriais e exportadores quanto às necessidades de crédito e financiamento; regular a instalação de novas serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeira; promover a criação de órgãos industriais autônomos para a exploração de indústrias derivadas da madeira” (Art. 2°). Embora uma de suas competências fosse promover o reflorestamento, o objetivo principal do INP era atender aos interesses das empresas madeireiras. Esse órgão recebeu inúmeras críticas de Roessler – porque não cumpria sua função de incentivar o reflorestamento, apenas interessando-se em cobrar taxas e multas. Por esse último motivo, também foi criticado na Assembleia Legislativa. ANAIS AL-RS, 12/07/1949, p. 277-281 (ML-RS).

o esquecimento atuando sobre estes fatos, pois, caso viessem à tona, poderiam contribuir para uma imagem negativa de nosso personagem.

Ao terminar a análise dessa documentação, é possível concluir que a postura de Roessler no que diz respeito à ICA, durante as denúncias, e até depois do término da atividade da companhia, estava de acordo com o que era comum na época. O maior responsável pela fiscalização, o próprio Estado, ao criar leis e órgãos ineficientes para proteger as florestas, acabava incentivando possíveis irregularidades.

A fiscalização da caça e da pesca

Como vimos, os Delegados Florestais também eram responsáveis pela fiscalização da caça e pesca. No caso do Rio Grande do Sul, essa última atribuição superou a primeira em quantidade de apreensões, multas e “dores de cabeça”. Os dias das “saídas” para fiscalizar a caça deviam ser ansiosamente aguardados por Roessler. Ele se preparava para o confronto, levando revólver, que só seria empregado “em casos extremos”, de legítima defesa, e cassetete, bastante utilizado para apreender armas, acalmar os ânimos dos caçadores e para a defesa pessoal do Delegado.

Nos mais de mil Autos de Infração e Apreensão aplicados por Roessler na área da caça, em geral, eram infringidos o Artigo 11, alínea c, e o Artigo 23 do Código de Caça, ou seja, ocorria a caça de passarinhos, sem licença e sem porte de arma¹⁹⁵. As multas aplicadas variavam entre 500 e 1.000 cruzeiros, o que, na época, era uma quantia que superava muito o salário-mínimo¹⁹⁶, porém os caçadores pareciam ressentir-se mais pela apreensão da arma do que pelo dinheiro. No arquivo privado de Roessler, sobraram 16 Autos de Infração de Caça. Selecionei alguns casos mais representativos de como funcionava a fiscalização, os quais analiso a seguir.

Na diligência de 11 de julho de 1948, o infrator, Angelo Grando, foi pego em flagrante, às 7 horas da manhã, em Bento Gonçalves, com uma arma calibre 36, dando tiros na encosta de

¹⁹⁵ O Artigo 11 proibia a caça de diversos animais; a alínea “c” se referia aos “pássaros e aves ornamentais ou de pequeno porte, exceto os nocivos à agricultura”. E no Artigo 23 constava que “para o exercício da caça e do tiro ao voo são necessárias duas licenças: uma para o trânsito com arma de caça, expedida pela Polícia Civil, e outra para o exercício da caça ou tiro ao voo, concedida pela Divisão de Caça e Pesca ou repartições devidamente autorizadas, mediante a apresentação da primeira” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894/43).

¹⁹⁶ O salário-mínimo foi instituído pelo Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940. Em 1948, o salário mínimo vigente variava de acordo com a localidade em que era pago. De acordo com a tabela que acompanhava o Decreto-Lei 5.977/43, para o Rio Grande do Sul, na capital, o valor era de Cr\$ 320,00 e, no interior, Cr\$ 260,00 JUS BRASIL. Diário Oficial da União 22/11/1943. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em datas diversas.

um morro. Grando admitiu inicialmente que estava caçando passarinhos, entretanto não possuía licença de caça nem de porte da arma e, por isso, Roessler a apreendeu. Talvez com medo das consequências de seu ato, o caçador comentou que “nem eram passarinhos que ele procurava matar, mas sim lebres”. Ao que o fiscal retorquiu: “nunca vi lebre trepada em árvore, nem caçada das mesmas dentro de macegal”. Tendo em vista a situação ilegal, Roessler começou a escrever o auto de infração, quando Grando pediu a devolução da espingarda:

Disse-lhe que isso era impossível. O infrator então se enfureceu e investiu contra mim para me arrancar a arma das mãos. Pulando para trás, gritei que guardasse distância, caso contrário lhe bateria com a coronha da espingarda na cabeça. O gringo fez novo assalto, procurando agarrar a arma, sempre gritando: “Me dá minha arminha; quero a minha arminha”. Recuando, lancei-lhe um golpe, que foi aparado pelo infrator, o qual segurou a espingarda pela coronha. Entramos em luta durante alguns minutos, ele fazendo o possível para arrancar a arma e eu para não largá-la. Ele sempre gritava: “Larga a minha arminha”, bancando o louco. Meu revólver estava dentro de meu bernal de lona afivelado. Segurando a arma com só uma mão, vibrei-lhe dito bernal contra a cabeça, o qual ficou preso ao seu pescoço com a correia. Apertando sempre mais a correia, procurei sufocá-lo, ele sempre dando arrancões furiosos, para tirar-me a arma. Nisso arrebentou a correia do bernal e o gringo ficou com novo ânimo, renovando suas forças. Em seguida, partimos a espingarda ao meio¹⁹⁷.

No final, Roessler empurrou o caçador, que fugiu, correndo e gritando “é tudo uma mentira que eu disse”. O fiscal ficou com arranhões na mão direita e no corpo, por causa do embate. Essa não foi a primeira vez que ele se envolveu em episódios em que ocorreram atos de violência física e verbal. Em documento autobiográfico, constam duas páginas datilografadas, sob o título de “Agressões”, nas quais Roessler narra seis episódios, ocorridos de 1947 a 1950, considerados por ele “cenas de ‘Far-West’, ocorridas em 14 anos de fiscalização, nas quais, por felicidade, nunca correu sangue”¹⁹⁸. No caso dos relatos das fiscalizações, ele sempre ressaltava as lutas corporais, ou xingamentos recebidos, de maneira a exaltar a si próprio, saindo vencedor das “batalhas”. Se as narrativas de Roessler fossem roteiro de um filme de faroeste, ele seria o Xerife, o mocinho; já os “gringos” – descendentes de italianos – seriam os bandidos, os vilões da história.

Além disso, na cena “cinematográfica” transcrita acima podemos perceber imagens negativas dos “gringos”. As representações utilizadas por Roessler reforçavam a agressividade dos “italianos” e o apego destes ao objeto material, causador da morte dos passarinhos, a arma. Grando foi quem iniciou o combate; ele apenas reagiu, para defender a natureza. O caçador bancava o louco, para Roessler, outra imagem negativa.

¹⁹⁷ SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Informações sobre o processo de infração de Angelo Grando. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto aplicado por Henrique Roessler em 11/07/1948. Bento Gonçalves, 13/07/1948 (APHR).

¹⁹⁸ ROESSLER, H. Agressões. S/data, fl. 2 (APHR).

Em 8 de maio de 1949, oito caçadores foram autuados na localidade de Vila Seca, no município de Caxias do Sul, às 19 horas. Roessler estava acompanhado do filho Milton, do motorista Antonio Ribeiro e do soldado Etelvino Rodrigues Fortuna¹⁹⁹. Na estrada, um caminhão que vinha de São Francisco de Paula com seis homens foi parado pelo grupo fiscalizador. Roessler perguntou “se vinham de caça”, e um deles, Silvio Gazzola, respondeu que não, que eram sócios da firma Gazzola, Travi e Cia – fabricante de munições de guerra – e que haviam saído para experimentar granadas de sua produção, mostrando diversas peças de granadas, 3 caixas do artefato e ferramentas.

Entretanto, o Delegado desconfiou do grupo e insistiu em revistar o caminhão. Encontrou escondidas seis armas de caça e “num saco, junto com roupa, uma grande rede para apanhar passarinhos”. Com isso, Roessler ordenou que as três caixas de granada fossem abertas, mas Gazzola disse não ter chave de parafuso para abri-las (o que depois se revelou mentira), exaltando-se, perante “a grande assistência de outros caçadores e populares da vila que rodeavam o caminhão, na expectativa do desenrolar dos acontecimentos”, cerca de 100 pessoas assistiam à vistoria. Roessler mandou que trouxessem a chave que estava no carro da fiscalização e, quando a caixa foi aberta, constatou “conter puro passarinho e papagaios. Continuando a abrir os demais caixotes, verificamos conterem também pássaros canoros e insetívoros, úteis à agricultura, um jacu e três perdizes”. A plateia irrompeu em vaia e Gazzola, “agora completamente desmascarado, amansou e declarou que na matança daqueles pássaros tomaram parte todos os componentes da turma e que os distribuísse à vontade entre os homens, porque ninguém sabia mais ao certo quantos cada um tinha matado²⁰⁰”.

Depois de descoberta a caça, Gazzola apresentou os caçadores com nomes diferentes – o que Roessler descobriu mais tarde e considerou de má-fé. No total, foram encontrados cerca de 200 passarinhos (48 deles sem ferimentos, pegos com uma rede, que ainda continha penas) de diversas espécies: sabiás, tico-ticos, bem-te-vis, periquitos, pica-paus, vira-folhas, barreiros, sebitos, corruíras, papa-formigas, canários, gaturamos, tuquis; uma pomba; dois papagaios; três perdizes; um jacu, abatido no período de defeso, pois sua caça era permitida de 15 de julho a 31 de agosto. Segundo Roessler,

¹⁹⁹ Nas orientações elaboradas por Roessler, consta que “para o perfeito desempenho de suas missões fiscalizadoras deverão os agentes requisitar força às autoridades policiais locais, para acompanhá-los nas diligências a serem realizadas em lugares ermos, nas matas, campos e estradas, serviço este que sempre oferece probabilidade de atritos e perigos de vida”. ROESSLER, H. Orientações, fl. 1, 1953, (APHR).

²⁰⁰ SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Informações acerca dos processos de infração do Código de Caça dos Srs. Sílvio Gazzola, Nilo Travi e Otarino Travi. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração aplicado por Roessler. Vila Seca – Caxias do Sul, 08/05/1949 (APHR).

A prática demonstrou e dezenas de outros autos lavrados contra passarinheiros comprovaram que não só armas de calibre 16, mas sim até de calibre 12 e até de calibre 8 foram utilizadas na caça de passarinhos. O caçador de origem italiana não encara gastos de munição, quando impulsionado pelo seu vício inato, *esta maldita herança*, está abatendo pássaros de pequeno porte para fins de comê-los com polenta. Qualquer arma que empunha lhe serve e com ela entra mato a dentro, matando tudo que voa [grifo meu] ²⁰¹.

Quanto menor o calibre da arma, maior o diâmetro do cano da espingarda e o tamanho da bala²⁰², por isso a preocupação de Roessler. Além disso, no relatório, ele deixava claro sua representação do caçador de origem italiana: um viciado em matar passarinhos, por culpa do caráter hereditário. Para o Delegado Florestal, essa era uma “maldita herança” trazida da Itália para o Brasil. Entretanto, na Europa, a caça era praticada em muitos países, não apenas na Itália – e não somente de passarinhos. No velho continente, era esporte dos nobres (diferente do Brasil, onde colonos e indígenas caçavam), que reservavam os locais com maior oferta de animais para praticá-lo com seus colegas de classe. Os camponeses não podiam caçar nessas áreas, o que provocou sérios conflitos.

Em *Senhores e Caçadores*, Edward Thompson (1997) trata da influência da chamada “Lei Negra” ²⁰³ na sociedade inglesa do século XVIII. A lei considerava como crimes a caça, ferimento, roubo de gamos ou veados, a caça clandestina de coelhos e lebres e a pesca sem autorização. Regular o manuseio dos bens florestais era importante para garantir o direito de propriedade e os privilégios reais. Entre as florestas inglesas, a de Windsor, por exemplo, tinha como função específica “proporcionar ao Rei uma distração das preocupações de Estado” (THOMPSON, 1997, p. 32). No caso da Inglaterra da época estudada por Thompson, a caça – principalmente de veado – ocupava um papel de destaque:

Seu consumo constituía um símbolo de status, e presentear carne de caça era uma das maneiras mais elegantes que encontrava a fidalguia para expressar sua influência e solicitar favores. A veação, entre as caças, era o presente mais expressivo. Um bom pernil prestava-se ao prato principal numa pequena recepção para o jantar, e as outras partes do animal podiam fornecer carne para pratos como pasteizinhos e bolinhos (THOMPSON, 1997, p. 202).

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Uma explicação pormenorizada sobre calibres de armas pode ser encontrada em CLUBE DE TIRO MARIA BONITA. ABC da espingarda. Disponível em: <<http://www.clubedetiobarbonita.com.br/form/abcespingarda.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2010.

²⁰³ A Lei Negra foi decretada em maio de 1723 na Inglaterra “para a punição mais eficaz de pessoas perversas e mal-intencionadas usando armas e disfarces, e praticando agressões e violências às pessoas e propriedades dos súditos de Sua Majestade, e para o encaminhamento mais rápido dos infratores à justiça” (Texto da Lei, THOMPSON, 1997, p. 363). O nome da lei é uma alusão aos infratores, que eram chamados de “Negros”. Segundo Thompson (1997, p. 68), “raramente se poderia pegar furtivamente um cervo [assim como] o faisão, lebre ou salmão, e o disfarce era a primeira proteção do caçador clandestino. O ‘enegrecimento’ (...) refere-se à caça de cervos com máscaras de ‘rostos pintados’ ou disfarçados”.

Para manter um estoque de caça à sua disposição, os fidalgos costumavam construir parques contíguos às suas herdades, geralmente área de bosques e florestas, cercando o local com altos muros de tijolo e uma equipe de guardas. Dessa forma, o parque “proporcionava ao anfitrião e seus convidados um animado entretenimento matinal – a veação, assim como a carne de gado, era mais saborosa quando melhor caçada” (THOMPSON, 1997, p. 204).

No Brasil, a caça a diversos animais²⁰⁴ era praticada pelos indígenas e pelos colonizadores portugueses. Von Ihering (1953) descreveu um episódio interessantíssimo, em que a Imperatriz Leopoldina caçou um veado:

Era nossa primeira imperatriz, D. Leopoldina, muito afeiçãoada a caçar e não deixava de atirar bem. Falando com seu veador Tedim a respeito da caça de veado, este se ofereceu a preparar-lhe uma caçada, em que o veado lhe havia de passar pela barraca adentro. Efetivamente nas vizinhanças de Jacarepaguá mandou armar uma barraca no sítio que era justamente a única saída que tinha certo veado que ali havia, quando perseguido pelos cães dos lados opostos. Armou-se no meio da barraca a competente mesa para se almoçar e, a título de se buscar a ventilação, deixou-se aberto o fundo da barraca, oposto à entrada. Estava S. M. acabando de almoçar, quando os latidos da cachorrada mui perto deram sinal de veado; e mal tomava a augusta arquiduquesa a espingarda, quando viu com surpresa o veado entrar-lhe pela barraca, e saltando por cima da mesa e quebrando copos e pratos, varar pelo fundo da mesma barraca, onde logo adiante veio a cair morto pelo tiro que lhe dirigiu a filha dos césaes (IHERING, 1953, p. 57).

É importante ressaltar que se trata do relato de caçada feita por uma mulher, fato inusitado, porque a caça era uma prática predominantemente masculina²⁰⁵. Talvez para uma Imperatriz isso fosse permitido, mas, mesmo assim, toda a situação foi preparada para a caça. Não houve a espreita no mato, as dificuldades que cercariam uma legítima caçada ao veado. Tudo foi organizado para que a imperatriz não ficasse desapontada, caso seu alvo escapasse.

Voltando ao caso de Gazzola, ele e os companheiros encaminharam defesas ao Chefe do Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre (na ocasião, Ivoy Julio Corseuil), autoridade máxima do órgão no Rio Grande do Sul, para que avaliasse se seriam multados ou não. Mesmo pegos em flagrante, os caçadores insistiram em negar o feito, ou então justificá-lo com desculpas incoerentes. Os textos de todas as defesas são parecidos, os termos se repetem, pois foram

²⁰⁴ Entre os animais preferidos para caça, nos séculos XIX e início do XX, podemos citar, de acordo com Ihering (1953) a anta, o porco-do-mato, a capivara, veados (diversas espécies), a onça, as baleias, etc; aves: pombas, perdizes, jacus, e quero-queros, os quais são odiados “pelos caçadores, tendo talvez um pacto com a caça, denuncia logo a aproximação de qualquer pessoa, gritando sem cessar: quero-quero, quero-quero, e é o quanto basta para a caça ficar pelo menos de sobreaviso” (IHERING, 1953, p. 77). Além destes, várias espécies de passarinhos, como os que Roessler surpreendeu em suas diligências.

²⁰⁵ Thompson (1997, p. 32) cita fonte de 1711 – trecho que transcrevo aqui, sobre a Rainha Anne, a qual “caça num coche a cavalo, que ela mesma dirige, e dirige furiosamente, como Jeú, e é uma tremenda caçadora, como Nimrod”. Parece que a caça entre rainhas e imperatrizes era bem aceita, o que não teríamos como afirmar para as mulheres de classes sociais populares.

concebidas pela mesma pessoa, Remo Marcucci, acadêmico de Direito, que foi procurador de todos os infratores.

O principal transgressor, Silvio Gazzola, chegou a afirmar que só caçava perdizes, que fora um equívoco a atribuição a ele das outras aves. Justificou-se da rede, dizendo que “ia negociá-la com um agricultor residente na Beira do Campo e que pretendia proceder a pega de aves daninhas que estavam prejudicando as suas lavouras”²⁰⁶. As outras defesas afirmavam que os caçadores eram “colonos, homens rústicos, sem conhecimento de leis, e que, por isso, deve ser relevada a transgressão que puder ter cometido, como decorrência do absoluto desconhecimento das leis; que abateu alguns pássaros granívoros e não canoros ou insetívoros”²⁰⁷. A discussão sobre o caráter granívoro ou insetívoro era comum na época. Considerar um passarinho granívoro, ou seja, comedor de grãos das lavouras, era desculpa legal para matá-los. Um exemplo disso foi, como vimos anteriormente, a interpretação errônea do telegrama do Secretário da Agricultura, que gerou debates na Assembleia Legislativa. Alegando ignorância das leis, o procurador Marcucci acreditava estar protegendo seus futuros clientes²⁰⁸. Além disso, convém destacar o “tom” do texto das defesas, muito respeitosas a Roessler, utilizando termos como “atuação meritória do Sr. Delegado” e “íntegro e digno Delegado Florestal Regional”, o que, como veremos mais adiante, seria muito diferente no episódio de 1954.

No final, os caçadores foram considerados culpados pelo Chefe do Setor de Caça e Pesca e, por isso, multados no valor total de Cr\$ 4.100,00 (quatro mil e cem cruzeiros). Corseuil – Chefe em exercício - determinou também que a rede passarineira fosse queimada, pois se tratava “de aparelho destrutivo de nossa fauna alada”²⁰⁹.

Entre 19 e 20 de março de 1954, ocorreram mais infrações à caça na região nordeste do Estado, nas localidades de Monte Berico, Cotiporã, Barão do Triunfo em Veranópolis; e São Valentim, Dalloglio, Faria Lemos, José Julio em Bento Gonçalves. Todos infringiram os Artigos 11-c (estavam caçando passarinhos), 14-h (caçavam fora do período de permissão de caça), e 23 (estavam sem as duas licenças necessárias: para o porte de arma e para a caça) do

²⁰⁶ MARCUCCI, Remo. Defesa de Silvio Gazzola. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Silvio Gazzola. Vila Seca - Caxias do Sul, 08/05/1949.

²⁰⁷ MARCUCCI, Remo. Defesa de José Pedro Demori. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de José Pedro Demori. Caxias do Sul, 08/05/1949.

²⁰⁸ Entretanto, para Roessler, a ignorância ou a errada compreensão da lei não eximiam da pena. Nas orientações aos fiscais constava que o agente devia conhecer perfeitamente as leis, códigos, e portarias referentes ao Serviço Florestal e ao Serviço de Caça e Pesca, bem como o Código Penal e a Lei de Contravenções penais, para que pudesse “orientar os autuados em casos de qualquer interpretação duvidosa, no próprio local da autuação, se houver tempo ou oportunidade na ocasião, senão posteriormente nas suas Repartições” (ORIENTAÇÕES, fl. 2, 1953).

²⁰⁹ CORSEUIL, Ivoy Julio. Ofício n° 110 a Henrique Roessler. Porto Alegre, 04/07/1949 (APHR).

Código de Caça (BRASIL, Decreto-Lei 5.894/43). Apesar do flagrante ter ocorrido em março, os caçadores apresentaram defesa cinco meses depois, em 24 de agosto do mesmo ano²¹⁰. Pelos termos empregados e formato dos textos, é possível que tenham sido elaborados pela mesma pessoa, como no auto de 1949. Entretanto, dessa vez, as palavras se tornaram mais ásperas para Roessler. O ânimo dos caçadores devia estar muito acirrado contra o fiscal, intensificado pelo auto aplicado por ele em 28 de março de 1954, em Caxias do Sul, capaz de gerar um processo judicial, como veremos no tópico seguinte.

Cito aqui algumas passagens das defesas que demonstram a agressividade contra o fiscal. Na versão do caçador Alberto Salvador, consta que ele foi abordado, quando ia para casa, regressando de seus serviços, por um senhor desconhecido, que disse ser fiscal de caça e pesca, e lhe perguntou se tinha arma em casa. Ele foi até a casa, onde pegou a arma, os cartuchos e os entregou ao fiscal. Segundo Roessler, Salvador teria sido surpreendido na rodovia, em Barão do Triunfo, Veranópolis, com uma espingarda calibre 36, 11 cartuchos e seis pássaros insetívoros.

Para o caçador, “o dito fiscal estava acompanhado de outro senhor, armado de revólver, tendo a mão um cassetete, ostentando a força; assim, juntos implantando o pânico nas humildes residências coloniais”. O problema teria sido falta de orientação:

Nós, agricultores, vivendo nos lugares mais distantes dos centros, se ignoramos alguns dispositivos legais, devemos ter como conselheiros os fiscais e os agentes de autoridade, ensinando-nos o verdadeiro caminho e a forma de proceder dentro da Lei. Não somos nós agricultores os perturbadores da ordem social, e sim os gigantes da agricultura, que só dedicamos nossos dias ao árduo trabalho da terra, engrandecendo a pátria que habitamos²¹¹.

Roessler sempre dizia divulgar as portarias de caça, bem como os artigos mais importantes do Código de Caça todos os anos, através de jornais, das rádios e de cartazes nos órgãos públicos das cidades. Entretanto, segundo Salvador, não teria sido suficiente.

²¹⁰ Como os caçadores demoraram a apresentar defesa, o Chefe do Serviço de Caça e Pesca, Carlos Costa Meira, condenou os autuados a pagarem multa por infração – grau médio, na época Cr\$ 1.000,00, cada um, de acordo com o Art. 65 do Código de Caça. Segundo o Artigo 79 do mesmo Código, o infrator tinha 15 dias, a contar da notificação no Diário Oficial, para recorrer junto à Divisão de Caça e Pesca, ou ao Ministro da Agricultura. O Artigo 80 determinava que caracterizaria revelia do infrator, se este não enviasse a defesa em tempo hábil, e “findo o prazo de 40 dias, contados da data em que foi enviada a defesa, e não tendo sido esta recebida, a Divisão de Caça e Pesca julgará o processo obedecendo ao mesmo prazo em relação ao julgamento dos revéis” (BRASIL, Decreto-Lei 5.894/43). Portanto, as defesas apresentadas estavam totalmente irregulares, por isso sequer foram consideradas. Creio que o processo judicial contra Roessler, que estava em pleno andamento em agosto de 1954, tenha motivado que os caçadores se mobilizassem e escrevessem os textos, que parecem mais ter a função de agredir o delegado florestal, do que propriamente defender-se das multas.

²¹¹ SALVADOR, Alberto. Defesa encaminhada ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro em 24/08/1954. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Alberto Salvador. Barão do Triunfo - Veranópolis, 19/03/1954 (APHR).

A defesa de Augusto Tomazi, apreendido com uma espingarda calibre 36, cinco cartuchos detonados e cinco sabiás, numa capoeira, em Bento Gonçalves, contém termos bem mais violentos a Roessler. Tomazi acusa o delegado florestal pela multa que lhe é imputada. Ao receber a notificação desta, supõe que

seja em virtude da ação criminosa exercida na colônia em março pelo fiscal Roessler. Invadiu lares seguido de capangas e deles arrebatou tudo quanto foi arma que encontrou. Agiu acobertado pela força que o seguia; não lavrou auto algum; não deu recibo das armas que apreendeu ou melhor das armas que arrebatou da casa dos colonos. Tal foi o proceder de Roessler que a justiça o está processando. Agora para livrar-se das consequências da sua ação legal, procura conseguir que sejam multadas as suas vítimas. Com isso pensa livrar-se do processo a que responde (...) o peticionário recorre para a autoridade de V. Excia. E espera seja julgado improcedente o auto de infração forjado pelo mau funcionário, envolvendo indefesos colonos²¹².

Podemos perceber que a defesa do infrator está equivocada e, muito mais do que se proteger, Tomazi queria, com as declarações absurdas, atingir Roessler. O flagrante do caçador, como todos os demais, deu-se em locais abertos, no meio do mato, na beira de um arroio, em capoeiras, enfim, pelo menos de acordo com os autos, lavrados no mesmo dia das apreensões, Roessler não teria invadido nenhum lar²¹³. Além disso, o que é ainda mais incoerente, Tomazi atribui a culpa do seu erro ao fiscal, e que ele estaria procurando multar “suas vítimas” para livrar-se do processo judicial. Essa declaração não possui fundamento, já que a intimação seguia os termos e prazos estabelecidos pelo Código de Caça. Como vimos, já havia passado o tempo hábil para defesa e, como esta não foi apresentada, Costa Meira determinou que fossem multados. Roessler estava muito mais ocupado em defender-se do processo, em agosto de 1954, do que em multar qualquer vítima.

Também as demais defesas dos outros autos mencionados foram escritas com termos muito parecidos: repete-se que Roessler teria “andado em tropelias”, invadido lares, acompanhado de capangas²¹⁴ (talvez para insinuar que seria um covarde, que precisava de

²¹² TOMAZI, Augusto. Defesa encaminhada ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro em 24/08/1954. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Augusto Tomazi. São Valentim - Bento Gonçalves, 19/03/1954 (APHR).

²¹³Um item específico das “Orientações” era “Invasão de domicílio”: “refugiando-se o transgressor dentro de sua residência ou dependência desta (galpão, cocheira, garagem, depósito, latrina, etc.) ou dentro do domicílio de outrem, não poderá ser perseguido pelo agente, isso significaria invasão de domicílio, ato sujeito a processo penal. Uma busca dentro de uma moradia particular somente poderá ser realizada sob mandado judicial. (...) O fiscal nunca deverá entrar em casa alguma, mesmo a convite do caçador, nem aceitar bebidas, comestíveis, frutas ou qualquer obséquio do fiscalizado, sob pena de ser essa ocorrência explorada eventualmente mais tarde como invasão de domicílio ou suborno” ROESSLER, H. Orientações, fl. 1-2, 1953 (APHR).

²¹⁴ SOMENZÉ, Sandir. Defesa encaminhada ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro em 24/08/1954. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Sandir Somenzé. Faria Lemos - Bento Gonçalves, 20/03/1954 (APHR). BENEVENUTTI, Amadeo. Defesa encaminhada ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro em 24/08/1954. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Amadeo Benevenuti. Faria Lemos - Bento Gonçalves, 20/03/1954 (APHR).

comparsas, para sua “ação criminosa”), que, para livrar-se do processo, estaria engendrando infrações contra os colonos, que não teria lavrado auto de infração e que teria utilizado violência contra os agricultores. Um dos caçadores solicitou isenção da multa argumentando que o problema foi a atuação precipitada de Roessler, que deveria ser “agente de conselho e não de perseguição”²¹⁵. Entre os equívocos das “defesas”, o pior é que essas apreensões se deram em 19 e 20 de março, e Roessler foi processado somente em abril. Os textos afirmam que ele estaria aplicando multas para livrar-se do processo, mas os caçadores já estavam sob possibilidade de serem multados, bem antes de agosto, e quem decidiu pela aplicação foi o chefe do Serviço de Caça e Pesca, Carlos Costa Meira - e não Roessler -, em virtude das infrações cometidas, assim como da falta de defesa em tempo hábil.

Com base na leitura dos autos, percebo um grande esforço dos caçadores para atingir Roessler. A semelhança dos textos das defesas – atrasadas no prazo – leva-me a inferir que a mesma pessoa os escreveu, provavelmente um advogado contratado pelos infratores. Os caçadores de Bento Gonçalves e Veranópolis “pegaram carona” numa campanha contra o delegado florestal, iniciada em Caxias, colocando mais “lenha na fogueira” que já o chamuscava.

2. 8 - “Xerife e Cangaceiro”: o processo e a campanha difamatória

“Aumenta a onda de revolta e indignação contra Henrique Luiz Roessler, o atrabiliario Fiscal de Caça e Pesca”, afirmava o texto da principal manchete na capa do *Diário do Nordeste*²¹⁶, de Caxias do Sul, do dia 02 de abril de 1954, em letras maiúsculas. Abaixo ainda constava um subtítulo em letras menores: “Novos detalhes sobre violências praticadas – covardes agressões a Senhoras na ausência dos maridos – Centenas de telegramas ao Secretário da Agricultura estão sendo enviados pelas Associações de Classe, Clubes e pessoas de destaque social – Novas vítimas”²¹⁷. Ilustrava a matéria a foto de dois agredidos por Roessler, ainda com as marcas da violência no corpo, acompanhados de mais três caçadores.

²¹⁵ BECKE, Lirio. Defesa encaminhada ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, no Rio de Janeiro em 24/08/1954. In: SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão de Lirio Becke. Cotiporã - Veranópolis, 19/03/1954 (APHR).

²¹⁶ O *Diário do Nordeste* estava em seu terceiro ano de circulação, foi fundado em 1º de junho de 1951 e tinha como diretor responsável Elvo Janir Marcon.

²¹⁷ DIÁRIO DO NORDESTE. Aumenta a onda de revolta e indignação contra Henrique Luiz Roessler. Caxias do Sul, 02/04/1954 (APHR).



Figura 8 - Campanha contra Roessler. *Diário do Nordeste*, 02/04/1954 (APHR).

O mesmo jornal já havia publicado manchete menor em 31 de março, três dias após a ocorrência do fato: “O inspetor de Caça e Pesca espanca dois Caçadores armados de Revólver e Borracha [sic]”. Nesta primeira notícia, o espaço foi pequeno e a descrição dos fatos sucinta e menos tendenciosa, mas na edição de abril fica claro que o jornal toma o partido dos caçadores, iniciando uma violenta campanha para atacar Roessler:

Uma onda de revolta e indignação abalou a todos os lares e centros sociais caxienses ao terem notícias das vilanias e dos assaltos perpetrados nesta cidade, em Ana Rech, 4º distrito de Caxias e em São Gotardo, pacata vila de Flores da Cunha, por Henrique Luiz Roessler, fiscal do Serviço de caça e Pesca. Mobilizaram-se, em poucas horas, todas as forças da sociedade, numa solidariedade nunca vista, com o fim de ser dada a devida punição ao violador da lei que terá de pagar pelos seus atos bárbaros perpetrados contra crianças, senhoras e homens simples da colônia e contra inúmeros lares²¹⁸.

O jornal publicou a versão de João Boldo (um dos envolvidos que processou Roessler) e mais quatro caçadores que não abriram inquérito contra o fiscal. Havia uma nota e um apelo aos caçadores sobre a campanha que estava começando. A primeira noticiava que “Os caçadores [estavam auxiliando] a Sociedade de Caça e Pesca na sua Campanha para Moralizar a Fiscalização e Defender a Classe”. Abaixo havia uma lista com os nomes de pessoas que já

²¹⁸ DIÁRIO DO NORDESTE. Op. Cit.

estavam dando auxílio financeiro, e que os interessados em colaborar poderiam entregar sua contribuição à redação do *Diário do Nordeste*. A própria sociedade – que se chamava Sociedade de Caça e Pesca São Pelegrino – publicou um “Apelo aos Caçadores”, para que auxiliassem financeiramente a entidade “para custear o processo e demais despesas em defesa dos caçadores que foram vítimas das violências do Fiscal Roessler”²¹⁹.

Em 11 de abril, o periódico *Geração Nova*²²⁰, de Bento Gonçalves, noticiou na capa “protestos contra Roessler na Câmara Federal”. Achilles Mincarone (agora Deputado Federal) “deu conhecimento à câmara dos deputados” de uma carta que enviou ao Ministro da Agricultura, João Cleofas, em discurso²²¹, afirmando que o acontecido “foi uma verdadeira orgia, onde a covardia, escudada o número dos que integravam a caravana, se destacou nos turbulentos agentes da autoridade pública”²²². Na referida carta ao ministro, Achilles solicitava que

V. Excia. designasse pessoa de sua confiança, a fim de proceder a rigoroso inquérito nos municípios de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Garibaldi, onde, em meados de março findo, funcionários do Serviço de Caça e Pesca, destacados em São Leopoldo, praticaram as mais incríveis arbitrariedades, chegando a espancamentos de indefesos colonos, sob pretexto de repressão à caça naquela região. (...) tenho como certo o atendimento ao que ora, em nome dos agricultores daquelas comunas, solicito²²³.

É interessante observar que os termos utilizados por Achilles Mincarone são muito semelhantes aos encontrados nas defesas apresentadas fora do prazo pelos caçadores de Bento Gonçalves e Veranópolis. Repete-se o relato de espancamento de “indefesos colonos”, a “invasão de lares” e a “covardia” dos fiscais. Achilles mencionava que os colonos teriam sido atacados por uma “caravana”, sendo que Roessler, em geral, era acompanhado de um ou dois companheiros em suas fiscalizações.

²¹⁹ Ibidem.

²²⁰ O jornal, órgão da “União Bentogonçalvense de Estudantes” - UBE, foi fundado em 1952, encontrava-se em seu terceiro ano, Nº 3. Os Diretores eram Paulo e Vinicius Mincarone, filhos de Achilles Mincarone. Vinicius Mincarone foi vereador de Bento Gonçalves, de 1956 a 1959, pelo PTB. CÂMARA BENTO. Vereadores e Suplentes a partir 1948. Disponível em: <<http://www.camara Bento.rs.gov.br/historia/relacao-de-vereadores-e-suplentes-a-partir-de-1948/>>. Acesso em 19 de julho de 2010.

²²¹ O jornal reproduziu o discurso de Mincarone que foi publicado no Diário do Congresso Nacional (Seção 1) em abril de 1954. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso Nacional. Abril de 1954. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=1616&DataIn=07/04/1954&seq=27082>. Acesso em 12 de julho de 2010.

²²² GERAÇÃO NOVA. Protestos na Câmara dos Deputados Federais contra as violências praticadas por funcionários da Delegacia de Caça e Pesca deste Estado. Bento Gonçalves, 11/04/1954 (APHR).

²²³ Ibidem.

No mesmo número do jornal, consta um artigo assinado pelo Diretor-responsável do jornal, Paulo Mincarone²²⁴, com intenção explícita de ofender e provocar Roessler. Vale a pena transcrever alguns trechos da “Carta aberta ao Cangaceiro”:

O crápula a quem é dirigido este artigo lá pelos meados do mês de março esteve no interior do município de Bento Gonçalves, dando sequência a mais um de suas famigeradas excursões de cangaço. Desta feita, fez-se acompanhar de capangas, praticando uma série de atos selvagens e tropelias, próprios de sua índole de alcagoete, dirigidos contra os pacatos agricultores (...). Não respeitou sequer o princípio universal da inviolabilidade do lar, que só pode ser invadido mediante mandado judicial, e assim mesmo durante a luz do dia. Acontece, porém, que todos estes atos foram praticados contra pessoas que não tem noção do que sejam seus direitos. As arbitrariedades foram tantas e tão variadas que já são do conhecimento de todos, dada a repercussão que tiveram, razão porque não particularizaremos caso algum. (...) os estudantes que menos falam, mas produzem, e que graças a Deus têm vergonha na cara, e que sempre estiveram do lado dos que trabalham honestamente, deliberaram o seguinte:

1º - Aconselhar os agricultores a meter fogo no aludido cangaceiro Roessler e na sua famigerada quadrilha de salteadores.

2º durante o período da Páscoa, quando todos estaremos em Bento Gonçalves, andar de espingarda à tiracolo, não para matar passarinhos, mas sim para provocar a quadrilha comandada pelo cafajeste Henrique Luiz Roessler, e sabemos de antemão que eles não virão aceitar o desafio, dada a sua natural covardia demonstrada quando surraram agricultores imobilizados e sem possibilidades de reação pelas pistolas dos agentes da Gestapo do nazista Roessler.

Esperaremos, porque na esperança de que eles venham, coisa que certamente não acontecerá, teremos a oportunidade de aliviar nosso país de alguns dos mais lídimos representantes desta miserável sobrecarga de incapacidade administrativas que infelizmente pululam nos cargos públicos da nação. (...) Que não se assuste o Sr. Delegado Walter Frank, se porventura houver algum tiroteio, na época da páscoa, pois estaremos a postos no dia da chegada da quadrilha de cangaceiros²²⁵.

Podemos perceber o quanto a atuação de Roessler incomodou setores da imprensa de Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Ele até gostava de uma “boa briga” para defender a natureza, mas deve ter ficado abalado com os termos utilizados, extremamente agressivos²²⁶. Além disso, a carta contém uma ameaça aberta de morte a Roessler. Mais ainda, ela convoca, em nome dos estudantes da cidade - pois o jornal era órgão da UBE -, os agricultores a atirarem no Delegado

²²⁴ Paulo Mincarone, em 1954, tinha 25 anos e era estudante da Faculdade Nacional de Direito, Universidade do Brasil-RJ. No ano seguinte, elegeu-se Deputado Estadual pelo PTB/RS, na legislatura de 1955-59 e depois Deputado Federal de 1959 a 1963. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em 12/07/2010. Segundo Grill (2004, p. 234), citando Paulo Mincarone e outros casos semelhantes, “esses políticos que migraram do PMDB para outras siglas têm uma origem política familiar ligada ao PTB e a opção inicial pelo PMDB centralizado por Pedro Simon, no início da década de 1980 (...). Chama a atenção, porém, que os homens políticos permanecem acionando um elo com o passado familiar e político que os ligam ao trabalhismo e circunscrevem-se na órbita de siglas nas quais podem, de algum modo, inscrever-se na história da “tradição política”.

²²⁵ MINCARONE, Paulo. Carta Aberta ao Cangaceiro: Especial para o “Xerife” Henrique Luiz Roessler, digno delegado florestal. Geração Nova. Bento Gonçalves, 11/04/1954 (APHR).

²²⁶ Roessler entra com ação criminal contra Paulo Mincarone, por ter publicado a reportagem acima transcrita, considerada “violento artigo, injuriando e caluniando o querelante [quem apresenta queixa, no caso, Roessler], a quem atribui em termos de baixo calão e palavras que enxovalham a dignidade pessoal e funcional, fatos e atos inverídicos, além de aconselhar e recomendar os agricultores a usarem suas armas de fogo contra o signatário desta; a atitude do articulista, sobre ser atentatória da boa ética jornalística, é daquelas que merecem repressão para que não fiquem impunes, como estabelece a lei, aqueles que, valendo-se da liberdade de imprensa, não vacilam em caluniar e injuriar, gratuitamente, quem cumpre seus deveres e tem um passado de probidade a zelar” (ROESSLER, H. Representação contra Paulo Mincarone, Bento Gonçalves. S/data (APHR).

Florestal. Os discursos tanto de Achilles como de Paulo parecem muito bem articulados no jornal da família, provavelmente criado com objetivos eleitoreiros, pois os dois disputariam diferentes cargos políticos, no ano em curso.

Outro jornal de Bento Gonçalves que também se manifestou contra Roessler foi o *Jornal do Povo*²²⁷. Na edição de 15 de abril de 1954, uma página inteira aborda o assunto, com as manchetes “Confirmadas as violências do Fiscal de Caça e Pesca Henrique Luiz Roessler”; “Violência em Flores da Cunha e Caxias do Sul”; “Roessler espanca, invade domicílios e ‘apreende’ armas”; “Pedida a substituição desse funcionário”; “Revolta e indignação do povo de Caxias”; “Novas vítimas em Caxias e Flores da Cunha”²²⁸. A reportagem reproduzia a foto dos agredidos por Roessler (mostrando os pequenos hematomas), bem como a matéria que estampou a capa do *Diário do Nordeste* de 02 de abril, acrescentando também um recado indireto ao delegado florestal: “cumpra o Senhor Henrique Luiz Roessler, suas funções de fiscal, dentro das rígidas determinações da lei. Autue, processe, apreenda as armas dos infratores. Mas não se queira transformar em cangaceiro das nossas matas. Não pretenda criar fama de gangster desta região”. O delegado de polícia da cidade teria dito à redação do jornal que uma das vítimas “mantida na imobilidade pelo revólver de um capanga” relatou no inquérito que teria apanhado tantas vezes quantos pássaros tivesse matado. Na matéria constavam também implicações de cunho étnico contra Roessler:

Por certo, o abusivo agente de autoridade sentia saudade do nazismo, dos tempos de Dachau²²⁹, das noites em que reunia em sua casa inúmeros amigos, para deleitar-se com as irradiações da emissora berlinense, a contar as lorotas dos afundamentos dos barcos aliados nos diversos mares. Se pesquisarmos bem suas atitudes, talvez encontremos outras razões para os enunciados procedimentos, que não o cioso cumprimento da legislação de caça e pesca. Na desaforada carta que endereçou ao legislativo caxiense, revela-se um racista pernicioso, ojerizado aos homens que constituem o caldeamento etnogênico de nosso meio. Acertada está a polícia ao determinar a instauração de processo correspondente, para que satisfações legais sejam prestadas às inadvertidas vítimas de suas arbitrariedades. Mas não apenas isso. Urge a substituição desse agente, por outro que fazendo cumprir a lei, saiba também se manter dentro dela. Por um outro fiscal que saiba impor o princípio e o respeito da autoridade, sem o auxílio de capangas e a intimidação dos revólveres. Por outro que respeite, para ser respeitado. Por outro que não nos faça lembrar certos títeres de uma tenebrosa noite de desumanidades, pois muitos guardam ainda a lembrança dos castigos necessários, e saberiam talvez aplicá-los novamente²³⁰.

²²⁷ O *Jornal do Povo* estava completando um ano de existência no dia da edição (15/04/1954). Era dirigido por Amélio L. Casagrande.

²²⁸ JORNAL DO POVO. Confirmadas as violências do Fiscal de Caça e Pesca Henrique Luiz Roessler. Bento Gonçalves, 15/04/1954 (APHR).

²²⁹ Dachau foi o primeiro campo de concentração para prisioneiros políticos, criado em março de 1933, na Alemanha, pelo governo nacional socialista, ou nazista. UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Enciclopédia do Holocausto – Dachau. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005214>>. Acesso em: 17 de julho de 2010.

²³⁰ JORNAL DO POVO. Op. Cit.

Roessler é acusado de racista e nazista, razão que o periódico supõe motivar “as arbitrariedades e violências” por ele cometidas. Também em correspondência enviada por Antonio C. Oliveira ao Diretor do Serviço de Caça e Pesca, em 05 de abril, aparece uma acusação aberta de que Roessler seria nazista:

Ninguém acreditará, por mais obtuso que seja, na abnegação e patriotismo (!) desse senhor, trabalhando abnegadamente, sem proveito, para a sua querida Pátria, que ele não considerava assim no período da última guerra europeia, pois todos sabem que era adepto fervoroso de Hitler e do nazismo, daí todo aquele recalque de que se vê possuído, o qual o leva as cenas vandálicas contra os infelizes colonos e pescadores, oriundo do malogro da sua crença no HOMEM SUPERIOR e da doutrina nazista, dos quais era, em São Leopoldo, o mais feroz propagador. (...) Esperamos sua ação enérgica (...), colocando em seu devido lugar esse monstro com forma de homem, porém mais monstro que os próprios monstros, porque só ataca os desvalidos, porque se ela não vier de V. S. virá dos próprios infelizes que têm visto os seus lares invadidos e desrespeitados, as suas ferramentas de trabalho desapropriadas, como se se encontrassem em pleno regime nazista. A justiça virá, cedo ou tarde, desses pobres colonos humilhados e desses pescadores calcados pela bota nazista, suja e imunda²³¹.

Roessler guardava em seu arquivo também as manifestações contrárias a si. Não encontrei indícios de que ele tivesse propagado a “doutrina nazista” na cidade em que vivia, nem documento escrito que me levasse a inferir que ele fosse um “adepto de Hitler”. Contudo, “até 1938, quando foram tomadas em nível nacional as primeiras medidas contra teutos e contra as atividades do grupo nacional-socialista no Brasil, o governo brasileiro demonstrou simpatia crescente em relação ao regime nacional-socialista” (GERTZ, 1987, p. 63); assumir-se um seguidor do nazismo não levaria a represálias, o que mudou a partir de 1942, quando o Brasil rompeu com o Eixo. Se Roessler tivesse se pronunciado a favor de Hitler, defendendo o nazismo, no início dos anos 1930, não seria nada estranho, naquele campo de possibilidades, até porque Getúlio Vargas – por quem ele nutria grande admiração – manifestava entusiasmo pelos regimes nazi-fascistas, e buscava ser também um líder como Hitler e Mussolini, no regime de Estado Novo, por ele instaurado em 1937.

É interessante observar como Oliveira se referiu à parte ofendida na disputa: são os colonos “infelizes”, “humilhados”, “desvalidos”, ou seja, as vítimas, já Roessler é “nazista”, “monstro”. A matéria do *Diário do Nordeste* o acusa de “racista”, pelo conteúdo de uma carta que ele teria enviado à Câmara Municipal de Caxias²³². A reportagem se refere a um possível conflito étnico, a partir da carta, como se ele quisesse de alguma forma castigar os italianos.

Baseada em outros documentos de seu arquivo, posso supor alguns termos usados por Roessler, que teriam motivado a alcunha de “racista”. Ele se referia aos imigrantes italianos e

²³¹ OLIVEIRA, Antonio C. Carta ao Diretor do Serviço de caça e Pesca. São Leopoldo, 05/04/1954 (APHR).

²³² Entrei em contato com a Câmara de Vereadores de Caxias do Sul para conseguir uma cópia da carta, porém a funcionária responsável pelo arquivo me informou que houve um incêndio em 1992, no qual foi perdida quase toda a documentação, e a carta já não existe mais.

seu descendentes frequentemente como “gringos passarinheiros”, “tarados”, e à passarinhada como “grande sem-vergonhice desse povo danado e fingido”²³³. Em carta ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca, Ascanio Faria, Roessler mencionou que “todos conhecem a índole dos descendentes de italianos, que fazem questão de serem contra as Leis”²³⁴; no relatório enviado ao chefe Costa Meira, quando expôs que deu liberdade a João Boldo e Rico Zanesi, o fiscal se mostrou arrependido: “por camaradagem ainda os deixei nas portas de suas casas. Esta minha fraqueza foi um grande erro. Não cheguei a conhecer ainda perfeitamente a alma do gringo, apesar de lidar com homens de origem italiana há 15 anos”²³⁵. Também em suas crônicas, Roessler não poupava os imigrantes italianos: “estamos convencidos de que ninguém dos viciados teria deixado escapar a rara oportunidade de fazer tão formidável passarinhada, mesmo sob o risco da intervenção da fiscalização” (ROESSLER, 2005, p. 104); “a grande multidão dos passarinheiros, os terríveis avicidas, [caça] por instinto, para satisfazer estranhos apetites” (ROESSLER, 2005, p. 105). Na crônica “O morredor dos maus caçadores”, Roessler foi mais explícito: “como se sabe, na Colônia Italiana não há mais vida na Natureza e por isto os matadores de ‘caça miúda de galho’ procuram as matas dos grandes municípios vizinhos de São Francisco de Paula e Bom Jesus para realizar seus desprezíveis massacres entre as pobres avezinhas” (ROESSLER, 2005, p. 121). Na carta aos vereadores de Caxias, o fiscal deve ter, no mínimo, chamado os imigrantes de “viciados”, “tarados”, e, muito provavelmente, ter mencionado a ideia da “herança maldita”. Se já naquela época a carta foi considerada racista, hoje, seria alvo do “politicamente correto” e Roessler seria muito criticado. Entretanto, contextualizando o fato, e, precisamos considerar que esta foi a grande guerra de Roessler, ele não conseguia compreender o apetite pelos pássaros, pois tinha uma visão idealizada e religiosa da natureza, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4. Além disso, ele estava mesmo “do outro lado”: era o fiscal de caça, e, ainda por cima, descendente de alemães²³⁶.

É interessante perceber a visão do “outro”, no trecho da reportagem, a visão que os italianos tinham de Roessler, e aí entra a questão do nazismo, por causa da descendência do delegado florestal, mas também pelas palavras “racistas” dirigidas aos imigrantes italianos. Nesse ponto, os “dois lados” competiam nos xingamentos: ser acusado de “nazista”, “cangaceiro”, “cafajeste”, “vagabundo”, “safado” ou “fanático bandoleiro”²³⁷ poderia ser tão

²³³ ROESSLER, H. Carta a Marli Guinter. São Leopoldo, 31/08/1961 (APHR).

²³⁴ ROESSLER, H. Carta a Ascanio Faria. São Leopoldo, 28/08/1954 (APHR).

²³⁵ ROESSLER, H. Relatório enviado a Carlos Costa Meira. São Leopoldo, s/data (APHR).

²³⁶ No entanto, quando juntos, “alemães” e “italianos” viam-se como “de origem” contra luso-brasileiros (WEBER, 2002).

²³⁷ Roessler recebeu uma carta anônima, datada de 24 de abril de 1952, assinada pelo “Passarinheiro Disposto de Caxias do Sul”, dirigida “ao fanático bandoleiro Roessler e sua bandilha de gangsters que se dizem fiscais de caça

grave quanto ser chamado de “gringo”, “tarado”, “louco” ou de “passarinheiro” que não obedece às leis. Na verdade, os próprios caçadores se reconheciam assim, pois um remetente de cartas anônimas a Roessler assinou “Passarinheiro disposto”. Assim como Roessler, tanto o remetente, como os articulistas dos jornais, poderiam ser tachados de “racistas”.

Quanto ao fato de ouvir a rádio berlinense, sabemos que rádios alemãs podiam ser ouvidas no Brasil²³⁸; não há nenhuma “prova” de que Roessler a ouvisse, pode ser que sim. Para seus inimigos, ele seria um saudoso do nazismo, e estaria tentando aplicar os castigos aqui, numa espécie de holocausto dos italianos. Está claro que ao chamá-lo de nazista, queriam atingi-lo em sua identidade de descendente de alemães, para desmoralizá-lo perante a sociedade, o que poderia levar ao seu afastamento do cargo de delegado florestal.

Podemos interpretar essa rivalidade como uma versão localizada de uma espécie de “luta de representações” (BOURDIEU, 2007a, CHARTIER, 2002) entre os grupos étnicos “italianos” e “alemães”. Na disputa entre Roessler e os passarinhos, ocorreu, também, a construção de estereótipos étnicos. Os dois “lados”, ao utilizarem imagens negativas para referir-se ao rival, construíram representações – que podiam ser tão concretas quanto o “real” e mesmo vir a constituir o próprio real – com a intenção de diminuir, desvalorizar o “outro”. Nessa “luta de representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais” (BOURDIEU, 2007a, p. 113), não importa se as representações correspondem à verdade (BOURDIEU, 2007a, p. 121), mas sim que influenciem a construção de um imaginário para os grupos²³⁹. No caso, tanto Roessler quanto seus inimigos queriam construir imagens negativas uns dos outros.

(...), burro e pretencioso, querendo convencer que o pássaro é útil à agricultura. O colono sabe melhor que os pássaros são uma praga terrível e por isso precisam morrer”(...). Você, seu vagabundo safado, chefe dos assaltantes, não tem compostura moral, porque corre como maluco pelos campos, rasteja pelos matos, vadeia banhados e escala montanhas, de revólver na cintura e cassetete na mão, atrás dos passarinhos para pegar as suas armas e escrever autos de infração, nos perseguindo por pura maldade, para estragar o único prazer dos pobres colonos que nada fazem de mal”. PASSARINHEIRO DISPOSTO. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 24/04/1952 (APHR).

²³⁸ Segundo Weber (1994, p. 115-117), a partir de janeiro de 1942, quando o Brasil rompe relações diplomáticas com Alemanha, Itália e Japão, “o cerco começa a fechar-se sobre os habitantes dessas nacionalidades no Brasil”. Os descendentes de imigrantes alemães são os mais perseguidos, sendo que ficam proibidos de falar alemão em público, bem como de ouvir emissoras de rádio alemãs. Tanto o uso da língua alemã quanto a sintonização de rádios alemãs eram motivo frequente de prisões. Também Sílvio Rockenbach (1998, p. 127) comenta que “o período nazista significou para os alemães e teuto-brasileiros aqui residentes a iniciação na escuta do rádio (...). Sendo proibido o idioma alemão em solo brasileiro, muitos não resistiam à tentação de se reunirem furtiva e clandestinamente nas casas de quem tivesse um receptor de ondas curtas (...) para saberem o que estava acontecendo na distante e saudosa Alemanha”.

²³⁹ O imaginário é “representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o ‘verdadeiro’ e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo, é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer” (PESAVENTO, 1995, p. 24). Para Patlagean

Um aspecto a ser considerado, quanto à política editorial desses jornais, é que tinham, claramente, objetivos político-eleitorais. Uma breve análise do material já permite perceber que não se tratavam de veículos de comunicação, no sentido, digamos, mais profissional do termo. Eram, na verdade, meios através dos quais seus proprietários podiam divulgar suas ideias e opiniões políticas, com fins eleitorais. Em outros artigos dos exemplares analisados, os articulistas também utilizavam palavras de baixo calão para dirigir-se a seus inimigos políticos. No caso de Roessler, os jornais, administrados por candidatos a vereador e deputado, encarregaram-se da divulgação dessas imagens negativas a respeito de Roessler, colaborando ativamente na “luta de representações”.

A campanha difamatória continuou por mais tempo na imprensa, mas, por ora, deixaremos os jornais de lado, para analisarmos o inquérito policial. Os inquéritos policiais e processos judiciais são fontes muito utilizadas por historiadores. Procederemos usando as reflexões de Bacellar (2006, p. 37), para quem os processos crimes e cíveis, além de fontes abundantes, ao convocar diferentes testemunhas a depor, “permite recuperar as relações de vizinhanças, as redes de sociabilidades e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações do passado”. Oliveira e Silva (2005) também propõem instigantes reflexões sobre o trabalho com documentos judiciais. Os processos são documentos históricos, oficiais, e o trabalho com esses documentos traz, para as autoras, duas implicações metodológicas: a questão do poder (é o Estado quem produz a fonte) e a da interpretação, “porque estamos trabalhando com o que está escrito e não com o acontecimento em si, ou ainda porque não estamos interpretando por meio da observação direta, mas por meio da palavra escrita, e isto é fonte de inúmeros questionamentos, que envolvem a questão da subjetividade” (OLIVEIRA, SILVA, 2005, p. 245).

Rico Zanesi e João Boldo compareceram no plantão da Delegacia de Caxias do Sul, às 10 horas da manhã de 29 de março de 1954, para apresentar queixa contra Roessler. Comunicaram que no dia anterior, às 8 horas, foram a uma caçada na localidade de Nossa Senhora da Saúde (interior de Caxias), quando foram espancados a borrachadas pelo fiscal. Foram encaminhados para o médico legista, para perícia médica, que verificou em João Boldo “na região supra escapular esquerda uma mancha, de coloração avermelhada, de um centímetro de largura por três centímetros de comprimento, com leve tumefação difusa subjacente”²⁴⁰. Em Rico Zanesi, a lesão foi um pouco maior, também na mesma região do corpo, “uma mancha de

(1978, p. 300), é sobre o “problema da relação entre a realidade social e sistema de representações” que deve ser construída a história do imaginário.

²⁴⁰ Perícia de João Boldo, *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Inquérito Policial nº 73/54. Caxias do Sul, aberto em 30/03/1954 (APHR).

coloração vinhosa (esquimose), medindo um centímetro de largura por seis centímetros de comprimento, com leve tumefação difusa subjacente”²⁴¹.

Nos Termos de Declarações iniciais constantes no Inquérito Policial (APHR), os depoimentos de Zanesi e Boldo coincidem no começo, porém, ao longo das falas de cada um, discordam em vários pontos. Ambos afirmam que saíram para caçar lebres “nas imediações de suas casas”, mas como não encontraram lebres, entraram no mato para “dar alguns tiros”. Quando já haviam matado alguns sabiás, apareceu um homem moreno que colocou um revólver no peito dos declarantes (os dois afirmaram o fato). A partir daí, há duas versões para o encontro com Roessler. Zanesi matou apenas uma pomba e um sabiá. Disse que o homem moreno mandou largar a espingarda no chão e que, “nisso chegou um cidadão mancando de uma perna, o qual se identificou como Delegado Regional de Caça e Pesca”. Afirmou que Roessler mandou que se ajoelhasse no próprio local do flagrante e, “naquela posição passou a ser surrado a borrachadas pelo referido senhor”. Ele teria sido o primeiro a ser agredido, antes de João Boldo e “sabia que a caça estava proibida nesta época, porém, ao ver a pomba e o sabiá não resistiu à tentação”²⁴².

Boldo, por sua vez, declarou que “foi conduzido até a presença de um senhor que estava num jipe, o qual mancava de uma perna”. Roessler teria segurado o caçador pelo lenço do pescoço, e perguntado quantos passarinhos ele tinha caçado. A resposta foi “uma pomba e cinco sabiás”. O fiscal o conduziu até o jipe, fez com que se ajoelhasse e passou a agredi-lo, dizendo: “um sabiá, dois sabiás, três sabiás”, e assim por diante, até completar o número de aves abatidas pelo caçador²⁴³.

Além de Boldo e Zanesi, mais quatro pessoas prestaram declarações contra Roessler, membros da família Toigo, vizinhos dos dois caçadores. Os familiares acusavam o Delegado Florestal de ter entrado em suas casas e levado armas, em duas diferentes ocorrências. Primeiro, pelas 10 horas da manhã do dia 28 - duas horas após o incidente com Boldo e Zanesi, portanto -, Roessler teria feito ameaças a Honorato Alexandre Toigo, de 16 anos, de que, se não entregasse a arma de seu pai, Honorato Toigo, o faria “se cagar a borrachadas”; intimidado, ele entregou uma espingarda calibre 40. O pai do jovem afirmou que teria passado pelos fiscais na estrada, de manhã, e teria visto que eles haviam apreendido Boldo e Zanesi. Entretanto, quando retornou a casa, às 17 horas, seu filho contou “que Roessler havia estado em sua casa e, depois

²⁴¹ Perícia de Rico Zanesi, *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁴² Declarações iniciais de Rico Zanesi. *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁴³ Declarações iniciais de João Boldo. *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

de lhe mentir que o declarante havia ordenado a entrega de uma espingarda, passou a ameaçá-lo de agredi-lo com uma borracha”²⁴⁴.

O segundo caso com a família ocorreu na propriedade do casal Ângela e Vitório Toigo, que prestaram declarações em 30/03/1954. A mulher declarou que, por volta das 10 horas da manhã, estava na frente da casa, quando Vitório passou “correndo em direção à casa, perseguido por homens de revólver na mão”. Os perseguidores fizeram dois disparos contra Vitório, que não entrou na casa, indo para os matos existentes nas proximidades. Ângela disse ainda que uma filhinha “desmaiou de susto”, devido aos disparos. Em seguida, um jipe verde chegou ao local, de onde desceu um senhor alto, gordo, “que disse ser o Delegado Regional de Caça e Pesca, o qual pediu à declarante para entregar a espingarda que tinha em casa”. No início, ela não quis entregar, porém depois de meia hora de discussão acabou entregando a arma a Roessler²⁴⁵.

A versão do marido foi de que se encontrava no porão de sua casa, quando ouviu “um tiro que vinha do mato, em suas terras”. Saiu então para ver o que estava acontecendo, quando viu um homem moreno de óculos, que, ao vê-lo, “levou a mão no cabo do revólver”. Vitório “pensou que fosse algum bandido e por esse motivo saiu disparando mato adentro”, enquanto o referido homem deu dois tiros, não saberia dizer se atirando para cima, ou em sua direção. Vitório ficou no mato até meio-dia, quando ficou sabendo que quem estava em sua propriedade era a fiscalização de caça e que o Delegado Regional de Caça e Pesca havia levado sua espingarda²⁴⁶.

Muito provavelmente, esses depoimentos deram subsídio para as afirmações de que Roessler estaria “invadindo lares com capangas”, como vimos acima. Um resumo dos depoimentos acompanhou a matéria supracitada do *Correio do Nordeste*, de 02 de abril. As declarações devem ter acirrado os ânimos de grande parte da população da região colonial, reforçadas pelas referências étnicas da matéria do *Jornal do Povo* de 15 de abril.

Essas manifestações, na imprensa e nos depoimentos que deram início à briga judicial, podem ser interpretadas como estratégias de resistência dos prejudicados pela fiscalização de Roessler. A população de caçadores, considerando-se atingida em uma importante prática cultural, herdada de seus antepassados, reagia contra a proibição do costume. Tanto a campanha nos jornais quanto as declarações dos atingidos, no processo, podem ser pensados como mecanismos de oferecer reação à Roessler; essas “queixas” eram a “arma” que os

²⁴⁴ Declarações de Honorato Toigo. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁴⁵ Declarações de Ângela Toigo. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁴⁶ Declarações de Vitório Toigo. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

caçadores podiam usar nos embates simbólicos e materiais contra o fiscal, a autoridade do Estado, na “luta das representações”.

Roessler relatou sua versão para a polícia, em 02 de abril de 1954, mencionando seu histórico como Delegado Florestal, desde 15 de fevereiro de 1939, que fez inúmeras diligências fiscalizadoras na região, apreendendo armas e caça; em virtude desse seu “zelo para que as leis de caça sejam respeitadas”, não era bem-visto pelos transgressores e que já tinha recebido diversas ameaças “por parte dos caçadores de passarinhos”. Nas diligências, era sempre acompanhado pelo motorista Osmar Pacheco Moreira e pelo guarda florestal Lauro Maria. Na fiscalização de 28 de março, ouviu tiros, ao se aproximar de um mato; os ocupantes do jipe desembarcaram para verificar o que estava acontecendo. Roessler seguiu pela estrada, por causa da perna artificial, enquanto Osmar e Lauro entraram pelo mato. O fiscal caminhava, “quando saltaram de dentro do mato dois caçadores com suas espingardas na mão”, ele se identificou como Delegado de Caça e pediu a entrega das armas. Boldo e Zanesi não obedeceram às ordens e passaram a agredi-lo, um o pegou pelo braço esquerdo e o outro pretendeu bater com “a coroa da arma em sua cabeça”. Como não estava armado de revólver, “mas somente de cassetete”, com esse objeto passou a desferir borrachadas em seus agressores. Em meio à luta, chamou os seus funcionários para virem em seu auxílio, os quais não demoraram muito. Os dois subordinados também não possuíam revólveres, e só passaram a portar arma depois desse atrito²⁴⁷.

Com a chegada de Osmar e Lauro, os caçadores foram dominados, presos, e recolhidos para o interior do jipe. Roessler afirmou ter lavrado auto de infração e apreensão, os quais foram assinados por Boldo e Zanesi. O grupo iria para a Delegacia de Caxias, para entregar os dois caçadores, quando, no caminho, “apareceu um novo caso de caçadores dando tiros”. Os dois funcionários desceram para averiguar o que se passava, enquanto Roessler ficou com “os dois presos”, que “começaram a implorar ao declarante para não trazê-los para a Delegacia, pois seriam processados, e eles eram gente pobre, com família grande”. O Delegado Florestal teria ficado penalizado e resolveu mantê-los presos dentro do jipe, “até meio dia, para que não fossem avisar outros caçadores”. A partir daqui, a história de Boldo e Zanesi se entrelaça com a da família Toigo. Um dos caçadores, João Boldo, “para conseguir as boas graças do declarante, delatou um seu vizinho e amigo, que também estava caçando, ou seja, Vitória Toigo”. Roessler teria ordenado que Lauro e Osmar fossem detê-lo. Os dois voltaram, afirmando que “tinham visto o caçador, mas o mesmo fugiu, entrando nos matos de sua casa, conduzindo uma

²⁴⁷ Declarações de Henrique Roessler. In: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

espingarda na mão”. Enquanto Roessler ainda aguardava seus ajudantes, a esposa de Vitório, Ângela, “ali veio (...) perguntar o que havia, pois tinha visto seu esposo correndo com um homem atrás”. O fiscal pediu então que Ângela falasse com seu marido para que entregasse a arma e o produto da caça. Ela foi até onde Vitório estava escondido – um moinho situado no mato nos fundos de sua casa – e de lá voltou com “uma espingarda de dois canos, calibre 28, e uma sacola contendo doze passarinhos”. Em vista disso, Roessler lavrou auto de infração e apreensão, que foram assinados por dois vizinhos, “pois o mesmo ficou escondido no mato”. Ainda nas proximidades da casa de Vitório, na casa ao lado, viu “nos fundos da mesma um menor, portando uma espingarda”. Roessler chamou o rapaz e tirou-lhe a arma – não menciona se houve resistência na entrega -, de calibre 40 “(própria para matar passarinho)”, também lavrando auto de apreensão e infração em nome do menor, Honorato Alexandre Toigo. Depois desses fatos, atendendo aos pedidos de Boldo e Zanesi, “resolveu soltar os mesmos, tendo os levado de jipe até suas casas, e em seguida se retirou, tomando o rumo de Flores da Cunha, onde também apreendeu diversas armas e pássaros”. Na noite de 28, Roessler e funcionários voltaram para Caxias, onde pernoveram. No dia seguinte, 29 de março, foram a Ana Rech, quando na estrada “o declarante viu um menor caçando de espingarda” e, por isso, apreenderam sua arma, e lavraram autos de infração e apreensão. O menor era Alcides Novelli. É a primeira vez que seu nome aparece nas declarações. Aparentemente um fato corriqueiro, meses mais tarde, Novelli também apresentou queixa contra Roessler, o que acarretaria uma segunda fase no processo judicial.

Respondendo às acusações de Boldo e Zanesi, o fiscal disse que não era verdade que tivesse “agredido de borracha (...) obrigando-os a se ajoelharem e desferindo-lhes borrachadas conforme a quantidade de aves abatidas”. Quanto à denúncia de que Osmar (o homem moreno de óculos) tivesse feito disparos a Vitório Toigo, nada sabia, pois o funcionário devolveu o revólver com a carga completa, da mesma maneira como Roessler havia lhe entregado. No final da declaração, Roessler pediu para esclarecer,

a bem da verdade, que exerce o cargo de Delegado Florestal Regional desde 15 de fevereiro de 1939 (...) sem nenhuma remuneração, com prejuízo da própria atividade de onde retira os proventos destinados à sua subsistência, ou seja a de contador, sendo por isso obrigado a trabalhar à noite, em escritas avulsas. Que (...) faz a fiscalização em todo o território rio-grandense, com ardor patriótico, e com a finalidade de preservar a Flora e a Fauna brasileira, em cuja tarefa já teve oportunidade de ser acidentado, quando em serviço, resultando daí, ter perdido o pé direito e que, apesar disso, não deixou de prestar os seus serviços nesse setor da administração pública²⁴⁸.

²⁴⁸ Ibidem.

Esse final é significativo, pois nele Roessler utiliza as mesmas categorias mencionadas em documentos anteriores - e em outros que serão analisados mais à frente neste trabalho - para construir-se como sujeito. Ele não perdia a oportunidade de fazer referência à ausência de remuneração, ao acidente e mesmo ao caráter patriótico de sua atuação.

Osmar Pacheco e Lauro Maria também prestaram declarações para o inquérito policial. Pacheco era motorista da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio – Setor de Produção Animal, e fora destacado para dirigir o jipe durante as fiscalizações comandadas por Roessler. Suas declarações foram praticamente idênticas às do Delegado Florestal. Pacheco disse que já havia feito “uma meia dúzia de viagens com o senhor Roessler e nunca viu o mesmo fazer qualquer violência e nem cometer a menor arbitrariedade”. Afirmou também que o fiscal guardava o revólver no porta-luvas do jipe, e que andava apenas com cassetete, “o qual sempre carrega na mão”²⁴⁹.

Lauro Maria também declarou ser funcionário da Secretaria de Agricultura, setor de Produção Animal, “estando destacado em São Leopoldo e que naquela cidade está subordinado ao senhor Henrique Luiz Roessler; que quando o referido senhor sai a fiscalizar os caçadores, o declarante o acompanha sempre”²⁵⁰. Maria também corroborou as declarações de Roessler e Pacheco; os três companheiros de fiscalização devem ter combinado antecipadamente o que diriam, pois suas falas coincidem em todos os pontos, com o objetivo de defender o fiscal no processo. Isso poderia influenciar a decisão judicial futura, já que os depoimentos dos caçadores apresentavam várias dissonâncias, como vimos acima.

Passaremos agora a analisar a estratégia de Roessler para se defender das acusações. Como ele saiu “dessa”?

Muito antes de receber o mandado judicial (de 09 de junho de 1954, informando da apresentação da denúncia e notificando do prazo de 15 dias para apresentar defesa), e mesmo antes da denúncia ser apresentada, Roessler começou a agir. Esse é um ponto interessante da nossa pesquisa: assim que tomou conhecimento dos primeiros artigos contra ele na imprensa de Caxias e Bento Gonçalves, lançou mão de uma ampla rede de relações pessoais, através de correspondências em que solicitou apoio, tanto moral quanto financeiro.

Já na primeira quinzena de abril, Roessler enviou um ofício-modelo²⁵¹ para sociedades de caça e pesca do Rio Grande do Sul, informando que estava sendo processado, com a narrativa de sua versão do ocorrido (resumidamente, a declaração que acompanhamos acima).

²⁴⁹ Declarações de Osmar Pacheco. *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁵⁰ Declarações de Lauro Maria. *In*: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Op. Cit.

²⁵¹ ROESSLER, H. Ofício a Sociedades de Caça e Pesca do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, datas diversas, 1954 (APHR).

Segundo o ofício, uma campanha difamatória estava sendo movida por um clube de caça chamado “São Pelegrino”, que parecia ao missivista “recém-fundado com a finalidade de proteger infratores”. Era o clube que publicou o “Apelo aos caçadores”, no *Diário do Nordeste* de 02 de abril²⁵². Roessler pediu ajuda financeira aos clubes, com a justificativa de que estaria sem recursos, pois todas as suas economias foram gastas com material de propaganda e nas viagens de fiscalização; o Serviço de Caça e Pesca não estava provido de verbas para ajudá-lo. Além da contribuição em dinheiro, a diretoria do clube, se tivesse interesse em sua permanência como fiscal, poderia enviar ao “Sr. Dr. Carlos Costa Meira, Chefe do Serviço de Caça e Pesca, um pedido nesse sentido, manifestando sua solidariedade contra a campanha que está sendo movida injustamente”, mostrando-se interessada na continuidade da “rigorosa fiscalização que durante 15 anos vinha sendo por mim exercida com tantos sacrifícios”²⁵³.

Roessler pediu ajuda também a policiais, políticos, funcionários do Ministério da Agricultura, bem como a outras pessoas influentes, que ele acreditava serem capazes de colaborar em sua defesa. A partir das respostas recebidas, é possível demarcar mais detalhadamente sua rede de relações. A reação ao apelo de Roessler foi altamente positiva. Ele recebeu vários documentos, cartas, atestados de apoio, de diferentes indivíduos e entidades.

A seguir, apresento uma relação dos apoiadores de Roessler:

²⁵² Em 20 de maio, Roessler escreveu ao Tenente Karan, solicitando uma “pesquisa” sobre o Clube de Caça São Pelegrino, a pedido de seus “consultores jurídicos”. O fiscal fez uma série de perguntas, sobre o clube; pediu também um exemplar dos estatutos e tudo mais que pudesse caracterizar as finalidades do clube. Roessler agradeceu também pela remessa de pasquins da região (Carta de Roessler a Ten. Karan, 20/05/1954, APHR). Karan era quem lhe enviava os jornais e o mantinha informado sobre o andamento da campanha difamatória, bem como enviava informações sobre os “inimigos” do fiscal. Era uma espécie de informante no “território inimigo”.

²⁵³ ROESSLER, H. 1954. Op. Cit.

Cartas de apoio recebidas por Roessler		
Nº	Profissão - Atividade	Local
1	Diretor do Banco do Brasil	Rio de Janeiro
1	Câmara Municipal	São Leopoldo
2	Delegados de Polícia	Caí; Arroio do Meio.
2	Delegados Florestais	Santa Rosa; Soledade.
1	Prefeito	Passo Fundo
3	Advogados	Farroupilha, S. Leopoldo, Caxias do Sul.
8	Entidades de Caça e Pesca	Santa C. do Sul, Santa Rosa, Erechim, Taquara, S. Leopoldo, Ijuí, Panambi, N. Hamburgo.
3	Entidades Diversas: Centro Cívico Cultural, INP, Círculo Gaúcho de Orquidófilos.	São Leopoldo
2	S/identificação profissional	São Leopoldo, Santa Maria do Herval.
1	Partido político - PTB	Carazinho
Atestados		
4	Agricultores e empresas com atividade agrícola	Canoas (2), Porto Alegre, Gravataí.
3	Funcionários da Polícia Civil	São Leopoldo, (2) Porto Alegre.
1	Juiz de Direito	Porto Alegre
1	Médico	Porto Alegre

A partir da tabela acima, é possível inferir a variedade da rede de relações de Roessler, naquele momento. Podemos constatar as múltiplas esferas sociais de inserção, bem como o amplo espaço geográfico dessa rede, que incluía, além de diversos municípios gaúchos, a capital do país, na época ainda o Rio de Janeiro. Inclusive, além do diretor do Banco do Brasil mobilizado no Distrito Federal, um telegrama foi enviado para Getúlio Vargas, pedindo que não fossem aceitas “falsas alegações” contra Roessler e, se fosse preciso, que o Presidente mandasse averiguar o caso *in loco*, para reconhecer “o zelo do funcionário que serve à Nação

há quinze anos *honoris causa*”²⁵⁴. A referência ao caráter patriótico do acusado poderia contar a seu favor, em uma sociedade mergulhada no nacionalismo.

A tabela também permite tecer considerações interessantes sobre as relações de Roessler. Como vimos, ele não era contrário à caça legalizada. Isso se torna ainda mais evidente ao constatarmos que o grupo que enviou o maior número de manifestações de solidariedade foram as sociedades de caça e pesca. Além das cartas demonstrando apoio ao fiscal, encontrei em seu arquivo 11 listas de assinaturas, com colaborações em dinheiro enviadas a Roessler²⁵⁵. As entidades ficaram sensibilizadas com o apelo do ofício enviado por ele, contribuindo com um total de 16 mil cruzeiros²⁵⁶, para ajudar no pagamento do advogado de defesa.

Além das entidades de caça, também há atestados assinados por agricultores, que afirmaram permitir que Roessler exercesse a fiscalização de caça em suas propriedades. Um dos proprietários de uma fazenda em Canoas, a empresa A. J. Renner, atestou que Roessler “sempre exerceu com eficiência e sem qualquer ato de violência ou de arbítrio a sua função pública de zelar pela proibição da caça em nossa fazenda (...) de acordo com as leis e regulamentos em vigor, sendo que a nossa empresa veda terminantemente a caça na referida propriedade”²⁵⁷. Podemos inferir que a ação do fiscal convinha aos proprietários de terras, pois, de certa forma, inibiria invasões das propriedades e, em casos de atividade pecuária, até mesmo a morte de gado. Outra constatação importante é a presença de manifestações de funcionários da polícia civil (dois delegados e três outros), pois Roessler mantinha contato permanente com autoridades policiais, que o acompanhavam frequentemente nas fiscalizações. Também a presença de entidades com diferentes fins (culturais, proteção florestal e observadores de orquídeas) atesta a variedade das relações mobilizadas pelo fiscal.

As manifestações de apoio foram organizadas em uma certidão, assinada pelo Chefe do SCP, Carlos Costa Meira. Ao todo, 26 correspondências foram transcritas - provavelmente pelo próprio Roessler - na certidão. A primeira manifestação citada foi do médico Gildo Russowsky, que reconheceu ter ouvido “de pessoas que merecem a maior confiança elogios à atuação desse fiscal, assim como por várias vezes também escutei recriminações acerbas sobre o método empregado [por ele]”. Russowsky teve o cuidado de mencionar as versões dos dois lados (os que elogiavam e os que condenavam Roessler); sua atuação não era unânime. Contudo, o

²⁵⁴ MOELLER, Ernesto. Telegrama a Getúlio Vargas. São Leopoldo, 05/04/1954 (APHR).

²⁵⁵ SOCIEDADES DE CAÇA E PESCA DO RS. (11) Listas de contribuição a Roessler. Datas diversas (APHR).

²⁵⁶ Valor equivalente a cerca de 13 salários mínimos da época. JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. Série Histórica do Salário Mínimo-Valor. Disponível em: <<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 2010.

²⁵⁷ A. J. RENNER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO. Atestado. Porto Alegre, 20/04/1954.

médico ponderou que jamais foram apresentadas provas concretas de que ele não agisse de acordo com o Código de Caça e Pesca e terminou solicitando sua permanência no Setor, “mesmo que, caso não possa mais o Sr. Roessler continuar efetuando a fiscalização em virtude de sua saúde, seja o mesmo aproveitado como elemento de gabinete e no serviço de propaganda”²⁵⁸. Como médico, a preocupação de Russowsky era a saúde de Roessler, já que ele tinha perdido a perna e apresentava sequelas frequentes. Entretanto, dificilmente Roessler aceitaria uma função de gabinete; mesmo com os problemas de locomoção com a prótese, ele deu um jeito de seguir fiscalizando até os últimos anos de vida. A afirmação de Russowsky, de que nunca foram apresentadas *provas* contra Roessler, é importante, porque indica um dos motivos pelos quais, já em vida, ele pôde constituir-se como um “pioneiro”, e também porque restaram somente discursos positivos na construção de sua memória. No entanto, estamos vendo que havia vozes dissonantes na época de sua atuação.

Também o colega Alfeu Tatim Silva, delegado florestal de Soledade, enviou mensagem de apoio a Roessler, ressaltando o cunho patriótico de seu trabalho. Solidarizava-se com “aquele servidor da Pátria, tão digno de veneração dos brasileiros que verdadeiramente amam o Brasil”. Silva lembrou que as atividades de Roessler não eram remuneradas, mas que apesar disso, ele vinha

como um verdadeiro herói anônimo, batalhando na defesa da floresta e da fauna nacional, de que somos nós, os seus comandados, testemunhos do dinamismo e zelo com que as defende. Mutilado que ficou, no exercício dessas funções, em nada arrefeceu seu ânimo, continuando, como continua, sua campanha tão nobre quanto patriótica, só igualada em desinteresse pessoal e méritos, pelos missionários da catequização dos silvícolas. (...). A nosso ver a ação do Sr. Roessler foi legítima, está amparada em Lei pelo Código de Caça, por isso apelamos às autoridades de nossa terra que lhe saibam fazer justiça, o que servirá de estímulo a nós outros que exercemos funções de mesmo gênero, a continuarmos batalhando na defesa dos interesses da Pátria comum. Era este o apelo que pretendia fazer, de acordo com o que dita a minha consciência de colega, subordinado e admirador do Sr. Roessler²⁵⁹.

Além de considerar Roessler um “herói anônimo”, um “missionário” [grifos meus], trabalhando “na defesa dos interesses da Pátria” - o que valorizaria seus esforços -, o texto de Silva nos permite entrever o fascínio que o delegado regional exercia sobre seus colaboradores. Essa capacidade de comando vem ao encontro do que Luiz Carlos Sanfelice - que dirigiu o jipe em inúmeras viagens de fiscalização, nos anos 1960 - me relatou em entrevista: Roessler tinha “uma voz de líder, uma voz de comando que você não podia se recusar”²⁶⁰.

²⁵⁸ MEIRA, Carlos Costa. Certidão enviada ao Diretor Geral da Divisão de Produção Animal. Porto Alegre, 14/06/1954, Folha 1 (APHR).

²⁵⁹ Ibidem, Folha 2.

²⁶⁰ SANFELICE, L. Entrevista à autora. Porto Alegre, 13/07/2010.

Apesar de não ser uma pessoa simpática (pelo menos fora do âmbito familiar), sorridente, era como se Roessler inspirasse confiança, segurança e obediência nas pessoas à sua volta. Até nas correspondências com o irmão Waldemar, em que tratava assuntos profissionais além dos pessoais, há trechos que corroboram essa inferência. Waldemar enviava para Roessler notícias do Delegado Florestal da cidade, o Vasconcelos, com apelido de Furadinho. Na carta de 06/10/1946, o irmão conta que Furadinho, recém nomeado, “já botou uma placa na porta, e está agarrado no Código para se enfrontar bem, antes de entrar na ofensiva (...) está bem entusiasmado”²⁶¹. Também na carta de 10/10/1946, Waldemar transmite a Roessler o entusiasmo do Delegado Florestal de Cruz Alta: “O teu delegado Furadinho diariamente vem me dar conta do que faz e deixa de fazer (...). Ontem, me comunicou o seu objetivo imediato: transformar a delegacia florestal de Cruz Alta na primeira delegacia do Estado!”²⁶². Na resposta ao irmão, Roessler brincou: “É meio forte a pretensão do colega de tornar a delegacia dele a primeira do Estado. E a minha onde então ficará colocada ou a minha está fora de concurso?”²⁶³.

Doze sociedades de caça e pesca também se manifestaram a favor de Roessler. A Sociedade de Caça e Tiro São Leopoldo ponderava que “a atividade do Sr. Henrique Luiz Roessler, na repressão da caça e pesca ilegal, tem sido das mais benéficas e continua merecendo da nossa Sociedade toda colaboração e apoio (...) jamais chegou ao nosso conhecimento fato algum que tivesse dado motivo justo de queixa contra o serviço de fiscalização exercido pelo referido Delegado Florestal”. A sociedade se considerava no “dever moral” de se manifestar a favor de Roessler, pois tinha “o máximo interesse em que se cumpra e se faça cumprir o Código de Caça, punindo os contraventores na forma da Lei”²⁶⁴. Com a caça bem fiscalizada, ou seja, realizada nos períodos e limites permitidos, os “bons caçadores” seriam beneficiados, pois o número de animais disponíveis para o esporte seria bem maior. Era, portanto, do interesse das entidades prestar solidariedade ao fiscal no momento difícil enfrentado por este. O Clube Tiro e Caça Lajeado, e as sociedades de caça de Canoas, Santa Rosa, Santo Ângelo, Taquara, Erechim, Frederico Westphalen, Santa Cruz do Sul, Panambi, Porto Alegre e Novo Hamburgo ressaltaram o caráter abnegado, heroico, “idealista” do trabalho de Roessler, uma “espinhosa missão”, realizando “nobres, moralizadores e eficazes serviços de fiscalização (...) com *sacrifícios* [grifo meu]”²⁶⁵.

²⁶¹ ROESSLER, W. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 06/10/1946 (APHR).

²⁶² ROESSLER, W. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 10/10/1946 (APHR).

²⁶³ ROESSLER, H. Carta a Waldemar Roessler. São Leopoldo, 11/10/1946 (APHR).

²⁶⁴ MEIRA. Op. Cit. Folha 4.

²⁶⁵ MEIRA. Op. Cit. Folhas 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 21, 24.

Dois prefeitos municipais também se solidarizaram com Roessler, utilizando termos muito semelhantes aos já destacados aqui. Tanto o prefeito de São Leopoldo, na ocasião, Germano Hauschild, quanto o de Passo Fundo, Daniel Dipp, referiram-se ao réu como “exemplar funcionário”, “antigo e dedicado servidor público”, esperando que “a Justiça [soubesse] fazer Justiça a um funcionário, o qual em sua longa trajetória jamais praticou atos de violência”²⁶⁶.

O amigo Tenente Karan também se manifestou a favor de Roessler. Para Karan, com as fiscalizações de março de 1954, ficou provado “com exuberantes provas que o fiscal Henrique Luiz Roessler é um funcionário difícil de ser substituído em qualquer *missão* que lhe aponte o caminho do dever [grifo meu]”. Costa Meira devia orgulhar-se “do aprimoramento e moralização alcançado” pelo Serviço de Caça e Pesca, com a colaboração de Roessler, “cuja atuação será um imperativo do próprio prestígio da Secretaria de Agricultura, e da proteção da nossa fauna impiedosamente devastada pelo vandalismo dos *maus brasileiros* [grifo meu]”²⁶⁷.

Uma das manifestações mais importantes foi a de Cylon Rosa, na época Diretor do Banco do Brasil²⁶⁸. Roessler enviou carta a Rosa solicitando sua ajuda; já havia conseguido grande número de mensagens de apoio, mas faltava “um documento de grande importância nas provas que apresentarei em Juízo. É o de um emérito caçador e influente homem público, cuja palavra vale ouro. É o seu testemunho de que a minha fiscalização tem sido correta e útil”²⁶⁹. Como a carta chegou com atraso, Rosa respondeu com um telegrama diretamente para Costa Meira, no qual mencionou que conhecia “o idealismo, critério de honradez e devotamento que caracterizavam o servidor”²⁷⁰. Ele se ofereceu para testemunhar a favor de Roessler no processo²⁷¹.

Roessler recebeu também o apoio de um partido político, o PTB, Diretório municipal de Carazinho. O secretário geral, Lourival Vargas, afirmou que “neste município o digno Delegado Florestal Regional tem agido sempre com energia e exaço no cumprimento do seu dever, sem levar em conta posições ou cores partidárias, fazendo todo o possível, com os recursos de que pode dispor, quer diretamente ou por intermédio do Delegado Florestal

²⁶⁶ MEIRA. Op. Cit. Folhas 7 e 20.

²⁶⁷ MEIRA. Op. Cit. Folha 23.

²⁶⁸ Pompílio Cylon Fernandes Rosa (1897-1987) era natural de Montenegro-RS, foi advogado, vereador em Montenegro, deputado estadual (1934-37), presidente da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, e, com a ascensão à presidência da República do General Eurico Gaspar Dutra, foi designado, em 1945, para governar o Estado. No ano de 1952, o Presidente Getúlio Vargas o convidou para assumir a diretoria da Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008). Com o currículo acima, o testemunho de Cylon “valia ouro” para Roessler.

²⁶⁹ ROESSLER, H. Carta a Cylon Rosa, 04/05/1954 (APHR).

²⁷⁰ MEIRA. Op. Cit. Folha 26.

²⁷¹ ROSA, Cylon. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 04/06/1954 (APHR).

Municipal”²⁷². O ofício do PTB foi encaminhado a Roessler junto com um bilhete, manuscrito em papel timbrado do diretório, assinado pelo delegado florestal de Carazinho (nome ilegível), comunicando que “quanto ao numerário, posteriormente mandaremos de acordo com o possível”. Roessler deve ter solicitado contribuição em dinheiro para custear o processo, como fez com as sociedades de caça e pesca.

Vários documentos utilizados nesta pesquisa indicam uma ligação ou, no mínimo, uma grande simpatia de Roessler pelo PTB. O ano era 1954, poucos meses antes da morte de Getúlio Vargas; o PTB era o partido no governo, com muitos representantes ocupando cargos na máquina estatal, inclusive nos órgãos a que ele estava vinculado (Serviço Florestal e Serviço de Caça e Pesca). No relatório enviado ao seu chefe, Costa Meira, Roessler explica todo o incidente que causou o processo judicial, e introduz uma série de questões políticas importantes para compreendermos melhor o motivo de tanto ódio ao delegado florestal. Não se realizava fiscalização na Serra havia quase dois anos (desde seu acidente, em maio de 1952), quando o próprio Meira lhe passou ordem por escrito para voltar a fazer diligências lá. Por isso, “tornava-se preciso agir antes do período de agitação política, para acabar com os maiores abusos”. Nessa volta, em março de 1954, houve um incidente em Flores da Cunha, quando “um cidadão embriagado ofendeu tão estupidamente a fiscalização e começou a aliciar o povo para atacar os fiscais e virar o jipe para retomar a força as armas apreendidas, entre as quais sabia estarem algumas de seus amigos, o que nos obrigou a prendê-lo e entregá-lo à polícia”. Essa atitude demonstra uma resistência muito forte à fiscalização da caça, certamente motivada pelos milhares de autos de infração e apreensão de armas aplicados por Roessler e os outros fiscais. Naquele episódio, o problema foi ainda maior, porque o cidadão era “um político de influência, porque logo apareceram homens para interceder na soltura do bêbado, cujo assunto ficou dependendo da decisão do Sr. Delegado de Polícia, o qual mandou reforçar e armar a guarda e pediu que viajássemos em seguida, para evitar um ataque dos amotinados”²⁷³. Para ele, tratava-se de “amotinados”, ou seja, rebeldes, revoltosos, que perturbavam a “ordem”, da qual ele era o representante no momento da insurreição. Pelo “ataque”, é possível visualizar também a abrangência geográfica do ódio a Roessler; pode-se dizer que abarcava praticamente toda a região nordeste do Estado, que recebeu massiva colonização italiana.

Roessler comentou também os episódios do dia 28 de março, em Caxias do Sul, que resultaram no processo e na campanha difamatória, movida por jornais e por uma emissora de rádio da cidade, através do locutor José Morais Pinós, “um candidato a vereador, derrotado no

²⁷² MEIRA. Op. Cit. Folha 11.

²⁷³ ROESSLER, H. Relatório enviado a Carlos Costa Meira. S/data (APHR).

pleito passado, que agora quer fazer mais votos”²⁷⁴. Realmente era ano eleitoral, e, além de Pinós, também Paulo Mincarone queria eleger-se com votos de caçadores de passarinhos. Para Roessler, “explodiu o ódio velho recalcado durante anos contra quem nada mais fez do que cumprir rigorosamente seu dever funcional”. Era a oportunidade de seus inimigos conseguirem “de qualquer jeito a minha eliminação de fiscal de caça, porque mesmo aleijado não os deixei em paz, agindo contra as matanças de passarinhos que cometem. Como não tiveram coragem de me matar, agora querem me matar moralmente”. É possível perceber o quanto a campanha difamatória e o processo o afetaram; Roessler sentia o peso da desonra, o que, para quem teve uma educação jesuíta, baseada no rigor moral, deve ter sido um fardo difícil de suportar.

Roessler finaliza o relatório com um pedido, embasado numa história de favores, com referência ao PTB:

Desejaria explicar o caso ao Sr. Secretário da Agricultura, ou pedir que V. Sia. o faça, para que não faça um julgamento apressado, antes da manifestação da Justiça, que não vai atrás de barulho de jornal e rádio e sabe distinguir entre depoimentos falsos, *para que não abandone um correligionário que acatou todas as suas ordens para engrandecimento do PTB* [grifo meu]²⁷⁵.

Aqui aparece uma referência explícita de filiação partidária, se não formal, pelo menos ideológica com o PTB²⁷⁶. Pelo que podemos ver, Costa Meira, seu chefe, também era do partido. Além disso, pelo apelo de Roessler, percebe-se que ele estava com medo, sentindo-se realmente ameaçado de perder seu cargo, em função dos interesses políticos dos candidatos, que queriam a qualquer custo conseguir votos no pleito de 1954-55. Num momento tão difícil como esse, o argumento de que tinha seguido as ordens do partido poderia salvá-lo, já que a questão era política e interna ao PTB, afinal, Paulo Mincarone também era um correligionário, assim como Pinós.

O candidato a vereador, além de utilizar a rádio, assinou um artigo no *Jornal do Povo*, de 24/07/1954, em que dizia encerrar “a campanha que foi levantada contra as tropelias e

²⁷⁴ De fato, Pinós foi candidato a vereador em Caxias do Sul nas eleições de 1951, pelo PTB. Ele não foi eleito; recebeu 292 votos, ficando em 8ª posição entre os candidatos de seu partido que, naquele pleito, conseguiu eleger três vereadores. MARTINS, Manoel Brustoloni (Juiz eleitoral). Ofício nº 345/51, a Isidoro Domingos Moretto (Presidente da Câmara de Vereadores). Caxias do Sul, 27/12/1951 (TRE-RS).

²⁷⁵ ROESSLER, H. Relatório enviado a Carlos Costa Meira. S/data (APHR).

²⁷⁶ Na época em questão, havia um sistema eleitoral muito diferente do atual (2011). Contatei o TRE/RS, bem como o PTB e PDT atuais, questionando se Roessler foi filiado ao PTB. Membros de diferentes facções políticas se consideram herdeiros da “tradição” trabalhista do antigo partido; houve disputas em torno da sigla, no final dos anos 1970. Isso levou à fundação de um novo partido, o PDT, por Leonel Brizola, em 1979. Para uma boa análise desse processo e das heranças do “trabalhismo” no Rio Grande do Sul, consultar o artigo de Igor Grill (2007). Infelizmente, por tratar-se de um sistema eleitoral a que o TRE não possui mais acesso, não consegui nenhuma confirmação de que Roessler teria se filiado ao antigo PTB. No entanto, posso afirmar que nutria enorme apreço e simpatia pelo partido, assim como por seu grande ícone, Getúlio Vargas.

excesso de autoridade do sr. Herr. Roessler”²⁷⁷. Pinós assume na matéria ter encampado a campanha, junto com mais dois “senhores, Elvo Marcon e Nilo Travi”. Marcon era o diretor responsável pelo *Diário do Nordeste* e Travi foi um dos autuados na grande “batida” de 08/05/1949, que deveria ainda querer vingar-se do fiscal, cinco anos depois. Pinós afirma que a campanha do trio teve o objetivo de “levar à hospedagem final do cárcere da Correção, para pagar pelos crimes de que está sendo acusado o Sr. Henrique Roessler”. Para ele, o delegado florestal estava movendo processo contra “os que trouxeram a público estas suas macabras manobras de fiscalizar”, mas não foi bem sucedido, pois o juiz mandou arquivar o processo “que Herr. Roessler pretendia mover contra o signatário desta nota, mais Elvo Marcon e Nilo Travi”. Realmente, ele entrou com ação contra Pinós, por causa do artigo publicado no *Diário do Nordeste* de 03/04/1954, e também contra Paulo Mincarone; não sobrou nenhum documento comprobatório de que tenha incluído Marcon e Travi, mas é possível que sim, tendo em vista a gravidade da campanha.

Pinós comemorou o arquivamento do processo e esperava que Roessler fosse preso:

Ficou o acapangado *Herr.* Roessler bailando sem par... E Oxalá que continue até a decisão final da Justiça, que não tenho dúvida em opinar pela sua hospedagem como condenado na Colônia Penal Daltro Filho, como recompensa pelas suas tropelias e abusos de autoridade. (...) O Sr. Henrique Roessler é um espancador e como tal, contraventor da lei [grifo meu]²⁷⁸.

No final do artigo, o radialista protestava contra “os mandões da Secretaria”, porque não deram ouvidos à sua campanha e não abriram um processo administrativo contra o fiscal. Os documentos do arquivo pessoal de Roessler indicam que seu chefe direto e também outros funcionários de alto escalão ficaram do seu lado, ao contrário do que queria Pinós com sua campanha.

Escrevendo para o deputado estadual Germano Sperb (PTB), Roessler mencionou que a Comissão Executiva do partido em Flores da Cunha enviou telegrama ao Presidente do Diretório Estadual do partido, acusando-o “como praticante de violências e arbitrariedades no exercício da fiscalização da caça”. Colocando Sperb a par de toda a situação, o fiscal espera “de V. Sia, que me conhece há decênios, que faça minha defesa perante o nosso partido, ou onde [eu] for atacado”²⁷⁹. A “luta de representações” de cunho étnico se estendeu à esfera política, e dividiu os correligionários do mesmo partido em blocos opostos: de um lado, Sperb, que era de

²⁷⁷ PINÓS, José Morais. O caso do Fiscal de Caça e Pesca Sr. Henrique Luiz Roessler. *Jornal do Povo*. Bento Gonçalves, 24/07/1954 (APHR).

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ ROESSLER, H. Carta a Germano Sperb. São Leopoldo, 13/06/1954 (APHR).

São Leopoldo (colonização alemã), representando o diretório local e, de outro, os militantes de Flores da Cunha (colonização italiana)²⁸⁰. Roessler, no caso, mobilizou o “seu lado”.

A rede de relações de Roessler no âmbito político não se restringia aos correligionários do PTB; ele se comunicava também com o deputado federal Wolfram Metzler²⁸¹, do (PRP), para quem afirmou que a campanha difamatória estava sendo dirigida pelo radialista, candidato a vereador em Caxias, que este cidadão percorria a colônia, aliciando elementos multados e que perderam suas armas, conduzindo-os às delegacias de Polícia de Caxias e Bento Gonçalves para se queixarem depois de 60 dias, a fim de conseguir os votos dos colonos assim por ele “protegidos”. Nesse “transe doloroso” de sua vida, Roessler apelava

ao ilustre amigo, defensor das boas causas e do patriotismo nacional, tendo em vista a sua prática e a experiências próprias, por ter sofrido também a injustiça de perseguições e injúrias sem conta²⁸², para que me aconselhe como devo agir para me salvar dessa horda de raivosos matadores e comedores de passarinhos, que estão me amargurando a vida e que visam o desmoroamento da minha obra de proteção, conseguida a custa de 15 anos de serviços gratuitos com o *sacrifício de todas as minhas economias e de um membro do próprio corpo* [grifo meu]²⁸³.

Quando Metzler recebeu a carta, ao entrar no plenário da Câmara, “o Mincarone [Aquiles] estava ocupando a tribuna, lendo outro telegrama dos passarinhos. Como ele já estava terminando, não pude dar-lhe a resposta, mas falei a ele e obtive a promessa de não continuar lhe atacando. Ao que eu saiba, ele cumpriu o prometido”²⁸⁴. Metzler falou com pessoas do Ministério, “infelizmente não com o Ministro, que estava ausente (...) para seu conforto pessoal, deveria ter-lhe dado conta de tudo; faço-o tarde, mas espero que o ilustre amigo ainda se dê por satisfeito e que não tenha perdido o ânimo de lutar”. Metzler não chega a aconselhar Roessler da melhor maneira de sair dos apuros, mas, propôs-se a defender “a boa causa daqueles que, como o Sr, fazem mais do que o estritamente necessário”²⁸⁵.

²⁸⁰ Estou ciente de que nos dois municípios havia diversos grupos étnicos, a divisão em dois grandes grupos corresponde à ocupação migratória predominante em cada um deles e visa operacionalizar a pesquisa.

²⁸¹ Wolfram Metzler nasceu em Porto Alegre em 15 de setembro de 1903, era médico, viajou duas vezes à Europa, em 1927 e em 1931, para especializar-se em cirurgia e clínica médica na Alemanha, na Áustria e na França, onde fez estágio nas principais organizações hospitalares e institutos médicos. Wolfram foi um dos fundadores e membro do movimento integralista no estado e, posteriormente, filiado ao Partido de Representação Popular. TONINI (2003, p. 52-53).

²⁸² Metzler foi preso em 1942, acusado de porte ilegal de arma, de ser ex-membro integralista, e simpatizante do nazismo; ficou cem dias preso na Colônia Penal Agrícola Daltro Filho. Em 1944, sofreu um processo de perda de nacionalidade brasileira. (...) Wolfram esteve na Alemanha num período de intensa campanha de Hitler, quando o nacional-socialismo ganhava espaço e conquistava um contingente considerável de adeptos. Diante da campanha de reconstrução e avanço alemão, os ideais nazistas entusiasmavam milhões de pessoas; por isso, ao retornar ao Brasil, buscou aproximar-se do movimento político brasileiro que propagava ideais fascistas, o integralismo (TONINI, 2003, p.53).

²⁸³ ROESSLER, H. Carta a Wolfram Metzler. São Leopoldo, 11/06/1954 (APHR).

²⁸⁴ METZLER, Wolfram. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/07/1954 (APHR).

²⁸⁵ Ibidem.

Em carta ao Tenente Coronel Mário Fonseca, seu amigo, Roessler também mencionou questões políticas interessantes. Anexos, ele enviou um jornal, a cópia de uma carta anônima e uma poesia, “por cuja leitura ficará conhecendo melhor as qualidades negativas e a índole vingativa de meus gratuitos inimigos, como são todos os comedores de passarinhos”. Roessler estava indignado com a falta de compreensão dos aliados de partido:

Por interesses políticos, apenas alguns votos de “passarinheiros”, anarquizam e desmoralizam um *companheiro*, agente do Serviço Público, que apenas cuidou de cumprir o seu dever funcional. Pensando bem, um funcionário como eu, que fez o que eu estou fazendo durante 15 anos, gratuitamente, sem ônus para o governo, que já ficou *aleijado* no desempenho do serviço de fiscalização, e que insiste em continuar a trabalhar na defesa dos bichos, merece mesmo ser condenado pela Justiça. Estou certo que a legião dos por mim autuados e multados, que ainda perderam suas armas, o conseguirão ao final, porque usam de meios tão imorais e torpes, como os aplicados contra o nosso grande e imortal Presidente, autor dos decretos de proteção à natureza, insuperável idealista que foi acuado por elementos sem entranhas até a morte. O Dr. Pasqualini, homem íntegro e inatacável, acima de todas as sujeiras e barbaridades que estão acontecendo, nada poderá fazer por mim nesses processos engendrados por nossos partidários. [grifos meus]²⁸⁶.

O tom pessimista ainda suporta certa ironia, apesar do difícil momento porque Roessler passava. Na carta, fica claro que seus oponentes eram seus “companheiros” do PTB, e, por isso mesmo, a mágoa deveria ser ainda maior. A carta foi escrita poucos dias após a morte de Getúlio Vargas, ocorrida em 24 de agosto, com quem Roessler se comparava, sentindo-se também vítima de uma espécie de conspiração. Novamente, ele menciona o acidente que o deixou aleijado, ironizando que, depois de tudo que fez pela natureza, e ainda de graça, merecia mesmo ser condenado. A morte de Vargas provocou grande abalo em Roessler, como acarretou em todo o país, entretanto, para ele, era uma dupla derrota, pois além da perda do “grande e imortal Presidente”, perdia o “idealista” que sancionou várias leis de proteção à natureza²⁸⁷.

A carta anônima a que Roessler se referia era datada de 17 de junho de 1954 e foi assinada pelo “Passarinheiro disposto de Caxias do Sul”, que já havia enviado carta em 1952. A segunda carta expressa um ódio ainda maior contra Roessler, em termos de baixo calão, contendo ameaças à vida do delegado florestal, e deixa claro que o motivo das desavenças não era (somente) político; pelo conteúdo da carta, o “Disposto” também era petebista:

“Ao famigerado *Herr* Roessler, perseguidor de gringos inocentes:”

Quando em 1952, logo após eu ter te escrito uma carta, Deus atendeu nossas preces, pragas e promessas, atirando-te no rio, no que resultou serrarem fora tua perna, pensávamos que estaríamos livres da tua infernal perseguição para sempre. Festejamos contentes a tua desgraça com foguetório e grandes passarinhadas. Em toda Colônia Italiana houve festas e alegria, porque havias recebido o castigo justo e merecido, e não mais incomodarias ninguém. Mas nos enganamos. Voltaste com um pé artificial para continuar a nos amargar a vida, pior do que antes, porque ficaste com um complexo de

²⁸⁶ ROESSLER, H. Carta a Mário Fonseca. São Leopoldo, 03/09/1954 (APHR).

²⁸⁷ *Ibidem*.

inferioridade e queres ainda bancar o valentão. Agora, em vista das tuas últimas façanhas de bandoleiro, resolvemos decretar a tua sentença de morte, porque não podemos esperar por outra punição divina, nem temos confiança na Justiça dos homens. Ainda não conheces a alma vingativa dos gringos, especialmente dos calabreses e tirolezes, que agora te arrumaram um processo criminal nas costas (...). A ordem é de te atirar na cara para te cegar e depois de matar a coronhadas (...). Quando o *Pasqualini* tomar conta desta porcaria de governo podre, o primeiro ato dele será libertar as passarinhadas e permitir caça livre, extinguindo esse Serviço de Caça e Pesca cagado (...). Todos os homens de bem de Caxias e municípios vizinhos, tão duramente atingidos no seu esporte predileto, que é a matança de passarinhos, vão mostrar o que vale o voto de um povo livre, consciente de seus direitos e como se mata sabiás à vontade, porque sabiá só nos interessa frito com polenta e bom vinho, porca madona. Porém tu não mais chegarás a ver isto, porque então já estarás enterrado. Teu caixão já está pronto para te levar de volta para casa. Nunca mais entrarás nas nossas matas para bancar a *cangaceiro*. Então será novamente grande a alegria na Colônia Italiana [grifos meus]²⁸⁸.

O “Passarinheiro disposto” confessou-se simpático ao PTB, quando mencionou que Pasqualini tomaria conta do governo – o que não ocorreu, pois perdeu a eleição para Ildo Meneguetti (PSD). Além de conotações polícias, podemos perceber significados étnicos na carta. O missivista assumia a designação exógena de “passarinheiro”; o que era um insulto, quando dirigido de Roessler aos caçadores de passarinhos, convertia-se quase num título, motivo de orgulho: era como “Passarinheiro disposto” que o indivíduo assinava a carta. Podemos dizer que, neste caso, houve uma espécie de “solidariedade entre as pessoas assim designadas, talvez porque, em decorrência desta denominação comum, eles fossem coletivamente o objeto de um tratamento específico” (POUTIGNAT, STREIFF-FENART, 1998, p. 145). Assumir-se “passarinheiro”, acrescentado de “disposto”, transformando a conotação negativa em positiva, pode ser entendido também como mais uma forma de resistência à fiscalização da caça, da qual Roessler era o representante que mais havia incomodado os caçadores e, por isso, alvo de uma grande parcela de ódio coletivo. No caso, a “disposição” demonstrava explicitamente a resistência: os passarinheiros estavam dispostos tanto a continuar caçando (não aceitando as proibições), quanto a lutar contra o fiscal, o que fica expresso nas ameaças de morte frequentes a ele.

O fato é que Roessler procurou ajuda de Metzler, um integralista acusado de nazista²⁸⁹ e preso durante a Segunda Guerra Mundial. Como Metzler se manifestou a seu favor, o Delegado Florestal também foi associado ao nazismo, como vimos nas matérias dos jornais e na carta enviada por Oliveira ao Diretor do Serviço de Caça e Pesca.

Toda essa “luta de representações” entre Roessler e os passarinheiros (e seus representantes), utilizando uma série de estigmas²⁹⁰, gerou imagens negativas, através de

²⁸⁸ PASSARINHEIRO DISPOSTO. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 17/06/1954 (APHR).

²⁸⁹ Para Gertz (1991), nazismo, germanismo e integralismo, fenômenos diferentes, foram tratados como algo homogêneo, no período do Estado Novo, consolidando a fantasia do “perigo alemão”.

²⁹⁰ Estigmas são “práticas discriminatórias em relação aos alemães e outras procedências não-lusas tornaram-se rotina entre os anos 1938 e 1945. Essas práticas alimentavam-se de uma série de estereótipos com que

nominações, de ambos os lados da disputa²⁹¹. Roessler, além de reafirmar a imagem dos descendentes de imigrantes italianos como “gringos”, utilizou as representações de “tarado” (neste caso, há imagem materializada em foto no panfleto “Retrato de um Tarado”), “violentos”, “loucos”, “maldita herança”, “vício inato”, “passarinheiros”, “terríveis avicidas”, “maus brasileiros”, “povo danado e fingido”, entre outros. Para Roessler (e alguns de seus apoiadores, como o Tenente Karan), o gosto pela passarinhada seria um vício genético herdado dos antepassados de origem italiana; as gerações de descendentes nascidas no Brasil, em virtude dessa “maldita herança”, seriam “maus brasileiros”, porque não haviam conseguido livrar-se do vício.

Da parte dos “italianos”, foi construída uma imagem de Roessler como *violento e covarde*, ao nominá-lo de “cangaceiro”, “espancador de indefesos colonos”, “arreatador de armas sem licença”, “crápula”, “cafajeste”, “bandoleiro”, que ia para os municípios de colonização italiana para praticar “atos selvagens”, “atos bárbaros contra mulheres e criancinhas”, “tropelias”, com sua “quadrilha de salteadores”, num “abuso de autoridade”, o que o tornava “um contraventor da lei”, justamente o contrário de como Roessler se percebia, um “moralizador através da lei”. Além disso, esse imaginário estava ligado à representação de Roessler como *nazista*, como vimos, na utilização de estigmas relacionados ao nazismo, tais como “quinta coluna”, “porco”, “agente da Gestapo”, “agente com saudades de Dachau”, “racista”, “adepto de Hitler”, “monstro”, “Herr. Roessler”. Há que se considerar que a lembrança da segunda guerra ainda era muito forte, afinal, havia passado apenas nove anos do seu término, e a sombra do nazismo ainda devia atormentar as memórias dos descendentes de diversos grupos étnicos imigrantes (vários deles perseguidos durante esse período). Muitos descendentes de alemães deviam ser acusados de nazistas, no entanto, no caso de Roessler, além da origem étnica alemã, ele era o agente do Estado que reprimia uma prática importante para os grupos italianos. Associá-lo à violência e ao nazismo era a principal estratégia de resistência que esses grupos encontraram na tentativa de continuar praticando a passarinhada.

principalmente os alemães foram estigmatizados: ‘alemão batata’, ‘quinta-coluna’, ‘nazista’ e outros mais. Condenava-se o racismo contra os negros na América do Norte e na África do Sul e não se percebia que aqui também se discriminava [... os] alemães, italianos e japoneses” RAMBO (1994, p. 49).

²⁹¹ Procurei contatar pessoas envolvidas nesses episódios, nos municípios que foram palco dessa “luta de representações”; talvez elas se lembrassem da atuação de Roessler contra a passarinhada. Consegui contato telefônico com Virgilino Antonio Boldo, filho de João Boldo, um dos caçadores que moveram o processo judicial contra Roessler. O Sr. Virgilino me disse que seu pai já faleceu e ele não se lembra de nada daquela época. Chegou a perguntar para conhecidos do pai, pessoas idosas que habitam no interior de Caxias do Sul, mas me relatou que ninguém mais se lembra de Roessler, ou de algum episódio violento envolvendo a caça. Infelizmente, em função do tempo limitado para finalizar a dissertação, não foi possível tentar outros contatos, ou ir pessoalmente aos locais onde se deram os embates entre Roessler e os caçadores de passarinhos.

Em agosto de 1954, começou uma nova fase no processo. Roessler recebe outro mandado, em que é notificado para apresentar defesa, pois estava recebendo a denúncia por “ter ofendido a integridade corporal do menor Alcides Novelli”, embora este não tenha realizado nenhuma perícia que comprovasse o fato. Era o jovem cuja arma fora apreendida em Ana Rech, em 29 de março. O fiscal acumulava, agora, duas acusações movidas pelos caçadores de passarinhos; a estratégia de defesa precisava ser muito bem pensada.

Três testemunhas foram importantes; pessoas influentes em suas áreas de atuação: o advogado Dante Marcucci, o delegado de polícia de Porto Alegre Pradelino Prux e o diretor do Banco do Brasil e político Cylon Rosa. Os três depoentes mencionaram as boas qualidades funcionais do acusado, como “devotado”, de “conduta irrepreensível”, “zelo excepcional” e que não teria temperamento violento. O depoimento de Marcucci, que morava em Caxias, é interessante, pois afirmou ter comido inúmeras passarinhadas naquela região, costume “tanto no interior quanto na cidade”, mas que nunca tinha matado um passarinho; caçava apenas perdizes. Com a fiscalização mais rigorosa, “diminuíram as transgressões, o que, sem dúvida, deve ter trazido enormes somas de odiosidade”; para o advogado, Roessler era “um dos mais *dedicados* servidores públicos que conheceu em toda sua existência [grifo meu]”²⁹².

A defesa elaborada pelo advogado de Roessler, Walter Tschiedel (caçador, membro do clube de caça de Porto Alegre, como vimos), contava ainda com os depoimentos de Germano Hauschild, prefeito de São Leopoldo, de Otacílio Gonçalves da Silva Filho, funcionário federal, e do motorista do jipe, Osmar Pacheco Moreira²⁹³. Tschiedel anexou na defesa uma série de documentos que confirmavam que o delegado florestal tinha poder para autuar os transgressores do código de caça, agindo no cumprimento de seu dever e em legítima defesa, quando bateu em Boldo e Zanesi. Também foram anexados atestados de boa conduta fornecidos por autoridades policiais e por um juiz de direito; documentos do Serviço de Caça e Pesca, informando sobre a dedicação do acusado; manifestações de autoridades de clubes, como o Rotary; cartazes educativos sobre proteção à natureza; uma cópia do “Juramento de proteção”; artigos que Roessler publicou na imprensa; fotos de armas apreendidas pelo fiscal.

²⁹² COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão referente depoimento de Dante Marcucci no Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Caxias do Sul, 03/12/1958, Folha 74 (APHR).

²⁹³ O cunhado de Osmar, Arthur Bertolucci declarou que ele teria recebido uma proposta de um homem em Caxias do Sul, quando esperava na Delegacia para depor como testemunha do processo. O homem, vestido de capote, “tiritando de frio” disse que se Osmar “quisesse ganhar dinheiro grande, era para testemunhar contra Roessler”. Chegaram a marcar um encontro num restaurante para combinar os detalhes. O motorista disse que compareceria, “mas depois pensou que seria uma traição contra o delegado florestal, fazendo um depoimento falso, motivo pelo qual resolveu não ir ao local combinado” (DECLARAÇÃO, 05/07/1954, *In*: PROCESSO-CRIME nº 73/54, APHR).

Toda a estratégia defensiva foi baseada nas declarações, manifestações e depoimentos arregimentados da rede de relações de Roessler. No momento difícil, uma gama diversificada de atores foi chamada a falar bem de seu passado.

A decisão final foi emitida em 19 de novembro de 1955, um ano e meio depois da abertura do processo. Os autos continham dois fatos distintos, duas acusações contra Roessler, que o juiz Sylvio Pires considerou separadamente. No primeiro caso, o juiz entendeu que os depoimentos de Boldo e Zanesi foram “flagrantemente mentirosos, contraditórios em suas próprias afirmações e entre si. (...) Já a maneira como dizem haver sido espancados – coagidos a se ajoelharem aos pés do verdugo – é suficiente para demonstrar a falsidade de seus depoimentos”. Tal conduta, “própria do tempo dos Césares”, não se ajustaria aos antecedentes do réu. Além disso, Pires não se convenceu com as manchas apresentadas na perícia: pelo relato dos dois caçadores, de que haveriam recebido uma borrachada por passarinho – e um deles ainda uma na cabeça – as lesões deveriam ser muito maiores, com “vincos esquimóticos”, e não apenas de um centímetro (e nenhuma na cabeça). Pires considerou a versão de Boldo e Zanesi “absurda sob todos os pontos de vista, fantástica e previamente concertada, ajustada aos interesses dos contraventores da região”²⁹⁴.

Quanto à acusação de que Roessler teria agredido Alcides Novelli, “com 5 ou 6 borrachadas, para que confessasse possuir arma e a entregasse”, também não se confirmou, até porque o menor (de 17 anos) se negou a realizar o exame com médico legista, com a desculpa “absurda e descabível de medo de vir à Polícia”; se a agressão tivesse mesmo ocorrido, Novelli teria ido até o local para realizar perícia. No entendimento de Pires, “inocultável é o interesse revelado pelos supostos ofendidos e testemunhas da denúncia, ligados por parentesco (os Toigo) e relações de vizinhança, em afastar o réu da fiscalização da caça e pesca do município, como bem diz a defesa, a fim de acabar com as pouquíssimas aves canoras que ainda restam na região colonial italiana”. O juiz reconheceu os prejuízos da passarinhada e, de certa forma, assumiu o discurso do acusado, defendendo as aves. Ele mencionou também a campanha difamatória contra Roessler na imprensa e no rádio, entendendo que foi motivada pela “eficiente atuação do réu, sem remuneração dos cofres públicos, contra os maus caçadores, que não conhecem época proibida e nem espécie benéfica às suas plantações, verdadeiros destruidores da fauna rio-grandense”. A prova da acusação, segundo Pires, “pecou pelo excesso, destruindo-se por si própria”, pois se fundou nos depoimentos “contraditórios,

²⁹⁴ COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Julgamento Final do Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Sentença em 13/11/1955. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).

fantásticos, movidos por espírito de vingança e interesses subalternos”²⁹⁵. Os antecedentes funcionais e a personalidade do delegado florestal repeliram-na.

O juiz destacou, dentre as provas dos antecedentes, o testemunho de Dante Marcucci, “cidadão insigne, durante longos anos Prefeito Municipal desta cidade, e que por 30 anos se dedicou ao esporte da caça dentro da lei e dos regulamentos”, e a distinção recebida por Roessler, a medalha “HONRA AO MÉRITO”. Estas foram os dois maiores “trunfos” da defesa: Marcucci, um político *da cidade*, de descendência italiana, reconhecido como “cidadão insigne”, ou seja, notável, distinto, célebre *na região*, e a medalha, uma homenagem pública que também o atestava como “bom cidadão”. Dentre todos os depoimentos e manifestações arrolados por Tschiedel, de pessoas e entidades de diversos gêneros e localidades, o que teve maior peso foi a fala de uma “pessoa notável” para a cidade onde se desenrolou a contenda, Caxias do Sul.

Diante das provas dos dois lados, Pires julgou improcedentes as denúncias apresentadas: no caso de Boldo e Zanesi, por “inexistência de provas suficientes para condenação” e, quanto ao menor Alcides Novelli, por “não provada a existência do fato”. Roessler foi, portanto, ABSOLVIDO das acusações²⁹⁶. Entretanto, os dois primeiros caçadores ainda apelaram à justiça. Em 25 de outubro de 1956, ocorreu o Acórdão, em Porto Alegre, o qual confirmou a absolvição²⁹⁷.

Podemos constatar a importância da rede de relações no sucesso da defesa de Roessler. Através da correspondência, ele mobilizou diversos agentes para prestar declarações e depoimentos a seu favor. Essa estratégia mostrou-se plenamente exitosa, pois envolveu um bom número de manifestações, protagonizadas por personagens relevantes naquele contexto. Como vimos anteriormente, essa tática era sempre utilizada por Roessler nos momentos difíceis. Convém ressaltar a diversidade dessa rede: políticos, policiais, agricultores, etc, porém seus maiores apoiadores eram os próprios caçadores – os “bons” e de origem não-italiana – através de cartas elogiosas enviadas diretamente aos chefes do fiscal e do dinheiro arrecadado entre os membros das sociedades de caça e pesca. Foi fundamental o apoio dessas sociedades e de personalidades importantes (das quais a principal e decisiva foi uma autoridade caxiense, o ex-prefeito municipal Dante Marcucci) para que Roessler fosse absolvido.

²⁹⁵ Ibidem.

²⁹⁶ Ibidem.

²⁹⁷ COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Acórdão referente ao Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Acórdão em 25/10/1956. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).

Estava vencida a grande batalha jurídica da vida de Roessler, no entanto, a luta contra a caça de passarinhos continuou, através de outros caminhos, como veremos no próximo capítulo. Alguns de seus rivais também se saíram bem da disputa. Paulo Mincarone foi eleito deputado estadual em 1955, pelo PTB, quando começou sua carreira política. Já o candidato a vereador derrotado em 1951, pelo mesmo partido, José Morais Pinós, novamente não se elegeu no pleito de 1955²⁹⁸. Contudo nessa eleição, Nilo Travi, autuado pelo delegado florestal em 08/05/1949 e aliado de Pinós na campanha difamatória, foi eleito vereador em Caxias do Sul, pelo Partido Democrata Cristão (PDC)²⁹⁹. É muito provável que Paulo Mincarone e Travi tenham conseguido eleger-se com votos de pessoas descontentes com a atuação de Roessler, na região colonial italiana. Um dos principais objetivos da campanha contra ele era político. Entretanto, apesar de compartilharem a simpatia pelo mesmo partido, as diferenças que separavam o fiscal de seus opositores tiveram um peso muito maior: elas apresentavam um caráter étnico, motivado pela passarinhada. Os candidatos perceberam a oportunidade de aproveitar-se da rivalidade étnica para mobilizar toda a colônia italiana do Nordeste do Estado contra Roessler - descendente de alemães - acusando-o de “nazista”, entre outros estigmas. Com isso, transformaram um evento corriqueiro – a fiscalização da caça – em uma questão interétnica, para obter vantagens eleitorais. Houve, nesse caso, uma mobilização, em função do interesse pelo poder, que, em geral, nesse tipo de conflito, é procurado para a confirmação do status étnico e como um fim em si mesmo³⁰⁰ (HOROWITZ, 1985, p. 187). Portanto, além do objetivo imediato, eleitoreiro, a campanha contra Roessler tinha outro interesse: levaria a uma valorização dos “italianos” frente aos “alemães”, os quais ele, como descendente, representava.

Um duro golpe: a destituição dos cargos federais

Roessler venceu o processo, porém sua vitória veio depois de uma grande derrota. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União vigente na época (BRASIL, Lei nº 1.711, de 28/10/1952), em seu 4º Artigo, determinava: “É vedada a prestação de serviços gratuitos”. Já no Artigo 2º conceituava funcionário público como “pessoa legalmente investida em cargo público; e cargo público é o criado por lei, com denominação própria, em número certo e pago

²⁹⁸ CRUZ, Júlio Rosa (Juiz eleitoral). Carta enviada a Humberto Bassanesi (Pres. Camara Municipal). Caxias do Sul, 08/03/1956 (TRE-RS).

²⁹⁹ Travi recebeu 229 votos e ficou em terceiro lugar entre os vereadores eleitos por seu partido. CRUZ. Op. Cit.

³⁰⁰ Para Horowitz (1985, p. 187), o poder é procurado para atrair benefícios aos grupos étnicos, “but power may also be the benefit (...). At one end, power is sought purely for its value in confirming a claimed status. To attain the status, need hardly be exercised; the main thing is to gain it. At the other end, power is sought as a means to goals so diffuse, so remote, so difficult to specify, that attainment of power becomes, again, an end in itself”.

pelos cofres da União”. Dessa forma, Roessler não poderia mais exercer seu cargo de delegado florestal, pois não recebia remuneração para isso. Ele foi afastado pela Portaria Coletiva nº 387, de 15 de dezembro de 1954.³⁰¹ A correspondência oficial da destituição foi enviada somente em 26 de janeiro de 1955, assinada pelo Diretor Substituto do Serviço Florestal, Victor Abdennur Farah. Não há cópia deste documento no Arquivo Privado de Roessler, no entanto, o conteúdo do Ofício foi reproduzido em uma matéria sobre a União Protetora da Natureza, no jornal *A Hora*:

Cumprindo disposição do Estatuto dos Funcionários Públicos, que veda expressamente a prestação de serviços não remunerados, acabo de assinar portaria dispensando Vossa Senhoria da função de Delegado Florestal Regional no Estado do Rio Grande do Sul, sede em São Leopoldo, que vinha exercendo com eficiência e dedicação desde sua designação, feita a 4 de outubro de 1944, em Portaria nº 335. (...) quero também cumprir o grato dever de agradecer a Vossa Senhoria, em nome do Serviço Florestal, os relevantes serviços que prestou à Nação, fazendo cumprir as disposições do Código Florestal nesse município, colaborando patrioticamente na árdua e meritória tarefa de proteção das nossas reservas florestais³⁰².

Coube ao ex-delegado regional despedir os outros delegados sob sua chefia³⁰³. Além de dispensá-los, convidava-os a participar como membros fundadores de uma entidade que estava organizando, a União Protetora da Natureza (UPN), “a fim de colaborar com o governo na defesa dos nossos recursos naturais em sentido amplo (...) de âmbito estadual e de finalidades puramente ideais, excluídos quaisquer interesses materiais, a qual terá núcleos em todos os municípios do Estado, para execução do JURAMENTO DE PROTEÇÃO, lançado em 1953 [grifo do autor]”³⁰⁴.

Mesmo que, além de Roessler, outros Delegados Florestais do Rio Grande do Sul tenham sido desligados e que o motivo declarado para a dispensa foi que a lei não permitia mais “o exercício de cargo público sem vencimentos”, ela só foi aplicada dois anos depois da publicação. Como vimos acima, no ano de 1954, uma campanha contra nosso personagem - o funcionário mais ativo do Serviço Florestal no Estado - tentava enfraquecê-lo e desmoralizá-lo; é bem possível que todo o “barulho” tenha motivado a destituição dos cargos. Como deputados,

³⁰¹ No contato que tive com a Binagri, em Brasília, como mencionei anteriormente, a bibliotecária procurou o texto da Portaria Coletiva nº 387 (entre outras portarias), no entanto, o mesmo não foi encontrado.

³⁰² A HORA. Voluntários do amor à natureza vão proteger nossa fauna e nossa flora. Porto Alegre, 06/03/1955 (MCSHJC).

³⁰³ Mesmo que a partir de 1951 a 8ª Inspeção Regional fosse responsável pelo Serviço Florestal no Estado, Roessler ainda permanecia “Chefe”. Pelo menos ele se auto-intitulava assim, bem como era chamado pelos outros delegados dessa forma. A documentação não esclareceu como isso foi possível, mas infiro que a tentativa de profissionalizar e organizar os processos do órgão não tenha se realizado com o sucesso esperado e, por isso, as práticas menos formais devem ter prevalecido.

³⁰⁴ ROESSLER, H. Ofício Circular nº 5.326 a diversos Delegados Florestais. São Leopoldo, 24/01/1955 (APHR).

candidatos a deputado e vereador estavam tentando tirar proveito político do processo contra Roessler, infiro, teriam grande interesse em procurar brechas na legislação que possibilitassem seu afastamento, que era o objetivo - manifestado abertamente - da campanha difamatória. Muita gente queria a exoneração de Roessler: madeireiros, empresários de curtumes, arrozeiros, caçadores e pescadores que agiam ilegalmente, contra os quais tinha lutado, durante os anos como Delegado Florestal Regional. Porém, a meu ver, dentre eles, os maiores interessados em afastá-lo, de acordo com a virulência da campanha difamatória, eram os representantes dos caçadores de passarinhos, políticos que queriam eleger-se nos pleitos de 1954 e 1955. Livrando-se do fiscal, conseguiriam votos, e seus conterrâneos poderiam retornar à prática da passarinhada impunemente. Isso representaria, para os moradores locais, a manutenção da prática na região, sem restrições. Além disso, era a oportunidade para vingar-se contra a fiscalização dura desempenhada por Roessler; na verdade, para eles, seu afastamento era o prêmio por toda a resistência articulada através de textos jornalísticos, depoimentos, atitudes violentas e nomeações difamadoras, uma espécie de vingança étnica contra Roessler.

A destituição do cargo foi uma amarga notícia para o fiscal. Como continuar a vida sem poder mais adentrar o mato para impedir que os caçadores matassem os passarinhos? Depois de quinze anos cumprindo esse dever, que considerava um ideal, não queria parar, ainda possuía forças para dar continuidade ao trabalho. A solução encontrada por ele, ao observar exemplos na Alemanha, Estados Unidos e mesmo no Brasil, foi a fundação de uma entidade por meio da qual pudesse atuar. Após alguns dias de abatimento, criou a UPN em 1º de janeiro de 1955, menos de um mês depois de ser dispensado. Pelo que foi pesquisado até o momento, trata-se da primeira entidade de proteção à natureza do Rio Grande do Sul³⁰⁵.

A criação da UPN representou o início de uma nova fase na trajetória de Roessler. Seu projeto de vida continuou baseado na proteção à natureza, contudo, os meios para isso se modificaram. Não seria mais a credencial de Delegado Florestal Regional que lhe conferiria autoridade, mas sim a de presidente da UPN. Todo o conhecimento acumulado durante a atuação como delegado e na UPN o levaria a escrever artigos semanais no *Correio do Povo*, jornal de maior circulação no Estado na época.

É esse momento de virada, na UPN, que estudaremos a seguir.

³⁰⁵ Antes disso, havia a ARPA, fundada por Palmira Gobbi Dias, em 1934. No entanto, ficava restrita à proteção dos animais, já a proposta da UPN incluía todos os recursos naturais disponíveis. Além disso, basearia suas atividades na educação, para que crianças e adultos aprendessem a respeitar e amar a natureza.

3 - A União Protetora da Natureza (1955-1963)

3.1 - A nova credencial

Dezembro de 1954 foi um mês bem difícil para nosso personagem. O afastamento do cargo de Delegado Florestal fez com que a Portaria nº 718, que possibilitava o desempenho da função de fiscal de caça e pesca, perdesse seu vigor. Ele ficou sem poder fiscalizar tanto as infrações florestais quanto a pesca e a caça. No entanto, Roessler, mesmo abatido, procurou formas de contornar as limitações do contexto social. Em 1º de janeiro de 1955 fundou a UPN e, em fevereiro do mesmo ano, tentou reaver a credencial para continuar fiscalizando a caça e pesca. Para isso, novamente recorreu à sua rede de relações, através da correspondência. Escreveu para o Diretor da Divisão de Caça e Pesca, Ascanio Faria. Na carta, Roessler mencionou que, em virtude da dispensa, criou a União Protetora da Natureza, “às pressas para acolher os idealistas da extinta guarda florestal”³⁰⁶. Os primeiros sócios da UPN foram os ex-delegados e guardas florestais do Rio Grande do Sul. A entidade representava um meio para continuar atuando, no entanto, sem a credencial que autorizasse seus membros a exercer a fiscalização, estes não poderiam lavrar autos nos locais de infração. O artigo 73 do Código de Caça e Pesca não era suficiente para permitir isso³⁰⁷.

Roessler pediu ao diretor que estudasse um meio de credenciá-los como fiscais. Em seu caso particular, como era “funcionário da União, com vencimentos, lotado como Capataz na

³⁰⁶ ROESSLER, H. Carta a Ascanio Faria. São Leopoldo, 12/02/1955 (APHR).

³⁰⁷ Texto do Art. 73: “Os funcionários e extranumerários da Divisão de Caça e Pesca, os guardas caça particulares, as autoridades administrativas ou policiais da União, dos Estados e dos Municípios e seus agentes ou qualquer pessoa do povo, podem efetuar a prisão em flagrante de contraventores dos dispositivos deste Código, conduzindo-os à repartição policial mais próxima à disposição da autoridade competente para o processo” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).

Capitania do Porto de Porto Alegre, subordinada ao Ministério da Marinha”, poderia ser enquadrado no art. 44 § 1º do Código de Caça³⁰⁸, desde que fosse incumbido da fiscalização. Roessler apela ao “ilustre amigo, que me conhece há tantos anos, sabe que seria um tremendo golpe para mim ficar excluído da Caça e Pesca”³⁰⁹. O problema era como enquadrar seus companheiros de fiscalização, dos quais muitos não eram funcionários públicos. Alguns deles atuavam como informantes, outros o acompanhavam nas diligências, mas não tinham uma credencial expressa de fiscal³¹⁰. Havia mais uma dificuldade, em relação à fiscalização da pesca, porque o código 75 do Código de Pesca mencionava que ela poderia ser realizada por funcionários nomeados pelo Governo³¹¹. Para Roessler, “a fiscalização da pesca precisa[va] ser feita pelos mesmos fiscais da caça, especialmente nas lavouras de arroz, que destroem os filhotes de peixes durante o período das aguadas”. Também para esse impasse, ele esperava que Faria encontrasse uma solução, a fim de aproveitar seus companheiros. Além de pedir meios de aplicar autos de infração aos descumpridores dos Códigos de Caça e de Pesca, Roessler reclamou da falta de verbas do Serviço de Caça e Pesca e da influência da política no mesmo:

O Serviço de Caça e Pesca está muito mal provido de verbas. Os recursos, além de pequenos, ainda entram muito atrasados. Os carros estão parados nas oficinas, à espera de consertos. O único jeep que ainda se movimenta também já está muito estropiado e é necessário para o serviço da Capital. Já faz quase 1 ano que não fui mais à colônia italiana, onde a matança de pássaros é um horror. Este ano o período de aguada das granjas passará sem a possibilidade de uma fiscalização em maior escala, embora sabendo-se que 80% estão sem tela de proteção aos peixes nos ralos das centrífugas. A maldita política se envolveu muito no nosso serviço em 1954. Deputados à cata de votos defendiam os infratores e quando os absurdos que pleiteavam não podiam ser atendidos, até ameaçavam. O Dr. Meira, nosso dinâmico chefe, pôs à disposição seu cargo, por uma questão de ética, por ocasião da mudança do Governo Estadual³¹². Embora nunca tenha sido político, periga ser substituído por alguém que o seja, o que seria um prejuízo incalculável para o Serviço. Não poderia a Divisão exigir a permanência do Dr. Meira na chefia (...), depois de já ter comprovado as suas excepcionais qualidades de administrador pelo desenvolvimento desse setor?³¹³

³⁰⁸ Texto do § 1º do Art. 44: “Poderão ser incumbidos dessa fiscalização os funcionários da União, dos Estados e dos Municípios e, dentro das respectivas propriedades, os proprietários rurais ou seus prepostos e guardas-caça” (BRASIL, Decreto-Lei nº 5.894, 20/10/1943).

³⁰⁹ ROESSLER. 12/02/1955. Op. Cit.

³¹⁰ SANTANA. Entrevista. Op. Cit.

³¹¹ Texto do Art. 75: “A fiscalização técnica da pesca obedecerá às instruções organizadas pelo Serviço de Caça e Pesca e será exercida em todo o território nacional por funcionários nomeados pelo Governo” (BRASIL, Decreto-Lei nº 794, 19/10/1938).

³¹² A mudança de governo a que Roessler se refere ocorreu nas eleições de 1954. De 1951 a 1955 o Estado foi governado por Ernesto Dornelles, um dos responsáveis pela formação do Partido Social Democrático (PSD) em 1945 no Rio Grande do Sul. Concorreu à eleição em 1950 pelo PTB, a convite de Getúlio Vargas, pois o candidato do partido, Salgado Filho, faleceu num desastre aéreo durante a campanha eleitoral no interior do Estado. No pleito estadual seguinte, em 1954, o candidato vencedor foi Ildo Meneguetti, assumindo em 31 de janeiro de 1955. Ele venceu as eleições representando uma coligação entre a União Democrática Nacional (UDN) e o PSD, com o objetivo de barrar o avanço do trabalhismo (PTB) no Rio Grande do Sul. CP-DOC FGV. Verbetes: Ernesto Dornelles, Ildo Meneguetti. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em datas diversas.

³¹³ ROESSLER. 12/02/1955. Op. Cit.

Segundo Roessler, o Serviço de Caça e Pesca se encontrava em estado de indigência, o que devia ser “normal”, tendo em vista suas reclamações anteriores. A falta de um veículo era uma das queixas constantes de Roessler, como vimos, pois era elemento importantíssimo da fiscalização, ao permitir o deslocamento dos fiscais nas constantes viagens que se faziam necessárias. O Estado criou os serviços – Florestal e de Caça e Pesca -, mas nunca ofereceu o suporte mínimo necessário: verbas para transporte e alimentação dos fiscais, bem como para impressão e distribuição de panfletos educativos.

Fazia quase um ano de sua última fiscalização na região colonial italiana, no final de março, que resultou no processo judicial. Essa ausência, em virtude das ameaças recebidas, deve ter propiciado o aumento das caçadas a passarinhos, o que preocupava Roessler. Outro aspecto a ressaltar é a maneira como ele se refere à política, como “maldita”, muito provavelmente por causa da campanha difamatória. No entanto, quando precisou, Roessler recorreu a políticos, especialmente do PTB. Por mais que criticasse a política, no momento de crise, também apelou a ela, afinal, ele não dominava as regras do campo político, sua posição não permitia que participasse das articulações, podia apenas recorrer aos que comandavam o “jogo”.

Ascanio, contudo, não podia “fazer nada em vista do acordo firmado com o Estado”³¹⁴. Mesmo assim, a carta de Roessler foi protocolada, “encaminhando-a para a Seção de Fiscalização com a recomendação de que estudassem um meio de obter o que o Sr. deseja”; a Seção respondeu que “quanto ao Sr. Luiz Roessler, como funcionário da alfândega de Porto Alegre, não havia dúvida em conceder-lhe a autorização que deseja, porém em virtude do acordo firmado com o Estado, julgo que ela deveria ser fornecida pelo Serviço de Caça e Pesca naquele Estado”³¹⁵.

O assunto da fiscalização foi “resolvido satisfatoriamente pelo Dr. Meira”, nos meses seguintes. Em setembro de 1955, a credencial já estava recuperada, agora emitida pela Secretaria de Agricultura. O acordo firmado entre a Secretaria Estadual e o Ministério Federal da Agricultura implicava o envio de verbas, por parte do órgão federal, no entanto, essas estavam atrasadas, como acontecia quando a responsabilidade era da União. Essa intermediação através de cartas para conseguir a nomeação mostra o nível precário (quase inexistente) de organização da fiscalização no Estado. Tratando-se de uma função policial, necessária para conter os infratores das legislações já existentes, isso demonstrava o descaso

³¹⁴ Seria um acordo entre a União e o Estado, que assumiu a fiscalização dos recursos naturais. Entrei em contato com a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, porém, infelizmente, esse acordo não foi encontrado.

³¹⁵ FARIA. Eslava Wild. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 18/03/1955 (APHR). Eslava era cunhada e secretária de Ascanio Faria.

para com os elementos naturais. Se a situação era difícil quando Roessler era vinculado à União, quando a fiscalização passou a ser controlada pela Secretaria de Agricultura estadual as condições devem ter ficado bem piores. O Serviço de Caça e Pesca se encontrava em “situação de penúria (...). Estamos impedidos de viajar, a não ser por conta própria, o que vem em puro proveito dos infratores, que reiniciam os abusos em grande escala”³¹⁶. Como podemos ver, mais uma vez, o descaso com a fiscalização, expresso no atraso das verbas necessárias, partia do próprio Estado. A boa notícia era que, nove meses após sua fundação, a UPN já estava forte, contando com 160 associados, e ele já havia solicitado a todos os jornais do Estado a publicação de propaganda educativa³¹⁷.

3. 2. A UPN

Os primeiros integrantes da UPN foram, em grande parte, como foi dito, s delegados florestais dispensados juntos com ele, pela portaria 387/1954, seus companheiros de “batidas”. A UPN foi a primeira entidade de proteção à natureza do Rio Grande do Sul, de cunho não governamental. Seus principais objetivos, publicados em estatuto, visavam à educação sobre a proteção da natureza e à formulação e aplicação de leis ambientais:

Art 4º - A “UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA” tem finalidades puramente ideais e culturais, excluídos quaisquer interesses materiais e protegerá as riquezas naturais, especialmente a flora e a fauna, de acordo com as leis vigentes.

Art. 5º - A UPN aprimorará a educação do povo, notadamente da infância e juventude, no sentido de inspirar-lhe e desenvolver-lhe no espírito os sentimentos de amor, caridade, respeito e justiça no trato dos seres e coisas da natureza, por meio de intensiva e persistente propaganda, para cujo fim será solicitada a colaboração dos mestres e do clero.

Art. 6º - Propugnará pela fiel execução das leis de proteção à natureza, cooperando com as autoridades na sua aplicação e sanções, denunciando as infrações e contravenções penais verificadas pelos sócios, auxiliando na preparação dos processos policiais.

Art. 7º - Pleiteará junto aos poderes públicos a criação de novas leis de proteção à natureza ou o aperfeiçoamento das já existentes.

Art. 8º - Solicitará e receberá auxílio dos poderes públicos donativos de pessoas simpatizantes para manter e desenvolver os seus serviços³¹⁸.

Os Estatutos da entidade se alicerçavam no mesmo pilar do projeto de Roessler, desenvolvido desde que assumiu o cargo de delegado florestal, em 1939: a proteção à natureza. Para que seu projeto fosse mais facilmente assimilado – principalmente pelos jovens e crianças –, na nova fase, a educação ganhou maior ênfase, encarada como um dos pontos-chave da

³¹⁶ ROESSLER, H. Carta a Eslava Wild de Faria. São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).

³¹⁷ Ibidem.

³¹⁸ UPN. Estatutos. São Leopoldo, 1955, p. 2-3 (MVSL).

atuação da UPN. O outro elemento fundamental era o aprimoramento da lei, necessário para tornar mais eficiente a repressão e punição dos que destruíssem a fauna e a flora.

A proposta de educar para a proteção da natureza não era nova no Brasil. Bem antes, a Sociedade dos Amigos das Árvores tinha recomendações parecidas. Fundada em 1931, no Rio de Janeiro, pelo médico e botânico Alberto José Sampaio e por outros “patriotas”, queria ser a “sentinela vigilante do nosso ameaçado patrimônio florestal” (SAMPAIO *apud* FRANCO e DRUMMOND, 2009, p. 44). A Sociedade dos Amigos das Árvores (SAA) organizou a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, em 1934 e, no discurso de abertura, o presidente da SAA, Leôncio Correa, discorreu sobre a devastação das florestas (Amazônica, para comércio da madeira, e Mata Atlântica, para dar lugar ao café), a seca no Nordeste, os incêndios florestais, constatando que “não bastava a elaboração de leis, fazia-se essencial cumpri-las e punir os infratores. Seria fundamental uma campanha educacional para despertar nas crianças, desde a mais tenra idade, o amor às árvores e aos animais, e a criação de uma escola florestal nos moldes existentes na Itália e nos Estados Unidos” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 45). Na palestra “Defendamos a natureza!”, 23 anos depois, Roessler propôs medida semelhante: a implantação de Bosques Escolares nas escolas, “de tanto sucesso na Alemanha, onde já existiam 3.000” (ROESSLER, 2005, p. 95), nos quais os estudantes aprenderiam *in loco* sobre as plantas e a necessidade de preservá-las. As propostas das duas entidades eram muito parecidas, considerando a educação o meio mais eficaz para atingir o objetivo da proteção à natureza. É interessante ressaltar que os presidentes da UPN e da SAA se referiam a experiências exitosas no exterior para demarcar o atraso brasileiro relativo ao assunto.

A UPN se mantinha com doações de sócios e simpatizantes, como estipulavam seus Estatutos. Não sabemos se chegou a receber donativos do poder público. Com frequência, o Presidente reclamava do atraso dos sócios em suas contribuições. Era o dinheiro arrecadado por Roessler em palestras e o patrocínio de empresas que pagava as contas da associação.

De acordo com o Estatuto, a UPN era administrada por uma Diretoria eleita bianualmente e composta de Presidente (o representante legal em Juízo: Roessler), Vice-Presidente, Secretário, Tesoureiro, um Conselho Diretor com dez membros permanentes e três temporários, dois Assistentes Jurídicos e um Chefe de Divulgação. Havia cinco categorias de sócios: **Fundadores** (os que assinaram a ata de fundação e pagaram a anuidade de 1955); **Contribuintes** (os que ingressaram depois da fundação e pagaram a anuidade adiantada – quantia espontânea); **Beneméritos** (título em recompensa de relevantes serviços prestados a UPN); **Honorários** (pessoas que, embora não pertencessem ao quadro social, se tornassem

merecedoras do título, por notáveis serviços prestados à sociedade ou ao ideal de proteger a natureza); **Correspondentes** (pessoa reconhecidamente dedicada aos assuntos de proteção à natureza, residente no país ou no estrangeiro). Todo associado deveria comprometer-se a cumprir o juramento de proteção elaborado por Roessler. Era a primeira “obrigação” dos sócios. O caráter da entidade ficou bem claro no Estatuto: não era o de promover debates políticos, sendo suas dependências (uma sala na casa de Roessler) destinadas a discutir assuntos afins com sua finalidade de protetora da natureza (Art. 22º). Aspecto relevante a observar é que, caso a sociedade se dissolvesse, o patrimônio eventualmente existente deveria passar a pertencer a outra Sociedade congênere de proteção à flora e fauna (Art. 19º). Segundo Maria Luiza, quando Roessler faleceu, seu pai, Milton, distribuiu os materiais da UPN (panfletos, principalmente) para diversas pessoas, grande parte para Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN.

A reunião que elegeu a primeira diretoria, em 13 de outubro de 1956, quase dois anos após a fundação da entidade, ocorreu no salão nobre da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, escolhendo os seguintes membros: **Presidente** Henrique Roessler; **Patrono** Paulo da Silva Couto – Prefeito de São Leopoldo pelo PTB; **Vice-Presidente** Ten. Cel. Mário Fonseca; **Secretário** Milton Roessler; **Tesoureiro** Abel Inácio da Silveira (Contabilista); **Conselho permanente**: Newton Coelho de Souza (funcionário estadual), Eugênio F. Jung (Comerciante), Thomaz Lima (Pseudônimo João do Brejo – escritor), Carlos Costa Meira (Veterinário – e Chefe do Serviço de Caça e Pesca), Edgar L. Wolff (Comerciante), Curt Mentz (Silvicultor), Paulo Annes Gonçalves (Agrônomo e Diretor do *Correio do Povo Rural*), Artemin Karan (Militar, de Caxias do Sul), Admar Zanchi (Industrialista) e Alcides Dias de Almeida (Comerciante); **Conselho temporário**: João Silveira (Aposentado), Rudi Spandel (Mecânico) e Alberto Fetzner (Comerciante); **Assistência Jurídica**: Walter Tschiedel e Carlos de Souza Morais (Advogados); **Chefe de divulgação**: Siegfried Dietchi (Professor) (UPN, Circular nº 122, 16/10/1956, MVSL). Podemos constatar que a composição dos membros da diretoria era bem heterogênea, alguns deles já mencionamos nesta pesquisa, pois eram amigos e ajudaram Roessler em momentos difíceis, como o Tenente - agora Capitão - Karan, o advogado de defesa no processo de 1954 e caçador Walter Tschiedel, Tenente Mário da Fonseca e o prefeito Paulo da Silva Couto. Roessler conseguiu cooptar para seu projeto protecionista pessoas da sua rede de relações, membros da classe média a quem ele já havia solicitado favores, através de correspondência, durante os anos como Delegado Florestal. Talvez, designá-los membros da diretoria da UPN fosse sua forma de retribuir pela ajuda prestada nas ocasiões em que precisou.

O conselho Diretor da entidade se reuniria trimestralmente, ou quando fosse necessário, “extraordinariamente, para resolver assuntos importantes que surgirem”³¹⁹. Haveria uma Assembleia Geral, em janeiro de cada ano, “para apreciação do relatório e Prestação de Contas da Diretoria e para eleição dos novos Conselhos temporários”. Infelizmente, não encontrei o livro de Atas – se é que havia um – da UPN. Perguntei sobre as reuniões ao professor Kurt Schmeling, um dos fundadores do Movimento Roessler, que conheceu Roessler nos anos 1940 e foi sócio contribuinte da UPN. Ele não participou de reuniões: “como eu morava aqui em Novo Hamburgo, era meio difícil de participar, mas ele me mantinha informado”³²⁰. Pelo conjunto da documentação analisada, é possível inferir que raramente houvesse reuniões na UPN. É importante marcar esse fato, pois demonstra a estratégia de atuação da entidade, diferente das associações que surgirão nos anos 1970. Por exemplo, a AGAPAN realizava reuniões semanais, abertas ao público em geral, quando eram proferidas palestras e debates sobre questões ambientais. Além disso, a partir dos anos 1970, as entidades, assim como seus integrantes, individualmente³²¹, lideraram protestos na rua, em atos públicos para sensibilizar a população. Não quero aqui avaliar qual estratégia era a melhor, e sim apenas mostrar as diferenças entre elas, pois os indivíduos e entidades atuaram de acordo com os mecanismos disponíveis em seus contextos, bastante distintos, no caso da UPN e da AGAPAN. No entanto, apesar das táticas diferentes, o objetivo principal das duas entidades era o mesmo: conscientizar as pessoas da necessidade de proteger a natureza. Essa é uma preocupação constante em toda a ação da UPN e, pelo menos, nos anos iniciais da AGAPAN. A atuação da UPN se dava prioritariamente no setor educacional, através da distribuição de panfletos nas escolas e de palestras proferidas pelo fundador. Roessler, em suas crônicas no *Correio do Povo*, enfatizava o poder da educação, em casa, pela família e na escola, pelos professores. Essas duas instâncias seriam insistentemente convocadas a colaborar com seu projeto protetor dos elementos naturais.

Em agosto de 1956, foi publicada uma reportagem sobre a UPN no jornal *A Hora*, de Porto Alegre, mencionando que ela contava com 176 associados. Segundo a matéria “as atividades têm sido limitadas à catequese dos jovens, nas escolas e nas casas, e às sugestões aos poderes públicos, para a adoção de uma política firme de proteção às florestas, de fiscalização da caça e da pesca e de proteção aos animais”, através da edição periódica de “folhetos e opúsculos, nos quais prega a sua campanha e acusa os devastadores de florestas de serem

³¹⁹ UPN. Estatutos. São Leopoldo, 1955, p. 4 (MVSL).

³²⁰ SCHMELING. Entrevista à autora. Novo Hamburgo, 18/06/2009.

³²¹ Ver, entre inúmeros casos, o exemplo, o caso

inimigos da pátria e da sociedade”³²². A entidade foi apresentada quase como uma religião, que estaria promovendo a catequização da juventude para a proteção da natureza.

Roessler publicou um texto no *CPR* no qual constam as realizações da UPN, em abril de 1958, quando havia passado mais de três anos de sua fundação e ela já possuía 250 sócios. Em “As atividades da União Protetora da Natureza”³²³, Roessler esclareceu que a entidade tinha

finalidades puramente idealísticas e, por isso, com poucos recursos está realizando muito. É centro de irradiação de um vasto programa educacional e de orientação popular, por meio da imprensa, rádio e cartazes ilustrados, de distribuição gratuita e direta aos interessados. Procura criar boas relações entre a humanidade e a natureza, a fim de preservá-la de destruição, especialmente as matas virgens. Ensina praticamente o reflorestamento e fomenta o amor e respeito aos animais silvestres, empenhando-se em criar uma nova mentalidade conservadora. Presta efetiva cooperação às Instituições Oficiais de Proteção à Flora e Fauna. Não está sujeita a influências políticas. Não modifica seu programa de ação com as sucessivas mudanças de Governo. É uma Entidade Livre³²⁴.

Aquilo que os repórteres de *A Hora* consideravam uma atuação limitada é apresentado por Roessler como “um vasto programa educacional”, pois exigia recursos materiais e humanos para sua execução em todo o Rio Grande do Sul. A prática dos cartazes foi explicada como tática para atingir “as camadas humildes da Colônia, Campanha e Sertão, justamente as classes que mais necessitam de *doutrinação* [grifo meu]”, já que a imprensa e o rádio não chegavam às pequenas localidades. Doutrinação aqui aparece como sinônimo de educação, o que é característico do discurso religioso, como veremos.

Os cartazes eram impressos em quantidade de dez mil exemplares e, quando havia muita procura, era “preciso fazer repetições das edições”. A parte de 1957 “foi custeada pelas firmas da Capital – Dirceu Silva, Fotoarma, Forjas Taurus, Liquigás e pelo Serviço de Caça e Pesca, a título de cooperação”. Dessas empresas, duas eram vendedoras e uma é fabricante de armas de fogo. Dirceu Silva patrocinou um livreto com extratos de legislação comentados por Roessler. Na própria capa constava a “colaboração” do estabelecimento, que comercializava “armas, munições, artigos de caça e pesca e aparelhos para acampamentos”³²⁵. A Fotoarma também, como o próprio nome indicava, trabalhava com armamentos, e a Forjas Taurus foi estabelecida em Porto Alegre em 1939, fabricando, “além de ferramentas e revólveres, as próprias máquinas para a produção de tais instrumentos”³²⁶. Essa informação é importante por

³²² A HORA. Para a UPN... Os assassinos estão entre nós. Porto Alegre, 17/08/1956 (MCSHJC).

³²³ ROESSLER. As atividades da União Protetora da Natureza. *CPR*. Porto Alegre, 11/04/1958 (MCSHJC).

³²⁴ Ibidem.

³²⁵ UPN. Livreto com Extratos de Legislação sobre a Caça. São Leopoldo, S/data (MVSL).

³²⁶ Em sua *homepage*, consta que a Forjas Taurus é a maior fabricante de armas curtas (revólveres e pistolas) do mundo. FORJAS TAURUS. Histórico. Disponível em: <www.taurus.com.br/upload/lamina.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2010.

esclarecer que Roessler não pagava do próprio bolso as despesas da entidade, havia também - ou somente - doações de terceiros.

O patrocínio da propaganda educativa por empresas fabricantes e vendedoras de armas e artigos para caça e pesca pode parecer paradoxal aos olhos de hoje. Certamente, perante os ecologistas atuais, isso seria mal visto. Entretanto, precisamos entender essa questão dentro do campo de possibilidades de Roessler. Qual o interesse dele em procurar o dinheiro dessas empresas? Da mesma forma, qual o interesse das empresas em financiar a campanha da UPN? Penso que vários elementos devam ser considerados para tentar responder essas questões. Da parte de Roessler, em primeiro lugar, ele se encontrava em uma posição vulnerável, não possuía rendimentos próprios para cobrir todos os gastos de suas campanhas, portanto precisava de dinheiro para imprimir os folhetos e distribuí-los. Somente as doações dos sócios da entidade não eram suficientes para bancar a impressão de milhares de panfletos frequentemente; ele mesmo reclamou várias vezes da falta de recursos. Em segundo lugar, e esse é o ponto mais importante a considerar, Roessler não era contra a caça; *era contra a caça ilegal*. Precisamos ter em mente que a legislação permitia a caça, dentro dos limites determinados anualmente pelas portarias divulgadas na imprensa pelo Setor de Caça e Pesca. Como vimos, seu relacionamento com os “bons caçadores” era muito bom, contando com eles inclusive em sua defesa nos momentos difíceis. Por outro lado, que ramo de empresas se interessaria em pagar panfletos contra a caça ilegal e a caça de passarinhos? Certamente, empresas que vendiam apetrechos legais para caçar. Era do interesse da fabricante, assim como dos comerciantes de armas que sua propaganda chegasse aos “bons caçadores”, pois, em vários panfletos constava impresso o nome do patrocinador. Mais do que isso, infiro, poderia ser uma oportunidade de vincular o nome da empresa à boa reputação da UPN; apoiando financeiramente os panfletos, as firmas se beneficiariam do valor positivo que o projeto da entidade desfrutava perante a sociedade, ou seja, nos termos atuais, estaria “agregando valor” à sua imagem, à sua marca. Era, para elas, uma ótima jogada de marketing. Algo parecido com o que hoje chamamos de “responsabilidade socioambiental”.

Na mesma crônica, Roessler informava que o *Boletim Renner* publicou uma “ampla reportagem, ocupando 16 páginas, com fatura de clichês, sobre a União Protetora da Natureza, como uma homenagem à Sociedade”³²⁷. De fato, a revista dedicou várias matérias à UPN e publicou uma entrevista com Roessler. Nas páginas centrais do *Boletim*, foi impresso o “Juramento de Proteção”, acompanhado de desenhos de animais e de uma floresta.

³²⁷ ROESSLER. 11/04/1958. Op. Cit.



Figura 9 - Versão do “Juramento de Proteção”, publicada no Boletim Renner, de Dez/Jan 1957 (MVSL).

Já na capa aparecia a foto de uma paisagem natural, contendo árvores e água ao fundo, provavelmente de uma lagoa, e a chamada da reportagem, com o nome da entidade. O *Boletim* fez uma apresentação dele e da UPN, mencionando que já era do seu conhecimento o trabalho que desenvolvia “na defesa abnegada e intransigente do nosso patrimônio florestal e da fauna rio-grandense”. Faltava conhecê-lo, o que havia ocorrido há pouco tempo, em São Leopoldo. Foram citados os cargos federais, o desligamento de Roessler em virtude do Estatuto dos Funcionários Públicos e que,

sendo antigo defensor do patrimônio florestal, não se conformou com o abandono daquele posto em que servira há 18 anos, daí ter fundado a União Protetora da Natureza (...). Pode assim aliar os seus ideais ao dever profissional, desenvolvendo uma dupla atividade – como fiscal de Caça e Pesca, combatendo os infratores da lei (...); como presidente da UPN, cooperando com os poderes públicos na defesa do patrimônio florestal e incentivando o reflorestamento através de palestras, artigos na imprensa, entrevistas e intensiva distribuição de folhetos nas escolas, nos lares dos colonos, junto às autoridades e entidades de classe, etc³²⁸.

Roessler respondeu a questões sobre a eficácia das leis, a destruição da fauna, as derrubadas florestais no Estado e a atuação da UPN. Para ele, no geral, a legislação era bem aceita, mas ainda havia muito “desrespeito à lei”. Queixou-se também, mais uma vez, da falta de recursos do serviço de fiscalização, tanto financeiros quanto de veículos, além de recursos

³²⁸ BOLETIM RENNER. Especial sobre a União Protetora da Natureza. Porto Alegre, Jan 1957, p. 11 (MVSL).

humanos, com a necessidade de mais fiscais idôneos. Sobre as derrubadas, “continuam causando grandes danos”, no entanto a situação aqui era um pouco melhor que a do Paraná, “onde nossos pinheirais estão desaparecendo e o replantio não está sendo feito na proporção da destruição das árvores”. Quanto à UPN, ela era ainda “uma modesta associação”, mas que não desanimava:

Pretendemos disseminar pelo Estado o maior número possível de núcleos da associação, procurando entrar em todas as camadas do povo, a começar pelas escolas – pois na juventude devemos inculcar o amor à natureza, para preservar as riquezas da Pátria da sanha destruidora dos egoístas, desumanos, e mesmo criminosos. Nossos sócios nos auxiliam bastante, através das informações e denúncias que trazem, não só quanto à caça e à pesca, como na defesa do patrimônio florestal. Não quero deixar de mencionar aqui, a apreciável contribuição para essa campanha, dos Clubes de Caça e Pesca, que vêm sendo criados neste Estado e já são em número de 25. Não basta o interesse do poder público, a legislação em vigor. O problema das nossas riquezas está entregue ao povo: este é que, antes da iniciativa do Estado, deve compreender os perigos existentes, organizar-se através de associações, de clubes, e por todos os meios proteger o patrimônio imenso que herdamos de nossos antepassados – e sobre o qual paira a ameaça de uma destruição implacável. No dia em que forjarmos essa mentalidade em todos os brasileiros, teremos evitado que o Brasil se torne um deserto e assegurado às gerações futuras o aproveitamento das nossas riquezas, a beleza das nossas paisagens, a graça e a vida plena dos pássaros, das aves de todas as espécies, dos animais, enfim, que devem saltar e povoar livremente os nossos bosques, lagos e rios³²⁹.

Na fala de Roessler, percebe-se o enorme valor que ele conferia à educação - além do atribuído à lei - capaz de transformar o contexto depredador numa realidade de proteção à natureza. Convém ressaltar a menção aos Clubes de Caça e Pesca, que ajudaram Roessler no processo judicial, e continuavam ajudando nas campanhas da UPN. Também é importante destacar o conceito por trás dessa fala: *conservação*, muito provavelmente por influência da leitura das obras de Wanderbilt de Barros, entre outros autores (de livros e artigos de revistas e jornais), como ficará mais claro no capítulo seguinte. O preceito fundamental da conservação é a utilização racional dos elementos naturais, para que as “gerações futuras” também possam usufruir deles. Roessler estava de acordo com essa noção, ao perceber a natureza como algo herdado do passado e a deixar como herança para o futuro. Além disso, ele mencionou que o povo, *antes do Estado*, é que deveria organizar-se para defender a natureza - entendida como um patrimônio, um bem tangível, portanto -; essa afirmação é interessante, num contexto em que o Estado ainda era o grande investidor, e quem centralizava as decisões sobre o desenvolvimento do país. Exemplo disso é que, no momento da entrevista, a construção de Brasília - símbolo do progresso incentivado pelo Estado - estava a pleno vapor.

Também as revistas *Lavoura Arrozeira* e *Chácaras e Quintais* publicaram artigos sobre a UPN, a última teria alcançado, segundo Roessler, “a mais ampla repercussão, tornando a

³²⁹ Ibidem.

Sociedade conhecida em todo o Brasil, conforme provam os pedidos de material de propaganda vindos de vários estados, desde Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Paraná, Minas Gerais, Rio, São Paulo, etc”. Tanto entidades oficiais quanto particulares pediram cartazes para servirem como modelo para iniciativas semelhantes. Além disso, a UPN ficou conhecida no exterior, pois seu material foi solicitado pelo escritório Florestal da Organização das Nações Unidas (F. A. O.), no Rio de Janeiro, para ser exposto em uma exposição florestal, em Nova Déli, na Índia, “com a solicitação do direito de aproveitar os modelos para impressão de folhetos de propaganda em outros países, tanto na América Latina, como do Velho Mundo, fato que demonstra seu valor”³³⁰. Nada mal para uma entidade com apenas três anos de existência.

Na *Lavoura Arrozeira* de março de 1957³³¹, foi publicada uma reportagem sobre a questão da pesca no Estado, a partir de uma conversa com Roessler, com destaque para o efeito das bombas de irrigação das plantações de arroz. A revista afirmava ter recebido “a visita do Sr. H. L. Roessler, delegado florestal, combativo e persistente batalhador quanto o crime que se vem praticando no Estado, com bombas de alto poder de sucção na época de irrigação dos arrozais”³³². Na ocasião da visita, Roessler regressava de uma longa viagem pelo interior do Estado, na qual observou que “foram reiniciadas as irrigações dos arrozais, sem que nas válvulas da maioria das bombas tivesse sido adaptado qualquer dispositivo protetor dos filhotes de peixes”. Roessler informou ao repórter que “os condutos estavam fervilhando de alevinos, especialmente piavinhas e douradinhos (...) os quais morrerão por ocasião da suspensão dos regadios, o que é do agrado dos plantadores de arroz, visto que os muitos milhões de pequeninos peixinhos se transformarão em ótimo adubo”. Declarou ainda que não era mais “possível continuar impune esse massacre, essa monstruosidade, causa da sempre crescente escassez do pescado, outrora alimento básico e gratuito das populações ribeirinhas”³³³. Os pescadores eram os mais prejudicados, pois sua renda diminuía e, com o tempo, eram obrigados a abandonar a atividade, procurando outra fonte de renda. Todos os anos, entre novembro e março, acontecia a mesma irregularidade, acompanhada por Roessler “em 34 rios, 175 arroios e 52 lagoas que alimentavam as lavouras por meio de mais de 3.100 bombas centrífugas de recalque de água”. Através da revista, Roessler estava também “apelando ao espírito de compreensão e boa vontade dos orizicultores, para que coloquem imediatamente a

³³⁰ ROESSLER. 11/04/1958. Op. Cit.

³³¹ A *Lavoura Arrozeira* era editada pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) e tinha sede em Porto Alegre. O editorial da revista esclarecia que *Lavoura Arrozeira* era “especializada em assuntos agrônômicos e muito especialmente na cultura sulina, abordando não somente o aspecto técnico como também o econômico da produção”. LAVOURA ARROZEIRA. Editorial. Porto Alegre, nº 123, Março/1957 (MCSHJC).

³³² LAVOURA ARROZEIRA. A diminuição da riqueza pesqueira e os arrozais. Porto Alegre, nº 123, Março/1957 (MCSHJC).

³³³ Ibidem.

armação telada com malhas de 1 centímetro, exigida por lei, para impedir a entrada dos alevinos nas lavouras de arroz”³³⁴. Como o público-alvo da publicação era, prioritariamente, os plantadores de arroz, Roessler esperava que sua mensagem fosse assimilada pelos mesmos, impulsionando a colocação da tela que resolveria o problema.

Na revista *Chácara e Quintais*³³⁵ de setembro de 1958, foi publicada uma nota sobre a UPN dentro da seção “Caçando e Pescando”, espaço reservado às dicas e conselhos sobre caça e pesca. Num dos subtítulos da seção, “União Protetora da Natureza”, consta que a entidade foi fundada, em São Leopoldo, pelos “nossos amigos do Rio Grande do Sul”, presidida por “Henrique Luiz Roessler, e estão obtendo resultados surpreendentes, conforme demonstram as fotos que nos foram remetidas”³³⁶. Uma delas foi reproduzida junto à matéria; mostra dezenas de armas apreendidas, o jipe da fiscalização, dois homens e Roessler, vestido com um traje estilo “safári”. Abaixo da fotografia, constava a legenda “**Campanha vitoriosa da UPN:** Pode-se observar a enorme quantidade de armas apreendidas, as quais eram usadas ilegalmente por pessoas desalmadas, destruidoras da fauna”. Os repórteres afirmavam que não havia dúvida de que “nós também batalhamos por essa causa tão benemérita e tão humana e que deverá ter o apoio de todos aqueles que amam a natureza. É tão belo ver um pássaro no seu próprio meio, em pleno regime de liberdade sem ser molestado pelo ‘bicho homem’”. O articulista concluía que a “UPN pod[ia] contar aqui com um adepto cem por cento amante da natureza, e vamos colaborar na medida do possível (e do espaço) para a completa vitória desta boa causa que é a proteção”³³⁷.

O espaço dedicado à UPN pela *Chácaras e Quintais* não foi grande – bem menor do que na *Lavoura Arrozeira* – no entanto, a *Chaquita*, como era chamada, tinha um grande público e ótima circulação. Segundo Martins (2001, p. 298), era a revista de maior alcance no gênero, chegando “aos mais longínquos recônditos” do país. No número de agosto de 1959, um leitor paulista - da cidade de Campo Limpo - pediu o contato da entidade. O leitor, Oscarlino José Miranda, afirmava morar em um sítio, um lugar muito sossegado e com muitos pássaros, que ouvia com alegria, pois era “um grande admirador da nossa tão bela natureza”. O problema era que, eventualmente, caçadores e seus cachorros entravam em sua propriedade para caçar. Miranda tinha colocado “placas proibindo a caça, mas não adiantam nada”. O leitor pedia que

³³⁴ Ibidem.

³³⁵ A revista, com sede em São Paulo-SP, foi lançada em outubro de 1909, com uma tiragem de 20 mil exemplares, de propriedade e direção do conde italiano Amadeu A. Barbiellini (WELTMAN, 2008, p. 86). Foi considerada, em 1972, como uma das revistas mais importantes do Brasil “não apenas como produção agrícola, mas como marco do periodismo da época” (MARTINS, 2001, p. 299). A “Chaquita” circulou até 1971.

³³⁶ JÚNIOR, Francisco de Barros. Caçando, Pescando. União Protetora da Natureza. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, 15/09/1958, p. 322 (MCSHJC).

³³⁷ Ibidem, p. 323.

os responsáveis pela seção “Caçando ou pescando” esclarecessem como ele poderia entrar em contato com a UPN, “para, se fosse possível, proibir a caça no tempo em que não esteja aberta”. Miranda afirmava ainda que em sua cidade não havia fiscais, “então os caçadores caçam em qualquer tempo e desde muito venho procurando um começo para assumir uma atitude [sic], e justamente na *Chaquita* de 15 de setembro de 1958 é que achei essa ideia tão esperada de como eu poderia proteger os pobres bichos que não fazem mal a ninguém”³³⁸. Apesar de ter encontrado apenas uma carta de leitores da revista (já que a coleção do MCSHJC não é completa), considero-a importante, pois demonstra a receptividade da proposta de Roessler e da UPN além das fronteiras do Rio Grande do Sul, onde ele era conhecido e, nessa época, já colaborava como colunista do jornal *Correio do Povo*.

A importância de *Chácaras e Quintais* para Roessler, no entanto, ia além dessa reportagem sobre a UPN. Muito provavelmente, ele era assinante da revista, pela temática tratada em suas páginas e pelas citações de autores que publicavam nela, em suas crônicas no *Correio do Povo Rural*, como, por exemplo, Rodolpho Von Ihering, Pimentel Gomes e Aldo Cipolato. Os dois primeiros, como muitos outros que publicavam na *Chaquita*, eram cientistas, respectivamente, das áreas de zoologia e agronomia; Cipolato era jornalista e, segundo Roessler, “grande protetor das árvores”. No mesmo número em que a nota sobre a UPN foi publicada, constava um poema do jornalista, intitulado “Eu, um amigo e a árvore”, no qual ele ressaltava a beleza e a utilidade das árvores; o último verso era um apelo, “Conclamando a todos o reflorestamento a intensificar”³³⁹.

Roessler informava ainda que, como presidente da UPN, fora inscrito como “Sócio Correspondente” de entidades protetoras da Alemanha (Schutzgemeinschaft Deutscher Wald – que publicava a revista florestal *Unser Wald*, lida por ele – e *Weltubund Zum Schutze Dertiere Und Gegen Die Vivisektion*) e de São Paulo (Sociedade Geográfica Brasileira, Campanha Associativa de Proteção à Natureza - CAAPAN - e Irmãos Lavouristas da Ordem de Lavradores do Brasil)³⁴⁰. A entidade era reconhecida em outros estados e até no exterior, no entanto, Roessler constatava que “mais perto, tanto na alta esfera do Governo Federal, como do Estadual, a UPN ainda não conseguiu grangear muita simpatia entre as autoridades empenhadas na proteção à fauna e flora, com exceção do Serviço de Caça e Pesca, que aprecia a cooperação que a Sociedade lhe vem prestando desinteressadamente”. A entidade precisava de dinheiro e

³³⁸ JÚNIOR, Francisco de Barros. Caçando, Pescando. Associação de Defesa da Flora e da Fauna. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, Agosto/1959, p. 358-59 (MCSHJC).

³³⁹ CIPOLATO, Aldo. Eu, um amigo e a árvore. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, Setembro/1958, p. 320 (MCSHJC).

³⁴⁰ ROESSLER. 11/04/1958. Op. Cit.

todos que conhecessem seu trabalho e que não fossem destruidores da natureza poderiam colaborar. Dentre eles, o governo federal e estadual poderiam incluir em seus orçamentos um auxílio anual para a UPN; a “Política”, que Roessler via como uma “grande força, cujos líderes devem considerar que a Conservação da Natureza não é ponto de programa de somente um partido, mas sim interessa a todos, visto ser essência vital para o bem-estar, a saúde e o progresso coletivos”³⁴¹. Aos políticos ele perguntava: “quais serão os parlamentares com coragem de se colocar publicamente do nosso lado, sem recear a antipatia do povo votante?”. Além da esfera política, também o poder eclesiástico, “de tanta influência sobre o espírito cristão, cujas recomendações são muito mais acatadas do que as ordens das autoridades civis”, seriam capazes de mobilizar “as forças cívicas e culturais do nosso povo, fazendo-o compreender que proteger a natureza é obrigação de todos para garantir a nossa sobrevivência”. Especialmente em regiões onde havia muita destruição, o “clero católico muito nos pode ajudar e já temos edificantes exemplos neste sentido e daqui apelamos para que a promessa que nos foi dada de que a Igreja pode auxiliar na nossa boa obra, não seja esquecida”³⁴².

Os políticos, segundo Roessler, recebiam ter sua imagem associada à proteção da natureza, pois, ao apoiar uma campanha desse tipo, estariam contra o interesse de empresários de serrarias, curtumes, indústrias, caçadores, enfim, de certa forma, contra o progresso e o desenvolvimento, valores máximos daquele contexto³⁴³. É importante também a menção ao clero, como esfera mais poderosa do que as autoridades civis, para influenciar “o espírito cristão”. Certamente, ele se referia aos padres católicos, porque a maioria dos caçadores de passarinhos, de origem italiana, era católica. Roessler deve ter entrado em contato com autoridades da religião, que prometeram auxiliá-lo na sua “boa obra”, uma espécie de catequização para que não se caçasse mais passarinhos. Também é importante destacar no trecho acima o esforço para convencer as pessoas de que a UPN era uma entidade de utilidade pública. Esse título era almejado por Roessler, pois seria a comprovação de que ela representava mais do que um ideal, ou do que um “sonho de visionários”³⁴⁴, que podia prestar serviços úteis à sociedade. O princípio da utilidade devia – e merecia, na opinião dele – estar

³⁴¹ Note-se, aqui, que Roessler não era contrário ao progresso. O problema era o progresso que não levava em consideração a natureza, que apenas privilegiava enriquecimento pessoal de alguns políticos e o lucro das empresas. Ele defendia que era possível progredir conservando os recursos naturais, o que garantiria a sobrevivência da espécie humana, o “futuro”.

³⁴² Ibidem.

³⁴³ No contexto em questão, o progresso assumiu um sentido prático: um progresso era um “melhoramento”. Segundo Almeida, a noção de progresso vigorou de forma dominante até a década de 1930, associada à ideia de crescimento. Já o termo desenvolvimento começou a circular na literatura econômica e linguagem comum nos anos 1950, com uma conotação positiva. O autor percebe uma interessante analogia com o desenvolvimento de organismos biológicos: desenvolver é crescer, rumo ao *mais e melhor* (ALMEIDA, 2009).

³⁴⁴ ROESSLER, H. Modificação de Mentalidade. CPR. Porto Alegre, 29/07/1960 (AHRs).

presente. Para conseguir esse reconhecimento, mais uma vez, ele recorreu à correspondência com sua rede de relações.

Quando o Prefeito Municipal de São Leopoldo - e Patrono da UPN - Paulo Couto foi eleito Deputado Estadual pelo PTB em 1958, Roessler lhe escreveu pedindo que, quando ocupasse a cadeira no Legislativo “ou um outro cargo na administração do Estado”, lembrasse da UPN, pois esta precisava de:

- 1 – Declaração oficial de utilidade pública.
- 2 – Uma subvenção do Governo, por mínima que seja.
- 3 – Defensores na Assembleia, quando for injustamente atacada, como tem acontecido com quem a este assina³⁴⁵.

Roessler enviou “idêntico pedido aos Deputados Dr. João Caruso e Siegfried Heuser” – ambos eleitos pelo PTB - e também que faria a Leonel Brizola - recém-eleito Governador do Estado pelo mesmo partido, “logo que assumir o Governo gaúcho, pois foi ele o único que na sua plataforma se lembrou da proteção à natureza e do reflorestamento e certamente saberá apreciar a nossa colaboração nesse setor”³⁴⁶. Como vimos, Roessler era simpático ao PTB, por isso escolheu os políticos eleitos pelo partido para encaminhar seu pedido.

No final de 1960, os panfletos já chegavam em 3.000 escolas, a UPN contava com 300 sócios e recebia constantemente pedidos de folhetos de propaganda, “até do centro e norte do Brasil [que] precisam ser atendidos, sob pena de fracasso da finalidade da Sociedade”³⁴⁷. A impressão dos cartazes consumia “todos os recursos financeiros provenientes das contribuições dos sócios e dos donativos feitos por pessoas idealistas e patrióticas”. No entanto, a UPN havia recebido “valioso donativo em dinheiro” do Lions Club de São Leopoldo, “coletado numa reunião de solidariedade à nossa Instituição”. Outra colaboração importante veio do Rotary Club de Novo Hamburgo, pois todos os seus membros se inscreveram como Sócios contribuintes da UPN – modalidade dos que colaboravam financeiramente para a entidade. Roessler proferiu palestras nessas instituições, as quais devem ter sensibilizado os membros para a causa da proteção à natureza. Utilizando-se de argumentos convincentes, através de uma articulada retórica, visava angariar verbas para defender os seus “tutelados, animais e árvores [que], não podendo reclamar, declarar greves, fazer comícios e protestos, votar contra ou criar

³⁴⁵ UPN. Ofício nº 248 a Paulo Couto. São Leopoldo, 14/10/1958 (APHR).

³⁴⁶ Ibidem. Até onde pude pesquisar, não encontrei indícios de que Brizola teria se manifestado a favor da proteção à natureza. No manifesto de campanha, divulgado um dia antes das eleições, constava que o sentido do esforço de seu governo seria orientado em dois eixos principais: “Progresso e Nacionalismo”. CORREIO DO POVO. Roteiro do programa de governo do Eng. Leonel Brizola. Porto Alegre, 03/10/1958 (MCSHJC).

³⁴⁷ ROESSLER, H. Em causa própria. *CPR*. Porto Alegre, 18/11/1960 (AHRs).

dificuldades ao Governo e *porque são indefesos, sempre expostos à brutalidade e ganância dos homens, nós é que teremos que defendê-los*, com todo o vigor combativo, para evitar a transformação da nossa terra num deserto [grifo meu]”. Roessler entendia que os elementos naturais eram indefesos, por isso a ênfase na necessidade de sua proteção; sentia-se uma espécie de porta-voz da natureza, exposta ao homem - que ele considerava essencialmente mau. Por isso, praticava “Public Relations, como dizem os americanos, o que significa o constante empenho de conseguir a confiança e compreensão públicas”³⁴⁸.

Em 1963, Roessler comemorou, finalmente, o título de utilidade pública, conferido pelo governo estadual à UPN, em 07/06/62 (Decreto-Lei 13.708), que constituía “o reconhecimento oficial dos bons serviços prestados à proteção dos animais e plantas e um prêmio ao grupo de pessoas que, por todo o território gaúcho, dedicam seu tempo, sua inteligência e seu dinheiro ao trabalho por esta nobre causa”³⁴⁹. Porém, “a boa vontade e o sacrifício isolado de alguns idealistas, a cooperação de alguns mestres, a energia de algumas autoridades, o exemplo de alguns religiosos, os aplausos de alguns entusiasmados e as exclamações de horror e a reprovação das pessoas sensíveis contra atos de malvadez e destruição, não bastam”. Na verdade, Roessler percebia o título como credencial “para convidar outras pessoas simpatizantes da causa, a compartilhar neste ideal de defender os animais e as árvores com o coração, a cabeça e, em caso extremo, até com os punhos”³⁵⁰. Era preciso mais do que o envolvimento de algumas pessoas bem intencionadas; todos deveriam impedir as devastações, empregando até a força, se fosse necessário. Ele próprio já havia utilizado a força para defender a natureza, nas diligências como Delegado Florestal e continuava utilizando, como Fiscal da Caça e Pesca.

O problema era que nem todos os sócios participavam ativamente. Poucos se atreviam a atuar “no front”, na linha de frente contra os infratores das leis ambientais. Na palestra “Defendamos a natureza!”, Roessler contou que mandou publicar 10 mil livrinhos sobre leis da caça, não fixando preço de venda, mas sugerindo na última página “se a leitura deste folheto lhe foi útil, auxilie com qualquer donativo a Campanha Educativa da União Protetora da Natureza”. Os leitores apreciaram a publicação, afirmando que foi muito útil, porém “ninguém auxiliou, nem sequer com um donativo no valor do preço de um cafezinho, que foi o custo de cada exemplar” (ROESSLER, 2005, p. 94). Como vimos, o livrinho foi patrocinado por Dirceu

³⁴⁸ Ibidem.

³⁴⁹ ROESSLER, H. Socorro, amigos da natureza. CPR. Porto Alegre, 22/02/1963 (AHRs).

³⁵⁰ Ibidem.

Silva, comerciante de armas; além do custeio do material educativo, ele queria angariar recursos, certamente, para poder imprimir mais panfletos.

A Secretaria de Educação do Estado aprovava a ideia de desenvolver um trabalho educativo nas escolas, mas negava “qualquer contribuição, sob a desculpa de não haver verba específica para esse fim de propaganda”³⁵¹. A secretaria se propôs somente a distribuir os panfletos em todos os colégios do Estado, caso os recebesse gratuitamente.

Cartazes educativos já eram emitidos pelo Ministério da Agricultura, na forma de editais, quando Roessler ocupou o cargo de Delegado Florestal. Inclusive alguns desses panfletos foram aproveitados, com pequenas alterações, e distribuídos pela UPN. Entretanto, no geral, com a nova entidade, o caráter da campanha educativa mudou, deixando de ser legitimada por documentos oficiais, passando a ser veiculada por panfletos com mensagens mais diretas, reforçadas por desenhos ou fotografias. Ao mesmo tempo em que comandava as atividades da UPN, entre 1958 e 1963, ele escrevia crônicas para o *Correio do Povo*, proferia palestras em clubes, escolas e fiscalizava a caça e a pesca. Foi o período de maior autonomia e produção intelectual de nosso personagem: o auge de seu projeto de proteção à natureza.

3.3 - A campanha educativa da UPN

Através da UPN, Roessler empreendeu uma campanha educativo-ambiental de amplo alcance no Rio Grande do Sul. Já nos cargos federais, ele criava e distribuía cartazes com extratos de leis, advertências e orientações à população em geral. Quando fundou a UPN, decidiu enfatizar o caráter educativo da entidade e, para isso, utilizou todos os mecanismos disponíveis ao seu alcance: a distribuição de cartazes/panfletos, o proferimento de palestras e as crônicas no *Correio do Povo*.

A estratégia da propaganda³⁵² através de panfletos, livretos, aliando textos e desenhos ou fotos, foi uma prática comum na época em que Roessler assumiu o cargo de Delegado Florestal, quando vigorava o Estado Novo (1937-45). Segundo Capelato (1996), uma das características dos regimes afirmados pela política de massas dos anos 1920-30 foi o uso da propaganda política para legitimá-los e reforçá-los. Nos regimes totalitários, a propaganda adquire uma força muito maior do que em outros sistemas políticos, “porque o Estado, graças à censura ou monopólio dos meios de comunicação, exerce rigoroso controle sobre o conjunto

³⁵¹ Ibidem.

³⁵² Para Capelato (1996, p. 328), “a referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional, eficaz na conquista de adesões políticas”.

das mensagens. A propaganda se torna onipresente visando assegurar o poder, o domínio sobre os corações e mentes” (CAPELATO, 1996, p. 328). Os conteúdos veiculados eram adequados às condições dos receptores, permitindo que as mensagens fossem compreendidas e aceitas. Diversos livros e panfletos foram produzidos pela imprensa oficial para cultivar a personalidade de Vargas, cujo mito se consolidou definitivamente nesse período (D’ARAÚJO, 2000, p. 36). A precariedade do ensino e o alto índice de analfabetismo da época “eram fatores indicativos de que as ideias a serem propagadas deveriam ser bastante simplificadas e repetidas para despertarem atenção, serem entendidas e memorizadas” (GARCIA, 1999, p. 103). Nos panfletos elaborados por Roessler, é o que ocorre: mensagens curtas e de fácil compreensão, direcionando a ação dos receptores, nesse caso, para a proteção dos elementos naturais brasileiros.

A propaganda estadonovista “orientava uma campanha de valorização nacional, procurando instilar um espírito de patriotismo e de confiança em relação ao país e seu futuro”. Através de rádio, livros, panfletos e até do cinema, difundiam-se mensagens para enaltecer a nação e suas “belezas naturais”. Com o objetivo de sugerir um futuro grandioso para o país, a natureza era apresentada de maneira extremamente positiva, como podemos perceber, por exemplo, no enaltecimento das “terras férteis”, nas “jazidas de incontestável pureza”, etc (GARCIA, 1999, p. 114-15). Para que essas mensagens fossem compreendidas pela população, instituições como a escola, a imprensa e a igreja eram fundamentais.

Roessler, nos anos finais de vida, proferiu palestras em escolas e clubes assistencialistas, como Rotarys e Lyons. Estão disponíveis em texto apenas três³⁵³, nas quais ele tratava dos problemas ambientais da época no Rio Grande do Sul, tentando convencer as plateias da necessidade de proteger a natureza, e, sempre que possível, pedia doações para a UPN. Além das palestras, a campanha educativa se estendia às crônicas publicadas no *Correio do Povo*. Foram cerca de 300 textos, publicados de 15 de fevereiro de 1957 até 22 de novembro de 1963, na Seção “Assuntos Rurais” e no Suplemento *Correio do Povo Rural*. Segundo Vinícius Bossle, Roessler teria conseguido a coluna semanal pelo prestígio que foi adquirindo, através de seu trabalho³⁵⁴. Na época, o Diretor do Suplemento era o agrônomo Paulo Annes Gonçalves, já conhecido de Roessler, pois foi eleito membro da diretoria da UPN em 1956,

³⁵³ Uma delas foi proferida em um Rotary, talvez o de Novo Hamburgo, por volta de 1960, pois Roessler mencionou na crônica “Em causa própria” (*CPR*, 18/11/1960) o apoio deste Rotary, e que todos seus membros se inscreveram como sócios da UPN; outra foi ministrada no Lyons de Estrela-RS, em 1º de novembro de 1963, poucos dias antes de falecer; a última, cujo texto está disponível, foi publicada junto com 95 de suas crônicas, no livro *O Rio Grande do Sul e a Ecologia* (ROESSLER, 1986 e 2005). Tratava-se da palestra “Defendamos a natureza!”, pronunciada em 05 de setembro de 1957, para um grupo de alunas da escola Fundação Evangélica, em Novo Hamburgo.

³⁵⁴ BOSSLE. Entrevista. Op. Cit.

com o cargo de conselheiro fiscal da entidade. A amizade com Gonçalves, aliado ao prestígio de Roessler, abriu as portas para que ele pudesse ocupar a coluna semanal.

Essa produção, em três diferentes suportes, tinha finalidade predominantemente educativa. Visava atingir diferentes públicos: alunos e professores, membros de clubes assistencialistas, caçadores, pescadores, agricultores, etc. Nos três instrumentos de ação, trabalhava questões referentes à temática ambiental da época, com o objetivo de chamar a atenção das crianças e dos jovens, “as gerações futuras”, para a necessidade de proteger a natureza. Através desse material, Roessler divulgou ideias sobre a problemática das águas (poluição, pesca, irrigação de arroz, etc), das florestas (desmatamento e reflorestamento), da proteção aos animais (vivissecção, moda, crueldades), da caça em geral e dos passarinhos, do progresso, entre outros.

O primeiro tema tratado por Roessler, em suas crônicas, foi a **poluição dos rios**. A primeira crônica no espaço “Assuntos Rurais” intitulou-se “Águas envenenadas nos nossos rios”³⁵⁵, através da qual Roessler denunciava a poluição de vários rios do Estado pelo despejo de resíduos tóxicos “in natura” em suas águas por diversas indústrias e curtumes. Entre os principais atingidos estavam o Rio dos Sinos e Arroio dos Curtumes (São Leopoldo), o Arroio Preto (Novo Hamburgo), Rio Gravataí (Santo Antônio da Patrulha, Glorinha, Viamão, Gravataí), Rio Caí (Montenegro) e o Rio Ibicuí (principal afluente do Rio Uruguai, divide Uruguiana e Itaqui). Os maiores causadores do desastre eram curtumes, que lançavam taninos, sais minerais venenosos, anilinas e matéria orgânica; as fábricas de papel, que escoavam seus detritos; ainda empresas como frigoríficos, fábricas de óleos, e até mesmo petroleiras despejavam seus restos em vários rios citados. Toda essa poluição causava a mortandade de milhares de peixes, doenças em eventuais banhistas, e mesmo problemas estomacais nas populações ribeirinhas que eram obrigadas a consumir as águas destes rios. Roessler denunciava “os industrialistas que envenenam os rios com os detritos sólidos e líquidos orgânicos e tóxicos, lançados sem tratamento nas águas públicas”, bem como o “próprio governo, metido em irregularidades, porque manda lançar o esgoto cloacal em bruto diretamente nas águas públicas, que estão sendo consumidas sem filtração”³⁵⁶. Ele observava que só quando apareciam os peixes mortos nos cursos d’água se ouvia falar que as indústrias instalariam aparelhos para tratar seus resíduos, “mas quando desaparece o perigo comum, o que

³⁵⁵ ROESSLER, H. Águas envenenadas nos nossos rios. CP. Porto Alegre, 15/05/1957 (MCSHJC).

³⁵⁶ ROESSLER, H. Palestra Lyons. Estrela, 1º/11/1963, folha 5 (APHR).

sempre acontece com a primeira chuva e conseqüente subida das correntes, **tudo é esquecido**, porque o micróbio do comodismo é muito forte entre nós [grifo do autor]”³⁵⁷.

Situação semelhante aparece na pesquisa de Janes Jorge, percebida por José Joaquim de Freitas, fiscal de rios de São Paulo, no rio Tietê, já em 1903. Freitas também sugeria o tratamento dos esgotos, antes de serem lançados nos rios, para evitar “uma catástrofe epidêmica” (JORGE, 2006, p. 28). Podemos constatar que o problema denunciado por Roessler não era restrito aos rios gaúchos; bem antes, na virada do século XIX para o XX, o Tietê, assim como outros rios brasileiros, também sofria com a poluição.

Nas palestras, Roessler também falava das irregularidades na área da pesca, como a utilização de aparelhos proibidos, a prática da pesca nos períodos de defeso e a pesca com dinamite. Essas práticas, da mesma forma, atingiam os rios paulistas, onde pescadores de origem italiana eram acusados de lançar bombas de dinamite para matar peixes, na década de 1890; desde 1892, havia lei em São Paulo proibindo a pesca com dinamite, raiz de timbó e outras drogas venenosas (JORGE, 2006, p. 163-65).

Sobre a mortandade dos peixes, atribuída às lavouras de arroz, Roessler escreveu várias crônicas e elaborou o panfleto “A ruína da pesca”³⁵⁸, o qual apresentava o desenho de um dispositivo - previsto em lei - para impedir que os filhotes de peixe entrassem nas lavouras de arroz. Embora existissem leis que obrigavam os orizicultores ao uso de telas de filtro na ponta dos canos de sucção das bombas, a maioria não as utilizava e, mesmo com o seu uso, milhares de ovas e filhotes de peixes eram atraídas e esmagadas pelo mecanismo. A maneira de solucionar o problema seria acoplar às bombas uma caixa de tela bem maior, de cerca de três metros de diâmetro, o que anularia a força sugadora da bomba. Em 1961, Roessler relatou que “nem 1% dos orizicultores adaptam aparelhos protetores da fauna aquática nos ralos das bombas” (ROESSLER, 2005, p. 164).

Outro problema que atingia os peixes nos rios era a falta das “escadas para peixes”³⁵⁹. Roessler denunciava o “lamentável esquecimento da adaptação das Escadas para Peixes, a fim de dar-lhes livre trânsito para as cabeceiras, durante o período da ‘piracema’” (ROESSLER, 2005, p. 157), quando os peixes não conseguiam ultrapassar as paredes das barragens, pois as

³⁵⁷ ROESSLER, H. 15/05/1957. Op. Cit.

³⁵⁸ UPN. Panfleto A ruína da Pesca. São Leopoldo, s/data (APHR).

³⁵⁹ As escadas para peixes são uma das alternativas para transposição de peixes que deveriam ser utilizadas na construção de barragens. As águas ficam “aprisionadas” para geração de energia, e muito paradas, dificultando a passagem dos peixes, se não houver um mecanismo que os transponha para o outro lado. Segundo Sidney Lázaro Martins, as hidroelétricas são responsáveis por cerca de 95 % da energia nacional, e, muitas vezes, aos olhos dos construtores as escadas para peixes são um custo desnecessário. No Brasil, somente 1,4 % das barragens possui algum aparelho do tipo escada para peixes e, além disso, 2/3 delas foram mal construídas, não satisfazendo necessidades biológicas e de Engenharia. Sobre sistemas para transposição de peixes, ver: Martins, 2000.

águas em geral ficavam ‘baixas’. Praticamente encurralados, eram presas fáceis de “pescadores inescrupulosos”, que utilizavam aparelhos proibidos para pescá-los. Roessler sugeria a construção das escadas “na forma de cacimbas de cimento armado, colocadas em séries, uma em nível pouco superior à anterior, alimentadas por um fraco desvio d’água, captada acima da barragem, por cujos tanques os peixes, pulando de um para o outro, alcançariam o curso superior e dali poderiam seguir para os remansos para realizar a reprodução” (ROESSLER, 2005, p. 158). O assunto também foi tema de crônica posterior, em que o caso da Barragem-Ponte sobre a Cachoeira do Fandango, no rio Jacuí, foi exposto. Em “O fandango da morte” (ROESSLER, 2005, p. 158-160), Roessler denunciou a falta da escada para peixes na obra, o que qualificava como crime contra a natureza, por causar “matanças indescritíveis” de peixes, na época do defeso. O texto também fazia referência à sua campanha educativa, na tentativa de esclarecer os pescadores para que não usassem aparelhos de pesca proibidos, como “rocegas”, “tarrafas”, “paris”, entre outros, e para que não pescassem na época da “piracema”.

Sobre a **temática florestal**, Roessler escreveu inúmeras crônicas e confeccionou vários panfletos. Nas palestras, em geral, era o primeiro assunto por ele tratado, utilizando argumentos de utilidade para defender os elementos naturais. A importância da floresta ultrapassava o valor monetário: “são indispensáveis para conservação do regime de águas; para evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais como enxurradas e ventos; para asilar a fauna”. Neste caso, Roessler apresentava valores concretos (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 87) - embora não financeiros - para convencer a plateia de que era muito mais útil conservar as florestas do que derrubá-las; os exploradores não conseguiam perceber isso, só pensavam nos lucros que obteriam com a madeira. A culpa toda era do homem, “esse grande devastador da natureza” (ROESSLER, 2005, p. 92). Roessler mostrava-se pessimista com a “imprevidência e burrice. Em toda a parte reina a mais criminosa omissão, o mais vil imediatismo, a mais vergonhosa espoliação do nosso agonizante patrimônio verde”. Enquanto o preço da madeira aumentava ao ponto de “impedir a população obreira a construir seus chalés”, denunciava que os “grandes tubarões estavam nos seus palacetes, adquiridos com a renda dos pinheiros, rindo-se da miséria do povo”³⁶⁰.

Destacam-se dois panfletos sobre a temática florestal: “O reflorestamento em ação”³⁶¹ e “O reflorestamento é obrigatório”³⁶². O primeiro trazia o desenho em forma de sombras de dois homens, um deles com enxada na mão, cavando um buraco, e o outro plantando uma muda

³⁶⁰ ROESSLER. Palestra Lyons. Op. Cit, fl. 1.

³⁶¹ UPN. Panfleto O reflorestamento em ação. São Leopoldo, s/data (AHRs).

³⁶² UPN. Panfleto O reflorestamento é obrigatório. São Leopoldo, s/data (AHRs).

de árvore no solo. A mensagem listava cinco vantagens em “plantar árvores: é um das mais nobres e patrióticas atividades rurais; constitui o mais garantido emprego de capital, significa um sólido seguro de vida; valoriza a terra e garante a água; é prova de inteligência e previdência do proprietário rural”. O outro panfleto também enfatizava as vantagens do reflorestamento: “plante árvores – enquanto vocês dormem elas crescem, garantindo-lhes um futuro melhor”, e “nunca é tarde demais para plantar uma árvore”. Entre os benefícios que ele representava, por si só, “realiza milagres que maravilham, é um ótimo emprego de capital, um sólido seguro de vida”. Roessler mostrava o lado prático, útil da proteção da natureza, pois, do contrário, talvez as pessoas não se interessassem pelo assunto. Qual a vantagem de replantar uma árvore, para uma pessoa daquela época? Talvez Roessler se fizesse essa pergunta frequentemente, e a resposta que ele encontrou, muitas vezes, estava ligada a argumentos religiosos e nacionalistas.

A mais longa de suas crônicas, publicada em quatro partes, foi “A verdade sobre o problema florestal” (ROESSLER, 2005, p. 13-23), na qual são citados trechos de obras que trataram o problema da destruição florestal e da necessidade do reflorestamento. Entre outras, declarações de Júlio de Castilhos, Padre Balduino Rambo, o naturalista José Vidal, o engenheiro florestal alemão Wolfgang Herzog, os escritores Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, foram comentadas por Roessler. Apesar de tanto debate sobre o tema, para o cronista “parece que o próprio Poder Público não se interessa muito pela solução do problema florestal, ou que não lhe convém mexer no assunto”; entre vários motivos para o descaso arrolados por Roessler, estava a liberação de verbas irrisórias, a falta de impedimentos à exportação de madeira, o não impedimento do Estado ao contrabando de madeiras pelos rios Uruguai e Paraná, a falta de fiscalização, etc.

Reproduzindo as palavras do alemão Wolfgang Herzog, em “Reflorestamento ou miséria” (ROESSLER, 2005, p. 11-13), ele criticou os brasileiros, acostumados a não se importar com o futuro; até mesmo a vizinha Argentina estava ampliando suas reservas de pinheiros. Para Roessler, “somente na estatística o Brasil é um dos países do mundo mais ricos em matas”. No entanto, em comparação com outros países, o Brasil era “uma das nações mais pobres em madeiras”. Derrubadas mal conduzidas, efetuadas durante séculos, devastaram “gigantescas áreas das regiões de matas virgens. (...) E o pior é que a desmatagem irracional continua, porque a indústria o exige. O desenvolvimento do Brasil requer cada vez maior quantidade de produtos florestais” (ROESSLER, 2005, p. 11). O texto foi escrito em pleno governo Juscelino Kubitschek, no qual o slogan “50 anos em 5” representava a aceleração do “crescimento” divulgada pelo presidente. O Brasil passava por um rápido processo de

industrialização, durante os anos 1956-60, baseado na maior presença do capital estrangeiro e na propagação de ideias nacional-desenvolvimentistas. Nesse contexto, o corte de árvores era percebido como necessário ao “desbravamento” de regiões ainda isoladas à civilização - a exemplo do oeste de Mato Grosso e de regiões da Amazônia - e não como destruição da natureza. Contra esse entendimento da temática florestal, uma denúncia importante feita por Roessler foi a venda de madeira no Rio Grande do Sul, permeada por questões duvidosas, na crônica “Árvores desvitalizadas”. Nas reservas florestais conforme a lei, só podia ser retirada “madeira morta” (árvores secas), e ainda com licença para isso. Porém,

exploradores “bem vivos” que andam por aí, rondando cobiçosos essas matas, inventaram os termos ‘DESVITALIZADO’ e “TOSTADO PELO FOGO, para iludirem as autoridades inexperientes, encarregadas da guarda de tais áreas protegidas, propondo a compra de tais árvores a troco de banana, convencendo-as serem de pouco valor, visando unicamente a livre entrada na mataria, para depois poderem cortar à vontade as melhores árvores verdes, o que era tarefa fácil em virtude da inexistência de qualquer fiscalização (ROESSLER, 2005, p. 24).

Segundo Roessler, as reservas, inclusive indígenas, desde a década de 1940, eram alvos dessas contravenções. A retirada apenas das “árvores desvitalizadas” não valeria a pena, pelos custos e instrumentos necessários, pois somente 1% morria em pé, de velhice³⁶³ ou pela ação do fogo, na época. Entre as táticas para produzir árvores desvitalizadas, eram provocados incêndios para chamuscar as árvores e também era colocado ácido sulfúrico para que as copas murchassem. Qualquer árvore com uma mancha preta era marcada como “desvitalizada”, embora tivesse copa verde e brotações novas, podendo ser cortada e vendida. O problema, nesse caso, era que o Estado permitia a instalação de serrarias dentro das reservas, para cortar as “árvores desvitalizadas”, e que as áreas reservadas aos indígenas eram compradas destes “por preço ridículo (...) para saldar déficits feitos pela administração dos toldos e não [se] exigia dos compradores beneficiados o reflorestamento constante nos contratos”³⁶⁴.

O “dia da árvore”, abordado na crônica “Fogo de Palha”, era um dos piores dias do ano, para Roessler. Ele considerava que “em vez de dia de festa, devia ser um DIA DE LUTO pela floresta desaparecida, e deviam chorar de vergonha os que deixaram de cumprir o seu dever” (ROESSLER, 2005, p. 34). O problema era que as pessoas só se lembravam das florestas e celebravam as árvores nesse dia. Durante o resto do ano, o problema ficava esquecido. Roessler

³⁶³ A *Araucária angustifolia* é longeva, atingindo, em média, entre 140 e 250 anos, existindo exemplares, de acordo com os anéis de crescimento, com até 386 anos de idade. CARVALHO, Paulo Ernani R. Cultivo do Pinheiro-do-paraná. Embrapa Florestas. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinheiro-do-Parana/CultivodoPinheirodoParana/06_aspectos_ecologicos.htm>. Acesso em 25/06/2010.

³⁶⁴ ROESSLER, H. Palestra Rotary, s/data (1960?), fl. 2 (APHR).

reclamava, acima de tudo, das classes mais visadas, as rurais, onde não se atingia o objetivo educativo, “porque não havia continuidade na propaganda de proteção às florestas e do reflorestamento”. Roessler chegou a sugerir que um colono ensinasse “os jovens como usar a pá e a enxada, como preparar canteiros, como semear, regar (...) como se lavra a terra”. Esses ensinamentos práticos seriam de maior utilidade para as crianças e jovens, e de maior proveito do que as Festas da Árvore. Propôs “a criação de BOSQUES ESCOLARES (...), que tantos benefícios já proporcionaram à Juventude de outros países, onde foram organizados e constituem fontes de saber, prazer e saúde para alunos e mestres” (ROESSLER, 2005, p. 36). Na palestra ao Lyons, também criticou o “dia da árvore”. O reflorestamento, segundo ele, era pífio, representando apenas 1% das árvores cortadas; ficava apenas no papel, “no papo, nas mesas dos cafés, nos gabinetes administrativos e em relatórios falsificados”. Esse reflorestamento “de fachada” ocorria no Dia da Árvore, “com estardalhaço, para impressionar a opinião pública e acalmar manifestações de consciências culpadas”³⁶⁵. Daniel Prado percebeu nessas orientações “elementos de uma educação ambiental profícua” (PRADO, 2008, p. 174). A educação ambiental, como área de conhecimento com fundamentos teórico-metodológicos, surgiria somente nos anos 1970, entretanto, já é possível perceber nas práticas de Roessler características embrionárias de uma educação ambiental mais “crítica”³⁶⁶. Ainda que não seja o que hoje entendemos por educação ambiental, acredito que a constatação de Prado seja muito importante, pois confirma a existência de um projeto educativo bem anterior à conformação de um campo de estudos propriamente “ambientais”.

Na crônica “Florestas à mercê dos piratas”, além de lamentar que a lei florestal brasileira não era “aplicada com a necessária rigidez”, ocorrendo desrespeito ao Código Florestal e impunidade, Roessler insinua que o motivo disso é que “nunca tivemos Presidente que levasse a sério o problema florestal”³⁶⁷. Segundo Roessler, o povo estava descontente, “cansado de frases”, e, por isso, “a sua última esperança é o Presidente Jânio Quadros”. Antes de sua passagem meteórica pela presidência, Jânio havia sido governador de São Paulo de 1955 a 1959, quando já era admirado por ele: “somente no Estado de São Paulo compreenderam a realidade da situação e por isso estão tomando medidas bem drásticas de salvação, realizando

³⁶⁵ ROESSLER. Palestra Lyons. Op. Cit., fl. 1.

³⁶⁶ Há diversas vertentes teórico-metodológicas na educação ambiental, mas em geral, os autores dividem as contribuições entre mais conservadoras, tradicionais (discurso que é divulgado pelo mercado – desenvolvimento sustentável, consumo sustentável, ações individuais, como “apagar a lâmpada”, “juntar o lixo do chão”, “desligar a torneira ao escovar os dentes”, etc), e abordagens mais críticas, que se preocupam com a emancipação dos sujeitos, tratando das causas do problema ambiental (produção industrial, exploração petrolífera, consumo) e estimulando a participação destes nos debates, ou seja, a cidadania. Para uma sistematização interessante das duas vertentes principais, consultar MAULIN, 2009 e MOTA JUNIOR, 2009.

³⁶⁷ ROESSLER, H. Florestas à mercê dos piratas. *CPR*. Porto Alegre, 19/05/1961 (AHRs).

um reflorestamento em proporções fantásticas, nunca visto no Brasil e fazendo a restauração da fertilidade da terra com emprego de recursos extraordinários” (ROESSLER, 2005, p. 66). Candidato à presidência da república pela UDN, Jânio prometeu varrer o atraso e a corrupção do Brasil, com seu emblemático *jingle* “varre, vassourinha”. Seu discurso patriótico convenceu muita gente, inclusive Roessler, que se revelou um de seus admiradores. Para ele, com a eleição de Jânio, “o povo brasileiro [havia escolhido] um verdadeiro líder” (ROESSLER, 2005, p. 73).

Além do incentivo ao reflorestamento em São Paulo, outro motivo pelo qual Roessler admirava Jânio foi a punição dos **curtumes do Vale do Rio dos Sinos**, assunto de várias crônicas e motivo de dores de cabeça no final da vida de nosso personagem. Segundo Roessler, no início dos anos 1960 havia cerca de cinquenta curtumes em Estância Velha, Novo Hamburgo e Portão, cujos detritos despejados nos arroios Preto e Portão eram arrastados para o Rio dos Sinos, problema que se agravava na época de estio, nos meses de primavera³⁶⁸. Roessler sugeriu, em “Mexendo na abelheira”, a partir da leitura de um artigo na revista “O Curtume”, de julho de 1960, dois métodos para os curtumes tratarem seus resíduos: a sedimentação (através da qual, os detritos serviriam como adubo, no futuro) e os Poços de Kremer. Ele já visitara as empresas da região, aplicando multas, previstas na Portaria nº 2/57 do Serviço de Caça e Pesca (baseada no Código de Pesca de 1943), mas a poluição continuava e, em dezembro do mesmo ano, denunciou o “jogo de empurra” das repartições públicas: os funcionários tinham “MEDO de agir contra o Poderio Econômico e Político dos grandes industriais”³⁶⁹. Em “Controlando águas poluídas”, Roessler citou uma lei de São Paulo aprovada pelo então governador Jânio Quadros, em 1955, que autorizava “a interdição das instalações causadoras da poluição das águas”³⁷⁰. Por isso, ele ia solicitar ao Presidente recém-eleito em três de outubro, “logo que tome posse, que dê âmbito nacional às mencionadas leis de São Paulo, para que no Rio Grande do Sul os acontecimentos também tomem de pronto rumos diferentes”³⁷¹.

Em fevereiro de 1961, choveu muito no Vale do Rio dos Sinos, trazendo para o rio “os resíduos industriais dos curtumes depositados nas poças d’água criadas em virtude da seca”³⁷². Isso provocou “casos de mortalidade em massa de peixes junto à confluência dos arroios Luiz Rau e Portão com o rio dos Sinos”. Os pescadores da região, “assustados” com o problema, “dirigiram ao Governo do Estado [na época, chefiado por Leonel Brizola] um memorial,

³⁶⁸ ROESSLER, H. Mexendo na Abelheira. *CPR*. Porto Alegre, 21/10/1960 (AHRS).

³⁶⁹ ROESSLER, H. Controlando águas poluídas. *CPR*. Porto Alegre, 10/12/1960 (AHRS).

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ *Ibidem*.

³⁷² FOLHA DA TARDE. Pescadores enviam memorial ao governo pedindo urgentes providências. Porto Alegre, 09/12/1961 (MCSHJC).

apelando para que autoridades tomem providências para a purificação das águas poluídas”³⁷³. Os problemas iam além da pesca: tanto em Novo Hamburgo como em São Leopoldo, Campo Bom e Sapiranga verificaram-se óbitos de crianças acometidas de desinterias. No dia 22 de fevereiro de 1961, ocorreu uma grande mortandade de peixes e, no dia seguinte, Roessler denunciou o fato à imprensa, como consta na imagem a seguir:



Figura 10 - *Folha da Tarde*, 23/02/1961 - Roessler à direita na foto (MCSHJC)

Segundo Roessler, manifestando-se sobre o episódio, “todo o trabalho de proteção e conservação dos recursos pesqueiros ficou perdido em poucas horas, porque não foram instalados aparelhos purificadores das águas servidas nos estabelecimentos industriais. Não

³⁷³ Ibidem.

houve meios de acerto amigável nesse sentido”³⁷⁴. Em vista dessa impossibilidade de acordo, Roessler então se dirigiu diretamente ao presidente Jânio Quadros, “pedindo o despacho de um de seus famosos bilhetes³⁷⁵ para solução do assunto”, através de memorial assinado pela UPN e a Colônia de Pescadores Z-5. Na correspondência, reproduzida em “Poluição das águas dos rios”, Roessler expôs “as principais causas do desperdício da nossa riqueza pesqueira dos rios e lagoas”³⁷⁶, a saber, as bombas de sucção utilizadas na orizicultura e os curtumes, principalmente no entorno dos rios do Sinos e Guaíba. Em anexo à carta, Roessler enviou cópias de suas crônicas e de reportagens jornalísticas sobre o assunto. Segundo ele,

Essas irregularidades (crimes) criaram uma situação de verdadeira calamidade pública na região mais populosa do Rio Grande do Sul, ao redor da Capital do Estado. Principalmente no verão, estando os rios com águas baixas, morrem enormes cardumes de peixes, ocorrendo constantemente diminuição de preciosa reserva alimentar, com graves ameaças de epidemias na população e no gado e a redução das possibilidades do exercício da profissão para os pescadores (...). O oferecimento de orientação de construção de purificadores de águas (Poço Kremer e de aparelhos de beneficiamento de fluídos Pfaudler Permutit), por parte de técnicos especializados foram desprezados (...). Todos os esforços do Serviço de Caça e Pesca falharam ante a indiferença, teimosia e espírito de economia desses homens ricos e presunçosos, que preferem se sujeitar às irrisórias multas do Código de Pesca a cumprir a lei³⁷⁷.

Como Jânio resolvera o mesmo problema em São Paulo, Roessler solicitava que “V. Exa. se digne dar âmbito nacional à lei nº 3068, para que o Rio Grande do Sul também possa usufruir de seus benefícios”. O presidente respondeu à solicitação de nosso personagem através de um telegrama, onde afirmou ter encaminhado seu pedido ao Ministério da Agricultura, “com especial recomendação de estudar o assunto e baixar portaria saneadora do grande mal que aflige a saúde pública e o repovoamento de nossas águas”³⁷⁸. Entusiasmado, Roessler informava que “essa ordem do primeiro Presidente brasileiro que realmente se interessa pela proteção, conservação e renovação dos nossos ricos recursos naturais, acaba de ser cumprida pela Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura”. O Diretor do órgão, Emilio Varoli, baixou a Portaria nº 85, de 07 de junho de 1961 (reproduzida na crônica), que Roessler considerou “uma nova poderosa arma na luta contra o Poder Econômico destruidor da Natureza”³⁷⁹. A portaria estabelecia medidas mais rigorosas para a punição dos

³⁷⁴ ROESSLER, H. Poluição das águas dos rios. *CPR*. Porto Alegre, 03/03/1961 (AHRs).

³⁷⁵ Segundo Marly Motta, Jânio desprezava “a rotina burocrática ao despachar ‘bilhetinhos’ para todas as instâncias administrativas, supervisionando pessoalmente os órgãos públicos, não delegando poderes, Jânio apostava na idéia de que o indivíduo deveria pairar acima das instituições democráticas. A finalidade era firmar a imagem do político competente e capaz, cuja onipresença vigilante garantia o cumprimento rápido e fiel de suas decisões. Por isso mesmo o conteúdo das “papeletas” – como Jânio chamava – era muito variado” (MOTTA, 2005, p. 82).

³⁷⁶ *Ibidem*.

³⁷⁷ *Ibidem*.

³⁷⁸ ROESSLER, H. Vamos agora cumprir a lei? *CPR*. Porto Alegre, 14/07/1961 (AHRs).

³⁷⁹ *Ibidem*.

estabelecimentos que lançassem resíduos nos rios. Determinava que os detritos só poderiam ser lançados às águas depois de tratados; definia limites de coliformes e a quantidade de oxigênio que deveria constar por centímetro cúbico de água; instituíra multa de cinco mil cruzeiros para os infratores da portaria, elevado ao dobro na reincidência; por último, fixava o prazo de 180 dias para que as empresas tomassem as providências cabíveis para o tratamento dos resíduos.³⁸⁰

Dias após, a portaria foi transformada em decreto (BRASIL, Decreto 50.877, 29/06/1961), o que foi comemorado por Roessler na crônica “Couro grosso”. Segundo ele, escrevendo no início de agosto, já haviam iniciado “as visitas aos estabelecimentos industriais atingidos, fazendo a coleta das águas conspurcadas na boca do esgoto, para exame das propriedades físicas, químicas e biológicas”³⁸¹, o que possibilitava verificar se o grau de poluição estava dentro dos limites estabelecidos no decreto. A nova legislação trouxe esperança a Roessler “de que para o futuro os peixes poderão se criar novamente sem o perigo de sucumbirem na água mortífera expelida pelos curtumes”. Mesmo com as novas “armas” obtidas através de Jânio, ele alertava a população que fervesse “a água de beber, porque ainda está saturada de bactérias e com facilidade transmite doenças graves”³⁸².

Roessler mal pode comemorar as medidas do presidente, quando, em 25 de agosto de 1961, ele renunciou. Já no ano seguinte, em viagem pelo rio Guaíba, observou “horrores inacreditáveis (...). Em Porto Alegre, os grossos canos dos esgotos do Cais do Porto e da Praia de Belas despejavam um líquido nauseabundo, saturado de fezes. Milhões de peixes ali se alimentavam e bandos de pescadores sem nojo os pescavam”. Em vistoria no rio dos Sinos, “a situação calamitosa provocada pelos curtumes, outras indústrias e atafonas continua no mesmo estado, sem que os responsáveis se importem em construir aparelhos filtradores, preferindo de vez em quando pagar uma multa”³⁸³. Infelizmente, episódios como o de 1961 seguiram ocorrendo na região (maior produtora de calçados do país), ano a ano, com quantidades de peixes mortos cada vez maiores, depois da morte de Roessler.

O envolvimento de Roessler com Jânio Quadros foi representativo de sua relação ambígua com a política: ele criticava, mas servia-se dela para obter apoio e favores, quando precisava. Suas preferências não obedeciam a uma fidelidade partidária: dizia-se correligionário do PTB, mas admirava políticos de outros partidos, desde que possuíssem alguma afinidade com seu projeto de proteção à natureza. Recorreu a Metzler, do PRP, para socorrê-lo na Câmara Federal e, no caso de Jânio Quadros, político da UDN (partido adversário

³⁸⁰ Ibidem.

³⁸¹ ROESSLER, H. Couro grosso. *CPR*. Porto Alegre, 04/08/1961 (AHR).

³⁸² Ibidem.

³⁸³ ROESSLER, H. A água precisa ser suja? *CPR*. Porto Alegre, 11/05/1962 (AHR).

do PTB em várias disputas eleitorais), como havia tomado medidas de defesa das florestas e das águas, era digno de sua admiração. O critério estabelecido por ele para construir sua rede de afetos e relações (além da possibilidade da pessoa oferecer ajuda nos momentos difíceis) atendia ao objetivo maior de sua atuação, ou seja, que o indivíduo fosse simpático à proteção da natureza.

Sobre a temática da **fauna**, uma das suas crônicas se intitulou “Os animais também têm direitos?”, na qual Roessler se lembrava da legislação (BRASIL, Decreto-Lei nº 24.645, de 10/07/1934)³⁸⁴, que estabeleceu como os animais deveriam ser tratados pelos homens. Ele citou o trabalho de Palmira Gobbi Dias³⁸⁵, na Associação Rio-Grandense de Proteção aos Animais, onde “é realizado, sem subvenção dos Poderes Públicos, apenas com os recursos provenientes das contribuições dos sócios e de donativos de simpatizantes (...) o que ali se acumula de fadiga e de sacrifícios pessoais, para acudir os pobres seres perseguidos e necessitados”. Roessler enumerava uma série de castigos infligidos aos animais praticados pelos homens, e concluía que “o grau de civilização de um povo se avalia pela maneira como trata os seus animais” (ROESSLER, 2005, p. 176). Em suas crônicas, Roessler também se manifestou sobre o uso de animais como cobaias em estudos científicos. Denunciou, em “Vítimas da Ciência”, que “milhões de animais, cães, gatos, macacos, coelhos e outros são sacrificados anualmente em nome da Ciência, para fins de estudos e experiências” (ROESSLER, 2005, p. 176). Em muitos casos, a “vivisseção” fazia com que o animal sofresse terrivelmente³⁸⁶. Além de denunciar os abusos da ciência e os maus-tratos dos donos, Roessler também criticou o uso extremo dos cavalos, obrigados a carregar pesadas cargas durante toda a vida; as rinhas de galos, em que estes recebem dos homens navalhas nos esporões para se cortarem; a matança de garças e emas; o corte das pernas das rãs – saboroso petisco para alguns, na época – devolvidas vivas às águas, com um rastro de sangue, mutiladas, para morrer³⁸⁷. Também a questão da moda, que fez com que se depenassem aves silvestres para

³⁸⁴ O Decreto era composto de 19 artigos, estabelecendo multa e prisão para quem aplicasse maus-tratos aos animais. Esclarece o que são “maus tratos”, entre outras disposições (BRASIL, Decreto-Lei 24.645, 10/07/1934).

³⁸⁵ Palmira Gobbi Dias (1909-1979) exerceu destacada atuação como “protetora dos animais”. Ela recebeu várias homenagens *post-mortem*, em Porto Alegre, como o nome do Mini Zôo, que funciona no Parque da Redenção, que a partir de 10 de novembro de 1984 passou a se chamar Palmira Gobbi. Também foi instituída uma rua com o seu nome, na Zona Norte da cidade, próxima a Av. A J Renner e Av. dos Estados.

³⁸⁶ A necessidade ou não da utilização de animais nas experiências científicas é tema de inúmeros estudos, porém não há consenso, e a maioria aponta que a utilização de animais é necessária e até mesmo indispensável, em muitos casos, desde que não cause sofrimento às cobaias. Segundo Anamaria Feijó (2005, p. 18), a “ética dos animais” constitui, atualmente, um capítulo da Bioética, definida como “estudo sistemático da conduta humana na área das Ciências da vida e dos cuidados da saúde, na medida em que esta conduta é examinada à luz dos valores e princípios morais”.

³⁸⁷ A prática de mutilar as rãs foi tratada por Roessler como extravagância culinária “entre a gente de gosto esquisito”, que “em vez de comer um bife ou churrasco”, preferia “passarinhos a menarosto com polenta, (...)”

usar suas penas como adornos em chapéus femininos no início do século XX foi abordada por Roessler³⁸⁸. Ele criticou os famosos casacos de peles, que ocasionaram “o massacre de várias espécies de animais de pelo fino, como do castor, da raposa prateada, do lobo marinho, (...) da chinchila, espécies de outras terras e das nossas lontras e nutrias, também comuns na Argentina, Uruguai e Paraguai” (ROESSLER, 2005, p. 187).

A caça, especialmente de passarinhos, foi o tema mais recorrente na produção intelectual de Roessler. Em “O bicho serrador da acácia”, ele expôs que “sempre que a atividade humana interfere nas imutáveis leis da natureza, provocando o desequilíbrio biológico, ela se vinga terrivelmente. Na sábia organização da natureza todos os animais têm funções definidas e indispensáveis” (ROESSLER, 2005, p. 32). O lugar dos pássaros na natureza seria como exterminador de insetos nocivos, que atrapalhavam o bom desempenho da agricultura, tais como a lagarta verde, nos trigais, o “cascudo preto”, nos arrozais, a “vaquinha das vinhas”, nos parreirais, a “mosca das frutas”, nos pomares, entre outros. Se os pássaros fossem mortos por caçadores, as pragas de insetos poderiam desenvolver-se livremente, sem os seus predadores naturais para realizar o controle das espécies. Com o aumento das pragas para combatê-las, os agricultores tinham que aumentar o uso de inseticidas, o que, segundo Roessler, não tinha o mesmo efeito que os exterminadores naturais, pois “o veneno não atinge todos os esconderijos debaixo das folhas, nas fendas da casca das árvores, na terra, etc., onde os insetos se ocultam. Este serviço só é feito com perfeição e grátis pelas aves” (ROESSLER, 2005, p. 32).

Em “Caça ou Carnificina?” (ROESSLER, 2005, p. 101-02), Roessler ironizava as desculpas dos caçadores de passarinhos, quando pegos em flagrante: “eu não sabia”; “não compreendi a Portaria da Caça”; “não cacei, apenas me diverti dando uns tiros nos bichos”; ou então, assumindo a culpa: “matamos a praga, porque nos comem o trigo e a uva”; “quando os sabiás param de cantar, meto-lhes chumbo, porque são bons com polenta” (ROESSLER, 2005, p.101), entre outros pretextos. As espécies de aves mais caçadas na época eram os biguás e os marrecões. A caça aos biguás, nos banhados, levava também à morte de diversas outras espécies de aves aquáticas. No caso dos marrecões, por receberem reforço anual de grandes bandos da Patagônia argentina, eram considerados inextinguíveis por muitos caçadores. Na crônica “Trezentos e sessenta sabiás para comer” (ROESSLER, 2005, p. 109-10), Roessler relatou um dia e uma noite de batidas, em que apreenderam 320 sabiás. Foi no dia 14/06/1959,

cobras e lagartos, corujas, gaviões e papagaios, ratos e baratas d’água, gafanhotos, caramujos e lesmas, etc”. ROESSLER, H. Chegou a vez do extermínio das rãs. *CPR*. Porto Alegre, 02/11/1961 (AHRs). Tratava-se de, mais uma vez, indiretamente, “alfinetar” os descendentes de italianos, na “luta de representações”.

³⁸⁸ Esse assunto foi abordado em “A moda, destruidora da fauna” (ROESSLER, 2005, p. 187-189).

em Vila Seca, entre São Francisco de Paula e Caxias do Sul, colônia italiana, portanto. Durante o dia, a fiscalização (Roessler e ajudantes do Serviço de Caça e Pesca) surpreendeu 16 transgressores com 60 sabiás e 10 pica-paus, o que já foi considerado pelo grupo “uma derrubada excepcional”. À noite, pelas 23 horas, os fiscalizadores estavam exaustos, porém “um pressentimento anunciava mais algum acontecimento de importância para aquela noite; que era cedo para abandonar o serviço”. Às 2 horas, “hora dos ladrões e contrabandistas” (ROESSLER, 2005, p. 109), os fiscais pegaram a grande presa da noite: um porta-malas com dois grandes sacos de pássaros e uma caixa de munição. Dentro dos sacos havia 260 sabiás, já depenados, o que perfazia cerca de 20 quilos. Roessler qualificou o caçador surpreendido pela fiscalização de “super-tarado, recordista absoluto”, pois não demonstrou nenhum arrependimento. Roessler chegou a confeccionar um panfleto com a representação do “tarado”, que personificava sua visão dos passarinhos. O panfleto “Retrato de um tarado”³⁸⁹ foi o mais apelativo e chocante a que tive acesso³⁹⁰. Roessler usou uma foto real (não um desenho, como a maioria dos outros cartazes), em que aparecia um homem com vários passarinhos mortos nas duas mãos e um colar no pescoço contendo “pios”³⁹¹ para atrair os pássaros. O texto do panfleto elaborado por Roessler era um misto de indignação, revolta e tentativa de convencer as pessoas da brutalidade do ato de comer passarinhos. Ele acusava o “tarado” de “protótipo de uma casta de audaciosos e perversos delinquentes”, e que “malfeitores da espécie do fotografado são os culpados do silêncio de morte que já reina em muitos campos e matas da nossa Pátria”. A foto do “tarado” simbolizava todos aqueles que “no diabólico afã de perpetuar entre nós a desprezível tradição de comer ‘passarinhas’, herdada de antepassados estrangeiros, são exemplo de péssima educação à juventude, brutalizando sua sensibilidade”. No final do panfleto, constava o chamamento para “toda população ordeira, especialmente os pais, professores e autoridades a repudiar e combater os desatinos e selvagerias desses sinistros indivíduos, que constituem uma vergonha para a formação cristã da sociedade brasileira”. É interessante observar que o apelo se direcionava à “população ordeira”, ou seja, que não comia passarinhos. A expressão no rosto do “tarado” na foto impressa no panfleto era de alegria, satisfação e até de certo cinismo. O caçador exibia os pássaros mortos como um troféu, um

³⁸⁹ UPN. Panfleto “Retrato de um tarado”. São Leopoldo, s/data (AHRs).

³⁹⁰ Contra a caça dos passarinhos, destacam-se os panfletos “Destruir ninhos e matar pássaros é mau passatempo para os jovens” (UPN, s/data, AHRs); “Educação perniciososa” (UPN, s/data, AHRs); “Fundas não” (UPN, s/data, AHRs); “Mais pássaros – melhores colheitas” (UPN, s/data, MVSL). Sobre a caça em geral, são interessantes os panfletos “O que diz a lei sobre o que você está fazendo?” (UPN, s/data, MVSL), “Que espécie de caçador é você?” (UPN, s/data, MVSL) e “A coruja come rato!” (UPN, s/data, MVSL). Para uma análise do conteúdo educativo-ambiental desses e de outros panfletos, consultar PEREIRA, 2008.

³⁹¹ Pios eram uma espécie de apito, usados pelos “passarinheiros” para imitar os chamados de socorro dos pássaros, com a finalidade de atraí-los para suas armadilhas.

prêmio. Roessler utilizava uma imagem “real”, concreta, para reforçar o imaginário construído na “luta de representações” contra os “italianos”, manifesta pela forma como nomeava os caçadores de passarinhos: “selvagens”, “sinistros”, “tarados”; com esses epítetos - e a foto do cartaz - continuava a divulgar imagens negativas de seus opositores, mesmo depois do processo judicial.



Figura 11 - Panfleto da UPN "Retrato de um Tarado" (AHRs)

O panfleto “Os assassinos estão entre nós”³⁹² também tentava comover as pessoas com a foto de um passarinho morto, enforcado. A mensagem era um ataque direto ao passarineiro, acusado de “traçoeiro”, que vive “no nosso meio”. Roessler convocava a população a “descobri-lo e encaminhá-lo à justa punição”, pois “são uma vergonha para qualquer povo civilizado”. Aqui aparece um convite à participação popular, no entanto, não se trata de uma participação ativa na forma de protesto, manifesto, mas sim voltada à denúncia. Para Roessler, quem fizesse parte da “população ordeira” estaria contra o costume da passarinhada, portanto tinha o dever de apontar os caçadores. Esse panfleto chegou a ser tema para o título de uma reportagem do jornal *A Hora* sobre o trabalho da UPN, já citada.

³⁹² UPN. Panfleto “Os assassinos estão entre nós”. São Leopoldo, s/data (MVSL).

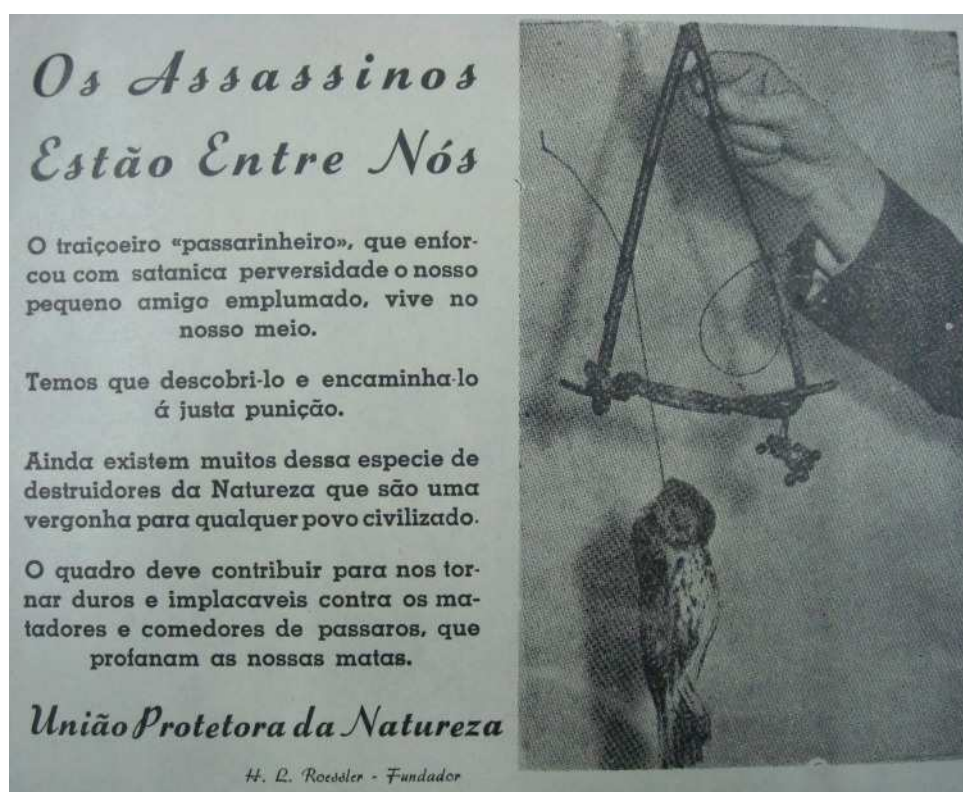


Figura 12 - Panfleto da UPN "Os assassinos estão entre nós" (MVSL)

Um exemplar de “Os assassinos estão entre nós”, colado na vidraça de uma janela, perto da praça ao lado da Estação Rodoviária, chamou a atenção de repórteres do jornal *A Hora*, que estavam realizando matérias em São Leopoldo. Resolveram procurar o autor do panfleto, para conhecer do que se tratava. Os jornalistas ficaram surpresos com a “curiosa União Protetora da Natureza”³⁹³. Roessler foi retratado tal “qual D. Quixote apaixonado por Dulcinéias das matas, [que] decidiu terçar armas com os ‘passarinheiros’ e os inimigos das árvores”. A matéria destaca a enorme quantidade de armas, fundas e gaiolas de todos os tamanhos apreendidas, depositadas nos fundos da casa, um “verdadeiro museu”. Todos os anos, “nos meses de dezembro, o fundador da UPN organiza uma festa de caráter público, em que são queimadas as fundas”. A proteção à natureza foi uma “cruzada que a si mesmo atribuiu”; Roessler “só fala nisso”. Os repórteres parecem encarar a entidade como algo pitoresco, curioso e, parece-me, com uma pitada de crítica: “a luta é, evidentemente, elevada, mas se caracteriza, sobretudo pela cega paixão que a conduz”, e “o colono que adora saborear uma passarinhada com polenta é mostrado com as mesmas cores que a imprensa democrata retrata os inimigos do regime...”. Os jornalistas encontraram uma gralha azul ornamentando o gabinete de Roessler, cuja foto

³⁹³ A HORA. 17/08/1956. Op. Cit.

acompanha a matéria, e questionaram se não era “paradoxal a presença de um pássaro empalhado no escritório-sede da União Protetora da Natureza?”³⁹⁴ Tentando mais problematizar do que responder à pergunta, penso que, à primeira vista, poderia ser paradoxal mesmo, já que se tratava de um animal morto e de uma entidade com o fim de protegê-lo. Entretanto, não é possível saber a origem de tal ornamento. E se foi um presente? Ou se ele mandou empalhar, para ficar admirando um animal defendido pela entidade? De qualquer forma, apesar de ser contra a caça, vimos que, em muitas ocasiões, Roessler era flexível - era amigo de caçadores, de clubes de caça e tiro e, além disso, recebia donativos de empresas que fabricavam e vendiam armas - por isso infiro que não seria tão paradoxal que ele tivesse um pássaro empalhado em casa. Roessler foi, no início, hostil à reportagem, porém acabou falando “fluente e abundantemente sobre sua campanha e entidade que fundou”. E, quando o fotógrafo disparou a câmera, teria ficado irritado, ordenando que o fotógrafo rasgasse o filme, pois não queria que publicassem fotos suas no jornal. Mais calmo, segundo a matéria, no final teria permitido que o fotografassem - alheio à presença do fotógrafo, como podemos ver a seguir:

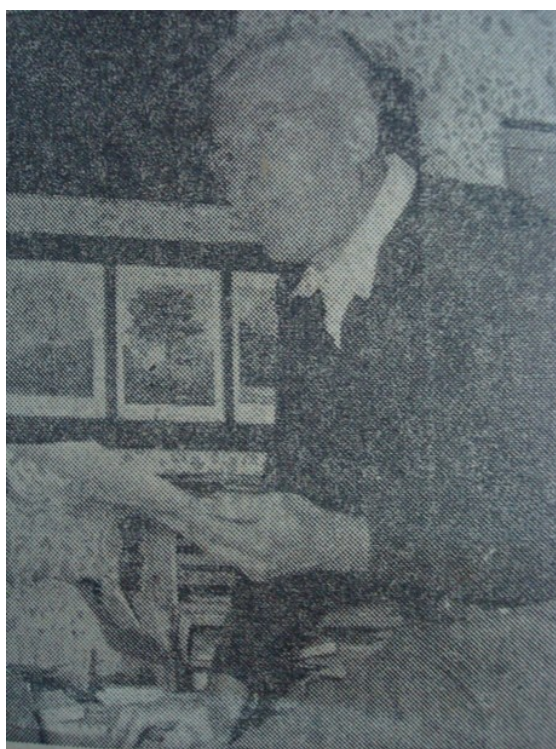


Figura 13 - Roessler em seu escritório - *A Hora*, 06/03/1955 (MCSHJC)

Outro tema significativo na obra de Roessler foi o **questionamento à noção de “progresso”**. Em várias oportunidades, ele criticou o progresso, tal como era concebido pela

³⁹⁴ Ibidem.

humanidade, pois levava a uma separação ainda maior do homem com a natureza, o que aumentava a destruição desta. Em “O progresso destrói a natureza” (ROESSLER, 2005, p. 85-87), Roessler tratou do problema das **idades**, principalmente das metrópoles, assunto que atualmente é muito debatido, considerado um dos maiores problemas ambientais do Brasil.³⁹⁵ Observando seu tempo, Roessler percebia que a vida se tornava “mais neutra, técnica, fria, autômata, anônima e interesseira, num tempo desses aumenta, para o mato, o número de seus inimigos e fica exposto a maiores perigos”. Principalmente nas áreas urbanas “o mato está exposto ao avanço da indústria, do tráfico e do loteamento” (ROESSLER, 2005, p. 85). Sobre os danos provocados pelas grandes cidades, a crônica “Montrópolis – a grande capital” (ROESSLER, 2005, p. 205-06), criticava o ritmo acelerado de crescimento da zona urbana entre Porto Alegre e Novo Hamburgo, no final da década de 1950, que, no futuro teria milhões de habitantes. Roessler não entendia como as pessoas podiam vender suas casas no campo, onde tinham uma vida mais tranquila, para viver nas cidades, “enclausuradas entre paredes”. O caos urbano, problemas no trânsito, a poluição auditiva e visual, o cenário rodeado de pedras, aço, vidro e cimento, a poluição do ar eram alguns dos problemas que ele percebia nas grandes cidades. Outra manifestação de questionamento ao progresso foi a crítica à retificação do Rio dos Sinos, tema de mais de uma crônica. Em “A retificação do Rio dos Sinos” (ROESSLER, 2005, p. 199-201), Roessler constatou que o plano era “estrambólico”, sendo necessários “bilhões de cruzeiros” para realizá-lo. A obra era desnecessária, com tantas outras demandas mais urgentes no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil.

Roessler era crítico, mas como vimos, *não era contrário* ao progresso, se este fosse aliado da conservação e preservação das espécies, aliás, concepção corrente na época. Se ele acreditava que era possível (e fácil) uma conciliação entre o progresso/desenvolvimento e a proteção da natureza, estava de pleno acordo com as concepções dominantes naquele contexto e com sua visão romântica da natureza, como veremos no próximo capítulo.

A eficiência retórica de Roessler

³⁹⁵ No século XXI, as grandes cidades são o palco dos principais problemas ambientais do Brasil e de outros países. No meio urbano, consome-se em excesso, produz-se lixo em demasia; consome-se e desperdiça-se muita água e energia; constrói-se casas em áreas ambientalmente frágeis, causando desastres, entre outros problemas. É nas cidades que podemos ver mais clara e cruamente o processo de exclusão social, em que vastas extensões são ocupadas por favelas, nas quais persiste uma estrutura precária, em que a população sofre com a ausência dos serviços sociais básicos. Uma contribuição interessante relacionando a questão ambiental com cidadania nas grandes cidades pode ser encontrada em Waldman (2003).

Além das crônicas e panfletos, as palestras proferidas por Roessler foram importante estratégia de divulgação da proteção à natureza, em que se pode constatar a construção de uma consistente argumentação retórica, com o objetivo de envolver as plateias a que eram direcionadas. José Murilo de Carvalho (2000, p. 130) constatou a importância da retórica para a cultura nacional. A retórica, segundo o autor, é importante chave de leitura para entender a história, instrumento legítimo a ser explorado pelo historiador.

As palestras, em geral, começavam com um histórico sobre a destruição da natureza, principalmente das florestas da “nossa Pátria”. Na apresentação para alunas da Fundação Evangélica, essa preleção foi bem maior, de forma mais explicativa, didática até. Já nas falas aos “Rotaryanos” e “Leões”, o histórico foi breve e o conteúdo mais formal, a começar pelas primeiras palavras, nas quais Roessler manifestou que ali se encontrava em atenção ao honroso convite, vindo expor à “seleta assistência algumas minúcias do impressionante problema da destruição dos nossos recursos naturais e chamar a vossa atenção sobre o perigo que isso significa para a nossa sobrevivência de povo livre”³⁹⁶. A menção inicial a uma história da devastação foi importante como premissa básica que tanto as alunas, quanto os rotaryanos conheciam. Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 73), o orador, “utilizando as premissas que servirão de fundamento à sua construção, conta com a adesão de seus ouvintes às proposições iniciais”. O ponto de partida é fundamental para garantir a adesão do auditório.

O orador, nas palestras, apresentava a campanha da UPN, destacando o envio de panfletos educativos “a todas as escolas públicas primárias e rurais do Estado e às Diretorias de Ensino Municipais e particulares, no total de 2.700 endereços, antes do Dia da Árvore e do Dia da Ave”³⁹⁷. A Secretaria de Educação não tinha verbas para custear o envio dos folhetos para todos os alunos; “para uma distribuição mais ampla precisaríamos de cinco vezes mais impressos”³⁹⁸. Roessler acreditava estar suprindo uma falha do Poder Público, que não tinha verba para orientar de maneira prática sobre o que o homem poderia ou não fazer em relação aos seres da natureza, ou seja, a UPN era útil, argumento a ser valorizado pela audiência. Ele também solicitava “sugestões sobre o que poderia fazer melhor dentro da nossa pobreza econômica, para não paralisar o nosso trabalho de defesa”³⁹⁹. Roessler não pedia ajuda diretamente, mas deixava em aberto, para a plateia, a possibilidade de colaborar financeiramente com a UPN; a menção à “pobreza econômica” ou à necessidade de ampliação dos “impressos” insinuava a necessidade de dinheiro. Clubes como Lyons e Rotarys são

³⁹⁶ ROESSLER. Rotary. Op. Cit., fl. 1.

³⁹⁷ Ibidem.

³⁹⁸ Ibidem, fl. 4.

³⁹⁹ ROESSLER. 01/11/1963. Op. Cit. fl. 5.

constituídos, geralmente, por empresários e profissionais liberais com bom poder aquisitivo, além de atuar com fins assistencialistas. O objetivo de Roessler, ao proferir palestras nesses locais, era angariar recursos para sua entidade continuar as atividades, especialmente a distribuição dos panfletos. De fato, os clubes contribuíram, o que demonstra a eficiência retórica de Roessler.

Na palestra às alunas da Fundação Evangélica, Roessler também mencionou as dificuldades financeiras, porém o apelo foi outro, já que a plateia era bem diferente. Ele se mostrou muito pessimista, diante das evidências. Por falta de dinheiro, sua campanha não conseguiria atingir o objetivo traçado (todas as escolas do RS): “tudo vai tão devagar, sem entusiasmo, sem interesse, é tão dificultoso”. Criticou novamente a “Festa da Árvore”, que ocorria todos os anos, mas era incapaz de promover o reflorestamento além do dia 21 de setembro, dia da árvore. Por fim, concluiu que

todo o trabalho de proteção à natureza terá que partir da iniciativa particular, e, por isso, falando às jovens alunas da Fundação Evangélica, o primeiro educandário que está colaborando eficientemente, no desenvolvimento da nossa causa, peço que nunca se esqueçam de ampararem as árvores e os animais silvestres, e, no futuro, quando constituírem seus lares e tiverem filho, lhe transmitam como um ideal o amor à natureza, sem a qual a vida será difícil ou impossível (ROESSLER, 2005, p. 95).

No trecho supracitado, podemos constatar argumentos de direção, porque alertava para o futuro, “contra certos fenômenos que, por intermédio de mecanismos naturais ou sociais, tenderiam a se transmitir cada vez mais, a se multiplicar e a se tornar, dado esse mesmo crescimento, nocivos” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 326). Ou seja, contra a impossibilidade de um futuro – caso a natureza não fosse preservada, o discurso de Roessler representava um alerta. O amanhã poderia ser melhor, se sua plateia ajudasse, como futuras mães, transmitindo o ideal do amor à natureza aos seus filhos.

As palestras aqui analisadas pertencem tanto ao gênero deliberativo, quanto epidídico. Segundo Olivier Reboul (1998, p. 45), o gênero deliberativo é utilizado para aconselhar, ou desaconselhar, em diferentes questões. Nos casos em estudo, o orador pretendia recomendar que seus auditórios se conscientizassem sobre a necessidade de proteger a natureza. Diferenciando dos outros dois gêneros propostos por Aristóteles (judiciário e epidídico), Reboul constata que, quanto ao tempo, o deliberativo refere-se ao futuro, pois “inspira decisões e projetos”. E é o que Roessler desejava com suas palavras às estudantes evangélicas e aos rotarianos: fazer com que suas plateias colaborassem com o seu projeto de proteção à natureza, um plano voltado para o futuro. Contudo, ao mesmo tempo, o discurso para a Fundação Evangélica pretendia educar – função do gênero epidídico -, e, como assinala Reboul (1998, p.

58), “não se trata de defender ou de atacar, mas de promover valores que são o objeto de uma comunhão social, o orador, embora esteja de antemão seguro da boa vontade de seu auditório, deve, ainda assim, possuir um prestígio reconhecido”. No caso da palestra às alunas, a escola já se preocupava com a natureza⁴⁰⁰, portanto, houve uma comunhão de valores entre auditório e plateia. Se o orador possui prestígio, sua fala pode ter maior poder de persuasão. Segundo Perelman e Tyteca (2005, p. 345), “o prestígio é uma qualidade da pessoa que se conhece por seus feitos”. Roessler possuía um “prestígio reconhecido”, pois já havia atuado como fiscal das florestas e da caça e pesca, era presidente da UPN e colunista do *Correio do Povo*, credenciais que lhe conferiam autoridade para falar sobre a devastação ambiental no Estado. O fato de ter sido chamado para ministrar palestras, tanto na escola quanto no Lyons e no Rotary, já revela certa influência - e prestígio - local.

Nas três palestras, foi possível verificar que Roessler utilizou argumentos retóricos. Suas palavras que, à primeira vista, parecem fluir naturalmente, na verdade, foram elaboradas de forma a tornarem o discurso coerente, inteligível e interessante. Além disso, proferiu o discurso certo, para a audiência certa. Na escola, enfatizou aspectos educativos de sua campanha; já no Rotary e Lyons, apresentou o estado de devastação em que o Estado se encontrava, visando obter apoio financeiro desses clubes para custear as atividades da UPN. Defendendo que ela supria uma lacuna do Poder Público, esperava convencer a plateia da utilidade de seus serviços, argumento bastante eficiente para demonstrar a validade de seu trabalho. O bom orador é aquele que sabe utilizar as palavras de forma que seu discurso pareça espontâneo. Neste ponto, considero Roessler um excelente orador, capaz de provocar sentimentos em seu público, com vistas a garantir o apoio a suas ideias. Nas três exposições, acessíveis aos diferentes públicos, soube selecionar os fatos, empregar argumentos para convencer sua plateia e, talvez o mais importante, utilizar seu prestígio pessoal. Dessa forma, tentava conseguir a adesão das futuras mães e o apoio – imediato e financeiro – dos membros do Lyons e do Rotary. Pelo menos, neste último caso, seu objetivo foi plenamente alcançado.

Escola e proteção à natureza

Roessler acreditava que a escola era o ambiente privilegiado para divulgar sua campanha, e acreditava na educação, por isso mobilizava tempo, energia pessoal e recursos

⁴⁰⁰ SCHMELING. Entrevista. Op. Cit. Schmeling dava aulas na Fundação Evangélica, na época da palestra. Ele comentou que Roessler o estimulou a interessar-se pela natureza. Em 1978, foi um dos fundadores da entidade ambientalista “Movimento Roessler”, em Novo Hamburgo, cujo nome foi uma clara homenagem ao palestrante de 1957.

financeiros para enviar seus folhetos. Na sua concepção, à escola, além do aprendizado de conteúdos teóricos, necessários à formação intelectual, cabia a continuação da obra iniciada na família de formar o caráter dos alunos. A primeira obrigação moral a ser ensinada pelos educadores deveria ser “proteger, amparar e defender os fracos e indefesos animais que estão à sua mercê” (ROESSLER, 2005, p. 80). O esforço de Roessler, na tentativa de amenizar o estado de devastação das espécies gaúchas, passava pela educação. Já que era difícil convencer os adultos a mudarem seus comportamentos, com as crianças, em processo de formação, poderia ser diferente. Ele considerava como “dedicados colaboradores” da UPN a Classe dos Educadores, “que está modificando a mentalidade da juventude, ensinando-a que AMAR A NATUREZA é analisá-la, compreendê-la, tratá-la com respeito e bondade, excluindo todos os atos de violência, crueldade ou destruição contra insetos ou passarinhos, animais ou plantas” (ROESSLER, 2005, p. 107).

Entretanto, em alguns casos, o problema se dava quando os pais “sabotavam” a obra dos educadores, pois era hábito muito comum os pais saírem com os filhos, nos finais de semana, para caçar passarinhos. Mesmo se não quisessem caçar, eram obrigados a fazê-lo para não receber castigo dos pais. Roessler transcreve na crônica “Pais contra professores” o desabafo de uma professora rural – ele não menciona de que município:

Encontrei muitas dificuldades. Alguns pais não querem compreender a nossa obra educacional. São francamente contra, por teimosia ou ignorância. Cito o caso de um bom e inteligente menino, que levou para casa, como todos os meus alunos, um boletim sobre a utilidade dos pássaros, desses que o Senhor [Roessler] nos mandou. No dia seguinte o menino me disse: ‘O pai não gostou’. Perguntei-lhe o que seu pai havia dito. O menino relutou, constrangido, mas depois confessou com lágrimas nos olhos: ‘O pai disse que a senhora é uma besta. Quem manda em mim é ele. Fez uma funda e me mandou juntar bastante pedrinhas para eu ir caçar passarinhos com ele no domingo. Eu tenho tanta pena dos pobres passarinhos, mas vou ter que obedecer para não apanhar’ (ROESSLER, 2005, p. 107-08).

Roessler citou o caso de outro menino, observado por ele mesmo, sentado atrás de um arbusto, perto de uma casa na zona rural. Perguntado sobre o que fazia ali, respondeu que estava “matando passaretas com tabula”. Roessler ainda questionou se a professora não lhe ensinara que não se devia matar passarinhos. O menino disse que sim e que havia vários cartazes afixados na escola (provavelmente os da UPN), “mas que os pais não queriam saber disso, que eram muito brabos e o surravam e o mandavam todos os domingos ali no campo matar avezinhas [...], obrigando-o depois a ajudar a comê-los, quando ficava com muita pena dos pobres bichinhos” (p. 108). Apesar da dificuldade, ele aconselhava às educadoras a não desanimar, pois, no futuro, “os bons ensinamentos que hoje semeiam, frutificarão”.

Em tom de indignação, Roessler relatou e refletiu sobre vários problemas ambientais do Rio Grande do Sul na época, entre eles a questão florestal (derrubadas, queimadas,

reflorestamento), a caça ilegal (com destaque aos passarinhos), a pesca predatória, a poluição dos rios, os direitos dos animais, a importância da educação para que as crianças se tornassem adultos conscientes da necessidade de proteger a natureza, o questionamento da noção de progresso e a expectativa de futuro para a humanidade. Em seu espaço no *Correio do Povo*, divulgava a proteção à natureza, relatava acontecimentos de fiscalização e fazia propaganda de sua entidade, convidando seus leitores a se tornarem sócios da UPN. Também nos panfletos e nas palestras proferidas, podemos perceber um grande esforço para alertar a população dos problemas ambientais vividos na época, os anos 1950-60. *Suas mensagens, de caráter explicitamente educativo, podem ser caracterizadas como um esforço de promover a educação pela proteção da natureza, da maneira que era possível no contexto em que viveu.* Ainda não era Educação Ambiental, como foi teorizado a partir da década de 1970, no entanto, havia algumas características embrionárias de EA⁴⁰¹ em sua campanha educativa, como um sentido global em seu projeto, ao perceber que os seres vivos estavam interligados e dependiam uns dos outros para sobreviver. Havia também a proposta de uma melhor relação entre o homem e a natureza, cuja “separação”, por causa do “progresso” acelerado era causadora dos problemas ambientais. A ação era fundamental no trabalho de Roessler, aliada à produção escrita. E essa ação era direcionada para problemas reais e concretos, que ele conhecia bem, no Rio Grande do Sul. Roessler acreditava no poder da educação, na escola: vários de seus folhetos eram direcionados para professores, pais e alunos, na esperança de que uma ação conjunta pudesse formar pessoas mais conscientes no futuro. Só assim a natureza e, principalmente os passarinhos, teriam uma chance.

3. 4 - A fase final das diligências como Fiscal de Caça e Pesca

Como vimos, Roessler conseguiu continuar atuando como fiscal. Através de sua rede de relações, obteve uma credencial da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul que lhe permitia apreender armas e caça ilícitas, bem como multar infratores da caça e da pesca, em qualquer cidade do Estado.

Tive a felicidade de encontrar duas pessoas que participaram dessa fase final das fiscalizações, acompanhando Roessler nas “batidas”. Luiz Carlos Sanfelice foi um dos tantos

⁴⁰¹ No Informe Final da Conferência intergovernamental sobre educação ambiental, organizada pela Unesco e realizada em Tbilisi-URSS, em 1977, constam características da EA, tais como: um sentido global, consciente da interligação dos seres vivos; promoção de uma melhor relação homem-natureza; a necessidade da ação; a participação popular; a educação como veículo de transmissão da necessidade de se proteger a natureza, entre outros. UNESCO, Informe final Tbilisi, 1978.

motoristas do jipe cedido pela Secretaria, e José Olavio Santana foi fiscal, subordinado a Roessler. Ambos atuaram nos anos 1960, em inúmeras diligências, porém separadamente; eles não chegaram a se conhecer.

Sanfelice é advogado e vive em Porto Alegre. Nosso encontro se deu no Tribunal de Contas, seu local de trabalho, à tarde, e durou cerca de uma hora. Ele se mostrou muito disposto e até mesmo honrado com a oportunidade de falar sobre um período “muito feliz” de sua vida. Em 1959, foi convidado a trabalhar no gabinete do Secretário da Agricultura, Deputado Federal Alberto Hoffmann (PRP). Sanfelice narrou-me que, cerca de um mês depois de assumir o cargo, Roessler apareceu na Secretaria, pedindo sua ajuda para conseguir um veículo. Na época, ainda vigorava um acordo com os Estados Unidos, o chamado “ponto quatro”⁴⁰², através do qual o Estado recebeu “algumas unidades de caminhonetes, pick-ups internacionais, poderosas, possantes, que não tinham aqui”, cedidas para o trabalho de desenvolvimento agrícola, de movimentação de funcionários, agrônomos, etc. Sanfelice e seus colegas conseguiram “uma caminhonete dessas para um fim-de-semana, para o seu Roessler. Ele ficou muito feliz quando conseguiu e disse: ‘mas eu não tenho um motorista, e eu não posso dirigir porque eu tenho uma perna com uma prótese’. Aí, eu disse: ‘eu vou consigo’, eu era solteiro aqui em Porto Alegre, e saí uma vez com ele”⁴⁰³.

Na primeira saída, o destino foi Caxias do Sul. Como não conhecia “a maneira dele proceder”, Sanfelice ficou surpreso e “encantado”. Narrou que, quando passavam por pequenas propriedades da região, Roessler dizia “para aqui”, e descia para ver se não havia capivara morta, ou outros animais protegidos que o fazendeiro tivesse matado. Se houvesse, “ele rigoroso, prendia, autuava...”. Nessa primeira viagem

a gente voltou com a pick-up carregada de armas, de capivara, de veado... e ele rigorosamente, ele chegava aqui, domingo de noite, recolhia a caminhonete. Na segunda-feira de manhã pegava a caminhonete e todo material apreendido. O que era armamento ia pra uma sala na diretoria de produção animal, no Menino Deus, antigo parque de exposições, e o que era animais mortos, caça, ele dava pra Santa Casa, lar dos velhinhos defronte o Internacional, dava pra SPAM, não ficava com nenhuma perdiz, e eu fiquei quieto da primeira vez, não me atrevi a pedir, eu era um comedor de perdiz, adorava... Não me deu nenhuma, ele era rigoroso [com ênfase]⁴⁰⁴.

⁴⁰² O “Ponto Quatro” foi lançado pelos Estados Unidos durante o governo Truman, em 1949, “um programa de ajuda técnica destinado às nações do Terceiro Mundo, particularmente às nações da América Latina, com a finalidade de mantê-las fora do alcance do comunismo. Nesta região, a política de Washington tinha em vista o controle da produção de bens primários para abastecer as necessidades da sociedade norte-americana, ao mesmo tempo em que garantia o controle de um mercado consumidor para seus bens manufaturados. No Brasil, o Ponto Quatro teve forte repercussão. Em 1950, o governo brasileiro assinava com o norte-americano o Acordo Básico de Cooperação Técnica e, em 1953, o Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais” (RIBEIRO, 2009, p. 455).

⁴⁰³ SANFELICE. Op. Cit.

⁴⁰⁴ Ibidem.

Dois finais de semana depois, Roessler voltou à Secretaria. A partir desse dia, tudo começou. Viajavam - além de Caxias - para Vacaria, Rosário, onde “a turma caça muito”, Itaqui, São Borja, Cachoeira, Santa Cruz, Santa Vitória do Palmar, Chuí, etc. Sempre voltavam carregados de armas ilegais. Em certa ocasião, foram para a região de Santa Maria. Sanfelice disse a Roessler que ali não havia caça, entretanto ele queria realizar outro tipo de fiscalização:

Daqui a pouco, nós passando - tem muita lavoura de arroz na altura de Cachoeira [do Sul], e adiante de Santa Cruz - ele disse “para aqui”, ele disse, “tá vendo essa lavoura aí?”, “Sim, tô vendo”, “Tá vendo que tem garça na lavoura?”, “Tô, tô vendo”, “Se tem garça, é porque tem peixe, se tem peixe é porque a bomba que faz a sucção da água tá puxando peixe, peixe pequeno, que não tem força pra resistir”, eram bombas com cano desse tamanho [Sanfelice mostra um círculo grande com as mãos]. O Seu Roessler: “Você fica de calção” - Fomos até o local onde estava a sede do bombeamento - “e você entra, e vê se a tantos metros onde tem a bomba, tem um anteparo, uma tela, que tem ter tal tamanho na abertura da rede pra não deixar passar alevinos nem os peixinhos pequenos, filhotes, etc. se não tiver, você me diz”. Mas assim, meu Deus do céu: rio Taquari, rio Jacuí, rios poderosos, essas bombas fundas, três, quatro metros de fundura, e na ocasião nós estávamos com uma Kombi. Bom, eu tirei a roupa, fiquei de calção, e fui, louco de medo de me topar com aquilo. A margem do rio é assim, eles fazem um puxado prá dentro, põem a bomba aqui, e o rio tá aqui, né? E ali, é um lugar meio escondido, não vai ter uma cobra, alguma coisa aí. E aí, eu entrei, meio com medo, e aí mergulhei ai, e senti, disse: “olha, a malha é mais ou menos tanto”. E o seu Roessler: “não pode ser, tá vindo peixe, tá ali as garças”, daí multou o camarada. Aí eu voltei pra caminhonete e tentei me secar, ele disse “Nem te veste, que já vai ter outra”. E assim nós fomos toda aquela região, até São João do Polesine, Vale Vêneto, toda aquela região já subindo a serra, fiscalizando tudo⁴⁰⁵.

Apesar dos perigos inerentes à fiscalização, Sanfelice obedecia às ordens de Roessler, “era uma voz de líder, uma voz de comando que você não podia se recusar”. A descrição de Sanfelice nos mostra como era feita a fiscalização dos rios, *in loco*; só mergulhando é que se poderia saber se o arroteiro estava cumprindo a lei, ou não. Como vimos, Roessler confeccionou panfletos e escreveu crônicas sobre o tema. Além disso, procurou a revista “Lavoura Arrozeira” para divulgar a necessidade de utilização da tela protetora, que publicou matéria a respeito em 1957. Na mesma região central, próximo a Vale Vêneto, ocorreu outro episódio interessante, lembrado por Sanfelice:

ia indo um carroceiro, numa carreta daquelas bem antigas com roda de madeira, e duas juntas de bois, e o cara com uma vara enorme, com a qual ele tocava as juntas de bois. Ele [Roessler] disse “para”, ele desceu, pegou aquela vara e tac!, pegou o facão e cortou a ponta. Eu: “o que é que ouve?”, aí ele me contou que na ponta dessa vara - eram varas longas, de 4 metros - eles colocavam pregos, e com esse prego eles cutucavam o boi pra ele andar mais depressa, porque o boi é lento. O seu Roessler falou “Olha, eu devia te fincar, quantas vezes você fincou esse prego no boi, cem vezes eu devia te fincar esse prego”. Outra vez, eu não vi, mas eu soube: ele desceu do ônibus aqui no centro [de Porto Alegre] e ia lá na Secretaria pra falar comigo, no gabinete, na Júlio de Castilhos, que apesar daquela perna dele - a prótese era bem primitiva, pelo que me consta, de madeira, legítima perna de pau, ele caminhava bem -

⁴⁰⁵ Ibidem.

e topa com um carroceiro dando de relho num cavalo, pois ele parou e com o relho deu no cara...[risos]⁴⁰⁶.

Cena muito semelhante foi narrada por Centeno (2006, p. 13-14), em que Roessler também teria surrado um carroceiro com o próprio relho com qual este batia em seu cavalo. Sanfelice lembrou que, muitas vezes, eles atuavam nas estradas, parando os veículos, “atacando todo o trânsito, até ônibus com placa com nome Porto Alegre-Rio de Janeiro, ele atacava [Risos]”. Numa dessas ocasiões, na Ponte sobre o Rio das Antas, “ele arrumou uma encrenca danada com a Ordem dos Capuchinhos”, de Caxias do Sul, “porque vinha um ônibus pequeno, com estudantes seminaristas capuchinhos, que vinham de um piquenique lá adiante do Rio das Antas”. Roessler mandou o ônibus parar e, no seu interior, “tinha uma Flaubert – uma arma de repetição, de calibre 22, um calibre pequeno – pois ele apreendeu a arma dos capuchinhos, porque não tinha registro. Não tinha caça, mas ele apreendeu”⁴⁰⁷. Sanfelice afirmou também que Roessler sempre recrutava um ou dois policiais para acompanhá-los, quando iam a cidades de colonização italiana, como Bento Gonçalves ou Caxias.

Um dos pontos altos da entrevista com Sanfelice foi a descrição detalhada de como era a dinâmica das saídas, dos acampamentos, o que comiam, como dormiam; seu relato minucioso, permeado de afeto e saudade, pode esclarecer um pouco mais sobre esses momentos, tão aguardados por Roessler. Sua narrativa é a representação das memórias que são construídas hoje, numa combinação entre passado e presente, no entanto, são extremamente importantes para a nossa história, porque não estão comprometidas com nenhuma instituição, ou movimento. E foi com muita emoção que Sanfelice se lembrou das “batidas”:

Quantas vezes nós acampamos... Eu era solteiro, morava num apartamento, tinha uma cama de ferro, lençol de cima, cobertor, travesseiro, você não vai acreditar, eu pegava o colchão e enrolava com tudo como estava, passava uma corda, e jogava dentro da caminhonete. Quando chegava nos acampamentos, era sempre ele que pegava um facão, cortava um galho de uma árvore, fazia uma forquilha, para armação da barraca e jogava uma lona em cima. Colocava minha cama de um lado, a cama dele do outro.

Com o acampamento montado, as instalações eram bastante rústicas. Roessler “tinha uma caixa, que tinha chaleira, salame, sal, as coisas (...)”. Adquiriam víveres, em geral, “no final de uma tarde, já noite, (...) num bolicho mais próximo que tinha, se comprava salame, linguiça, alguma coisa desse tipo, um pedaço de queijo, se havia, e íamos lá”. As refeições eram preparadas de modo primitivo: a água era fervida em fogo de chão,

⁴⁰⁶ Ibidem.

⁴⁰⁷ SANFELICE. Op. Cit.

não era liquinho, tinha que arrumar graveto, fazer o fogo. Quando a água tava fervendo, ele punha o café dentro d'água direto. Depois ele pegava um pedaço daquela lenha queimada, assim meio na forma de brasa, jogava ali dentro da chaleira. Aquela brasa eu acho fazia uma espécie de serviço de decantação, então toda a poeira do café ficava presa embaixo na chaleira e a gente pegava os canecos de alumínio, enchia de café, açúcar, salame e pão. E era essa nossa janta e o nosso café da manhã. De meio dia, enquanto a gente ficava numa esquina de uma estrada fazendo o serviço, ele ia lá, fazia um fogo no chão (...) nem tripé de ferro ele tinha, botava umas pedras e botava a panela ali, picava um charque, uma coisa com arroz, e era aquele o almoço. Fazia uma espécie de carreteiro. Da forma mais simples e mais primitiva mesmo, no entanto são as coisas que eu tenho mais saudade nos meus 72 anos de vida, porque marcantes, saudáveis, gostosos.⁴⁰⁸

Em outras ocasiões, deixavam pinhão cozinhando, enquanto fiscalizavam, “pinhão novinho, fresquinho, que, às vezes, a gente mesmo colhia embaixo do pinheiro”. Em geral, na volta, saíam da cidade em que se encontravam “já tarde da noite de domingo”, chegando em Porto Alegre

num bagaço, com aquelas Kombi vagabundas que andavam quando muito 50, 60 km por hora. Mas, no calor dos 20, 21 anos... (...) Eu vivia sujo com ele, porque entrava em banhado, entrava em rio, subia em morro... mas era a minha felicidade estar com ele. Eu me emocionei a ponto de chorar comigo mesmo quando eu soube da morte dele (...). E algumas vezes eu saía daqui na sexta-feira de tardezinha, e dormia lá na casa dele, prá nós sairmos 3:30, 4 horas da manhã, prá pegar os caçadores, sendo que caçador sai cedo, então dependendo do roteiro que a gente ia, saía sábado de madrugada. E quando ele parava no meio da estrada, perto desses banhados aí prá baixo, ele dizia: “para aqui, para aqui, porque tem alguém amoitado lá”, porque o caçador de marreca tem que ficar muito quieto, e é tão grande a vontade de caçar, que ele põe aquelas roupas, se abriga, um frio danado, põe uma marrequinha de borracha, alguma coisa prá atrair, um apito, mas era mesmo, ele [Roessler] não errava uma. Parava lá, entrava eu no banhado, se tinha cobra, eu nem tava com roupa adequada, não sei como nunca peguei uma pneumonia⁴⁰⁹.

Como podemos perceber, os finais de semana de batidas são lembrados intensamente por Sanfelice, como uma aventura. As fiscalizações com Roessler lhe mostraram outro lado do Rio Grande do Sul que ele não conhecia, apesar de que já tivesse, antes disso, viajado para várias cidades do Estado com seu pai. Chama a atenção o caráter rústico das instalações – barraca erguida com forquilha “feita na hora” – da alimentação, comprada em “bolicho”, café decantado com lenha, fogo com gravetos, carreteiro cozido na beira da estrada e pinhão colhido pelas próprias mãos. Justamente essa rusticidade era o que tornava a comida – e a aventura – mais saborosa. A felicidade de “estar com ele” era tanta, que quando casou, em 1960, teve que negociar com a jovem esposa a ida aos acampamentos: “nos finais de semana eu queria sair com o seu Roessler, mas a minha mulher me xingava, então a gente ia a baile; um fim-de-semana a gente ia ao baile da Engenharia, da reitoria, mas na sexta-feira seguinte eu saía com o Seu Roessler”.

⁴⁰⁸ Ibidem.

⁴⁰⁹ Ibidem.

Sanfelice afirmou que foi, de certa forma, educado por Roessler: “Até eu conhecer o Seu Roessler eu matava tudo que vinha pela minha frente... [risos]... se mexia, morria. Fui grande caçador. Depois eu continuei caçando, mas aí era um caçador super disciplinado, não matava nada além da cota, nem perdigão, capivara”. Segundo Sanfelice, não portavam arma de fogo nas diligências. “Tinha no carro um facão. Nem cassetete, nas vezes que saiu comigo, não (...). Muitos conheciam a fama dele, e baixavam a bola”⁴¹⁰. Fala semelhante ouvi de José Olavio Santana: “todo mundo conhecia ele” e o respeitava. Santana foi, além de fiscal, pescador e mecânico, hoje é aposentado. Para entrevistá-lo, fui até sua casa, em São Leopoldo. Segundo Santana,

O “velho” era um homem de muito respeito. Se ele chegava assim, a pessoa já... [faz gesto de recolhimento]. Ele tinha autonomia e autoridade. Ele chegava assim, com educação, falava e a pessoa já temia. Ele não discutia, só a presença dele, a autonomia dele, da delegacia, do exército, da brigada, autoridade, então o pessoal já sabia. Só a presença, já conheciam ele, no Estado do Rio Grande do Sul todo mundo conhecia ele. Por isso que eu digo, era um homem de respeito, tivesse um homem daquele hoje aqui, não existia certas coisas por aí. Ele não era ditador, só que era um homem de respeito. E não adiantava dizer que não, porque ele tinha a força, né? Então o pessoal já sabia. Não era medo, tinham respeito por ele, respeito⁴¹¹.

Os depoimentos de Sanfelice e Santana coincidem em alguns pontos, mas discordam em outros, até porque o tipo de fiscalização em que participaram foi diferente. Enquanto Sanfelice acompanhou, principalmente, “batidas” para fiscalizar a caça e as bombas de sucção, Santana teve mais contato com as diligências que envolviam contravenções da pesca. Além disso, a memória de cada pessoa seleciona o que é mais significativo para si, aspecto a ser considerado quando se utiliza a metodologia da história oral, inclusive, positivo para a análise, pois permite perceber a riqueza e diversidade das falas.

Um ponto de divergência é quanto ao porte de armas. Enquanto Sanfelice afirmou nunca ter visto, já Santana disse que os fiscais andavam armados: “todos nós andávamos armados. Nunca foi preciso atirar, a gente usava só prá respeito”. E o revólver de Roessler, “acho que era um 44, desse tamanho assim [mostra algo grande]”⁴¹². Talvez dependendo do local em que a fiscalização se realizaria, houvesse ou não o porte de arma de fogo; curioso é que ele não levasse nas viagens para Caxias, mas sim para outras localidades do Estado, de acordo com as falas dos dois entrevistados.

Santana participou das últimas fiscalizações de Roessler, cerca de “um ano e pouco antes de ele morrer, lá por 62-63. Depois eu fui também com o Milton (...). Ele [Roessler] já

⁴¹⁰ Ibidem.

⁴¹¹ SANTANA. Op. Cit.

⁴¹² Ibidem.

tinha o itinerário, ele já sabia onde íamos. Vinham dar parte aqui. O pescador, o caçador, ele se sente prejudicado, vinha entregar os outros. A gente andava de barco ou de jipe”. Fiscalizavam tanto a caça como a pesca ilegais. A pesca dava mais trabalho:

A gente apreendia arma, material de pesca, rede, tarrafa, espinhel. Depois era levado; deixava um tempo aqui, né, como nome da pessoa, tudo com intimação, o local e a hora. Daí ficava amarrado junto com o material apreendido. Ficava uns dias na casa dele, depois ia tudo pra Porto Alegre. Era lá no Cais do Porto. Aí a pessoa vinha procurar, se pagava os impostos e a multa, era devolvido, senão, ia prá lá. Minha função era como fiscal. Ia junto e também podia sair [sozinho], se ele mandasse. Ele era o chefe (...). A pesca tinha mais problema do que a caça. Não existia ladrão, não roubavam as redes, porque ficava preso. O problema era que o pessoal pescava, mas não pagava os impostos. O peixe que era apreendido era contado, a qualidade, o cara tem que assinar uma intimação e tem que doar ou num hospital, ou numa casa de caridade, ou num presídio. A caça também. A fiscalização recolhia e depois tinha que aparecer o que foi apreendido num hospital, casa de caridade ou num presídio. A pessoa responsável por esses lugares tinha que assinar que recebeu tal quantidade de tais espécies de peixe⁴¹³.

Outra divergência é que, para Santana, a pesca era mais problemática do que a caça, ao contrário do que Sanfelice lembrou. Como trabalhava durante a semana, Santana participava das saídas nos sábados e domingos. Contou que saíam à noite, ou de madrugada, acompanhados de policiais, os “brigadianos”. As viagens de jipe eram para o “lado de Morro Pelado, Sapiranga, Caí, Montenegro, rio Cadeia. A gente saía, às vezes de manhã, ou de noite. Se saía de manhã, voltava de noite, de madrugada”. Perguntei se acampavam, e ele disse que não, que nunca havia acampado. Quanto à alimentação, durante as fiscalizações, era providenciada por Roessler:

Ele levava a merenda, ele tinha um bernal, então ali dentro ele levava um sanduiche e refrigerante, essa grapete, gasosa, ele levava. No sanduíche tinha pão, queijo, salame, era bem... bem servido. Quando era o dia todo, então a gente parava num restaurante prá comer. Nas saídas ele fazia um memorando e mandava pra Porto Alegre. Não sei quem pagava, se era ele ou o governo, porque ele devia receber alguma verba prá isso⁴¹⁴.

Santana contou que Roessler fazia um teste para escolher os fiscais. Ele “levava duas, três vezes junto, pra ver como a pessoa se portava. Ele deixava aquele que tava aprendendo se envolver, pra ver como ele tratava as pessoas. Ele ficava só cuidando, daí ele chamava pra ser fiscal com ele, outros não, muitos ele não aceitou”. O entrevistado demonstrou orgulhar-se de ter feito parte do grupo seletivo dos cinco fiscais de São Leopoldo. O primeiro, teria sido “Lauro Maria, depois foi João Correa, Manoel Chaves, o Milton - filho dele, e o último fui eu, o último que ele levou”. Santana é o único vivo do grupo; Lauro Maria já é nosso conhecido, pois

⁴¹³ Ibidem.

⁴¹⁴ Ibidem.

acompanhou Roessler na diligência que resultou no processo judicial, depondo a seu favor. Inclusive Maria, o primeiro fiscal, contou-lhe um caso ocorrido em uma das andanças em Caxias do Sul que, pela veia cômica, merece a transcrição:

Meu compadre Lauro contou que uma vez - o Roessler não falava sobre isso, os outros [fiscais] é que falavam - tavam fazendo um enterro, tinha seis caras levando um caixão, lá em Caxias. E o velho desconfiou: “só seis carregando o caixão, não vem ninguém atrás aí, fazendo o enterro, o cortejo”. Aí os fiscais e os brigadianos desceram do jipe, os caras quiseram correr, daí calçaram eles – contado pelo Lauro, eu não tava junto, pena ele não estar vivo prá contar isso. Aí quando eles quiseram correr, o Roessler mandou prender eles, cercar eles, aí foram abrir o caixão, tava cheio das armas deles e de passarinhos lá dentro [risos]⁴¹⁵.

É claro que não há nenhuma comprovação de que esse episódio tenha acontecido de fato, porém, não considero absurda a ocorrência de algo assim. Por outros casos também pitorescos já tratados aqui, como o grupo que afirmava estar testando granadas, enquanto as caixas estavam repletas de passarinhos, e pela verdadeira paixão que muitos descendentes de imigrantes italianos tinham pelas passarinhadas, é bem possível que se tornassem criativos nas maneiras de disfarçar a caça, chegando ao ponto de encenar um enterro. O mais surpreendente era o “faro” de Roessler para essas situações, o que Sanfelice também confirmou, dizendo que “ele não errava uma”.

Uma questão que fiz aos entrevistados foi como era **a voz de Roessler**. Como não restou nada gravado, imagem ou voz – apenas poucas fotografias – fiquei, muitas vezes, durante a pesquisa, curiosa sobre esse aspecto. Penso que a voz de uma pessoa é um aspecto importante, porque revela traços de sua personalidade, a maneira como trata os outros, e que sempre dá um colorido a mais sobre um personagem, tratando-se de uma biografia. Para Santana, “a voz dele era calma, ele era um homem calmo, era de pouca conversa, não era de muita conversa. Se tinha que dar um conselho, ele dava, se achasse que tu fez alguma coisa errada, te chamava atenção, fazendo ver o que era e o que não era (...). Ele era muito seguro”. Já, para Sanfelice “ele tinha voz de um locutor de noticioso, firme, bonita, muito segura. Sabe, quando a pessoa não importa sobre que assunto estivesse falando era muito... passava segurança, parece que fazia parte do sangue, da estrutura dele... é lamentável não ter nada gravado dele... Não gesticulava, quando falava; passava tranquilidade quando falava”. As duas falas concordam que a voz de Roessler unia calma e segurança, ao mesmo tempo. Ela também inspirava obediência militar, para Santana “era a mesma coisa que um tenente mandando um sargento, então ele faz, né?”, e para Sanfelice “era uma voz de líder, uma voz de comando que você não podia se recusar. Ele, se fosse um general de exército, teria a tropa mais disciplinada

⁴¹⁵ Ibidem.

do mundo, mais aguerrida...”. A postura de Roessler devia inspirar obediência em seus subordinados, e isso ocorria de forma consentida, em uma relação de hierarquia. Roessler havia sido Delegado Florestal do Estado e era Fiscal de Caça e Pesca, havia muitos anos, toda sua atuação, de cunho policial, conferia-lhe poder e autoridade perante os jovens fiscais. Segundo Santana, “ele era um homem autoritário, mas não era arrogante. Ele gostava que o cara fosse justo, da lei. Se tu errasses, chamava a atenção, aí era mais rígido: ‘não me faça mais isso, senão vou te mandar embora’, ele era franco”.

Creio que a experiência adquirida – que o tornou quase um mito – fez com que Roessler tivesse uma postura que motivavam o respeito e a obediência, sem que fossem necessárias muitas palavras. Até porque ele não era de muita conversava. Santana se lembrou de uma frase que atribuiu a Roessler: “*A boca calada não tem resposta prá dar*. Quer dizer que ele não ia discutir com ninguém. Ele ficava quieto [grifo meu]”. Se o fiscal não respondesse às agressões, o outro não teria como retorquir.

O mito do “velho Roessler”, como ele era chamado em São Leopoldo, fazia as crianças correrem. Para Santana,

Ele não era um cara ruim, era um homem de respeito. Mas se tavam caçando de bodoque, e ele chegava aqui, mas... Deus me livre, corriam tudo, se escondiam até debaixo da cama de medo dele, né? Chamavam ele de “velho Roessler”, todo mundo. Se alguém avisava “o velho Roessler tá por aí”, mas... Todo mundo já ficava com medo!⁴¹⁶

No entanto, não eram só as crianças que caçavam (e sentiam medo), mas também “homens caçavam de bodoque, uns barbados, homem casado”. Em São Leopoldo, ocorria “a mesma coisa dos gringos. Comiam, faziam festa com passarinhos. A mesma coisa que faziam em Veranópolis”. Só não faziam tanto, “por causa do Roessler”⁴¹⁷. Isso nos mostra que os descendentes de alemães, portugueses, africanos, ou de outros grupos étnicos também apreciavam os passarinhos como petisco, não apenas os italianos.

Parece-me que, além do respeito, devia haver o medo, sim. E um medo alimentado pelo próprio Roessler, procurando estar presente na cidade e em torno do rio dos Sinos, nos locais onde já sabia de antemão, pelos avisos dos informantes e devido aos anos de experiência, que mais ocorriam contravenções. Santana relatou que “se ele achasse que tinha que sair, não tinha dia, não tinha hora. Se dessem parte de uma matança de bichos, ou tivessem pegando peixe...não tinha hora, não tinha dia. Se ele desconfiasse de qualquer coisa, ele ia também,

⁴¹⁶ Ibidem.

⁴¹⁷ Ibidem.

convocava a turma e iam” . Como não havia dia certo, existia sempre a iminência de “o velho Roessler” estar por perto, vigiando.

Essa onipresença também foi relatada por Arno Kaiser, ecologista de Novo Hamburgo, membro da entidade Movimento Roessler: “ele pegava as pessoas de surpresa, ele era meio onipresente, porque sabia de muita coisa, porque ele tinha uma rede de muitas pessoas que moravam, pescadores, agricultores, fazendeiros, pessoas que simpatizavam com as ideias dele, que o mantinham mais ou menos informado, né? Foi esse povo que ele juntou prá fundar a União Protetora da Natureza”. Havia uma espécie de advertência: “olha que o velho Roessler vai te pegar” ⁴¹⁸. Kaiser não conheceu Roessler pessoalmente, mas manteve relações com alguns antigos membros da UPN, como o Padre Clemente e Kurt Schmeling, entre outros.

Maria Luiza disse que, muitas vezes, ao se apresentar para pessoas idosas como neta de Roessler, ouviu: “Ah, o ‘velho Roessler’ me perseguiu, correu atrás de mim, por causa dos passarinhos” ⁴¹⁹. Para Alceu Feijó “ele tinha uma capacidade incrível, né? Faziam comentários assim, que lá em Livramento, o cara ia dar um tiro num veado, primeiro olhava pra ver se o Roessler não tava por perto... O cara dava um tiro e o Roessler tava em cima dos caras” ⁴²⁰. Parece que o “velho Roessler”, como advertência iminente, ficou gravado na memória coletiva do Vale do Rio dos Sinos, provocando tantas lembranças parecidas (os entrevistados vivem na região).

Os informantes, segundo Santana, “vinham dar parte dos outros, sabe? Era um entrega-entrega... era “cacoete”, aquele que entrega os outros, jacaré...” ⁴²¹, inclusive por motivos de desavenças pessoais. Se não fossem os “cacoetes”, talvez o trabalho de Roessler não fosse tão bem sucedido, porque, evidentemente, sozinho não teria como saber de tantas transgressões ocorridas em todo o Estado. A rede de informações tecida por ele dava suporte essencial para sua atuação, possibilitando sua onipresença. A probabilidade de encontrar o “velho Roessler” era uma ameaça constante, que deve ter freado muitos ímpetos de caça e pesca ilegais. Esse medo consolidava ainda mais o poder e autoridade de Roessler, o que deve ter contribuído também para reforçar a construção do mito do “pioneiro”.

3. 5 - O “sonho” acabou: a morte de Roessler e o fim da UPN

⁴¹⁸ KAISER, Arno. Entrevista a autora. Porto Alegre, 20/05/2008.

⁴¹⁹ ROESSLER, M. Entrevista. Op. Cit.

⁴²⁰ FEIJÓ. Entrevista. Op. Cit.

⁴²¹ SANTANA. Op. Cit.

Roessler faleceu em 14 de novembro de 1963, em meio aos preparativos para comemorar seu aniversário de 67 anos. Segundo a neta Marli Guinter, “foi um choque para todos. Ele faria aniversário dois dias depois, e sempre costumávamos festejar muito os aniversários na família. Minha vó se esmerava nos quitutes”⁴²². O médico Élio Dickie declarou, no atestado de óbito, que a causa da morte foi “enfarte fulminante cardíaco”⁴²³.

A neta Maria Luiza disse que Roessler não sabia que tinha problemas cardíacos: “não tinha exame naquela época. Ele ia ao médico, mas não sabia. Na véspera da morte, estava com enjoo no estômago”⁴²⁴. Também segundo ela, o avô faleceu no dia em que iria a Porto Alegre, entregar sua crônica no *Correio do Povo*. Morreu na cozinha da casa, sob os olhos da esposa Thekla, pela manhã, bem cedo, às seis horas da manhã. Para as duas netas, a notícia da morte do avô foi uma dura experiência. Marli relatou que estava na rua quando soube:

Naquela manhã, eu estava caminhando pela Rua Grande [Rua Independência, em São Leopoldo] para ir trabalhar como tradutora na firma Amadeo Rossi, quando um conhecido motorista de táxi me parou e contou que meu avô tinha falecido. Parecendo não querer entender o que tinha acontecido, corri de volta para casa para avisar meus pais. Para não assustá-los demais eu disse que ele tinha tido um ataque, mas minha mãe logo sabia do que se tratava. Como ele faleceu de manhã cedo, foi enterrado no mesmo dia, à tardinha⁴²⁵.

Maria Luiza narrou em seu livro que acordou com o barulho de passos fortes de seus pais, saindo de casa. Numa espécie de intuição, foi até a casa dos avós. Próximo ao local havia pessoas na calçada e a porta estava aberta, o que não era comum. Ao entrar, teve “a visão dos pais e tios debruçados, colocando meu avô no caixão, ainda sobre o assoalho do amplo dormitório” (ROESSLER, 1999, p. 112). O velório de Roessler foi realizado em casa,

na sala de visitas, na entrada da casa à esquerda: o lugar reservado para ocasiões especiais (...). Na calçada, as pessoas reunidas não falavam alto, comportando-se com respeito. Lembro-me de como isso me chamou a atenção. Não havia um número exagerado de pessoas no velório nem no enterro, mas as que compareceram trouxeram consigo sentimentos reais de consternação e pesar (ROESSLER, 1999, p. 114).

A morte foi motivo de abalo entre seus seguidores, fiscais e membros da UPN. Várias homenagens foram dedicadas a ele, nos dias seguintes ao falecimento, textos de jornais e discursos. Analiso o conteúdo dessas manifestações no capítulo 5, pois contribuem para a construção do “pioneiro da ecologia” no Rio Grande do Sul.

⁴²² GUINTER. 03/07/2009. Op. Cit.

⁴²³ CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL. Certidão de Óbito. São Leopoldo, 20/11/1963 (APHR).

⁴²⁴ ROESSLER, M. Entrevista. Op. Cit.

⁴²⁵ GUINTER. 03/07/2009. Op. Cit.

Depois da morte de Roessler, seu filho Milton tentou dar continuidade à UPN, mas, segundo Kaiser, “o seu Roessler era o grande centro da família, a liderança, todo mundo adorava ele”. Sem Roessler “a luta não rendia, não rendia, não rendia... com a falta da liderança dele a entidade parou. A maioria das pessoas tinha um trabalho de colaborador, mas ele que fazia de fato a linha de frente com muito pouca gente. Não havia ninguém em condições de substituí-lo”⁴²⁶. Para o jornalista Vinícius Bossle, “o filho tentou levar o trabalho dele, mas não tinha o mesmo ardor. Não tinha a mesma personalidade, *não tinha o mesmo sonho* [grifo meu]”⁴²⁷. Milton tinha uma personalidade bem diferente de seu pai, era mais introvertido. Kaiser o conheceu pessoalmente: “era uma pessoa bastante indignada também, só que mais introspectiva”.

Com a perda do líder, a UPN chegou ao fim. Não poderia ser de outra forma, porque, na verdade, ela foi, praticamente, a entidade de um homem só. Para Bossle, “no final, foi um sonho”. Claro que Roessler tinha colaboradores que tornavam seu trabalho de fiscalização possível, no entanto, como vimos, era ele quem coordenava e respondia pelas atividades da UPN. Não há indícios de que os membros se reunissem regularmente, nem que participassem de alguma ação conjunta. Era Roessler quem dava as palestras nas escolas, falando como presidente da entidade, idealizava e mandava distribuir os panfletos educativos. Toda a atuação da UPN se confundia com a atuação do próprio Roessler.

O material que sobrou dos panfletos, cartazes e impressos da UPN foi distribuído por Milton, inclusive os livros e outros objetos de Roessler. Segundo Maria Luiza, ele ficou com medo de que houvesse algum incêndio na casa e doou para muitas pessoas, inclusive entidades fundadas nos anos posteriores à morte do pai. Nos anos 1970, oito anos após o falecimento de Roessler, Augusto Carneiro, acompanhado de um grupo de pessoas de Porto Alegre, São Leopoldo e Novo Hamburgo tentaram “ressuscitar” a UPN. No entanto, por conta de dificuldades jurídicas, isso não foi possível, então eles fundaram uma entidade com outro nome: a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), que teve uma atuação bem diferente da UPN de Roessler. Era outro contexto que se apresentava para a proteção da natureza, em que a noção de ecologia começava a se popularizar em todo o mundo.

A figura de Roessler foi reclamada por esse grupo, como uma espécie de herança de memória para a entidade recém-criada. Embalado pelo *boom* da ecologia, Roessler foi homenageado como patrono da Agapan, e alçado a “pioneiro da ecologia” no Rio Grande do Sul, no Brasil e até na América Latina. Mas, antes disso, fiquemos com as ideias que o

⁴²⁶ KAISER. Op. Cit.

⁴²⁷ BOSSLE. Op. Cit.

influenciaram em seu campo de possibilidades, do qual a ecologia ainda não fazia parte, e sim a proteção à natureza. Veremos que o tema já era corrente no Brasil e também no Rio Grande do Sul, e como nosso personagem se apropriou dessas ideias para produzir a sua própria concepção de natureza.

4 - Deus, pátria e educação: Roessler, o missionário da natureza

Ao observar o conjunto de uma obra, *a posteriori*, parece fácil encontrar relações de causa e efeito: o que aconteceu antes determinou o que ocorreu depois. Mas não é bem assim, as ruas da vida de nosso personagem nem sempre o levaram aonde ele gostaria de ter ido. Também o biógrafo pode ser surpreendido nas estradas tortas de uma vida. No projeto de dissertação, confesso ter questionado como foi possível a Roessler ter empreendido um projeto de proteção à natureza, num contexto em que “pouco se falava ou se fazia pela natureza”. Surpreendi-me, ao longo da pesquisa, com a quantidade de discursos sobre a natureza, de cunho protecionista, existentes no início do século XX. A maior parte das falas e textos a que tivemos acesso eram proferidos do centro do país, Rio de Janeiro e São Paulo, ecos dos debates que ocorriam no Brasil e no exterior. No entanto, o tema da proteção à natureza não estava ausente no Rio Grande do Sul, como pude perceber em vários artigos da mídia impressa da Capital, assim como nos Anais da Assembleia Legislativa. A singularidade de Roessler foi a de estar atento a esses debates e, de certa forma, difundir-los para um público mais amplo.

Neste capítulo, analisarei alguns dos discursos da época em que Roessler iniciou seu projeto e mapearei as ideias presentes em seus próprios textos e discursos, especialmente a ideia de religião, a partir de referenciais da história das ideias e da história ambiental. Pretendo vislumbrar o quanto ele partilhava do que estava sendo dito sobre proteção à natureza no Brasil e no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX.

Analisando a articulação entre as ideias em que fundamenta sua produção escrita, pretendo chegar à concepção de natureza de Roessler. Fundamento minha análise nos referenciais teórico-metodológicos de Quentin Skinner e John Pocock. Espero, assim,

compreender melhor como se situava o discurso de Roessler, no campo de possibilidades em que desenvolveu seu projeto de proteção à natureza.

Pocock e Skinner são considerados expoentes do “contextualismo linguístico”, surgido em Cambridge, na década de 1960. Os dois autores se esforçaram para traçar um arcabouço teórico-metodológico para a história das ideias, baseado na análise de textos, com o objetivo de encontrar as “intenções do autor”. Para Skinner (2000, p. 187), o texto é mesmo um “acto deliberado de comunicación” e a questão central que se enfrenta ao estudar qualquer texto é o “qué podría haber pretendido comunicar su autor en la práctica”, e que o objetivo essencial “en cualquier intento de comprender los enunciados mismos, debe consistir en recuperar esa intención compleja del autor” (SKINNER, 2000, p. 188). Procurar “problemas perenes” e “histórias universais” é fazer uso de uma sistemática ingênua, pois Skinner não crê em ideias universais; qualquer enunciado tem uma intenção particular, numa oportunidade singular, tentando resolver um problema particular, jamais universal.

Pocock, em *Linguagens do ideário político*, também faz um esforço de sistematização teórico-metodológica, na introdução, que ele chama de “O Estado da Arte”. O autor faz questionamentos profundos: “será que as intenções não existem somente à medida que são concretizadas na escrita e publicação do texto?” e, até mesmo, se as intenções podem existir “independentemente da linguagem em que o texto será construído” (POCOCK, 2003, p. 27). Outra pergunta possível: o autor sabia o que estava fazendo? Acredito que essas questões são interessantes e aplicáveis a meu objeto de estudo, os textos escritos por Roessler. Como autor, ele parecia muito seguro do que *estava fazendo*, deixando isso bem claro, inclusive, em muitas passagens. Não almejo encontrar “ideias perenes” e também não tenho a pretensão de desvendar de forma definitiva as intenções de Roessler como autor. Quero verificar em que medida o discurso dele inovava, e/ou estava intrincado em outros discursos já existentes na época.

Esses referenciais da história das ideias podem articular-se, a meu ver, com uma das linhas de pesquisa possíveis da história ambiental, que é o estudo de “percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação [que] se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202). Trata-se de uma história da interação homem-natureza, manifesta através de discursos, ideias e percepções sobre a natureza, elaborada pelas pessoas ao longo do tempo. Neste capítulo, realizo um exercício de análise desses discursos e ideias no Rio Grande do Sul e no Brasil, articulando as perspectivas da história das ideias e história ambiental, na tentativa de compreender como Roessler se posicionou no debate. Em que pontos seu discurso convergiu com outros, publicados em seu

contexto? Sob que aspectos inovou? Como ele se “apropriou” (no sentido de Chartier, 2002) dessas discussões? No entanto, essa não é uma tarefa fácil; espero chegar, pelo menos, perto de um panorama do que se pensava sobre proteção na época, para compreender as ideias de nosso personagem, especialmente sua ideia de natureza.

4. 1 - Alemanha e natureza

Como Roessler era descendente de alemães, dono de uma estante de livros em alemão - a maioria romances - que ocupava uma parede inteira de sua sala (segundo as netas Maria Luiza e Marli), é interessante para nossa pesquisa um breve olhar sobre algumas construções elaboradas a respeito da relação homem-natureza na Alemanha, na Antiguidade e durante a efervescência do romantismo alemão, corrente de ideias que gestou percepções sobre a natureza. O território que hoje chamamos de Alemanha, na Antiguidade, possuía uma extensa floresta mista, composta de, entre outras espécies, abetos, álamos, pinheiros, bordos tílias, castanheiras, plátanos e carvalhos. Segundo Arthur Rambo (2004, p. 32), “à sombra dos carvalhos, reuniam-se os guerreiros germânicos para reafirmarem perante si mesmos, perante seus companheiros, perante o seu povo e, principalmente, perante Thor, o deus da guerra, o compromisso, o juramento de fidelidade às divindades, ao povo, à tradição, às raízes, com todos os seus valores”. Em *Germânia, ou sobre a origem e situação dos germanos*, escrita por volta de 98 dC, o historiador romano Cornélio Tácito reconheceu com pesar que, mesmo após 210 anos de tentativas das legiões romanas para conquistar os germanos, estes não se deixavam dominar. Para Simon Schama (1996, p. 86), o motivo para tanta obstinação, ou resistência dos germanos era que, “ao contrário dos contemporâneos de Tácito na Roma imperial, eles conseguiram preservar sua condição essencial de filhos da natureza”. O historiador romano, num misto de admiração e repugnância, descrevia os germanos como habitantes de pântanos e florestas, que possuíam “uma nobreza natural, resultante de sua instintiva diferença aos vícios que corromperam Roma (luxúria, dissimulação, posses, sensualidade, escravidão)” e, ao mesmo tempo, como seres primitivos e ferozes, ou seja, “incivilizados” (SCHAMA, 1996, p. 86-87).

Além de local para as reuniões de guerreiros e assembléias das comunidades, as florestas germânicas eram palco de cultos, em que se veneravam “as divindades personificadas em fenômenos ou entes naturais, como o sol, a lua, a mãe terra... A religião dos antigos germanos foi profundamente enraizada na natureza”. Eram objeto de veneração “a terra, a água, o fogo, o sol, a lua, o dia, as estações do ano, a tempestade, a tormenta, a germinação, a fertilidade, o explodir da brotação e o fenecer da vegetação” (RAMBO, 2004, p. 34). Esse

caráter sagrado dos bosques contribuía para sua preservação e para que os germanos se percebessem parte da floresta, formando com ela um todo indivisível, no entanto talvez isso tenha ocorrido “mais por intuição natural que por meticulosa ponderação” (SCHAMA, 1996, p. 94).

No Renascimento, o poeta, erudito e orador Conrad Celtis foi responsável por reavivar a Germânia – essa Alemanha original – no imaginário alemão. Na virada dos séculos XV-XVII, Celtis enalteceu as virtudes das matas alemãs, sobretudo o que restou da *Urwald* (Floresta Hercínia)⁴²⁸. Porém, nessa época, “a floresta germânica em grande parte já estava desaparecendo rapidamente sob os golpes dos machados” (SCHAMA, 1996, p. 105).

Nos séculos XVIII-XIX, com Herder, Goethe, Riehl⁴²⁹, entre outros autores românticos, continua a gestação de uma nação nobre, enraizada na floresta, forjada numa relação simbiótica com a natureza, imagem que mais tarde, infelizmente, seria cooptada pelo nazismo. Entretanto, os esforços para a construção dessa “Alemanha verde” não impediram a devastação das florestas germânicas, assim como da floresta tropical (Mata Atlântica) nos lotes ocupados no Brasil, a partir de 1824, por diversos grupos étnicos alemães. Segundo Bublitz (2010, p. 181), “quilômetros e quilômetros de mata desapareceram sob a lâmina afiada do ‘machado civilizador’ do imigrante e seus descendentes. Derrubadas e queimadas foram a tônica da conquista, incentivada e comemorada pelo Estado”⁴³⁰.

“Um romântico incorrigível”

Para Vinícius Bossle, Roessler “era um romântico, um romântico incorrigível”⁴³¹. Também Germano Moehlecke considera que “o Henrique Luiz era um homem assim... a natureza era uma espécie de ideal dele... quem apreciava esse ideal era a Lisa, a nora. A gente conversava na loja [casa Barreto, onde Moehlecke e Anelise foram colegas de trabalho] e, pelo jeito que ela falava, e até o jeito dela ‘tem que fazer tal coisa’”⁴³².

⁴²⁸ Segundo Gabriela Rigotti (2006, p. 38), “a Floresta Hercínia, ou *Urwald*, é a terra natal do povo alemão. Seu território – que compreendia o que hoje é quase toda a Alemanha – era o *habitat* das tribos germânicas Antigas”.

⁴²⁹ Wilhelm Heinrich Riehl, em sua obra *A história natural do povo alemão*, de 1851, gabava-se de que a Alemanha preservara grandes áreas de floresta que, em outros países, foram devastadas a golpes de machado; ele sabia que tal milagre constituía o resultado direto do relativo atraso econômico e social de sua pátria. Era uma sorte que não haveria de durar; o que restava das florestas alemãs corria o perigo de ser consumida nos fornos da incipiente industrialização do país (SCHAMA, 1996, p. 123-24).

⁴³⁰ Bublitz (2010, p. 105) aponta, a partir de Dunlap, que, nas novas colônias, os imigrantes tentavam refazer a terra natal, ou tornar a terra familiar, plantando, em meio à vegetação tropical, espécies européias: *reconstruir o solo pátrio implicava destruir para recriar*.

⁴³¹ BOSSLE. Entrevista. Op. Cit.

⁴³² MOEHLECKE, Germano. Entrevista a autora. São Leopoldo, 24/08/2010.

Algumas crônicas escritas por Roessler contêm passagens em que é possível perceber uma idealização dos elementos naturais. Creio que, além de ser um homem de ação, ele tinha uma visão romântica, idealizada da natureza.

Segundo Pádua (2005, p. 62), um dos aspectos centrais do movimento romântico dos séculos XVIII e XIX “foi justamente a valorização do mundo natural, seja em termos estéticos, espirituais ou éticos”. No entanto, o autor faz a ressalva de que os modos de valorização da natureza no romantismo não foram homogêneos, uniformes. Houve momentos em que os escritores românticos exaltaram a natureza em seus aspectos rurais e agrícolas, em outros louvaram as paisagens de jardins e, ainda, em períodos diversos, valorizaram os aspectos selvagens da natureza.

Desde o final da antiguidade houve a tendência para personificar a natureza com a Artemis éfesa e a Ísis egípcia; do século XVI ao XIX, estava-se perfeitamente consciente da confusão entre as duas deusas (HADOT, 2006, p. 258). A estátua da deusa Ísis, dada sua identificação com Ártemis, era representada com um véu. Desde o século XVI diversos autores se referiram ao véu da natureza, alguns deles interpretando o véu de Ísis como símbolo dos segredos da natureza (HADOT, 2006, p. 260). A partir do XVIII, as associações entre o véu da deusa e a natureza foram se tornando mais explícitas⁴³³.

Já a doutrina judaico-cristã considerava que a natureza teria sido criada por Deus (ATTFIELD, 2005). Thomas (1988, p. 206) afirma que, a partir de fins do século XVII, na Europa, com o surgimento de “novas sensibilidades”, as pessoas começaram a aceitar que “todos os membros da criação divina tivessem direito a serem usados com respeito”. No final do século XVIII, “o apreço pela natureza, e particularmente pela natureza selvagem, se converteria numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica” (THOMAS, 1988, p. 309).

O romantismo alemão foi influenciado tanto por concepções mitológicas – como a de Ísis-Ártemis – quanto pela religiosidade cristã. As “raízes” do romantismo estão nos séculos XVII-XVIII, especialmente no *Sturm und Drang*⁴³⁴, e, apesar de ser representado como um

⁴³³ Segundo Hadot, na *Iconologia* do escultor francês Jean-Baptiste Boudard (1710-1778), de 1759, pela primeira vez se definiu o emblema representando a Natureza: “A Natureza, sendo a reunião e perpetuação de todos os seres criados, é representada por uma mulher jovem cuja parte inferior está presa numa bainha ornada por diferentes espécies de animais terrestres e nos braços, que se acham estendidos, por diversas espécies de pássaros. Ela tem vários seios cheios de leite. Sua cabeça coberta por um véu significa, segundo a opinião dos egípcios, que os mais perfeitos segredos da Natureza são reservados ao Criador” (apud Hadot, 2006, p. 260).

⁴³⁴ Movimento literário alemão do final do século XVIII. O filósofo Herder (1744-1803), grande expoente do *Sturm und Drang* (Tempestade e Ímpeto), criticava o racionalismo iluminista e destacava o valor da experiência histórica de cada país. “Para Herder, cada ‘nação’, cada povo (*Volk*), constituía uma totalidade espiritual autônoma, isto é, uma comunidade, com uma etnicidade, uma história, uma cultura, uma crença, uma língua

movimento contra o Iluminismo, não teria sido o mesmo sem o Iluminismo, em parte brotou deste e “não constituiu um simples regresso ao mundo que o Iluminismo deixou para trás” (BAUMER, 1970, p. 23). O romantismo na Alemanha foi influenciado também pela leitura de autores estrangeiros, especialmente de Rousseau.

Um aspecto interessante explorado pelo historiador alemão Joachim Radkau é que a idealização da natureza serviu como elemento reforçador do nacionalismo na Alemanha, que só seria unificada em 1871. O nacionalismo “gave every member of a nation, beyond the small piece of land he could call his own, an enormous land as his imagined property and grounded participation in it on nature”. Pertencer à nação era como fazer parte de uma natureza coletiva, “in this, nationalism, for all its idealistic pathos, did possess a sensual substructure, thus creating a unity between internal and external nature” (RADKAU, 2009, p. 226-27). A unidade da natureza simbolizava a união do povo, necessária para construir a nação. No entanto, a natureza era ambígua, ou melhor, nas tentativas de unificar a natureza, havia “a predominantly regional, not national, character” (RADKAU, 2009, p. 230). A valorização e sacralização da natureza nacional, que inventavam “all of Germany a great Garden”, portanto, foram elementos importantes no processo de construção da identidade nacional alemã.

Outro ponto importante é que os séculos XVIII e XIX foram fecundos em descobertas científicas: a ciência começava a desvendar os mistérios, os segredos, ou seja, “os véus” da natureza. Nesse sentido, a sensibilidade romântica realizava “a aproximação entre ciência e estética na apreensão e representação da natureza numa visão totalizante e orgânica, que procura, como propõem Goethe e Humboldt, obter o conjunto ao inaugurar uma nova concepção de paisagem” (NAXARA, 2001, p. 436). Essa “sensibilidade romântica” fica perceptível se observarmos quadros pintados no período, nos quais é possível inferir a própria concepção de natureza do movimento. Por exemplo, a obra do pintor Caspar David Friedrich (1774-1840), maior representante do romantismo alemão na pintura, retrata a natureza de maneira grandiosa; em algumas telas, quando o homem aparece, tem estatura pequena comparada ao mundo natural, ou assume uma atitude contemplativa e de reverência religiosa diante do poder, da força e do caráter sagrado dos elementos naturais⁴³⁵.

comuns (...). Ao contrário do que defenderam Voltaire e outros iluministas, cada época (como mais tarde Ranke repetirá) possuiria o seu valor próprio” (CATROGA, 2003, p. 96-96).

⁴³⁵ A seguir, reprodução de “Moonrise over the sea”, na qual três pessoas contemplam o anoitecer sobre o mar. FRIEDRICH, Caspar David. *Moonrise over the Sea*, 1822, oil on canvas, Nationalgalerie, Staatliche Museen zu Berlin. Disponível em: <http://www.nga.gov/exhibitions/2001/spirit/02_fs.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.



Figura 14 - Moonrise over the sea - Caspar David Friedrich -1822-(Nationalgalerie, Berlin)

Uma das obras mais conhecidas do pintor mostra a contemplação da natureza, “O viajante sobre o mar de névoa”⁴³⁶, que reproduzimos a seguir:

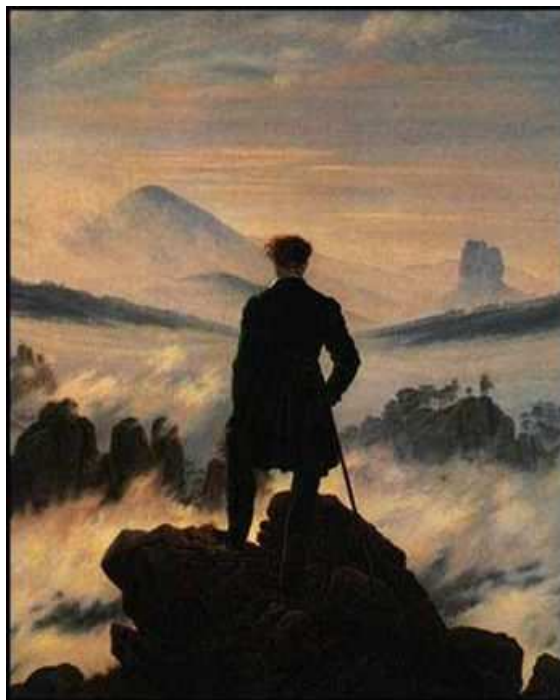


Figura 15 - O viajante sobre o mar de névoa - 1818 - Caspar David Friedrich (Portal do Professor, MEC).

⁴³⁶ FRIEDRICH, Caspar David. *O viajante sobre o mar de névoa*. Ministério da Educação (MEC). Portal do Professor. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31455>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

Segundo Baumer (1970, p. 31), “é difícil, se não impossível, separar as ideias românticas de natureza e de Deus”. De certa forma, vários autores românticos encontraram Deus na Natureza. Revoltando-se contra a máquina de Newton,

Procuravam fazer da natureza um lugar em que o homem pudesse, outra vez, viver e sentir-se perto de Deus e resolver assim o problema do dualismo que incomodara o homem pensante, desde o tempo de Descartes. O ímpeto desta nova maneira de pensar sobre a natureza veio, entre outros, de Rousseau, para quem a contemplação da natureza levava ao êxtase místico (como em *Os devaneios do caminhante solitário*, 1776-1778); Goethe, que, nos seus estudos morfológicos estava sempre a tentar descobrir os princípios originais e íntimos das coisas, o eterno no infinito (BAUMER, 1970, p. 34).

Goethe se referia à natureza com a expressão “segredo às claras”, ou “mistério às claras”, para enfatizar o contraste entre visibilidade e mistério. Fenômenos como as folhas, as vértebras, a luz, eram visíveis, estavam “às claras”, no entanto, na concepção de Goethe, “podemos dizer também que eles são um ‘mistério’ (...) somente quem sabe ver, quem prolonga a percepção sensível pela intuição” consegue entrever suas origens⁴³⁷ (HADOT, 2006, p. 277).

Para Kant, a contemplação da natureza levava a experiências de sublime beleza, no entanto, “somente se fosse desinteressada e livre de toda a mácula de desejo ou preocupação com situações práticas”. Essa experiência nos tornaria conscientes de uma relação com o mundo; “as experiências do sublime permitem-nos, de certa forma, transcender o cotidiano, de modo que a beleza pode tornar-se o símbolo do bem” (BRENNAN, 2005, p. 155).

Destaca-se aqui, em especial, o aspecto contemplativo e de comunhão “desinteressada” com a natureza, divulgado por Kant, Rousseau, pelo pintor Friedrich e outros autores românticos. Roessler compartilhava dessa ideia, lamentando que o homem moderno não tivesse “mais tempo para meditar; não tem mais tempo para procurar contato com a mãe natureza, que cura todos os males”⁴³⁸. Ao parar, meditar, contemplar, o homem poderia ter uma experiência de reaproximação da natureza e, por consequência, de Deus.

Bossle, em sua entrevista, relatou-me um fato inusitado: Roessler dizia que conversava com as plantas. Para o jornalista, que assumiu também uma atitude romântica em sua fala, Roessler teria “aprendido” com a natureza:

Na minha opinião, todo o crescimento dele, toda educação dele, o desenvolvimento mental dele ocorreu com a natureza. A natureza que ensinou ele. Como era um apaixonado desde criança pela natureza,

⁴³⁷ O mistério às claras é uma referência ao véu de Ísis, segundo Hadot. Para o filósofo, “identificada com Javé [o Deus bíblico], a Ísis-Natureza é rodeada pela mesma aura de mistério do último e devia inspirar terror, veneração e respeito” (HADOT, 2006, p.290).

⁴³⁸ ROESSLER, H. Bicho estúpido e feroz. *CPR*. Porto Alegre, 13/10/1961 (AHRs).

então o manuseio, o contato, na troca com a natureza... Ele dizia pra mim “eu falo com as flores, eu falo com as árvores”, “eu falo com as flores”. Ele vencia a timidez dele conversando com pessoas amigas (...). A impressão que eu tenho é que ele aprendeu com a natureza, vendo os peixes, as árvores, os animais. A minha vontade era de estar uma vez no lugar dele pra ver essa observação tão meticulosa, que penetrou tanto na natureza. Era como se fosse um aluno da natureza, porque eu nunca vi ele citar um autor, nunca comentou⁴³⁹.

Para Bossle, o contato com a natureza, a contemplação, a observação meticulosa é que teriam “formado” Roessler, e não a experiência intelectual. Na escola da natureza, os professores seriam os animais, as árvores, o rio. A alma de repórter de Bossle fez com que ele desejasse estar no lugar de Roessler, para ver com seu olhar, que supõe mais atento, aberto, meticuloso. Esse contato tão próximo desde a infância teria transformado o menino curioso no “protetor da natureza”. De certa forma, é como se Roessler colocasse em prática o que defenderam muitos autores românticos. A conexão com a natureza era tamanha, que ele, de alguma forma, acreditava poder comunicar-se com ela.

Creio que Roessler foi influenciado pela ideia de natureza difundida pelo romantismo alemão - basicamente, de que a natureza era criação divina, envolta em mistérios, cuja beleza devia ser contemplada pelo homem - entre outras correntes de pensamento, pelas leituras que deve ter feito de obras em alemão, do Colégio Conceição e de sua biblioteca, onde essas concepções poderiam estar presentes, e pelo conteúdo de suas crônicas, cuja análise, no decorrer deste capítulo, deixará isso mais claro. Ele se afirmava um idealista e amante da natureza – o paraíso perdido pela imprevidência humana (ROESSLER, 2005, p. 81-84).

Hermann Löns

Embora tenhamos poucas referências das leituras em alemão realizadas por Roessler, pelo menos foi possível encontrar um autor que certamente o influenciou, citado em “Tudo só frases?” (ROESSLER, 2005, p. 71-73). Nessa crônica, nosso personagem reproduziu um artigo do escritor, poeta e jornalista Hermann Löns (1866-1914), traduzido por ele mesmo, retirado da revista alemã *Unser Wald*⁴⁴⁰. O texto fora lido por Löns na Sociedade de Professores de Bremen, em 1911 e, para Roessler, mesmo passados 50 anos, ajustava-se “como uma luva às condições brasileiras atuais” (a crônica foi publicada em 04/11/1960), tanto que ele “dribla” seus leitores, identificando a verdadeira autoria das palavras apenas no final.

De fato, os contextos de destruição da natureza deviam ser muito parecidos; o texto poderia ter sido mesmo escrito pelo próprio Roessler, tendo em vista a similaridade da situação

⁴³⁹ BOSSLE. Op. Cit.

⁴⁴⁰ Não encontrei o original da publicação nos arquivos pesquisados.

e até mesmo das expressões utilizadas. Para Löns, escrevia-se muito sobre “proteção à natureza”, no entanto, as pessoas questionavam se havia mesmo uma proteção à natureza, ou se tudo não passava de “uma bonita formulação de palavras?” Ele não via nenhuma iniciativa digna de nota, mas sim, “em toda a parte violação da natureza, destruição das florestas, massacre dos animais e peixes, mau trato da terra e água” (ROESSLER, 2005, p. 71). Na Alemanha daquele período, ocorria um descaso semelhante ao do Brasil quanto aos seus elementos naturais. O Poder Público agia devagar, colocando entraves burocráticos às iniciativas de proteção; havia um “Serviço (no papel) inativo dentro das Repartições”, no entanto, a “violação da natureza” continuava em marcha. A proteção à natureza, para Löns, era “miserável emergência; uma coisinha ridícula. A destruição, porém, não podemos negar organização perfeita, ação de largueza. A destruição comanda, a proteção está a seu serviço” (ROESSLER, 2005, p. 72).

No final do discurso, o poeta faz uma espécie de convocação, a fim de modificar o estado de coisas:

Precisamos de punho livre, de palavra sem rebuços para avançar resolutamente, sem considerações, para que os culpados percamos a ousadia de nos enfrentar. Belíssimas orações e pomposas frases nada nos adiantam. Queremos ver ações, agarrar os resultados com as mãos (...). Precisamos, por isso, de um perfeito, suficientemente equipado, poderoso serviço de proteção. Chega de frases podres. Venham, pois, todos os patriotas amantes da Natureza, preocupados com o futuro da nossa Pátria, formar nossas fileiras (ROESSLER, 2005, p. 73).

Como vimos anteriormente, Roessler também se queixava da precariedade da estrutura do Serviço Florestal no Brasil, que mais incentivava do que coibia a destruição. Assim como Löns, ele também conclamava a ação em seus textos e apresentações orais, se necessário com os próprios punhos, através de um discurso nacionalista, patriótico.

Löns foi um escritor engajado, num período em que seu país passava por fortes transformações. A saída literária de Löns foi parte de uma reação profunda de encontro à crueldade da industrialização invasora, da vida de cidade grande e do materialismo cultural e econômico (WOLFF, 2002, p. 143). A conexão profunda com sua pátria, seu povo, e sua beleza natural fez com que o escritor⁴⁴¹ se tornasse um conservacionista e defensor da reserva de áreas naturais. Löns se envolveu na criação de parques naturais em seu país, como, por exemplo, o “Harzer Heimatpark” e a área que cerca a montanha “Wilseder”, o “Heideschutzpark” (WOLFF, 2002, p. 149). Além disso, colocou a proteção à natureza em seus poemas “verdes”.

⁴⁴¹ Além de poemas e romances, Löns escreveu numerosos artigos para periódicos alemães expondo suas visões holísticas no conceito de “*Heimatschutz*”. Além da reserva de habitats naturais, o conceito diz respeito à preservação da cultura popular e de expressões valiosas de interesse cultural e patrimonial (WOLFF, 2002, p. 149).

As semelhanças entre Roessler e Löns não abrangem apenas seus discursos protecionistas. O escritor alemão também é considerado uma espécie de pioneiro, um “early supporter of the movements to establish National Parks and set aside unspoiled wilderness areas in Germany” (WOLFF, 2002, p. 149). Löns faleceu defendendo a Alemanha em uma batalha, durante a Primeira Guerra. No entanto, por causa do nacionalismo de seus escritos, foi “cooptado” por Hitler, como um dos autores em que o regime nazista se baseava. Segundo Wolff (2002, p. 153), os romances de Löns “are rooted in an organic sense of community and fierce independence that is far removed from the centralized planning and stilted pageantry of the National Socialist state”. Nem sempre era necessário ser nazista para ser associado ao nazismo, na Alemanha e no Brasil.

Tantas afinidades devem ter sido uma das influências na escrita e prática de Roessler. Na sequência, abordaremos uma série de textos, os quais circulavam no campo de possibilidades vivenciado por nosso personagem, e que certamente também o influenciaram. Veremos que, antes (e ao mesmo tempo) de Roessler, vários autores se manifestaram pela proteção da natureza, no Rio Grande do Sul e no Brasil⁴⁴².

4. 2 - Natureza na sociedade do início do século XX

Proteção à natureza no Rio Grande do Sul

Roessler tornou-se uma espécie de ícone do ambientalismo no Rio Grande do Sul, pois a UPN foi a primeira entidade de proteção à natureza no Estado. Por conta disso, há uma série de discursos que o denominam “pioneiro”, entre outros epítetos. Ele mesmo já se denominava pioneiro da proteção à natureza, assim como do Serviço Florestal no Estado, em documentos pessoais e em suas palestras. Entretanto, Roessler não foi o primeiro a propagar a ideia sobre proteção à natureza no Estado e no país; já havia crítica ambiental, bem como entidades protecionistas no Brasil.

No Rio Grande do Sul, no livro “Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul”, publicado em 1883, João Cezimbra Jacques⁴⁴³ fez alguns apontamentos sobre o problema da caça. A crítica era sutil, mas se fazia presente, à caça da anta, do cervo (veado) e da “avestruz”

⁴⁴² Analiso separadamente textos produzidos no Rio Grande do Sul e no Brasil, para que tenhamos noção da dinâmica das discussões, no entanto os dois âmbitos estavam interligados, os autores rio-grandenses eram influenciados por autores de outros estados, e vice-versa, compartilhando ideias sobre o tema.

⁴⁴³ João Cezimbra Jacques (1849-1922) foi militar de cavalaria, lutou na Guerra do Paraguai, aposentando-se como Major. Entre outras atividades, fundou o Grêmio Gaúcho, em Porto Alegre, foi instrutor militar e escreveu diversas obras sobre costumes, questões sociais e políticas do Rio Grande do Sul. (MARIANTE, 1979, p. 9-12).

⁴⁴⁴. A anta ia “pouco a pouco se extinguindo, devido ao instinto destruidor dos caçadores da Serra Geral, os quais desconhecem a *utilidade futura* que poderia aparecer de certas espécies [grifo meu]”. Quanto ao veado, que Jacques nomeia de cervo, “cujos chifres são muitos e se apresentam em forma de galhos; este animal vive no meio dos grandes banhados, e é também outra espécie bem útil que já vai desaparecendo pela perseguição dos caçadores” (JACQUES, 1979a, p. 17).

Em seguida, o autor menciona, entre as aves gaúchas, o caso da “avestruz”, criticando os italianos, que recém haviam começado a chegar ao Estado (1875):

Passando a falar das aves, a maior que existe na província é o avestruz, cujos rebanhos vão conseguindo, os estancieiros, domesticar; se tem conservado o avestruz devido à proteção que lhes dispensam os donos de campos, os quais hoje proíbem expressamente que se as mate, o que até certo tempo faziam sem piedade os italianos para venderem as penas que valem muito em Montevidéu e na Europa (JACQUES, 1979a, p. 18).

Jacques observava que a caça poderia levar ao extermínio dessas espécies, o que considerava um problema, pois eram animais úteis ao homem. É interessante constatar que já nos anos iniciais da colonização os italianos eram acusados de causar a extinção da fauna, neste caso para obter benefício econômico.

Em obra posterior, “Assuntos do Rio Grande do Sul”, de 1912, Jacques retornou, com maior ênfase ao problema da caça e da devastação florestal. Na “Nota sobre a fauna”, o autor esclarecia sobre a utilidade dos animais silvestres, alertando para os benefícios de protegê-los:

(...) temos por fim proclamar a necessidade urgente (...) de se por termo à destruição imprevidente (...), principalmente pelos caçadores sem dó, pois além da pena que nos devem inspirar os animais referidos, a observação e a razão mostram que o mais insignificante passarinho tem um papel importantíssimo na existência material. As aves destroem não só os répteis venenosos e prejudiciais, como os insetos daninhos, evitando as pragas, tais como as nuvens de gafanhotos devastadores da vegetação e dos cereais alimentícios. Neste sentido, as aves aquáticas, que vivem nas margens dos lagos e dos grandes banhados, tais como a garça, o João-grande, o maçarico, e nos campos, o avestruz, exercem uma ação muito eficaz (...). O veado (...), que outrora era encontrado em grandes rebanhos em toda nossa campanha (...), e que hoje ainda se encontra em pequenos lotes nos campos do sul, do sueste e do sudoeste do Estado, além de ser um belo animal, é inofensivo e tem a utilidade de possuir na urina

⁴⁴⁴ Em todas as vezes que citar “avestruz”, entenda-se “ema”. A ema é a maior ave do Continente Americano, não voa, mas corre velozmente, como defesa contra os predadores. A anta pode atingir até 250 kg. Possui hábitos preferencialmente noturnos e vive nas proximidades de rios, onde nada e mergulha com perfeição. As antas desempenham um papel importante nos ecossistemas em que vivem, dispersando sementes de várias espécies de plantas e contribuindo para a manutenção da vegetação em seu hábitat. O veado-virá, também chamado de veado-catingueiro, costuma andar em lugares abertos e dentro da mata. Alimenta-se de brotos, folhas novas ou maduras, flores, frutos e sementes, além de fungos macroscópicos. FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA/RS. Bicho do mês. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/bichomes.htm>>. Acessos em: 21 de outubro de 2010.

grande abundância de ácido fosfórico, que serve de excelente adubo aos campos e, fora deste fato, mata ele a cobra com rara habilidade (JACQUES, 1979b, p. 172-74).

Para Jacques, a fauna devia ser conservada por sua utilidade, seu papel na vida material. Os argumentos utilizados pelo autor para defender as aves são semelhantes aos utilizados mais tarde por Roessler: seu proveito na agricultura, ao alimentar-se de insetos, pragas (como o gafanhoto) e de répteis. Estes últimos eram também combatidos pelo veado campeiro, um ótimo motivo para defender que não fossem mais caçados. Veremos, mais adiante, que a utilidade dos animais seria mencionada por diversos autores, para justificar sua proteção.

Quando Jacques escreveu, as leis sobre conservação eram incipientes, mas o Presidente do Estado, na época em que escrevia o livro, Carlos Barbosa Gonçalves, teria decretado “o lançamento da multa de duzentos mil réis a quem matar avestruz”. Porém, o autor sugeria duas medidas, “para que a sua obra seja completa e coroada de êxito”: primeiro, que fossem infringidas penas aos que danificassem ou matassem aves ou quadrúpedes inofensivos e úteis; segundo, que uma lei orçamentária fosse votada para premiar “a quem conseguir domesticar a reprodução e a criação, e mesmo a quem concorrer de outra forma para a conservação das espécies tais como, quadrúpedes – o cervo, o veado, o porco-do-mato, a anta, etc; aves – avestruz, o macuco, o jaó, o jacu, a jacutinga, etc” (JACQUES, 1979b, p. 174). Jacques reconhecia o mérito do decreto, mas percebia que outras medidas eram necessárias para proteger também uma série de animais, além da ema. Ele estava tão preocupado com a perspectiva de extinção, devido à caça sem regras, que chegou a sugerir um prêmio para quem promovesse a criação e conservação dessas espécies.

Em “Assuntos do Rio Grande do Sul”, constava também uma “Nota sobre a conservação das florestas”, onde Jacques entendia que não bastava o governo mandar reservar apenas as florestas protetoras das nascentes, dos mananciais, dos arroios e dos rios. Era indispensável

para conservação da fauna, da regularidade do clima, para gozo dos vindouros, manter grandes faixas florestais, zeladas carinhosamente pelo poder público, devendo derivar-se o quanto antes a colonização para os campos, obrigando o criador a cercar as linhas de divisa com o agricultor, obrigando o **replantio** das árvores e proibir mesmo em matos particulares as derrubadas de árvores, além de um certo limite. “Ao bem público cede o bem privado”. Agir fora desta conduta, é expor-se à condenação da posteridade [negrito e aspas do autor] (JACQUES, 1979b, p. 175).

Também na temática florestal havia semelhanças entre Jacques e Roessler. Podemos perceber uma preocupação com o reflorestamento e com o futuro, temendo o julgamento dos que viessem depois, se recebessem florestas devastadas. Outra interessante observação do autor refere-se à colonização: ela deveria ser encaminhada para os campos e não como foi, “imprudemente, estragando as nossas florestas” (JACQUES, 1979b, p. 178). Apesar de

mencionar o assunto da colonização brevemente, em uma nota de três páginas, acredito que o olhar mais crítico de Jacques merece ser ressaltado, pois em importantes estudos posteriores sobre o tema, os autores não deram atenção à destruição ambiental que envolveu as colônias, tanto alemãs, italianas, polonesas, quanto judaicas; ao contrário, elas foram objeto de exaltação, consideradas responsáveis pelo progresso econômico e modernização do Brasil (CORREA, BUBLITZ, 2006).

O tema da proteção à natureza era corrente nos jornais gaúchos dos anos 1940. Os dois principais periódicos de Porto Alegre e do Estado, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, publicavam com frequência reportagens, artigos e editoriais sobre o tema. Não é meu objetivo uma análise exaustiva dos referidos jornais. Mencionarei apenas alguns textos, encontrados na procura de dados sobre Roessler, para demonstrar o quanto o tema já se encontrava presente no debate público.

Um importante industrial gaúcho, A. J. Renner, escreveu artigos sobre o tema do reflorestamento. No exemplar de discursos e artigos durante o período 1931-1952 (RENNER, 2003), organizado pela Assembleia Legislativa, constam dois textos, um para o *Diário de Notícias* e outro para *O Pioneiro* (de Caxias do Sul). No primeiro deles, “Florestamento e Reflorestamento”, no *Diário de Notícias* de 24/10/1948, Renner relata ter, em viagem de avião pela zonal colonial do Estado, “visto (...) que, em muitos lugares os seus morros e encostas se apresentam desprovidas de matas e sujeitas, assim, à erosão”. O autor se mostrava preocupado com o fenômeno da erosão, que era “efeito da destruição das matas pelas derrubadas e queimadas [chegando] como é sabido a tornar estéreis vastas áreas de cultivo, como sucedeu em largos trechos dos Estados Unidos”. Naquele país, “devido à ausência de rotação das culturas até que, numa seca excepcional, os ventos levaram pelos ares todo o húmus da terra, existem, em larga escala, terras destruídas pelo desmatamento e pela erosão” (RENNER, 2003, p. 111).

Falando sobre o Rio Grande do Sul, Renner constatava que essas práticas (derrubadas e queimadas) também ocorriam no Estado, o que poderia atingir o futuro, embora “exista o Código Florestal Brasileiro que, se não é perfeito, requerendo reformas substanciais, ainda assim, seria, se aplicado convenientemente pelas municipalidades, o bastante para regular a conservação indispensável das florestas e o seu plantio e replantio onde necessários”. No entanto, “lamentavelmente, em parte alguma se cumpre integralmente aquele código ou apenas se o cumpre onde há alguma fiscalização das inspetorias agrícolas federais. Não vai esta além do replantio, logo deixado sem cuidados, pois as terras desmatadas deixam de interessar ao

madeireiro bem como aos seus detentores ou arrendatários” (RENNER, 2003, 111-12). Como vimos no capítulo 2, Roessler pode ter respondido a esse artigo.

Renner também estava preocupado com o futuro, só que no seu aspecto econômico. Como grande industrial têxtil, atuante na economia do Estado, seu olhar era direcionado ao “problema urgente da necessidade de aumento de nossa produção agrícola”; o desmatamento era problema porque originava a erosão, o que causava sérios danos à lavoura. Sua defesa do reflorestamento tinha motivos econômicos, e não razões estéticas, ou mesmo de dever patriótico - que era o discurso mais comum na época.

O empresário também escreveu “Erosão, Enchentes e Reflorestamento”, publicado em *O Pioneiro*, em outubro de 1949, onde ele retomou o tema, de maneira mais explícita, mencionando que “a defesa contra a erosão já vai sendo compreendida por muitos, pois é a garantia da produtividade da própria terra”. Os agricultores que compreendiam “os males da erosão (...) plantavam árvores de crescimento rápido e de renda certa nas terras mais inclinadas, junto as nascentes dos arroios, etc”. Renner recomendava o plantio do eucalipto - aliás, como o próprio Roessler sempre defendeu - “que pode ser plantado por toda a parte visto o seu crescimento rápido, dando grande rendimento. Com 5 ou 6 anos dá o primeiro corte, que já se faz escassa por toda a parte”. Também em “terras nas quais se [quisesse] refazer a fertilidade, em vez de deixar crescer a capoeira para depois queimar, pode-se plantar a acácia negra, sendo uma leguminosa, melhora a terra e dá lenha e casca para curtume⁴⁴⁵”. O plantio de eucalipto e acácia negra, “esta principalmente se houver um curtume perto que compre as cascas, pode-se realizar bons lucros, conservando a terra e contribuindo para a redução dos efeitos da erosão e das enchentes, como é de interesse geral” (RENNER, 2003, p. 189-190). Para Renner, o reflorestamento era útil à agricultura, pois aumentava a produtividade do solo e também era capaz de gerar lucros ao agricultor, além de contribuir como “interesse geral”; se o produtor não visualizasse um ganho econômico a curto, ou médio prazo, não teria interesse em plantar árvores.

É interessante constatar, em textos publicados no *Correio do Povo*⁴⁴⁶, muitos dos termos utilizados por Roessler em suas futuras crônicas no mesmo jornal. Por exemplo, o editorial de 02/10/1948, intitulado “Parques e Desertos”, começava denunciando a “imprevidência

⁴⁴⁵ O tratamento do couro nos curtumes exige que sejam utilizadas substâncias que contenham tanino. A casca da acácia contém o tanino necessário, possibilitando o curtimento do couro. Atualmente é muito difundido o uso do crômio, substância altamente tóxica. Pereira Júnior, Schwartz e Melchers (2007) afirmam que o curtume do couro com material vegetal contribui para o desenvolvimento sustentável, pois não polui o ambiente.

⁴⁴⁶ Procurando artigo escrito por Roessler em outubro de 1948, percorri todo o mês de outubro do *Correio do Povo*, no qual encontrei uma série de reportagens e editoriais sobre o tema; tratando-se de uma “descoberta” casual, creio que a quantidade de matérias demonstra ainda mais a importância do assunto no Estado.

nacional, tão velha, tão irremediável, já, em muitos casos e tão lamentavelmente reveladora dos graves defeitos da educação cívica do país, continua fazendo sua obra de destruição”. As advertências quanto às devastações florestais eram repetidas inutilmente, embora essas causassem erosão e criassem as “condições propícias para as grandes estiagens e para as enxurradas catastróficas”. Havia “dentro dos gabinetes (...) admiráveis textos de leis, que se publicam, se comentam e se louvam, mas não se cumprem”. Na opinião do periódico, “tudo reflete os vícios da educação nacional, que se manifesta bem pouco inspirada, em verdade, nos princípios de solidariedade social e do carinho pela guarda dos dotes supremos oferecidos pela natureza à Pátria”, complementando as denúncias com presságios catastrofistas de que as gerações atuais “desprezam a segurança dos porvindouros e que, em vez de lhes procurarem um amanhã tranquilo, lhes arquitetam um porvir trágico”, e de que “dentro de oito ou dez anos, o Rio Grande do Sul estará pobre de madeiras”, pois os métodos de exploração das serrarias e madeireiras sequer tiravam proveito correto do produto dessas destruições⁴⁴⁷.

Na seção “Assuntos Rurais” de 08 de outubro de 1948, começava uma série de três reportagens do jornalista Dario Brossard sobre a Conferência Inter Americana sobre a Conservação dos Recursos Naturais Restauráveis, realizada em Denver, Estados Unidos, de 7 a 30 de setembro do mesmo ano. Segundo o texto, a conferência teria focado o aumento da população, em contrapartida com a quantidade limitada dos elementos naturais, por isso “a conservação e a sábia utilização dos recursos naturais são de vital importância no mundo atual”⁴⁴⁸. Na conferência, foram apresentadas 105 teses, em seis seções principais (as quais possuíam subdivisões): populações humanas e capacidade produtiva da terra; recursos naturais restauráveis e relações internacionais; o uso da terra e as ciências sociais; dinâmica dos recursos naturais restauráveis; a educação na dinâmica da conservação; como tornar efetiva a conservação. Além de palestras sobre as temáticas acima, houve excursões aos locais onde estavam “sendo levados a efeito projetos de conservação do solo, de controle das águas, de defesa e conservação das florestas e das vertentes, das pastagens e dos animais silvestres, trabalho de irrigação, bem como ao Parque Nacional das Montanhas Rochosas”. As visitas aos locais dos projetos representavam uma “espécie de ilustração, uma visão prática dos assuntos debatidos na conferência”. O Brasil, segundo Brossard, devia começar evitando “a derrubada inconsciente e inconsequente das matas. O mais virá depois, com o tempo e com a educação, e talvez com a necessidade”. A reportagem terminava com o articulista lembrando as palavras do

⁴⁴⁷ EDITORIAL. Parques e desertos. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 02/10/1948 (MCSHJC).

⁴⁴⁸ BROSSARD, Dario. Conferência Interamericana sobre a Conservação dos Recursos Naturais Restauráveis. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 08/10/1948 (MCSHJC).

padre Rambo, “no salão de conferências do *Correio do Povo*, sobre a destruição impiedosa dos pinheirais do Rio Grande”⁴⁴⁹. Como veremos a seguir, o Pe. Rambo foi um dos que denunciou a devastação no Estado; como cientista respeitado, ministrava palestras e conferências sobre o tema. O fato de que ele tenha conferenciado no salão do *Correio do Povo* demonstra a importância do assunto na época, bem como o interesse do próprio periódico por essas questões, o que pode ser confirmado pelo conteúdo de artigos e editoriais.

Quatro dias após, em 12 de outubro, o *Correio* publicava o editorial “A destruição das matas”. Segundo o texto, essa questão era o assunto que suscitava “uma crítica mais viva, tais as proporções da obra destruidora”. No entanto, “nunca faltaram as campanhas, encetadas e prosseguidas pelos conhecedores do assunto, visando a defesa desse patrimônio antes [do ‘descobrimento’] imenso”. Mesmo com projetos e medidas diversas, e uma boa legislação, “não consta que se alterassem, de modo apreciável, os quadros da assolação sempre malsinada”. O que mais revoltava, porém, era a “persistência da faina arrasadora, quando vigoram leis, existem verbas orçamentárias e são nomeados, a cada passo, os funcionários encarregados de tornar efetivas as providências adotadas”⁴⁵⁰.

Na seção “assuntos Rurais”, de 15 de outubro de 1948, Brossard retomava sua colaboração, com a reportagem “A conservação dos recursos naturais”, dos Estados Unidos, onde

a compreensão do problema das conservação dos recursos naturais já ultrapassou as esferas oficiais e universitárias, para ser um assunto comum entre os agricultores e bastante generalizado no seio das populações rurais. Isso foi conseguido principalmente através da educação e da propaganda bem dirigida, da escola e da imprensa, do rádio, filmes, folhetos, cartazes, etc. E a compreensão do problema da conservação – em toda sua significação política, social, econômica e militar – trouxe como consequência natural a conferência de Denver, sobre conservação dos recursos naturais restauráveis⁴⁵¹.

Brossard menciona novamente o temor do aumento populacional da América Latina, cujas previsões eram de duplicação em 35 anos: “No caso de que a destruição do solo e outros recursos naturais se prolonguem por outra geração, essa população ver-se-á arrastada segura e inexoravelmente a uma situação perigosa”. Entretanto, tais alertas teriam interesse para o Brasil, sendo um “país tão grande e com população relativamente tão pequena? Os seus recursos naturais não são quase ilimitados? Para que, pois, conservação?”⁴⁵². A concepção de

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ EDITORIAL. A destruição das matas. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/10/1948 (MCSHJC).

⁴⁵¹ BROSSARD, Dario. A conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15/10/1948 (MCSHJC).

⁴⁵² Ibidem.

que os elementos naturais eram infinitos justificava a exploração desde a chegada dos primeiros europeus. Demorou para que as pessoas compreendessem que eles eram, na verdade, finitos, e que “conservação significa apenas que devemos usar nossos recursos naturais agora, de modo que as gerações futuras possam usá-las do mesmo modo. Nada mais. Conservação quer dizer bom uso e não abandono”⁴⁵³. Talvez aqui estivesse contida uma crítica à preservação dos recursos, que consistia em reservá-los em áreas sem acesso ao homem, num contraponto à ideia de conservação, defendida na conferência.

Na segunda parte da reportagem, Brossard mencionou H. H. Bennet, Chefe do Serviço de Conservação do Solo do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Seu nome chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz para 1949, pela atuação na defesa dos elementos naturais norte-americanos. A descrição que o articulista fez de Bennet lembra Roessler em alguns aspectos, e nos permite algumas considerações:

É ele um cientista, um professor, um *apóstolo* [grifo meu]. É um prazer ouvi-lo falar sobre conservação; apesar de seus quase 70 anos, tem o entusiasmo de um moço e todo ele vibra e se agiganta na tribuna, é uma torrente de palavras, de fatos, de argumentos, de algarismos (...). É um incansável, um *apóstolo* [grifo meu]. São inúmeros os seus trabalhos publicados: livros, boletins, conferências, artigos, palestras de rádio, etc (...). À conservação e boa utilização dos recursos naturais restauráveis (...) o professor Bennet tem dedicado toda sua vida com amplo espírito de cooperação e *grande sentido de apostolado* [grifo meu]⁴⁵⁴.

Roessler não foi cientista nem professor, mas também foi considerado entusiasmado, incansável e apóstolo. Também utilizou do expediente da publicação de artigos, de palestras em escolas, divulgando a proteção dos elementos naturais. Interessante constatar que Brossard repete três vezes a ideia de que Bennet seria um apóstolo, ou sua atuação teria sentido de apostolado. Roessler também teve um discurso ligado a categorias religiosas e até, de certa forma, assumiu um caráter de apóstolo e de profeta para si, no papel de defensor da natureza. Bennet poderia ter sido uma das inspirações para o nosso personagem, dentre tantas outras disponíveis no seu campo de possibilidades.

Na sexta-feira seguinte, também na seção “Assuntos Rurais”, Brossard dava sequência às reportagens, com “Mais um pouco sobre conservação dos recursos naturais”, na qual tratou das “Declarações e Resoluções” adotadas pela Conferência. O articulista transcreveu uma série de resoluções do evento, que visavam “estabelecer uma relação harmoniosa entre a civilização e o meio ambiente em que o homem tem que existir”, e algumas declarações de autoridades que palestraram em Denver. Entre elas, destaco considerações citadas do prof. Bennet por Brossard:

⁴⁵³ Ibidem.

⁴⁵⁴ Ibidem.

A erosão do solo, e destruição dos recursos naturais restauráveis, em minha opinião, são mais perigosos para a paz do mundo do que a própria bomba atômica. Em outras palavras, por terríveis que pareçam os efeitos da bomba atômica, a terra produtiva tem mais força positiva para manter a paz e a boa vontade entre os povos. (...) Se os povos trabalhassem unidos para conservar os recursos naturais, haveria menos causas de guerras. (...) A conservação dos recursos naturais restauráveis pode ajudar o mundo a ajudar-se a si mesmo. E este é o grande caminho que conduz à paz permanente⁴⁵⁵.

A segunda guerra mundial havia terminado recentemente, há três anos, e instaurava-se o clima da “guerra fria”, em que a bomba atômica era apresentada como garantia da paz mundial. As considerações de Bennet eram interessantes por discordar dessa visão, que, na verdade, promovia não o pacifismo, mas o “terror nuclear”, num mundo dividido entre EUA e URSS. Ele colocava na pauta internacional a importância da conservação da natureza, essa sim capaz de assegurar a paz. Nos anos 1960-70, essas ideias estariam presentes nos movimentos de contracultura e nos emergentes movimentos ambientalistas, que se insurgiram “contra qualquer tipo de energia nuclear” (HOBBSAWM, 2006, p. 235).

Outro assunto destacado por Brossard, que remete à atuação de Roessler, é a importância da educação. De acordo com o que foi exposto na Conferência, era preciso que o homem, já nos bancos da escola primária, começasse a saber de onde vinha o alimento e o abrigo, e que sua vida futura, a de seus filhos e a de sua pátria dependeria do modo como ele tratasse a natureza, do modo como ele utilizasse os elementos naturais, “fonte de vida para todos os povos da terra”. Brossard lembrava que no Brasil havia o “dia da árvore”, mas que a comemoração precisava ser expandida para todas as escolas do ensino primário e secundário, “mas em forma de preleção simples (não discursos oficiais) e objetivas, abrangendo o complexo solo-águas-florestas nas suas relações mútuas, e com a vida do homem e dos povos”⁴⁵⁶. Essa crítica ao “Dia da Árvore” era muito semelhante à que Roessler articularia mais tarde, de que não passava de um dia de discursos, já que, no resto do ano, ninguém mais incentivava o plantio de árvores e sua conservação. Também um dos pontos altos da UPN, como vimos, era a campanha educativa de crianças e jovens, bem semelhante ao que foi discutido na Conferência de Denver.

A última conferência dessa série em “Assuntos Rurais”, em outubro de 1948, intitulou-se “A campanha presidencial dos Estados Unidos e a conservação dos recursos naturais”. Durante sua estada no país, Brossard teve oportunidade de ouvir os dois candidatos ao governo

⁴⁵⁵ BROSSARD, Dario. Mais um pouco sobre conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22/10/1948 (MCSHJC).

⁴⁵⁶ Ibidem.

discursar sobre o tema da conservação. O candidato à reeleição pelo Partido Democrata, H. Truman, discursou em frente ao Capitólio, em 20 de setembro de 1948, fazendo um apanhado histórico dos trabalhos de conservação dos elementos naturais no país, que teriam começado com a eleição de Roosevelt, de seu partido, em 1933. Encerrando seu discurso, disse que estava “firmemente determinado a deixar para as gerações futuras uma terra tão boa como a que tivemos a ventura de encontrar aqui; estamos, principalmente, fazendo uma política de futuro, de garantia do bem estar do nosso povo e de sobrevivência da nação”⁴⁵⁷. Também o candidato do Partido Republicano, Thomas Dewey, que era governador do estado de Nova Iorque, mencionou os problemas da conservação. Em termos bem semelhantes a Truman, Dewey encarava, da mesma forma, “a conservação como uma obrigação dos homens de hoje para com as gerações futuras”, e “a não ser que tenhamos um governo que realmente compreenda o nosso solo e seus problemas, as futuras gerações certamente terão grandes sofrimentos e privações”.

Para Brossard, os discursos dos dois candidatos revelavam que, nos Estados Unidos, o assunto da conservação e da boa utilização dos elementos naturais renováveis “já não é apenas matéria que interessa somente aos homens de ciência e aos técnicos, cujas ideias, às vezes, como não raro acontece no Brasil, não repercutem além das quatro paredes de uma sala de conferências”. Se considerarmos o período 1920-40, tratado por Franco e Drummond (2009), realmente, os expoentes sobre assunto no Brasil estavam ligados ao plano científico, e suas ideias tinham divulgação restrita. O articulista percebia um avanço nos discursos de Truman e Dewey, já que muitas das resoluções da Conferência de Denver “já apareciam incorporadas ao programa dos candidatos ao supremo posto da grande nação americana”⁴⁵⁸. Truman foi reeleito, no entanto, não tivemos como averiguar se (e o quanto) seus discursos se concretizaram na prática, representando mais do que um recurso eleitoral para obter votos, pois não é objetivo desta pesquisa. No entanto, é interessante constatar que esse tipo de discurso já estava presente nas campanhas eleitorais dos anos 1940, e continua nas do século XXI, tanto nos Estados Unidos, como no Brasil, já que os problemas ambientais, longe de serem resolvidos, pelo contrário, agravaram-se.

Essa pequena amostra de textos jornalísticos demonstra o quanto o assunto da proteção à natureza estava presente na arena pública de debates no Estado, já nos anos 1940. Talvez uma exceção, em âmbito científico, tenha sido o discurso do Padre Rambo, por ter ultrapassado “as quatro paredes da academia”, tornando-se conhecido por parte da população no Rio Grande do

⁴⁵⁷ BROSSARD, Dario. A campanha presidencial dos Estados Unidos e a conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/10/1948 (MCSHJC).

⁴⁵⁸ *Ibidem*.

Sul. O Padre jesuíta Balduino Rambo, dentre várias outras obras, escreveu *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, publicado em 1941, e foi citado por Roessler na crônica “A verdade sobre o tema florestal”⁴⁵⁹. No livro, antes de Wanderbilt de Barros, Rambo tratou da questão dos parques naturais. Segundo Arendt e Christoff (2009, p. 65), o padre desenvolveu “um trabalho que se tornou referência, um trabalho de paixão junto às áreas naturais e a visão protetora contra os malefícios da expansão do homem junto à natureza”. No último capítulo do livro, Rambo denunciou as derrubadas da agricultura e a voracidade da indústria madeireira no Estado:

O mato rio-grandense está em grave perigo! E não são apenas as derrubadas da agricultura, é também a indústria madeireira, que, mais tempo menos tempo, despojará as selvas uruguaias de seus gigantes mais expressivos, e acabará por transformar os soberbos pinhais em tristes fachineiros (RAMBO, 1942, p. 437).

Para Rambo, a proteção à natureza abrangia quatro setores. Em primeiro lugar, deviam ser protegidos os monumentos naturais, pois eram criações da natureza de importância científica, histórica ou fisionômica, como árvores, formações geológicas, rochedos e montanhas de caráter peculiar. O segundo setor abarcava a proteção a espécies botânicas e geológicas periclitantes: conservação das espécies estreitamente localizadas ou raras e das “matas virgens”. Rambo (1942, p. 433-36) se referia ao desmatamento, “sujeito ao bel-prazer dos donos do lote colonial ou da fazenda”. Levantou também o problema do reflorestamento, em que eram plantados eucaliptos no lugar da mata nativa derrubada, para o autor, “essa árvore australiana nunca há de se enquadrar, do ponto de vista fisionômico, na expressão natural de nossa terra”. Ele sugeriu que o replantio fosse feito com espécies indígenas, ou com madeiras de lei nacionais, como cedros, louros, e cabriúvas. Quanto aos animais, o estado era desolador: “nas matas da borda da Serra colonizada, nada resta da maior parte dos mamíferos e aves de caça”. O problema das leis de caça não serem executadas estava causando a destruição da fauna de mamíferos, aves e peixes, num ritmo assustador. Em terceiro lugar, o padre propunha a harmonização das obras humanas com a paisagem natural: aqui Rambo mencionava as construções humanas, como cidades, suas ruas, casas; o traçado das estradas, que quando seguiam os vales dos rios, deviam acentuar as linhas naturais da paisagem; e, na utilização das quedas de água, o padre percebia a importância de aliar a utilidade com a conservação da natureza. Por último, sugeria a conservação dos Parques Naturais e nacionais, pois “são territórios maiores, em que a natureza primitiva se conserva totalmente intacta, aumentando-se-

⁴⁵⁹ ROESSLER, H. A verdade sobre o tema florestal. *CPR*. Porto Alegre, 15/08/1958 (MCSHJC).

lhe os atrativos com o acréscimo de elementos consoantes, quando for conveniente” (RAMBO, 1942, p. 436). Em seu livro, o padre cita parques em diversos países, criticando o pequeno número de áreas protegidas no Brasil. Só em 1947 o Rio Grande do Sul ganharia seu primeiro parque natural, a Reserva do Turvo, no município de Derrubadas, cuja criação foi sugerida por ele mesmo, assim como do Parque Nacional dos Aparados da Serra, em Cambará do Sul (ARAÚJO, 2007, p. 116).

Além da forte atuação pela constituição de áreas naturais, Rambo contribuiu para o estabelecimento de instituições de pesquisa científica no Estado. Em julho de 1954, dentro da Divisão de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, foi criada a Diretoria de Ciências, a cargo de Rambo. Subordinado a esta, surgiu o Instituto de Estudos Científicos e Filosóficos (IECF), que deu origem ao Museu Rio-Grandense de Ciências Naturais, em 05 de novembro de 1955 (Lei Estadual 2.728), por sugestão de Rambo e sua equipe de assistentes, já que o Instituto tinha “duvidosas vinculações com a área filosófica” (BUCKUP, 2005, p. 13). Rambo foi um dos fundadores e o primeiro diretor do Museu de Ciências Naturais⁴⁶⁰. O objetivo da Diretoria e do Museu, especificamente, era incentivar a pesquisa da História Natural do Estado, através da formação de uma coleção científica de representantes dos reinos animal e vegetal (BUCKUP, 2005). O padre ocupou a função de Diretor do Museu até a morte, em 1961 (ARENDETT, CRISTOFF, 2009, p. 64). Ele participou também da criação do Jardim Botânico de Porto Alegre, no final dos anos 1950⁴⁶¹.

Em 1956, viajou aos Estados Unidos, como convidado, quando pode observar as diferenças entre os parques norte-americanos e brasileiros, relatando seu esforço para

que também no Brasil se constituíssem mais parques nacionais. Até agora dispomos de dois, um nas terras montanhosas do Itatiaia e o outro nas cataratas do Iguaçú. Se tudo correr bem teremos, em breve, um terceiro nas escarpas orientais dos Aparados da Serra, com o Taimbezinho como núcleo inicial. O lamentável é que entre nós, constrói-se em primeiro lugar um enorme hotel para atrair os turistas endinheirados de dentro e fora do país. Com isto está viciado o conceito de um autêntico parque. O parque deve estar a serviço da proteção da natureza e do recreio do povo. O rico (...) deve ser obrigado a viver com a mesma simplicidade que o operário e o colono (...). Em nenhum parque [dos EUA] jamais escutei um rádio berrando, nem observei algum aparelho de televisão, nem percebi música de dança, nem presenciei chás dançantes (...) ⁴⁶².

⁴⁶⁰ Atualmente, esse Museu faz parte da Fundação Zoobotânica do Estado (criada em 1972) e se localiza no interior do Jardim Botânico, em Porto Alegre.

⁴⁶¹ MEYRER, Marlise Regina. Pe. Balduino Rambo S.j. *Museu de Mineralogia "Luiz Englert"*. Disponível em: <<http://www.museumin.ufrgs.br/porRambo.htm>>. Acesso em 20/02/2011.

⁴⁶² IHGRGS. Conferência no IAB sobre Padre Rambo. Disponível em: <<http://www.ihgrgs.org.br/Contribuicoes/Balduino.htm>>. Acesso em 03/03/2011.

O problema, para Rambo, era que, no Brasil, o parque já nascia “viciado”, desvirtuado de seu sentido original, como lugar de proteção e contemplação da natureza. Aqui, antes do parque, construía-se um hotel, pensando no dinheiro dos turistas, o que, segundo o padre, não ocorria nos Estados Unidos. Independente da classe social, todos deveriam frequentar o parque em iguais condições, com o mínimo de interferência humana, por isso as estruturas para receber os visitantes deveriam ser rústicas, com pouco impacto no ambiente natural. Com essa declaração, ele não queria afirmar que os “americanos” eram melhores do que os brasileiros, mas que “eles têm mais compreensão, mais decência e mais respeito perante a beleza e a tranqüilidade da natureza criada por Deus”⁴⁶³.

Rambo, em sua concepção de natureza, tentava conciliar ciência e religião. Considerava a Ciência Natural atéia “a grande heresia dos últimos cem (!) anos – algo assim como a grande meretriz do Apocalipse” (RABUSKE, 2007, p. 39), e tinha como uma de suas metas científicas provar que ela estava errada. Chegou a pedir a Nossa Senhora, em seu diário, quando tinha cinquenta anos de vida, mais vinte e cinco, para conseguir realizar esse plano. Ele viveu apenas mais seis anos, e, se não chegou a atingir sua meta, deixou uma obra importante no campo da botânica, baseada na observação das plantas vivas e nas suas relações com outros organismos, ou seja, sua abordagem era ecológica (ARAÚJO, 2007, p. 118).

Além dos textos em livros e, sobretudo, em jornais, as discussões sobre problemas ambientais passavam também pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Como vimos, questões como a matança de peixes nas lavouras de arroz, o reflorestamento e a caça de passarinhos – demandas principais do trabalho de Roessler – não passaram despercebidas pelos deputados gaúchos, nos anos 1940 e 1950. Essa amostra de textos demonstra que o debate sobre proteção à natureza não era inédito no Estado, quando Roessler começou a manifestar-se sobre o tema. A partir da leitura de autores locais, com destaque para o Padre Rambo, e de outras partes do Brasil, é que ele pode articular seu discurso e divulgá-lo por meio de panfletos, crônicas e palestras.

Proteção em âmbito nacional

O historiador José Augusto Pádua averiguou indícios de crítica ambiental no Brasil já no século XVIII. Não era uma crítica à modernidade e aos males do desenvolvimento como se formula atualmente, mas sim uma denúncia da “realidade brasileira como uma espécie de farsa do avanço civilizatório, uma ordem calcada em instituições e técnicas herdadas do atraso

⁴⁶³ Ibidem.

colonial” (PÁDUA, 2002, p. 27). O autor comenta sobre diversos sujeitos, intelectuais da época - a maior parte formada na Universidade de Coimbra ou na Academia Real das Ciências de Lisboa - que, em suas obras, trataram da problemática ambiental com uma postura crítica. Seu estudo revela “a existência de uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888” (PÁDUA, 2002, p. 10).

Aqui procuro traçar um panorama do que se escrevia sobre natureza no contexto nacional a que Roessler pertenceu, a partir da leitura de alguns dos autores citados por ele, em suas crônicas “A verdade sobre o problema florestal”⁴⁶⁴ e “Missionárias da campanha contra a ignorância”⁴⁶⁵. Além disso, utilizo alguns artigos da revista *Fauna*, que circulou no Brasil nos anos 1940 a 60, tratando de caça, pesca e proteção à fauna, na tentativa de compreender um pouco o “tom” do debate ambiental da época, e como Roessler se situou nele.

Na crônica “Missionárias da campanha contra a ignorância”, Roessler sugeriu a leitura de dois livros para “os interessados no progresso do ensino”: *Da vida de nossos animais*, de Rodolpho Von Ihering⁴⁶⁶, e *Reflorestamento*, de Mansueto Koscinski⁴⁶⁷. Tive acesso às duas obras e pude perceber que foram verdadeiros “manuais” para Roessler. A partir delas, deve ter construído boa parte de seu conhecimento sobre a proteção dos elementos naturais, pois as concepções dos autores estão presentes em praticamente toda sua produção cronística.

Da vida de nossos animais, finalizado em 1931, tratava da fauna brasileira, a partir de textos científicos, relatos de viajantes e contos populares, tentando traçar um panorama geral das espécies conhecidas na época. Von Ihering mesclava linguagem técnica com expressões do senso comum, ao descrever os hábitos dos animais, assim como relatos de caçadas a diversos deles. É interessante observar que várias referências à caça eram feitas, ao mesmo tempo em que à necessidade de proteção. A caça às baleias e às onças, por exemplo, são mencionadas sem nenhuma crítica. No entanto, Von Ihering se mostrava preocupado com a intensiva caça ao tamanduá, ao porco do mato, ao veado e às aves, em especial a ema, as pombas, as corujas e os

⁴⁶⁴ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

⁴⁶⁵ ROESSLER, H. Missionárias da campanha contra a ignorância. *CPR*, Porto Alegre, 13/06/1963 (AHRs).

⁴⁶⁶ Rodolpho Von Ihering (1883 - 1939) era natural de Taquara (RS) e neto do importante jurista alemão Caspar Rudolf Von Ihering. Bacharel em Ciências e Letras pela Universidade de São Paulo (1901), dedicou-se ao estudo da fauna brasileira e à solução dos problemas da piscicultura. Sua formação em zoologia se deu de maneira natural, à medida que freqüentava o laboratório de seu pai, Hermann Friedrich Albrecht von Ihering. FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>>. Acesso em 19 de março de 2010.

⁴⁶⁷ Mansueto Koscinski trabalhou no Instituto Florestal de São Paulo, nas décadas de 30, 40 e 50 (60). Atuava no Museu Florestal Octavio Vecchi (Museu do Jardim Florestal) e desenvolvia trabalhos de silvicultura e botânica florestal. Publicou vários livros e produziu inúmeros artigos para os jornais da época, todos de divulgação científica voltada à silvicultura e atividades correlatas (Cfe. Contato por *e-mail* com o Pesquisador Científico João Batista Baitello, Diretor da Divisão de Dasonomia, do Instituto Florestal, em 09/02/2010).

pássaros. Essa discriminação ocorria porque o autor classificava os animais de acordo com sua utilidade, e as aves, “sob ponto de vista utilitário, todas elas devem merecer igual estima e proteção, como incansáveis (isto é: insaciáveis!) perseguidores de insetos de toda a espécie” (IHERING, 1953, p. 92). Um capítulo do livro é dedicado à “ornitologia econômica”, que é o “estudo das aves, encaradas do ponto de vista da sua utilidade, para efeito da manutenção do regime natural que regula a expansão da fauna e da flora de uma dada região” (IHERING, 1953, p. 101). O autor, entre outras obras, já havia dedicado um estudo específico para os pássaros, *O livrinho das aves*, de 1914, mencionando já no início que “a natureza não faz distinção entre seres úteis e inúteis. (...) O homem em seu egoísmo, é que discrimina espécies úteis, indiferentes e prejudiciais, tomando-se a si próprio por centro de toda a criação” (IHERING, 1914, p. 1). O autor se esforçava para provar que os pássaros não provocavam prejuízos ao homem, por isso deviam ser protegidos, e advertia que “transformamos tudo na natureza como mais nos convém: não nos queixemos depois quando tivermos de sofrer as consequências dos nossos desatinos” (IHERING, 1914, p. 6).

A natureza, portanto, era classificada de acordo com a utilidade de suas espécies. Thomas (1988, p. 230) apontou que, na Europa do século XVIII, os homens classificavam tanto as plantas como os animais pelo critério da utilidade. Os bichos eram selvagens (a serem amansados ou eliminados), domésticos (que deviam ser explorados para fins úteis) e de estimação (carinho e satisfação emocional). Para o Brasil, no mesmo período, Pádua (2002, p. 13) constatou que o valor do mundo natural era dimensionado pela sua importância econômica e política. Parece que essas concepções permaneceram por muito tempo, pois estão presentes ainda no início do século XX.

Em *Reflorestamento* (1939), Koscinski abordava o processo técnico do reflorestamento e a defesa florestal. O autor começava explicando o conceito de reflorestamento: “a função técnica de formar novas florestas em terras devastadas, isto é, em regiões onde já existiram matas espontâneas” (KOSCINSKI, 1939, p. 9). A importância do reflorestamento advinha da contribuição que ele dava à economia nacional. O autor defendia que sua prática não fosse adiada por mais tempo, pois “contribuir para ele é dever de todo o brasileiro que realmente ama sua Pátria” (KOSCINSKI, 1939, p. 11). Para ele, havia dois tipos de vantagens no reflorestamento: diretas (ganhos econômicos) e indiretas (regulação do regime das águas, salubridade para o homem, neutralização dos ventos e a proteção da vida animal). Além de explicações sobre o preparo do solo, como fazer o plantio, quais espécies plantar, etc, um capítulo é dedicado à defesa da floresta. Koscinski elegeu cinco principais inimigos da floresta: o homem era o primeiro e maior, “que a ameaça constantemente, direta e indiretamente;

diretamente por meio da derrubada e da queimada, e indiretamente pela ignorância ou pelo descuido” (KOSCINSKI, 1939, p. 79). Em segundo lugar, apareciam os animais, sendo a formiga o “maior inimigo da floresta em formação”, bem como os cupins e o rato do campo; em terceiro, as doenças biológicas das árvores são consideradas perigo à defesa florestal; o quarto inimigo era o vento (pode reduzir o crescimento das árvores, quebrar seus galhos e até mesmo derrubá-las); por último, o fogo “constitui um gravíssimo perigo para a floresta, (...) intimamente ligado ao problema número UM” (KOSCINSKI, 1939, p. 84). No final do livro, há um apêndice com detalhes sobre as duas espécies mais utilizadas para reflorestamento (por seu potencial econômico) no Brasil: o pinheiro-brasileiro (*Araucária angustifolia*), popular araucária, ou pinheiro do Paraná, e o eucalipto (gênero *Eucalyptus*, compreendendo, na época, 150 espécies plantadas no Brasil). O problema crucial do reflorestamento, segundo Koscinski, era o retorno demorado do investimento, que no Brasil, devido à fertilidade do solo, levava, em média, de 15 a 20 anos⁴⁶⁸.

Roessler, em várias crônicas e panfletos, referiu-se à utilidade dos pássaros e utilizou os mesmos termos que Von Ihering (e outros autores), considerando os seus benefícios às lavouras, ao se alimentarem de pragas que atacavam as plantas. Roessler também defendeu a silvicultura, afirmando não acreditar “em reflorestamento que não [fosse] de acácia ou eucalipto, cuja colheita se faz em sete anos”⁴⁶⁹. O fator tempo era importante, pois o investidor não poderia esperar décadas para obter o retorno financeiro. Cultivo de desenvolvimento rápido, o eucalipto foi o mais utilizado para substituir as áreas desmatadas de floresta, com fins comerciais. Já no século XIX, algumas espécies foram introduzidas no Brasil, destinadas, inicialmente, a fins sanitários e medicinais (DEAN, 1997, p. 251).

Um dos primeiros projetos de plantio de eucalipto em grande escala no Brasil teve início em 1904, coordenado pelo agrônomo Edmundo Navarro de Andrade, e financiado pela Companhia Ferroviária Paulista. Navarro estudou profundamente o assunto, inclusive viajou para a Austrália, a fim de “conhecer tudo o que fosse possível sobre o gênero e os métodos ótimos de cultivá-lo” (DEAN, 1997, p. 251). No Rio Grande do Sul, a espécie foi trazida por Joaquim Francisco de Assis Brasil⁴⁷⁰, no final do século XIX, e as primeiras mudas

⁴⁶⁸ Período considerado extremamente rápido, se comparado com o tempo que um pinheiro levaria para se desenvolver no Canadá e na Finlândia, segundo Koscinski (1939, p. 104), 120 anos.

⁴⁶⁹ ROESSLER, H. Sentença de morte para os pinhais. *CPR*, Porto Alegre, 25/01/1963(AHRS).

⁴⁷⁰ Assis Brasil (1857-1938), foi político, advogado, escritor, diplomata e ocupou diversos cargos públicos, entre eles, o de ministro da agricultura (1930-32). Procurou desenvolver, em território do futuro município de Pinheiro Machado (RS), uma granja-modelo, com inovações agrícolas e pecuárias. Assis Brasil, “em muitas viagens, mediante contatos com renomados botânicos e horticultores de vários países ou através da importação direta de sementes e mudas, reuniu ali uma invejável coleção de árvores exóticas, muitas delas introduzidas pela primeira vez no Brasil. Foram cultivados mais de cem espécies de *Eucalyptus*, inúmeros carvalhos, pinheiros e outras

introduzidas em Pedras Altas, na Zona Sul do Estado (BINKOWSKI, 2009, p. 29). Entretanto, a introdução do eucalipto foi tema controverso desde seu início⁴⁷¹. O próprio Navarro enfrentou oposição; havia uma espécie de “xenofobia contra esse ‘invasor estrangeiro’ – uma alcunha jamais aplicada ao café ou aos cítricos” (DEAN, 1997, p. 331). De fato, entre os ecólogos não há um consenso quanto ao cultivo do gênero, embora ele seja considerado uma “invasão biológica”⁴⁷². Segundo Guadagnin *et al* (2009, p. 312), “na América do Sul, o conhecimento acerca do problema das invasões biológicas e das alterações na estrutura da paisagem que elas provocam ainda é incipiente”. Porém, no Rio Grande do Sul, no bioma Pampa⁴⁷³, a substituição de campos nativos por plantações comerciais de Pinus, Eucalyptus e Acácia vem causando mudanças importantes na paisagem, alterando a distribuição dos elementos naturais e de algumas doenças - entre elas, malária, dengue e febre amarela (GUADAGNIN *et al*, 2009, p. 312). Zarth e Gerhardt (2009) afirmam que o monocultivo do eucalipto em grandes áreas provoca prejuízos ambientais e sociais, pois forma um ambiente inóspito para outras espécies animais e vegetais - o chamado “deserto verde”, além de utilizar pouca mão de obra, intensificando a concentração de terra e riqueza.

Em “A verdade sobre o problema florestal”, Roessler citou 28 afirmações de “autorizadas vozes”, que, em seu ver, apresentavam “uma ampla e lúcida visão do problema que assumiu aspectos alarmantes e cuja solução seria o urgente reflorestamento de todas as terras devastadas e abandonadas improdutivamente”⁴⁷⁴. Utilizando afirmações de personalidades importantes nos cenários gaúcho ou nacional, Roessler, além de procurar legitimidade para as campanhas educativas da UPN, parece-me, queria convencer seus leitores da importância da proteção à natureza, inclusive convidando-os a fazer parte da sua entidade.

Um dos autores citados por nosso personagem foi Monteiro Lobato, por causa da denúncia, em seu primeiro livro, *Urupês* (1918), do homem como culpado dos incêndios florestais, mais especificamente o caboclo, o qual ele denominava “piolho da terra”. Para

árvores” (ROCHA, ALMEIDA, MARCHIORI, 1995, p. 112). É interessante observar que a postura de Assis Brasil frente à natureza, diferente de Rambo e Roessler, era de exploração. Ele buscava desenvolver em sua granja diversas espécies de plantas e animais, com fins econômicos, não de proteção.

⁴⁷¹ Entre as desvantagens para o cultivo do eucalipto, acreditava-se que ele requeria mais água do que qualquer outra espécie e empobreceria o solo (DEAN, 1997, p. 331).

⁴⁷² “As invasões biológicas “são processos mediados por humanos. As pessoas atuam como vetores de introdução acidental ou voluntária; promovem mudanças ambientais que podem debilitar a resistência de ecossistemas naturais; sofrem as consequências do avanço das espécies invasoras e têm a capacidade de atuar de maneira direta ou de apoiar estratégias de prevenção, controle e erradicação” (GUADAGNIN *et al*, 2009, p. 308). Esse processo deveria ser visto como um desafio socioambiental que excede o campo estritamente biológico, requerendo a participação de diferentes setores da sociedade.

⁴⁷³ Por bioma Pampa “compreende-se um conjunto ambiental, cerca de 176.496 Km², que abrange a metade meridional do Estado do Rio Grande do Sul e constitui a porção brasileira dos Pampas Sul-Americanos que se estendem pelos territórios do Uruguai e da Argentina” (ZARTH, GERHARDT, 2009, p. 249-50).

⁴⁷⁴ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

Roessler, a obra denunciava a ação devastadora do homem, que o tornava “um criador de desertos”⁴⁷⁵. No conto “Velha Praga”, num estilo combativo e irônico, Lobato se mostrava indignado com a preocupação da elite letrada brasileira com o custo de um soldado em guerra na Europa (Primeira Guerra Mundial), no entanto, os prejuízos advindos das queimadas não eram calculados:

As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as cento e uma particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro dela, a esta ou aquela “situação agrícola”. Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma... (...). Qual a causa da renitente calamidade? (...) A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra (...). Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças (LOBATO, 1966, p. 270-71).

No conto “Urupês”, o último, que dá título ao livro, Lobato descrevia o modo de vida do caboclo, sua casa, suas roupas, sua ignorância e submissão política. O caboclo “Vota. Não sabe em quem, mas vota. (...) O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive” (LOBATO, 1966, p. 283). O caboclo, mestiço de branco com índio, é descrito como um alienado, incapaz de qualquer crítica, é “o sacerdote da Grande Lei do Menor Esforço”. O próprio título do livro já é revelador: urupê é um fungo da família das poliporáceas (*Polyporus sanguineus*); também chamado de orelha-de-pau, ou pironga. Lobato se refere ao caboclo como um parasita (tal como o fungo), um “piolho da terra”, que só se aproveita da natureza, colhendo seus frutos, realizando agricultura através da coivara e, quando a terra se exaure, abandona o local, procurando outro sítio para recomeçar, através dos mesmos métodos, a luta pela vida⁴⁷⁶.

Para Roessler, o homem era ainda mais culpado, era o “VAMPIRO DA TERRA”⁴⁷⁷. Entretanto, Urupês, na verdade, era uma crítica, “uma advertência, trágica, enérgica, desapiedada” (CAVALHEIRO, 1954, p. 20); movida pelo patriotismo - característica também presente em Roessler, como veremos, comum no início do século XX. Lobato passou a “procurar as causas reais da miséria e os meios necessários para sanear-la”, pois “as misérias e a desigualdade social provocaram-lhe ímpetos insopitáveis de revolta” (CAVALHEIRO, 1954, p.

⁴⁷⁵ Ibidem.

⁴⁷⁶ É importante salientar que Lobato mudou de ideia a respeito do caboclo. Considerando o conjunto da obra do autor, é possível vislumbrar que “o caipira não é considerado a causa única do atraso nacional, ele faz parte de uma estrutura latifundiária obsoleta” (RODRIGUES, 2007, p. 72).

⁴⁷⁷ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

23). Segundo Walnice Galvão, Lobato não resistia “à sua índole de tribuno e propagandista”, empenhando-se em várias campanhas, como, entre outras, “a da preservação do meio ambiente, (...) e a da preocupação com a saúde pública – de que a figura do jeca-tatu é apenas uma pequena parte”⁴⁷⁸.

Em *A onda verde*, cuja primeira edição é de 1921, vários ensaios tratavam de questões ambientais, como, por exemplo, “Homo sapiens”, em que Lobato (1967, p. 62) considerava a vida dos animais “perfeita de ritmo e beleza”. Se perturbações aconteciam, era por culpa do homem, pela pesca com armadilhas, pelo uso de arapucas, mundéus, ratoeiras, pelo aprisionamento de pássaros em gaiolas, pelas carroças e arreios com que os cavalos eram presos, pela caça das baleias com arpão e aos outros animais a tiros, pelos incêndios dos campos e matas, a drenagem dos pântanos, enfim, por todo o mal causado aos animais. O homem, movido pela ganância, tornava-se “lobo de si próprio”, numa referência hobbesiana, pois suas ações contra a natureza acabavam vitimando a si mesmo. No ensaio “O grilo”, havia uma crítica muito forte à grilagem⁴⁷⁹, processo pelo qual porções de terra eram “legalmente apropriadas”. O grileiro era o precursor da onda verde, pois, em virtude de sua atuação a floresta nativa era derrubada para o plantio da “árvore do ouro” (LOBATO, 1967, p. 5): o café.

Também em *Ideias de Jeca Tatu*, lançado em 1919, dentre outros assuntos, o escritor tratou da temática ambiental. No artigo “A paisagem brasileira”, Lobato dirigiu sua verve crítica ao pintor Wasth Rodrigues, por ter afirmado em livro que a paisagem brasileira era “banal”. A culpa seria a formação europeia do artista, que não lhe forneceria técnicas suficientes para pintar a exuberante natureza do Brasil. A partir da declaração de Rodrigues, o autor teceu uma comparação interessante da paisagem natural brasileira e europeia, denunciando o tratamento que o homem lhe conferiu até a época:

A paisagem bravia, a natureza em bruto, despenteada: aqui já domada pelo homem – numa vitória de humo que é o arrasamento de tudo; ali, inda em luta com ele – assumindo aspectos de campo de batalha; além, intacta, defendendo com ferocidade a virgindade milenária e esmagando o espectador com o imprevisto de sua majestade, exige do pintor um pincel mais atrevido e tintas mais enérgicas do que as vezeiras no reproduzir a frisada paisagem europeia onde o homem destruiu quanto era selvatiqueza, ordenando-a aos caprichos duma orientação. A paisagem é lá [Europa] a vitória do homem sobre a natureza. Aqui [Brasil] é a luta, cem vezes a derrota, nunca a vitória completa. (...) A pintura brasileira só deixará de ser um pastiche inconsistente quando se penetrar de que é mister *compreender* [grifo do autor] a terra para bem interpretá-la (LOBATO, 2008, p. 69-71).

⁴⁷⁸ GALVÃO, Walnice. Lobato, o Visionário. *O Estado de São Paulo*, 01/06/2008, p. D1 (Arquivo da autora).

⁴⁷⁹ Lobato (1967, p. 10-11) define o grilo como “uma propriedade territorial legalizada por meio de um título falso; grileiro é o advogado ou ‘aguia’, qualquer manipulador de grilos (...) que tira a terra do nada”. Segundo Márcia Motta (2005, p. 238), o termo “grilo é muito conhecido e remete a uma prática muito antiga de colocar um papel (contendo um tipo de ‘comprovação’ de propriedade) dentro de uma gaveta junto com alguns grilos. O papel, após algumas semanas, passa a ter uma aparência envelhecida em razão dos dejetos daqueles insetos. Com este papel envelhecido pela ação dos grilos, a pessoa visa comprovar a antiguidade de sua ocupação”.

O escritor acreditava na existência de uma “mata virgem, onde o raio de sol nunca despertou da soneria secular os fofos musgos acamados sobre os velhos troncos mortos” (LOBATO, 2008, p. 71), dificilmente apreensível pelo pintor que, limitado pela aprendizagem europeia, não conseguia “compreender a terra”. Diegues (1994, p. 11) afirma que “a existência de um mundo natural selvagem, intocado e intocável” faz parte de uma espécie de “reprodução do mito do paraíso perdido, lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden”. O autor denomina esse fenômeno de “mito moderno da natureza intocada”. No entanto, a “natureza pura” não existe; as chamadas “regiões naturais”, em geral, são resultado da manipulação humana (ELLEN, 1982, p. 14).

Essas concepções se desenvolveram porque a natureza foi percebida pelos homens, ao longo do tempo, a partir de uma perspectiva cristã, em que foi, muitas vezes, associada ao feminino. A natureza se apresentaria como “a imagem da inocência, da pureza, da terra que alimenta, da mesma forma com que a mulher foi também representada no universo cristão” (ACOT, 1992, p. 10). Os elementos naturais estariam inseridos na mãe-terra, e a própria “hipótese Gaia”⁴⁸⁰ seria uma metáfora nesse sentido. No caso da Mata Atlântica, segundo Duarte (2005, p. 40), já havia “inúmeras populações indígenas com práticas agrícolas” antes da chegada dos portugueses. A historiadora cita estimativas que avaliam a existência de 2 a 5 milhões de índios no Brasil em 1500 e, bem humorada, conclui que “o que chamamos hoje de Mata Atlântica poderia ser linda, abundante, esplendorosa (e certamente era)... Mas virgem? Sem chance”.

Outro importante autor citado por Roessler foi Euclides da Cunha. Segundo Roessler, *Os Sertões* “devem ser sempre evocados, como advertência luminosa e genial, tracejaram em páginas indeléveis a dramaticidade do Nordeste depauperado pela ação satânica dos ‘fazedores de desertos’”⁴⁸¹. Na primeira parte de *Os Sertões*, A Terra, há um subcapítulo intitulado “Como se faz um deserto”, onde Euclides da Cunha trata do problema das queimadas⁴⁸². Depois de apresentar dados geográficos, geológicos e climáticos dos sertões do norte, o autor

⁴⁸⁰ A hipótese Gaia foi formulada em 1971 pelos biólogos James Lovelock e Lynn Margulis. Gaia, na mitologia é “a deusa Terra, a mais antiga e maior do panteão de deuses pré-clássicos” (LOVELOCK, 2006, p. 24). Basicamente, a hipótese considera que “Gaia é o nome da Terra entendida como um sistema fisiológico único, uma entidade que é viva (...), um sistema em evolução, um sistema constituído por todos os seres e o seu ambiente na superfície terrestre, os oceanos, a atmosfera e as rochas da crosta”. A Terra seria um ser vivo. Ciente de que sua teoria era acusada de teleológica, o autor se defendeu afirmando que “novas teorias sempre, e justificadamente, se defrontam com oposições”, e que pensou que a Terra poderia ser viva “não como os antigos a viam, como uma deusa sensível, com propósito e previsão, porém mais como uma árvore”, que mantém relação constante com “a luz solar, o solo, a água e os nutrientes para crescer e se transformar” (LOVELOCK, 2006, p. 12-13).

⁴⁸¹ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

⁴⁸² Sobre o mesmo tema: CUNHA, Euclides. 22/10/1901. Op. Cit.

discorre sobre a ação de “um agente geológico notável – o homem” – sobre o meio. Para ele, o homem assumiu, no decorrer da história o papel de “terrível fazedor de desertos”. Isso começou a partir do legado indígena:

Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental – o fogo (...). O aborígine prosseguia abrindo novas roças, novas derrubadas, novas queimadas, alargando o círculo dos estragos (...). Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder (...). Aliou-se-lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. Afogado nos recessos de uma flora estupenda [a mata Atlântica] que lhe escurentava as vistas e sombreava perigosamente as tocaias do tapuia e as tocas do canguçu temido, dilacerou-a golpeando-a de chamas, para desafogar os horizontes e destacar bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam, balizando a marcha das *bandeiras* [grifo do autor](...). Ora, estas selvatiquezas atravessaram toda a nossa história. (...) Imaginem-se os resultados de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer dos séculos... Previu-os o próprio governo colonial. Desde 1713 sucessivos decretos visaram opor-lhes paradeiros. (...). É que o mal é antigo. Colaborando com os elementos meteorológicos, com o nordeste, com a sucção dos estratos, com as canículas, com a erosão eólica, com as tempestades subitâneas – o homem fez-se uma componente nefasta entre as forças daquele clima demolidor (CUNHA, 2003, p. 65-68).

Os primeiros a queimarem a floresta foram os indígenas, para a agricultura. Dean (1997, p. 43) menciona que foi encontrado milho numa área de floresta de galeria em Minas Gerais datado de 3.900 anos atrás. O historiador observa que o processo da queimada era uma atividade perigosa e problemática. Os primeiros agricultores tinham que perceber o momento oportuno para colocar o fogo; o cálculo devia considerar a previsão do tempo: não poderia ocorrer muito antes nem muito próximo da época das chuvas. Também a intensidade da queima tinha que ser controlada, para não eliminar a camada fértil do solo florestal.

Os colonizadores portugueses dependeram dos indígenas para conseguir sobreviver em meio à floresta. Segundo Dean (1997, p. 85), na verdade, não tiveram escolha: tornaram-se aprendizes dos índios. Com eles aprenderam “a armar arapucas, distinguir vozes de animais, tratar de picadas de cobras, encontrar frutos silvestres e atear fogo na floresta”. Para Duarte (2005, p. 40), é um erro considerar que a devastação da floresta começou com os colonizadores portugueses, porque “os grupos indígenas habitantes das florestas do Brasil, como qualquer sociedade humana, eram culturalmente ativos na ocupação do território e na utilização dos recursos por meio de invenções e do emprego de técnicas, transformando aqueles ecossistemas⁴⁸³”. Entretanto, é claro que foi com a chegada dos europeus que o desmatamento se acelerou, pois “as ações dos índios geravam um impacto pequeno e esses recursos acabavam por se renovar” (DUARTE, 2005, p. 43). Afirmar que os indígenas não transformavam o meio

⁴⁸³ Worster (2003, p. 28-29) acredita que “deve-se definir um ecossistema como uma entidade coletiva de plantas e animais que interagem uns com os outros e com o ambiente não-vivente (abiótico) num dado lugar (...) um ecossistema é um subgrupo da economia global da natureza – um sistema local ou regional de plantas e animais que trabalham em conjunto para criar os meios de sobrevivência”.

cultural, considerando-os como “bons selvagens” é também ignorá-los como sujeitos: “se os índios são natureza, resta-lhes serem protegidos por nós, assim tentamos fazer com as florestas, os rios, os animais em extinção, etc. Nada que lhes dê o estatuto de agentes de sua própria história e suas próprias lutas” (DUARTE, 2005, p. 40).

O engenheiro agrônomo Wanderbilt Duarte de Barros também foi citado por Roessler, em “A verdade sobre o problema florestal”, porque demonstrou em suas obras “com dados alarmantes, que nos encontramos em marcha batida para o momento em que a civilização brasileira perecerá no deserto, se deixarmos para depois o assunto do reflorestamento”⁴⁸⁴. Barros escreveu diversas obras sobre o assunto, entre elas *Plantas na conservação dos solos brasileiros* e *Parques nacionais no Brasil*. Esta última, escrita em 1946, “foi a primeira obra claramente voltada para a discussão desse tema no Brasil e que muito influenciou os cientistas e técnicos da época” (MORSELLO, 2001, p. 154). Barros foi diretor do parque nacional de Itatiaia (primeiro do gênero no Brasil, criado em 14/06/1937) de 1943 a 1956 e um dos criadores da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), uma das mais importantes entidades de defesa ambiental do país, em 1958, no Rio de Janeiro.

Para Barros, o homem precisava concordar, “pela imperiosa condição de sobrevivência”, que suas relações para com a natureza deveriam ter “sentido de integração”, afinal, os recursos terrestres, marítimos e aéreos “constituem-se como poderosas forças de valor para a humanidade”. Esta deveria “arranjar a estrutura das relações e dos interesses humanos mediatos e imediatos, de tal forma que asseguremos a permanência, a durabilidade útil da terra e de suas riquezas – os recursos naturais – em função do bom viver de cada homem e das coletividades que ele forma” (BARROS, 1959, p. 1). Barros defendia que os municípios deveriam utilizar os elementos naturais com responsabilidade, para o bem da Nação. Citando Pinchot⁴⁸⁵, Barros (1959, p. 4) baseava suas ideias no conservacionismo, “que se desenvolve tendo em mira a acepção central de que conservar um Recurso Natural Renovável é econômica, racional e até sabiamente utilizar bem, por maior soma de anos, em proveito do mais elevado número de homens qualquer das fontes naturais”. A conservação, para Barros, considerava o sentido utilitário da natureza: por esse preceito, o homem deveria manter o recurso natural, observando o aspecto econômico.

⁴⁸⁴ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

⁴⁸⁵ O norte-americano Gifford Pinchot (1865-1946), engenheiro florestal formado na Alemanha, criou o movimento de conservação dos recursos, apregoando o seu uso racional. As ideias de Pinchot se baseavam em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção do desperdício; o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos. Segundo Diegues (1994, p. 24), “essas ideias foram precursoras do que hoje se chama de desenvolvimento sustentável”.

Em *Parques Nacionais do Brasil*, Barros (1952, p. 19) afirmou que “todo o movimento de proteção à natureza tem de ser necessariamente intensificado no país. Proteção ao solo, à selva, à fauna; (...) proteção às águas e às minas. É um imperativo para a nossa existência como Nação”. A conservação teria aparecido em consequência da “desastrada atividade do homem no globo contra animais e vegetais”. Barros mostrava-se preocupado com a pequena extensão protegida no Brasil. Na época em que escrevia o livro (1946), havia apenas quatro parques nacionais, enquanto na Argentina – considerada por Barros (1952, p. 21) “nação pioneira na América do Sul nesse empreendimento com a formação em 1903 do Nahuel Huapi Nacional Parque⁴⁸⁶” – já havia seis, compreendendo áreas mais extensas em hectares do que os parques brasileiros. Comparando com México⁴⁸⁷ e Estados Unidos⁴⁸⁸, a diferença era ainda maior. O problema, no Brasil, era que não havia uma cultura de conservação dos elementos naturais; ao contrário, muitos pensavam que a natureza era infinita. O autor acreditava que “os métodos de exploração postos em prática pelos homens foram maus em todos os tempos devido ao conceito de inesgotabilidade dos recursos contidos na terra” (BARROS, 1952, p. 23).

Em *Fauna*, de março de 1943, foi publicado um artigo de Agenor Couto de Magalhães⁴⁸⁹, citado por Roessler como “o grande pioneiro, sertanejo e escritor paulista (...) incansável batalhador da proteção à natureza”, que devia sofrer “ao presenciar nas suas viagens o desaparecimento do nosso patrimônio florestal e faunístico”⁴⁹⁰. Magalhães constatava que “a perdiz e a codorna são as aves campesinas mais perseguidas, pois o homem, o fogo e os animais predadores lhe movem uma incessante guerra de extermínio”⁴⁹¹. O mesmo autor mencionou a situação da ema: “embora as condições de procriação sejam favoráveis para que aumente, de ano para ano, a sua prole, a perseguição bárbara e sistemática que lhe é movida

⁴⁸⁶ O Nahuel Huapi fica na região andino-patagônica da Argentina, abrangendo o município de Bariloche. Possui 717.261 hectares de área, com riquíssimas fauna e flora. O parque alcançou sua superfície atual em 1934, com a lei 12.103, a partir da qual consolidou-se sua proteção e administração. NAHUEL HUAPI. Disponível em: <<http://www.nahuelhuapi.gov.ar/>>. Acesso em 30 de julho de 2010.

⁴⁸⁷ Segundo Barros (1952, p. 10), o México, na época, possuía 36 parques nacionais, cuja extensão somava 3.000.000 de hectares, cerca de dez vezes a área protegida no Brasil.

⁴⁸⁸ Os Estados Unidos foram o primeiro país a instituir um parque nacional, em 1872, o Parque Yellowstone. Contendo mais de dois milhões de acres (cada acre possui 4.046 m²), localiza-se nos estados de Wyoming, Montana e Idaho, e é um dos maiores ecossistemas temperados do planeta. Para maiores detalhes sobre os parques norte-americanos, ver Duncan e Burns (2009).

⁴⁸⁹ Agenor Couto de Magalhães nasceu em São Paulo, capital, vivendo de 1895 até 1961. Formou-se na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Paulo, dedicando-se, no entanto, ao estudo dos peixes. Viajou por todo o Brasil, inclusive pelo Rio Araguaia, onde fez contatos com os índios Carajás. Foi Diretor do Serviço de Caça e Pesca do Estado de São Paulo e um dos fundadores da Sociedade Geográfica Brasileira. PÁDUA, Helcias Bernardo de. Quem foi Agenor Couto de Magalhães e a Da. Iaiá. *Memórias do Itaim*. Disponível em: <<http://www.memoriasdoitaim.com.br/nomederuasAgenorIaiia.htm>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

⁴⁹⁰ ROESSLER, H. 15/08/1958. Op. Cit.

⁴⁹¹ MAGALHÃES, Agenor. Os homens e o fogo movem uma incessante guerra de extermínio às perdizes e às codornas. *Fauna*. São Paulo, 03/1943, p. 41 (BPUCRS).

pelos caçadores desalmados é tal que hoje, onde outrora se viam bandos numerosos desses corredores, não mais os encontramos”⁴⁹².

Fauna deveria ser uma das fontes de informação para Roessler, assim como a “Chaquita”, pois abordava temáticas sobre animais, plantas e conservação. Um texto escrito por Amélia Severi na revista é interessante por conter expressões que Roessler utilizaria mais tarde, tais como a defesa da coruja, pela utilidade de exterminar ratos. A autora considera que “os pássaros são mais úteis do que todos os inseticidas de que a ciência moderna se serve na sua defesa (...) As corujas limpam os campos dos ratos e outros pequenos roedores e destroem quantidades incalculáveis de insetos prejudiciais às plantas cultivadas”⁴⁹³. Também em *Fauna*, um texto de Aquiles Porto Alegre⁴⁹⁴ está de acordo com essa linha argumentativa, ao considerar que os pássaros, além de dar alegria aos bosques, são “úteis à lavoura, eliminando as lagartas e outros insetos nocivos às plantas, de onde nasce a flor que nos dá perfume, e o fruto que nos alimenta”. O escritor considera uma “maldade sem nome (...) emudecer a tiro, as sinfonias aladas que o bom Deus espalhou nos espaços para delícia da vida e harmonia da criação”⁴⁹⁵.

Podemos constatar, pela pequena amostragem de textos exibida acima, que o tema da proteção à natureza era corrente nos anos em que Roessler viveu. Embora uma análise da apropriação da leitura dessas obras por Roessler seja bem difícil, já que ele apenas citou pequenos excertos delas, ou apenas comentou sobre a importância de seus conteúdos, é possível perceber, pelo menos, a semelhança de seu discurso com as manifestações que circulavam na imprensa especializada e em textos mais científicos, utilizando, muitas vezes, as mesmas categorias discursivas. Além disso, podemos constatar nestes escritos uma característica comum: a visão pessimista do homem, acusado de ser o responsável pela destruição da natureza, bem como uma preocupação com o estado dos elementos naturais que seriam deixados para o futuro. Essa concepção remete ao tratado pedagógico Emílio, de Rousseau, cujas implicações para o campo ambiental foram tratadas por Isabel Carvalho (2001, p. 50-53). Rousseau considerava a “natureza como ideal de perfeição degenerado pela ação

⁴⁹² MAGALHÃES, Agenor. O veloz campeiro que ornamenta a nossa fauna campestre deve ser protegido. *Fauna*. São Paulo, 03/1942, p. 10 (BPUCRS).

⁴⁹³ SEVERI, Amélia. A implacável destruição dos pássaros prejudica o progresso humano. *Fauna*. São Paulo, 07/1942, p. 32 (BPUCRS).

⁴⁹⁴ Aquiles Porto Alegre (1848-1926) foi escritor, jornalista, funcionário público, irmão de Apeles e Apolinário Porto Alegre, ao lado de quem - entre outros escritores - fundou a Sociedade Parthenon Literário. Segundo Luciana Boeira (2009, p. 110), assumiu “atividades administrativas dentro da associação, chegando a desempenhar o cargo de presidente. Como Apolinário, Aquiles foi professor, além de inspetor escolar em Porto Alegre. Tinha um gosto especial pela publicação de crônicas, mas também escreveu em versos”.

⁴⁹⁵ PORTO ALEGRE, Aquiles. Os pássaros. *Fauna*. São Paulo, 08/1947, p. 20 (BPUCRS).

humana” (CARVALHO, 2001, p. 50). Podemos perceber, na análise dos textos, que tanto Roessler como outros autores de seu contexto compartilharam dessa visão de Rousseau.

O discurso de Roessler é o resultado de uma combinação de outros discursos, que já estavam circulando anteriormente. Aqui, entendo sua autoria a partir de Foucault (2005, p. 28-29), no sentido do autor como um compositor, que reúne os comentários, recorta o real e o reorganiza, mas sempre a partir de algo que já existe⁴⁹⁶. E isso levando em conta as “posições de sujeito”⁴⁹⁷ da qual este autor fala. No caso de Roessler, não podemos esquecer que ocupou, ao longo da vida, os cargos de Capataz do Rio dos Sinos, Delegado Florestal Regional, Fiscal de Caça e Pesca, e que também foi Presidente da UPN. Além da experiência adquirida nessas funções, elas conferiam autoridade e prestígio ao nosso personagem, que se manifestava tanto nas suas formas de agir, como em sua escrita.

4. 3. A proteção à natureza como uma missão

As crônicas selecionadas para análise nesta seção tratam de dois graves problemas ambientais enfrentados na época da atuação de Roessler: a questão florestal (desmatamento e ausência de reflorestamento) e a caça, especialmente de passarinhos. Essas duas temáticas são recorrentes em sua coluna no *Correio do Povo Rural*, dentre outros assuntos também importantes, como vimos no capítulo anterior. Se antes perseguimos noções educativo-ambientais em seus textos, aqui, o foco são as ideias em que essa produção educativa se baseou.

Em “Bicho estúpido e feroz”⁴⁹⁸, Roessler mencionou que o homem, vindo do macaco chimpanzé, apesar da evolução, “não passa de um animal aperfeiçoado, mas seu livre arbítrio é uma ilusão, pois seu espírito não se desenvolveu como seu corpo, ficando estacionado, como prova o fato de que, apesar da inteligência, suas atitudes quase não diferem das dos brutos”. Com a “evolução da ‘razão do cérebro’” o homem conseguiu desenvolver tecnologias e

⁴⁹⁶ Para Foucault (1995, p. 54-57), “a função do autor não é, com efeito, uma pura e simples reconstrução que se faz em segunda mão a partir de um texto tido como um material inerte”. E também ela “(...) não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; não se define pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas através de uma série de operações específicas e complexas; não reenvia pura e simplesmente para um indivíduo real, podendo dar lugar a vários ‘eus’ em, simultâneo, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem ocupar”. É, portanto, na descontinuidade da vida, nos múltiplos vieses de uma existência que devemos entender como o autor se constrói.

⁴⁹⁷ “O sujeito é um lugar de significação historicamente construído, ou seja, uma posição. Essas posições, como sabemos, correspondem mas não equivalem à simples presença física dos organismos humanos (empiricismo) ou aos lugares objetivos da estrutura social (sociologismo). São lugares ‘representados’ no discurso, isto é, estes lugares estão presentes mas transformados nos processos discursivos” (ORLANDI, 1998, p. 75).

⁴⁹⁸ ROESSLER. 13/10/1961. Op. Cit.

expandir-se sobre a Terra, “mas todo este progresso foi conseguido pela destruição das riquezas naturais do universo, principalmente a devastação das florestas e o massacre dos animais silvestres, *seus irmãos de origem* [grifo meu]”. Roessler tinha uma visão muito pessimista do homem, criticando seu modo de vida prioritariamente urbano, o que levava a um desligamento da natureza. Nas grandes cidades, “formigueiros urbanos dos arranha-céus ou nas malocas imundas dos arrabaldes (...) é um escravo da luta pelo dinheiro, seu supremo ideal de riqueza”. A vida agitada nas metrópoles distanciava o homem do ambiente natural, e fazia com que ele se apegasse aos bens materiais, não tendo mais tempo para “cuidar de sua família”, nem de “procurar contato com a *mãe natureza*, que cura todos os males [grifo meu]”. Aqui já aparece uma sacralização da natureza em Roessler, como a mãe de todos os seres, e nós, seus filhos, bem como os animais e plantas, somos todos irmãos. No desenho que acompanhava a crônica, pai e filho contemplam o quadro de um chimpanzé com gravata, decorando sua sala; esta imagem devia resumir, para Roessler, o atraso da humanidade, que era “evoluída” só na aparência:



Figura 16 - Desenho que acompanhava a crônica "Bicho estúpido e feroz" (AHRS)

Demonstrando seu negativismo em relação à humanidade, Roessler cita a possibilidade da bomba, uma ameaça real, que permeou o mundo inteiro durante os anos da “Guerra-Fria”, entre 1945 e 1989. Qual prova poderia ser mais convincente do que o desenvolvimento de uma

tecnologia para a morte em massa, para corroborar o “atraso mental do homem”?⁴⁹⁹ Outra crônica em que expõe sua visão pessimista do homem é “Sede de Sangue”⁵⁰⁰. Nela, Roessler reproduz a “autocrítica de um repórter, possuído de estranha paixão de matar, que numa excursão pelas selvas amazônicas praticou suas infâmias, sem nem sequer respeitar os animais como cria”. Trata-se da narrativa de um repórter que matou uma família de macacos, a mãe com dois filhos. Influenciado por sentimentos contraditórios, por um lado, o repórter fica maravilhado com a cena de amor maternal que presencia, mas, ao mesmo tempo, é dominado por “um sentimento subalterno, baixo, a cuja força de atração não pôde fugir”, nas palavras do próprio viajante. Ele parece estar ciente da “baixeza” do ato e da *culpa* no momento mesmo da sua execução, pois menciona que não o realizaria se estivesse “em normais condições psíquicas”. Roessler aproveita para relacionar a narrativa do repórter ao problema da caça no Rio Grande do Sul. Casos como o acima relatado, em que a morte do animal ocorria por diversão, sem que se aproveitasse a carne da caça, eram tratados por Roessler como “assassinato”, “barbarismo”, executados por “bandidos de tão *satânica* perversidade”, que “fuzilam aves no voo só para vê-las cair; matam passarinhos nos ninhos, quando estão alimentando sua prole” [grifos meus].

Em “Metendo a colher de novo”⁵⁰¹, Roessler relata que recebera advertência de “não meter a colher”, por conta de uma crônica anterior⁵⁰², em que denunciou o “desaparecimento de milhares de pinheiros de grande porte, declarados como ‘desvitalizados’ (naturalmente pelo machado) no Parque Florestal de ESPIGÃO ALTO”. Em “Pinheiros desvitalizados”, ele trouxe à tona um esquema de venda de madeira em diversos locais, além do parque do Espigão Alto. Em 1946, o SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS solicitou ao Serviço Florestal permissão para cortar 9.000 árvores (cedros e pinheiros), com a justificativa de que estariam mortas, por isso o termo “desvitalizadas”. O Serviço Florestal concedeu a licença, entretanto sabia que não haviam tantas árvores “desvitalizadas”; o que ocorreu foi a derrubada de árvores sãs. No ano seguinte, o caso foi denunciado, com abertura de inquérito na Assembleia Legislativa, que acabou não punindo os culpados.

O caráter combativo de Roessler fazia com que recebesse ameaças e pedidos para que não “metesse a colher”. Ele não revela quem o advertiu, mas se mostra revoltado com a tentativa de “silenciar a voz orientadora de um velho idealista, pioneiro do Serviço Florestal”. Contudo, a contar pelas cartas de leitores que reproduz, de vez em quando em suas crônicas,

⁴⁹⁹ ROESSLER. 13/10/1961. Op. Cit.

⁵⁰⁰ ROESSLER, H. Sede de Sangue. *CPR*, Porto Alegre, 15/02/1963 (AHRS).

⁵⁰¹ ROESSLER. 12/01/1962. Op. Cit.

⁵⁰² ROESSLER, H. Pinheiros desvitalizados, *CPR*, Porto Alegre, 19/12/1961(AHRS).

seu estilo é admirado. Em “Metendo a colher de novo”, Roessler afirmou ter recebido “uma centena de cartas de apreço” - o que demonstrava a boa recepção a suas ideias -, e transcreveu o trecho de uma delas, onde o autor, empresário de Santa Maria, oferece sua “solidariedade por tudo que tem feito e defendido, o que de grande, bom e belo nos deu a *mãe Natureza* [grifo meu]”. O leitor referia-se à natureza, assim como o colunista, utilizando uma linguagem religiosa. Num estilo muito próximo a Roessler – talvez incentivado pela leitura dos seus textos – denuncia a derrubada de madeira em Alegrete, de toras de angico com 80 cm de diâmetro, para ser queimada como lenha. Porém, o leitor constata que “nem tudo está perdido”, ao ler a coluna de Roessler, acreditando na “força poderosa da imprensa, que há de orientar os homens de hoje, comandantes e comandados, para um futuro melhor”. De fato, seus textos tinham alcance estadual (e nacional), através do *Correio do Povo*.

Em “Pobre juventude abandonada”⁵⁰³, o tema é a educação dentro da família. A crônica começa lançando algumas questões: “Temos pouco tempo para cuidar de nossos filhos? Por que nossos filhos não mais nos respeitam? Educamos nossos filhos de maneira errada?” Roessler se mostrava preocupado com o fato de que pais e mães trabalhavam fora de casa, deixando os filhos “entregues a si mesmos ou a estranhos”; muitos não frequentavam a escola, tendo que “carregar a *cruz* [grifo meu] do analfabetismo durante toda a vida por culpa dos próprios pais”. Quando chegavam em casa, à noite, os pais não teriam interesse ou paciência para cuidar, ou mesmo conversar com os filhos.

Quando escreve esta crônica, está ocorrendo a expansão da indústria no Brasil. A mulher está entrando em larga escala no mercado de trabalho, sua escolarização é crescente nos anos 1950/60, bem como movimentos feministas começam a irromper em todo o mundo, formando “em toda a sociedade um caldo de cultura que passou a questionar e desestruturar as relações de gênero vigentes” (MÉNDEZ, 2004, p. 76). Isso provocou a formulação de novas relações entre homens e mulheres, causando reorganização nas famílias e mudanças na educação que os pais transmitiam aos filhos.

Porém, o que mais preocupava Roessler “nesse mau estado de coisas nas famílias [era] a atividade depredadora contra a natureza, praticada por esses grupos de pequenos inconscientes malfeitores”. O problema das fundas para caçar passarinhos é mencionado, como consequência da “incapacidade dos pais de educar”, pois além de descuidarem dos filhos, muitos fabricavam os bодоques para as crianças. Dirigindo-se de maneira implícita aos descendentes de imigrantes italianos, Roessler culpava os pais e as mães por diferentes motivos. Os pais, os quais chama de

⁵⁰³ ROESSLER, H. Pobre juventude abandonada. *CPR*, Porto Alegre, 06/10/1961(AHRS).

“relaxados”, por incentivarem a caça dos passarinhos; as mães, “que ainda sentem um pouco de amor pelos seus filhinhos”, deveriam quebrar, queimar, esconder as fundas, para que não fossem usadas contra as aves. No final, o apelo é dirigido às mães, pais, professoras, homens bem intencionados e policiais para que, “unidos no mesmo ideal”, se consiga “sanear essa vergonhosa desmoralização, indigna de um povo civilizado”⁵⁰⁴.

Em “Milhares de pais nos bancos dos réus”⁵⁰⁵, Roessler prossegue criticando a “família moderna”. A culpa maior cai principalmente sobre “as mães modernas, que vivem no luxo ou que exercem uma profissão e por isso deixam os filhos sozinhos em casa, os quais, no seu abandono, quase não se diferenciam dos órfãos”. Mas também os pais são denunciados por “serem muito liberais com seus presentes, porque têm a consciência suja e sentem no seu subconsciente que dedicam muito pouco tempo aos filhos, os criam analfabetos e sem educação”. Esse estado de coisas resultaria em “filhos criados sem amor” e no “aprendizado maléfico que conduz à delinquência [que] começa com o uso das malditas fundas”. Tentando amenizar o caos educacional, Roessler apresenta, no alto da crônica, um de seus panfletos, intitulado “Fundas não...”. No cartaz, constava um conselho: “Não sejas tão malvado e destruidor!”. Sua intenção era poder enviar 400 mil unidades, uma para cada aluno do estado, entretanto, devido aos custos de tamanha impressão, ele só conseguiria enviar 30 mil gratuitamente, por isso, lançou, nessa crônica, o apelo aos Prefeitos Municipais do Estado “para colaborarem, adquirindo um exemplar do cartaz para cada *discípulo* das Aulas Municipais pelo preço de custo de 1,20 cruzeiros”. Contra a inserção da mulher no mercado de trabalho, há uma crítica de fundo religioso para com os pais, que “descuram-se da *sagrada missão* de bem cuidar o mais precioso bem que Deus confiou à sua guarda. Poderá haver defensores para esses pais?” [grifos meus]. A ideia de missão aparece nos textos de Roessler, como algo sublime, designado por Deus, da qual não podemos fugir, mas sim entregar-nos de corpo e alma para sua realização.

A referência à ideia de missão aparece já no título da crônica “Missionárias da campanha contra a ignorância”⁵⁰⁶. Citando sentenças de dois membros da Academia Brasileira de Letras, o professor Miguel Couto (“no Brasil só há um problema nacional: A EDUCAÇÃO DO POVO [grifo do autor]”) e o jurista Rui Barbosa (“O mestre, abaixo de DEUS, é o árbitro do futuro”), Roessler conclui que “não há nenhuma dúvida: no professorado está o destino da Nação”. Para ele, o magistério era “um sacerdócio executado com humildade e idealismo,

⁵⁰⁴ Ibidem.

⁵⁰⁵ ROESSLER, H. Milhares de pais nos bancos dos réus. *CPR*, Porto Alegre, 27/07/62 (AHRs).

⁵⁰⁶ ROESSLER 13/06/63. Op. Cit.

abnegação e sacrifício heróicos”. Essa visão sacralizada da docência era comum na época⁵⁰⁷; além disso, o discurso pedagógico se assemelha com o discurso religioso, pois ambos são fundamentados na distância entre quem fala e quem ouve. Segundo Orlandi (1983, p. 9), o discurso pedagógico é um discurso autoritário, inserido em hierarquias sociais/escolares; ele ocorre no âmbito da instituição e através do professor, que é quem fala o saber.

Em “Religião e natureza”⁵⁰⁸, tratando da caça aos passarinhos, critica veementemente os passarinheiros, os quais denomina de “desprezíveis” e “elementos perniciosos”, que “trazem no sangue e na alma a herança de muitas gerações de antepassados, o milenar hábito de matar, para comer, as inocentes avezinhas, que enfeitam a natureza e que prestam inestimáveis serviços à agricultura”. Roessler se mostra cético quanto à educação dos adultos, pois estes, mesmo ouvindo o padre dizer na missa que passarinho não é caça, não mudavam seus hábitos. Por isso, ele apostava na infância e juventude da época, através do “único Poder capaz de salvar a nossa malograda fauna (...) o sentimento religioso do povo, para o qual agora vamos apelar”. A ação educativa devia aliar família e escola, sempre priorizando as figuras femininas, mães e professoras. As primeiras deveriam “*inculcar no espírito dos filhos que vai contra a lei divina*” maltratar “as indefesas criaturas de Deus”. Já “na escola, a proteção à natureza será mais profundamente compreendida se for considerada como problema religioso”. Também pode o Sacerdote ou o Mestre “*impregnar indelevelmente na alma do aluno a noção de que a natureza e seus indefesos seres são obra de um sábio e onipotente Criador [grifos meus]*” e destruir “essa obra divina é um PECADO CONTRA DEUS [maiúsculas do autor]”. Percebe-se aqui uma concepção educativa que considera o professor um agente transmissor de conhecimentos ao aluno. Frederico Carlos Hoehne⁵⁰⁹, um dos autores estudados por Franco e Drummond (2009), tinha ideias semelhantes às de Roessler. Hoehne foi um dos fundadores da entidade Amigos da Flora Brasília, em 1939, e divulgando-a, dirigia-se também aos professores:

⁵⁰⁷ Guacira Louro, ao analisar a questão, percebe que, no Brasil, “a tendência em considerar o magistério de primeiras letras adequado à mulher iniciou-se nas primeiras décadas do Império (...) continuou e fortaleceu-se nos anos seguintes, estendendo-se pelo período republicano” (LOURO, 1989, p. 34-35). O magistério seria mais apropriado à mulher, porque envolve cuidado de crianças: o papel de professora é uma extensão do papel de mãe. É uma tarefa que “deve ser abraçada por aquelas que têm vocação; supõe uma doação, [o que leva a] certa desconsideração do salário, ou seja, o magistério é praticamente um sacerdócio” (LOURO, 1989, p. 35-36). O discurso de Roessler remete a uma construção histórica que considerava o magistério uma profissão feminina.

⁵⁰⁸ ROESSLER, H. Religião e natureza. CP, Porto Alegre, 01/08/1958 (MCSHJC).

⁵⁰⁹ Assim como Roessler, Hoehne (1882-1959) era descendente de alemães. Nasceu em Juiz de Fora (MG) e, aos 25 anos, foi nomeado jardineiro-chefe do MNRJ. Participou de inúmeras expedições de pesquisa em todas as regiões do país, como botânico, realizando a coleta de espécies. Assumiu vários cargos públicos durante a vida, em órgãos do governo voltados para a área. Escreveu mais de seiscentos artigos científicos e de divulgação, sobre as plantas coletadas em suas viagens, desmatamento, reflorestamento, introdução de plantas exóticas, agricultura, etc, e também “contribuiu com muitas outras produções, como palestras, conferências, livretos para crianças e textos diversos de circulação restrita” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 166).

aos nobres e beneméritos educadores, mestres de escolas, aos que têm o encargo de *dirigir* as mentes da geração entrante. Sim, queremos recomendar-lhes que envidem esforços no sentido de *criarem* os nobres sentimentos nessa gente que vem vindo, nesses homens e mulheres que se vão fazendo, *incutindo* à juventude *os deveres sagrados da defesa da natureza brasílica*, com a fiel obediência aos códigos e às leis que foram criadas para esse mesmo objetivo. E tudo isso para que vejamos surgir um sintoma de verdadeira brasilidade... [grifos meus] (HOEHNE, 1947, p. 107, *apud*: FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 203).

Utilizando termos afins, como “incutir”, “impregnar”, “dirigir”, Roessler e Hoehne partiam da mesma concepção educativa. Trata-se da pedagogia diretiva, que, através de uma epistemologia empirista - repetição dos conhecimentos em sala de aula -, é fundamentada na transmissão do conhecimento do professor para o aluno, “uma folha de papel em branco”, “tabula rasa” (BECKER, 2001, p. 16-17). A relação professor-aluno é hierarquizada verticalmente, o professor está acima do aluno – algo similar ao que vimos no “discurso religioso”. No Brasil, a pedagogia diretiva está relacionada com os pareceres de Rui Barbosa, de 1882 e 1883, e com a Reforma de Benjamin Constant, de 1890, influenciada por princípios de orientação positivista (VIEIRA, GOMIDE, p. 3.840-3841).

Além disso, Roessler e Hoehne partiam de uma concepção sacralizante da natureza: defendê-la era um dever sagrado. Ambos não possuíam formação científica, eram autodidatas, no entanto, o primeiro, apesar de bem informado sobre questões ambientais, agia como um soldado, já o segundo estudou profundamente as plantas, lia livros especializados sobre o assunto e constituiu uma coleção de botânica importante, tornando-se “um perito consultado por amantes e estudiosos de plantas” (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 164). Roessler não chegou a pensar a proteção a natureza como caráter definidor da “identidade nacional”, da “brasilidade”, pelo menos não de forma declarada. Os dois autores possuíam uma verve altamente patriótica: cuidar da natureza, o tesouro sagrado da Pátria, era colaborar com seu progresso, e somente a educação – por isso a importância dos professores – poderia reverter o quadro de descaso para com os elementos naturais, formando cidadãos conscientes da importância de sua proteção. Ou seja, era o futuro da nação que estava em jogo.

Roessler acreditava estar à frente de uma “campanha moralizadora” que, para obter sucesso, precisava do apoio “das Classes Educadoras (...) somente assim, numa *ação conjunta, educativa e repressiva* poderemos evitar o aniquilamento total dos animais silvestres [grifos meus]”⁵¹⁰. A ideia de união – ação conjunta – aparece já no nome da entidade que criou: União Protetora da Natureza; a educação era essencial para atingir o maior número possível de crianças e jovens; a repressão era necessária para coibir os alunos a não repetirem as ações de seus pais.

⁵¹⁰ ROESSLER. 01/08/1958. Op. Cit.

Em “Assassinos de inocentes”⁵¹¹, descrevendo os métodos que eram utilizados para obter os sabiás, ele considerava que “nem *o diabo* poderia inventar piores suplícios do que estes gerados no cérebro de certos desequilibrados mentais [grifo meu]”. Roessler não conseguia entender “o extermínio em grande escala dos utilíssimos passarinhos insetívoros e canoros, protegidos por lei (Código de Caça), indispensáveis à agricultura”, por “um povo civilizado e religioso”. Entretanto, nem todos os imigrantes italianos eram católicos (COSTA, 2007, *online*), além disso, o fato de ser católico - ou praticante de qualquer religião - não poderia garantir o respeito às leis. É muito provável que a condição religiosa não interferisse na prática da caça⁵¹². Havia descendentes de imigrantes italianos - e de outros grupos étnicos - que caçavam passarinhos, independentemente da crença professada.

No final do texto, Roessler menciona que, apesar das dificuldades, da “recalcitrância”, continuaria a pregar seu “ideal, até que o povo transviado, empedernido, adote como religião a proteção à natureza”. Parece-me que esta frase resume como ele via seu trabalho de proteção à natureza: um ideal, uma religião, uma missão. Roessler assumiu para si essa tarefa, especialmente nos últimos anos de vida, com a fundação da UPN, como principal objetivo de sua existência.

Sacralização da natureza e nacionalismo

Há uma série de categorias discursivas marcantes nos textos de Roessler, as quais grifei em itálico, destacando-se: *irmãos de origem*, *mãe natureza*, *satânica*, *diabo*, *discípulo*, *cruz*, *sacerdócio*, *missão*. Essas categorias fazem parte do discurso religioso que, segundo Orlandi (1983, p. 218), é “*aquele em que fala a voz de Deus*: a voz do padre – ou do pregador, ou, em geral, de qualquer representante seu – é a voz de Deus [grifos da autora]”. Em nosso caso de estudo, Roessler é esse representante divino, que quer transmitir aos seus contemporâneos a importância de proteger a natureza, como obra de Deus.

Caracterizando o discurso religioso, Orlandi (1983, p. 218-19) percebe um

desnívelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens) (...) O locutor é Deus, logo, de

⁵¹¹ ROESSLER, H. Assassinos de inocentes. *CPR*, Porto Alegre, 12/04/1963 (AHRs).

⁵¹² Entre a norma e a realidade há um intervalo, que pode ser grande. Neste ponto, as observações de Malinowski sobre costumes nativos são válidas também para sociedades complexas: “Ao desentranhar as regras e regularidades dos costumes nativos, e ao inferir para eles uma fórmula precisa, a partir da coleta de dados e das declarações dos nativos, descobrimos que esta precisão mesma é estranha à vida real, a qual nunca se prende rigidamente a quaisquer regras”. (MALINOWSKI, 1990, p. 54).

acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo mortais, efêmeros, falíveis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina o homem.

Há, portanto uma desigualdade na relação entre locutor e ouvinte, uma assimetria que não é reversível, pois o homem não pode ocupar o lugar de Deus. Por isso, a importância da interlocução, através do discurso religioso utilizado por um representante “Dele”. Roessler, inclusive, utilizou letras maiúsculas, em várias crônicas, ao nomear DEUS⁵¹³, talvez para, além de destacar simplesmente, marcar essa desigualdade: a superioridade divina frente ao homem.

Roessler era descendente de imigrantes alemães e foi batizado na religião de sua mãe, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), crença que seguiu durante toda a vida. Porém, a família do pai era católica, e ele estudou durante três anos no Ginásio Conceição, a primeira instituição educacional criada e mantida por padres jesuítas no Rio Grande do Sul, como vimos no primeiro capítulo. Acredito que Roessler tenha recebido influências das duas religiões: de um lado, o protestantismo da mãe, de outro, o catolicismo jesuíta no Conceição; no entanto, as duas crenças estão amparadas no cristianismo e na ideia de missão.

Na religião evangélica protestante, era parte da doutrina o envio de missionários para converter mais pessoas à crença. De acordo com Link (2008, p. 251), os imigrantes que aqui chegaram possuíam variada identificação sócio-religiosa, tais como livre-pensadores (sem identificação religiosa), e protestantes (luteranos, reformados, menonitas). A religião protestante foi importante para os alemães; muito além do sentido de confissão religiosa, foi elemento de constituição da própria identidade dos imigrantes. Tanto a religião, quanto a língua possibilitaram “um jeito de ser alemão” (MEYER, 2000, p. 76). A IECLB, por exemplo, só nacionalizou-se com a Segunda Guerra e com o Estado Novo (DREHER, 1993, p. 130).

É possível perceber, no discurso religioso de Roessler, a utilização de um imaginário de cunho sagrado, a exemplo do verificado por Alcir Lenharo (1986), para a configuração política do Estado Novo. Tanto a propaganda, quanto o discurso político, empresarial e intelectual produzidos naquele contexto estavam impregnados de imagens cristãs (católicas). Uma das estratégias, no mundo do trabalho, foi a entronização da imagem de Cristo crucificado nas fábricas paulistas, proposta pelo arcebispo de São Paulo à Fiesp e aceita pelos empresários como instrumento capaz de conciliar as classes (LENHARO, 1986, p. 170-71). No âmbito familiar, setores da Igreja consideravam o trabalho da mulher “fora do lar” um “flagelo social”,

⁵¹³ Encontrei maiúsculas em “Religião e natureza” (CP, 01/08/1958), “Educação do coração” (CPR, 26/04/1963), “Banhos de sangue em todo mundo” (CPR, 20/04/1962), “Com que direito fazem isto?” (CPR, 10/02/1961), “Como outros pensam sobre passarinhos” (CPR, 15/06/1962), entre outras.

pois a emancipação feminina poderia levar à destruição da família (LENHARO, 1986, p. 183-84). Como vimos, Roessler compartilhava dessa concepção. No plano maior, a Nação era erigida como objeto religioso “a quem se venera, a quem são dirigidas as preces cotidianas”; a Nação era um corpo único (metáfora do corpo de Cristo: a cabeça, o comandante – Vargas; o corpo era o povo, os comandados) com duas naturezas, religiosa e social (LENHARO, 1986, p. 191).

Outra questão importante apreendida por Lenharo, que pode ser extensível ao discurso religioso de Roessler, é o “agulhão da culpa”. Baseado em Elias Canetti, o autor adapta o dispositivo “agulhão-ordem”⁵¹⁴ que move a obediência militar à advertência religiosa de “não pecar”:

Sua infração acarreta o agulhão da culpa. O debelamento do agulhão só se torna possível com o acatamento da ordem, que repercute inevitavelmente no arrependimento e no respeito à Ordem estabelecida. Enquanto dispositivo de dominação, este aqui denota tanta ou maior eficácia, pois a expulsão do agulhão só pode ser alcançada através do perdão da autoridade religiosa, ficando a consciência da vítima do agulhão-culpa diretamente subordinada a ela (LENHARO, 1986, p. 201).

A advertência de Roessler de que destruir a natureza, obra divina, é “um pecado contra Deus” se insere perfeitamente no “agulhão-culpa”. A partir de um impulso negativo (ordem proibitiva de não pecar), funda-se a culpa na consciência de quem se arriscar a não obedecer. Por isso, a ênfase na educação repressiva e na impregnação da ideia sagrada da natureza nas mentes infanto-juvenis. Articulando a ameaça da culpa com a divinização dos elementos naturais, Roessler tentava refrear a destruição ambiental no futuro.

Em escala bem menor, obviamente, nas campanhas de Roessler, ocorre algo semelhante ao verificado por Lenharo para o Estado Novo, na utilização de imagens “caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro” (LENHARO, 1986, p. 194). Entre elas, podemos destacar a ideia de natureza como “mãe”, que remete à Nossa Senhora, e por isso deve ser venerada. Além disso, a referência às práticas satânicas, ao “diabo”, parece ter a intenção de provocar o medo e a culpa na consciência dos transgressores. É também uma ameaça: se a pessoa cometer pecado contra a obra divina, irá para o inferno, pois destruir a natureza é uma prática diabólica.

⁵¹⁴ “Toda a ordem compreende um impulso, de quem o emite, e um agulhão, de quem o recebe”. O agulhão penetra fundo; em situações similares a que foi emitida, a ordem será expulsa num novo impulso e criará um novo agulhão. “Todo aquele que acatou uma ordem conserva sua resistência como agulhão, como espinho dentro de si, um duro cristal de rancor. Conseguirá desfazer-se dele somente quando vier a emitir uma ordem semelhante” (LENHARO, 1986, p. 199).

Para Roessler, os “princípios de bondade, amor e compaixão com os irracionais” deveriam ser inicialmente “instilados nos corações das crianças desde a primeira infância” no lar e, mais tarde, na escola, pois aos professores “cabe a sublime missão de continuar a grande obra de formação do caráter da juventude”⁵¹⁵. Dessa forma, os jovens aprenderão a compreender as necessidades de carinho e proteção dos animais, que “Deus colocou no mundo para servir à humanidade, até com sacrifício de suas vidas”. Bem influenciados pelos “pais e mestres e o ensino religioso”, abster-se-ão de “atos de brutalidade, destruição e de pecados”⁵¹⁶. Tratar mal os animais era pecado (que provocava a culpa); isso poderia ser evitado com um trabalho educativo e religioso, pelo qual pais e professores deveriam ser os responsáveis.

É interessante a noção de que Deus colocou os animais no mundo para servir o homem. Como em outras passagens, há em Roessler uma visão utilitarista da natureza. Quando ele clamava por reflorestamento, por exemplo, seus argumentos eram econômicos (como no livro de Mansueto Koscinski), ou quando foi contra a caça dos passarinhos, a justificativa era o “prejuízo à agricultura”, pois os passarinhos comiam muitas pragas e insetos que atacavam as lavouras (semelhante a Lobato e Von Ihering, por exemplo). Do mesmo modo, quando protestava contra a matança de alevinos nas bombas de sucção nas fazendas de arroz, sua explicação era que, por conta disso, ocorria um prejuízo à economia popular, pois muitos peixes que poderiam saciar a fome de pessoas carentes eram mortos para virar adubo e alimento na criação de porcos (ROESSLER, 2005, p. 164-66). Parece-me que, para ganhar adeptos às suas campanhas, Roessler precisava reforçar, além do caráter sagrado, o aspecto utilitário da natureza; só por beleza estética, ou por amor, sua proteção não teria legitimidade perante a sociedade da época, que, pelo que foi possível perceber nos documentos analisados para esta dissertação, considerava-a um bem religioso, mas também uma riqueza a serviço da Pátria.

O discurso patriótico, nacionalista, foi característico dos anos 1930-1964 no Brasil. Naquele contexto, ser nacionalista não era uma opção ideológica e política de conteúdo unívoco e os conceitos nação, nacionalismo e nacionalista tornaram-se rótulos designadores de realidades diversas entre si. O nacionalismo configurou-se inicialmente como uma ideologia de Estado, durante os anos em que Getúlio Vargas governou, e também esteve presente no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, assim como nas reformas propostas por João Goulart. Com o tempo, o discurso nacionalista influenciou, além da esfera política, as

⁵¹⁵ ROESSLER, H. Educação do coração. *CPR*, Porto Alegre, 26/04/1963 (AHRs).

⁵¹⁶ *Ibidem*.

discussões nos partidos, sindicatos, associações de intelectuais, estudantes e militares (MOREIRA, 1998).

Em conferência pronunciada na instalação do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, em 1946, o educador Fernando de Azevedo (2005, p. 122) mencionou que “o mais seguro dos oráculos é defender sua pátria”. Ao enfatizar que “a Pátria está sendo afogada na miséria pelo desflorestamento”⁵¹⁷, e que “o malbaratamento dos nossos recursos florestais é um processo espoliativo, condenado pelos verdadeiros patriotas”⁵¹⁸, Roessler articulava o discurso nacionalista com o protecionista. Alertar da necessidade de proteger a natureza era o dever de todo o cidadão que se preocupava com o futuro da Pátria. Esse era o tom do discurso de sua época.

A crônica “Como outros pensam sobre ‘passarinheiros’”⁵¹⁹ é interessante porque revela um pouco da recepção do discurso de Roessler entre seus contemporâneos. Ele, ocasionalmente, reproduzia trechos das correspondências que recebia de seus leitores na sua coluna semanal, no entanto, é provável que transcrevesse apenas aquelas com as quais tinha afinidade, que tivessem opiniões favoráveis sobre sua campanha de proteção à natureza.

Charles Martindale, ao estudar a teoria da recepção, enfatiza a multiplicidade de leituras que podem ser realizadas a partir de um texto; cada pessoa aproxima a leitura dos textos com sua bagagem de valores e experiências, com categorias, preconceitos, suposições construídas ao longo da vida. Para Martindale (1993, p. 11), “each interpretation has its own precision; each interprets what it sees as the significant data”.

Duas professoras escreveram ao nosso personagem com sugestões para acabar com a caça de passarinhos. A primeira professora, em uma “comovente carta”, segundo Roessler, relatou que era das que

amam, admiram e não se cansam de descobrir as maravilhas que DEUS nos deu: os pássaros, as árvores, as flores, os animais, tudo que encanta (...) são inocentes, sem defesa, e por isso os protejo. (...) Eu não posso compreender como os homens sentem prazer em caçar; só posso atribuir ao instinto atávico, é a única desculpa. (...) O que será que falta aos homens para se melhorarem? Religião? A religião é boa, os homens é que não a assimilam. Conselhos? Exemplos? Instrução? Educação? Bondade? Não sei. Mas acho que o nosso povo precisa de instrução, cultura – começar no lar o amor à natureza; continuar na escola e pela vida afora, sempre se martelando... amem, amem, amem: não se precisa mais do que isto: amar a natureza!⁵²⁰

⁵¹⁷ ROESSLER, H. Pinheirinhos de Natal. *CPR*. Porto Alegre, 10/03/1961(AHRS).

⁵¹⁸ ROESSLER. 25/01/1963. Op. Cit.

⁵¹⁹ ROESSLER, H. Como outros pensam sobre ‘passarinheiros’. *CPR*. Porto Alegre, 15/06/1962 (AHRS).

⁵²⁰ ROESSLER. 15/06/1962. Op. Cit.

Como podemos observar, o discurso da professora possui elementos religiosos, semelhante ao do próprio Roessler. Os dois discursos partiam de uma concepção de educação tradicional e da natureza como obra divina, idealizada, cuja fragilidade precisava ser protegida pelo homem, comum nos textos do início do século XX. O problema é que o homem parecia não querer cumprir a *missão* que Deus lhe havia confiado.

A segunda professora sugeria “lições de civismo e moral, instruções sobre os benefícios que nos prestam esses passarinhos, devorando as larvas de insetos dos nossos pomares, hortas e plantações”, assim como “a criação de ‘Clubes dos Amigos da Natureza’, com aulas bem orientadas e dirigidas”. Também essa leitora acreditava na educação, como Roessler. Aqui podemos verificar uma difusão do discurso da proteção à natureza na sociedade. As educadoras reproduziram o que, provavelmente, leram nas crônicas dele, que já recomendavam a articulação entre educação e religião desde 1958. As manifestações das professoras revelam que o discurso de Roessler era bem aceito (pelo menos entre uma parte da população), ao reproduzi-lo.

Na crônica “Sobrevivência da Humanidade ameaçada” (ROESSLER, 2005, p. 65-66), Roessler se mostrou preocupado com a fome no mundo. Ele previu que, em 2000, haveria seis bilhões de habitantes no mundo, aumentando a pressão por alimentos, no entanto perdia-se ano a ano espaço para agricultura, com o esgotamento da fertilidade do solo, aumento das cidades, alargamento das estradas, maiores campos de treinamento militar, novos campos de aviação, etc. Para ele, “a Humanidade, encabeçada pelos seus dirigentes, todos movidos pelo egoísmo e materialismo, empenhada na caça ao dinheiro e posições, ignora ou não quer ver a gravidade nesse problema supremo da sobrevivência”. Roessler se colocava na posição de profeta, de pregador, alertando a população da seriedade desse problema, que colocava em risco a sobrevivência da espécie humana: “apesar de convencidos que estamos *pregando* num deserto, não podíamos deixar de dar mais esse brado de alerta [grifo meu]” (ROESSLER, 2005, p. 66).

“A verdade sobre o problema florestal”⁵²¹ foi o texto mais longo escrito por Roessler, dividido para ser publicado em quatro semanas no jornal. Essa crônica contém, no final, um vaticínio catastrofista, talvez numa referência ao apocalipse bíblico, permeado de religiosidade:

CARO LEITOR – Tenha reverência e piedade das árvores e animais silvestres. Consulte seu coração, que lhe dirá que deve auxiliar na sua proteção. Prontifique-se a colaborar desde hoje mesmo. A recompensa divina pelo que fizer pelos indefesos não tardará. Se realmente estiver impedido, faça pelo menos uma prece pela natureza moribunda, pedindo que o Onipotente misericordioso modifique a mentalidade depredadora do nosso povo, salvando-o do inferno certo que cobrirá a terra⁵²².

⁵²¹ ROESSLER. 15/08/1958. Op. Cit.

⁵²² Ibidem.

Roessler assume uma posição de profeta, ao prever “o inferno certo que cobrirá a terra”. Essa imagem de profeta também está presente nas lembranças de Vinícius Bossle:

eu tenho impressão, prá mim, que *ele achava que era um predestinado*. Essas pessoas meio profetas (...). Ele era uma pessoa alta, rosto meio ascético, cabelo meio repartido, falava pouco, e ia a todos os colégios para plantar uma árvore. No dia da árvore, ele escolhia o colégio e ia, ele tava permanentemente em atividade, *era o sacerdócio mesmo dele*. Era a missão que ele tinha pra cumprir, e acho que cumpriu, né? (...) *o trabalho dele era o evangelho* (...). Foi pra África dele. *Cumpriu uma missão*. Trabalho de missionário, *missionário da natureza*. Fez, se projetou, realizou e se revelou no trabalho dele. Por isso a minha opinião, ele aprendeu com a natureza (...). Pra amar tanto a natureza como ele amava, tem que estar em contato, tem que viver com ela [grifos e sublinhados meus] ⁵²³.

O jornalista percebeu que o trabalho pela natureza era algo que o próprio Roessler atribuía a si mesmo: seu maior dever, encarado como uma missão de vida, um “sacerdócio”, um “evangelho”, atitudes típicas de um “profeta”, de um “predestinado”, e - por que não? - de um “pioneiro”. A “África de Roessler” foi a batalha diária para proteger a natureza, mas, se pudesse localizar no mapa, diria que a “África dele” ficava na região nordeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente nas cidades que receberam colonização de diversos grupos étnicos italianos.

Roessler, dessa forma, apresentava-se como o interlocutor entre Deus e “os outros sujeitos”, alertando sobre o mau uso dos elementos naturais e, ao mesmo tempo, visando reprimir as contravenções. Para que sua mensagem fosse compreendida, utilizava símbolos religiosos, sacralizando a natureza, e apelava para o argumento do “pecado contra Deus”: o homem que agisse bem seria recompensado, amparado; o que atuasse mal não seria salvo do inferno. Além disso, quem protegesse a natureza estaria prestando um grande serviço à Pátria.

Podemos perceber, portanto, que o discurso de Roessler estava afinado com o de seus contemporâneos. A discussão sobre a proteção da natureza estava presente em várias instâncias da sociedade; além de publicações especializadas, de acesso restrito, o tema era tratado no discurso político e na imprensa - local e nacional. Talvez, naquele contexto, faltasse alguém que conseguisse traduzir as informações sobre o assunto para o grande público, de forma acessível, comovente e, muitas vezes, apaixonada, o que Roessler conseguiu suprir muito bem. Associando a proteção da natureza a argumentos sacralizantes e educativos, ele ganhou a

⁵²³ BOSSLE. Op. Cit.

simpatia de uma parcela da população, leitores do *Correio do Povo* em geral, professores, agricultores, religiosos, etc.

Nos textos de Roessler, foi possível constatar a importância do discurso religioso, sacralizante, para compreendermos como ele encarava seu trabalho de proteção à natureza: uma missão. Roessler era um missionário, um profeta, que fazia a intermediação entre a natureza – criação divina e o homem. Além disso, promover a proteção à natureza era um dever patriótico de todo o cidadão, pois estaria defendendo as maiores riquezas do Brasil: sua fauna, flora, rios e minérios. Essa noção, como vimos, era usual na primeira metade do século XX, nos textos jornalísticos, literários, oficiais e acadêmicos. Os professores eram elementos-chave no projeto educativo-ambiental da UPN, pois eram responsáveis pela formação dos futuros cidadãos, que deviam ser “ensinados” a cuidar dos “recursos naturais” da Pátria.

Impulsionado primeiramente pela legislação ambiental publicada a partir de 1934, pelas posições que ocupou em sua trajetória, nos cargos federais vinculados ao Ministério da Agricultura e, depois atuando como presidente da UPN, o trabalho de Roessler era calcado na educação, no nacionalismo e no discurso religioso. A tensão entre esses três elementos resultaria no cidadão consciente, capaz de manejar com sabedoria os elementos naturais, evitando seu esgotamento.

Tentando articular os referenciais da história das ideias com os da história ambiental, penso que a maior das intenções de Roessler, como intelectual e autor, foi divulgar a proteção à natureza no Rio Grande do Sul. Para isso, a partir das concepções correntes no contexto em que viveu, escreveu de maneira simples e direta, alardeando seu projeto protecionista. Compartilhou das percepções sobre natureza formuladas por autores contemporâneos, de que ela era, além do maior patrimônio da nação, uma criação divina, frágil, indefesa, e por isso merecia muito ser protegida. Não chegou a formular a proteção à natureza como um projeto de identidade nacional. Sua proposta era nacionalista, porém mais preocupada com a sobrevivência das gerações futuras; por isso, apostava tanto na educação, a partir de uma perspectiva tradicional, diretiva.

Utilizando-se de concepções de sua época, assimiladas através da leitura da legislação, de textos técnicos, literários e da imprensa (especialmente revistas de divulgação, como *Fauna e Chácaras e Quintais*), aliados à doutrina religiosa, Roessler formulou sua ideia de natureza. Eram noções presentes no seu campo de possibilidades; ele as escolheu, recortou e organizou para fazerem parte de seu discurso, de seu projeto protecionista. O mérito de Roessler foi recolher os elementos que estavam circulando “por aí”, e organizá-los de forma mais facilmente inteligível para tratar os problemas ambientais que atingiam o Rio Grande do Sul,

nos anos 1939-63. Acredito que a natureza, para ele, era algo como uma representação divina; um presente que Deus criou para que os humanos pudessem garantir sua sobrevivência. Roessler, o profeta, sentindo-se imbuído de uma missão, tentava educar e convencer as pessoas de que o grande problema era que se deixaram corromper pelo egoísmo e ganância; caíram no pecado de abusar dos elementos naturais da Pátria, causando o desequilíbrio destes.

Através da utilização de símbolos religiosos, com ênfase na ameaça do pecado, dava-se a sacralização da natureza, o que, aliado com referências patrióticas, conferia legitimidade à produção discursiva de Roessler para que suas ideias pudessem ser aceitas e assimiladas por parte de seus contemporâneos, através da educação. Dessa forma, ele acreditava contribuir para que a proteção à natureza não fosse encarada como apenas “sonhos de visionários”, mas “uma das grandes realizações da Humanidade” (ROESSLER, 2005, p. 85).

5 - A construção do “pioneiro da ecologia”

O segundo eixo desta dissertação ancora-se na análise das memórias sobre Roessler. Neste último capítulo, examino textos publicados a partir de seu falecimento, que provocou grande comoção em seu grupo de relações; a construção de sua memória por entidades ambientalistas, nos anos 1970, que se declaram herdeiras da UPN, como AGAPAN, UPAN e Movimento Roessler; textos publicados para lembrá-lo nos aniversários “redondos” de sua morte ou nascimento; testemunhos orais; e a edificação de lugares de memória em homenagem a Roessler - seu nome é utilizado para designar praças, parques, monumentos e até mesmo o órgão de licenciamento ambiental do estado, a FEPAM.

O objetivo da análise é compreender como se deu a construção das memórias a respeito de Roessler: quais categorias discursivas são utilizadas para falar dele, e como elas vão se modificando (ou não) ao longo do tempo? Quais os agentes que montam essa construção discursiva? Examinando publicações em jornais, revistas, entrevistas, documentos de arquivo, bem como a legislação que instituiu seus “lugares de memória”. Analiso, nesse sentido, os seguintes lugares: Parque Henrique Luiz Roessler (PARCÃO), em Novo Hamburgo; Praça Henrique Luiz Roessler, em Porto Alegre; Placa na Praça 20 de setembro, em São Leopoldo; Mata Henrique Luiz Roessler, em São Leopoldo; FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler), em Porto Alegre; Monumento a ser construído no Parque Imperatriz Leopoldina, em São Leopoldo⁵²⁴.

Muito da atuação prática e da escrita de Roessler ficou registrada por ele e por seus amigos e admiradores, gerando uma memória fortemente consolidada de “pioneiro da

⁵²⁴ O prefeito da cidade, Ary Vanazzi, num evento da “Semana Roessler”, no qual estive presente, em novembro de 2009, disse que a inauguração do monumento seria em julho de 2010. No entanto, até a finalização do texto da dissertação, ela não se realizou.

ecologia”. O próprio Roessler já se construía para a posteridade, ao atribuir a si o título de “pioneiro da proteção à natureza”.⁵²⁵ A construção também partia de fora, de sua rede de relações, através de repetidos elogios, ao longo de sua atuação protecionista, e das homenagens recebidas por ele em vida, como a medalha de ouro, intitulada “Honra ao mérito”, concedida pela Prefeitura de São Leopoldo.

Pollak (1992, p. 201) constata que é possível que, “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar de uma memória quase que herdada”. Segundo o autor, “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9). É o trabalho de *enquadramento da memória*, que deve ser devidamente justificado, para “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem em comum”. O enquadramento é o trabalho para chegar nos “quadros sociais da memória”, que são “o resultado, a soma, a combinação de memórias de muitos membros individuais de uma sociedade” (HALBWACHS, 1952, p. 7). Avançando a noção de Halbwachs, Pollak entende que a formação dos quadros não se dá sempre de forma pacífica; muitas vezes há disputas para que determinada memória seja consolidada. É preciso realizar um esforço “para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo” (POLLAK, 1989, p. 9). Num grupo tão heterogêneo e informal, como o movimento ambientalista, com influências da contracultura e dos movimentos sociais da década de 1960, a memória pode ser pensada como um “elo” aglutinador, enquadrada para dar coerência e sentido perante a sociedade.

As memórias são sempre uma manifestação do presente; o passado é trazido à tona para legitimar posições do presente. Segundo Ferreira (2006, p. 201), a análise histórica pode “questionar a função desse passado rememorado”, entretanto, “essas memórias em circulação (...) não são boas ou más em si mesmas”. A historiadora entende que a validade do estudo das memórias, mais do que possibilitar uma compreensão do passado, é entender como elas atuam no presente. Este é o trabalho sobre a memória que tento desenvolver aqui: “um trabalho sobre o terreno da memória, mas próprio à história”.

⁵²⁵ Roessler utilizou este epíteto verbalmente, na palestra “Defendamos a natureza!” (ROESSLER, 2005, p. 93).

5. 1 - Roessler, o primeiro construtor de sua memória: *escrita de si e retórica*

Em documento datilografado de seu arquivo pessoal⁵²⁶, Roessler produziu uma síntese autobiográfica, narrando, em três páginas e em terceira pessoa, alguns fatos de sua vida. Segundo Pollak (1992, p. 214), tratando do testemunho de mulheres deportadas na Segunda Guerra Mundial, “o predomínio de determinados pronomes pessoais no conjunto de um relato de vida seria uma medida, ou um indicador, do grau de segurança interna de uma pessoa”. Em meu caso de estudo, suponho que a terceira pessoa em Roessler possa indicar um alto grau de segurança interna. Colocando-se “de fora” de si mesmo, talvez, tenha sido mais fácil a ele narrar os acontecimentos que julgou importantes, aos quais quisesse conferir uma certa “neutralidade”, em função da posição que ocupava como Delegado Florestal; em terceira pessoa, o relato poderia revestir-se de uma autoridade maior do que em primeira, em que se exporia muito mais através do pronome “eu”.

Roessler não indica a data da escrita, porém, pelo conteúdo, é possível saber que foi anterior à sua dispensa do Serviço Florestal (1954) e depois do acidente em que perdeu um dos pés (1952); creio que foi redigido por volta de 1953, durante o período de convalescença. Ele começa expondo as “dificuldades encontradas na mocidade: descendência humilde, vivendo num meio acanhado como era S. Leopoldo de antanho”. Relata que, devido à falta de recursos, não pôde completar o curso ginásial – equivalente às séries finais do atual ensino fundamental, hoje do 5º ao 9º ano –, e que cedo teve que trabalhar, em Porto Alegre durante três anos. Depois disso, teve um armazém, o qual liquidou “quando foi servir no Exército”.

Depois do Exército, “exerceu as profissões liberais de desenhista, escultor de madeira, construtor de barcos e contador, das quais a última exerce até hoje para poder viver, cuidando sempre de se manter *independente e senhor de seu tempo* [grifo meu]”. Aqui já aparece um enaltecimento de si próprio, na preocupação com a independência, tanto financeira, quanto no que diz respeito ao controle e posse do tempo: ele e não outra pessoa seria responsável pelo *seu tempo*.

As diversas profissões exercidas possibilitaram o acúmulo de “economias”, através das quais adquiriu “as máquinas do Atelier de Bordados, com o qual mais tarde a esposa passou a sustentar a família para que o marido pudesse se dar ao luxo de manter uma Repartição Pública

⁵²⁶ ROESSLER. Dados. Op. Cit.

à sua própria custa”. Como vimos acima, o cargo de Delegado Florestal não era remunerado, mas o de Capataz do Porto, sim.

Roessler declarou que seu interesse pela proteção à natureza veio da observação das devastações e do advento de uma extensa legislação ambiental. Em 1939, ele foi nomeado Delegado Florestal, tornando-se, em suas próprias palavras, “*pioneiro* do Serviço Florestal no Estado”. Antes de qualquer atribuição “de fora”, é o próprio Roessler que se autodenomina “pioneiro”; através deste epíteto, ele já estava elaborando a memória pela qual desejava ser lembrado no futuro. E é o que efetivamente ocorre, pois ele será reconhecido por diversas entidades e instituições como “pioneiro”, só que de maneiras diferentes, como veremos mais adiante.

Roessler inclui na narrativa autobiográfica ameaças, agressões e o acidente no jipe da fiscalização, em 1952. A recuperação rápida, possibilitando que ele retornasse às fiscalizações em dez meses, conferiu-lhe certo *glamour*; como vimos, Roessler repetiu incessantemente que havia ficado “aleijado”, “mutilado”, o que reforçava ainda mais sua “abnegação”, outra palavra de presença constante nas narrativas elaboradas por ele e pelos outros. No documento autobiográfico, essas categorias discursivas também não faltaram ao tecer sua trajetória:

Mesmo *aleijado* e com a marca da *abnegação* no próprio corpo, o Delegado Regional não esmoreceu na luta contra os destruidores de toda a espécie, aproveitando o período de readaptação para desenvolver uma grande e persistente campanha de propaganda e de orientação entre a juventude escolar e elemento rural do Estado, com a colaboração do Clero e das autoridades Escolares do Estado e dos Municípios, reiniciando após 10 meses as viagens de fiscalização, que são a alma do sucesso, porque foi praticamente comprovado que só legislar não basta [grifos meus]⁵²⁷.

A referência ao caráter abnegado do trabalho de Roessler reaparece em diversas narrativas enaltecidas posteriores à sua morte. Também o fato de ter conseguido recuperar-se e voltar à ativa em tão pouco tempo, “mesmo aleijado”, demonstra que ele queria ser lembrado como uma pessoa forte, que resistia e superava as dificuldades. O ideal da proteção à natureza era mais importante que as limitações físicas.

No final do “Relatório sobre o acidente”⁵²⁸, Roessler escreveu: “Este relatório tem (apenas) a finalidade de deixar documentado para o futuro a ocorrência nesse Serviço”. Roessler se considerava alguém importante, de prestígio, por isso era conveniente deixar registrada a “sua versão” de sua própria vida. Ele parecia ver-se como alguém que merece uma biografia.

⁵²⁷ Ibidem.

⁵²⁸ ROESSLER. Relatório. Op. Cit.

As categorias discursivas que os agentes do enquadramento das memórias sobre Roessler utilizaram após sua morte partiram dele mesmo, que as utilizou para construir-se. Os dois documentos de seu arquivo privado aqui mencionados indicam que ele foi o primeiro agente na construção do discurso pelo qual gostaria de ser lembrado depois de sua morte. Através da escrita, construiu-se *para si e para os outros*. Neste sentido,

a escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004, p. 14).

Além da produção de si através da escrita de documentos de seu arquivo pessoal e das correspondências, percebe-se esforço semelhante na retórica de Roessler, tanto nas palestras que ele proferiu em escolas, clubes de caça, Lyons e Rotarys, como nos textos para divulgação pública, no *Correio do Povo*. Havia, na fala de Roessler, elementos argumentativos que o tornavam persuasivo para os ouvintes.

Na palestra “Defendamos a natureza!”, encaminhando-se para o final da exposição, Roessler se dirigiu à plateia autodenominando-se “pioneiro da proteção à natureza”. Um aspecto interessante ressaltado por Perelman e Tyteca, que pode ajudar-nos a compreender melhor o caráter de Roessler como orador, é a ligação entre a pessoa e seus atos. O próprio palestrante, ao intitular-se “pioneiro da proteção à natureza”, utilizava uma qualificação, um epíteto, que, intencionalmente, “visa deixar imutáveis certas características cuja estabilidade fortalece a personagem” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 335). A seu favor, Roessler possuía muitas ações em prol da natureza, desde seu cargo de Delegado Florestal até a fundação de uma entidade de proteção à natureza (não esquecendo que era a primeira no Rio Grande do Sul), sem falar nos textos que escrevia sobre questões ambientais. Roessler, *a pessoa*, podia ser vista como “suporte de uma série de qualidades, autora de uma série de atos e de juízos, objeto de uma série de apreciações, é um ser duradouro a cuja volta se agrupa toda uma série de fenômenos aos quais ela dá coesão e significado” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 336). Os atos do palestrante credenciavam-no a autodenominar-se “pioneiro”; isso também fazia com que os outros atribuíssem o valor dos *atos* de Roessler à *pessoa* dele. Ocorreu uma “transferência de valor” do ato à pessoa, que passou a conceder-lhe certa autoridade, nos arredores de São Leopoldo e em grande parte do Estado, naquele contexto.

A figura de Roessler ganhou coesão ainda em vida, credenciada pelos atos passados e efeitos produzidos, que formaram “um ativo muito apreciável (...) uma espécie de capital que se

incorporou à pessoa” (PERELMAN, TYTECA, 2005, p. 341). Esse capital simbólico extrapolou sua existência e, pode-se dizer, persiste até o presente momento. Sua imagem é sempre lembrada para legitimar projetos de defesa ambiental, no Vale do Rio dos Sinos.

Em meu caso de estudo, não procuro a verdade nos relatos de Roessler. Entendo que seu objetivo maior, quando escrevia, ou falava sobre si mesmo, selecionando alguns acontecimentos de sua vida (destacando o acidente, por exemplo) e omitindo outros (como a relação com a ICA), era registrar *o Roessler* que ele queria deixar para o futuro. Havia inúmeras alternativas à sua escolha; os textos e as palestras foram organizados conforme sua vontade no momento, mas dentro do que era plausível em seu campo de possibilidades.

5. 2 - A construção em torno da morte de Roessler

Na manhã de 14 de novembro de 1963, dois dias antes de completar 67 anos, após tomar banho e vestir-se com o melhor terno e gravata, Roessler entrou na cozinha de sua casa, para o café da manhã. Era o dia de ir a Porto Alegre; uma vez por semana ele cumpria o rito de ir à Capital, levar o artigo ao *Correio do Povo*. Após beijar a esposa, sentou no “seu lugar” na longa mesa em que a família fazia as refeições, de costas para a porta de fundos. Enquanto conversava com Dona Thekla, que continuava nos afazeres domésticos, ao fogão, Roessler começou a comer uma laranja. Repentinamente, ela ouviu um barulho e comentou que deveria ser a batida de alguma porta. Acariciou a cabeça do marido, dizendo que iria verificar o que aconteceu. Ao voltar, veio falando, no enorme corredor da casa, que “não era nada”. Quando entrou na cozinha, Roessler já estava pendendo para o lado, lentamente, até cair em cima da mesa. D. Thekla não teve tempo de segurá-lo. De acordo com a narrativa de Maria Luiza, foi a “visitante soturna”⁵²⁹. A neta afirmou não ser este o primeiro caso de morte súbita na família.

Como a mesa era de madeira, a queda teria provocado um corte profundo na testa de Roessler. Segundo Maria Luiza, não havia nenhum sinal de dor ou sofrimento na face do avô: “não disse ‘ai’, caiu da cadeira sem uma expressão no rosto”. O médico observou o corpo de Roessler e firmou o atestado de óbito, dando como causa da morte “infarto fulminante cardíaco”⁵³⁰. A neta relatou que, na ocasião, o Dr. Élio teria dito que não foi um enfarte; na verdade, não sabia o que aconteceu, mas acabou escrevendo no atestado de óbito o mais fácil diagnóstico.

⁵²⁹ ROESSLER, M. Entrevista. Op. Cit.

⁵³⁰ CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL. Certidão de Óbito de Henrique Luiz Roessler. São Leopoldo, 20 de novembro de 1963 (APHR).

Entretanto, em matéria lembrando os 25 anos do falecimento de Roessler, Milton afirmou que o pai teria morrido “enquanto barbeava-se para ir a Porto Alegre, fulminado por um ataque cardíaco”⁵³¹. A causa da morte em si talvez não seja tão importante para nosso estudo, porém é interessante perceber o quanto pode haver de construção nos relatos sobre o acontecido em 1963.

Para Rondelli e Herschmann, ao teorizar sobre a morte que é transformada em espetáculo na mídia (em artigos, obituários, e até mesmo na TV), as narrativas produzidas neste momento evocam um enquadramento de memória, reconstruindo uma trajetória de vida para “arrebatar o interesse, sobretudo pelo impacto emocional, causado pela morte de um personagem público definido” (RONDELLI, HERSCHMANN, 2000, p. 284). No caso de Roessler, não se pode dizer que houve uma “espetacularização da morte”, pois este parece ser um fenômeno do final do século XX, em que o processo de globalização, que tornou o mundo uma comunidade sem fronteiras e com acesso a tecnologias de comunicação impensáveis nos anos 1960, provocou também uma certa perda de “âncoras temporais”. Contudo, percebo uma certa mobilização da mídia em torno da morte de Roessler, porque, mesmo guardadas as devidas proporções, ele era uma pessoa conhecida no Estado, e possuía prestígio local. Uma série de profissionais do ramo (repórteres, fotógrafos e editores), bem como amigos do falecido, são chamados a produzir, no primeiro momento, um número especial do *Correio do Povo Rural*, onde são reunidos “fragmentos a serem dotados de sentido e que elaborarão uma imagem abrangente sobre quem foi aquele sujeito”. O momento da morte, para esses autores, é importante no campo biográfico, pois, em geral, motiva a construção de narrativas sobre o morto, “é especialmente a partir de sua morte que a vida começa a ganhar sentido e o sujeito passa, então, a habitar a memória, o imaginário social” (RONDELLI, HERSCHMANN, 2000, p. 288-89).

Os principais suportes para a memória⁵³² que se construirá de Roessler são os textos na imprensa e, posteriormente, os lugares de memória, que analisaremos no tópico 5.6. Em geral, nos textos escritos sobre os falecidos, ocorrem algumas repetições, cuja percepção pode ser interessante. Uma delas já podemos notar no depoimento da neta, é a narrativa da “queda” da cabeça na mesa, que remete a uma representação presente em outras narrativas publicadas em memória de Roessler: ele não teria simplesmente morrido, teria *tombado*. O discurso do

⁵³¹ TOSI. 13/11/1988. Op. Cit.

⁵³² Suportes para a memória “não são apenas meios de conservação, mas as próprias condições de sua elaboração” (FERREIRA, AMARAL, 2004, p. 137). A memória necessita de registros físicos para que possa perpetuar-se, através das gerações. Le Goff (2003), no capítulo “Memória”, faz uma interessante sistematização do desenvolvimento da memória, desde as sociedades sem escrita até os tempos contemporâneos, e reflete sobre a importância da escrita como suporte da memória coletiva.

General Mário Fonseca (amigo pessoal, um dos sócios-fundadores da UPN e da AGAPAN) no funeral de Roessler foi publicado no *Correio do Povo Rural* especial, com outros textos dedicados a Roessler. Para Fonseca, “só mesmo a morte, implacável e fria, inexorável e invencível, poderia derrubar um gigante dessa envergadura moral. Faleceu repentinamente (...). Caiu como *tomba* um jequitibá altamente fulminado por um raio [grifo meu]”⁵³³.

Em outro texto, lembrando dois anos do seu falecimento, Roessler é apresentado como “um abnegado que *tombou* fulminado, empunhando a bandeira de seu idealismo [grifo meu]”⁵³⁴. A imagem reaparece em reportagem de 1974, quando Roessler recebeu homenagem no dia 20 de setembro, dentro do programa de atos alusivos ao Sesquicentenário da Imigração Alemã, em São Leopoldo. Na ocasião, Fonseca proferiu discurso novamente⁵³⁵, considerando que “Roessler foi um grande homem. *Tombou* como um jequitibá⁵³⁶ da floresta fulminado por um raio”⁵³⁷.

No *Correio do Povo Rural* dedicado a Roessler, foram publicados, além do discurso do Gen. Fonseca, outros cinco textos que são significativos para que uma determinada memória sobre nosso personagem fosse consolidada. Os títulos de três deles contêm epítetos que dizem muito sobre como os autores lembram-se do falecido. A reportagem de maior destaque, nas páginas centrais do suplemento, intitula-se “Morreu Roessler, o ‘*protetor da natureza*’ [grifo meu]” e é acompanhada de fotos em que ele aparece plantando uma árvore. O autor do artigo, Vinícius Bossle, escreveu que a vida de Roessler, o “‘Protetor da Natureza’, deve ser olhada como um exemplo de idealismo, de amor e de coragem”⁵³⁸.

Em “Desaparece um *bravo!* [grifo meu]”, consta que a morte de Roessler geraria uma série de perdas, “a UPN perde um grande batalhador; o *Correio do Povo* um colaborador assíduo e combativo; a flora, a fauna e todos os que as defendem, veem-se privados de um grande e sincero amigo”⁵³⁹. Os exemplos de outros países, como Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, teriam inspirado “Roessler nos seus trabalhos, porque ele era um patriota, um bravo (...) o Rio Grande do Sul e o Brasil assumiram uma grande dívida para com esse homem intemorato e bem intencionado”. O autor, Dirceu Terres, sugere, inclusive, que a cidade de São

⁵³³ FONSECA, Mário. Um grande homem. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).

⁵³⁴ COSTA, Antônio José. Em memória de Henrique Luiz Roessler. *CPR*. Porto Alegre, 12/11/1965 (MVSL).

⁵³⁵ Ver apêndices.

⁵³⁶ O Jequitibá é uma grande árvore brasileira, da família das *Lecitidáceas*, presente na Mata Atlântica, que pode chegar a 40-50 metros de altura (PEIXOTO, 2002, p. 174). Trata-se de árvores de grande porte, tanto na altura, quanto no diâmetro. Portanto, ao comparar Roessler com uma delas, os autores querem realçar a sua grandeza, além de torná-lo quase um elemento da natureza, da floresta, que foi defendida por ele inúmeras vezes.

⁵³⁷ *CPR*. Henrique Luiz Roessler: Um símbolo do Amor à Natureza. Porto Alegre, 27/09/1974 (MVSL).

⁵³⁸ BOSSLE, Vinícius. Morreu Roessler, o “protetor da natureza”. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).

⁵³⁹ TERRES, Dirceu. Desaparece um bravo! *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).

Leopoldo erguesse um busto no local onde está situado o Jardim Zoológico e, no pedestal, mais ou menos, estes dizeres: “HENRIQUE LUIZ ROESSLER, Presidente da União Protetora da Natureza, um dos mais eficientes guardas florestais do Brasil, exemplo para todos aqueles que amam e defendem nossas matas e nossos animais [grifo do autor]”⁵⁴⁰.

O terceiro texto a que me referi acima, “Morreu o protetor da natureza”, reforça o epíteto anunciado no artigo de Bossle. Para o autor, Antônio José Costa, “Roessler foi o maior guarda florestal e o mais eficiente fiscal de caça e pesca de todo o Brasil. (...) No cumprimento de suas funções sempre foi honesto e incorruptível”⁵⁴¹. Aparece aqui a ênfase no bom caráter do “protetor”, bem como a dimensão do trabalho de Roessler é ampliada do Rio Grande do Sul para “todo o Brasil”. Em vista disso, Costa considera ser necessário “perpetuar a memória do saudoso Roessler, sem dúvida alguma, um dever do Rio Grande do Sul e do Brasil, principalmente os caçadores e os pescadores conscienciosos”, lançando um apelo aos Clubes de Caça e Pesca, às escolas rurais, à Câmara de Vereadores de São Leopoldo, “para que inaugurem em suas sedes o retrato daquele que foi um mártir em defesa de nossa fauna”⁵⁴².

Podemos perceber que os três artigos, além de exaltarem o caráter “bravo”, o idealismo, a coragem, o patriotismo e até mesmo o “martírio” de Roessler, lançam sugestões de propostas para “perpetuar” sua memória. Terres sugere um busto no Jardim Zoológico, certamente porque foi uma área verde defendida por Roessler em suas crônicas⁵⁴³, e Costa recomenda que seu retrato seja inaugurado em diversas instituições. A memória de Roessler, como em muitos outros casos, parece necessitar de um suporte físico para se ancorar. Analisaremos, mais à frente, nesta dissertação, a monumentalização⁵⁴⁴ de Roessler, a quem são dedicados vários “lugares de memória”, dos quais emerge uma dialética interessante de memória e esquecimento. Para Abreu, a própria comemoração (no sentido de lembrar junto) da morte pode ser considerada um lugar de memória; o morto mesmo pode ser pensado como “homem-memória” (ABREU, 1994b, p. 207).

Além de textos, nas páginas centrais do *Correio do Povo Rural*, havia fotos de Roessler. Segundo Abreu (1994b, p. 210), “o aspecto visual constitui peça-chave na monumentalização

⁵⁴⁰ Ibidem.

⁵⁴¹ COSTA, Antônio José. Morreu o protetor da natureza. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963, p. 16 (APHR).

⁵⁴² Ibidem.

⁵⁴³ Exemplos de crônicas em que Roessler defendeu o parque: “O Horto Florestal de São Leopoldo” (*CPR*, 04/10/1957) e “Querem aniquilar o Parque Zoológico” (*CPR*, 01/03/1963).

⁵⁴⁴ Segundo Delgado, monumentalização é o “processo pelo qual uma pessoa passa a integrar o patrimônio de uma nação ou região” (2000, p. 134 – nota de rodapé). Ver ABREU (1994a). Ao diferenciar documento e monumento, Jacques Le Goff entende o primeiro como escolha do historiador; o segundo como herança do passado. Para Le Goff (2003, p. 526), uma das características do *monumento* é “o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas”. Tornar uma figura humana um monumento é, portanto, atribuir-lhe um significado importante na história nacional ou regional.

de uma pessoa”. Os responsáveis pela construção da memória, em geral, selecionam imagens que melhor expressem suas afirmações textuais. Na reportagem central, uma sequência de três fotografias mostra Roessler plantando uma árvore. As árvores e os passarinhos foram os elementos naturais mais defendidos por ele, desde 1939; a intenção de mostrá-lo no ato da plantação pode ter sido a de reforçar a ideia de “protetor da natureza”, título em letras maiúsculas, com grande destaque no centro das páginas.



Figura 17 - Roessler plantando árvore. CPR, 22/11/1963 (APHR)

O material iconográfico sobre o morto recebe fundamental importância por fixar a imagem pela qual ele será reconhecido, ao longo do tempo, após seu falecimento. De fato, “há sempre uma imagem que se sobressai entre as demais, estabelecendo uma memória visual do biografado aceita coletivamente” (ABREU, 1994b, p. 210). No caso de Roessler, a foto “oficial”, que aparece recorrentemente em livros, reportagens e está em um pôster na entrada da FEPAM é a que o mostra ainda jovem, na faixa dos 30-40 anos:



Figura 18 - Roessler (APHR)

A imagem escolhida é de um Roessler mais ou menos jovem, com o olhar ao longe, à frente, semblante sério; talvez ela seja, dentre outras possibilidades (outras fotos, em outros momentos do personagem), a que melhor ilustre as mensagens textuais sobre ele, ao sugerir uma personalidade forte e “visionária”.

5. 3 - A construção do “pioneiro” por entidades ecologistas

AGAPAN

Em 27 de abril de 1971 foi fundada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em Porto Alegre. A entidade anunciou, já no início, que estava sendo criada com a finalidade principal de “educar o povo para a preservação e conservação dos bens naturais”⁵⁴⁵. Também declarou que “terá como escopo os ideais conservacionistas de Henrique Luiz Roessler, do padre Balduino Rambo e de Antonio Teixeira Guerra, e objetivará em sua linha de ação o combate aos predadores do ambiente natural em seus mais variados campos – flora, fauna, solo, rios, mares, atmosfera, belezas paisagísticas e ruídos ambientais”⁵⁴⁶. No *Programa de Luta* da AGAPAN (APAC), os nomes de Roessler, Rambo e Guerra também aparecem como patronos; Roessler é o primeiro patrono, acima dos outros dois homenageados.

O Padre Balduino Rambo, como vimos, foi um dos autores lidos por Roessler, que, assim como ele, defendia a criação de parques naturais. Antônio Teixeira Guerra (1924-1968) foi geógrafo, nascido no Rio de Janeiro, com especialização em Geomorfologia, na França. Foi funcionário do IBGE, professor da UFF, UFRJ, UEG e autor de diversos estudos sobre conservação, como sua Tese de livre-docência intitulada *A Geografia e a Conservação dos Recursos Naturais no Brasil – Bases do Bem-Estar e da Segurança Nacional*, em 1967, na Universidade do Estado da Guanabara, hoje UERJ. Apesar de ter vivido apenas 44 anos, sua

⁵⁴⁵ FOLHA DA TARDE. Porto Alegre tem associação para proteger a natureza. Porto Alegre, 04/06/1971 (APAC).

⁵⁴⁶ FOLHA DA TARDE. Criada no Rio Grande do Sul uma sociedade de defesa do meio natural. Porto Alegre, 04/06/1971 (APAC).

produção intelectual foi extensa⁵⁴⁷, alicerçada em constantes trabalhos de campo, nos quais observava as paisagens brasileiras. É interessante observarmos a composição do panteão da AGAPAN: um contabilista, um padre-biólogo e um geógrafo. Roessler era o único sem formação superior; contudo, o que tinha maior experiência com atuação direta pela proteção da natureza, além de vasta produção jornalística. Augusto Carneiro, um dos fundadores da AGAPAN, tinha sido leitor das crônicas de Roessler no *Correio do Povo*, porém nunca o encontrou pessoalmente⁵⁴⁸. Ele apresentou os textos aos outros fundadores, entre eles José Lutzenberger e Hilda Zimmermann, que resolveram homenageá-lo como patrono da entidade.

Na construção de si operada por Roessler, ele se autodenominava “pioneiro do Serviço Florestal no Rio Grande do Sul”. No entanto, membros da AGAPAN que admiravam Roessler⁵⁴⁹ alçaram-no a “pioneiro da ecologia”, e até mesmo a “fundador da ecologia política no Brasil”⁵⁵⁰. Segundo BONES e HASSE (2002, p. 29), “tendo Roessler e Rambo por patronos, o movimento ambientalista gaúcho foi colocado de pé, formalmente, em 1971, quando um grupo de amantes da natureza fundou a AGAPAN”.

Na época em que Roessler desenvolveu seu projeto, o conceito de ecologia ainda não estava popularizado; o uso da palavra “só se tornou corrente para o grande público no início dos anos 1970” (ACOT, 1990, p. 7). No início do século XIX, em 1805, Humboldt praticava uma “geografia das plantas”, de certa forma já um ensaio da ciência ecologia, cujo termo foi cunhado por Ernest Haeckel, em 1866. No século XX, a ecologia natural “se desenvolveu enormemente, formulou conceitos precisos e cunhou uma linguagem própria”. Todo esse conhecimento se fundamenta no conceito de ecossistema, constatando que “os elementos da natureza não existem isolados uns dos outros, mas sim tendem a se combinar em sistemas complexos” (LAGO, PÁDUA, 1985, p. 17).

No final dos anos 1960, com os movimentos contraculturais e uma série de movimentos sociais em que grupos marginalizados começam a reivindicar espaço na sociedade, o termo ecologia ganha um sentido político. Os grupos que constituíam movimentos ecologistas em todo o mundo, na virada da década, em geral, entendiam que apenas uma mudança global nas

⁵⁴⁷ Seu filho Antonio José Teixeira Guerra, também Geógrafo, organizou obra com alguns textos selecionados do pai. Ver: GUERRA (1994).

⁵⁴⁸ Carneiro concedeu entrevistas à autora em diversas oportunidades: 2005, 2006, 2008, 2009 e 2010.

⁵⁴⁹ Um dos membros-fundadores da AGAPAN, o jornalista Nicolau Campos, era uma espécie de “seguidor de Roessler” (CARNEIRO, 2003, p. 17). Publicou diversas crônicas sobre proteção da natureza; numa delas, lembrando os dez anos do falecimento de Roessler, Campos considera que, no Rio Grande do Sul, Roessler foi “o pioneiro do movimento conservacionista, um lutador intransigente da desprotegida e magoada natureza”. CAMPOS, Nicolau. A morte do conservacionista. *CPR*. Porto Alegre, 21/12/1973(MVSL).

⁵⁵⁰ Esta afirmação aparece no livro que foi publicado pela AGAPAN em 1986 (editado pela Martins Livreiro), contendo 95 crônicas de Roessler, selecionadas pelos membros Augusto Carneiro, José Truda Palazzo e João Batista Santafé Aguiar. (ROESSLER, 1986, p. 8). O título já é sugestivo: *O Rio Grande do Sul e a ecologia*.

estruturas econômicas, sociais e culturais poderia apontar soluções para a crise ambiental. O modelo dominante era percebido como ecologicamente insustentável e socialmente injusto. Segundo Lago e Pádua (1985, p. 37), “a política ecologista, portanto, não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não-opressiva, igualitária, fraterna e libertária”. As propostas da ecologia⁵⁵¹, como um movimento político, são mais profundas, indo além de preocupações com a caça, a constituição de parques e o reflorestamento, por exemplo, causas defendidas pelos grupos conservacionistas e preservacionistas no final do século XIX, início do XX, em diversos países do mundo.

Num contexto de surgimento da ecologia como movimento de contestação política e social no Rio Grande do Sul, ocorre, então, a construção do “pioneiro da ecologia” e “pioneiro do movimento conservacionista” por parte de ecologistas nos anos 1970, depois da morte de Roessler. De certa forma, membros da AGAPAN se apropriaram do projeto de proteção à natureza de Roessler, como parte da memória constitutiva da entidade, para conseguir legitimidade social. Foi o que ocorreu, na recuperação da imagem de Roessler como “precursor”, “pioneiro”, que viveu em um momento anterior, mas que possuía as qualidades das quais o movimento queria apropriar-se. Pollak (1992, p. 202) chama esse fenômeno de “projeção e transferência”: a entidade ecologista projetou-se no passado e transferiu para si os elementos que caracterizaram o trabalho de Roessler, resumidos como “ideais conservacionistas”⁵⁵². Neste caso, Roessler foi apropriado como herança para o movimento ecologista⁵⁵³, na formação de sua identidade como sujeito político, no Rio Grande do Sul, nos anos 1970, talvez com o objetivo de construir uma tradição, uma continuidade no tempo. Deu-se, portanto, o enquadramento das memórias sobre Roessler, ajustando-o às novas condições de possibilidade, em que a ideia de ecologia era importante na consolidação de um novo movimento social⁵⁵⁴.

⁵⁵¹ Segundo Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 77), “embora as suas propostas também ainda não tenham sido capazes de fomentar este modelo alternativo de sociedade, a ecologia política aponta para um questionamento mais profundo do sentido das ações e interações humanas sobre o ambiente, da organização social e dos padrões de produção e consumo da sociedade moderna”.

⁵⁵² FOLHA DA TARDE. Criada no Rio Grande do Sul uma sociedade de defesa do meio natural. Porto Alegre, 04/06/1971 (APAC).

⁵⁵³ Cabe aqui esclarecer que utilizo o termo “movimento ecologista” ciente do seu caráter plural e multifacetado, englobando uma diversidade imensa de formas de mobilização em prol da natureza, a partir dos anos 1970. A própria AGAPAN, no momento da fundação, não se declarou “ecologista”; o nome da entidade ainda fazia referência à ideia de proteção.

⁵⁵⁴ O movimento ecológico era um dos novos movimentos sociais que começam a surgir na década de 1960 em vários países, em cuja base está presente um pensamento crítico “construído a partir de uma insatisfação quanto às formas de opressão e autoritarismo, tanto do capitalismo quanto das tentativas para a sua superação - o socialismo real” (SCHERER-WARREN, KRISCHKE, 1987, p. 40).

UPAN

A AGAPAN, logo após sua fundação, conseguiu expandir-se para outras cidades. A matriz era em Porto Alegre, com núcleos – filiais - no interior do Estado. Uma delas, possivelmente a mais atuante, foi a filial de São Leopoldo, a chamada AGAPAN-NL, fundada em 13 de julho de 1971, apenas três meses após a matriz.

Em 30 de novembro de 1987, ocorreu a mudança de nome, com a desvinculação da AGAPAN Porto Alegre. A entidade de São Leopoldo passou a denominar-se UPAN (União Protetora do Ambiente Natural). Segundo Márcio Link (2008, p. 105), um dos sócios-fundadores da nova entidade, “a troca do nome atendia a uma necessidade que os militantes de ambas as entidades sentiram em função da confusão causada pelo nome em comum”. Houve uma renovação na AGAPAN-NL, quando Carlos Cardoso Aveline assumiu a presidência da entidade. Além da troca de nome, houve mudanças, “reformulação do estatuto, busca por apoio financeiro internacional e remuneração de alguns militantes” (RÜCKERT, 2007, p. 16).

A UPAN também elegeu Henrique Roessler como seu patrono. Além disso, o novo nome tinha o objetivo de homenageá-lo e “resgatar de alguma maneira a União Protetora da Natureza (UPN)” (LINK, 2008, p. 105). Link, que é historiador, cita o depoimento de um fundador da UPAN, Renato Petry Leal, afirmando que “a ideia inicial era de reativar a UPN, pois ela encontrava-se praticamente desativada desde a morte de seu fundador, em 14 de novembro de 1963. Mas a tentativa foi frustrada diante de entraves burocráticos do estatuto e pela inviabilidade de reunir os associados dispersos pelo RS” (LINK, 2008, p. 105).

No portal eletrônico da UPAN na *internet*, consta que “entre seus mentores estão personalidades como José Lutzenberger e Henrique Luiz Roessler”. Lutzenberger, um dos ambientalistas de maior renome no Brasil e no exterior, falecido em 2002, aparece ao lado de Roessler, que a entidade reconhece como “pioneiro ambientalista leopoldense”⁵⁵⁵. Parece uma tentativa de igualar Roessler a Lutzenberger, pois o primeiro, apesar do grande volume de atuação prática e escrita, ficou restrito à memória do Vale do Rio dos Sinos, enquanto Lutzenberger, através da AGAPAN, conseguiu projetar-se além das fronteiras do Rio Grande do Sul, mostrando “capacidade de irradiar influências” (DREYER, 2004, 150), chegando a ser Secretário (com status de Ministro) do Meio Ambiente do governo Fernando Collor, de 1990 a 1992.

⁵⁵⁵ UPAN. Disponível em: <http://www.upan.org.br/a_upan.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

A criação da UPAN representou uma tentativa de continuidade da UPN de Roessler. Da mesma forma que na AGAPAN, ocorreu a projeção de Roessler como “pioneiro” do movimento ecológico e a apropriação de uma herança de ativismo importante na região do Vale do Rio dos Sinos.

Movimento Roessler

Também município do Vale do Rio dos Sinos, Novo Hamburgo ganhou uma entidade ecologista em 16 de junho de 1978, tendo como fundadores o professor de ecologia da escola da Fundação Evangélica, Kurt Schmeling, alguns de seus alunos, como José Roberto Silveira e Cristine Beck, entre outros. O Movimento Roessler surgiu com a Operação Hermenegildo, uma das grandes batalhas do movimento ecologista no Rio Grande do Sul, em função da mortandade de peixes e mariscos na praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar⁵⁵⁶. Houve uma coalizão de forças entre diversas entidades, especialmente pela AGAPAN e a Associação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG)⁵⁵⁷. O impacto da luta foi tão importante, que pessoas simpáticas ao tema da ecologia resolveram fundar essa entidade em Novo Hamburgo.

Numa entrevista ao jornal *NH*, fundadores do Movimento Roessler relataram que, além da Operação Hermenegildo, a motivação para organizar uma entidade em Novo Hamburgo veio também de uma pesquisa realizada para a aula de ecologia do professor Schmeling, sobre áreas verdes na cidade. Os alunos descobriram que Novo Hamburgo não possuía nenhuma área de preservação ambiental. Sérgio Rolim, um dos membros entrevistados, declarou que foi influenciado por uma edição do programa “Globo Repórter”, que “mostrou a vergonha que é o tratamento de nossa alimentação com pesticidas”⁵⁵⁸. Para o professor Schmeling, a tragédia de Hermenegildo “contribuiu decisivamente para criar um momento psicológico favorável”⁵⁵⁹.

⁵⁵⁶ As notícias de que mariscos estavam morrendo datavam do final de março de 1978. O Ministério da Saúde, após quase um mês de pesquisas, divulgou um laudo, afirmando que teria ocorrido o fenômeno natural da “Maré Vermelha”. As entidades ecologistas repudiaram a versão, acreditando que a causa do problema teria sido o navio Taquari, que desde 13 de abril de 1971 se encontrava encalhado sobre a Isla Rasa, podendo ser avistado do Cabo Polônio (Uruguai). Passados exatamente sete anos, nenhuma medida foi tomada para retirar a carga do local, composta por produtos químicos. No dia 31 de março de 1978 uma forte tempestade arrastou o navio para o fundo do mar, onde a carga teria se espalhado, causando o desastre (PEREIRA, 2009).

⁵⁵⁷ A ADFG foi fundada em 1964, em Porto Alegre, mas só em 1972 as integrantes, ao assistirem a palestra de Lutzenberger “Os quatro princípios básicos da ecologia”, resolveram assumir a causa ecológica. Desde 1983 são representantes da Federação Internacional Friends of Earth, que reúne ativistas de mais de 70 países. Em 1998, a ADFG mudou seu nome para Núcleo Amigos da Terra – NAT Brasil. NÚCLEO AMIGOS DA TERRA-NAT Brasil. Histórico. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/historico.htm>>. Acesso em 02 de abril de 2010.

⁵⁵⁸ NH. “Movimento Roessler” quer preservar o meio ambiente e lutar contra a poluição. Novo Hamburgo, 10/07/1978 (APKS).

⁵⁵⁹ Ibidem.

Em outra entrevista concedida por Schmeling, disponível no portal eletrônico do Movimento Roessler, ele afirmou que começou a se envolver com ecologia na juventude; quando estudante fez um trabalho escolar sobre a “lojinha do Roessler” (provavelmente o atelier de bordados de sua esposa). E, quando era diretor da escola Fundação Evangélica, convidou Roessler para “ajudar no reflorestamento do morro da Fundação e no plantio de ipês de acesso à escola. Ele veio várias vezes, sempre impressionando por seu empenho e altruísmo”. Schmeling relatou também que o nome da entidade foi sugerido por um dos fundadores, José Ferlauto, que “andou estudando o trabalho dele [Roessler]”⁵⁶⁰.

O fato de Schmeling ter conhecido pessoalmente Roessler parece ter pesado na organização da entidade. Em uma reportagem do *Correio do Povo* noticiando o lançamento público do Movimento Roessler consta a pergunta: Por que Roessler? A resposta, dada por Schmeling, foi que

Tendo morrido há quinze anos, Henrique Luiz Roessler criou em vida a União Protetora da Natureza, entidade pioneira na América do Sul e mesmo sem ganhar nenhum vencimento do Estado, usava seu jipe para fiscalizar a caça de passarinhos e a derrubada indiscriminada de árvores na região do Sinos. A poluição do rio, que recém iniciava, já era alvo de suas denúncias, mas ele pouco foi ouvido em seu tempo. Os mais velhos habitantes do vale ainda lembram-se dele quando, mesmo com problemas de saúde, estava sempre trabalhando junto às matas, onde exercia sua função espontânea de fiscal florestal. Roessler clamou no deserto, foi ridicularizado por seus contemporâneos, mas suas palavras, por serem verdadeiras, hoje se multiplicam através de entidades de proteção ambiental, e Novo Hamburgo, agora, presta sua homenagem a este homem que anteviu os problemas que hoje enfrentamos⁵⁶¹.

Ainda não havia completado 15 anos do falecimento de Roessler, o que só ocorreria quatro meses mais tarde (em 14 de novembro), porém há um certo fascínio da imprensa por datas em que personalidades importantes completam aniversários (seja de nascimento ou morte); no caso de Roessler, ele é sempre lembrado nessas ocasiões. Coincidir a fundação da entidade com o aniversário de seu “inspirador”, chamaria maior atenção para o evento. Na reportagem, também é possível perceber um empenho no sentido de engrandecer a figura de Roessler, pois a UPN é citada como pioneira na América do Sul; os limites vão além do próprio país, entretanto já havia entidades de proteção à natureza no Brasil na década de 1930, como vimos no capítulo 3. Outro aspecto a ressaltar na matéria é o caráter visionário, “antecipador”, do trabalho de Roessler que, como veremos a seguir, é uma marca muito forte nos discursos sobre ele.

⁵⁶⁰ MOVIMENTO ROESSLER. Disponível em: <<http://roessler.org.br>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

⁵⁶¹ CORREIO DO POVO. Será lançado hoje em Novo Hamburgo movimento para a defesa ambiental. Porto Alegre, 07/07/1978 (APKS).

Dessa forma, o Movimento Roessler, na figura do professor Schmeling principalmente, assim como a UPAN, foram alguns dos agentes construtores da memória que circula e se reelabora até hoje sobre Roessler no Vale do Rio dos Sinos. A AGAPAN, que foi a primeira a realizar o enquadramento de memória de Roessler, parece não evocar tanto sua herança atualmente⁵⁶².

Pode se perceber, portanto, o fascínio que o projeto de Roessler exerceu sobre o movimento ecologista gaúcho posterior, sendo reivindicado por várias entidades no Rio Grande do Sul. Num passado que alguns de seus integrantes compartilharam⁵⁶³, foram colher aspectos do trabalho de Roessler para exaltar e constituir seu próprio capital de memória⁵⁶⁴, com intuito de legitimar suas reivindicações ambientais perante a sociedade.

5. 4 - As efemérides: datas para lembrar Roessler

Uma das definições de efemérides, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2004), é o “registro dos acontecimentos realizados no mesmo dia do ano em épocas diferentes”. Trata-se de comemorar determinado acontecimento periodicamente, ano a ano, de cinco em cinco anos, em décadas, etc.

Para Lucia Lippi Oliveira, comemorar é um fenômeno do século XX, quando, em meio a transformações tão rápidas em função da mundialização da economia e dos padrões culturais, passamos a “valorizar o presente e a expectativa de futuro”, mas, ao mesmo tempo, ocupamos do passado “ao marcar eventos fundadores” (OLIVEIRA, 2000, p. 184). A autora se refere a uma memória mais sentimental, mais afetiva, que, ancorada num tempo cíclico, controla, além do dia e a noite, chuva e seca, morte e vida, também suas comemorações.

No caso de Roessler, as efemérides parecem estar bem marcadas: a maior quantidade de textos escritos para lembrá-lo tem sido veiculada quando fecham décadas de falecimento, um pouco menos nos múltiplos de cinco anos e ocasionalmente algum texto quando se completa qualquer aniversário de morte. Houve também as comemorações de 100 e 110 anos de seu

⁵⁶² O que me leva a essa inferência é o conteúdo dos portais eletrônicos das três entidades, que são os veículos que utilizam para divulgar seus projetos, atividades, bem como seu histórico. Por exemplo, no *site/blog* da AGAPAN, encontrei apenas duas referências a Roessler: uma em 25 de julho de 2008, num *post* que remete à fundação da entidade, por “admiradores de Henrique Roessler, ambientalista e um dos pioneiros mundiais do movimento ecológico”, e outra postagem de 26 de abril de 2009, em que Roessler é citado por Augusto Carneiro, que estava recebendo uma homenagem pelos 38 anos de fundação da AGAPAN. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010. Já nos *websites* do Movimento Roessler e da UPAN constam diversas referências a Roessler. (Op. Cit.. Acessos em 02 de fevereiro de 2010).

⁵⁶³ Alguns dos membros da UPN ajudaram a fundar as entidades citadas, como por exemplo, o padre jesuíta Clemente Steffen, um dos fundadores da AGAPAN, e Kurt Schmeling, do Movimento Roessler.

⁵⁶⁴ Inspiro-me em HEYMANN (2007, p. 27).

nascimento, nos municípios do Vale do Rio dos Sinos. Selecionei alguns documentos que, acredito, contribuíram para continuar a construção das memórias sobre Roessler, bem como são representativos no sentido de não deixar que seu projeto de proteção à natureza seja esquecido, após sua morte. Há sempre o fantasma do esquecimento rondando o passado; as comemorações são uma forma de vigília dos construtores de memórias, e também são “lugares de memória” (NORA, 1993, p. 25-26).

Quando completaram dez anos da morte de Roessler, apareceram muitos textos em jornais e ele foi homenageado em sessões na Assembleia Legislativa do Estado e na Câmara dos Deputados⁵⁶⁵. Escolhi alguns exemplos, onde podemos verificar a presença de categorias discursivas, nas evocações da memória de Roessler, especialmente no que tange ao caráter antecipatório de sua obra, as quais sublinho para destacar:

Existem pessoas que se antecipam aos conhecimentos do seu tempo e servem como verdadeiras sentinelas para preservarem as comunidades de erros que poderiam ser irreparáveis. Roessler foi um homem com essas qualificações⁵⁶⁶.

Transcorreu ontem 10 anos da morte de um grande brasileiro e cidadão do mundo. Em 14 de novembro de 1963 faleceu Henrique Luiz Roessler, gaúcho, natural de São Leopoldo, uma figura imponente que se adiantou ao seu tempo⁵⁶⁷.

Quando todo o país, e principalmente o Rio Grande do Sul, volta-se para o problema da poluição, todos lembram um homem que, falecido há dez anos, foi o primeiro a tratar do problema e tornou-se o defensor número 1 da natureza⁵⁶⁸.

A 14 de novembro de 1963 faleceu Henrique Roessler. (...) Em 1963: um profeta das selvas... Hoje, dez anos após sua morte, a causa pela qual empenhava toda a sua pessoa preocupa as pessoas de larga visão⁵⁶⁹.

Muita gente já o esqueceu [Roessler], mas para os conservacionistas gaúchos ele ainda, ao longo destes dez anos, vem sendo lembrado por seu trabalho dedicado ao movimento ambientalista (...). Ainda lembramo-nos dos seus excelentes artigos (...). Já naqueles tempos clamava providências de nossas autoridades quanto à incrível destruição de nossas matas nativas realizada por madeireiros, ou como ele sempre dizia “fazedores de desertos”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁵ Na sessão do dia 13 de novembro de 1973 da Assembleia Legislativa, na véspera do aniversário de 10 anos do falecimento de Roessler, houve discurso do Deputado Estadual Rosa Flores (MDB), lembrando sua atuação. Na sessão de 23 de novembro do mesmo ano da Câmara dos Deputados, o Deputado Federal Antonio Bresolin, do Rio Grande do Sul, também do MDB, pediu que fosse “consignado nos anais da casa voto de profundo pesar alusivo à passagem do décimo aniversário da morte de Henrique Luiz Roessler” (APAC). No contexto de ditadura militar, quando só haviam dois partidos, Arena e MDB, este último, de oposição ao regime, talvez, estivesse mais aberto a questões ambientais. Recentemente, a AGAPAN havia sido fundada (1971) e, até aquele momento, era considerada inofensiva. Ecologia não era algo “subversivo”, muitas pessoas não levavam a sério o movimento ecologista. Só com o episódio da árvore da Avenida João Pessoa, em 1975, é que os militares se deram conta da existência dos ecologistas e suspeitaram de sua atuação (PEREIRA, 2009).

⁵⁶⁶ O PIONEIRO ROESSLER. Recorte s/identificação, 14/11/1973 (APHR).

⁵⁶⁷ CORREIO DO POVO RURAL. 10 Anos da Morte de H. L. Roessler. Porto Alegre, 15/11/1973 (APHR).

⁵⁶⁸ VS. Há dez anos falecia Roessler, o protetor nº 1 da natureza. São Leopoldo, 22/11/1973 (APHR).

⁵⁶⁹ SCHMELING, Kurt. Henrique Luiz Roessler. VS. São Leopoldo, 22/11/1973 (APHR).

⁵⁷⁰ CAMPOS. 21/12/1973. Op. Cit.

Analisando os textos em bloco, percebo a ênfase no caráter antecipatório do trabalho de Roessler, sintetizado nas expressões por mim grifadas “se antecipam”, “se adiantou ao seu tempo”, “larga visão”, “primeiro”, “profeta das selvas”, “já naqueles tempos”. Há um esforço dos articulistas para reforçar a memória dele como “pioneiro” e “visionário”, contudo, os problemas enfrentados por Roessler eram próprios do contexto vivido por ele, ou seja, já estavam colocados na época. É claro que nosso personagem se preocupava com o futuro, mas no sentido de perceber que, se algo não fosse feito, a situação só tendia a piorar (o que de fato ocorreu), não como se ele estivesse prevendo *algo que só ia ocorrer no futuro*.

Aos 25 anos da morte de Roessler, foi publicada uma reportagem comemorativa de duas páginas, ilustrada com a “foto oficial”. Na ocasião, o jornal *Zero Hora* entrevistou seu filho, Milton Roessler, que declarou que o início “foi muito brabo (...) ninguém acreditava em Ecologia. As pessoas não entendiam porque preservar o mato ou os animais se isso era uma coisa que nunca ia terminar”. A matéria continua, afirmando que Roessler era chamado de “visionário, louco e lunático, entre outras expressões semelhantes (...) ele trabalhava dedicadamente plantando as sementes do futuro movimento ecológico”⁵⁷¹. É interessante observar que aqui (na memória de Milton sobre a vida do pai), a palavra “visionário” tem sentido depreciativo, diferente dos textos mencionados acima, em que esta, depois da morte, transformou-se em qualidade atribuída ao nosso personagem.

Como vimos, a palavra ecologia estava restrita a meios acadêmicos, e sequer Roessler a empregou em vida. Novamente podemos constatar a “projeção e transferência”, conforme Pollak (1992), bem como a marca de “visionário”. Mais ainda, ocorre uma “ilusão biográfica”, no sentido abordado por Bourdieu (2005), pois Roessler não poderia saber que estava “plantando as sementes do movimento ecológico”. Na análise de uma vida, é preciso considerar os diversos campos de atuação do sujeito, sua interação política, social, e suas relações cotidianas. Roessler agia dentro do *campo de possibilidades* de sua época, ele não tinha como prever que haveria um movimento ecológico no futuro.

Da passagem dos 30 anos da morte de Roessler, destaco o texto do presidente da UPAN na época, Abel Ignácio da Silveira, relatando a homenagem realizada no jazigo da família Roessler, no cemitério de São Leopoldo⁵⁷². Segundo Silveira, houve uma cerimônia religiosa e bênção do reverendo da Igreja Episcopal de São Leopoldo, na presença de “um grupo de amigos, seus familiares e representantes das entidades ecológicas de Canoas, Novo Hamburgo

⁵⁷¹ TOSI. 13/11/1988. Op. Cit.

⁵⁷² Encontrei essa espécie de relato da homenagem no arquivo particular de Roessler. Não sei se chegou a ser publicado, mas considere interessante pelas informações sobre a cerimônia realizada.

e São Leopoldo”⁵⁷³. O autor afirma ter feito “uso da palavra, rememorando fatos ilustrativos em relação ao trabalho profícuo e às vezes anônimo do Sr. Roessler, durante várias décadas, em defesa da ecologia”. Mais uma referência à ecologia, como vimos acima.

Quando completaram 100 anos do aniversário de Roessler (1996), houve uma nova “onda comemorativa” nas cidades próximas de onde viveu, através de um seminário na Federação de Estabelecimento de Ensino Superior em Novo Hamburgo - Feevale, e um evento na antiga sede da Unisinos⁵⁷⁴, e textos publicados na imprensa local. No ano anterior já ocorrera uma exposição fotográfica comemorativa aos 99 anos (marcando o início das homenagens pelos 100 anos), denominada “Porto Alegre - Encontro das Paisagens do MERCOSUL”, que reuniu fotos de paisagens naturais do Chile, Argentina, Uruguai e do Sul do Brasil. Acompanhando a notícia da exposição, há uma reportagem alusiva a Roessler, que o considera “o primeiro ecologista do Brasil”. É reforçado o caráter militante do “ecologista”, lembrando que “um grupo de caçadores organizou um atentado que fez Roessler perder um pé em uma armadilha”⁵⁷⁵. Como vimos, o próprio Roessler narrou o episódio como um acidente, no relatório que escreveu para si (e para o futuro), já lhe conferindo um tom heroico, pelo fato de, mesmo aleijado, ter retornado às fiscalizações em alguns meses. Ter continuado seu projeto, mesmo com um pé mecânico, foi motivo de louvor para seus admiradores; entretanto, o caráter combativo é realçado ao considerar que isso foi fruto de um atentado, quando o que se sucedeu foi “apenas” um acidente automobilístico - se proposital ou não, não há como saber; porém a narrativa de uma armadilha pode provocar bem mais apelo nos leitores do que um simples acidente.

Os textos jornalísticos alusivos aos 100 anos de Roessler reforçam as categorias discursivas já agenciadas anteriormente. Na época em que Roessler foi nomeado Delegado Florestal, “era completamente anormal alguém falar e atuar em defesa dos animais, das árvores, da pureza das águas e da fertilidade do solo. Roessler vivia à frente de seu tempo, e *velho louco* ou *visionário* foram apenas alguns dos adjetivos que recebeu em consequência da cultura e da ignorância vigentes na época”⁵⁷⁶. Podemos perceber mais uma vez o esforço para realçar o pioneirismo de Roessler, na expressão de que era “completamente anormal” falar em defesa ambiental em sua época.

⁵⁷³ SILVEIRA, Abel Ignácio da. *Homenagem a Henrique Luiz Roessler*(Discurso). São Leopoldo, 16/11/1993.

⁵⁷⁴ Primeira sede da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, localizada no centro de São Leopoldo. O evento teria apresentação de corais, solo de piano e homenagens a Roessler. RUA GRANDE. Aniversário em Memória. São Leopoldo, 08/11/1996 (MVSL).

⁵⁷⁵ NH. Gaúchos lembram 100 anos de Roessler. Novo Hamburgo, 16/11/1995 (APKS).

⁵⁷⁶ VS. 100 anos de Roessler. São Leopoldo, 11/11/1996 (APKS).

Outro artigo, publicado na Revista *Rua Grande*, relata que mesmo com a mobilização em torno da ecologia, as pessoas não entendem o nome do movimento de Novo Hamburgo (entidade Movimento Roessler). Um dos integrantes desse Movimento, entrevistado para a reportagem, Arno Kaiser, considera que a comemoração do centenário serviria como marco para uma manifestação gigantesca: “queremos popularizar o nome do movimento como a pedra fundamental sobre a qual foi plantada a árvore da Ecologia no Brasil”⁵⁷⁷. A reportagem entrevistou também a neta de Roessler, Maria Luiza, para quem o avô representa mais do que um herói, é praticamente o “mentor de sua infância”. Também um dos conselheiros da UPAN, Bertholdo Weber, relatou, na mesma matéria, que suas lembranças de Roessler são motivo de admiração e orgulho: “*Eu me lembro* do quanto ele sofreu pela natureza (...). O sacrifício de andar de canoa rio acima e, quando ouvia um tiro, conferir, corajosamente, do que se tratava e desarmar os que tentavam acabar com os bichos e com as plantas [grifo meu]”. Aqui podemos observar a força da testemunha. A revista chamou duas pessoas que conheceram pessoalmente Roessler, ligadas ao movimento ecológico, portanto interessadas em reafirmá-lo como “pedra fundamental”, “herói”, um mártir que “sofreu pela natureza”, ou seja, como pioneiro desse movimento.

Abel Silveira escreveu novamente sobre Roessler, para comemorar o “centenário do nascimento do pai da ecologia”. O ambientalista inicia seu artigo afirmando que “há criaturas predestinadas por Deus a amar e louvar a criação através de obras profundas e remarcáveis. Assim foi Henrique Luiz Roessler (...) incansável, sério, correto, bom, de atitudes inabaláveis, homem de elevada estatura, de notável cultura, um gigante de ébano quando defendia com bravura a natureza”⁵⁷⁸.

Podemos observar nos textos que retorna a ideia de “visionário”, homem “à frente de seu tempo”, além das categorias de “herói”, “homem predestinado”, “gigante de ébano” – aludindo a uma árvore, semelhante ao que vimos em relação ao jequitibá, o “sofrimento pela natureza”, como um mártir defensor desta. Entretanto, apesar desse discurso para valorizar Roessler, considero interessante a afirmativa de que as pessoas não entendem o nome do movimento. É o esquecimento agindo e, para que ele não se alastre, faz-se necessário vigiar sua lembrança, reforçando as características positivas, inclusive com uma dose de invenção (como na narrativa do atentado), se necessário.

⁵⁷⁷ RUA GRANDE. Op. Cit.

⁵⁷⁸ SÃO LEO EM REVISTA. Centenário do nascimento do Pai da Ecologia: Henrique Luiz Roessler. São Leopoldo, 11/1996 (MVSL).

Por fim, em novembro de 2006, foram comemorados 110 anos de nascimento de Roessler. Dessa vez, a iniciativa foi governamental, através da Fepam, órgão do qual Roessler é patrono, como veremos na sequência. De 08 a 16 de novembro houve uma série de comemorações, na programação da II Semana Roessler (a primeira foi realizada em 2005), “criada para destacar a atuação de Henrique Luiz Roessler, um dos mais importantes ambientalistas do Rio Grande do Sul e, devido a esta condição, patrono da Fepam”⁵⁷⁹. Dentre os eventos, ocorreu uma mostra de vídeos sobre a sustentabilidade da Mata Atlântica e do bioma Pampa; a entrega do Prêmio Fepam de Jornalismo Ambiental; no dia do aniversário, 16 de novembro, houve a entrega de 496 exemplares de *O Rio Grande do Sul e a Ecologia: crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*⁵⁸⁰ ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado, pela manhã e, à tarde, o lançamento do Projeto Casa de Cultura Ecológica Henrique Luiz Roessler, junto à primeira casa onde ele morou, nas margens do Rio dos Sinos, em São Leopoldo.

Os discursos sobre Roessler, como estamos percebendo, repetem frequentemente as mesmas categorias discursivas, com destaque para o caráter antecipatório, “visionário”, do trabalho de Roessler, e “abnegado”, “sacrificado”, na construção elaborada por ele e seus contemporâneos, resultando no “pioneiro da ecologia”. Diante de tantos textos e homenagens agindo nesta direção, foi difícil encontrar vozes dissidentes. Centeno constata que, “como o discurso de Roessler ganhou hoje o escudo do politicamente correto, criticar suas atitudes tornou-se algo temerário” (CENTENO, 2006, p. 10). Na verdade, este escudo vem sendo construído ao longo do tempo e o seu primeiro construtor, como foi assinalado, parece ter sido o próprio Roessler, na construção que fez de si mesmo.

5. 5 - Os guardiães da memória

Na construção das memórias sobre Roessler, dois “guardiães da memória” (VON SIMSON, 2000, p. 65) se destacam. Maria Luiza guardou o arquivo privado do avô, com quem conviveu diariamente durante 18 anos. Já o ecologista Augusto Carneiro não conheceu

⁵⁷⁹ GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fepam abre programação da Semana Roessler. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/direciona.php?key=Y2FwYT0xJmludD1ub3RpY2lhJm5vdGlkPTU0MTAyJnBhZz0xMTM0JmVkaXRvcmlhPSZtaWRpYT0mbWVudT0mb3JpZz0x>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

⁵⁸⁰ A Fepam, em 2005, patrocinou uma segunda edição do livro editado pela AGAPAN em 1986. Segundo Augusto Carneiro (Entrevista, 2009), a seleção foi difícil, mas ele leu as 300 crônicas e considerou que as 95 escolhidas eram as melhores, por conterem os elementos pelos quais Roessler mais lutou em vida: florestas, animais, conscientização ecológica, poluição dos rios, pesca, caça e o questionamento do progresso.

Roessler pessoalmente, porém, tornou-se seu maior admirador e divulgador entre os ecologistas brasileiros e o público em geral. Ele também guarda documentos sobre Roessler no rico arquivo sobre o movimento ambientalista que mantém em seu apartamento. Carneiro chegou a afirmar:

*Fui eu que transformei o Roessler em herói nacional. O Roessler era um defensor de animais, mas deixa de ser só um deles, e ele pela primeira vez, é um dos primeiros que se preocupa com o rio, quando começa a lutar pelo rio, contra a poluição. Então ele se transforma num ecologista, porque o ecologista tem que pegar todas as frentes [grifos meus]*⁵⁸¹.

Fiz várias entrevistas com Carneiro⁵⁸² e, desde a primeira vez que nos encontramos, ele me falou com entusiasmo de Roessler como o “pioneiro da ecologia”. Para Carneiro, antes dos “ecologistas”, havia os defensores dos animais, que ele chamou de “cachorreiros” e de “animalistas”. Em seu livro, Carneiro (2003, p. 61) citou Henry Bergh⁵⁸³ como um dos primeiros defensores dos animais, em 1866. O ecologista estabelece uma diferenciação interessante na história da ecologia. Os que vieram antes, os defensores de animais, na visão de Carneiro, ocupariam uma posição inferior, pois lutavam por uma só causa; mereceriam ser chamados de ecologistas os que se dedicaram a um plano mais global, defendendo, além dos animais, os outros elementos da natureza:

*A ecologia é uma posição política nova enquanto cachorrismo e animalesco não são. [Risos]. Eu não aceito eles como pioneiros da ecologia, eles podem ser antecessores nossos, mas não são ecologistas. Nós somos políticos, nós estamos num andar acima. E o Roessler só se revelou... então, como ele escreveu sobre a poluição, então ele se torna ‘globalista’. Com a minha prática de luta ecológica, eu notei a grande diferença, e promovi o Roessler a ecologista. Até alguém poderia me contestar, porque nenhum antes foi ecologista [grifos meus]*⁵⁸⁴.

Esse trecho de sua fala revela como ele pensa a própria atuação ecológica: uma luta política. Os defensores de animais não chegaram a contestar as relações econômicas e políticas, por isso não mereciam ser chamados de ecologistas. Para Carneiro, Roessler, que se envolveu em diversas lutas no plano ambiental, além da defesa dos animais, era digno de estar no “andar

⁵⁸¹ CARNEIRO, Augusto. Entrevista à autora. Porto Alegre, 14/10/2008.

⁵⁸² Desde julho de 2005 (no início, para pesquisas durante a graduação), até 2010, foram seis visitas ao seu apartamento e cinco entrevistas, cada uma delas com, em média, uma hora de duração. No entanto, para esta dissertação, utilizo apenas a entrevista de 2008.

⁵⁸³ Henry Bergh (1811-1888) foi um escritor e empresário norteamericano que fundou a American Society for the Prevention of Cruelty to Animals (ASPCA), em 1866, em Nova Iorque. Trabalhou também para que, no mesmo ano, em 10 de abril, fosse aprovada uma lei anti-crueldade aos animais, no Estado de Nova Iorque. Entre os animais defendidos por Bergh e a ASPCA estavam os cães (que puxavam carroças e eram explorados como lutadores) e os cavalos, que apanhavam muito dos condutores de carroças. ASPCA HISTORY. Disponível em: <<http://www.asPCA.org/about-us/history.aspx>>. Acesso em: 28/11/2010.

⁵⁸⁴ CARNEIRO. Entrevista. Op. Cit.

acima”; mais do que isso, como ele próprio mencionou, de ser “herói nacional”. A afirmação de Carneiro, de que promoveu Roessler a ecologista, não é exagerada; essa foi mesmo sua intenção ao organizar o livro com suas crônicas, em 1986. Já no título isso fica evidente: “O Rio Grande do Sul e a ecologia”. Foi uma iniciativa no sentido de vincular a figura de Roessler à ecologia, como movimento que explodiu no mundo nos anos 1970. Ele foi realmente promovido a ecologista com a publicação, o que também representou um esforço de enquadramento de sua memória. Além das homenagens anteriores – textos, patrono de entidades, etc – a divulgação de suas crônicas, em formato de livro, foi uma maneira de torná-lo conhecido a um novo público, à nova geração de ecologistas e às pessoas em geral, pois o tema da ecologia teve uma popularização extremamente significativa em todos os setores da esfera pública, a partir dos anos 1980.

Carneiro empreendeu grandes esforços para demarcar um “pioneiro” para o movimento ecológico no Rio Grande do Sul e no Brasil - em entrevista anterior, em 2005, disse que Roessler foi o 1º ecologista do Brasil -, primeiro na fundação da AGAPAN, em 1971, designando-o como patrono, depois na publicação do livro, em 1986, porque a memória, para não ser esquecida, tem que ser realimentada. Roessler foi escolhido pelas qualidades atribuídas a ele, em todo o processo de sua construção – por ele mesmo e pelos continuadores – como um defensor da natureza atuante, agente onipresente, que não dava tréguas aos contraventores das leis.

Maria Luiza também é uma “guardiã da memória” de Roessler. Além de guardar documentos, escreveu uma “biografia íntima” sobre ele e o representou em inúmeros eventos, recebendo homenagens em seu nome. A neta assumiu a tarefa de continuar o trabalho de Roessler, como parte de uma “tradição familiar”, transmitida do avô para o pai, e deste para ela.

Na fala de Maria Luiza, em vários momentos, é possível entrever o esforço empreendido para demarcar o “pioneiro”: “O movimento [ambientalista] começou oficialmente em 32. Já começou em 32 e antes até. O meu avô disse que começou quando ele viu o rio”⁵⁸⁵. Essa mesma argumentação ocorre em seu livro, em que ela vincula a atuação ambientalista do avô ao fato de ter morado próximo ao Rio dos Sinos. Para a neta, Roessler “era um homem brilhante. Era um homem que chegava num lugar e tu pensava ‘quem é esse homem?’ [com ênfase]”. Era calmo e educado, mas violento quando se tratava de “maldades” contra a natureza.

⁵⁸⁵ ROESSLER, M. Entrevista. Op. Cit.

Maria Luiza nutre profunda admiração pelo avô, porque ele tinha um ideal, uma “personalidade fortíssima, que não se afastava das suas convicções”. Segundo ela, o avô era uma pessoa bondosa, transparente e verdadeira, que não aparentava ser o que não era:

Sabe o que ele era, que me apaixonava? O meu avô, e é onde eu busco, é a trilha onde quero chegar: era verdadeiro [com destaque]. Bom pro próximo (...) as empregadas, as minhas babás, mais as da cozinha, viviam roubando, tava tudo na mão, o dinheiro numa caixinha ali, a vovó não cuidava, jóia da vovó ali, elas limpavam o quarto e carregavam uma coisa. Tá, sumia um monte de dinheiro, aí então eles se davam conta. Aí o meu avô chamava, perguntava ‘quem foi, olha sumiu’. Quando tinha uma muito suspeita, a gente perguntava daí o vovô dizia: ‘vamos dar mais uma chance’, a primeira e a segunda; ele ainda queria dar uma terceira, mas aí todo mundo caía na cabeça dele. Daí ele explicava que a pessoa precisava pedir, explicar sua situação... Aí eu acho assim, ele nunca aparentava uma coisa, era o que era. Eu nunca vi o meu avô aparentar, falar com um de um jeito, com outro, de outro, não, sempre educado, quando tinha que pegar aquele negócio do cavalo, enlouquecia, mas isso era outra circunstância, né? ⁵⁸⁶.

Sobre a poluição do Rio dos Sinos, para Maria Luiza “ele sabia que isso ia acontecer, dizia que o progresso ia acabar matando o rio. *Previa* muito cedo isso... o que ele escreveu naquela época: ‘Nossos rios e a poluição’; ‘O Rio dos Sinos’ é um esgoto... e ele é tão bonito o rio ainda... mas agora a sujeira já tá na cara! [grifo meu]”. Podemos constatar na fala da neta a referência ao caráter previdente e antecipatório do trabalho de Roessler, como vimos nos textos escritos sobre ele.

De certa forma, Maria Luiza assumiu seu papel na construção do “pioneiro”. No entanto, isso ocorreu por conta da valorização do ecologista José Lutzenberger, principalmente na mídia gaúcha, como pioneiro do movimento. Ela não considera correto que, mesmo atuando bem depois de seu avô, Lutzenberger hoje seja reconhecido como o pioneiro:

Na Alemanha meu avô ficou conhecidíssimo, porque ele foi o *primeiro brasileiro* (...). O Lutzenberger, quanto tempo depois do vovô foi, e agora é o pioneiro? (...) Dizem, na televisão: ‘Foi o primeiro homem do Rio Grande do Sul a fazer tal coisa’. Eu fui pro Rio de Janeiro receber um prêmio do CREA, fizeram um concurso de quem foi a pessoa mais importante no Brasil desse movimento. Mandamos o que tínhamos e ele foi escolhido. O meu avô foi escolhido o primeiro. *Isso foi o trabalho, essa história de pioneirismo*, o vovô ia ficar fulo comigo, o meu pai também...O meu avô não queria aparecer. O Carneiro disse: ‘o teu avô foi o cara que fez, porque o Lutz era teórico, ele não se mexia’ (...). Imagina o teu pai, teu avô, daí vem outro e diz que é o primeiro... Eles apresentam o Lutzenberger como a primeira pessoa que se preocupou com isso... Claro que ele teve um trabalho importante, maravilhoso, mas dizer que ele foi o primeiro...O vovô não queria esse tipo de propaganda...O Lutzenberger apareceu muito mais, por isso ficou ele... o vovô foi muito mais, lutou contra tudo, *ele começou tudo*... [grifos meus] ⁵⁸⁷.

Maria Luiza reconhece a importância do trabalho de Lutzenberger, um dos fundadores da Agapan, o problema é a menção a ele como “pioneiro da ecologia”, título que, em sua visão,

⁵⁸⁶ Ibidem.

⁵⁸⁷ Ibidem.

não está correto, porque seu avô foi quem realmente “começou tudo”. Na defesa enfática do pioneirismo de Roessler a neta empreendeu um trabalho de valorização dele como o “verdadeiro pioneiro”, questionando o tributo da mídia a Lutzenberger. No entanto, nem o ecologista concordaria com esse tributo, pois, segundo Centeno (2006, p. 7), o próprio Lutzenberger afirmou que “o Roessler foi o cara que começou tudo isso”.

Chegamos à questão da luta contra o esquecimento, que é a maior batalha da memória, no final das contas. Os dois agentes principais, Augusto Carneiro e Maria Luiza, colaboraram fortemente para a construção do pioneiro Roessler, para que seu trabalho, desenvolvido antes do movimento ecologista, não fosse esquecido. Essa luta teve momentos de vitórias e de derrotas, pois nem sempre foi possível atingir a finalidade proposta, mas eles seguem lutando, pois assumiram esse papel como um dos objetivos de sua militância ecológica. Principalmente Maria Luiza, que entende esse cuidado com a memória do avô como um compromisso familiar, que não pode ser abandonado, pois existe a ameaça de que uma injustiça seja feita, se outro assumir o lugar de seu avô como pioneiro da ecologia.

Pequenas dissonâncias

Perguntado sobre Roessler, o jornalista Alceu Feijó (Diretor de Fotografia do Jornal NH) falou-me de Leopoldo Petry⁵⁸⁸, que, segundo ele, “foi o líder da emancipação de Novo Hamburgo, o primeiro prefeito de Novo Hamburgo, foi eleito depois que o Borges de Medeiros concedeu a emancipação de Novo Hamburgo”. Para Feijó, Petry “se preocupava com o rio, com o assoreamento, com a qualidade da água.” Comparando a atuação de Roessler e Petry, disse que eram “duas pessoas que exerciam uma grande função sobre o rio (...). O Petry não tinha autoridade pra fazer nada no rio, mas tinha consciência de que precisava ser feita alguma coisa pelo rio, não tanto pelo peixe, ele pensava na qualidade da água. Acho que eles eram da mesma idade”⁵⁸⁹.

A figura de Petry surgiu na memória de Feijó logo no início da entrevista. Em vários momentos, comparou os dois personagens: enquanto “o Roessler era um alemão mais durão (...), o Petry era um cara que convivia muito com a comunidade”. Roessler trabalhava mais isolado, “se era época de caça ele tava circulando no Rio Grande do Sul todo, né? Pesca, a

⁵⁸⁸ Leopoldo Petry (1882-1966) foi o primeiro prefeito de Novo Hamburgo (1927-1930) e um dos fundadores e diretores de “O 5 de abril”, primeiro periódico do local, cujo nome foi escolhido em homenagem à data de emancipação do município (05 de abril de 1927). Petry foi também o primeiro a escrever uma versão da “história de Novo Hamburgo” (KERBER, PRODANOV, PUHL, 2007).

⁵⁸⁹ FEIJÓ. Entrevista. Op. Cit.

mesma coisa, ele tava sempre correndo o rio. Um cara extraordinário, mas era aquilo que ele fazia, era um soldado. O Petry era mais político, escrevia, era mais aculturado”⁵⁹⁰. Roessler, ao contrário, “por causa da atitude dura dele, era muito controvertido. Os caras não gostavam dele. Toda autoridade que exerce sua atividade duramente e que entra na vida das pessoas, no lazer e até na sobrevivência, como era o caso dos pescadores, que iam pescar pra comer, e, quando viam, tinha um cara lá com uma pistola, uma arma... Então ele era controvertido, o conceito dele”. No entanto, isso era possível porque ele tinha autoridade; já “o Petry era mais, digamos, boêmio, gostava de escrever poesia, escreveu dois livros sobre história de Novo Hamburgo. Eram duas pessoas que formaram essa mentalidade, que criaram essa coisa assim, sobre o rio. Eu acho que coisa mais importante que tem aqui nessa região é o rio”⁵⁹¹.

O depoimento de Feijó destoa um pouco do que ouvi nas outras entrevistas. Não menciona Roessler como primeiro, ou pioneiro, diferente disso, até se lembra de outra pessoa que, para ele, também defendeu a natureza na região.

Petry propôs e apresentou projeto sobre a retificação do Rio dos Sinos para prevenir as inundações, em uma reunião do Rotary Clube de São Leopoldo, para “criar um novo momento colonizador com a chegada dos colonos alemães, pioneiros no aproveitamento das terras no Vale do rio” (SCHÜTZ, 1989, p. 43). Esses projetos de retificação do Sinos foram veementemente criticados por Roessler, com argumento contrário ao de Petry⁵⁹²: a retificação do rio é que causaria a inundação “pela impossibilidade de vazão pelos vãos das pontes e depois viriam mais longos períodos de seca no rio”. Como exemplo de obra fracassada, Roessler citou o caso da Alemanha, onde “a retificação e canalização de vários rios e arroios provocaram a morte de várias regiões agrícolas” (ROESSLER, 2005, p. 200). Segundo ele, o Reno, rio que percorre vários países além da Alemanha, sofreu sérios prejuízos por causa de correções em seu curso (ROESSLER, 2005, p. 201-03). Roessler chegou a ironizar esses projetos, que eram amplamente divulgados “no noticiário” como benéficos, escrevendo que o Rio dos Sinos mudaria de nome, passando a chamar-se “Rio das Retas” (ROESSLER, 2005, p. 203-05). Ao apontar o posicionamento de Roessler sobre a retificação do rio, não pretendo desautorizar o depoimento de Feijó, que reflete a dinâmica de suas memórias, e sim indicar que havia um debate. Os artigos de nosso personagem mostram que os projetos de Petry não eram unânimes; havia crítica e posições contrárias.

⁵⁹⁰ Ibidem.

⁵⁹¹ Ibidem.

⁵⁹² Apesar das divergências, não encontrei indícios de alguma contenda entre Roessler e Petry. Os dois se conheciam, pois Petry até enviou um bilhete de solidariedade a Roessler, quando este foi processado, em 1954. PETRY, Leopoldo. Cartão de Visitas. Novo Hamburgo, 04 de maio de 1954 (APHR).

De modo geral, ao realizar as entrevistas para a pesquisa, percebi é que é muito difícil falar algo negativo sobre Roessler. Mesmo em alguns momentos, quando sentia que ia ouvir algo “diferente”, a pessoa se policiava e amenizava o tom. Não que eu buscasse algo ruim sobre ele, não era isso. Apenas queria perceber dissonâncias, em meio a um discurso tão forte e consolidado, de cunho positivo, sobre Roessler. O mais dissonante, entre os depoimentos orais, foi o de Feijó que se lembrou de nosso personagem como um soldado, durão, isolado e sempre comparando com Petry, enfatizando a diferença entre os dois.

Na documentação escrita analisada, o mais próximo de algo divergente, ou melhor, menos laudatório que encontrei foi o trecho de um discurso do então presidente da AGAPAN, Flávio Lewgoy⁵⁹³, em 1986, na Câmara de Vereadores da Capital, por ocasião do aniversário de 15 anos da entidade porto-alegrense, transcrito por Augusto Carneiro em uma correspondência a Ibsen Gusmão Câmara⁵⁹⁴, em que o palestrante lamenta a ausência de José Lutzenberger:

A existência da AGAPAN, a continuidade da AGAPAN se deve a José Lutzenberger porque (...) a AGAPAN seria uma continuação da luta de Henrique Luiz Roessler, mas não é bem assim. Não se pode transportar as circunstâncias de uma época para outra mais recuada. Hoje a luta de Roessler nós chamaremos de romântica e se poderia acrescentar, verdista, quer dizer, sem nenhuma injustiça a sua memória, porque, como eu disse, deve-se comparar uma época no seu contexto e não comparar com os avanços e os valores de épocas posteriores⁵⁹⁵.

É interessante a constatação de Lewgoy, que reconhece a importância de Roessler dentro de seu contexto, e não como a maioria esmagadora de textos e iniciativas comemorativas, que o projetam para o futuro, descontextualizando-o. Ela não é dissonante no sentido de uma “memória negativa” sobre Roessler, mas é *diferente*, diante de todo o trabalho de enquadramento sobre suas memórias que vimos até aqui.

5. 6 - Lugares de memória para Roessler

No dia 16 de novembro de 2009, dia do Rio dos Sinos⁵⁹⁶, em que se completavam 46 anos da morte de nosso personagem, fui a São Leopoldo para assistir a uma atividade da

⁵⁹³ Lewgoy é geneticista, professor aposentado da UFRGS.

⁵⁹⁴ Foi Almirante da Marinha, durante 40 anos. Em 1981, passou a ser conselheiro da Fundação Brasileira de Conservação da natureza (FBCN, com sede no Rio de Janeiro), chegando a ser Presidente da entidade (URBAN, 2001, p. 36-37).

⁵⁹⁵ CARNEIRO, Augusto. Carta a Ibsen Gusmão Câmara. Porto Alegre, 19/07/1986 (APAC).

⁵⁹⁶ O dia do Rio dos Sinos foi instituído pela Lei Municipal nº 4.222, de 03/04/1996. No Art. 1º da Lei consta: “O dia do Rio dos Sinos será comemorado no dia dezesseis (16) de novembro de cada ano - data de aniversário de Henrique Luis Roessler, pioneiro do ambientalismo no Brasil [sic]”. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Disponível em: <<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/>>. Acesso em 26 de outubro de 2010. É

“Semana Roessler”, evento organizado pela prefeitura da cidade no Parque Imperatriz Leopoldina. O que me interessava era a apresentação da proposta do “Monumento em Homenagem a Henrique Luiz Roessler, pelo escultor Walter Frasson”.

Frasson levou um desenho da obra que planejava realizar. A peça será esculpida em pedra (basalto ou gres), com pintura à prova de pichação e deverá ser instalada na entrada do Parque Imperatriz Leopoldina, de frente para a avenida de mesmo nome, para que possa ser vista por todos que por ali passarem. Frasson afirmou ter pesquisado sobre a vida de Roessler, e que pretende colocar vários aspectos de sua luta no painel, como o combate à poluição dos rios e à caça aos passarinhos, o reflorestamento, etc. Na verdade, a obra será um grande mural (cerca de 6 metros de largura por 3 metros de altura) para homenagear seu trabalho de proteção à natureza. Além do anúncio da escultura, houve também a apresentação de mais dois projetos na área ambiental. No Parque Imperatriz Leopoldina, divulgou-se a construção de um jardim botânico, um Mirante, um Trapiche elevado em meio à vegetação e uma Concha Acústica; foi proposta também a construção do Museu do Rio dos Sinos, para “mostrar os aspectos naturais e culturais do Sinos. Uma forma de revermos a história de São Leopoldo que nasceu e se desenvolveu pelo rio”⁵⁹⁷.

Parece haver uma tendência de monumentalização de espaços ligados à natureza em São Leopoldo, especialmente da memória do Rio dos Sinos, no projeto do museu, e do ambientalismo, na escultura a Roessler. Poderíamos questionar: se o rio está na cidade todos os dias, para quê construir um museu alusivo a ele? E qual o sentido de construir um grande monumento a Roessler? Na tentativa de entender esses processos, lanço mão do conceito de “lugares de memória”, formulado por Pierre Nora.

Segundo Nora (1993, p. 7), “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais (...). Há locais de memória porque não há mais meios de memória”. Transpondo essa afirmação para meu caso de estudo, há muito poucas pessoas vivas que tenham compartilhado lembranças com Roessler (que tenham convivido com ele em algum grupo, no sentido de Halbwachs, 2006), assim como não há mais o contexto, a época (linguagem, ideias que circulavam no momento, objetos, crenças, etc) em que Roessler viveu. Por isso, fazem-se necessários lugares (monumentos, praças, parques, ruas e até um dia) para provocar a lembrança – que não será a

mais um esforço de enquadramento de memória de Roessler como “pioneiro”, que parte do poder público. Veremos outros movimentos nesse sentido a seguir.

⁵⁹⁷ Justificativa apresentada pelos organizadores do projeto. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Celebração do Dia do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_SHOW_noticia=6465&user=&id_CONTEUDO=&odID_CAT=2&imgCAT=tema_prefeitura.jpg&categoria=Not%EDcias>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

recordação do vivido (impossível), mas uma memória construída através dos significados contidos nesses locais. No caso do Rio dos Sinos, com toda a poluição que foi despejada em seu leito ao longo do tempo, o próprio rio está morrendo.

Um aspecto a considerar também é que as lembranças podem voltar à nossa mente através de imagens. Halbwachs cita seu primeiro mestre, Bergson, para tratar do “reconhecimento por imagens” (HALBWACHS, 2006, p. 55), que ele entende como proceder a ligação da imagem de um objeto (pessoa, paisagem, etc), vista ou evocada, a outras imagens que, juntas, formam uma espécie de quadro. Para nos lembrarmos de alguém, é necessário reunir várias lembranças parciais, ligar inúmeras recordações. Os lugares de memória podem ajudar nesse processo, pois propiciam uma reunião de informações que é preparada para que a coletividade se lembre de algo, ou de alguém.

O conceito de Nora foi amplamente utilizado por historiadores, mas recebeu críticas interessantes. Para Lucette Valensi, o maior problema foi a própria recepção da obra, que acabou constituindo um paradoxo: *Les lieux de mémoire*⁵⁹⁸ tinha a intenção de formular uma operação crítica de renovação do programa de Halbwachs e de desconstrução da história nacional, suas representações e sua mitologia, uma obra anti-Lavissee (VALENSI, 1995, p. 1272). Entretanto, a desconstrução do monumento Lavissee⁵⁹⁹ deu lugar à edificação de outro monumento: a canonização da obra e de seu autor. A realização de *Les lieux de mémoire* coincidiu com o desenvolvimento inédito da prática comemorativa na França. Outro motivo de crítica foi que, ao designar o dicionário *Le Grand Robert*, como “lugar de memória”, com a mesma denominação que os monumentos históricos clássicos, este devia ser inscrito como patrimônio nacional e deveria ser conservado.

Valensi comenta sobre a obsessão comemorativa que habitou a França depois do bicentenário da Revolução Francesa e a patrimonialização de um passado que alimentava o amor pela pátria. A ruptura presente-passado é consumada, o passado se autonomiza e se transforma em patrimônio. Nesse ponto, a autora percebe um segundo paradoxo na obra organizada por Nora: o inventário dos lugares era parte do diagnóstico do desaparecimento acelerado da memória nacional, mas no final do percurso, o autor é forçado a constatar que o sentimento nacional toma hoje em dia o simbólico para modo de expressão, e que o passado aparece agora mais como refúgio da identidade (VALENSI, 1995, p. 1273). Apesar disso, a

⁵⁹⁸ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 3 tomes, 1997. A obra organizada e editada por Nora foi publicada espaçadamente, em 1984, 1986 e 1992; a primeira edição era formada por 7 tomos (Cfe. Lepeltier, 2003).

⁵⁹⁹ Ernest Lavissee (1842-1922) foi professor e diretor da École Normale Supérieure, em Paris, autor de diversas obras sobre a história da França – livros e manuais – que formaram muitas gerações de professores e alunos no país.

autora reconhece a importância da obra, que propõe novos objetos à história política e reúne ensaios notavelmente informados e refletidos que se respondem e se completam para fazer uma arqueologia dos símbolos nacionais; a história das transformações dos seus usos sociais (VALENSI, 1995, p. 1276).

Uma questão que emerge em Valensi (1995, p. 1276), também presente em Nora (1994, p. 188), é tema de uma das perguntas ao próprio historiador, em entrevista à revista *História Social* (BREFE, 1999, p. 30): a problemática dos lugares de memória pode ser utilizada para a análise de processos comemorativos em outros países, ou somente no caso da França? O criador do conceito respondeu que, inicialmente, pensou que a expressão “lieux de mémoire” (intraduzível na maior parte das línguas) “seria muito pouco exportável” (BREFE, 1999, p. 31), porém admitiu ter-se enganado, porque “a grande onda memorial pela qual a França passava, em meados dos anos 80, não lhe era particular”.

Dessa forma, parece-me, é possível utilizar o conceito de Nora para refletir sobre diversas homenagens concedidas a Roessler. A primeira delas foi a “Medalha Honra ao Mérito”, que ele recebeu em vida, em 1953, ano da institucionalização do prêmio em nível municipal. A medalha [de ouro] deveria ser

conferida, anualmente, em solenidade pública, ao cidadão leopoldense ou ao vinculado à vida do município, que, através de um passado de renúncia, abnegação, devotamento e exemplar conduta em prol do bem público e do mais elevado conceito da coletividade se tenha evidenciado, acima do simples cumprimento de seus deveres, como paradigma de inteireza moral digna de ser imitada e seguida, e como tal for considerado merecedor de tão eminente distinção⁶⁰⁰.

No texto da lei, é possível perceber algumas marcas que foram repetidas em inúmeros textos sobre Roessler (como vimos nos tópicos anteriores), tais como o “passado de renúncia”, a “abnegação”, o “devotamento”, sendo o caráter desinteressado de seu trabalho a referência mais recorrente. Além disso, a descrição parece indicar que Roessler era muito bem conceituado entre a comunidade leopoldense. Sua contribuição para a cidade, segundo o *Jornal Oficial do Município*, ultrapassava a atuação pela proteção da natureza, atingindo uma conduta exemplar “em prol do bem público”.

Após sua morte, Roessler recebeu várias homenagens. Analisarei em ordem cronológica, conforme a constituição dos “lugares de memória” a ele dedicados. Algumas celebrações, ironicamente, ocorreram no dia 21 de setembro, Dia da Árvore, que foi uma data

⁶⁰⁰ SÃO LEOPOLDO. Lei municipal nº 433 (24/07/1953). Institui a Medalha Honra ao Mérito. *Jornal Oficial do Município de São Leopoldo*, 15/08/1953 (APHR).

criticada inúmeras vezes por Roessler⁶⁰¹, já que, segundo ele, o reflorestamento só se dava neste dia, e não o ano inteiro.

Em 1974, junto à comemoração do sesquicentenário da imigração alemã, em 21 de setembro, uma placa de bronze foi colocada na Praça 20 de Setembro, no centro de São Leopoldo, “em sua memória”. A iniciativa para essa homenagem partiu da AGAPAN-NL e da Comissão Municipal do Sesquicentenário. Aliou-se uma comemoração étnica muito significativa para a região, os 150 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães, com uma homenagem a Roessler, o que revela a importância de sua figura na vida da cidade. Mas, talvez, o evento só tenha sido possível, porque Roessler, além de “pioneiro da ecologia”, também tinha origem alemã. São Leopoldo começava já a utilizar a memória dele para adquirir o prestígio de cidade que protegia a natureza.

Em uma carta enviada pelos presidentes da AGAPAN-NL e da Comissão, convidando para “a cerimônia de homenagem póstuma”, quando a placa seria afixada, consta a justificativa para a solenidade:

Henrique Luiz Roessler, cidadão leopoldense, é na atualidade considerado o símbolo do amor e da luta pela natureza em nosso Estado. Durante sua vida não só pregou a defesa dos animais, plantas e belezas ecológicas, através de reportagens, palestras e publicações, como combateu pessoalmente os contraventores de nossas leis protecionistas⁶⁰².

Roessler nasceu em Porto Alegre, mas frequentemente a cidade se apropria dele como seu cidadão, para demonstrar o “pioneirismo” de São Leopoldo na defesa do meio ambiente. É interessante ressaltar que Roessler é convertido em homem-símbolo, na reatualização de seu projeto. Conferir “atualidade” ao evento poderia influenciar a presença de autoridades da Prefeitura Municipal, o que valorizaria a comemoração.

Um dia antes da colocação da placa, o editor do *Correio do Povo Rural* saudou o evento como

uma justíssima homenagem prestada ao cidadão que tanto defendeu a fauna rio-grandense. Sem apoio e sem recursos, Roessler trabalhou sozinho como um verdadeiro *apóstolo* que era. (...) Uma morte súbita levou-o muito cedo, mas seu nome ficou como *pioneiro* na defesa da desventurada fauna riograndense (...) Roessler foi um paladino protetor da terra em que nasceu. Fez jus à homenagem póstuma que agora lhe é conferida [grifos meus]⁶⁰³.

Em 20 de setembro de 1979 (novamente na data da comemoração da imigração alemã e próximo ao dia da árvore), a Lei municipal nº 2.037 de São Leopoldo instituiu um novo lugar de

⁶⁰¹ Cito as crônicas “Fogo de Palha” (*CPR*, 12/09/1958), “Contrastes e embustes” (*CPR*, 21/09/1962), “Dia de luto nacional” (*CPR*, 20/09/1963), como exemplos de crônicas em que Roessler criticou o “Dia da Árvore”.

⁶⁰² LEAL, MOEHLECKE. Carta convidando para homenagem a Roessler. São Leopoldo, 09/09/1974 (APKS).

⁶⁰³ GONÇALVES, Paulo Annes. Henrique Luiz Roessler. *CPR*. Porto Alegre, 20/07/74 (MVSL).

memória para Roessler, estabelecendo que “a área central da cidade, passava a denominar-se PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER” (SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 2.037, 20/09/1979). Este local é mais conhecido na cidade como “Matinho Padre Réus”, pois fica próximo ao Santuário do Sagrado Coração de Jesus (Bairro Padre Réus), centro de peregrinação religiosa de fieis. Só este detalhe já denota um esquecimento do nome de Roessler na memória do bairro, no entanto, além disso, por ser uma área com árvores nativas (mato fechado), nela já ocorreram muitos assaltos à população. Numa reportagem de 2001, consta que “a grande quantidade de capoeira, lixo e o estado precário de conservação se tornam um esconderijo perfeito para vândalos, andarilhos e assaltantes”⁶⁰⁴. Em 2009, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semman) de São Leopoldo assumiu um compromisso com o poder judiciário de transformar o Parque Municipal Henrique Luiz Roessler em unidade de conservação ambiental, a exemplo do Parque Municipal Imperatriz Leopoldina. A área deveria receber proteção do Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁶⁰⁵. Estive no local, em agosto de 2010, e dois fatos me chamaram a atenção: primeiro, trata-se de uma quadra totalmente cercada, não é permitido entrar no local e, na quadra ao lado, havia muitas árvores derrubadas, com os troncos na calçada (ver apêndices); segundo, não há qualquer placa indicativa do local, com o nome de Roessler; na verdade, não é um parque, e sim, uma área fechada com árvores no seu interior. A homenagem, neste caso, não contém nenhum sentido simbólico, e também não cumpre a função de motivar a lembrança sobre nosso personagem.

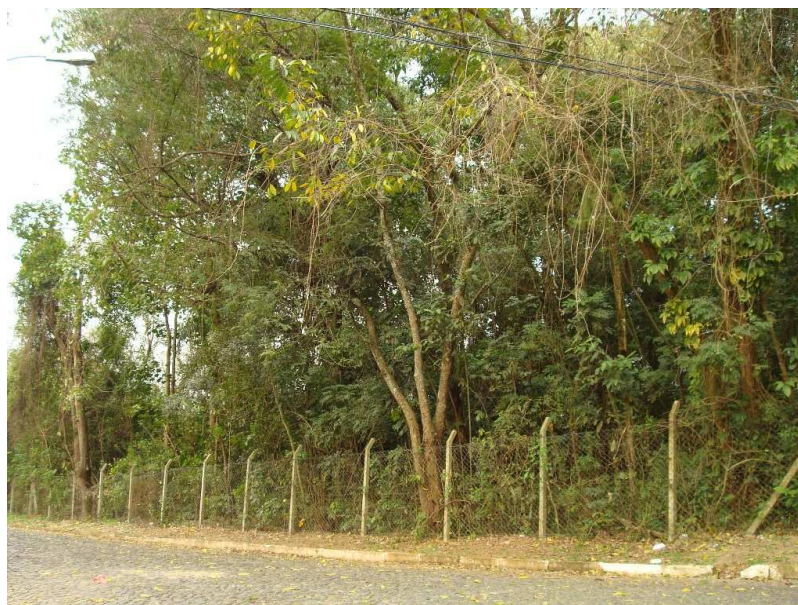


Figura 19 - Parque Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)

⁶⁰⁴ VS. Mata Henrique Roessler vira cenário de terror. São Leopoldo, 27/11/2001 (APAC).

⁶⁰⁵ VS *Online*. Edição de 23 de março de 2009. Disponível em:<www.jornalvs.com.br>. Acesso em 25 de março de 2009.

O primeiro lugar de memória material para Roessler em Porto Alegre foi uma praça, localizada em frente à sede do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, extinto em 1989, e substituído, no mesmo ano, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), no Bairro Cidade Baixa, entre as ruas Baronesa do Gravataí, Miguel Teixeira e Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto. No projeto de lei redigido pelo vereador de Porto Alegre, o ecologista Caio Lustosa⁶⁰⁶ (membro da AGAPAN), em 09 de setembro de 1985, consta a exposição de motivos, propondo o nome de Roessler para a praça:

Henrique Luiz Roessler, *já na metade do século*, quando o movimento ecologista no Brasil era inexistente, soube questionar formas predatórias do homem contra a natureza. (...) Mesmo sendo, muitas vezes, incompreendido e até agredido, criou grupo de colaboradores, fundou entidades conservacionistas e escreveu nos jornais da época, divulgando, assim, sua luta. Hoje, o Movimento Ecologista vê nele o “Pioneiro do Ecologismo” [grifos meus]⁶⁰⁷.

Novamente o marco de “pioneiro”, antecipatório, neste caso do ecologismo, aparece para caracterizar Roessler. Além disso, a homenagem seria uma espécie de reparação, já que ele fora “incompreendido”, “agredido” em vida. Entretanto, o mais interessante nessa exposição de motivos é a dissonância com a maioria dos discursos sobre Roessler. Assim como Lewgoy, Lustosa remete nosso personagem ao seu contexto (*no qual não havia movimento ecológico*) e, além disso, menciona que o movimento ecologista percebe nele o “Pioneiro do Ecologismo”, hoje, *na atualidade*, ou seja, de certa forma, o discurso de Lustosa acabou mostrando a projeção e transferência elaborada pelas entidades.

A aprovação saiu em 22 de outubro de 1985. No ano seguinte, foi colocada uma placa em homenagem a Roessler, na praça de mesmo nome, na “Festa das Árvores de 1986”. Para custear a placa, foi organizada uma “lista de contribuição”⁶⁰⁸ entre os sócios da AGAPAN. Entretanto, ela foi roubada algum tempo depois (não especificado), segundo anotação no verso da “Lista”.

O livro organizado pela AGAPAN em 1986 também pode ser considerado um lugar de memória, pois foi editado para difundir a obra de Roessler, para que todos pudessem conhecer seus escritos (ROESSLER, 1986, Contracapa). Ele é apresentado, no prefácio, como “uma figura imensa, de espírito naturalista por iniciativa e pensamento próprios, numa época em que

⁶⁰⁶ Lustosa se elegeu vereador de Porto Alegre nas eleições municipais de 15 de novembro de 1982, pelo PMDB, com 4.609 votos. Cfe. Lista de vereadores eleitos em Porto Alegre, 15/11/1982 (TRE-RS).

⁶⁰⁷ LUSTOSA, Caio. Exposição de motivos para Projeto de Lei nº 105/85. Ofício da Câmara Municipal de Porto Alegre, 09/09/1985 (APAC).

⁶⁰⁸ LISTA DE CONTRIBUIÇÃO para a placa em homenagem a Henrique Luiz Roessler. Porto Alegre, S/data (APAC).

não havia literatura nem propaganda nem discussão como há hoje” (ROESSLER, 1986, p. 8). Augusto Carneiro foi um dos organizadores das crônicas presentes no livro, e responsável por sua edição e publicação⁶⁰⁹. Em 2009, Carneiro recebeu homenagem pelos 38 anos da AGAPAN, quando foi destacado que “entre os grandes feitos da sua carreira de ecologista, foi o grande divulgador da figura e da obra pioneira de Roessler (...) sem o trabalho editorial meticuloso do Carneiro, certamente o nome de Roessler hoje estaria esquecido”⁶¹⁰.

No processo de enquadramento das memórias relativas ao personagem, foi tão importante a publicação de suas crônicas em livro, que ela pode ter colaborado para a instituição de outro lugar de memória, um parque em Novo Hamburgo. Segundo Rückert (2007, p. 37), a ideia para o parque surgiu a partir do trabalho acadêmico de uma estudante de Arquitetura, Jussara Kley, em 1985, que propunha o aproveitamento da área, na época pertencente à Paquetá Empreendimentos Imobiliários, para fins de preservação ambiental e lazer. O projeto foi apresentado aos vereadores da cidade; entidades da região (UPAN e Movimento Roessler) e pessoas simpáticas à ideia formaram o chamado “grupo do parque”, que começou a reivindicar, através de “caminhadas ecológicas”, que esse fosse concretizado. O grupo, através da Fundação Pró-Parque, conseguiu pressionar o poder público municipal a desapropriar o espaço, assumindo “o compromisso de fazer da área um espaço de lazer e de preservação ambiental” (RÜCKERT, 2007, p. 40).

O Parque Henrique Luiz Roessler foi criado oficialmente em abril de 1990⁶¹¹. No “Histórico” que acompanha o projeto-de-lei nr 20/10L/90, assinado pelo vereador Adonar Camanga Schmidt (PMDB), consta uma reprodução parcial do texto da contracapa de *O Rio Grande do Sul e a Ecologia*. Lançado em 1986, o livro pode ter influenciado na escolha do nome de Roessler para o parque, bem como a pressão das entidades que o elegeram como patrono, UPAN e Movimento Roessler. É interessante observar que o local já era conhecido como “Parcão” e, mesmo com a legalização sob o nome de nosso biografado, ele continua sendo chamado pelo nome anterior até os dias atuais.

⁶⁰⁹ Carneiro tentou publicar o livro inicialmente na editora Mercado Aberto, entretanto foi recusado, com a seguinte justificativa: “uma coletânea de crônicas que, apesar das mesmas não tratarem de um único assunto, possui uma perspectiva mais ou menos comum a todas elas, exigiria uma copidescação total para apresentar-se como obra coerente (...) em termos comerciais/mercadológicos trata-se de algo de interesse muito restrito, não tanto pelo tema mas pela forma como se apresenta” (Parecer da editora – APAC).

⁶¹⁰ CARNEIRO E A MEMÓRIA DE ROESSLER. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

⁶¹¹ NOVO HAMBURGO. Lei Municipal nº 20/90, 03/04/1990.



Figura 20 - Entrada do Parque Henrique Luiz Roessler, em Novo Hamburgo (Foto da autora, 18/06/2009).



Figura 21 - Folha de Avisos afixada no Parque Henrique Luiz Roessler, em Novo Hamburgo (Foto da autora, 18/06/2009).

Visitei o local em 18 de junho de 2009 e, logo na entrada, surpreendi-me com uma grande placa, onde estava escrito “Parcão”; apenas adentrando no parque visualizei uma folha tamanho A4 plastificada, onde se encontram impressas as regras para utilização do “Parque Henrique Luís Roessler” (escrito Luís, e não Luiz). Ocorre aí uma significativa dialética de memória e esquecimento: a intenção do lugar, de homenagear Roessler, parece não passar de uma formalidade legal, pois na prática (sancionada pelo poder público através do totem), os habitantes de Novo Hamburgo chamam o local de “Parcão”, o que denota o esquecimento

atuando nas memórias sobre Roessler. O costume venceu, pois o nome comum para a comunidade é “Parcão”⁶¹².

Talvez o lugar de memória de maior projeção para Roessler seja a FEPAM, criada em 1990, pela Lei Estadual nº 9.077, para ser “a instituição responsável pelo licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul. Desde 1999, a FEPAM é vinculada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA”⁶¹³. A partir de 29 de maio de 1991, através da Lei 9.261, passou a chamar-se FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER. Em dois *folders* de divulgação da FEPAM, a foto “oficial” de Roessler está presente, ao lado de um pequeno texto informativo, denominando-o “pioneiro”. Num deles, justifica-se que, como reconhecimento por ter sido “um dos pioneiros das causas ambientais no Rio Grande do Sul”, ter escrito e publicado “centenas de artigos e propostas de ações que visavam a uma melhor qualidade de vida para todos em nosso Estado”, foi escolhido “Patrono da Fepam”⁶¹⁴. O passado de defesa de “causas ambientais no Rio Grande do Sul” é agenciado pela FEPAM, como já havia sido pelas entidades ambientalistas. O órgão de licenciamento ambiental do estado também reivindica a memória de Roessler para si, contribuindo no enquadramento operacionalizado pelas entidades e setores da imprensa, talvez para veicular uma imagem de instituição preocupada com a proteção da natureza.

Roessler recebeu, “*in memoriam*”, o Prêmio CREA-RJ de Meio Ambiente – 2001. A neta Maria Luiza representou-o na cerimônia de entrega, no Rio de Janeiro. O prêmio “expressa o reconhecimento às pessoas e entidades que tenham se distinguido por suas ações, posições e projetos na luta pela preservação, defesa e/ou conservação do meio ambiente”⁶¹⁵. Na quarta edição do prêmio, foram homenageados, além de Roessler, a senadora Marina Silva, jornalistas que trabalham com temas ambientais, entre outros. Na ocasião, ele foi lembrado como “primeiro grande ecologista brasileiro”⁶¹⁶.

⁶¹² A funcionária da Prefeitura de Novo Hamburgo, Rosaura, relatou-me, por telefone, a existência de um projeto de revitalização do parque, com o objetivo de conservar a área e, ao mesmo tempo, disponibilizar parte dela à sociedade para o lazer. Várias obras serão realizadas e uma placa com o nome de Roessler, na entrada, está prevista, mas não há data definida para isso ocorrer.

⁶¹³ Licença ambiental é um instrumento para proteção dos ecossistemas e melhoria da qualidade ambiental, consistindo na obrigação de prévia autorização dos órgãos ambientais para a implantação e operação de atividades potencialmente poluidoras (na prática, as principais atividades econômicas e sociais dependem hoje de licenciamento). O licenciamento não é apenas a emissão de um documento, mas uma série de atividades complexas que abrange, entre outros, a análise técnica preliminar, a abertura de espaços e promoção do debate público e a fiscalização posterior do atendimento aos termos da licença ambiental FEPAM. Institucional. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2010.

⁶¹⁴ FEPAM. *O patrono da Fepam*. Folder Educação ambiental – 1, 2004 (APAC).

⁶¹⁵ ASSIS. José Chacon de. Ofício n 118/2001-SGE a Maria Luiza Roessler. Rio de Janeiro, 14/11/2001 (APAC).

⁶¹⁶ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Crea/RJ dá prêmio ambiental. Rio de Janeiro, 2002 (APAC).

Foi instituído também um prêmio com seu nome, o Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler. A Revista *Ecologia e Meio Ambiente* afirma que “a ideia de realizar o Prêmio Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler é reconhecer e parabenizar empresas, as quais executam uma produção consciente em favor de um desenvolvimento sustentável”⁶¹⁷. A ideia pode ser interessante, no entanto, tratar a ecologia como um balcão de negócios (nome do portal eletrônico) foge de seu sentido inicial, no *boom* dos anos 1970, quando eclodiram movimentos ecológicos em diversos países. Neste primeiro momento, ela era pensada como um movimento político, contestatório às estruturas econômicas, sociais e culturais; a partir dos anos 1990, no entanto, o próprio sistema absorveu alguns dos princípios defendidos pelos ecologistas, agrupou-os no conceito de “desenvolvimento sustentável” e, atualmente, vende-os num balcão: a ecologia virou um negócio, e Roessler, pelo seu passado de peso nas lutas ambientais, é agenciado para legitimar tal iniciativa. É interessante constatar que a Revista buscou um nome que atuou antes da ecologia, e que não chegou a formular uma crítica profunda ao modelo econômico/social vigente, talvez por isso mesmo tenha sido o escolhido. Por fim, o número da revista que noticia o prêmio - bem como o portal eletrônico “Balcão Ambiental” - apresenta fotos e textos sobre os ganhadores, no entanto, em nenhum momento explica quem foi Roessler. Seu nome aparece apenas no nome da honraria, mas não há justificativa para tal. É uma homenagem que atende mais aos princípios mercadológicos do prêmio, do que a qualquer lembrança de Roessler.

Acredito que a existência de tantos “lugares de memória” para Roessler⁶¹⁸ se deva ao que Nora chama de “vigilância comemorativa” (NORA, 1993, p. 13). Lugares são criados/construídos para lembrar Roessler, porque há sempre a ameaça do esquecimento. Segundo Ricoeur, a memória cristalizada e refugiada nos lugares “trata-se de uma ‘memória dilacerada’, cujo dilaceramento não é, na verdade, tão completo que a referência à memória possa ser apagada. (...) O lugar extrai sua função da ruptura e da perda” (RICOEUR, 2007, p. 415-16). É preciso que praças, parques, monumentos, textos, etc, provoquem a lembrança de Roessler periodicamente, pois, como formulou Nora (1993, p. 22), sua razão fundamental de

⁶¹⁷BALCÃO AMBIENTAL. Prêmio Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler. Disponível em: <<http://www.balcaoambiental.com.br/?p=premio>>. Acesso em: 28/12/2010.

⁶¹⁸ Ainda há outros lugares de memória para lembrar de Roessler, os quais vou somente mencionar, pois não tive acesso à justificativa para sua criação: Rua no Bairro São José, em São Leopoldo (Lei Municipal nº 1.775, de 28/08/1974); Revista Roessleria (lançada em 21 de setembro de 1977 – dia da árvore – editada pela Secretaria de Agricultura do Governo do Estado); Ponte da Integração Henrique Luiz Roessler, em São Leopoldo (Lei Municipal nº 4.418, de 15/10/1977). Visitei a rua e a ponte. Na primeira, num bairro de periferia da cidade, consta uma plaquinha “Luiz Roessler”, que era como a comunidade o chamava. Já na ponte, não há qualquer placa indicando a homenagem. De certa forma, é uma maneira ineficaz de homenageá-lo, pois uma ponte de concreto não simboliza em nada sua atuação protecionista.

ser é “parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento”. Nem sempre esse objetivo é alcançado, como vimos no exemplo do “Parcão”, entretanto os agentes seguem vigilantes, pois este cuidado é fundamental para o enquadramento dessas memórias.

A partir dos documentos e textos analisados foi possível constatar uma memória de Henrique Luiz Roessler fortemente consolidada como “pioneiro da ecologia”. O primeiro agente a construir o “pioneiro” foi o próprio Roessler, em seus textos e palestras. Ao autodenominar-se “pioneiro do Serviço Florestal”, já construía o personagem de si mesmo, como gostaria de ser lembrado no futuro.

A morte de Roessler, em 1963, provocou vários discursos que se apropriaram dos epítetos já enunciados por ele próprio. Além de “pioneiro”, o caráter “abnegado”, “dedicado”, com que trabalhava foi enfatizado para homenageá-lo na imprensa. Entretanto, houve, de certa forma, uma ampliação da obra de Roessler, com o objetivo de exaltá-lo.

A construção *post mortem* da memória de Roessler foi elaborada por diversos agentes. Fundadores da AGAPAN, UPAN e Movimento Roessler, seguidos pela Fepam - instituíram-no como patrono de suas entidades. Augusto Carneiro foi o ambientalista que mais contribuiu, individualmente, para a construção do “pioneiro da ecologia”, selecionando as crônicas em livro e promovendo a guarda de documentação em seu arquivo particular.

A principal agente dessa construção, depois de Roessler, foi sua neta, Maria Luiza. Ao longo de toda a vida, esforçou-se no zelo pela memória do avô, para que este fosse reconhecido como o “primeiro”, numa luta incessante contra seu esquecimento. No entanto, sem um contexto favorável às preocupações ecológicas, ela não teria tido êxito.

É possível perceber, contudo, uma transformação entre o “pioneiro” construído pelo próprio Roessler e seus contemporâneos, e o “pioneiro” que os agentes continuaram construindo após sua morte. Isso ocorreu porque que as condições de possibilidade para o teor dos discursos eram diferentes nos anos 1940-50, em que Roessler se construiu, das que existiram mais tarde, nos anos 1970 em diante. O primeiro pioneiro, influenciado pelo contexto mais amplo em que estava inserido - em que proteger a natureza era prova de amor à Pátria -, pelas leituras disponíveis e pelas posições ocupadas nos cargos públicos, autodenominou-se pioneiro do Serviço Florestal. O órgão foi fundado em 1938, um ano antes de Roessler oferecer-se para integrá-lo. Já a construção *a posteriori*, possibilitava a inclusão da palavra

ecologia, pois esta transpôs os limiares acadêmicos e se tornou cada vez mais popular, transformando-se em termo de uso corrente na sociedade.

Os suportes para a memória de Roessler mais utilizados pelos agentes foram os documentos escritos, especialmente reportagens publicadas na imprensa gaúcha. Há uma preocupação evidente na combinação de datas e textos, talvez para garantir uma atenção maior dos leitores. Além do suporte escrito, há os lugares propriamente “topográficos” para lembrar de Roessler, necessários para vigiar sua memória. Entretanto, como vimos, não são suficientes para frear o esquecimento. Nesse ponto, ocorre uma tensão interessante, realmente confirmando que memória e esquecimento não são opostos, e sim aliados, ou melhor, uma é condição para o outro (e vice-versa). Nem sempre o esquecimento é negativo, pois sua ameaça faz com que os agentes permaneçam vigilantes, publicando novos textos e construindo novos lugares para lembrar.

Na construção da memória de Roessler, até chegar no “pioneiro da ecologia”, toda uma malha discursiva foi entrelaçada, com o objetivo de construir uma tradição de proteção à natureza para o Rio Grande do Sul, tanto pelas entidades e sujeitos ambientalistas, como pelo próprio Estado, através de órgãos públicos. No enquadramento das memórias sobre Roessler, portanto, um passado de lutas pela natureza é apropriado pela sociedade e por órgãos do governo. Sua memória é importante para fortificar iniciativas ecológicas a partir dos anos 1970. Vale quase tudo para exaltar o “pioneiro”, desde ampliar seu trabalho para o Brasil e até para a América Latina, bem como revesti-lo da redoma de “herói”, o que parece coibir qualquer memória dissidente a seu respeito.

***Uma vida “mexendo na abelheira”*: Conclusões**

Ao finalizar este trabalho, percebo o quanto estive ligada a Roessler. Realizar uma biografia é algo fascinante, pois é um tipo de estudo que permite um forte envolvimento do pesquisador com seu objeto de pesquisa, assim como ele, um ser humano. Por tratar-se de duas vidas, uma que escreve, a outra que é escrita, muito se confunde no (auto) biográfico. Desde a escolha do tema, que já quer dizer muito, até o ponto final do trabalho, o biógrafo tem experiências múltiplas ao lado de seu personagem: torce, sofre, irrita-se, enfim, não há como ficar imune às emoções que também afetaram seu biografado. Ao mesmo tempo, não pode deixar que os sentimentos turvem suas análises. O biógrafo, portanto, tem que saber dosar a emoção e a busca de objetividade o tempo todo; da mistura correta desses dois ingredientes depende a competência de seu trabalho.

A realização da pesquisa também é algo interessantíssimo: lembra muito a montagem de um quebra-cabeça. No início, as peças estão dispersas, embaralhadas; começamos com perguntas baseadas num conhecimento mínimo sobre o personagem-objeto e, no decorrer do trabalho, percebemos que ele é capaz de responder muito mais do que foi perguntado. Com o tempo, as peças vão se encaixando, um documento completa o que falta em outro, mais adiante uma entrevista levanta outro aspecto até então despercebido. Todo esse processo faz com que nos sintamos detetives, buscando elementos para compor um *quadro possível* para nossos personagens.

Na medida em que adentrava na vida de Roessler, um aspecto de sua trajetória ficava cada vez mais presente para mim: a ambiguidade. Em vários momentos, ele teve que tomar decisões difíceis, e fazer coisas que, querendo ou não, eram contrárias ou, pelo menos, não coincidiam com o que se espera de alguém que trabalha pela proteção da natureza, hoje. Neste ponto, tive que tomar muito cuidado para não cair em anacronismo, por mais difícil que seja isso, dada a impossibilidade de sairmos de nosso próprio tempo. O que tentei fazer, em diversas

passagens desta dissertação, foi tentar entender suas práticas a partir do que seria “normal” naquele contexto, ou seja, (ainda que redundante) possível naquele campo de possibilidades.

Agindo dessa forma, espero ter levado o leitor a perceber que Roessler, apesar de seu comportamento mais retraído, de quem não gostava de convívio social, estava muito bem inserido na sociedade de sua época. Estava dentro da jaula de cultura ginzburgniana de seu espaço-tempo, mas conseguiu estender as barras dela para desenvolver sua atuação como protetor da natureza.

No início desta dissertação, propus alguns questionamentos. Agora, chegou a hora de oferecer as respostas. Como disse na introdução, dois eixos nortearam toda a pesquisa: *trajetória e memória*.

No eixo da trajetória, perguntei como foi possível a Roessler articular um *projeto* de proteção à natureza num contexto em que o movimento ecológico ainda não havia se constituído como um efetivo sujeito político na arena pública, e que motivações o levaram a empreender este projeto. O projeto de Roessler – proteger a natureza – foi possível, porque estava plenamente de acordo com seu contexto: já se refletia, escrevia e discutia sobre o tema, no Brasil e no Rio Grande do Sul. Na verdade, seu projeto pessoal originou-se de um projeto maior, de âmbito nacional, iniciado nos anos 1930, através dos inúmeros órgãos e leis de proteção à natureza instituídos pelo governo Vargas. Analisando as ideias presentes nos textos escritos por Roessler, pude perceber a grande semelhança destas com as concepções correntes naquele período. Seu projeto, calcado na educação, articulava a sacralização da natureza com o nacionalismo profundamente enraizado nas diferentes esferas do contexto por ele vivido.

Entre as motivações que nosso personagem deve ter tido para lançar-se tão inteiro a esse projeto, acredito que, inicialmente, a proximidade com o Rio dos Sinos foi importante. Roessler passou a infância e a adolescência em uma casa às margens do rio; o pai era sócio de uma companhia de navegação, ou seja, vivia às voltas com barcos. Por conta desse trabalho, ele e o pai devem ter viajado centenas, ou até milhares de vezes pelo leito do Sinos. Devia conhecer cada curva, cada pedaço do rio. Depois, em idade escolar, estudou no Colégio Conceição, uma das melhores escolas do país, cujo rigor e criatividade eram exigidos pelos professores, padres jesuítas. No Conceição, deve ter participado das caminhadas ao ar livre, os “passeios grandes”, momentos de descontração e contato com a natureza; além disso, havia os banhos no tanque da escola, piscina formada pelo rio. Como deixei claro no primeiro capítulo, não quero, com essas constatações, elaborar uma “ilusão biográfica”, mas sim, perceber o que pode ter sensibilizado Roessler, desde a infância, para a proteção da natureza, porque, afinal, ninguém viraria seu defensor “da noite para o dia”. Na articulação entre as vontades do eu e as possibilidades

oferecidas pelas estruturas do local e período em que está inserido é que o sujeito pode tornar-se um agente. Cada pessoa é o resultado de um construir-se, de um fazer-se, ao longo do tempo; são as múltiplas oportunidades que vamos experimentando durante a vida que formam o que somos, ou o que seremos, afinal, essa construção nem sempre acaba com a morte, como é o caso de nossa personagem.

Além do Rio, o próprio Roessler nos revelou que seu oferecimento para ocupar o cargo de Delegado Florestal adveio da publicação das leis protecionistas dos anos 1930, principalmente o Código Florestal, que instituía uma polícia florestal em todo o país. Ele já era Capataz do Rio dos Sinos, desde 1937, e em função desse primeiro cargo, deve ter tomado conhecimento da formação da polícia florestal. O início de sua atuação, em 1939, foi motivado pela legislação sancionada pelo Presidente Getúlio Vargas que, por isso, ganhou sua admiração eterna. A criação do Serviço Florestal, em 1938, é que possibilitou o “alistamento” de Roessler no cargo não remunerado, mas que, como vimos, devia permitir a cobrança de taxas e emolumentos pelos serviços prestados.

Perguntei também que ações ele empreendeu para efetivar seu projeto. Foram muitas ações, a principal delas a realização das diligências fiscalizadoras, quando era possível verificar *in loco* as contravenções, tanto na área florestal, quanto as que infringiam a caça e a pesca. Nessas diligências, em que percorria diversos pontos do Rio Grande do Sul, tornou-se conhecido, respeitado e temido; foram tantas viagens que motivaram a ideia de sua “onipresença”, como se fosse possível a ele estar em vários locais ao mesmo tempo. Além disso, havia atividades burocráticas, como emissões de licenças de caça e pesca, e de termos de compromisso de reflorestamento, que raramente eram respeitados. Uma ação importante foi, ainda nos tempos de funcionário do Serviço Florestal, a distribuição de panfletos educativos; alguns deles faziam parte das campanhas nacionais promovidas pelo órgão, especialmente no Dia da Árvore; outros, partiam da iniciativa do próprio fiscal.

Outra questão a que me propus na introdução foi se existiam elementos na estrutura burocrática do Estado na época que incentivavam a prática que hoje denominamos ecológica, através do cargo de Delegado Florestal, e de que maneira o projeto de Roessler se transformou em função das mudanças na sua trajetória ou das determinações do contexto social. Como vimos, a iniciativa da proteção à natureza, através das fiscalizações, partiu do Estado, pressionado por grupos da sociedade (especialmente cientistas e escritores), ao criar um órgão para coordenar essa atividade, o Serviço Florestal. No entanto, nos anos iniciais, não havia práticas burocráticas consolidadas; até 1951, era Roessler quem comandava os Delegados Florestais do Estado, com o posto de Delegado Florestal Regional. Ele mesmo elaborava parte

dos formulários e instruções de trabalho, que repassava aos subordinados. Somente com mudanças no regimento, a partir de outubro de 1951, é que parece começar um esforço de padronização nos procedimentos. A atuação até essa data era tão precária, que nem sobraram arquivos no Ministério da Agricultura; os documentos de que me vali nesta pesquisa para estudar essa fase procederam do arquivo pessoal de Roessler e do Delegado Florestal de Caxias do Sul, Joaquim Lisboa. Isso é explicável, porque as delegacias, ou repartições, eram um posto mais privado do que público; na maior parte das vezes, funcionavam nas casas dos delegados, ou em seus locais de trabalho, quando estes exerciam outras funções públicas.

O Serviço Florestal deveria ser o órgão responsável pela proteção das florestas, entretanto, mais parecia facilitar a exploração delas. Era uma estrutura montada apenas para “inglês ver”: não era sequer dotada de verbas, o que levava os delegados e fiscais a procurarem alternativas para cobrir os custos de sua atuação, cobrando taxas por requerimentos, licenças, etc, o que acabava desvirtuando-os de sua função principal, que era fiscalizar o cumprimento do Código Florestal. Alguns artigos deste dispositivo legal também eram muito permissivos, mais facilitando do que coibindo o desmatamento. Num país cujas elites eram prioritariamente agrárias, a exploração florestal foi mais uma atividade lucrativa a ser favorecida pelo Estado; por isso, a lei não podia ser tão rígida. Os delegados florestais eram também imbuídos da fiscalização da caça e da pesca, o que possibilitava uma economia aos cofres públicos. Isso aumentava a autoridade dos fiscais, o que, por um lado, facilitava sua atuação, no entanto, por outro, sobrecarregava-os de trabalho, levando até, em determinados casos, a desvios de função e abuso de poder. Na prática, infelizmente, a aplicação do Código Florestal revelou-se um desastre para as florestas brasileiras.

A função de fiscal de caça e pesca, pelo que os documentos indicaram, foi a que mais esforços exigiu de Roessler, provocando duros embates, especialmente por causa da passarinhada. Essa foi a “grande guerra” de sua vida, pois envolveu questões étnicas e até mesmo um processo judicial, motivado por denúncias de excesso de rigor na fiscalização.

A estratégia encontrada por Roessler para ser absolvido foi a busca de apoio em sua rede de relações, através da correspondência. Nos dois momentos mais difíceis de sua trajetória, o acidente e o processo, essa rede esteve presente, prestando-lhe ajuda, muitas vezes solicitada pelo próprio Roessler. Como vimos, ele se utilizava do expediente das cartas aos colegas e superiores de trabalho, a autoridades policiais e políticas (do PTB e PRP), e às sociedades de caça e pesca do Estado solicitando apoio moral e financeiro. Somente com o suporte dado por essa rede é que ele conseguiu superar o mais duro “transe” de sua vida (como mencionou na carta a Wolfram Metzler): o processo movido pelos caçadores de passarinhos. E

não foi apenas o pleito judicial em si, o problema foi a utilização desse evento, aparentemente banal, para fins eleitorais, por candidatos da região colonial italiana às câmaras municipais e à Assembleia Legislativa.

Esses candidatos perceberam na revolta dos caçadores de passarinhos autuados por Roessler a oportunidade de angariar votos para suas candidaturas. Com esse objetivo, uma campanha extremamente difamatória foi articulada contra o fiscal, através de rádio e jornais, utilizando armas de cunho étnico, o que provocou adesão de vários descendentes de imigrantes italianos. Tendo como palco a região nordeste do Rio Grande do Sul, ocorreu uma verdadeira “luta de representações” entre Roessler e os passarinheiros, capaz de cristalizar imagens ruins de ambos os lados. Enquanto os caçadores de origem italiana acusavam-no de estigmas ligados ao nazismo, como “nazista”, “monstro”, “porco quinta-coluna”, “agente da Gestapo”; e, construindo uma imagem dele de covarde, arruaceiro, ao utilizar os epítetos “bandoleiro”, “cafajeste”, “cangaceiro”, “bárbaro”, “espancador de indefesos colonos”, entre outros, Roessler também utilizava epítetos detratores para se referir aos descendentes de grupos italianos, tais como “gringos”, “passarinheiros”, “tarados”, “selvagens”, “violentos”, “loucos”, “sinistros”, etc. Havia preconceitos dos dois lados, portanto. A fiscalização da caça, ao reprimir a passarinhada, costume cultural da região, provocou uma resistência muito forte por parte dos moradores das cidades atingidas (Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Veranópolis, etc). Entre as estratégias de oposição ao fiscal utilizadas por parte da população, além de vincular Roessler ao imaginário do nazismo, da covardia e da violência, destaco o conteúdo dos depoimentos dos caçadores e seus familiares no inquérito policial em que Roessler foi denunciado, as ofensas a ele dirigidas na rua, as cartas anônimas do “Passarinheiro Disposto”, as promessas de ataque e até de morte, se continuasse a perseguir os amantes da passarinhada. Portanto, toda a luta assumiu um aspecto interétnico, com fins políticos e também de afirmação étnica dos grupos italianos contra Roessler, que representava o Estado e os grupos alemães. Também é interessante constatar que os dois maiores líderes da oposição a Roessler, José Pinós e Paulo Mincarone, eram candidatos pelo PTB, partido do qual ele se dizia correligionário. Por isso mesmo, a dor foi maior: ele sentiu-se vítima de uma traição.

Roessler foi absolvido no litígio, mas sofreu a maior derrota de sua vida, foi destituído dos cargos de Delegado Florestal e de Fiscal de Caça e Pesca. Mesmo que o Ministério da Agricultura tenha alegado que o motivo para o afastamento foi a mudança no Estatuto dos Funcionários Públicos da União, acredito que essa “luta” contra os passarinheiros, ao envolver políticos representantes dos grupos italianos, com poder de influência junto ao governo como os Mincarone, tenha sido o real motivo. De certa forma, a dispensa de Roessler representou

uma vitória para os grupos que resistiram à sua fiscalização. No entanto, os caçadores não ficaram livres dele por muito tempo. A demissão dos cargos federais motivou uma transformação no projeto protecionista de Roessler. Conseguiu uma credencial junto à Secretaria Estadual de Agricultura para continuar fiscalizando, o que fez até a morte, em 1963. A maior mudança foi a iniciativa de fundar a União Protetora da Natureza, a primeira entidade não-governamental com o fim de defender todos os elementos naturais no Rio Grande do Sul. Através da UPN, sua atuação passou a enfatizar a educação, por meio de panfletos e palestras. Além disso, nesse período final de vida, ocupou um espaço semanal no suplemento *Correio do Povo Rural*, onde publicou cerca de 300 crônicas, tratando dos problemas ambientais do Estado daquela época. Com o afastamento dos cargos, Roessler foi estimulado a procurar novas estratégias de ação. Inspirado por empreendimentos similares no Brasil e no exterior, encontrou na fundação de uma entidade não governamental a saída para continuar atuando. Essa tática foi bastante exitosa, porque propiciou que sua mensagem atingisse um número muito maior de pessoas, e que Roessler se tornasse conhecido, “famoso”, como nos relatou Vinícius Bossle. A “fama” era importante, pois através dela conseguiu maiores recursos para sua campanha educativa, o que tornava possível a difusão da proteção à natureza entre o maior número de pessoas possíveis, principalmente nas escolas, entre as crianças, a geração futura que, segundo ele, bem educada, poderia desenvolver uma relação diferente para com a natureza, de respeito, amor e preservação, ao contrário do que havia sido praticado até ali. Além disso, a “fama” faria com que alcançasse prestígio e satisfação pessoal; no final das contas, Roessler também buscava, como qualquer pessoa, o reconhecimento de seus contemporâneos.

A UPN não foi a primeira entidade do gênero no Brasil. Várias associações protetoras da natureza já haviam sido criadas, desde os anos 1930 – ou até antes, de acordo com Silva (2005). Uma dessas entidades, a Sociedade de Amigos das Árvores (SAA), teve uma atuação muito parecida com a da UPN. Em seu programa de ação, defendia as florestas, mas também os animais. Seus integrantes tinham ideias afins com Roessler: defendiam a realização de campanhas educacionais nas escolas, a criação de escolas florestais - o que nosso personagem chamava de “bosques escolares” - e a criação de parques naturais no Brasil. Ambas as entidades baseavam seus projetos na educação, pois acreditavam que somente através dela poderiam “incutir”, “impregnar”, “forjar”, nas crianças – mentes ainda moldáveis, concepção de uma pedagogia diretiva, como vimos – a consciência da necessidade de proteger a natureza, afinal o que estava em jogo era seu próprio futuro.

Uma das ambiguidades apontadas na pesquisa foi o fato de que as campanhas da UPN, especialmente os panfletos contra a caça de passarinhos, eram patrocinadas por empresas

produtoras ou vendedoras de armas de fogo e artigos para a caça em geral. Tentei entender essa questão dentro do contexto da época, quando isso não seria anormal. Tanto Roessler como as empresas saíam ganhando com a exposição de seus nomes nos próprios panfletos, ou nas palestras e crônicas escritas por ele. Roessler conseguiria o dinheiro necessário para as impressões, e as empresas associariam seus nomes à proteção da natureza, como fabricantes e vendedoras de armas para os ditos “bons caçadores”. Com a leitura dos panfletos da UPN, além de obterem esclarecimento sobre as leis de caça, eles saberiam onde comprar equipamentos para caçar e pescar corretamente. A ideia implícita, penso, é que quem comprasse armas dessas empresas não caçaria passarinhos. Essa prática de construir uma “boa imagem” em relação à natureza tornou-se cada vez mais comum, hoje conhecida como “responsabilidade socioambiental”.

Desde o tempo de Delegado Florestal, ele não arcava sozinho com os custos desses folhetos, seus colegas delegados pagavam pela quantidade solicitada. Os panfletos eram utilizados como anúncio de suas repartições, atraindo proprietários que necessitassem de assistência para explorar áreas florestais (com o compromisso de reflorestar) e indivíduos que precisassem de licença para praticar a caça ou a pesca, de forma amadora ou profissional. Dessa forma, os folhetos atendiam a duas funções, a divulgação das delegacias florestais – o que proporcionaria renda aos delegados – e de ideias de proteção à natureza. Além disso, o princípio de confecção dos panfletos era semelhante à propaganda estadonovista: através da difusão de mensagens simples e fáceis, visando atingir todas as camadas da população.

A questão do pagamento dos panfletos nos remete a outra ambiguidade: a falta de remuneração dos fiscais. Como não recebiam salário, eram forçados a encontrar estratégias para financiar os custos de sua atuação. No caso da fiscalização florestal, o caso era grave, pois exigia viagens pelas diversas regiões do Estado e, pelo que pude constatar, o fiscal tinha mesmo que cobrar pelas diligências, pois era a única forma de conseguir realizá-las. Não encontrei legislação específica sobre essa cobrança, mas ela é compreensível, dadas as condições precárias que os fiscais eram dotados pelo Serviço Florestal, assim como pelo Serviço de Caça e Pesca. Entretanto, a sociedade cobrava a “abnegação”, o “entusiasmo”, como requisito para o cargo, como se proteger a natureza exigisse uma doação acima do comum. A natureza, percebida como algo “de Deus”, não poderia ser contaminada com o “sujo” dinheiro. Talvez o governo se aproveitasse dessa concepção para não pagar os fiscais, recrutando, preferencialmente, pessoas que já eram funcionários públicos.

A saída para sobreviver era, portanto, cobrar taxas e emolumentos. No entanto, surpreendi-me com a maior das ambiguidades, ao encontrar documentos que indicam uma

relação estranha de Roessler com a ICA. Cartas do arquivo da companhia, guardadas no IJMC, indicam que ele teria recebido dinheiro para liberar a exploração florestal, em 1949, quando havia denúncias e indícios de que a ICA não estava cumprindo seus compromissos de reflorestamento. Mais ainda, ele defende veementemente a empresa em 1951 quando é alvo de outras acusações, chegando a enviar documentos *em caráter confidencial*, para que os funcionários montassem sua estratégia de defesa. Confesso que essa foi uma decepção para mim, mesmo que eu não tenha conseguido reunir provas cabais de que ele tenha de fato recebido o dinheiro. Ainda que a ICA estivesse com o reflorestamento em dia, Roessler, como fiscal, não poderia repassar informações para que a empresa pudesse se prevenir das denúncias. No entanto, procurei entender esses dois episódios a partir do contexto da época. Com as dificuldades de aplicação da lei e um Serviço Florestal extremamente precário, o Estado se omitia, favorecendo os interesses dos exploradores. Restava ao fiscal pouco a fazer para coibir a devastação; além disso, a ausência de salário colaborava para a existência de práticas irregulares, facilitando ainda mais o desmatamento.

Roessler foi lembrado por dois de seus fiscais como um homem “de autoridade”, “de respeito”. Sua atuação em diversos locais do Rio Grande do Sul levou à formação de um *mito de onipresença*: havia sempre a possibilidade que “o velho Roessler” pudesse aparecer, a qualquer momento. No entanto, essa ubiquidade só era possível graças a uma rede de informantes espalhada por todo o Estado. Na maior parte, eram os próprios caçadores e pescadores, sentindo-se prejudicados pela ação ilegal de seus colegas, que vinham “dar parte” a Roessler. O medo de ser pego pelo fiscal inibia as iniciativas de contravenção de muitos, porém, havia os que não resistiam e acabavam praticando a caça e a pesca em épocas proibidas, ou em quantidades além das permitidas. Portanto, a autoridade de Roessler se fundamentava nas denúncias recebidas dos informantes, no respeito e prestígio que conquistou ao longo de sua atuação protetora da natureza e, principalmente, no medo que suscitava nos potenciais infratores das leis ambientais.

Isso se dava porque Roessler não era condescendente. Agia com justiça, mas, em muitas ocasiões, foi violento. Nas cartas com o irmão Waldemar, é possível entrever esse aspecto de sua personalidade, nos castigos que sugeriu ao “bastardo”, que apenas roubou uma rosa, mas merecia ser perfurado com estacas. Nas diligências, protagonizou diversos episódios de luta corporal com os caçadores, chegando a utilizar o cassetete para desferir borrachadas nestes. Era agressivo em sua atuação, defendendo a natureza “com os próprios punhos”, quando julgava necessário. Entretanto, em família, era “todo amores”. No âmbito privado, junto aos seus, conseguia expressar carinho. Reservava para eles todos os seus sorrisos e afetos. Também a

natureza era alvo de seu amor: talvez, para ele, uma rosa (ou um pássaro) valesse mais do que um ser humano.

Os depoimentos de Santana e Sanfelice - para mim, uma das partes mais interessantes da pesquisa -, além de demonstrarem o quanto de afeição Roessler lhes inspirava, esclareceram sobre o cotidiano das diligências. Sanfelice, emocionado, lembrou que dormiam em barracas, preparavam as refeições de maneira rústica, e até colhiam pinhões direto das árvores. Já Santana contou que não acampavam, mas senti na fala dos dois ex-fiscais que as lembranças daquele tempo ainda guardam uma nostalgia, um sabor de aventura. Esse jeito primitivo, nas horas inesperadas, de lutar contra contraventores, foi lembrado por ambos como um troféu, uma honra, por terem participado de algo bom, positivo.

Um aspecto que não havia sido previsto no início, mas que acabou ocupando um espaço importante na pesquisa, foi a “ideia de natureza” de Roessler. Em função do meu contato com a perspectiva da história das ideias, durante o mestrado, percebi a importância de aprofundar a investigação dos discursos sobre proteção à natureza presentes no contexto a que Roessler pertenceu, para entender como seu próprio discurso se inseriu nos debates da época. Busquei conciliar essa perspectiva com a linha de pesquisa da história ambiental que tem por objetivo investigar as ideias e percepções dos sujeitos a respeito da natureza. A partir da análise de uma amostragem de textos correntes no Rio Grande do Sul e no Brasil, bem como de autores citados em suas crônicas jornalísticas, foi possível constatar que ele estava muito bem sintonizado com o que se produzia sobre o tema. Seu discurso se alicerçava no nacionalismo, na educação e na religião. Articulando esses três elementos, formulou sua concepção de natureza: uma criação divina, uma dádiva de Deus aos humanos e, ao mesmo tempo, o patrimônio maior da nação, por isso o incentivo à sua proteção, através de campanhas educativas, era fundamental. Somente quando as pessoas entendessem o quanto a natureza era importante, haveria esperança de um amanhã; o uso responsável dos elementos naturais era necessário, para que as gerações futuras não sofressem com a falta deles, bem como a reserva de áreas naturais, ainda “intocadas” pelo homem. Esses dois princípios nortearam toda sua atuação e pensamento: conservação e preservação; eram seus mandamentos, sua profecia, que ele seguia e anunciava à sociedade. Roessler se sentia um predestinado, apresentava-se mesmo como um profeta, prevendo que, se o homem não fizesse sua parte, a terra se tornaria um deserto, um inferno. Incorporando um discurso que sacralizava a natureza, através da utilização de imagens religiosas e reforçando o “agulhão da culpa”, visava atingir o maior número possível de adeptos para sua crença: a religião da proteção à natureza. Seu discurso cristão fez muito sucesso entre os contemporâneos, pelo que pudemos ver na recepção positiva que ele teve,

especialmente entre os professores e leitores do *Correio do Povo*, jornal de maior circulação no Estado naquele momento.

No que diz respeito à rede de relações tecida por Roessler, vale ainda dizer que foi de fundamental importância nos piores momentos de sua vida: o acidente e o processo judicial. No episódio do acidente, porque, neste momento, começam a ser consolidadas as categorias de “abnegado”, “mutilado” e “pioneiro” através das correspondências trocadas; durante o processo, são cruciais os depoimentos de apoio de colegas, superiores, caçadores, autoridades e políticos, para que Roessler fosse absolvido. Especialmente decisivas são as manifestações de “caçadores responsáveis” e de políticos de diversos partidos. Quando precisou de ajuda, utilizou as cartas para solicitar favores – finalidade comum destas – a um grupo bastante heterogêneo. Em maior número, as sociedades de caça e pesca, visando uma relação amigável com o fiscal, apoiaram-no veementemente, algumas delas chegando a designá-lo presidente de honra. Convém destacar também sua relação com a política. Muitas vezes criticada por ele, no entanto, foi a ela que recorreu nas horas amargas. Foi uma relação ambígua, e que não obedecia à filiação partidária: embora mencionasse em diversos momentos ser correligionário do PTB, pediu ajuda ao deputado do PRP, Wolfram Metzler, e confessou admiração por Jânio Quadros, da UDN. O critério pelo qual estabelecia essas relações obedecia a dois princípios: obtenção de auxílio para suas campanhas, ou valorização de iniciativas protetoras da natureza.

Como estamos vendo, a pesquisa foi muito além das questões iniciais. No segundo eixo que compõe esta dissertação, propus questionamentos sobre a memória que foi construída de Roessler. Lancei as seguintes perguntas, que em seguida passo a responder: Qual a *memória* que Roessler queria construir de si, para passar ao futuro? Que tipo de *enquadramento de memória* foi realizado e por que agentes? Quais memórias de Roessler persistiram após sua morte? Quais foram os suportes utilizados para veicular essas memórias? E quais esquecimentos podem ser verificados? Quais as justificativas para a criação de tantos “lugares de memória” para Roessler? Há disputas em torno de suas memórias, dissonâncias?

Roessler, em documentos de arquivo, cartas e crônicas jornalísticas, utilizou repetidamente algumas categorias discursivas para tratar de sua atuação protecionista. Entre as mais recorrentes para falar de si próprio, destaco “pioneiro”, “abnegado”, “dedicado”, “mutilado” e “idealista”. Em especial – e o leitor deve estar cansado dessa palavra – o caráter “abnegado” de seu trabalho foi exaustivamente lembrado por Roessler. O acidente que o mutilou, com a perda da perna direita, foi recuperado como uma glória, pois deixou a marca da luta pela natureza gravada no próprio corpo. Sempre que havia oportunidade, ele lembrava o acidente, como verdadeira prova da abnegação.

Também foi o próprio Roessler quem primeiro se autodenominou “pioneiro” do Serviço Florestal no Rio Grande do Sul, por ter se oferecido para trabalhar na guarda florestal, no início de sua formação, ainda nos anos 1930. Era como pioneiro, abnegado, dedicado e idealista que queria ser lembrado na posteridade. Esses epítetos, advindos de sua atuação nos cargos públicos que ocupou, foram sistematicamente reforçados durante mais de 20 anos, em correspondências com sua rede de relações, nas palestras proferidas em escolas, clubes e nos textos jornalísticos que publicou no *Correio do Povo*. Ao repetir tantas vezes as mesmas palavras, Roessler construiu a imagem que persiste dele até hoje, extremamente positiva.

Mais ainda, seus contemporâneos foram colaboradores na construção de sua figura para a posteridade. Como vimos, especialmente nas cartas, as mesmas palavras eram repetidas por seus correspondentes à exaustão. Essa malha discursiva foi tão bem tecida, que se sobrepôs a qualquer opinião diferente a respeito dele.

Os epítetos construídos por Roessler e reforçados por sua rede de relações foram utilizados, após sua morte, pelos agentes que enquadraram sua memória. Foi o próprio Roessler quem primeiro desenhou os elementos do *quadro* como queria ser pintado frente aos outros. Os agentes responsáveis por continuar o processo, seus admiradores, completaram o trabalho necessário, realizando o *enquadramento das memórias* sobre ele. Dentre esses agentes, como vimos, os mais importantes foram três entidades ecológicas - AGAPAN, UPAN e Movimento Roessler -, que o escolheram como patrono, num fenômeno de projeção e transferência de seu passado de lutas para legitimar o novo movimento social que surgia no Rio Grande do Sul. No contexto dos anos 1970, em que o conceito de ecologia começava a popularizar-se, Roessler é alçado a “pioneiro da ecologia” por integrantes dessas entidades. Individualmente, o ecologista Augusto Carneiro e a neta Maria Luiza foram os que mais contribuíram para esse enquadramento de memória. Carneiro organizou a publicação em livro de diversas crônicas de Roessler; Maria Luiza passou a representar o avô em eventos, sentindo-se responsável pela continuidade de seu trabalho, para que não seja esquecido, para defender que *é ele o pioneiro*, e não outra pessoa.

Diferentes suportes foram utilizados para veicular a memória de Roessler. Muitos textos foram escritos para exaltar o pioneiro, em jornais e revistas, especialmente em datas comemorativas de seu nascimento ou morte, as efemérides. Nesses textos, o caráter antecipatório, visionário de seu trabalho é frequentemente reforçado. Para seus autores, Roessler estaria, ao preocupar-se com a natureza, “à frente de seu tempo”, antecipando o que os outros só perceberiam depois.

Além do suporte escrito, vários lugares de memória foram constituídos para homenageá-lo. Ocorreu uma espécie de monumentalização de Roessler em Porto Alegre, Novo Hamburgo e São Leopoldo. Seu nome foi utilizado para designar praça, rua, ponte, prêmio, parques e a Fepam, órgão responsável pelo licenciamento ambiental do Estado. Essas homenagens têm o objetivo de frear o esquecimento, no entanto, isso não tem sido alcançado. O caso mais emblemático, parece-me, é o parque em Novo Hamburgo, em cuja entrada consta o nome popular “Parcão”, e não “Parque Henrique Luiz Roessler”, denominação oficial. Em São Leopoldo, dois desses lugares também não cumprem sua função: é difícil que uma ponte de concreto simbolize algo sobre proteção à natureza, além do que nem consta o nome nela; também o parque municipal que leva o nome de Roessler é chamado pela comunidade de “Matinho Padre Réus”, porque fica próximo ao santuário em homenagem ao religioso, e não há qualquer referência a Roessler no local. Dessa forma, os lugares de memória dedicados a Roessler, com intenção de vigiar sua memória, não conseguem vencer os costumes locais (a denominação popular dos dois parques), o que resulta no esquecimento de sua figura. Mesmo entre ecologistas gaúchos que atuam no presente, muitos não ouviram falar dele: ministrei uma palestra sobre Roessler a integrantes do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (MOGDEMA), em 2009, e pude constatar isso pessoalmente.

Quanto à existência de possíveis disputas entre suas memórias, não encontrei evidências desse fato. A grande maioria dos discursos escritos e orais reforça ainda mais as características firmadas pelo próprio Roessler, ainda em vida. Algo próximo do “diferente” - talvez um pouco dissidente - foi o que Flávio Lewgoy disse sobre a atuação de Roessler, considerando-a “verdista”, distinta à de membros da Agapan; a exposição de motivos de Caio Lustosa, reconhecendo Roessler em seu contexto e a construção do pioneiro pelas entidades ecologistas; e o depoimento de Alceu Feijó, ao lembrar-se de Leopoldo Petry, a partir de Roessler.

Como a construção iniciada por Roessler foi permanentemente reforçada pelos agentes que enquadraram suas memórias, discursos contrários a ela foram abafados com o tempo. Refiro-me, principalmente, às possíveis lembranças de moradores da região colonial italiana no Estado, que poderiam apontar algo dissidente, em decorrência do embate motivado pela passarinhada, no entanto, muitas daquelas pessoas já faleceram e mesmo seus descendentes não guardam lembrança daquelas contendas. De qualquer maneira, a construção de si elaborada por Roessler foi vitoriosa, pois sobreviveu ao longo do tempo. Isso só foi possível através do enquadramento realizado por seus familiares, seguidores e amigos. Foi esse *trabalho* que consolidou o “pioneiro da ecologia”, colocando Roessler numa espécie de altar sagrado, como

criatura quase sobre-humana, que dedicou sua vida pelo ideal de defender a natureza. Bem como ele queria ser lembrado no futuro...

Portanto, posso dizer que a construção do pioneiro foi obra iniciada por Roessler e sua rede de relações, como “pioneiro do Serviço Florestal”, transmutada pelos agentes que enquadraram suas memórias como “pioneiro da ecologia”. Na minha opinião, ele foi *o maior divulgador da proteção à natureza do Rio Grande do Sul*. Ao lado do Padre Balduino Rambo, foi um dos mais importantes - e incansáveis - agentes neste sentido, no contexto dos anos 1930-60, ao colaborar para a criação de reservas naturais e com a exposição dos problemas ambientais do Estado, propondo soluções acessíveis aos seus contemporâneos, na tentativa de reverter o quadro de destruição. Como ele mesmo escreveu nos títulos de suas crônicas, sempre “metendo a colher”, “mexendo na abelheira”, ou seja, trazendo à tona para o público mais amplo questões difíceis, negociadas em que o próprio Estado estava envolvido, enfim, cumprindo uma importantíssima função na sociedade rio-grandense: *a de um intelectual engajado pela proteção à natureza*. Utilizando todos os mecanismos disponíveis em seu campo de possibilidades (panfletos, palestras, crônicas), Roessler conseguiu chamar a atenção de muitas pessoas que, assim como ele - e por causa dele -, sensibilizaram-se com a necessidade de uma forte mudança nas condutas perante a natureza.

Roessler estava “bem dentro do seu tempo”: suas práticas e ideias (e até as supostas ambiguidades!) estavam perfeitamente de acordo com o contexto a que pertenceu, no entanto, ele tratava os problemas ambientais de seu presente, com o olhar no futuro. Ele conseguiu ter largueza de visão para perceber que, se nada fosse feito nos anos 1950-60, esses problemas se agravariam cada vez mais, com o passar do tempo, dificultando a vida das gerações futuras. De fato, foi o que ocorreu, ou pior, está ocorrendo, porque ainda hoje os discursos são belos, mas as práticas são pífias, quando existem.

Como disse na introdução, esta biografia, um exercício de micro-história, variou as lentes em diversos momentos, a partir da figura de Roessler. Através das vivências de nosso personagem, acredito que foi possível transcender o âmbito de sua atuação individual e entrever, pelo menos, um panorama sobre o que se pensava e escrevia sobre proteção à natureza no Rio Grande do Sul (e até certo ponto, no Brasil), nos anos 1930-60. Conduzidos pela dinâmica trajetória de Roessler, conseguimos conhecer mais sobre esse período e, com isso, perceber que práticas e ideias, muitas vezes atribuídas à atualidade como “ecológicas”, já eram correntes em períodos anteriores, antes do que imaginamos. Mais interessante ainda é perceber como essas ideias e práticas se transformaram, ganhando outras “roupagens”,

acompanhando o movimento dos homens e mulheres no tempo: para cada contexto, diferentes problemas, que demandaram diferentes soluções.

Estou ciente que este trabalho também é uma construção discursiva sobre Roessler, capaz de contribuir na elaboração de outras imagens e memórias sobre ele. Não há como ser diferente, pois todo texto leva a inferências, ideias e representações. Esta dissertação não deixa de ser a minha interpretação dos documentos que restaram sobre a trajetória e sobre as memórias a respeito de Roessler. Procurei a verdade em todos os momentos, mas não tenho a pretensão de fixar o discurso verdadeiro sobre ele. Sua vida foi muito rica para ser resumida nessas páginas; pelo menos, se isso ficou claro, já valeu a pena todo o esforço.

Muito obrigada por essa experiência extraordinária, Roessler!

Fontes

Correspondência

- ANEXO à Correspondência nº 1524, de Quatro Irmãos para Paris, 23/05/1959. Cx.19, M 4 (AHJB).
- ASSIS, José Chacon de. Ofício n 118/2001-SGE a Maria Luiza Roessler. Rio de Janeiro, 14/11/2001 (APAC).
- BENTO, Almo Martins. Carta a Henrique Roessler. Porto Alegre, 14/07/1949 (APHR).
- CARNEIRO, Augusto. Carta a Ibsen Gusmão Câmara. Porto Alegre, 19/07/1986 (APAC).
- CARTAS de diversos destinatários em apoio a Roessler no Processo-crime nº 224/1954: 37 unidades, de 02/04/1954 a 15/02/1955 (APHR).
- CORSEUIL, Ivoy Julio. Ofício nº 110 a Henrique Roessler. Porto Alegre, 04/07/1949 (APHR).
- CRUZ, Júlio Rosa (Juiz eleitoral). Carta enviada a Humberto Bassanesi (Pres. Câmara Municipal). Caxias do Sul, 08/03/1956 (TRE-RS).
- EISENBERG, Isidoro. Carta a Herbert Schall. Montreal, 30/12/1949, Caixa 25, Maço II (ICJMC).
- EISENBERG, Isidoro. Carta a Herbert Schall. Montreal, 31/01/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).
- EISENBERG, Isidoro. Carta a Herbert Schall. Montreal, 14/02/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).
- FARIA, Eslava Wild. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 18/03/1955 (APHR).
- FILHO, José Mariano. Telegrama a Roessler. 08/11/1944 (APHR).
- FILHO, José Mariano. Telegrama a Roessler. 04/09/1945 (APHR).
- FUNCIONÁRIO DE QUATRO IRMÃOS. Carta a Isidoro Eisenberg. Quatro Irmãos, 22/11/1949, Caixa 25, Maço II (ICJMC).
- GOMES, Aldyr (Diretor da Divisão de Caça e Pesca). Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 01/12/1952 (APHR).
- KARAN, Artemin. Carta ao Diretor da Produção Animal, Manoel Correa Soares. Caxias do Sul, 10/12/1949, (APHR).
- KARAN, Artemin. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 20/07/1952 (APHR).
- KARAN, Artemin. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 17/01/1953 (APHR).
- LEAL, MOEHLECKE. Carta convidando para homenagem a Roessler. São Leopoldo, 09/09/1974 (APKS).
- LIMA, Dael Pires. Ofício ao Delegado Florestal de Caxias do Sul. Pelotas, 27/09/1951. Maço JPL 15 (AHMJSA).

- LISBOA, Joaquim. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 14/11/1950. Maço JPL 15 (AHMJSA).
- LISBOA, Joaquim. Recibo enviado a Roessler. Caxias do Sul, 20/12/1951. Recibo JPL 0421, Maço JPL 15 (AHMJSA).
- LISBOA, Joaquim. Carta a Dael Pires de Lima. Caxias do Sul, 16/10/1951, Maço JPL 15 (AHMJSA).
- MARTINS, Manoel Brustoloni (Juiz eleitoral). Ofício nº 345/51, a Isidoro Domingos Moretto (Presidente da Câmara de Vereadores). Caxias do Sul, 27/12/1951 (TRE-RS).
- METZLER, Wolfram. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/07/1954 (APHR).
- MOELLER, Ernesto. Telegrama a Getúlio Vargas. São Leopoldo, 05/04/1954 (APHR).
- OLIVATTI, Antonio. Carta a Ernesto Dornelles. Erechim, 15/05/1951, Caixa 17, MB (AHJB).
- OLIVEIRA, Antonio C. Carta ao Diretor do Serviço de caça e Pesca. São Leopoldo, 05/04/1954 (APHR).
- PASSARINHEIRO DISPOSTO. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 24/04/1952 (APHR).
- PASSARINHEIRO DISPOSTO. Carta a Henrique Roessler. Caxias do Sul, 17/06/1954 (APHR).
- RODRIGUES, Tulito. Ofício nº 6 a Henrique Roessler. Viamão, 18/07/1953 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Ascanio Faria. São Leopoldo, 28/08/1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Ascanio Faria. São Leopoldo, 12/02/1955 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Bruno Wasem. São Leopoldo, 26/08/1947 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Bruno Wasem. São Leopoldo, 15/09/1949 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta à Câmara de Vereadores de São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Carlos Costa Meira. São Leopoldo, 17/12/1952 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Cylon Rosa. São Leopoldo, 04/05/1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Eslava Wild de Faria. São Leopoldo, 19/09/1955 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Germano Sperb. São Leopoldo, 13/06/1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Mário Fonseca. São Leopoldo, 03/09/1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Marli Guinter. São Leopoldo, 31/08/1961 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Waldemar Roessler. São Leopoldo, 11/10/1946 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta a Wolfram Metzler. São Leopoldo, 11/06/1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Carta ao Diretor da Diretoria de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura. São Leopoldo, 30/06/1951, Caixa 17, MB (AHJB).
- ROESSLER, Henrique. Ofício a Sociedades de Caça e Pesca do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, datas diversas, 1954 (APHR).
- ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 2.253 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 15/05/1948, Maço JPL 15 (AHMJSA).

ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 3689 a Herbert Schall. São Leopoldo, 30/06/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 3.840 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 25/10/1951, Maço 15 (AHMJSa).

ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 3.823 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 16/10/1951. Maço JPL 15 (AHMJSa).

ROESSLER, Henrique. Ofício circular nº 4.635 a Joaquim Lisboa. São Leopoldo, 15/05/1953. Maço JPL 15 (AHMJSa).

ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 5.326 a diversos Delegados Florestais. São Leopoldo, 24/01/1955 (APHR).

ROESSLER, Henrique. Ofício Circular nº 5.600 a diversos destinatários. São Leopoldo, 15/02/1957 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Relatório enviado a Carlos Costa Meira. São Leopoldo, s/data (APHR).

ROESSLER, Henrique. Telegrama ao Serviço de Caça e Pesca de Porto Alegre. São Leopoldo, 15/03/1954 (APHR).

ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 06/10/1946 (APHR).

ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 10/10/1946 (APHR).

ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 20/11/1946 (APHR).

ROESSLER, Waldemar. Carta a Henrique Roessler. Cruz Alta, 02/12/1946 (APHR).

ROSA, Cylon. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 04/06/1954 (APHR).

SCHALL, H. Carta a Henrique Roessler. Quatro Irmãos, 14/07/1951, Caixa 17, MB (AHJB).

SCHALL, Herbert. Carta a Isidoro Eisenberg. Quatro Irmãos, 28/03/1950, Caixa 25, Maço II (ICJMC).

SILVA, Luciano Pereira. Carta a Henrique Roessler. Rio de Janeiro, 17/10/1953 (APHR).

SOCIEDADE CANOENSE DE CAÇA, PESCA E TIRO. Carta a Carlos Costa Meira. Canoas, 14/03/1952 (APHR).

SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA DE PANAMBI. Carta a Henrique Roessler. Panambi, 15/05/1954 (APHR).

SOCIEDADE DE CAÇA E PESCA PESCADOR. Carta a Henrique Roessler. Frederico Westphalen, 10/09/1953 (APHR).

TELEGRAMAS diversos recebidos por Henrique Roessler: 5 unidades, (APHR); 20 unidades (AHRs).

TELEGRAMAS enviados por Roessler a diversos destinatários: 7 unidades, 1954 (APHR).

TELEGRAMAS recebidos por Roessler, em condolências pelo acidente em que Henrique Roessler perdeu o pé, em 1952: 14 unidades, (APHR).

TSCHIEDEL, Walter. Carta a Henrique Roessler. Porto Alegre, 06/08/1953 (APHR).

UPN. Ofício Circular nº 90. São Leopoldo, 15/08/1956 (AHRs).

UPN. Ofício Circular nº 122. São Leopoldo, 16/10/1956 (AHRs).

UPN. Ofício Circular nº 242. São Leopoldo, 01/09/1958 (MVSL).

UPN. Ofício Circular nº 248 a Paulo Couto. São Leopoldo, 14/10/1958 (MVSL).

Crônicas selecionadas de Roessler, publicadas no jornal *Correio do Povo*

Consultadas em arquivos

ROESSLER, Henrique. A água precisa ser suja? *CPR*. Porto Alegre, 11/05/1962 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. A verdade sobre o tema florestal. *CPR*. Porto Alegre, 15/08/1958 (MCSHJC).

ROESSLER, Henrique. Águas envenenadas nos nossos rios. *CP*. Porto Alegre, 15/05/1957 (MCSHJC).

ROESSLER, Henrique. As atividades da União Protetora da Natureza. *CPR*. Porto Alegre, 11/04/1958 (MCSHJC).

ROESSLER, Henrique. Assassinos de inocentes. *CPR*. Porto Alegre, 12/04/1963 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Banhos de sangue em todo mundo. *CPR*. Porto Alegre, 20/04/1962 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Bicho estúpido e feroz. *CPR*. Porto Alegre, 13/10/1961 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Chegou a vez do extermínio das rãs. *CPR*. Porto Alegre, 02/11/1961 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Como outros pensam sobre 'passarinheiros'. *CPR*. Porto Alegre, 15/06/1962 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Contrastes e embustes. *CPR*. Porto Alegre, 21/09/1962 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Controlando águas poluídas. *CPR*. Porto Alegre, 10/12/1960 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Couro grosso. *CPR*. Porto Alegre, 04/08/1961 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Educação do coração. *CPR*, Porto Alegre, 26/04/1963 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Em causa própria. *CPR*. Porto Alegre, 18/11/1960 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Florestas à mercê dos piratas. *CPR*. Porto Alegre, 19/05/1961 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Heróis da Fachada. *CPR*. Porto Alegre, 28/10/1960 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Ladrões do Patrimônio Florestal do Brasil. *CPR*. Porto Alegre, 07/07/1961 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Mais uma infâmia dos tarados. *CPR*. Porto Alegre, 18/01/1963 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Metendo a colher de novo. *CPR*. Porto Alegre, 12/01/1962 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. Mexendo na Abelheira. *CPR*. Porto Alegre, 21/10/1960 (AHRs).

- ROESSLER, Henrique. Milhares de pais nos bancos dos réus. *CPR*. Porto Alegre, 27/07/62 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Missionárias da campanha contra a ignorância. *CPR*. Porto Alegre, 13/06/1963 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Modificação de Mentalidade. *CPR*. Porto Alegre, 29/07/1960 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Nova Portaria da Caça. *CPR*. Porto Alegre, 30/12/1960 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. O bicho serrador da acácia. *CP*. Porto Alegre, 15/03/1957 (MCSHJC).
- ROESSLER, Henrique. Passarinhas e Blasfêmias. *CPR*. Porto Alegre, 26/05/1961 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Pinheirinhos de Natal. *CPR*. Porto Alegre, 10/03/1961(AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Pinheiros desvitalizados, *CPR*. Porto Alegre, 19/12/1961(AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Pobre juventude abandonada. *CPR*. Porto Alegre, 06/10/1961(AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Poluição das águas dos rios. *CPR*. Porto Alegre, 03/03/1961 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Religião e natureza. *CP*. Porto Alegre, 01/08/1958 (MCSHJC).
- ROESSLER, Henrique. Rio de petróleo. *CPR*. Porto Alegre, 11/01/1963 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Rios pobres de peixes. *CPR*. Porto Alegre, 03/08/1962 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Sede de Sangue. *CPR*. Porto Alegre, 15/02/1963 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Sentença de morte para os pinhais. *CPR*. Porto Alegre, 25/01/1963(AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Serviço Florestal Federal. *CP*. Porto Alegre, 11/11/1948, (MCSHJC).
- ROESSLER, Henrique. Socorro, amigos da natureza. *CPR*. Porto Alegre, 22/02/1963 (AHRs).
- ROESSLER, Henrique. Vamos agora cumprir a lei? *CPR*. Porto Alegre, 14/07/1961 (AHRs).

Consultadas em ROESSLER, 2005

- “A moda, destruidora da fauna”. *CPR*, 30/10/1959 (ROESSLER, 2005, p. 187-189).
- “A retificação do Rio dos Sinos”. *CPR*, 27/01/1961 (ROESSLER, 2005, 199-201).
- “Árvores Desvitalizadas”. *CPR*, 10/11/1961 (ROESSLER, 2005, p. 24-25).
- “Barbarismos nos ranários”. *CPR*, 11/03/1960 (ROESSLER, 2005, p. 189-90).
- “Caça ou Carnificina?”. *CPR*, 02/12/1960 (ROESSLER, 2005, p. 101-02).
- “Com que direito fazem isto?”. *CPR*, 10/02/1961 (ROESSLER, 2005, p. 117-19).
- “Corrigir a natureza é temeridade”. *CPR*, 22/09/1961 (ROESSLER, 2005, p. 201-203).
- “Dia de luto nacional”. *CPR*, 20/09/1963 (ROESSLER, 2005, p. 88-90).
- “Fogo de Palha”. *CPR*, 12/09/1958 (ROESSLER, 2005, p. 33-36).
- “Monrópolis – a grande capital”. *CPR*, 05/06/1959 (ROESSLER, 2005, p. 205-06).
- “O fandango da morte”. *CPR*, 07/12/1962 (ROESSLER, 2005, p. 158-60).
- “O Horto Florestal de São Leopoldo”. *CP*, 04/10/1957 (ROESSLER, 2005, p. 206-08).

- “O morredor dos maus caçadores”. *CPR*, 04/05/1962 (ROESSLER, 2005, p.121-23).
- “O progresso destrói a natureza”. *CPR*, 13/04/1962 (ROESSLER, 2005, p. 85-87).
- “O Rio das Retas”. *CPR*, 17/08/1962 (ROESSLER, 2005, p. 203-205).
- “Os animais também têm direitos?”. *CPR*, 02/03/1962 (ROESSLER, 2005, p.175-76).
- “Pais contra professores”. *CPR*, 24/07/1959 (ROESSLER, 2005, p. 107-09).
- “Peixinhos para adubo e criação de porcos”. *CPR*, 28/04/1961 (ROESSLER, 2005, p. 164-66).
- “Querem aniquilar o Parque Zoológico”. *CPR*, 01/03/1963 (ROESSLER, 2005, p. 209-11).
- “Reflorestamento ou miséria”. *CP*, 23/05/1958 (ROESSLER, 2005, p. 11-13).
- “Sobrevivência da Humanidade ameaçada”. *CPR*, 03/06/1960 (ROESSLER, 2005, p.65-66).
- “Trezentos e sessenta sabiás para comer”. *CPR*, 03/07/1959 (ROESSLER, 2005, p. 109-10).
- “Tudo só frases?” *CPR*, 04/11/1960 (ROESSLER, 2005, p. 71-73).
- “Vítimas da ciência”. *CPR*, 11/11/1960 (ROESSLER, 2005, p. 176-79).

Documentos datilografados e impressos

- AGAPAN. *Lista de contribuição para a placa em homenagem a Henrique Luiz Roessler*, 1986, (APAC).
- AGAPAN. *Programa de Luta*. Porto Alegre, 27 de abril de 1971 (APAC).
- A. J. RENNER INDÚSTRIA DO VESTUÁRIO. Atestado. Porto Alegre, 20/04/1954.
- ATESTADOS de agricultores em apoio a Roessler: 3 unidades, datas diversas (APHR).
- BRESOLIN, Antonio. Requerimento de “voto de pesar” pelos 10 anos de falecimento de Henrique Roessler, na Câmara dos Deputados, 23/11/1973 (APAC).
- DELEGADO FLORESTAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA (Caxias do Sul). Requerimento. Modelos JPL 0389, fl. 26, Maço JPL 15 (AHMJSa).
- DIVERSOS MODELOS FORMULÁRIOS. Arquivo JPL 0389, Maço JPL 15 (AHMJSa).
- FEEVALE. Seminário Centenário Henrique Roessler. Folder de divulgação. Novo Hamburgo, de 17/04/1996 a 20/11/1996 (APAC).
- FEPAM. *O patrono da Fepam*. Folder Educação ambiental – 1, 2004, (APAC).
- FLORES, Rosa. Texto de discurso na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 13/11/1973 (APAC).
- GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livreto do Ginásio N. Senhora da Conceição. S/data (AHAaV).
- GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livro de Matrículas 1910-1912 (AHAaV).
- GINÁSIO N. SENHORA DA CONCEIÇÃO. Livro de Relatórios (AHAaV).
- IECLB. Registro de Batismo de Henrique Roessler. São Leopoldo, 25/12/1896 (IECLB).
- JOÃO FELDMANN & CIA. Memorandum. São Leopoldo, 29/07/1959 (APHR).

LISTA DE CONTRIBUIÇÃO para a placa em homenagem a Henrique Luiz Roessler. Porto Alegre, S/data (APAC).

LUSTOSA, Caio. Exposição de motivos para Projeto de Lei nº 105/85. Ofício da Câmara Municipal de Porto Alegre, 09/09/1985 (APAC).

MEIRA, Carlos Costa. Certidão em defesa de Roessler enviada ao Diretor Geral da Divisão de Produção Animal. Porto Alegre, 14/06/1954 (APHR).

PETRY, Leopoldo. Cartão de Visitas. Novo Hamburgo, 04 de maio de 1954 (APHR).

PREFEITURA SÃO LEOPOLDO. I Jornada Roessler. Folder de divulgação. São Leopoldo, novembro de 2009.

REZENDE, Osmar Lopes. A devastação das florestas. Texto de palestra proferida por Osmar Lopes de Rezende, na Rádio Club do Espírito Santo. Pelotas, 25/05/1945, (AHRS).

ROESSLER, Henrique. Representação contra Paulo Mincarone, Bento Gonçalves. S/data (APHR).
S/AUTOR. Recibo de comunicação da dispensa do Serviço Florestal pela Portaria Coletiva nº 387, de 15/12/1954, (APHR).

S/AUTOR. Recibo JPL 0421, Maço JPL 15 (AHMJSA).

S/AUTOR. Vida de Joaquim Pedro Lisboa. Caxias do Sul, Arquivo JPL, Maço JPL 001 (AHMJSA).

SERVIÇO FLORESTAL. Cartão de Visitas do Delegado Florestal Henrique Luiz Roessler (APHR).

SERVIÇO FLORESTAL. Edital (Abertura de Delegacia Florestal). Caxias do Sul, jan/1944. Inventário Joaquim Pedro Lisboa, JPL0386, Maço JPL 15 (AHMJSA).

SERVIÇO FLORESTAL. Delegacia em Caxias do Sul. Termo de obrigação de replantio e de trato cultural. Arquivo JPL, Modelos JPL 0389, fl. 5, Maço JPL 15 (AHMJSA).

SILVEIRA, Abel Ignácio da. *Homenagem a Henrique Luiz Roessler* (Discurso). São Leopoldo, 16/11/1993, (APHR).

SOCIEDADES DE CAÇA E PESCA DO RS. (11) Listas de contribuição a Roessler. Datas diversas (APHR).

UNESCO. *Conferencia Intergubernamental sobre educación ambiental*. Informe Final, Tbilisi-URSS, Informe ED/MD, nº 49, Paris, 1978.

UPN. Estatutos. São Leopoldo, 1955 (MVSL).

UPN. Livreto com Extratos de Legislação sobre a Caça. São Leopoldo, S/data (MVSL).

UPN. Relatório das atividades no período de outubro de 1956 a agosto de 1958 (MVSL).

Documentos oficiais

ANAIS da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Datas consultadas: 23/06/1949, 12/07/1949, 21/07/1949, 25/05/1951, 14/06/1951 (ML-RS).

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL. Certidão de Casamento de Henrique Roessler e Thekla Hasse, São Leopoldo, 20/11/1963 (APHR).

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL. Certidão de Óbito de Henrique Luiz Roessler. São Leopoldo, 20 de novembro de 1963 (APHR).

COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão referente depoimento de Dante Marcucci no Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Caxias do Sul, 03/12/1958 (APHR).

COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Julgamento Final do Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Sentença em 13/11/1955. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).

COMARCA DE CAXIAS DO SUL – CARTÓRIO DO CÍVIL E CRIME. Certidão-Transcrição do Acórdão referente ao Processo Crime nº 224, movido contra Henrique Roessler. Acórdão em 25/10/1956. Caxias do Sul, 03/09/1958 (APHR).

CRC-RS. Carteira de Contador. Expedida a Henrique Luiz Roessler, sob registro nº 1561. Porto Alegre, 25/02/1948 (APHR).

DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAXIAS DO SUL. Inquérito Policial nº 73/54, aberto por João Boldo e Rico Zanesi contra Henrique Roessler, em 30/03/1954 (50 documentos - APHR).

DIRETORIA DE PRODUÇÃO ANIMAL – SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Certidão, Auto 144/50. Porto Alegre (APHR).

HISTÓRICO. *Henrique Luiz Roessler*. Novo Hamburgo, 23 de fevereiro de 1990 (CMVNH).

IBAMA-MMA. *Programa de manejo de fogo do Parque Nacional Aparados da Serra*. Brasília: 1999.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Portaria Ministerial nº 718. 22/11/1944 (BINAGRI).

MINISTÉRIO DA MARINHA. Certidão. Porto Alegre, 18/06/1954 (APHR).

MINISTÉRIO DA MARINHA. Boletim de Merecimento, Porto Alegre, 02/07/1961 (APHR).

PREFEITURA DE SÃO LEOPOLDO. Convite para cerimônia de homenagem a Henrique Roessler, 09/09/1974, (APKS).

PROJETO DE LEI NR. 20/10L/90. Comissão de justiça e redação. Autor: Vereador Adonar Camanga Schmidt. Novo Hamburgo, 23/02/1990 (CMVNH).

REGISTRO DE IMÓVEIS DE SÃO LEOPOLDO. Certidões. 2010.

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto aplicado por Henrique Roessler a Angelo Grando. Bento Gonçalves, 13/07/1948 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Sílvio Gazzola, José Pedro Demori, Gervasio Storki, Nelson Antonio Meneghine, Assis Brasil Germani, Nilo Travi e Otaviano Travi. Vila Seca, Distrito de Caxias do Sul, 08/05/1949 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Alberto Salvador. Barão do Triunfo - Veranópolis, 19/03/1954 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Augusto Tomazi. São Valentim - Bento Gonçalves, 19/03/1954 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Sandir Somenzé. Faria Lemos-Bento Gonçalves, 20/03/1954 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Amadeo Benevenuto. Faria Lemos-Bento Gonçalves, 20/03/1954 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. Auto de Infração e Apreensão aplicado por Roessler a Lirio Becke. Cotiporã - Veranópolis, 19/03/1954 (APHR).

SERVIÇO FLORESTAL. Portaria nº 335, Rio de Janeiro, 04/10/1944 (APHR).

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL. Eleições Municipais de 15 de novembro de 1982. Porto Alegre (TRE-RS).

Escritos de Roessler (datilografados e manuscritos)

ROESSLER, H. *Agressões*. S/data (APHR).

ROESSLER, H. *Composição florestal do estado do Rio Grande do Sul*. S/data (APHR).

ROESSLER, H. *Dados sobre Henrique Roessler*. S/data (APHR).

ROESSLER, H. *Mapa da diligência de 28/03/1954*. Desenho e narrativa (APHR).

ROESSLER, H. *Orientações sobre fiscalização*, São Leopoldo, 01/01/1953 (APHR).

ROESSLER, H. *Palestra proferida aos Rotaryanos*. S/data (APHR).

ROESSLER, H. *Palestra proferida no Lions Clube de Estrela* em 01/11/1963 (APHR).

ROESSLER, H. *Relatório sobre o acidente*. São Leopoldo, S/data (APHR).

Fontes orais

Entrevistas gravadas

BOSSLE, Vinícius. Entrevista à autora. Lomba Grande, 17/11/2010

CARNEIRO, Augusto. Entrevista à autora. Porto Alegre, 14/10/2008.

FEIJÓ, Alceu. Entrevista à autora. Novo Hamburgo, 17/11/2010.

KAISER, Arno. Entrevista à autora. Porto Alegre, 20/05/2008

MOEHLECKE, Germano. Entrevista à autora. São Leopoldo, 24/08/2010.

PRIETTO, Henrique. Entrevista à autora. São Leopoldo, 24/08/2010.

ROESSLER, Maria Luiza. Entrevista à autora. São Leopoldo, 07/06/2008.

SANFELICE, Luiz Carlos. Entrevista à autora. Porto Alegre, 13/07/2010.

SANTANA, Olavio. Entrevista à autora. São Leopoldo, 20/10/2010.

SCHMELING, Kurt. Entrevista à autora. Novo Hamburgo, 18/06/2009.

“Conversas” não gravadas

BAITELLO, João Batista. Contato por *e-mail* em 09/02/2010.

GUINTER, Marli. Entrevista por *e-mail*. 03/07/2009.

GUINTER, Marli. Entrevista por *e-mail*. 05/10/2010.

HOPPE, Walter– pastor da IECLB. São Leopoldo, 17/12/2009.

SEVERO, José Euclides Vieira. Porto Alegre, 11/03/2010.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 4.421, de 28 de dezembro de 1921. Cria o Serviço Florestal do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacao-91264-pl.html>>. Acesso em 10 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 19.448, de 03 de dezembro de 1930. Dá nova denominação ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2011/000032.html>>. Acesso em 29 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37550>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

BRASIL. Decreto nº 21.033, de 08 de fevereiro de 1932. Estabelece novas condições para o registro de contadores e guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33347>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D23793.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 24.643, de 10 de julho de 1934. Código de Águas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em 29 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24645.htm>. Consulta em: 17/10/2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0025.htm>>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. Código de Pesca. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=23799>>.

Acesso em 30 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938. Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitui alguns dos já existentes e dá outras providências. Cria o Serviço Florestal. Disponível em:

<<http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=16875>>.

Acesso em 10 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 4.439, de 26/07/1939. Aprova o Regimento do Serviço Florestal, que com esta baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura. Disponível em:

<<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=11682>>. Acesso em 10 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/del2848.htm>. Acesso em 23 de agosto de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941. Cria o Instituto Nacional do Pinho (INP). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3124.htm>.

Acesso em 20 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 5.894, de 20/10/1943. Código de Caça. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/legislacao/legin.html/textos/visualizarTexto.html?ideNorma=415862&seqTexto=1&PalavrasDestaque>>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.835, de 02 de janeiro de 1946. Sobre Divisões de Ensino. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/dLei8535.pdf>>. Acesso em 16 de agosto de 2010.

BRASIL. Decreto nº 29.093, de 8 de janeiro de 1951. Aprova o [Segundo] Regimento do Serviço Florestal. Disponível em:

<http://www.fiscolex.com.br/doc_141428_DECRETO_N_29_093_8_JANEIRO_1951.aspx>.

Acesso em 20 de setembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm>. Acesso em: 16 de dezembro de 2009.

BRASIL. Lei nº 2.284, de 09 de agosto de 1954. Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L2284.htm>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 50.877, de 29 de junho de 1961. Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=181278>>. Acesso em 29 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em 15 de março de 2010.

BRASIL. Lei nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967. Código de Caça. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5197.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967. Cria o IBDF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/1965-1988/Del0289.htm>>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. Cria a SEMA. Disponível em:

<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=73030&tipo_norma=DEC&data=19731030&link=s>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 7.732, de 14 de fevereiro de 1989. Extingue o IBDF e outras autarquias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7732.htm>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 7.735, de 1989. Extingue a SEMA e cria o IBAMA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7735.htm>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Medida Provisória nº 150, de 15 de março de 1990. Cria a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República - SEMAM/PR. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/108898/medida-provisoria-150-90>>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

BRASIL. Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências - Cria o Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8490.htm>.

Acesso em 28 de dezembro de 2010.

NOVO HAMBURGO. Lei Municipal nº 20/90, de 03 de abril de 1990. Denomina “Henrique Luís Roessler” [sic] a área do “Parcão”. Disponível em: <http://sapl.camaranh.rs.gov.br/sapl_documentos/norma_juridica/3304_texto_integral.pdf?ext=1>.

Acesso em 04 de fevereiro de 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 9.261, de 29 de maio de 1991. Dá a denominação de HENRIQUE LUIS ROESSLER [sic] à Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM Disponível em: <<http://www.ipef.br/legislacao/bdlegislacao/arquivos/3388.rtf>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2010.

SÃO LEOPOLDO. Lei municipal nº 433 (24/07/1953). Institui a Medalha Honra ao Mérito. *Jornal Oficial do Município de São Leopoldo*, 15/08/1953 (APHR).

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal Nº 619, DE 12/03/1956. Cancela dívida ativa. Disponível em: <<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?pg=tmp1.leis&id=29&l=324>>. Acesso em 18 de agosto de 2010.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 2.037, de 20 de setembro de 1979. Denomina de PARQUE MUNICIPAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER, uma área da cidade. Disponível em <<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?pg=tmp1.leis&id=29&l=5421>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

SÃO LEOPOLDO. Lei Municipal nº 4.222, de 03/04/1996. Institui o Dia do Rio dos Sinos. <<http://www.camarasaoleopoldo.rs.gov.br/index.php?pg=tmp1.leis&id=29&l=3069>>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

Panfletos

Oficiais

DIVISÃO DE CAÇA E PESCA – SERVIÇO FLORESTAL (Em cooperação). *Caçadores e pescadores*. Caxias do Sul e São Leopoldo, 01/08/1943 (AHRs).

MINISTÉRIO DA MARINHA. *Edital Nº. 1*. São Leopoldo, 15/02/1939 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. *Armas, munição e caça*. São Leopoldo, Maio de 1952 (AHRs).

ROESSLER, Henrique. *Aviso aos criadores de porcos*. São Leopoldo, 01/01/1952 (APHR).

SERVIÇO DE CAÇA E PESCA. *Aparelho de proteção aos peixes*. São Leopoldo, s/data, (AHRs).

SERVIÇO FLORESTAL. *Aviso - Proteção aos pombos-correio*. São Leopoldo, 26/02/1945 (AHRs).

SERVIÇO FLORESTAL. *Aviso aos comerciantes de orquídeas*. São Leopoldo, 16/12/1951 (AHRs).

SERVIÇO FLORESTAL. *Aviso aos Srs. Industriais Madeireiros e Proprietários de Pinhais*. São Leopoldo, 10/11/1950 (APHR).

- SERVIÇO FLORESTAL. *Aviso Importante* (sobre desmatamento). São Leopoldo, s/data (APHR).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Combate aos transgressores do código de caça*. São Leopoldo, 15/07/1946 (AHRs).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Edital – Campanha de proteção à natureza*. São Leopoldo, 01/01/1942 (AHRs).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Incêndios florestais*. São Leopoldo, s/data (APHR).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Orientações sobre caça e pesca*. São Leopoldo, janeiro de 1946 (AHRs).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Orientações sobre legislação florestal*, São Leopoldo, s/data (APHR).
- SERVIÇO FLORESTAL. *O reflorestamento é obrigatório*. São Leopoldo, Maio de 1951 (AHRs).
- SERVIÇO FLORESTAL. *Proibição do comércio de orquídeas nativas*, São Leopoldo, 24/07/1952 (AHRs).

Panfletos da UPN

- UPN. *A coruja come rato!* São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Aparelho de proteção aos peixes*, São Leopoldo, s/data (APHR).
- UPN. *A ruína da pesca*. São Leopoldo, s/data (APHR).
- UPN. *Assim morrem milhões de passarinhos cantores e insetívoros*, São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Campanha de proteção aos pássaros*, São Leopoldo, s/data (APKS).
- UPN. *Condenados inocentes* (passarinhos engaiolados), São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Conheça e respeite as leis da caça e pesca*, São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Convite à cooperação!* São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Destruir ninhos e matar pássaros é mau passatempo para os jovens*, São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Educação perniciosa*. São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Fundas não*. São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Guia do caçador* (livreto). São Leopoldo, s/data (APKS).
- UPN. *Mais pássaros – melhores colheitas*. São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *O reflorestamento é obrigatório*. São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *O reflorestamento em ação*. São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Os assassinos estão entre nós*. São Leopoldo s/data (MVSL).
- UPN. *Passarinho não é caça*. São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Por que prender ou matar inocentes?* São Leopoldo, s/data (APKS).
- UPN. *Que espécie de caçador é você?* São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Que negócio é esse?* São Leopoldo, s/data (MVSL).
- UPN. *Retrato de um tarado*. São Leopoldo, s/data (AHRs).
- UPN. *Terrenos de marinha e marginais dos rios*. São Leopoldo, s/data (APHR).

Periódicos

A FOLHA. Jaguarão, 19/09/1953 (APHR).

A HORA. Voluntários do amor à natureza vão proteger nossa fauna e nossa flora. Porto Alegre, 06/03/1955 (MCSHJC).

A HORA. Para a UPN... Os assassinos estão entre nós. Porto Alegre, 17/08/1956 (MCSHJC).

BOLETIM RENNEN. Especial sobre a União Protetora da Natureza. Porto Alegre, Jan 1957 (MVSL).

BOSSLE, Vinícius. Morreu Roessler, o “protetor da natureza”. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).

BROSSARD, Dario. Conferência Interamericana sobre a conservação dos recursos naturais restauráveis. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 08/10/1948 (MCSHJC).

BROSSARD, Dario. A conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 15/10/1948 (MCSHJC).

BROSSARD, Dario. Mais um pouco sobre conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 22/10/1948 (MCSHJC).

BROSSARD, Dario. A campanha presidencial dos Estados Unidos e a conservação dos recursos naturais. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/10/1948 (MCSHJC).

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL - 1956. *Chácaras e Quintais*, dez. 1956 (MCSHJC).

CAMPOS, Nicolau. A morte do conservacionista. *CPR*. Porto Alegre, 21/12/1973 (MVSL).

CHÁCARAS E QUINTAIS. Como destruir os pardais? São Paulo, 15/03/1959 (MCSHJC).

CIPOLATO, Aldo. Eu, um amigo e a árvore. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, Setembro/1958, p. 320 (MCSHJC).

CORREIO DO POVO. Editorial A destruição das matas. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 12/10/1948 (MCSHJC).

CORREIO DO POVO. Editorial Parques e desertos. Porto Alegre, 02/10/1948 (MCSHJC).

CORREIO DO POVO. Roteiro do programa de governo do Eng. Leonel Brizola. Porto Alegre, 03/10/1958 (MCSHJC).

CORREIO DO POVO. Será lançado hoje em Novo Hamburgo movimento para a defesa ambiental. Porto Alegre, 07/07/1978 (APKS).

CORREIO DO POVO RURAL. 10 Anos da Morte de H. L. Roessler. Porto Alegre, 15/11/1973 (APHR).

CORREIO DO POVO RURAL. Henrique Luiz Roessler: Um símbolo do Amor à Natureza. Porto Alegre, 27/09/1974 (MVSL).

CORREIO RIO-GRANDENSE. Caxias do Sul, 17/06/1953 (APHR).

- COSTA, Antônio José. Morreu o protetor da natureza. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).
- COSTA, Antônio José. Em memória de Henrique Luiz Roessler. *CPR*. Porto Alegre, 12/11/1965 (MVSL).
- CUNHA, Euclides. Fazedores de Desertos. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22/10/1901. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/especiais/euclides-da-cunha-nas-paginas-do-estadao,55175.htm>>. Acesso em: 20 de maio de 2010.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Homenageado em São Leopoldo o Sr. Henrique Luiz Roessler. Porto Alegre, 11/08/1953 (APHR).
- DIÁRIO DO NORDESTE. Aumenta a onda de revolta e indignação contra Henrique Luiz Roessler. Caxias do Sul, 02/04/1954 (APHR).
- DIÁRIO DO NORDESTE. Caxias do Sul, 31/03/1954, 30/05/1954 (APHR).
- ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO. Crea/RJ dá prêmio ambiental. Rio de Janeiro, 2002 (APAC).
- FAUNA. São Paulo, Março/1942, Setembro/1942, Março/1943, Agosto/1947 (BPUCRS).
- FOLHA DA TARDE. Mortalidade em massa de peixes no rio dos Sinos causada pela poluição das águas. Porto Alegre, 23/02/1961 (MCSHJC).
- FOLHA DA TARDE. Criada no Rio Grande do Sul uma sociedade de defesa do meio natural. Porto Alegre, 04/06/1971 (APAC).
- FOLHA DA TARDE. Pescadores enviam memorial ao governo pedindo urgentes providências. Porto Alegre, 09/12/1961 (MCSHJC).
- FOLHA DA TARDE. Porto Alegre tem associação para proteger a natureza. Porto Alegre, 04/06/1971 (APAC).
- FONSECA, Mário. Um grande homem. *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).
- GALVÃO, Walnice. Lobato, o Visionário. *O Estado de São Paulo*, 01/06/2008, p. D1 (Arquivo da autora).
- GAZETA DE BENTO. Bento Gonçalves, 03/12/1979 (APAC).
- GERAÇÃO NOVA. Protestos na Câmara dos Deputados Federais contra as violências praticadas por funcionários da Delegacia de Caça e Pesca deste Estado. Bento Gonçalves, 11/04/1954 (APHR).
- GONÇALVES, Paulo Annes. Henrique Luiz Roessler. *CPR*. Porto Alegre, 20/07/74 (MVSL).
- JORNAL DA SBCF. Porto Alegre, 12/12/1998 (APAC).
- JORNAL DO POVO. Bento Gonçalves, 11/04/1954 (APHR).
- JORNAL DO POVO. Confirmadas as violências do Fiscal de Caça e Pesca Henrique Luiz Roessler. Bento Gonçalves, 15/04/1954 (APHR).
- JORNAL JÁ. Porto Alegre, dezembro/2005 (APAC).

- JÚNIOR, Francisco de Barros. Caçando, Pescando. União Protetora da Natureza. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, 15/09/1958 (MCSHJC).
- JÚNIOR, Francisco de Barros. Caçando, Pescando. Associação de Defesa da Flora e da Fauna. *Chácaras e Quintais*. São Paulo, Agosto/1959 (MCSHJC).
- LAVOURA ARROZEIRA. Contra os passarinhos no arrozal. Porto Alegre, nº 110, Fevereiro/1956 (MCSHJC).
- LAVOURA ARROZEIRA. A diminuição da riqueza pesqueira e os arrozais. Porto Alegre, nº 123, Março/1957 (MCSHJC).
- LAVOURA ARROZEIRA. Editorial. Porto Alegre, nº 123, Março/1957 (MCSHJC).
- MAGALHÃES, Agenor. Os homens e o fogo movem uma incessante guerra de extermínio às perdizes e às codornas. *Fauna*. São Paulo, 03/1943 (BPUCRS).
- MAGALHÃES, Agenor. O veloz campeiro que ornamenta a nossa fauna campestre deve ser protegido. *Fauna*. São Paulo, 03/1942 (BPUCRS).
- MINCARONE, Paulo. CARTA ABERTA AO CANGACEIRO: Especial para o “Xerife” Henrique Luiz Roessler, digno delegado florestal. *Geração Nova*. Bento Gonçalves, 11/04/1954 (APHR).
- MINI JORNAL DO ROESSLER. Novo Hamburgo, novembro/1993 (APAC).
- NH. “Movimento Roessler” quer preservar o meio ambiente e lutar contra a poluição. Novo Hamburgo, 10/07/1978 (APKS).
- NH. Gaúchos lembram 100 anos de Roessler. Novo Hamburgo, 16/11/1995 (APKS).
- O PIONEIRO ROESSLER. Recorte s/identificação, 14/11/1973 (APHR).
- PINÓS, José Morais. O caso do Fiscal de Caça e Pesca Sr. Henrique Luiz Roessler. *Jornal do Povo*. Bento Gonçalves, 24/07/1954 (APHR).
- PORTO ALEGRE, Aquiles. Os pássaros. *Fauna*. São Paulo, 08/1947 (BPUCRS).
- ROESSLER, Henrique. Juramento de Proteção. In: BOLETIM RENNEN, Jan/1957 (MVSL).
- ROESSLERIA. Porto Alegre, nº 2, 1978 (APAC).
- RUA GRANDE. Aniversário em Memória. São Leopoldo, 08/11/1996 (MVSL).
- SÃO LEO EM REVISTA. Centenário do nascimento do Pai da Ecologia: Henrique Luiz Roessler. São Leopoldo, 11/1996 (MVSL).
- SCHMELING, Kurt. Henrique Luiz Roessler. VS. São Leopoldo, 22/11/1973 (APHR).
- SEVERI, Amélia. A implacável destruição dos pássaros prejudica o progresso humano. *Fauna*. São Paulo, 07/1942 (BPUCRS).
- TERRES, Dirceu. Desaparece um bravo! *CPR*. Porto Alegre, 22/11/1963 (APHR).
- TOSI, Juarez. Há 25 anos, Estado perdeu seu primeiro defensor da ecologia. *Zero Hora*, 13 de novembro de 1988 (APAC).
- VS. Há dez anos falecia Roessler, o protetor nº 1 da natureza. São Leopoldo, 22/11/1973 (APHR).
- VS. 100 anos de Roessler. São Leopoldo, 11/11/1996 (APKS).

VS. Mata Henrique Roessler vira cenário de terror. São Leopoldo, 27/11/2001 (APAC).

Sítios na internet

AGAPAN. Carneiro e a memória de Roessler. Disponível em: <<http://www.agapan.org.br/>>.

Acesso em 02 de fevereiro de 2010

AGIR AZUL. Meio Ambiente tem dia histórico no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/123/noticias/diahistorico.htm>>. Acesso em 05 de março de 2010.

ASPCA. History. Disponível em: <<http://www.aspca.org/>>. Acesso em 28 de novembro de 2010.

BALCÃO AMBIENTAL. Prêmio Mérito Ambiental Henrique Luiz Roessler. Disponível em: <<http://www.balcaoambiental.com.br/?p=premio>>. Acesso em 28 de dezembro de 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso Nacional. Abril de 1954. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=D&txPagina=1616&DataIn=07/04/1954&seq=27082>. Acesso em 12 de julho de 2010.

CÂMARA BENTO. Vereadores e Suplentes a partir 1948. Disponível em:

<<http://www.camarabento.rs.gov.br/historia/relacao-de-vereadores-e-suplentes-a-partir-de-1948/>>.

Acesso em 19 de julho de 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Disponível em: <<http://www.camaraoleopoldo.rs.gov.br/>>. Acesso em 26 de outubro de 2010.

CARVALHO, Paulo Ernani R. Cultivo do Pinheiro-do-paraná. *Embrapa Florestas*. Disponível em: <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Pinheiro-do-Parana/CultivodoPinheirodoParana/06_aspectos_ecologicos.htm>. Acesso em 25/06/2010.

CLUBE DE TIRO MARIA BONITA. ABC da espingarda. Disponível em: <<http://www.clubetirobarrabonita.com.br/form/abcespingarda.htm>>. Acesso em 05 de julho de 2010.

CP-DOC FGV. Verbetes: Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Ernesto Dornelles, Ildo Meneguetti. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em datas diversas.

FAMÍLIA BLAUTH. Projeto Família Blauth no Brasil. Disponível em: <<http://blauth.jimdo.com>>. Acesso em 25 de junho de 2010.

FEPAM. Institucional. Disponível em: <<http://www.fepam.rs.gov.br/institucional/institucional.asp>>. Acesso em 04 de fevereiro de 2010.

FIOCRUZ. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/>>. Acesso em 19 de março de 2010.

FORJAS TAURUS. Histórico. Disponível em: <www.taurus.com.br/upload/lamina.pdf>. Acesso em 05 de outubro de 2010.

FRIEDRICH, Caspar David. *O viajante sobre o mar de névoa*. Ministério da Educação (MEC). Portal do Professor. Disponível em:

<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31455>>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

FRIEDRICH, Caspar David. *Moonrise over the Sea*, 1822, oil on canvas, Nationalgalerie, Staatliche Museen zu Berlin. Disponível em: <http://www.nga.gov/exhibitions/2001/spirit/02_fs.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2011.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA/RS. Bicho do mês – Anta. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/bichomesanta.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2010.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA/RS. Bicho do mês - Ema. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/bichomesema.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2010.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA/RS. Bicho do mês – Veado-Virá. Disponível em: <<http://www.fzb.rs.gov.br/novidades/bichomesveadovira.htm>>. Acesso em: 21 de outubro de 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Fepam abre programação da Semana Roessler. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/direciona.php?key=Y2FwYT0xJmludD1ub3RpY2lhJm5vdGlkPTU0MTAyJnBhZz0xMTM0JmVkaXRvcmlhPSZtaWRpYT0mbWVudT0mb3JpZz0x>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2010.

JUS BRASIL. Diário Oficial da União (Datas consultadas: 25/03/1939, 21/06/1939, 22/11/1943, 22/11/1944, 23/01/1947, 8/06/1955). Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios>>. Acessos em datas diversas.

JUS BRASIL. Extranumerário. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/291788/extranumerario>>. Acesso em 23 de dezembro de 2010.

JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ. Série Histórica do Salário Mínimo–Valor. Disponível em: <<http://www.jfpr.gov.br/ncont/salariomin.pdf>>. Acesso em 17 de julho de 210.

MEYRER, Marlise Regina. Pe. Balduino Rambo Sj. *Museu de Mineralogia "Luiz Englert"*. Disponível em: <<http://www.museumin.ufrgs.br/porRambo.htm>>. Acesso em 20/02/2011.

MOVIMENTO ROESSLER. Disponível em: <<http://roessler.org.br>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

NAHUEL HUAPI. Disponível em: <<http://www.nahuelhuapi.gov.ar/>>. Acesso em 30 de julho de 2010.

NÚCLEO AMIGOS DA TERRA-NAT Brasil. Histórico. Disponível em: <<http://www.natbrasil.org.br/historico.htm>>. Acesso em 02 de abril de 2010.

PÁDUA, Helcias Bernardo de. Quem foi Agenor Couto de Magalhães e a Da. Iaiá. *Memórias do Itaim*. Disponível em: <<http://www.memoriasdoitaim.com.br/nomederuasAgenorIaia.htm>>. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Disponível em: <[http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi))>. Acesso em 07 de janeiro de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO. Celebração do Dia do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/show_page.asp?id_SHOW_noticia=6465&user=&id_CONTEUDO=&codID_CAT=2&imgCAT=tema_prefeitura.jpg&categoria=Not%EDcias>. Acesso em 03 de fevereiro de 2010.

PROJETO TAMAR. O projeto Tamar. Disponível em: <www.tamar.org.br>. Acesso em 16 de abril de 2010.

SEMA-RS. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/>>. Diversos acessos em 2010.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Enciclopédia do Holocausto – Dachau. Disponível em: <<http://www.ushmm.org/wlc/ptbr/article.php?ModuleId=10005214>>. Acesso em: 17 de julho de 2010

UPAN. Disponível em: <http://www.upan.org.br/a_upan.htm>. Acesso em 02 de fevereiro de 2010.

VS *Online*. Edição de 23 de março de 2009. Disponível em: <www.jornalvs.com.br>. Acesso em 25 de março de 2009.

Referências

- ABREU, Regina. Emblemas da nacionalidade: o culto a Euclides da Cunha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Ano IX, nº 24, 66-84, 1994a.
- ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 14, 1994b.
- ACOT, Pascal. A natureza da humanidade. *Ciência & Ambiente*. Santa Maria, Ano III, Nº 5, Julho/Dezembro 1992.
- ACOT, Pascal. *História da Ecologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.
- AHRENS, Sergio. *O “Novo” Código florestal brasileiro: conceitos jurídicos fundamentais*. Trabalho Voluntário apresentado no VIII Congresso Florestal Brasileiro, 25 a 28-08-2003, São Paulo, SP. São Paulo: Sociedade Brasileira de Silvicultura; Brasília: Sociedade Brasileira de Engenheiros Florestais, 2003.
- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à ideia do desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione e NAVARRO, Zander. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3ª ed., 2009, p. 33-55.
- ARAÚJO, Aldo Mellender de. Balduino Rambo e a busca de um entendimento da natureza. In: RAMBO, Arthur Blasio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: Memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.
- ARENDT, Isabel, CHRISTOFF, João Carlos. Pe. Balduino Rambo, S. J.: Patrimônio em boas mãos. In: *VII Mostra de Pesquisa: Produzindo História a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 21, 1998.
- ATTFIELD, Robin. Cristandade. In: JAMIESON, Dale. *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- AUDIBERT, Eduardo Antonio. *Preservar com ou sem presença humana? A problemática ambiental no contexto de áreas protegidas*. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia

e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

AZEVEDO, Fernando. O nacionalismo e o universalismo na cultura. *Revista brasileira de estudos pedagógicos*. Brasília, vol. 86, nº 212, jan./abr. 2005.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROS, Wanderbilt Duarte. A conservação dos recursos naturais e o município. *Revista Brasileira dos Municípios*, nº 45/46, ano XII, Jan/Jun 1959.

BARROS, Wanderbilt Duarte. *Parques nacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1952.

BAUMER, Franklin. *O pensamento moderno europeu*. Volume II (sécs. XVIII e XIX). Lisboa: Edições 70, 1970.

BECKER, Fernando. *Educação e construção do conhecimento*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BECKER, Klaus. 1956 (org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Canoas: Editora Regional Ltda., 1956.

BINKOWSKI, Patrícia. *Conflitos ambientais e significados sociais em torno da expansão da silvicultura de eucalipto na “Metade Sul” do Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Português e Latino*. (Dicionário em 8 volumes). Coimbra: 1712-28. Disponível em: < <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp> >. Acesso em 20 de outubro de 2010.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do panteão Rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BOHNEN, Aloysio, ULLMANN, Reinholdo Aloysio. *A atividade dos jesuítas de São Leopoldo (1844-1989)*. São Leopoldo: UNISINOS, 1989.

BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. *Pioneiros da Ecologia: Breve História do Movimento Ambientalista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado? In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papius, 2007.

- BREFE, Ana Cláudia Fonseca. Pierre Nora, ou o historiador da memória (Entrevista com Pierre Nora). *História Social*. Revista da Pós-Graduação em História IFCH/UNICAMP. Campinas: UNICAMP, nº 6, 1999.
- BRENNAN, Andrew. Filosofia dos séculos dezenove e vinte. In: JAMIESON, Dale. *Manual de Filosofia do Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- BUBLITZ, Juliana. *Forasteiros na floresta subtropical: uma história ambiental da colonização europeia no Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.
- BUCKUP, Ludwig. Como tudo começou. FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Museu de Ciências Naturais: 50 anos pesquisando a Biodiversidade Gaúcha*. Porto Alegre: 2005 (Publicações Avulsas FZB, 14).
- BURKE, Peter. A invenção da biografia e o individualismo renascentista. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 19, 1997a.
- BURKE Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. A revolução francesa na historiografia. São Paulo: UNESP, 1997b.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 16, nº 31 e 32, 1996, p. 328-52.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. *A História do Ambientalismo*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2003.
- CARVALHO, Ely Berço de. *A modernização do sertão: Terras, florestas, estado e lavradores na colonização de Campo Mourão, Paraná, 1939-1964*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica*. Porto Alegre: Editora da Universidade - UFRGS, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos Frederico et. al. (orgs.). *Sociedade e Meio Ambiente: Educação ambiental em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, jan/dez. 2000, nº 1, pp. 123-152.
- CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. *Espécies Arbóreas Brasileiras* [Base de dados a partir de livro de mesmo título]. Disponível em: http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/index_especies.htm. Acesso em: 02/10/2010.
- CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Coimbra: Quarteto, 2003.

- CAVALHEIRO, Edgard. Vida e obra de Monteiro Lobato. 1954. In: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: 13ª edição, Brasiliense, 1966.
- CENTENO, Ayrton. *Roessler: o primeiro ecopolítico*. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2002.
- CORREA, Sílvio Marcus de Souza, BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, 2006.
- COSTA, Rovílio. Do religioso ao social: A igreja nas colônias italianas. Artigo apresentado no *I Fórum da Igreja católica no RS – PUCRS*. Porto Alegre, 20 a 23 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.forumdaigrejacatolica.org.br/artigos/igreja_colonias_italianas.pdf>. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DE BONI, Luis A., COSTA, Rovílio. *Os italianos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/UCS, 1979.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DELGADO, Andréa Ferreira. A rede de memórias e a invenção de Cora Coralina. In: SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB – Universidade de São Paulo, 1994.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2009.
- DREHER, Martin. Protestantismo de imigração no Brasil: sua implantação no contexto do projeto liberal-modernizador e as consequências desse projeto. In: _____ (org.). *Imigrações e história da igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário, 1993.
- DREYER, Lilian. *Sinfonia Inacabada: A vida de José Lutzenberger*. Porto Alegre: Vidicom Audiovisuais Edições, 2004.
- DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- DUNCAN, Dayton, BURNS, Ken. *The National Parks: America's best idea*. New York: Random House, Inc., 2009.
- DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: *Estudos Históricos*, vol. 4, nº. 8, 1991, p. 177-197.

- DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, nº. 3 e 4, 1998-1999, p. 127-149.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- ELLEN, Roy. *Environment, subsistence and system: The ecology of small-scale social formations*. New York: Cambridge University Press, 1982.
- ELMIR, Cláudio Pereira. Armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História da UFRGS*. Porto Alegre, n. 13, pp. 19-29, dezembro de 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.11a*. Positivo Informática Ltda., 2004.
- FERREIRA, Jonatas, AMARAL, Aécio. Memória eletrônica e desterritorialização. *Política & Sociedade*. Florianópolis, nº 4, abril de 2004.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta e PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1995.
- FRANCO, José Luiz de Andrade, DRUMMOND, José Augusto. *Proteção à natureza e Identidade Nacional no Brasil*, anos 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.
- FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Jardim Botânico de Porto Alegre: 50 anos conservando a flora gaúcha*. [Publicações Avulsas]. Porto Alegre, 2009.
- GARCIA, Néelson Jahr. *Estado Novo: Ideologia e propaganda política*. E-book, Rocket Edition, 1999.
- GASTAUD, Carla Rodrigues. *De correspondências e Correspondentes: Cultura Escrita e Práticas Epistolares no Brasil entre 1880 e 1950*. Tese (Doutorado em Educação). Porto Alegre: PPG Educação UFRGS, 2009.
- GERHARDT, Cleyton e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental; uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. *Ambiente e Sociedade*. Campinas, vol. 8, n.2, 2005.
- GERHARDT, Marcos. História ambiental: 1930-1985. In: GERTZ, René. (Org.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4, p. 527-542.
- GERTZ, René. A imigração italiana no Rio Grande do Sul na opinião de algumas lideranças alemãs. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil (Volume III)*. Porto Alegre;

- Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1996.
- GERTZ, René. Descendentes de alemães e de italianos, no Rio Grande do Sul dos anos 1920/1930. Trabalho apresentado na mesa-redonda “Identidade e relações interétnicas”. *III Simpósio Internacional e XI Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros*. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 14 de junho de 2010.
- GERTZ, René. *O Fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GERTZ, René. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: companhia das Letras, 2004.
- GIRON, Loraine. Colonos italianos e alemães: relações interétnicas. Trabalho apresentado na mesa-redonda “Interação étnica – São Vendelino entre alemães e italianos”. Anais do 9º Seminário Nacional dos Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, abril de 2006: *Entre Vales e Serras: Fronteiras*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2008, CD-ROM.
- GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 21, 1998.
- GRILL, Igor. A herança trabalhista no Rio Grande do Sul: parentesco, carisma e partidos. *Sociedade e cultura*, Goiânia: Vol. 7, nº 2, jul-dez 2004.
- GRILL, Igor. “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, V. 5, nº 2, dezembro 2007.
- GRITTI, Isabel Rosa. *Imigração judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization e a colonização de Quatro Irmãos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.
- GUADAGNIN, Demétrio Luís, et al. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e sócio-econômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, Valério de Patta, et al. *Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.
- GUERRA, Antonio José Teixeira Guerra (org.). *Coletânea de Textos Geográficos de Antonio Teixeira Guerra*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, ARAÚJO, Valdeci Lopes de. O sistema intelectual brasileiro na correspondência passiva de John Casper Branner. In: GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- HADOT, Pierre. *O véu de Ísis: ensaio sobre a história da ideia de natureza*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Les Presses universitaires de France, Nouvelle édition, 1952.
- HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona, Antropos, 2004.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 10, nº. 19, 1997.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O dever de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: GOMES, Ângela de Castro. *Direitos e cidadania*. Memória, política e cultura. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: O breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOROWITZ, Donald L. *Ethnic groups in conflict*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.
- IHERING, Rodolpho Von. *O livrinho das aves*. São Paulo: Museu Paulista, 1914.
- IHERING, Rodolpho Von. *Da vida de nossos animais*. São Leopoldo: Editora Rotermund, 3ª edição, 1953.
- JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul: precedido de uma ligeira descrição física e de uma noção histórica*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979a.
- JACQUES, João Cezimbra. *Assuntos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979b.
- JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva, Cidade, Lúcia Cony Faria, VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, Ambientalismo e Ecologia Política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. *Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 24, nº 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.
- JORGE, Janes. *Tietê, o rio que a cidade perdeu*. O Tietê em São Paulo (1890-140). São Paulo: Alameda, 2006.
- KARAWEJCZYK, Mônica. *O voto da costela: o sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PPG História PUCRS, 2008.
- KOSCINSKI, Mansueto. *Reflorestamento*. São Paulo: Edições Melhoramento, 1939.
- LAGO, Antônio, PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LENOBLE, Robert. *História da ideia de natureza*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Papyrus, 1986.
- LEPELTIER, Thomas. *Compte rendu du livre: Les Lieux de Mémoire. Sciences Humaines*, Hors-série 42, La bibliothèque idéale des sciences humaines, 2003.

- LEVI, Giovanni. Os usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LINK, Márcio. *Para além do ambientalismo: uma história em duas décadas*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- LINK, Rogério Sávio. *Especialistas na Migração: Luteranos na Amazônia, o processo migratório e a formação do Sínodo da Amazônia 1967-1997*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Faculdades EST/PPG, 2008.
- LOBATO, Monteiro. *A onda verde*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- LOBATO, Monteiro. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Globo, 2008.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. Magistério de 1º Grau: um trabalho de mulher. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 14, nº 2, Jul/Dez 1989.
- LOVELOCK, James. *Gaia: cura para um planeta doente*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 121, Jun./2010, p. 227-258.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Objetivo, método e alcance desta pesquisa. In: GUIMARÃES, Alba Z. *Desvendando Máscaras Sociais*. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990. p. 39-61.
- MALUF, Marina, MOTT, Maria Lucia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENCO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil* (Vol. 3). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MARCONDES, Sandra. *Brasil, amor à primeira vista! Viagem ambiental no Brasil do século XVI ao XXI*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- MARIANTE, Helio Moro. Perfil de um pioneiro. In: JACQUES, João Cezimbra. *Ensaio sobre os costumes do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1979a.
- MARTINDALE, Charles. *Reddeming the text: Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge: Cambridge UP, 1993.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp, 2001.
- MARTINS, Sidney Lázaro. Sistemas para transposição de peixes. *Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP*. São Paulo: EPUSP, 2000.
- MAULIN, Gilfredo Carrasco. A educação ambiental e a cidade: um espaço em construção? In: *Revista Interações*, Portugal, vol. 5, nº 11, 2009.
- MÉNDEZ, Natalia Pietra. *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre, PPGH UFRGS, 2004.

- MEYER, Dagmar E. E. *Identidades traduzidas: cultura e docência teuto-brasileiro-evangélica no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/São Leopoldo: EDUNISC/Sinodal, 2000.
- MICHEL, Eunice de Lemos. *Hepáticas epíficas sobre o pinheiro-brasileiro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- MILARÉ, Édís. *Direito do ambiente*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50. *Revista brasileira de História* [online]. 1998, vol.18, n.35, pp. 329-360. ISSN 0102-0188. doi: 10.1590/S0102-01881998000100015.
- Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de janeiro de 2010.
- MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo*. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.
- MOTA JUNIOR, Vidal Dias. Educação Ambiental, política, cidadania e consumo. In: *Revista Interações*, Portugal, vol. 5, nº 11, 2009.
- MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MOTTA, Marly Silva da. Qual a finalidade e o conteúdo dos "bilhetinhos" de Jânio Quadros. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro, nº. 15, p.82, jan.2005.
- NAXARA, Márcia. Natureza e civilização: sensibilidades românticas em representações do Brasil no século XIX. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e ressentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, nº 10, dez. 1993.
- NORA, Pierre. La loi de la mémoire. *Le Débat: histoire, politique, société*. Paris, Gallimard, nº 78, janvier-février, 1994.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de, SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fonte de dados: poder e interpretação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 13, jan./jun. 2005, p. 244-259.
- OLIVEIRA, Lisandre Medianeira. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas "páginas" do Diário de Notícias*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2008.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do descobrimento. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 14, nº 26, 2000.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- ORLANDI, Enni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ª ed. Campinas: Pontes, 1996.

- ORLANDI, Eni Pucinnelli. Discurso e argumentação: um observatório do político. *Fórum linguístico*, Florianópolis: nº 1, jul-dez 1998.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. São Paulo: *Estudos Avançados*, Vol. 24, nº 68, 2010.
- PÁDUA, José Augusto. Herança romântica e ecologismo contemporâneo. Existe um vínculo histórico? Belo Horizonte: *Varia História*, nº 33, Janeiro de 2005.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição*. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PATLAGEAN, Evelyne. A história do imaginário. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993 [1978].
- PECCINI, Rosana. Galeto al primo canto: tradição gastronômica. Trabalho apresentado no V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – SeminTUR – *Turismo: inovações na pesquisa na América Latina*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008.
- PECCINI, Rosana. *História e cultura da alimentação: A galeteria Peccini e o patrimônio de Caxias do Sul (1950-1970)*. Dissertação (Mestrado em Turismo). Caxias do Sul: PPG Turismo Universidade de Caxias do Sul, 2010.
- PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PEREIRA, Elenita Malta. A árvore da João Pessoa e a Operação Hermenegildo: dois episódios de resistência do movimento ambientalista gaúcho. In: *VII Mostra de Pesquisa do APERS*. Produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2009.
- PEREIRA, Elenita Malta. Os panfletos da União Protetora da Natureza (UPN) 1955-63. Caxias do Sul (EDUCS), *Métis: História e Cultura*, vol. 7, nº 14, jul/dez 2008.
- PEREIRA JÚNIOR, Roberto Tibúrcio, SCHWARTZ, Manfred Erwin, MELCHERS, Ingo. *Contribuição para um desenvolvimento sustentável do curtume de couro através da análise de taninos em devidas plantas*. Trabalho apresentado no 1º Congresso da Associação Norte-Nordeste de Química. Natal, 2-4 de abril de 2007.
- PERELMAN, Chaim, OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de argumentação*. A nova retórica. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: Imaginando o Imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, nº 29, 1995.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. Alemães e italianos no Rio Grande do Sul: fricções inter-étnicas e ideológicas no século XIX. In: DE BONI, Luis Alberto. *A presença italiana no Brasil* (Volume II). Porto Alegre; Torino: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.

- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº. 10, 1992.
- POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PRADO, Daniel Porciúncula. *A figueira e o machado. Raízes da educação ambiental no sul do Brasil: práticas educativas e militância ambiental na perspectiva do cronista Henrique Luiz Roessler*. Tese de Doutorado, Rio Grande, PPG Educação Ambiental FURG, 2008.
- RABUSKE, Arthur. Balduino Rambo: cientista e religioso. In: RAMBO, Arthur Blasio, GRÜTZMANN, Imgart, ARENDT, Isabel. *Pe. Balduino Rambo – A pluralidade na unidade: Memória, religião, ciência e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.
- RADKAU, Joachim. *Nature and Power: A global history of the environment*. New York/Washington D.C: Cambridge University Press/German Historical Institute, 2009.
- RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. *Resgate*, Campinas, nº 5, 1993.
- RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In: MAUCH, VASCONCELLOS. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.
- RAMBO, Arthur Blasio. Na sombra do carvalho. In: SIDEKUM, Antônio. *Às sombras do carvalho*. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2004.
- RAMBO, Balduino. *A Fisionomia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1942.
- RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *O teatro da sociabilidade: os clubes sociais como espaço de representação das elites urbanas alemãs e teuto-brasileiras - São Leopoldo 1858-1930*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 2000.
- REINHEMER, Dalva Neraci. *A navegação fluvial na República Velha Gaúcha, iniciativa privada e setor público: ações e implicações dessa relação*. Tese de Doutorado. São Leopoldo: PPG História UNISINOS, 2007.
- RENNER, Anton Jacob. *Perfil, discursos e artigos (1931-1952)*. AXT, Gunter (org.). Série Perfis, nº 5. Porto Alegre: Graf. Ética Impressora, 2003.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da micro análise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- RIBEIRO, Maria das Graças Martins. A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Humanas*. Belém, Vol. 4, nº 3, Set/Dez 2009.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 21, 1998.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- RIGOTTI, Gabriela Fiorin. *A ciranda do pertencimento em “O Triunfo da Vontade” de Leni Riefenstahl*. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ROCHA, Artheniza, ALMEIDA, Luiz G, MARCHIORI, José N. *J. F. De Assis Brasil: interpretações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 1995.
- ROCKENBACH, Sílvio Aloysio. Nas ondas do rádio. In: FISCHER, GERTZ (Coord.). *Nós, os teuto-gaúchos*. 2º ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1998.
- RODRIGUES, Davidson de Oliveira. *Jeca Tatu e a urbe maravilhosa*. Campo, cidade e modernização nacional na obra de Monteiro Lobato (1900-1930). Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2007.
- ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 1986.
- ROESSLER, Henrique Luiz. *O Rio Grande do Sul e a Ecologia – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPA, 2005.
- ROESSLER, Maria Luiza. *O homem do rio*. Porto Alegre: AGE, 1999.
- RONDELLI, Elizabeth, HERSCHMANN, Micael. Os media e a construção do biográfico: a morte em cena. In: SCHMIDT, Benito (org). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- RÜCKERT, Fabiano Quadros. *História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: PPG História Unisinos, 2007.
- SAID, Edward. *Representações do intelectual: As conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memória y giro subjetivo – una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHERER-WARREN, Ilse. KRISCHKE, Paulo J. *Uma Revolução no Cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- SCHMIDT, Benito (org.). *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.
- SCHMIDT, Benito. O gênero biográfico no campo do conhecimento histórico: trajetória, tendências e impasses atuais e uma proposta de investigação. *Anos 90*. Porto Alegre, vol.4, nº 6, dezembro de 1996, p. 165-192.

- SCHÜTZ, Liene Maria Martins. Leopoldo Petry, vulto local. *Anais do 5º Simpósio de História da imigração e colonização alemãs no Rio Grande do Sul*. Realizado no Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. São Leopoldo, setembro de 1982. Publicação Gráfica Caeté S/A, Campo Bom, 1989.
- SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do catolicismo imigrante. *Pensamento Plural*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPEL, vol. 1, nº 3, ano 2, 2008.
- SEIDL, Ernesto. “Intérpretes da história e da cultura”: carreiras religiosas e de mediação cultural no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 14, nº 26, p. 77-110, dez. 2007.
- SEYFERTH, Giralda. Grupo Étnico. In: SILVA, Benedicto. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 1986.
- SILVA, Haïke Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006.
- SILVA, Zélia Lopes da. As percepções das elites brasileiras dos anos de 1930 sobre a natureza: das projeções simbólicas às normas para o seu uso. In: ARRUDA, Gilmar (org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*, Revista de historia intelectual, nº 4, 2000.
- TESCHAUER, Pe. Carlos, SJ. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Volume 1. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TONINI, Veridiana Maria. *Uma relação de amor e ódio: o caso Wolfram Metzler (Integralismo, PRP e Igreja Católica, 1932-1957)*. Dissertação (Mestrado em História). Passo Fundo: PPG História Universidade de Passo Fundo, 2003.
- URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível*. Aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil. São Paulo: Editora Peirópolis, 2001.
- WALDMAN, Maurício. Natureza e sociedade como espaço de cidadania. In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- WELTMAN, Latmann Wanda. *A educação do Jeca: Ciência, divulgação científica e agropecuária na revista Chácaras e Quintais (1909-1948)*. Tese. Doutorado em História das Ciências. Rio de Janeiro: PPG em História das Ciências e da Saúde da Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, 2008.
- WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, VASCONCELLOS. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. Ulbra, 1994.

- WEBER, Regina. A construção da “origem”: os “alemães” e a classificação trinária. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIX, Loiva Otero. *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo/RS: Editora da UPF, 2002.
- WEBER, Regina. O Avanço dos “italianos”. *História em Revista*. Pelotas, vol. 10, dez. 2004, p. 75-94.
- WEBER, Roswithia. *As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: O “25 de julho” em São Leopoldo, 1924/1949*. Dissertação. Mestrado em História. Porto Alegre: PPG História UFRGS, 2000.
- WOLFF, Markus. Hermann Löns: An introduction to his life and work. *TYR: Myth, Culture, Tradition*. Atlanta (USA), Ultra Publishing, Volume 1, 2002.
- WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.
- WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na história. *Ambiente & Sociedade*. Campinas, Vol. V – nº 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI – nº 1 - jan./jul. 2003.
- VALENSI, Lucette. Histoire nationale, histoire monumentale: Les Lieux de mémoire (note critique). *Annales HSS*, novembre-décembre, nº 6, 1995.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- VIEIRA, Alboni; GOMIDE, Ângela. História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. In: *Anais do VIII Congresso nacional de educação – EDUCERE – PUC-PR*. Curitiba, Champagnat, 2008. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/93_159.pdf. Acesso em 08 de fevereiro de 2010.
- VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. O exemplo do centro de memória da Unicamp. In: FILHO, Luciano Mendes de Faria. *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.
- ZARTH, Paulo Afonso, GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: FILHO, Althen Teixeira (org). *Lavouras de destruição: a (im)posição do consenso*. Pelotas: UFPEL, 2009.

Apêndices



Figura 22 - Casa da família de Roessler - Sede da Repartição, da UPN e do Ateliê de Bordados (Foto da autora, 24/08/2010)



Figura 23 - Rua Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)



Figura 24 - Ponte Henrique Luiz Roessler, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)



Figura 25 - Parque Henrique Luiz Roessler - Matinho Padre Réus, São Leopoldo-RS (Foto da autora, 24/08/2010)

Anexos



Figura 26 - Nota sobre a UPN, na Revista Chácara e Quintais, 15/09/1958 – Roessler à direita, com roupa e chapéu estilo safári (MCSHJC)

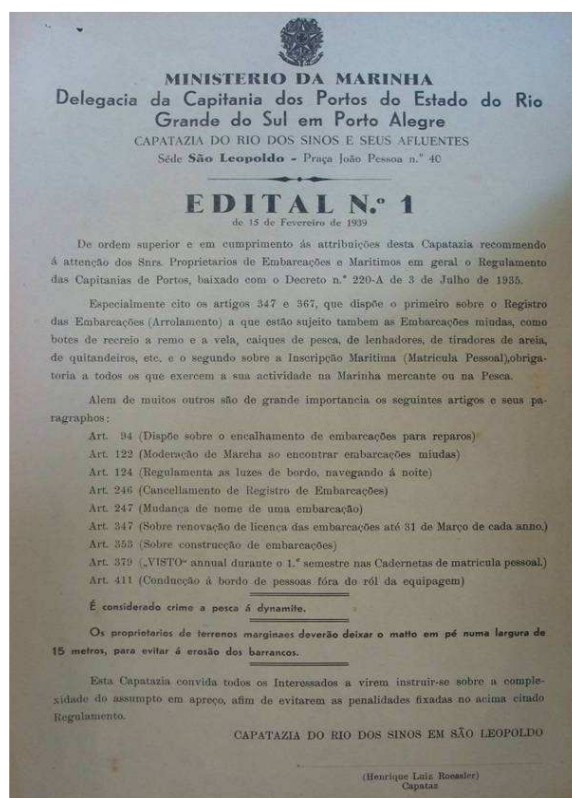


Figura 27 - Ministério da Marinha - Edital N° 1, de 15 de fevereiro de 1939 (AHRs)

Propaganda Educativa da União Protetora da Natureza



A Coruja Come Rato!

É Uma Ave Utilíssima e Protegida Pelo Código de Caça

Mas, não obstante, o «passarinheiro» mata e come coruja, pelo que aumenta a praga do rato, que de noite vai comer o trigo na lavoura, de cujos prejuízos são injustamente acusados os tico-ticos e outras avezinhas exterminadoras dos insetos nocivos dos trigos, como pretexto para serem caçadas e comidas pelo «passarinheiro».

QUANTA IGNORANCIA, FALSIDADE, TOLICE E MAU GOSTO NESTE CIRCULO VICIOSO QUE CAUSA TANTOS DANOS A NOSSA AGRICULTURA.

NÃO MATE A CORUJA — Ela se alimenta também de morcegos propagadores da raiva bovina, portanto é útil a nossa pecuária.

Figura 28 - Panfleto da UPN “A coruja come rato!” (MVSL)



1 — Vejam quanto amor há nos ninhos.
De pluma, cabelo de barba, além de rido e água. De pluma, cabelo e rido, comprimentos, se grande quantidade e sempre a isto, comprimentos, se grande quantidade de rido e água, sempre, por vezes, não a um momento de rido e água.

**Mais Pássaros -
Melhores Colheitas**

Propaganda Educativa da UNIAO PROTETORA da NATUREZA. 1932. No. 1.1102



3 — Passarinhada com polenta.
Os «passarinheiros», especialmente os de espécie perniciosa, são ávidos em procurar todo o tipo de comida e sempre os mais vorazes «passarinheiros» quando os mais vorazes procuram e se propaga a espécie e sempre em geral a «União Protetora da Natureza» pela distribuição de panfletos de educação, visando dar a conhecer a todos os tipos de aves, desde as mais pequenas até às maiores.



2 — Matança de avezinhas.
Não obstante a proibição de matar de pássaros, sobre os quais se sabe de certo que são úteis, os agricultores continuam a matá-los, especialmente os que são úteis e colhem, quando os mesmos são postos contra as plantações. Sem isto a mata se reproduz e cresce.



5 — Bico de pássaro ou veneno.
Bastante conhecido a longo tempo de tempo, o bico de pássaro é uma das partes mais importantes do corpo de um pássaro e é muito útil para a alimentação e para a defesa do mesmo. Este bico é muito útil para a alimentação e para a defesa do mesmo. Este bico é muito útil para a alimentação e para a defesa do mesmo.



4 — Insetos nocivos.
Existem neste Estado mais de 1.000 espécies de insetos nocivos, entre os quais, moscas, baratas, formigas, etc., que causam muito prejuízo à agricultura e à pecuária. É necessário tomar medidas para a sua destruição e prevenção.



6 — Moral desta história.
O valor dos serviços de conservação, preservação e proteção, mediante a utilização de todos os recursos da natureza e a conservação da vida animal e vegetal, é muito grande e é necessário tomar medidas para a sua conservação e proteção.

6 — Moral desta história.
O valor dos serviços de conservação, preservação e proteção, mediante a utilização de todos os recursos da natureza e a conservação da vida animal e vegetal, é muito grande e é necessário tomar medidas para a sua conservação e proteção.

Figura 29 - Panfleto da UPN “Mais Pássaros, Melhores Colheitas” (APHR)



Figura 30 - Panfleto da UPN “Responsáveis são os pais” (AHRs)



Figura 31 - Panfleto da UPN “Fundas não...” (AHRs)


A UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

21 — Você faz entrega em mãos quando arma a seu acampamento?
 22 — Você se embriaga nas estradas de caçadas?
 23 — Você mata sem condições favoráveis, isto é, para exercer sem necessidade para a família um esporte digníssimo como a caça?
 24 — Você pratica o "raim" e todo custo para cobrir as despesas da caçada?
 25 — Você procura orientar-se nos pontos oficiais em caso de chuvas?
 26 — Você estuda a Portaria da Caça antes de seguir para a caçada?
 27 — Você pensa que os florestais devem fazer distinção entre caçadores, grandes e pequenos?
 28 — Você se defende de raios de infração com decência, evitando motins para se manifestar?
 29 — Você esterne a cara como esporte, ou como pávia quicada?

CASO SUA CONSCIÊNCIA LHE ACUSAR DE ALGUMA FALTA, PROCURE REEDUCAR-SE PARA TORNAR-SE UM LEGÍTIMO CAÇADOR.

SÓCIO COOPERADOR DA UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

COLABORAÇÃO DA
CASA DAS ARMAS
 Rua Visconde de Pelotas 685
 CAXIAS DO SUL
 Estabelecimento especializado em Armas, Munições, Apetrechos para Caça, Pesca e Acampamentos
 Melhores Preços — Maior Sortimento



**PERGUNTA:
 QUE ESPÉCIE DE CAÇADOR É VOCE?**

FAÇA ESTE TESTE PARA CONHECER O SEU CARÁTER!

Figura 32 - Panfleto da UPN “Que espécie de caçador é você?” (MVSL)

O REFLORESTAMENTO EM AÇÃO



PLANTAR ÁRVORES

- é uma das mais nobres e patrióticas atividades rurais.
- constitui o mais garantido emprego de capital.
- significa um sólido seguro de vida.
- valoriza a terra e garante a água.
- é prova de inteligência e previdência do proprietário rural.

CAMPANHA EDUCATIVA
 — DA —
 UNIÃO PROTETORA DA NATUREZA

Figura 33 - Panfleto da UPN “O reflorestamento em ação” (MVSL)

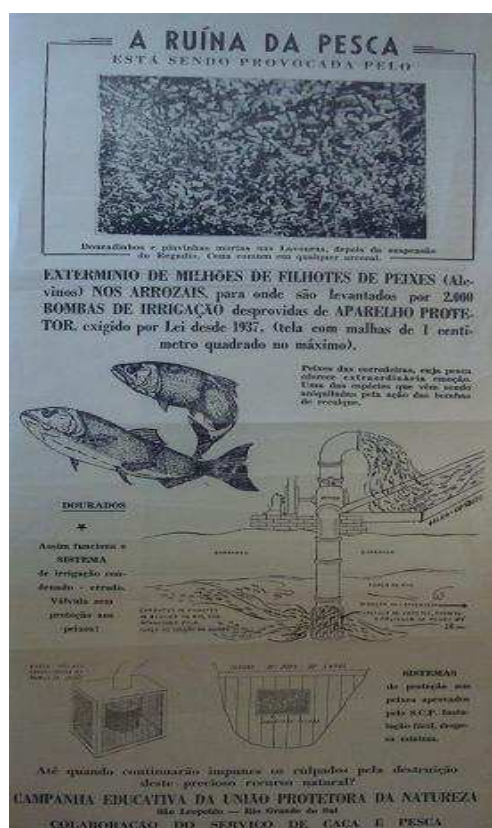


Figura 34 - Panfleto da UPN “A ruína da pesca” (APHR)

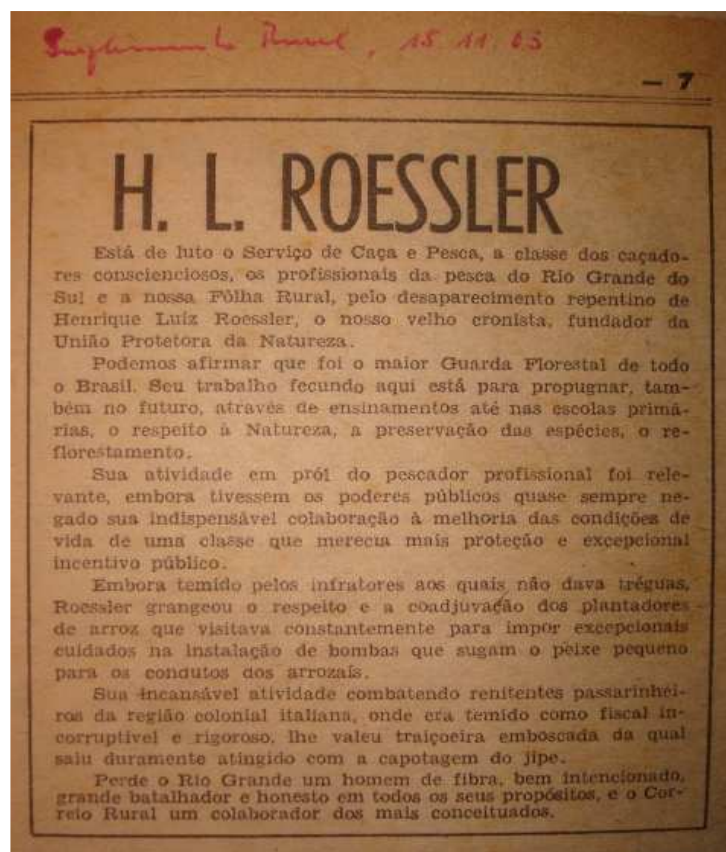


Figura 35 - Editorial sobre o falecimento de Roessler. CPR, 15/11/1963 (APKS)



Figura 36 - Discurso Gen. Mário Fonseca. CP, 22/09/1974 (MVSL)



Figura 37 - Roessler - Foto 3x4 ampliada (APHR)